



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2328

Segunda-feira - 28 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Gravatal .....	216	Passos Maia .....	388
Alto Bela Vista .....	5	Guaraciaba .....	217	Paulo Lopes .....	389
Antônio Carlos .....	6	Guaramirim .....	218	Penha .....	390
Apiuna .....	8	Guarujá do Sul .....	219	Peritiba .....	447
Arabutã .....	12	Ilhota .....	220	Pinheiro Preto .....	449
Arroio Trinta .....	13	Imbituba .....	223	Piratuba .....	456
Ascurra .....	15	Indaial .....	224	Planalto Alegre .....	458
Balneário Piçarras .....	16	Iomerê .....	228	Pomerode .....	460
Balneário Rincão .....	17	Ipuacú .....	231	Ponte Serrada .....	461
Bandeirante .....	26	Ipumirim .....	232	Porto União .....	474
Barra Bonita .....	27	Irani .....	237	Pouso Redondo .....	476
Barra Velha .....	28	Irineópolis .....	241	Praia Grande .....	479
Biguaçu .....	30	Itá .....	244	Presidente Castello Branco .....	480
Blumenau .....	32	Itaiópolis .....	245	Presidente Nereu .....	481
Bom Jesus do Oeste .....	49	Itapema .....	246	Princesa .....	494
Bom Retiro .....	56	Itapiranga .....	247	Rancho Queimado .....	507
Botuvera .....	57	Itapoá .....	250	Rio do Sul .....	508
Braço do Trombudo .....	60	Jacinto Machado .....	253	Romelândia .....	524
Brusque .....	68	Jaraguá do Sul .....	254	Salto Veloso .....	526
Caçador .....	76	Joaçaba .....	268	Santa Helena .....	527
Caibi .....	101	José Boiteux .....	269	Santa Rosa do Sul .....	528
Camboriú .....	102	Lacerdópolis .....	270	Santa Terezinha do Progresso .....	529
Campo Alegre .....	104	Lages .....	271	Santiago do Sul .....	530
Campos Novos .....	112	Laguna .....	275	São Bento do Sul .....	531
Canoinhas .....	114	Lauro Muller .....	277	São João Batista .....	538
Capinzal .....	119	Lebon Regis .....	279	São João do Oeste .....	541
Catanduvas .....	123	Lindóia do Sul .....	280	São Joaquim .....	543
Caxambu do Sul .....	125	Lontras .....	281	São José .....	546
Celso Ramos .....	126	Luis Alves .....	285	São José do Cedro .....	560
Cerro Negro .....	127	Mafra .....	286	São Lourenço do Oeste .....	576
Chapadão do Lageado .....	128	Major Vieira .....	289	São Miguel da Boa Vista .....	587
Cocal do Sul .....	129	Maracajá .....	290	São Miguel do Oeste .....	588
Concórdia .....	135	Massaranduba .....	291	São Pedro de Alcântara .....	598
Cordilheira Alta .....	150	Meleiro .....	297	Schroeder .....	619
Coronel Freitas .....	151	Modelo .....	298	Seara .....	633
Coronel Martins .....	153	Mondaí .....	299	Serra Alta .....	634
Correia Pinto .....	157	Monte Carlo .....	300	Sul Brasil .....	635
Corupá .....	166	Morro da Fumaça .....	303	Tangará .....	636
Cunhataí .....	167	Morro Grande .....	304	Tijucas .....	638
Curitibanos .....	169	Navegantes .....	305	Timbé do Sul .....	639
Dionísio Cerqueira .....	179	Nova Erechim .....	310	Timbó .....	640
Ermo .....	180	Nova Trento .....	312	Três Barras .....	652
Forquilha .....	181	Orleans .....	316	Treze Tílias .....	653
Fraiburgo .....	183	Ouro .....	342	Tunápolis .....	654
Garopaba .....	198	Paial .....	358	Turvo .....	661
Garuva .....	202	Palhoça .....	359	Urussanga .....	662
Gaspar .....	205	Palmitos .....	384	Videira .....	663
Governador Celso Ramos .....	206	Papanduva .....	385	Vitor Meireles .....	666
Grão Pará .....	213	Passo de Torres .....	386	Xanxerê .....	667

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios

## de Santa Catarina

Edição Nº 2328

Segunda-feira - 28 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

### Sumário

Xavantina ..... 669      Xaxim..... 670

#### Consórcios

CIMVI..... 672  
CIS-AMAVI..... 676  
CIS/AMMVI..... 677  
CIS/AMUREL..... 680  
CIS/AMURES..... 681  
CIS/AMERIOS ..... 684



# Agronômica

## PREFEITURA

### nº 323/2017

PORTARIA Nº 323/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. MARILENE NIQUELATI matrícula nº 279 ocupante do cargo de provimento em comissão de AGENTE DE CONTROLE INTERNO, com lotação no Departamento de Administração encontra-se com as férias do período aquisitivo 16/03/2015 a 16/03/2016

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 28/08/2017 a 02/09/2017, (SETE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 16/03/2015 a 16/03/2016, para a servidora municipal Sra. MARILENE NIQUELATI matrícula nº 279 ocupante do cargo de provimento em comissão de AGENTE DE CONTROLE INTERNO, com lotação no Departamento de Administração.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 28 de AGOSTO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

### nº 324/2017

PORTARIA Nº 324/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. VOLNICE REGINA FLAUSINO matrícula nº 24 ocupante do cargo de provimento efetivo de fiscal de tributos e posturas municipais, com lotação no Departamento de Administração encontra-se com as férias do período aquisitivo 01/03/2015 a 01/03/2016.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 21/08/2017 a 06/09/2017, (DEZESSETE) dias, que referem-se ao período aquisitivo 01/03/2015 a 01/03/2016, para a servidora municipal Sra. VOLNICE REGINA FLAUSINO matrícula nº 24 ocupante do cargo de provimento efetivo de fiscal de tributos e posturas municipais com lotação no Departamento de Administração.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 28 de AGOSTO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

### nº 325/2017

PORTARIA Nº325/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e, Considerando que cabe o município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores públicos se encontram amparados e submetidos ao que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais da Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/90, Lei Complementar nº02/91 de 16/04/91, todas com alterações posteriores. Considerando o que dispõe os Artigos 101 a 118 da Lei 01-90 de 31/10/1990 no que se refere ao Regime Disciplinar e apuração de Responsabilidade do Servidor no Exercício de suas funções.

Considerando que o que dispõe os Artigos 119 e seguintes da Lei 01/90 de 31/10/1990 no que se refere a instauração do Processo Administrativo.

RESOLVE:

1-) Fica instaurado Processo Administrativo, a Servidora ROSANA MARIA MACHADO, Matrícula 329, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, onde iniciou suas atividades em 26/09/2005. Para apurar a denúncia que a mesma está descumprindo as funções e atribuições do Cargo que exerce.

2-) Ficam constituída Comissão de Inquérito para a apuração dos fatos e composta pelo servidor

MOISES DELLA JUSTINA, matrícula nº277, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista.

CRISTIANI VASSELAI JUSTEN matrícula nº 407, ocupando do cargo de provimento efetivo de Gerente Técnico Administrativo.

ELIS REGINA FONTANIVE LOSI, matrícula nº 364, ocupando do cargo de provimento efetivo Orientador Pedagógico.

3-) Revoga a portaria nº 322/2017 de 24 de agosto de 2017

4-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 28 de agosto de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

## **Nº 326/2017**

PORTARIA Nº 326/2017 DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 37º, da Lei Complementar nº 51/2010 de 06/04/2010, que determina a concessão anual de quarenta e cinco dias de férias, aos docentes em regência de classe nas unidades escolares, distribuídos nos períodos de recesso,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. DAIANA BINI FREIBERGER matrícula nº 615 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR 40 hs e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período aquisitivo 12/01/2016 A 12/01/2017.

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 28/08/2017 a 18/09/2017, (VINTE E DOIS) dias, que referem-se ao período aquisitivo 12/01/2016 A 12/01/2017, para a servidora municipal Sra. DAIANA BINI FREIBERGER matrícula nº 615 ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR 40 hs e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 28 de AGOSTO de 2017.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### RESOLUÇÃO Nº 001/2017

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL A REPASSAR O VEÍCULO VW/GOL 1.6 POWER, PLACA MDU 9006, ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO 2006, RENAVAL 984464825, COM INSCRIÇÃO NO PATRIMÔNIO DA CÂMARA MUNICIPAL SOB Nº133 PARA O EXECUTIVO MUNICIPAL DE ALTO BELA VISTA/SC.

ROSICLER TEREZINHA POTRICH BENINCA, Presidente da Câmara de Vereadores de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Edilidade, em sessão plenária, aprovou e ela promulga a seguinte Resolução Legislativa.

Art. 1º Fica autorizada a Câmara Municipal doar, sem encargo, ao Executivo Municipal de Alto Bela Vista, Santa Catarina, inscrito no CNPJ 01.613.765/0001-60, o veículo VW/GOL 1.6 POWER, placa MDU 9006, ano e modelo de fabricação 2006, Renavam 984464825, com inscrição no patrimônio da Câmara Municipal sob nº133.

Art. 2º A doação que trata o Artigo acima se operará mediante baixa do patrimônio da Câmara Municipal De Alto Bela Vista/SC e ingresso no patrimônio do Poder Executivo, e será concretizada através da assinatura do termo de doação e entregue veículo, termo que passa a fazer parte integrante desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Alto Bela Vista/SC, 04 de agosto de 2017.

ROSICLER T. P.

Presidente da Câmara

BENINCA SILVANO FINGER

Vice Presidente

CLAUDIA PETTER AULER

1º Secretária

EDSON R. HOFFMANN

2º Secretário

Registra-se e Publica-se

Em ..... de .....de 2017

Responsável pelas publicações

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 103/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 075/2017; Tipo: Menor Preço; Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de troca com fornecimento de óleo lubrificante, óleo hidráulico, fluido de freio 500 ml, filtros e graxa, conforme necessidade, para a manutenção da frota de veículos e máquinas da Prefeitura do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 11 de setembro de 2017 as 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 25 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 058/2017

DECRETO Nº 058/17 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 110.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 110.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 110.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1536/2017

LEI Nº 1.536/2017

ALTERA O ART. 1º CAPUT, e o § 2º do ART. 5º DA LEI MUNICIPAL N. 1.379/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 1º, caput, da Lei Municipal n. 1.379/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar e conceder Vale-Alimentação, destinado exclusivamente aos servidores públicos municipais ativos, detentores de cargo de provimento efetivo, aos detentores de cargos comissionados e aos que exerçam funções temporárias, integrantes do Quadro de Pessoal da Administração Pública Municipal, inclusive autárquica e fundacional, Servidores da Câmara Municipal e Conselheiros Tutelares.

Art. 2º - O § 2º, do art. 5º, da Lei Municipal n. 1.379/2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

§2º Os dias em que o servidor encontrar-se em treinamentos, conferências, congressos, seminários ou outros eventos similares, fora da sede do Município e mediante autorização expressa da autoridade superior, não será creditado o Vale-Alimentação, sendo realizado o custeio de alimentação, no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por dia, mediante reembolso em folha no mês subsequente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o art. 1º caput, e o § 2º do art. 5º, da Lei Municipal n. 1.379/2012.

Antônio Carlos, 15 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 425/2017

PORTARIA Nº 425/2017

Cessa portaria.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar portaria nº 361/2017, que concedia Licença para Tratamento de Saúde a servidora efetiva PAMELLA DE ASSUNÇÃO CRISTOFOLINI, publicada no DOM no dia 20 de julho de 2017, edição nº 2301, pg. 85, retornando as atividades laborais, a partir de 10 de agosto de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 25 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de agosto de 2017.

### **PORTARIA N 426/2017**

PORTARIA Nº 426/2017

Admite ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo nº 001/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, IRENE COELHO DOS SANTOS, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 28 de agosto de 2017, em substituição à servidora ALESSANDRA BASEI, de licença para tratamento de saúde.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 25 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de agosto de 2017.

### **PORTARIA N 427/2017**

PORTARIA Nº 427/2017

Nomeia servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital de Concurso Público nº 001/2014;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, VIVIANE MARTINS WEBER, para o cargo efetivo de PROFESSOR GRADUAÇÃO/LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA - 20H, a partir do dia 28 de agosto de 2017, passando a fazer parte do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 25 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 28 de agosto de 2017.

## Apiuna

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 2794**

DECRETO Nº 2794/2017

De 16/08/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPRAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

## DECRETA

Art. 1º - Fica criada a fonte de recursos 33.812-Transferências Convenio Aplicação Posto de Saúde e suplementada, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna/SC o valor de R\$ 14.829,82 (Quatorze mil oitocentos e vinte e nove Reais e oitenta e dois centavos), na seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.1050	Construção, Ampliação ou Reforma de Postos de Saúde	
40000000000000	Despesas Correntes	
44000000000000	Outras Despesas Correntes	
44900000000000	Aplicações Diretas	
33.812	Transferências Convenio Aplicação Posto de Saúde	14.829,82
	TOTAL	14.829,82

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de Agosto de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2795**

DECRETO Nº 2795/2017

De 16/08/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA-SC UTILIZANDO O EXCESSO OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

## DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, no valor R\$ 12.950,00 (Doze mil novecentos e cinquenta Reais) da seguinte classificação orçamentária:

09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	950,00
	Subtotal	950,00
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
30000000000000	Despesa Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	

33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	12.000,00
	Subtotal	12.000,00
	TOTAL	12.950,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de Agosto e 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2796

DECRETO Nº 2796/2017

De 16/08/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA UNIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/12/2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 51.000,00(Cinquenta e um mil Reais) da seguinte dotação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
11.800	Transf. Fundeb/Fundef(Remuneração Magistério)	51.000,00
	TOTAL	51,000,00

Art. 2º - Por conta das anulações constantes no Art. 1º, o Poder Executivo autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, o valor de R\$ 51.000,00(Cinquenta e um mil Reais), as seguintes dotações orçamentárias:

04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior	
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf. Fundeb/Fundef(Outras Despesas Ensino)	51.000,00
	TOTAL	51,000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de Agosto de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº0339/2017

PORTARIA Nº 0339/2017

De 03 de agosto de 2017

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO

JAISON GUILHERME VENDRAMIN

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 14, I e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 02/2016, com homologação do resultado final em 28/06/2016,

RESOLVE

NOMEAR, a partir de 03 de agosto de 2017, JAISON GUILHERME VENDRAMIN em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de PROFESSOR - 40 horas semanais.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 03 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0357/2017**

PORTARIA Nº 0357/2017

De 15 de agosto de 2017

ALTERA CARGA HORÁRIA DE  
DJESSICA MORGANA DE AVIZ

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 121/2012 de 24/02/2012, art. 8º,

RESOLVE

ALTERAR a carga horária de funcionária contratada temporariamente, DJESSICA MORGANA DE AVIZ, contrato 145742-2, ocupante do cargo de PROFESSOR – 30H semanais passando a exercer o total de 40H semanais a partir de 21/08/2017.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 15 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº0358/2017**

PORTARIA Nº 0358/2017

De 16 de agosto de 2017

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EM COMISSAO  
JEAN MARCOS BENVENUTTI

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 65,

RESOLVE

Demitir em 16 de agosto de 2017, JEAN MARCOS BENVENUTTI do cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE – 44H, sem justa causa a pedido do empregado.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº0359/2017**

PORTARIA Nº 0359/2017

De 16 de agosto de 2017

ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
PARA EXERCÍCIO DE 2017

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com Art. 64, item VI da Lei Orgânica do Município,  
RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Comissão de Licitação a partir de 16/08/2017 a 31/12/2017 para licitações da Prefeitura e Fundo de Saúde:

PRESIDENTE: Luiz Conrado Schmidt

VICE-PRESIDENTE: Lucas Xavier dos Reis

SECRETÁRIA: Juliana Jaqueline Elias

MEMBRO: André Luiz Zuchi

MEMBRO: Fabiana Bazzanella

Art. 2º - Designar os Senhores Luiz Conrado Schmidt e Lucas Xavier

dos Reis como pregoeiros oficiais.

Art. 3º - Designar como equipe de apoio aos Pregoeiros, Fabiana Bazzanella, André Luiz Zuchi e Juliana Jaqueline Elias.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0360/2017**

PORTARIA Nº 0360/2017

De 16 de agosto de 2017

NOMEIA COMISSÃO DE GRUPO DE TRABALHO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei,  
RESOLVE

NOMEAR comissão para compor Grupo de Trabalho junto ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, sendo composta por:

Adilson Fortunato

Mary Ellen Schulz Cerutti

Lucas Xavier dos Reis

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 16 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0361/2017**

PORTARIA Nº 0361/2017

De 17 de agosto de 2017

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO

REJANE RUFINO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 14, I e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 02/2017, com homologação do resultado final em 17/07/2017,

RESOLVE

NOMEAR, a partir de 21 de agosto de 2017, REJANE RUFINO em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM - 40 horas semanais.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0362/2017**

PORTARIA Nº 0362/2017

De 18 de agosto de 2017

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO

VANDERLEI LUIZ HEIDRICH

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 14, I e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 02/2016, com homologação do resultado final em 28/06/2017,

RESOLVE

NOMEAR, a partir de 25 de agosto de 2017, VANDERLEI LUIZ HEIDRICH em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de MOTORISTA - 40 horas semanais.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 18 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº0363/2017**

PORTARIA Nº 0363/2017

De 21 de agosto de 2017

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA A SERVIDORA

JULIANE DA SILVA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 131 e, Lei Complementar nº 147/2014 de 16/12/2014,  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença maternidade de 120 dias a JULIANE DA SILVA, a partir de 21/08/2017 à 18/12/2017, conforme certidão de nascimento.

Art. 2º - Conceder licença especial de 60 dias conforme art. 139 da Lei Complementar 147/14, para JULIANE DA SILVA de 19/12/2017 à 16/02/2018.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 21 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº0364/2017**

PORTARIA Nº 0364/2017

De 21 de agosto de 2017

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA A SERVIDORA

CELINA BRANDES SABEL

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 Art. 131 e, Lei Complementar nº 147/2014 de 16/12/2014,  
RESOLVE

Art. 1º - Conceder licença maternidade de 120 dias a CELINA BRANDES SABEL, a partir de 18/08/2017 à 15/12/2017, conforme atestado médico.

Art. 2º - Conceder licença especial de 60 dias conforme art. 139 da Lei Complementar 147/14, para CELINA BRANDES SABEL de 16/12/2017 à 13/02/2018.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 21 de agosto de 2017.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

# Arabutã

## PREFEITURA

### CONTRATO ACT 048/2017

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 048/2017

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e ANA CAROLINE PATZLAFF, inscrita no CPF/MF sob o nº. 092.418.439-69, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento para o cargo de Auxiliar de Sala, para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 001/2017, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 28 de agosto de 2017 até 14 de dezembro de 2017;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1.206,08(um mil duzentos e seis reais e oito centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Auxiliar de Sala;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação –P.E.C.
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 40h, pelo turno matutino e vespertino;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 25 de agosto de 2017.

Ana Caroline Patzlaff  
Contratada

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Testemunhas:

Maila Krebin  
CPF/MF nº. 093.293.199-55

Joana Carine Goldmeyer  
CPF/MF nº. 039.438.729-55

### PREGAO 79.2017

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 087/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 079/2017

Objeto: Registro de Preços para possível AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, em conformidade com as especificações constantes do Anexo “E” deste Edital.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 11/09/2017.

Abertura: às 9h00 do dia 11/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br),

link “Licitações”. Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 25 de agosto de 2017

EVELÁCIO VALÉRIO LEIDOW

Secretário de Infra-Estrutura e Urbanismo

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

**TERMO ADITIVO Nº 0001/2017 - CONTRATO Nº 0027 2017 - TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA**

TERMO ADITIVO 0001/2017 CONTRATO N.º 0027/2017 "TRANSPORTE DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC", QUE FAZEM ENTE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0033/2017  
PREGÃO Nº: 0011/2017

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC e empresa TRANSJONIR TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 05.270.486/0001-00, com sede na Rua Zíbio Maroli, 67, centro no Município de Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. ALTAMIR PEDRO BRAMBILA, residente e domiciliado na Rua Zíbio Maroli, Centro no Município de Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo, doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/02 e Lei n.º. 8666/93 combinada com a redação da lei n.º 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Considerando o reajuste do combustível pelo governo federal, ficam aditivados os valores, do óleo diesel S-500 em 7,30%(sete virgula trinta por cento), ficando assim definidos conforme itinerários:

ITINERÁRIO	VALOR COMBUSTÍVEIS / LICITAÇÃO	VALOR MANUTENÇÃO	VALOR UNITÁRIO
01	R\$2,51	R\$1,56	R\$4,07
02	R\$2,58	R\$0,80	R\$3,38
03	R\$2,65	R\$0,81	R\$3,46

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA – As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E Por assim estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo m 3(três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 22 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ: 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

TRANSJONIR - TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA ME

CNPJ: 05.270.486/0001-00

ALTAMIR PEDRO BRAMBILA

Sócio Gerente

TESTEMUNHAS

TARCÍSIO LIDANI

CPF: 613.139.809-78

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

DE ACORDO

SANTO POSSATO

ADVOGADO OAB/SC 19.045

AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAR TERMO ADITIVO

CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC, Prefeito Municipal, autorizo, através do presente, em conformidade com a Lei 8.666/93, autoriza reajuste do valor do óleo diesel, nos itinerários de transporte escolar da Empresa Transjonir Ltda – ME, em conformidade com o reajuste do governo federal, em 7,3% (sete vírgula trinta por cento)

Arroio Trinta – SC, 22 de agosto de 2017.

CLAUDIO SPRICIGO

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 0001/2017 AO CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 0027/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0023/2017

CONTRATADA: TRANSJONIR LTDA - ME

PRAZO: REAJUSTE DE ÓLEO DIESEL EM 7,3%

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 58/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de dispensa de licitação 58/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: Odair dos Santos

CPF: 814.374.639-91

Objeto: Contratação de pessoa física especializada para prestação de serviços de Assessoria à Secretaria de Educação deste Município, pelo período de 4 (quatro) meses, com os seguintes objetivos: revisar e adequar as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação; conduzir o processo de avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação; participar de reuniões com as equipes de avaliação do Plano Municipal de Educação; participar de grupos de estudo para o desenvolvimento de projetos nas áreas de interesse da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Promoção Social

Valor total: R\$ 6.240,00 (seis mil duzentos e quarenta reais).

Vigência: 4 (quatro) meses

Ascurra, 28 de agosto de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 59/2017

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de dispensa de licitação 59/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: JM Soldas LTDA. – ME

CNPJ: 11.425.175/0001-67

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento e instalação de kits rolo e arco de lona completo em três veículos da frota do Município de Ascurra (SC)

Valor total: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Vigência: 31/12/2017

Ascurra, 28 de agosto de 2017.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017 - FMT TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017 - FMT**

#### **PUBLICAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017 - FMT

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017 - FMT

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, TORNA PÚBLICO que fará realizar Tomada de Preços, mediante licitação Tipo Técnica e Preço, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS DE DESENVOLVIMENTO E DA IDENTIDADE COMPETITIVA DA CIDADE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS. Data/horário recebimento envelopes: 28/09/2017 às 14h. Data/horário abertura envelopes: 28/09/2017 às 14h, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras/SC, 25 de agosto de 2017.

Susan Corrêa – Secretária Municipal de Turismo

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/SAMAE/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/SAMAE/2017.

Tipo: MENOR PREÇO MENSAL.

Data e horário da sessão de abertura: 11/09/2017 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, SN, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para locação de sistema de telemetria para medição de nível, em três pontos (elevados Barra Velha e Zona Sul e apoiado Dunas), para uso do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE.

Fone/Fax: (48) 3468-7218/ e-mail: licitacao.rincao@hotmail.com

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 25 de Agosto de 2017.

Pregoeira

Gisele Ferreira

### EXTRATO DE RESCISÃO - INNOVATI

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL ao Contrato Nº. 088/PMBR/2016. INNOVATI CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP OBJETO: Fica rescindido unilateralmente, a partir de 21/08/2017, o Contrato Nº. 088/PMBR/2016, nos termos do art. 79 I c/c art. 78 I e V, da Lei Nº. 8.666/93 e alterações subsequentes. ASSINATURA: 21/08/2017. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Jairo Celoy Custodio - Prefeito Municipal.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2017

Página: 1/8

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 013/PMBR/2017

Número do Registro de Preços: 13/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AS DIVERSAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TROFÉU GRANDE LAMINADO 1º LUGAR APROX. 1,00CM	UN	WZMULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	118,5000	1
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	118,6000	2
2	TROFÉU GRANDE LAMINADO 2º LUGAR APROX. 1,20CM,	UN	WZMULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	109,5000	1
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	110,0000	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	117,4000	3
3	TROFÉU PEQUENO LAMINADO MELHOR JOGADOR APROX. 0,50CM,	UN	WZMULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	39,7000	1
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	39,8000	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	41,0000	3
4	TROFÉU PEQUENO LAMINADO GOLIEIRO MENOS VAZADO APROX 0,50CM	UN	CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	34,4000	1
			WZMULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	34,5000	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	41,0000	3
5	TROFÉIS DESTAQUE LAMINADO APROX 0,40CM	UN	CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	32,3500	1
			WZMULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	32,4000	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	36,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2017**

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 13/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AAS DIVERSAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E CULTURA DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	MEDALHAS 1º LUGAR (IMITAÇÃO OURO) 7 CM	UN	CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	2.5000	1
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	2.5500	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	3.0000	3
7	MEDALHAS 2º LUGAR (IMITAÇÃO PRATA) 7 CM	UN	CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	2.5000	1
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	3.9000	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	3.9000	3
8	MEDALHAS 3º LUGAR (IMITAÇÃO BRONZE) 7CM,	UN	CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	2.5000	1
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	3.9000	2
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	3.9000	3
9	MEDALHAS 4º LUGAR (IMITAÇÃO BRONZE) 7CM,	UN	CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	3.6000	1
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	3.9000	2
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	3.9000	3
10	MEDALHAS (IMITAÇÃO OURO) 5,5CM	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	1.9000	1
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	1.9500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2017**

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 13/2017      Data do Registro: 24/08/2017      Válido até: 24/08/2018						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AS DIVERSAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	2,9000
11	MEDALHAS (IMITAÇÃO PRATA) 5,5CM	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	1,9000
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	3,1000
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	3,3000
12	MEDALHAS (IMITAÇÃO BRONZE) 5,5CM.	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	1,9000
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	3,1000
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	3,3000
13	BOLAS FUTEBOL DE CAMPO ADULTO, PRESSÃO: 8 A 10. PESO: 410 - 450 DIÂMETRO: 75 - 78	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	STADIUM	0	58,9000
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	59,0000
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	penalty	0	73,0000
14	BOLAS DE FUTSAL ADULTO PRESSAO: 9 PESO: 420 - 440 DIÂMETRO: 61- 64	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	STADIUM	0	55,9000
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	56,0000
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	penalty	0	70,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2017**

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 13/2017      Data do Registro: 24/08/2017      Válido até: 24/08/2018						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AS DIVERSAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
15	BOMBAS DE ENCHER BOLAS PRINCIPAIS MATERIAL: PLÁSTICO DIMENSÕES DO PRODUTO (A X L X P): 21 CM X 03 CM X 03 CM PESO APROXIMADO: 100 G	UN	JM ESPORTES LTDA ME (1538)	penalty	0	23,0000
16	TROFÉIS PEQUENOS LAMINADO 1º LUGAR APROX. 0,50CM	UN	CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	23,5000
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	PENALTY	0	27,0000
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	24,9000
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	reina	0	25,0000
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	42,9000
17	TROFÉIS PEQUENOS LAMINADO 2º LUGAR APROX. 0,50CM	UN	CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	24,9000
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	45,0000
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	reina	0	45,0000
18	TROFÉIS PEQUENOS LAMINADO 3º LUGAR APROX. 0,50CM	UN	CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	24,9000
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	45,0000
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	reina	0	45,0000
19	TROFÉIS PEQUENOS LAMINADO 4º LUGAR APROX. 0,50CM	UN	CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	24,9000

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2017**

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 13/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AAS DIVERSAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E CULTURA DO MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	TROFÉU MÉDIO LAMINADO 1º LUGAR APROX. 70CM	UN	WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	42,0000	2
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	42,0000	3
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	65,0000	1
21	TROFÉU MÉDIO LAMINADO 2º LUGAR APROX. 60CM	UN	JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	67,0000	2
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	82,9000	3
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	63,0000	1
22	TROFÉU PEQUENO LAMINADO APROX. 40CM,	UN	JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	64,0000	2
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	68,0000	3
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	29,0000	1
23	TROFÉU PEQUENO LAMINADO APROX. 40CM	UN	CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	29,9000	2
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	31,0000	3
			JM ESPORTES LTDA ME (1538)	rema	0	29,0000	1
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	38,0000	2
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	39,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2017**

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 13/2017		Data do Registro: 24/08/2017		Válido até: 24/08/2018			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AS DIVERSAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO/SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	TROFÉU PEQUENO LAMINADO PROX. 40CM	UN	JM ESPORTES LTDA ME (1538)	reina	0	29,0000	1
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	38,0000	2
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	39,0000	3
25	TROFÉU MÉDIO LAMINADO APROX. 40CM	UN	JM ESPORTES LTDA ME (1538)	reina	0	29,0000	1
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	38,0000	2
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	VITORIA	0	39,0000	3
26	REDE PARA TRAVE DE FUTEBOL DE CAMPO CONFECCIONADA NO FIO 6 MM EM CORDA TRANÇADA ENTRE NOS MATERIAL "SEDA" COR BRANCA, MODELO CAIXOTE MEXICO EUROPEU, MEDIDAS 7,50 METROS DE LARGURA X 2,50 ALTURA.	UN	JM ESPORTES LTDA ME (1538)	parque	0	379,0000	1
			CASTELO ESPORTE LTDA ME (195)		0	380,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2017

Página: 78

Número do Registro de Preços: 13/2017		Data do Registro: 24/08/2017		Válido até: 24/08/2018			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AAS DIVERSAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCAO/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			WZ MULTIESPORTES LTDA ME (1537)	MASTER RED	0	470.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2017

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 13/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS ESPORTIVOS E PREMIAÇÕES PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, NO ATENDIMENTO AS DIVERSAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA SECRETARIA DE TURISMO, ESPORTES E CULTURA DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCAO/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017

PROCESSO Nº 53/2017

(195) - CASTELO ESPORTE LTDA ME  
(1537) - WZ MULTIESPORTES LTDA ME  
(1538) - JM ESPORTES LTDA ME

Balneário Rincão, 24 de Agosto de 2017.

# Bandeirante

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 15/2017 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA A PACIENTES DO MUNICÍPIO E PARA USO JUNTO A UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, conforme as especificações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até as 08h15min do dia 12/09/2017, no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, na Av. Santo Antônio, 1069, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital estará disponível no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br).

Informações pelo fone (049) 3626 0012, ou pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br)

Bandeirante/SC, 25 de agosto de 2017.

Neuri Biazzi - Gestor do FMS.

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 52/2017 PMB**

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE EXPLOSIVOS E OUTROS MATERIAIS NECESSÁRIOS, PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO E OUTROS TRABALHOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h15min do dia 13/09/2017 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço [www.bandeirante.sc.gov.br](http://www.bandeirante.sc.gov.br) ou solicitado pelo e-mail [licitacao@bandeirante.sc.gov.br](mailto:licitacao@bandeirante.sc.gov.br).

Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 25 de agosto de 2017.

Celso Biegelmeier- Prefeito Municipal.

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### **EDITAL PREGÃO Nº15/2017 FMAS**

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2017  
DITAL DE PREGÃO Nº 015/2017  
Republicação

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a Prestação de serviço de Palestra referente ao tema: Relações familiares e a problematização do alcoolismo na família. Envolver na palestra músicas e brincadeiras. Data da referida palestra dia 27/10/2017, as 13h00min horas. público alvo, famílias atendidas pelo CRAS, carga horária de aproximadamente 1h30 min de duração. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 11 de setembro de 2017. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra Bonita, em 25 de agosto de 2017.

NEURA MARIA SCHONARDIE DERES  
Gestora do FMAS

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ATA 001/2017 PP 003 FUNREBOM

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017  
Contratada: SERMEDICALL EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP  
Objeto aquisição de desfibrilador externo automático para o Fundo Municipal de Reequipamento de Bombeiros Militares do Município de Barra Velha/SC  
Valor do Contrato: R\$ 19.500,00  
Data de Assinatura: 25/08/2017  
Data de Vencimento: 25/08/2018  
Barra Velha, 25 de agosto de 2017.  
RICARDO PEDROSO  
Pela Empresa Contratada  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito

### CONTRATO 020/2017 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Extrato de Contrato nº 020/2017  
Contratada: WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA EPP  
Licitação: Proc. Administrativo 057/2017 TP nº 005/2017  
Objeto: Ampliação da escola Judite Bernardina Aguiar, incluindo fornecimento de material e mão de obra, em Regime de Empreitada Global, mediante licitação Tipo Menor Preço Global Por Item, em estrita observância aos Memoriais e Planilhas anexos, partes integrantes deste Processo.  
Valor do Contrato: R\$: 145.434,03 (cento e quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta e quatro reais e três centavos).  
Data da assinatura: 24/08/2017  
Data do vencimento: 31/12/2017  
Barra Velha, 24 de agosto de 2017  
WALTER TOMAZ MANTAU  
Pela Empresa Contratada  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito

## PROCON - BARRA VELHA

### DECISÃO CADASTRAL

#### DECISÃO CADASTRAL

FA n.º: 42.004.001.17-0001074  
Reclamante: GUSTAVO FERREIRA PROVESI  
Reclamado(a): ITEQ - ITAJAI

Vistos.

#### I - Relatório:

Trata-se de Processo Administrativo instaurado (de ofício pelo Procon Municipal de Barra Velha, com fulcro no art. 33, inciso I, do Decreto Federal n.º 2.181, de 20 de março de 1997) ou (por Reclamação do Consumidor GUSTAVO FERREIRA PROVESI, nos termos do art. 33, inciso III, do Decreto Federal n.º 2.181, de 20 de março de 1997) em face do(s) Fornecedor(es) ITEQ - ITAJAI - , para apurar violação ou ameaça ao direito previsto no artigo 6, inciso V (da Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990) ou a prática abusiva prevista no art. 13, inciso XXII (da Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990).

#### Segundo o(a) Consumidor "

Informou a consumidora que efetuou a matrícula de seu filho Gustavo Ferreira Provesi, na escola reclamada na data do dia 11 de março de 2017, no valor de 1 + 7 parcelas de R\$ 120,00 reais no boleto bancário, com vencimento todo dia 15 de cada mês, com duração de oito meses, com início previsto para o dia 18/03/2017, e que por motivos eventuais não pode iniciar o curso e tão pouco poderia concluir. A consumidora ligou na semana de início do curso para efetuar o cancelamento, no qual o atendente informou que iria passar o caso para o setor administrativo e informou que faria o cancelamento. Ocorre que agora seu marido está recebendo cobranças referente ao curso, através de ligações. A consumidora afirma que seu filho não frequentou nenhuma aula e também não

recebeu nenhum material do referente curso, sendo assim não há despesas para com a escola. A consumidora que o cancelamento da cobrança tendo em vista que não há motivos para as mesma.

Considerando a necessidade de uma averiguação mais detalhada, foi determinada a instauração de investigação preliminar, sendo expedida CIP ao fornecedor(a) para apresentar manifestação por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da aludida Carta

Em resposta a CIP expedida, o fornecedor informou que o reclamante Gustavo Ferreira Provesi é aluno da reclamante, e que compareceu acompanhado de sua responsável Marilene Silva, na campanha de divulgação dos nossos cursos que aconteceu no dia 11/03/2017 na cidade de Balneário Piçarras, na ocasião, os mesmos assistiram a palestra informativa, onde foi apresentado o curso. Após o término da palestra, o aluno juntamente com sua responsável optou em fazer a sua matrícula no curso de Assistente Administrativo com Ênfase em Logística Empresarial e Inglês Essencial, com carga horária total de 60 horas. No ato da matrícula o aluno e sua responsável concordaram com as condições propostas nas cláusulas do contrato assinando o mesmo e também foi feito o pagamento no valor de R\$ 10,00 reais referente ao pagamento parcial da primeira mensalidade. Informou ainda que na semana seguinte tentou contato com o aluno para lembrar da data de início do curso mas não obteve êxito em suas ligações. No dia 29/03/2017, o pai do aluno fez contato com a escola informando que seu filho não teria mais interesse no curso, e a atendente informou que seria feito o cancelamento mas que seria feito mediante a confirmação do pagamento da multa rescisória, como consta nas cláusulas do contrato de matrícula.

Foi instaurado Processo Administrativo para apuração das indigitadas práticas infrativas, na qual foi designada audiência de conciliação para a data do dia 11 de julho de 2017, às 15:00 horas.

Aberta a audiência, na presença do Reclamante o Senhor Osvaldo Provesi e do Reclamado representado pelo Senhor Vinício Moraes

Batista, apresenta como proposta de acordo nos seguintes termos: a cobrança da multa rescisória no valor de R\$200,00. A parte reclamante ficou ciente da proposta de acordo, aceitando seus termos, efetuando o pagamento da multa rescisória no valor de R\$200,00 reais, no qual ficou liquidado e encerrado o contrato de prestação de serviço com a empresa reclamada. A parte reclamada encaminhou email na data do dia 11/07/2017 com o comprovante de cancelamento do curso e comprovante de pagamento do debito, conforme anexos nos autos.

É o relatório.

## II - Fundamentação:

Inicialmente, cumpre mencionar que a presente decisão tem por escopo analisar a necessidade de registro de informações aos consumidores por meio do Cadastro Municipal de Reclamações Fundamentadas, nos termos do art. 44 da Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Dito isto, passo a análise da Reclamação.

Analisando o feito, verifica-se que o presente Processo Administrativo tramitou em observância às normas do Decreto Federal n.º 2.181, de 20 de março de 1997 (art. 33 e seguintes) e não foi configurada qualquer circunstância que significasse prejuízo para a defesa, de modo a acarretar qualquer tipo de nulidade (art. 48, Decreto Federal n.º 2.181/97).

De fato, denota-se claramente dos autos a relação contratual havida entre as partes, por meio do contrato de prestação de serviços, colacionado nos autos as fls. 18 a 20.

Nesse contexto, a Reclamação apresentada pelo consumidor é FUNDAMENTADA, por se tratar de notícia de lesão ou ameaça a direito previsto no(s) artigo(s) 39 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

(Art. 39) É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras praticas abusivas:

(Art. 39 , inciso V) exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

A instituição de ensino ou de serviço poderá cobrar multa do consumidor desistente, desde que isso esteja especificado no contrato. Mas, nos termos do artigo 9.º do Decreto 22.626/33, a multa não poderá exceder 10% do valor proporcional aos meses restantes para o término do curso, tanto para os semestrais quanto para os anuais. Se a cláusula estipular multa superior, esta será considerada abusiva e, portanto, nula.

Conduto, colhe-se dos autos colacionado a fls. 23 a 25 que o Fornecedor ATENDEU à solicitação do consumidor, efetuando o cancelamento da matrícula, e cancelamento das cobranças.

Logo, tem-se no processo administrativo em tela RECLAMAÇÃO FUNDAMENTADA ATENDIDA, que goza de elementos de verossimilhança suficientes para configurar a necessidade de registro e informação aos consumidores.

## III - Conclusão:

Com fulcro nos artigos 4º, incisos IV e V, e 58, inciso II, do Decreto Federal n.º 2.181/97, julgo a presente Reclamação como FUNDAMENTADA ATENDIDA.

Considerando o teor da conclusão da Nota Técnica n. 160 CGAJ/DPDC/2006, inscreva-se o nome do(a) Fornecedor(a) ITEQ - ITAJAÍ - imediatamente no Cadastro Municipal de Reclamações Fundamentadas de forma positiva, que deverá ser publicado na forma do art. 59, §1º, do Decreto Federal n.º 2.181/97.

Nos termos do artigo 62, do Decreto Federal n.º 2.181/97, disponibilize-se as informações deste procedimento administrativo ao PROCON/SC e ao DPDC.

Notifiquem-se as partes da inclusão.

Tendo em vista que as partes chegaram a um termo, deixo de aplicar sanção administrativa, pois com a solução da controvérsia o consumidor teve sua pretensão satisfeita e, conseqüentemente, a Reclamação perdeu sua razão de ser, como também sumiu a motivação para a aplicação de sanção administrativa, até porque "pensar de modo contrário seria desestimular a solução não contenciosa dos conflitos, objetivo que deve presidir, prioritariamente, as ações não só do judiciário, mas dos particulares" (TJSC, AC n. 2010.009906-0, rel. Des. Newton Janke, j. 14 2.12).

Publique-se.

Barra Velha, 25 de Agosto de 2017.

Amanda Elizângela Provesi de Aguiar  
Coordenador

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO N° '169/2017

DECRETO N° 169/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3681/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 1.290.000,00 (Um milhão e duzentos e noventa mil reais) por conta do provável excesso de arrecadação nas fontes de recursos: 0.1.00.000000 e 0.1.06.000000. As dotações abaixo relacionadas:

#### 07. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	250.000,00
3.3.90.00/01.06.000000	Outras Despesas Correntes	250.000,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil - Creche	350.000,00
3.3.90.00/01.06.000000	Outras Despesas Correntes	350.000,00

#### 12. SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1201.22.661.0007.1032	Pgt. Precatório c/ Desapropriação de Imóvel	600.000,00
4.4.90.00/01.00.000000	Investimentos	600.000,0

#### 19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1901.28.845.0000.0005	Contribuição a Entidades Municipalistas	90.000,00
3.3.50.00/01.00.000000	Outras Despesas Correntes	90.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

### DECRETO N° 170/2017

DECRETO N° 170/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2017.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3681/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 66.472,00 (Sessenta e seis mil e quatrocentos e setenta e dois reais) as dotações abaixo indicadas, por conta do Superávit Financeiro de 2016, apurado em fonte de recurso:

0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil - Creche	20.096,20
4.4.00.00	Investimentos	20.096,20
4.4.90.00	Aplicação Direta	20.096,20
0.3.21.000000	Manutenção do Ensino Infantil	20.096,20
1102.08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	14.626,90
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	14.626,90
3.3.90.00	Aplicação Direta	14.626,90
0.3.81.000059	Manutenção do FIA	14.626,90
2601.15.452.0009.2105	Manutenção Serviços de Educação de Trânsito	23.500,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	23.500,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	23.500,00
0.3.19.000000	Melhoria do Sistema Viário	23.500,00
2701.20.602.0007.2107	Manutenção da Secretaria de Agricultura, Pesca e Aquicultura	3.638,10
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	3.638,10
3.3.90.00	Aplicação Direta	3.638,10
0.3.34.000000	Manutenção do FMDR	1.928,40
0.3.81.000080	Manutenção do FMDR	1.709,70
2701.26.782.0007.2101	Conservação de Estradas Vicinais	4.610,80
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	4.610,80
3.3.90.00	Aplicação Direta	4.610,80
0.3.81.000003	Infra-Estrutura em Transporte	4.610,80

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### PP 33/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 33/2017- FMS

OBJETO: FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 01 (UM) ELEVADOR PARA O POSTO DE SAÚDE DE BIGUAÇU (PRADO).

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 13 de setembro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 13 de setembro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022.

Biguaçu, 25 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.429/2017

DECRETO Nº 11.429, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Município no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 – Man. Atividades de Planejamento e Promoção

Modalidade 4.4.90 (805) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção

Atividade 16.02.23.695.0008.2280 – Man. Atividades de Planejamento e Promoção

Modalidade 3.3.90 (697) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de agosto de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 11.430/2017

DECRETO Nº 11.430, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BLUMENAU – SETERB.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, por conta do superávit financeiro, no valor de R\$ 181.400,00 (cento e oitenta e um mil e quatrocentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

33 – SERVIÇOS AUT. MUN. DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3302 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 33.02.04.122.0002.2213 – Man. Ativ. Adm. Fin. do SETERB

Modalidade 3.1.91 (56) Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

3303 – Diretoria de Trânsito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manutenção das Atividades de Trânsito

Modalidade 3.1.91 (57) Aplicações Diretas R\$ 114.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

3304 – Diretoria de Transporte

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manutenção das Atividades de Transporte

Modalidade 3.1.91 (59) Aplicações Diretas R\$ 29.400,00

Fonte de Recursos 0606.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de agosto de 2017.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 11.431/2017

DECRETO Nº 11.431, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.359, de 06 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento do Município no valor de R\$ 16.005,00 (dezesesseis mil e cinco reais), na seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Man. Ativ. Guarda e Cons. do Patrimônio

Modalidade 4.4.90 (76) Aplicações Diretas R\$ 16.005,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Man. Ativ. de Guarda e Cons. do Patrimônio

Modalidade 3.3.90 (73) Aplicações Diretas R\$ 16.005,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 21.171/2017**

PORTARIA Nº 21.171, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

RECONDUZ SANDRA IARA BALDO PARA A PRIMEIRA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI – I, DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e nos termos da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997, da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29/01/2009, do Decreto nº 6.156, de 15/06/1998 e alterações posteriores, e do art. 5º do Decreto nº 8.310, de 04/12/2006, e atendendo a solicitação contida no Ofício/Presidência/SETERB nº 727/2017, de 22/08/2017, resolve:

RECONDUZIR, para a Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI I, do Município, SANDRA IARA BALDO, representante titular do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, com as atribuições previstas no art. 17, da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997 e no Decreto nº 8.310, de 04/12/2006, para o período de 01 (um) ano, a contar de 17 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 21.172/2017**

PORTARIA Nº 21.172, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA KÁTIA REGINA CUSTODIO SCHMIDT PARA A PRIMEIRA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES – JARI – I, DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, e nos termos da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997, da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29/01/2009, do Decreto nº 6.156, de 15/06/1998 e alterações posteriores, e do art. 5º do Decreto nº 8.310, de 04/12/2006, e atendendo a solicitação contida no Ofício/Presidência/SETERB nº 727/2017, de 22/08/2017, resolve:

NOMEAR, para a Primeira Junta Administrativa de Recursos de Infrações – JARI I, do Município, KÁTIA REGINA CUSTODIO SCHMIDT, representante suplente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, com as atribuições previstas no art. 17, da Lei Federal nº 9.503, de 23/09/1997 e no Decreto nº 8.310, de 04/12/2006, para o período de 01 (um) ano, a contar de 17 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 21.173/2017**

PORTARIA Nº 21.173, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA CONSTITUIREM O ÓRGÃO COLEGIADO DA CONTROLADORIA MUNICIPAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "g", ambos da Lei Orgânica do Município de Blumenau, promulgada em 29/03/1990, e de conformidade como art. 4º da Lei Complementar nº 437, de 22/12/2003 e o Decreto nº 9.168, de 03/05/2010, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 437, de 22 de dezembro de 2003 e no Decreto nº 9.168, de 03 de maio de 2010, para constituírem o Órgão Colegiado da Controladoria Municipal:

GABRIELA KIELING, representante suplente da Secretaria Municipal de Gestão e Transparência – SEGT, em substituição, a LEONIDES JOSÉ GOEDERT, nomeado pela Portaria nº 20.684 de 31 de março de 2017;

CLEYTON GRIESHABER, Contador Geral da Prefeitura e ROSANE DOS SANTOS, titular e suplente, respectivamente, em substituição, a ROSANE DOS SANTOS e GEOVANIA NAPOLEÃO DOS SANTOS, nomeados pela Portaria nº 20.684 de 31 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 21.174/2017**

PORTARIA Nº 21.174, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DETERMINA O ARQUIVAMENTO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA - SAD Nº. 019/2016, QUE TRAMITOU PERANTE A 1ª CPASD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, o art. 246, da Lei Complementar n. 660, de 28/11/2007, e de acordo com o Julgamento prolatado nos autos da SAD nº. 019/2016 – 1ª CPASD, resolve:

DETERMINAR

o arquivamento da Sindicância Administrativa – SAD nº. 019/2016, instaurada pela Portaria nº 19.811, de 17/06/16, para apurar denúncia de supostas irregularidades na apresentação de diplomas por parte de educadores e professores lotados na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, que tramitou perante a 1ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, em consonância com o Relatório Final que concluiu não haver provas suficientes nos autos que pudessem dar ensejo à instauração de um processo administrativo disciplinar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 24 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.175/2017**

PORTARIA Nº 21.175, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LINDACIR LUZIA RUCHINSKI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal LINDACIR LUZIA RUCHINSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 17 de agosto de 2017, conforme Processo Administrativo nº 6723/08/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.176/2017**

PORTARIA Nº 21.176, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIMONE DE FÁTIMA CARVALHO POFFO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e

CONSIDERANDO solicitação expedida pela Secretaria Municipal de Administração - Diretoria de Pessoal, solicitando ato administrativo para fins de regularização funcional, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO a servidora pública municipal SIMONE DE FÁTIMA CARVALHO POFFO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 21 de julho de 2008, conforme Processo Administrativo nº 6602/08/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.177/2017**

PORTARIA Nº 21.177, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

CONSTITUI JUNTA MÉDICA NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP) PARA ANALISAR, MEDIANTE LAUDO PERICIAL, RECURSO ADMINISTRATIVO EM FACE DE ATO MÉDICO QUE CONCEDEU ALTA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ERNA PETER E A DESVINCULOU DO PROGRAMA DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 292, §1º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e atendendo a solicitação formulada pela Diretoria de Pessoal por meio do Memorando nº 45, de 17 de agosto de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Junta Médica no âmbito do SESOSP para

analisar, mediante laudo pericial, recurso administrativo em face de ato médico que concedeu alta e desvinculou do Programa de Reabilitação Profissional a servidora pública municipal ERNA PETER (Processo Administrativo ERP nº 6441/2017), ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, matrícula nº 193461, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde (SEMUS).

Parágrafo único. A Junta Médica de que trata o caput, que realizará a avaliação pericial no SESOSP no dia 18 de setembro de 2017, às 10:00h, será constituída pelos seguintes médicos da Rede Pública Municipal de Saúde:

I – Dra. Adriana Vieira Antunes Wiethorn, CRM 7959, lotada Secretaria Municipal de Administração, com atuação no SESOSP;  
II – Dra. Aline de Melo Moreira Lima, Endocrinologista, CRM 16629, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS;

III – Dr. Fernando Antonio Rodrigues Pinto Antunes, Oftalmologista, CRM 6065, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde (SEMUS).

Art. 2º Caberá à Diretoria de Pessoal, mediante notificação pessoal, convocar para a realização da perícia:

I – os médicos integrantes da Junta Médica;

II - a servidora e informá-la de que poderá, se o desejar:

a) formular quesitos à Junta Médica e apresentá-los ao SESOSP com antecedência mínima de três dias da data da avaliação pericial;

b) apresentar à Junta Médica documentos e exames médicos de que dispuser na data da avaliação pericial.

Parágrafo único. Deverá constar do ato convocatório que a ausência injustificada à perícia médica implicará o indeferimento do recurso, nos termos do art. 292, §3º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 21.178/2017**

PORTARIA Nº 21.178, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SIMONE SUELI BOSCHETTE PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar n. 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando SEDEAD n. 156/2017, de 14/08/2017, emitido pelo Secretário Municipal de Administração, resolve:

DESIGNAR, a contar de 07 de agosto de 2017, a servidora pública municipal SIMONE SUELI BOSCHETTE, matrícula nº 231560, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o exercício da função de Secretária Escolar do CEI "Dr. Wilson Gomes Santiago,

concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, equivalente a 20% (vinte por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 21.179/2017**

PORTARIA Nº 21.179, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO EM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NALU IARA BRUCH.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 23, inciso III, combinado com o art. 32, II da Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 670/2017, de 10/08/2017, resolve:

CONCEDER, gratificação especial pela participação em Estratégia de Saúde da Família - ESF, de que trata o artigo 32, inciso II da Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, à servidora pública municipal NALU IARA BRUCH, matrícula nº 22912-9, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 03 de agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de agosto de 2017.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE NºS 09-88/17; 09-87/17; 09-84/17; 09-76/17; 09-86/17; 09-92/17 E PROCESSOS DE DISPENSA NºS 08-93/17; 08-94/17; 08-95/17; 08-92/17 E 08-97/17**

Processo de Inexigibilidade: 09-88/17

Objeto: PAGAMENTOS DE TAXAS PERMT PARA II ETAPA DO CAPEONATO CATARINENSE DE DUATHLON - FMD

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: FEDERAÇÃO DE TRIATLO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

VALOR: R\$ 3.000,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-87/17

Objeto: SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA 44º JOGOS DA PRIMAVERA - FMD

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: LIGA BLUMENAUENSE DE FUTEBOL DE SALÃO.

VALOR: R\$ 6.601,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-84/17

Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTA HIDRÁULICA - SEDECI

Artigo: 25 INCISO I; da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: SOS SUL RESGATE COM. SRV. DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA.

VALOR: R\$ 27.820,34

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-76/17

Objeto: SERVIÇOS DE MONITORIA (PALESTRANTES) - SEMUS

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADOS: VÁRIOS CONTRATADOS

VALOR: R\$ 23.150,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-86/17

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURIDICA - PROEB

Artigo: 25 INCISO II ...ART; 13 INCISO III da Lei 8.666/93.

CONTRATADOS: BUSNELO E DUO ADVOGADOS ASSOCIADOS.

VALOR: R\$ 15.000,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-92/17

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO - SEDEAD

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADOS: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Processo de DISPENSA: 08-93/17

Objeto: APLICAÇÃO DE SESSÕES INDIVIDUAIS DE HIDROTERAPIA - SEMUS

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: HOCHHEIM & TERAPIAS LTDA.

VALOR: R\$ 6.160,00

Processo de DISPENSA: 08-94/17

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: LUCIANA SAMA CHARARA PROD. HOSPIT. ME.

VALOR: R\$ 1.014,00

Processo de DISPENSA: 08-95/17

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: PROHOSP DIST. DE MEDICAMENTOS LTDA.

VALOR: R\$ 5.770,80

Processo de DISPENSA: 08-92/17

Objeto: CONTINUAÇÃO DE TRATAMENTO FISIOTERAPIA UROLOGIA - SEMUS

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: DAIANE BECKER.

VALOR: R\$ 700,00

Processo de DISPENSA: 08-97/17

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL - SEMED

Artigo: 24 INCISO X; da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: COMUNHÃO MARTIM LUTERO.

VALOR: R\$ 60.000,00

**PORTARIA Nº 718/2017 - FAEMA**

PORTARIA Nº 718

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, LOTADOS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAEMA.

ALEXANDRE BAUMGRATZ, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005 e, com base nos artigos 24, 25 e 26 da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

**CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL**

aos servidores públicos municipais, integrantes do Quadro Permanente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA:

MATRÍCULA Nº	NOME DO SERVIDOR	CARGO	PADRÃO VENCTO	GGRUPO OCUPAC	A PARTIR DE
868	ADÃO PEDRO CARVALHO	Auxiliar de Serviços Gerais	F	GO	01/08/2017
1074	DOUGLAS DICKMANN	Fiscal do Meio Ambiente	D	GF	01/08/2017
1075	BRACIRA DE BORBA	Engenheiro Civil	D	GE	01/08/2017

Blumenau(SC), 22 de agosto de 2017.

ALEXANDRE BAUMGRATZ

Presidente da FAEMA

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 24/2017**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 24/2017

APROVA DESPESA ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – FIA, PARA PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO REGIONAL: UM MUNICÍPIO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, em cumprimento as suas atribuições legais, como órgão deliberativo, normativo e controlador da Política de Atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, com base no art. 7º da Lei Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações; no Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal Nº. 7.556, de 24 de novembro de 2003; no Decreto Nº. 9.823, de 11 de Outubro de 2012, que regulamenta o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA e de acordo com a Plenária Ordinária realizada em 24 de agosto de 2017, conforme consta na Ata CMDCA Nº. 08/2017 e;

**CONSIDERANDO:**

- que compete ao CMDCA promover e apoiar o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos representantes das organizações governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição Federal;
- que compete ao CMDCA deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
- a necessidade de transparência do processo de transferência de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA;
- O Parecer favorável da Comissão de Política, Plano e Diagnóstico – CPPD, conforme consta no relatório da Reunião realizada em 15 de agosto de 2017;
- O Parecer favorável da Comissão de Finanças e Captação – CFC, conforme consta no relatório da Reunião realizada em 17 de agosto de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprova o custeio de passagem aérea de ida/volta e diárias com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, para 1 (uma) conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, sendo governamental, bem como, aprovar diária para o motorista efetuar o deslocamento da participante, se assim for necessário, a fim de participar do “Seminários regionais: Um Município para Crianças e Adolescentes”, do Programa Prefeito Amigo da Criança, nos dias 04 à 05 de setembro de 2017, no Hotel Meliã Jardim Europa - Sala Pau Brasil, na Rua João Cachoeira, 107, bairro Itaim Bibi, São Paulo/SP.

Parágrafo Único. A referida despesa consta no Plano de Aplicação do Ano 2017 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança E do Adolescente – FIA do Município de Blumenau, no Eixo II – Ações de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Meta 2.6 – Efetivação dos Direitos da Criança e ao Adolescente. Ação: Promoção e apoio à realização de capacitações abordando o Tema.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 24 de agosto de 2017.

Dalva Rodrigues da Silva  
Coordenadora Geral do Conselho Municipal  
dos Direitos da Criança e do Adolescente

### **PORTARIA Nº 6098/2017 - SAMAE**

PORTARIA Nº 6098/17

RETIFICA A PORTARIA Nº 6096/17, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

RETIFICAR

A Portaria Nº 6096/17, de 23 de agosto de 2017, que concede Promoção Horizontal, publicada no DOM-e 2326, de 24 de agosto de 2017, onde se lê: "CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL", leia-se: "CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS", e onde se lê: "DE ACORDO COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 358/1707, AO SERVIDOR, leia-se: "DE ACORDO COM O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 358/1707, AOS SERVIDORES".

Blumenau, 25 de agosto de 2017.  
ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
Diretor Presidente

### **PORTARIA Nº 6099/2017 - SAMAE**

PORTARIA Nº 6099/17

RETIFICA A PORTARIA Nº 6087/17, DE 28 DE JULHO DE 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

RETIFICAR

A Portaria Nº 6087/17, de 28 de julho de 2017, que Designa o Exercício de Função Gratificada de Confiança, publicada no DOM-e 2311, de 03 de agosto de 2017, onde se lê: "GILMAR ANECLETO", leia-se: "GILMAR ANACLETO".

Blumenau, 25 de agosto de 2017.  
ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES  
Diretor Presidente

### **EXTRATO Nº 361/2017 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 361/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

BUSCHLE & LEPPER S.A

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de papel toalha, papel higiênico, produtos saneantes e utensílios de limpeza para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência (SRP) nº 066/2017 e Ata de Registro de Preços nº 208/2017 firmado em 25 de agosto de 2017.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 10							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	27968	400	Kg	Raudi	Bicarbonato de sódio (Elevador de Dureza Cállica). Sinônimo: Bicarbonato de Sódio Extra Fino; Carbonato de Ácido de Sódio; Sal Monossódico do Ácido Carbônico; Hidrogeno Carbonato de Sódio. Fórmula Molecular: NaHCO <sub>3</sub> . Composição: Bicarbonato de Sódio 99,00 a 100,00%. pH da solução a 1%: 8,3 - 8,6 (25° C). Estado físico: sólido na forma de pó cristalino. Cor: branco. Odor: Inodoro. Embalagem com 25 kg. A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	3,50	1.400,00
2	11939	1.200	Kg	Ciech	Barrilha (Leve) / Nome químico: Carbonato de Sódio Comercial (Na <sub>2</sub> CO <sub>3</sub> ) Estado Físico: sólido / Forma: pó / Cor: Branca / Odor: inodoro / pH: 11,3 para solução de 1 % a 25°C. / Densidade: 0,47 a 0,57 (leve) / Embalagem com 25 kg. A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	2,60	3.120,00
3	35713	12.000	Kg	Carbocloro	Hipoclorito de Sódio em solução aquosa / Sinônimos: Hipoclorito e água sanitária concentrada (NaClO) / Composição: Soda cáustica (NaOH): 1% em massa, Cloreto de Sódio (NaCl): 14% em massa, Água: 71 % em massa, Hipoclorito de sódio: 14% em massa / Estado físico: líquido / Cor: amarela / Odor: pungente, penetrante e irritante / pH: 12 / Densidade: 1,20 g/cm <sup>3</sup> / 10 a 12% de Cloro Ativo. / Embalagem com 30 kg. A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	2,50	30.000,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				34.520,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Trinta e quatro mil quinhentos e vinte reais			

Lote 11							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	27960	25	Peça	Buschle & Lepper	Pastilha para clorador para uso em piscina / Nome químico: Ácido tricloro isocianúrico (Sinônimos: Tricloro -S-triazina - Triona com 85% de cloro ativo; clarificante e algistático) / Estado físico: Sólido / Forma: tabletes / Cor: Branca / Odor: característico de cloro / pH: pH: 3,0 a 1% em solução / Densidade: 1,16 a 1,90 g/cm <sup>3</sup> / Embalagem: Tablete de 200 gramas. A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Ficha Técnica.	7,50	187,50

2	27973	18	Bombona	Buschle & Lepper	Redutor de pH líquido para uso em piscina / Natureza: Mistura de ácido muriático e policloreto de alumínio / Nome Químico: ácido clorídrico / Estado físico: líquido / Cor: amarelada / Odor: característico de ácido clorídrico / pH: 2,0 / Densidade: 1,05 g/cm3 / Concentração: 8% / Embalagem: bombona de 5 litros. A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	45,00	810,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				997,50			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos			

## Lote 12

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	35712	1.110	Kg	Arauco do Brasil	Formaldeído - Formol a 37 % Solução de formaldeído (CH2O) Nome Comercial : Formol a 37% Nome químico : Metanal Sinônimos: Formol, Formalina e aldeído fórmico. Densidade relativa em água: 1,06 a 1,14 a 25° C pH: 2,5 a 4,0. / Embalagem com 30 kg. A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	2,70	2.997,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				2.997,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Dois mil novecentos e noventa e sete reais			

## Lote 13

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	8150	25	Saco	Lamil	Talco branco industrial (Silicato de Magnésio Hidratado) não perfumado em saco com 40kg.	50,00	1.250,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				1.250,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Um mil duzentos e cinquenta reais			

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) material(is), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 25/08/2017

**EXTRATO Nº 362/2017 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 362/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E  
COPAPEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PAPEL LTDA

**OBJETO:** Registro de Preços para aquisições futuras de papel toalha, papel higiênico, produtos saneantes e utensílios de limpeza para a Universidade.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Concorrência (SRP) nº 066/2017 e Ata de Registro de Preços nº 209/2017 firmado em 25 de agosto de 2017.

**PREÇO:** O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 5							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	27769	60	Bombona	Diversey	Acabamento acrílico (cera impermeabilizante para piso) restaurável de alta/excelente resistência ao tráfego e de alto brilho. Para uso sem a base seladora em pisos vinílicos. Bombona com 5 litros. - Produto antiderrapante deve atender a norma de escorregamento ASTM D 2047. - Polimento com equipamento de alta rotação superior a 1200 RPM (HS ou UHS). - Rendimento superior a 60m <sup>2</sup> /litro. - Características: - Líquido branco e opaco - pH 8,0 a 9,0 - Composição: - Emulsão de polímeros acrílicos, emulsão de ceras polietilênicas e polipropilênicas, solventes glicólicos, plastificantes, nivelantes, metalizante e etildiglicol inferior a 5%. -A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. - Referência: Carefree Johnson Diversey ou qualidade superior. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	219,00	13.140,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				13.140,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Treze mil cento e quarenta reais			

Lote 17							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	32673	10	Rolo	Goedert	Pano de limpeza do tipo "Cross Hatch", na cor branca (limpeza leve), com ação antibacteriana, gramatura 40g/m <sup>2</sup> , em rolo com largura 30/33 cm X 300m de comprimento. Marca de Referência: Ype. Apresentar na proposta: Ficha Técnica.	113,98	1.139,80
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				1.139,80			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Um mil cento e trinta e nove e oitenta centavos			

**PAGAMENTO:** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) material(is), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**DATA:** 25/08/2017

**EXTRATO Nº 363/2017 - FURB**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 363/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

TAYU QUÍMICA EIRELI EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de papel toalha, papel higiênico, produtos saneantes e utensílios de limpeza para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência (SRP) nº 066/2017 e Ata de Registro de Preços nº 210/2017 firmado em 25 de agosto de 2017.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 03							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	37292	24.000	Pacote	Alternativa	Papel toalha interfolhado branco / composição: 100% fibras de celulose virgens / com duas dobras / dimensões mínimas: 22cm de largura x 20cm de comprimento / folha simples na cor branca com alvura mínima de 85%, sem pigmentação ou manchas aparentes, com fibras longas homogêneas branqueada de alta qualidade, neutro, absorvente, que mantém características de resistência quando molhado, não esfarelar, sem rebarbas nos cortes laterais e gramatura de 23 a 25 g/m² / em pacotes com 1000 folhas e embalados em fardos com 5 pacotes. Peso mínimo do fardo, sem embalagem, 1kg. Obs.: quando da entrega, o material será verificado por amostragem e em caso de não conformidade nas amostras, será devolvido o lote. A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Laudo Microbiológico conforme Portaria MS nº 1.480/90.	7,98	191.520,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				191.520,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Cento e noventa e um mil quinhentos e vinte reais			

Lote 06							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	649	1.000	Bombona	Util	Cera líquida incolor / embalagem com 5 litros / composição mínima: cera de carnaúba, emulsificante, plastificante, aromatizante e água / pH 9,5 - 10,5 (puro). Referência Bravo/ Diversey ou qualidade superior. Obs.: o produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	37,95	37.950,00

2	27447	24	Bombona	Andreia	Cera pastosa (cremosa) incolor para madeira / embalagem de 13kg (20 litros) / pH neutro / composição mínima: Cera de carnaúba, parafina, emulsionante, solventes alifáticos, niveladores, aromatizantes e conservantes / baixo odor. Obs.: o produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	248,50	5.964,00
3	665	8	Bombona	Util	Cera líquida preta / embalagem com 5 litros / composição mínima: cera de carnaúba, emulsificante, plastificante, aromatizante e água / pH 9,5 - 10,5 (puro). Referência Bravo/ Diversey ou qualidade superior. Obs.: o produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	37,95	303,60
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				44.217,60			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Quarenta e quatro mil duzentos e dezessete reais e sessenta centavos			

## Lote 07

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	27446	50	Bombona	Chef Renko	Detergente amoniacado concentrado biodegradável para limpeza pesada, desengordurante e para limpeza de pisos. pH 9,0 a 11,0. Composição mínima: Hidróxido de amônio ou amoníaco, aromatizante, sabão de ácidos graxos, tripolifosfato de sódio ou ácido fosfórico, tensoativo aniônico, conservantes, solubilizantes, corante e água / porcentagem de componentes ativos:13,0% mínimo / possuir na sua composição agente anti-redepositante, para impedir que gordura e sujeira depositam-se na superfície limpa / para sujidade LEVE, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 40 partes de água / para sujidade MÉDIA, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 30 partes de água / Embalagem de 5 litros. Obs.: O produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	41,80	2.090,00

2	700	50	Bombona	Brilla Renko	Detergente neutro concentrado biodegradável com alto nível de espuma / embalagem de 5 litros / pH: 6,5 à 8,0 / composição mínima: tensoativos não iônicos, amido de coco, agentes umectantes, água e conservantes / porcentagem de componentes ativos: 12,0% mínimo / possuir na sua composição agente anti-redepositante, para impedir que gordura e sujeira depositam-se na superfície limpa / para sujeira LEVE, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 20 partes de água / para sujeira MÉDIA, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 10 partes de água / obs.: o produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	37,30	1.865,00
3	655	100	Bombona	Columbus	Desinfetante concentrado biodegradável aroma floral / nível de espuma médio/baixo / pH 5,5 à 7,0 / composição mínima: cloreto de alquil dimetil benzil amônio (cloreto de benzoalcônio), corante, aromatizante, conservante, algicida, bactericida, germicida, tensoativo aniônico e água / porcentagem de componentes ativos: 5,5% mínimo / para sujeira LEVE, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 20 partes de água / para LIMPEZA CONSERVAÇÃO, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 50 partes de água / embalagem de 5 litros / obs.: o produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	25,90	2.590,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				6.545,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Seis mil quinhentos e quarenta e cinco reais			

## Lote 09

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	28056	200	Bombona	Líder Azul	Detergente dodecilbenzeno desengordurante concentrado biodegradável com nível de espuma controlada (limpa carteira) / embalagem de 5 litros / pH: 9,5 à 11,0 / princípio ativo: dodecilbenzeno sulfonato de sódio / composição mínima: alcalinizantes, quelante, tensoativo aniônico tensoativo não iônico, sequestrante e essência / para sujeira LEVE, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 200 partes de água / para sujeira MÉDIA, diluição em solução aquosa de 1 parte do produto para 40 partes de água. Referência Líder Azul/Útil Química ou qualidade superior. Obs.: o produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	58,50	11.700,00

Preço Total do Lote (em reais, R\$)	11.700,00
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)	Onze mil e setecentos reais

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) material(is), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 25/08/2017

### EXTRATO Nº 364/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 364/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

L E COMÉRCIO ATACADISTA LTDA EPP

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de papel toalha, papel higiênico, produtos saneantes e utensílios de limpeza para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência (SRP) nº 066/2017 e Ata de Registro de Preços nº 211/2017 firmado em 25 de agosto de 2017.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 14							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	38279	750	Litros	Flops	Álcool etílico hidratado de 92,8° INPM (96° GL), (álcool para uso institucional). Características do produto: Aspecto: Líquido incolor, transparente, muito móvel e volátil, tem odor característico e sabor ardente. Densidade 20 °C: 0,800 a 0,815 g/ml Faixa de destilação: 77,5 a 81 °C Acondicionado em bombona de 30 litros. Apresentar na proposta: Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	4,46	3.345,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				3.345,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Três mil trezentos e quarenta e cinco reais			

Lote 15							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	38277	30	Caixa	Indaial Soft	Papel toalha branco em bobina / composição: 100% fibras de celulose virgens / com / dimensões: 20cm de largura x 200m de comprimento na cor branca com alvura mínima de 80%, sem pigmentação ou manchas aparentes, com fibras longas homogêneas branqueada de alta qualidade, neutro, absorvente, sem rebarbas no corte lateral e gramatura de 27 a 30 g/m² / embalado em caixa com 06 rolos. Obs.: quando da entrega, o material será verificado por amostragem e em caso de não conformidade nas amostras, será devolvido o lote. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Laudo Microbiológico conforme Portaria MS nº 1.480/90.	82,43	2.472,90

2	26304	100	Pacote	Ness	Papel higiênico em rolo de 30m X 10cm de largura, folha dupla, composto de 100% de celulose virgem, pacote com 04 rolos. Apresentar na proposta: Amostra.	4,62	462,00
3	38278	30	Caixa	Bob	Guardanapo branco extra suave dimensões 22 X 19 cm mínimas, pacote com 50 unid. em caixa com 40 pacotes. Apresentar na proposta: Amostra.	39,31	1.179,30
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				4.114,20			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Quatro mil cento e catorze reais e vinte centavos			

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) material(is), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 25/08/2017

### EXTRATO Nº 365/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 365/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

ZELI ODETE DA SILVA ME

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de papel toalha, papel higiênico, produtos saneantes e utensílios de limpeza para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência (SRP) nº 066/2017 e Ata de Registro de Preços nº 213/2017 firmado em 25 de agosto de 2017.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 04							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	656	500	Litro	Belladona Água Sanitária	Água sanitária - solução aquosa à base de hipoclorito de sódio ou cálcio, com teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5% p/p. Produto poderá conter apenas hidróxido de sódio ou cálcio, cloreto de sódio ou cálcio e carbonato de sódio ou cálcio como estabilizante. Pode ter ação como alvejante e de desinfetante de uso geral. As características do produto e embalagem devem estar de acordo com as normas da ABNT. Embalagem de 1 litro. Obs.: O produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Apresentar na proposta: Amostra, Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	1,10	550,00
2	38103	3000	Bombona	Belladona Água Sanitária	Água sanitária - solução aquosa à base de hipoclorito de sódio ou cálcio, com teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5% p/p. Produto poderá conter apenas hidróxido de sódio ou cálcio, cloreto de sódio ou cálcio e carbonato de sódio ou cálcio como estabilizante. Pode ter ação como alvejante e de desinfetante de uso geral. As características do produto e embalagem devem estar de acordo com as normas da ABNT. Embalagem /bombona de 5 litros. Obs.: O produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Apresentar na proposta: Amostra, Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	3,70	11.100,00

Preço Total do Lote (em reais, R\$)	11.650,00
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)	Onze mil e seiscentos reais

Lote 08							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	658	900	Bombona	Belladona Sabonete Líquido	Sabonete perolizado, aspecto físico líquido viscoso, aroma erva doce na cor verde / biodegradável / pH 6,5 à 7,5 / composição mínima: cocoamido, emulsificante, glicol, sequestrante, preservante, corante, aromatizante e água / pronto uso / embalagem de 5 litros / obs.: o produto ofertado deve ter notificação ou registro na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Ficha de Informação de Segurança de Produtos (FISPQ).	6,75	6.075,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				6.075,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Seis mil e setenta e cinco reais			

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) material(is), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 25/08/2017

### EXTRATO Nº 368/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 368/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

VALMIRA FERREIRA DOS SANTOS REGLY ME

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de papel toalha, papel higiênico, produtos saneantes e utensílios de limpeza para a Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência (SRP) nº 066/2017 e Ata de Registro de Preços nº 212/2017 firmado em 25 de agosto de 2017.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 01							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)

1	32419	2.000	Fardo	Paraná	Papel higiênico branco tipo rolo , rolo de 500 metros de comprimento por 10 centímetros de largura, composição: 100% de fibras celulose virgens, folha simples na cor branca com alvura mínima de 85%, sem pigmentação ou manchas aparentes, com fibras longas homogêneas branqueada de alta qualidade, boa resistência à tração (não romper ao puxar) neutro, absorvente, sem rebarbas nos cortes laterais e gramatura de 17 a 19g/ m². Diâmetro externo máximo 22cm e diâmetro interno de 5 a 6cm do tubete rígido e embalado em fardo com 8 rolos. Obs.: quando da entrega, o material será verificado por amostragem e em caso de não conformidades nas amostras, será devolvido o lote. Peso 850gr a 950 gr. Sem tubete. A embalagem deve trazer o nome e CNPJ do fabricante, lote, data de fabricação e com validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega do produto. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Laudo Microbiológico conforme Portaria MS nº 1.480:90.	42,40	84.800,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				84.800,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Oitenta e quatro mil e oitocentos reais			

Lote 02							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Marca e Nome Comercial do Produto	Descrição dos Materiais	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	32471	120	Caixa	Paraná	Papel toalha interfolhado branco / composição: 100% fibras de celulose virgens / com duas ou três dobras / dimensões mínimas: 22,5cm de largura x 20cm de comprimento / folha simples na cor branca com alvura mínima de 85%, sem pigmentação ou manchas aparentes, com fibras longas homogêneas branqueada de alta qualidade, neutro, absorvente, sem rebarbas nos cortes laterais e gramatura de 27 a 29 g/m² / embalado em caixa com 2400 ou 2500 folhas. Obs.: quando da entrega, o material será verificado por amostragem e em caso de não conformidade nas amostras, será devolvido o lote. Apresentar na proposta: Amostra, Ficha Técnica e Laudo Microbiológico conforme Portaria MS nº 1.480:90.	34,01	4.081,20
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				4.081,20			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Quatro mil e oitenta e um reais e vinte centavos			

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) material(is), desde que estes sejam aprovados pela Gestão Contratual e acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 25/08/2017

### CÂMARA MUNICIPAL

#### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 03/2015

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC.

OBJETO: Prestação de serviços de recrutamento, seleção e administração do Programa de Estágio da Câmara Municipal de Blumenau.

VALOR: R\$32.899,20 (trinta e dois mil oitocentos e noventa e nove reais e vinte centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão N.º 15/2015, e de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

VENCIMENTO: 13/08/2018.

BLUMENAU, 11/08/2017.

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE AGOSTO DE 2017**

Reunião Ordinária do dia 22 de agosto de 2017.  
Terça-Feira - 15:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

**ORDEM DO DIA**

Aprovada, em 2ª discussão e votação, a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.700.  
Destino: incorporada ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 7.455; e os Projetos de Lei Complementar nºs 1.700 e 1.709. Destino: à Comissão de Redação Final.

Despachados para a próxima Sessão os Requerimentos nºs 1106 e 1108/2017.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1103, 1107, 1109 e 1111/2017; e das Moções nºs 109, 110, 111 e 112/2017. Destino: à Secretaria para providências.

Retirada a Indicação nº 8.183/2017. Destino: ao arquivo.

Promulgada a Resolução MD nº 2878. Destino: comunique-se e publique-se.

Entrada do Projeto de Lei Complementar que "ALTERA E ACRES-CENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.134, DE 11 DE AGOSTO DE 2017".

Entrada do Projeto de Lei que "DISPENSA A EXIGÊNCIA DE AUTEN-TICAÇÃO EM CARTÓRIO DE CÓPIAS DE DOCUMENTOS PÚBLICOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DETERMINA PRO-VIDÊNCIAS CONEXAS".

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 24 DE AGOSTO DE 2017**

Reunião Ordinária do dia 24 de agosto de 2017.  
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

**ORDEM DO DIA**

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei Complementar nºs 1.700 e 1.709; e do Projeto de Lei nº 7.455. Destino: à sanção do Executivo.

Determinado trâmite urgentíssimo ao Projeto de Lei Complementar nº 1.718 e ao Projeto de Lei nº 7.473.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 7.443, 7.458, 7.465 e 7.473; e o Projeto de Lei Complementar nº 1.718. Destino: à Comissão de Redação Final.

Retirada a Moção nº 138/2017.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 1124, 1125, 1126, 1127, 1128, 1129, 1130, 1131, 1132, 1133, 1134, 1135, 1137 e 1138/2017; e das Moções nºs 113, 114, 115 e 116/2017. Destino: à Secretaria para providências.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.480, que "INSTITUI A CAMPANHA PERMANENTE DE CONSCIENTIZAÇÃO DA DEPRESSÃO INFANTIL E NA ADOLESCÊNCIA NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Entrada do Projeto de Lei nº 7.481, que "CRIA A BOLSA CRECHE, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU".

Entrada do Projeto de Resolução nº 552, que "ALTERA A REDAÇÃO DO § 1º DO ARTIGO 67 DA RESOLUÇÃO Nº 403, DE 2 DE DEZEM-BRO DE 2010."

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 24 DE AGOSTO DE 2017**

Reunião Extraordinária do dia 24 de agosto de 2017.  
Quinta-Feira - 18:30 horas.

Marcos da Rosa	- Presidente da Câmara Municipal
Almir Vieira	- Vice-Presidente
José de Souza (Zeca Bombeiro)	- 1º Secretário
Marcelo Lanzarin	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Ailton de Souza - Ito
Alexandre Matias	Alexandre Pereira Caminha
Bruno Cunha	Gilson de Souza
Jens Juergen Mantau	Jovino Cardoso Neto
Oldemar Becker	Ricardo Alba
Sylvio Zimmermann	

**ORDEM DO DIA**

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 7.443, 7.458, 7.465 e 7.473; e do Projeto de Lei Complementar nº 1.718. Destino: à sanção do Executivo.

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 001/2017 PROCESSO Nº 1.810/2017 PREGÃO 027/2017.

REGISTRO DE PREÇOS PARA Eventual contratação de serviços de Laboratório para Confecção de Próteses Dentárias Totais Superiores e Inferiores e Próteses Parciais Removíveis Superiores e Inferiores, Reembasamento e Consertos de Próteses Dentárias, para pacientes do Departamento de saúde  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017  
PROCESSO Nº 1.810/2017  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES  
ATA Nº 001/2017

As 14:00 horas do dia 24 de agosto de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de janeiro de 2017 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº 027/2017, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a Eventual contratação de serviços de Laboratório para Confecção de Próteses Dentárias Totais Superiores e Inferiores e Próteses Parciais Removíveis Superiores e Inferiores, Reembasamento e Consertos de Próteses Dentárias, para pacientes do Departamento de saúde, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa CLINICA ODONTOLOGICA 19 DE DEZEMBRO LTDA- EPP, CNPJ nº 05.395.154/0002-24, Rua Maria Madalena, 55, Cachoeira, Almirante Tamandaré, Paraná, credenciou a Senhora Cintia Da Silva Schelichting, CPF Nº 075.733.349-40, para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supracitado acima numerado, como segue:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível serviços de Eventual contratação de serviços de Laboratório para Confecção de Próteses Dentárias Totais Superiores e Inferiores e Próteses Parciais Removíveis Superiores e Inferiores, Reembasamento e Consertos de Próteses Dentárias, para pacientes do Departamento de saúde, constantes do Anexo I.

#### CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.
- 5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

- 1). Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - a) advertência;
  - b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:
    - 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
    - 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.
  - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.
- 3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa

da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1), Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1), alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

#### CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 027/2017.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 1.810/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 027/2017, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

#### CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.

#### CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

#### CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após o previsto no item "10", da cláusula 10.1 do Edital de Licitação 1.810/2017, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para compras@bomjesusdoeste.sc.gov.br juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

#### CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

#### CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia do serviço cotado é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo, se maior deverá declarar na proposta;

#### CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1). Fornecer os Serviços, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;

2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;

3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 027/2017 e seus anexos, a propostas da empresa:

\*\*\* CLINICA ODONTOLOGICA 19 DE DEZEMBRO LTDA- EPP, CNPJ nº 05.395.154/0002-24, Rua Maria Madalena, 55, Cachoeira, Almirante Tamandaré, Paraná, credenciou a Senhora Cintia Da Silva Schelichting, CPF Nº 075.733.349-40.

2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste, SC, 25 de agosto de 2017.

Jeferson Persch

Pregoeiro

Cintia Da Silva Schelichting

CPF: 075.733.349-40

Testemunhas:

Fernanda Baldisserra

CPF: 007.633.079-63

Silvio Cesar Ceccon

CPF: 966.626.119-72

Cesar Luiz Majolo

OAB/SC 32.022

ANEXO 1  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017  
PROCESSO Nº 1.810/2017  
EMPRESA VENCEDORA:

CLINICA ODONTOLOGICA 19 DE DEZEMBRO LTDA- EPP, CNPJ nº 05.395.154/0002-24, Rua Maria Madalena, 55, Cachoeira, Almirante Tamandaré, Paraná, credenciou a Senhora Cintia Da Silva Scheliching, CPF Nº 075.733.349-40.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor Do Item
1	150	und	Serviço de confecção de prótese total removível maxilar e mandibular (PT) em acrílico termo-polimerizável de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte) alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidade, fluorescência natural, certificado ISO, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização, reembasamento com moldagem	R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) VALOR UNITARIO  R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) VALOR TOTAL
2	170	und	Serviço de confecção de prótese parcial removível maxilar e mandibular (PPR) em estrutura metálica fundida em crobalto, grampos retentores, acrilizada em acrilicotermino-polimerizável rosa de alta resistência, com dentes nas características a seguir: tripla prensagem (corpo e esmalte) alta resistência mecânica, química e a abrasão. Ausência total de bolhas ou porosidade, fluorescência natural, certificado ISO, placa de mordida, montagem, ceroplastia, prensagem, acrilização, reembasamento com moldagem	R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais) VALOR UNITARIO  R\$ 66.300,00 (sessenta e seis mil e trezentos reais) VALOR TOTAL
3	50	und	Reembasamento de Prótese Dentária	R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais) VALOR UNITARIO  R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) VALOR TOTAL
4	100	und	Conserto de Prótese Dentária	R\$ 50,00 (cinquenta reais) VALOR UNITARIO  R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) VALOR TOTAL

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 001/2017, PROCESSO 1.851/2017, REGISTRO DE PREÇOS 028/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE HORAS MAQUINAS PARA APOIO AOS SERVIÇOS NOS DEPARTAMENTOS DE ESTRADAS E RODAGENS E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRICULTURA.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017  
PROCESSO Nº 1.851/2017  
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES  
ATA Nº 001/2017

As 8:30 horas do dia 24 de agosto de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, reuniu-se o Pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de janeiro de 2017 do Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, tendo como Pregoeiro o Senhor Jeferson Persch, para proceder o credenciamento, recebimento, abertura e julgamento das propostas e documentações, da licitação que tem por objeto abaixo especificado sendo regida pelo tipo de Menor Preço Unitário:

O Pregoeiro em conformidade nos termos das Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº 028/2017, Ata de julgamento de Preços, publicada no Diário Oficial do Município e homologado pelo Sr. Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, do processo acima referenciado, RESOLVE registrar os preços para a CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZAÇÃO DE HORAS MAQUINAS PARA APOIO AOS SERVIÇOS NOS DEPARTAMENTOS DE ESTRADAS E RODAGENS E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRICULTURA, conforme consta no ANEXO I, o qual passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa ROMAPLAN SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM EIRELI -ME, com sede na Rua Padre Júlio s/n, inscrita no CNPJ, sob Nº. 18.650.993/0001-02 através de seu representante senhor Donaldi Marcelo Variani, CPF Nº 007.543.699-00 e RG 78941952 para possível aquisição do objeto referente ao Pregão Presencial supracitado acima numerado, como segue:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

A presente ata tem por objeto registro de preços para possível serviços de TERCEIRIZAÇÃO DE HORAS MAQUINAS PARA APOIO AOS SERVIÇOS NOS DEPARTAMENTOS DE ESTRADAS E RODAGENS E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRICULTURA, constantes do Anexo I.

#### CLÁUSULA II - DA E DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 1). A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.
- 2). Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
- 3). Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar

conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4). Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Comissão de Licitação para a devida alteração do valor registrado em Ata.

5). Durante o prazo desta Ata de Registro de Preço, Comissão de Licitação não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA III - DAS PENALIDADES

1). Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) advertência;

b) multa, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

- 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado e por descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

- 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total e 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado.

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Bom Jesus do Oeste e o descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 3 (três) anos, do licitante que não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

2). O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à adjudicatária, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou cobrado judicialmente.

3). As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" do subitem 1)., poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa da alínea "b".

4). As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93.

5). Os recursos, quando da aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 1)., Poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

6). No caso das penalidades previstas no item 1)., alínea "c" e "d", caberá pedido de reconsideração ao Senhor Prefeito Municipal Ronaldo Luiz Senger, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

#### CLÁUSULA IV - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

1). A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada por órgãos usuários, desde que autorizados pela Comissão de Licitações.

2). O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado em Anexo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 028/2017.

3). Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 1.851/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

4). A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 028/2017, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

#### CLÁUSULA V - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

1). O objeto da licitação será entregue, nas descrições solicitadas nos termos do presente Edital, de acordo com as solicitações emitidas pela Secretário responsável pela pasta.

#### CLÁUSULA VI - DO RECEBIMENTO

1). Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as devidas especificações;

2). Definitivamente, no prazo máximo de 05 dias corridos, a contar do recebimento provisório para verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação.

#### CLÁUSULA VII - DO PAGAMENTO

1). O pagamento será efetuado a favor da licitante vencedora até o 10º (décimo) dia útil após o previsto no item "10", da cláusula 10.1 do Edital de Licitação 1.851/2017, mediante apresentação da respectiva nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente.

2). A respectiva nota fiscal eletrônica deverá estar devidamente discriminada, em nome do Município de Bom Jesus do Oeste SC, CNPJ nº01.594.009/0001-30, Avenida Nossa Senhora de Fatima nº 120 e remetida via e-mail para [compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br) juntamente com o arquivo .xml da respectiva nota e/ou entregue em forma física no endereço constante acima.

3). Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do CONTRATANTE;

4). Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

#### CLÁUSULA VIII - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE FORNECIMENTO

1). As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, conforme a necessidade, da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste pelo setor responsável pelas compras do município.

2). A emissão das ordens de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão igualmente autorizados pelo setor de compras e licitações do município.

#### CLÁUSULA IX - DA GARANTIA

1). A garantia do serviço cotado é de no mínimo 90 dias a partir do recebimento definitivo, se maior deverá declarar na proposta;

#### CLÁUSULA X - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 1). Fornecer os Serviços, objeto desta contratação, com observância dos demais encargos e responsabilidades cabíveis;
- 2). Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- 3). Manter, durante toda a vigência desta ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### CLÁUSULA XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1). Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 028/2017 e seus anexos, a propostas da empresa:

\*\*\*\* ROMAPLAN SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA -ME, com sede na Rua Padre Júlio s/n, inscrita no CNPJ, sob Nº. 18.650.993/0001-02 através de seu representante senhor Donaldi Marcelo Variani, CPF Nº 007.543.699-00 e RG nº 78941952.

2). Fica eleito a comarca de Modelo -SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3). Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 8.666/93, 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Bom Jesus do Oeste, SC, 24 de agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
Jeferson Persch  
Pregoeiro

\_\_\_\_\_  
Donaldi Marcelo Variani  
CPF: 007.543.699-00

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Valdenor Nascimento  
CPF: 664.756.439-04

\_\_\_\_\_  
Fábio Gerhardt  
CPF: 021.397.119-47

Cesar Luiz Majolo  
OAB/SC 32.022

#### ANEXO 1

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2017

PROCESSO Nº 1.851/2017

EMPRESA VENCEDORA:

ROMAPLAN SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA -ME, com sede na Rua Padre Júlio s/n, inscrita no CNPJ, sob Nº. 18.650.993/0001-02 através de seu representante senhor Donaldi Marcelo Variani, CPF Nº 007.543.699-00 e RG nº 78941952.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	Valor do Item
1	250	HS	Terceirização de Máquina Trator sobre Esteira com as seguintes características mínimas: peso operacional mínimo de 13.000 kg, potência mínima do motor de 130 hp, ano mínimo 2012 com escarificados traseiro e lamina angular, com controle de horas realizadas por relógio hora/brasil, incluindo operador, combustível, eventuais manutenções, transporte de combustível e da Máquina.	R\$ 224,00 UNITÁRIO TOTAL R\$ 56.000,00
2	120	HS	Terceirização de Máquina Escavadeira Hidráulica com características mínimas: peso operacional mínimo de 17.000 kg, ano mínimo de fabricação 2008 e potência mínima de 110 hp, com controle de horas realizadas por relógio hora/brasil, incluindo operador, combustível, eventuais manutenções, transporte de combustível e da Máquina.	R\$ 214,00 UNITÁRIO TOTAL R\$ 25.680,00

#### DECRETO Nº 5077/2017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

=====

Decreto nº 5077/2017 de 24 de Agosto de 2017.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01851/2017, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4984/2017 de 02 de Janeiro de 2017, sob o Processo de Licitação nº 01851/2017, que tem por objeto Eventual Terceirização de Horas Máquinas para apoio aos serviços nos departamentos de Estradas e Rodagem (DMER), Obras e Serviços Urbanos e Agricultura..

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa

Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	ROMAPLAN SERVIÇOS DE TERRA-PLANAGEM EIRELI - ME	Terceirização de Máquina Trator sobre Esteira com as seguintes características mínimas: peso operacional mínimo de 13.000 kg , potência mínima do motor de 130 hp, ano mínimo 2012 com escarificador traseiro e lamina angular, com controle de horas realizadas por relógio hora/Brasília, incluindo operador, combustível, eventuais manutenções, transporte de combustível e da Máquina.	250,00	56.000,00
2	ROMAPLAN SERVIÇOS DE TERRA-PLANAGEM EIRELI - ME	Terceirização de Máquina Escavadeira Hidráulica com características mínimas: peso operacional mínimo de 17.000 kg, ano mínimo de fabricação 2008 e potência mínima de 110 hp, com controle de horas realizadas por relógio hora/Brasília, incluindo operador, combustível, eventuais manutenções, transporte de combustível e da Máquina.	120,00	25.680,00
oitenta e um mil seiscentos e oitenta reais			81.680,00	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,  
aos 24/08/17.  
Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 168/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 168/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Sra. Fabiane Ammes Morandini, inscrita na matrícula sob nº 514-2, portadora do CPF sob nº 034.590.939-94, ocupante do cargo de Professor II, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Atestado Médico, no período de 22 de agosto de 2017 à 26 de agosto de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 25 de agosto de 2017.  
RONALDO LUIZ SENER  
Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1341/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº039/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE POR PRAZO DETERMINADO. CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2015 E ADITIVOS.

**TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS**

Art. 1º. Fica por este Termo Rescindido o Contrato nº 101/2015, de 23 de junho de 2015, Pregão Presencial nº 039/2015, para contratação de empresa para fornecimento de licença de uso de software por prazo determinado com atualização mensal que garanta as alterações legais, corretivas, incluindo, conversão, treinamento, implantação, suporte e atendimento técnico conforme especificações do contrato e anexos do edital e Termos Aditivos celebrados com a Empresa GOVERNANÇA BRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.165.960/0001-01, com sede à Rua Ricardo Paulino Maes, nº 585, cidade de Ilhota - SC, CEP 89.320-000, considerando Informação a mudança societária da empresa e seu requerimento de rescisão contratual, e do disposto nos artigos 78, XI e 79, II da Lei nº 8.666/1993.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

(...)

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

(...)

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

Art. 2º. Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido eximindo o Município de quaisquer obrigações trabalhistas e previdenciárias, bem como se obrigando a fornecer todos os arquivos e dados decorrentes da relação contratual.

Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo – SC para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente, renunciando-se a outros, por mais privilegiados que sejam.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente termo os representantes das partes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Bom Jesus do Oeste – SC, 01 de agosto de 2017.

RONALDO LUIZ	SENGER GOVERNANÇA BRASIL
PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

JANDREI LUIZ BRUTSCHER	NAIRO CEZAR MORANDINI
CPF: 064.256.349-79	CPF: 824.153.749-20

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 834.08.17 - PORT. INTERROMPE FÉRIAS ANA P. CHINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 834/17 de 24.08.17

Interrompe Período de Férias por Necessidade do Serviço

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 69 e 70 da Lei Complementar nº 01/03 de 02.12.03 (Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC);

Resolve:

Interromper, por necessidade do serviço, considerando a falta de suplente na comissão de Licitações, tendo em vista que a mesma não encontrava-se no município, as férias da Servidora Ana Paula Chini, concedida pela portaria nº 801/17 de 15.08.17, ora exercendo o cargo em caráter efetivo, de Assistente Administrativo - Padrão 1 – Nível 6, restando-lhe 20 (vinte) dias, onde será interrompida 01 (um) dia, conforme acordo estabelecido, devendo assim, o restante ser gozado em seguida.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
24 de agosto de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL

MARIA MADALENA SILVEIRA

Prefeito Municipal Responsável

Sec. Mun. Adm. e Fazenda

### EXTRATO CONTRATO 192/2017 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 192/2017 Ata de Registro de Preços nº 01/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Alceu Osvaldo Sebold EPP

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde. Valor Total Medicamento Ético: R\$ 7.510,40 (sete mil quinhentos e dez reais e quarenta centavos).

Bom Retiro, 28 de agosto 2017.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

# Botuvera

## PREFEITURA

### DECISÃO FINAL - PROCESSO PMB-063-2017

#### DECISÃO FINAL

#### DADOS DOS AUTOS EM ANÁLISE

- Requerente: WDF Serviços Ltda

Assunto: Reajustamento do contrato administrativo nº 14/2015.

Em 29/03/2017, a requerente apresentou solicitação de reajustamento do Contrato Administrativo nº 14/2015, firmado em 09/03/2015, por entender que preencheu o art. 65, II, d, da Lei Federal nº 8.666/93, pelo fato do contrato ter ultrapassado os doze meses de vigência. À folha 57, a assessoria de planejamento com a anuência do gestor da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, se manifestou pela adoção do INCC da FGV, em atendimento ao Decreto Federal nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994, para fins de realização do recálculo do reajuste devido, com consequente redução no valor inicialmente requisitado à folha 2. A redução do valor proposto foi no intuito de alinhamento à norma legal.

A assessoria jurídica instada a se manifestar sobre a legalidade do ato recomenda em seu parecer, consubstanciado de folhas 58-60, pela concessão do reajuste pleiteado, limitado ao valor estabelecido à folha 57.

Às folhas 61-63, a requerente foi instada a se manifestar acerca dos pareceres exarados, concordando integralmente com os termos propostos.

Assim sendo, analisando os documentos integrantes deste processo, tenho como preenchidos os requisitos legais nos termos da Lei Federal nº 8.666/93. Aprovo e autorizo a geração do apostilamento de reajuste contratual.

Botuverá, 24 de agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

#### HOMOLOGAÇÃO

Diante das considerações acima, homologo a aprovação e geração do apostilamento de reajuste contratual ao Contrato Administrativo nº 14/2015, no montante global final de R\$ 31.187,58 (trinta e um mil, cento e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos).

Botuverá, 24 de agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

### DECISÃO FINAL - PROCESSO PMB-064-2017

#### DECISÃO FINAL

#### DADOS DOS AUTOS EM ANÁLISE

- Requerente: WDF Serviços Ltda

Assunto: Reajustamento do contrato administrativo nº 25/2016.

Em 12/04/2017, a requerente apresentou solicitação de reajustamento do Contrato Administrativo nº 25/2016, firmado em 10/04/2016, por entender que preencheu o art. 65, II, d, da Lei Federal nº 8.666/93, pelo fato do contrato ter ultrapassado os doze meses de vigência. À folha 58, a assessoria de planejamento com a anuência do gestor da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, se manifestou pela adoção do INCC da FGV, em atendimento ao Decreto Federal nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994, para fins de realização do recálculo do reajuste devido, com consequente redução no valor inicialmente requisitado à folha 1. A redução do valor proposto foi no intuito de alinhamento à norma legal.

A assessoria jurídica instada a se manifestar sobre a legalidade do ato recomenda em seu parecer, consubstanciado de folhas 59-61, pela concessão do reajuste pleiteado, limitado ao valor estabelecido à folha 58.

Às folhas 62-64, a requerente foi instada a se manifestar acerca dos pareceres exarados, concordando integralmente com os termos propostos.

Assim sendo, analisando os documentos integrantes deste processo, tenho como preenchidos os requisitos legais nos termos da Lei Federal nº 8.666/93. Aprovo e autorizo a geração do apostilamento de reajuste contratual.

Botuverá, 24 de agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

#### HOMOLOGAÇÃO

Diante das considerações acima, homologo a aprovação e geração do apostilamento de reajuste contratual ao Contrato Administrativo nº 14/2015, no montante global final de R\$ 60.212,13 (sessenta mil, duzentos e doze reais e treze centavos).

Botuverá, 24 de agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## LISTAGEM\_OFICIAL\_INSCRITOS\_DO PROCESSO SELETIVO EDITAL032017

LISTAGEM OFICIAL DE INSCRITOS DO PROCESSO SELETIVO EDITAL: 03/2017

N Inscr.	Nome do Candidato	Cargo	CPF
02.	SAMARA DOS SANTOS	AUX. SERV. GERAIS	101.177.919-62
10.	MILIANA AP. W. ANDRADE	AUX. SERV. GERAIS	032.190.639-00
12.	ROSANE A. C. DEMATE	AUX. SERV. GERAIS	040.165.879-13
14.	RUBIA DAIANA DE LIMA	AUX. SERV. GERAIS	042.346.299-79
15.	CAMILA SLOMP LAZERINI	AUX. SERV. GERAIS	068.495.739-69
17.	ROSELENE I. B. RADAVELLI	AUX. SERV. GERAIS	802.912.529-15
34.	MARIA TEREZINHA R. DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS	024.647.839-00
36.	JUCIELEM COSTA ALVES	AUX. SERV. GERAIS	065.324.189-51
37.	FABIANA ZUNINO	AUX. SERV. GERAIS	034.501.039-62
39.	ROSELEI ALVES TACHINI	AUX. SERV. GERAIS	036.641.659-69
41.	JOCINEI PAULINI	AUX. SERV. GERAIS	076.341.569-30
42.	IVETE MARIA BUSQUIROLI	AUX. SERV. GERAIS	601.119.509-10
43.	SANDRA PASQUALINI DALABENETA	AUX. SERV. GERAIS	915.896.819-91
45.	JESSICA DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS	103.293.569-33
46.	MARIA DA SILVA ALEXANDRE	AUX. SERV. GERAIS	886.992.259-49
54.	ROSANA DE SOUZA	AUX. SERV. GERAIS	026.887.029-20
55.	CHRISTIAN EMANUEL A. MOSCARDI	AUX. SERV. GERAIS	099.852.539-14
58.	VANDERLEIA DIONIZIO	AUX. SERV. GERAIS	082.309.769-29
59.	TEREZINHA APARECIDA MINEIRO	AUX. SERV. GERAIS	023.401.129-74
63.	LARIANE BUSQUIROLI	AUX. SERV. GERAIS	103.664.109-03
04.	MARCOS MARTINENGHI	MOTORISTA	417.927.779-49
06.	ROBERTO MARTINENGHI	MOTORISTA	049.396.029-58
07.	JOSE LUIZ AVI	MOTORISTA	455.292.219-04
13.	DOGLAS EDUARDO ISRAEL	MOTORISTA	075.735.289-81
23.	KENIA D. P. MAESTRI	MOTORISTA	022.486.669-93
24.	JAMES DANIEL CLERICE	MOTORISTA	081.088.779-70
29.	JOÃO ALBERTO DELUCA	MOTORISTA	059.065.759-36
30.	JOSE MOLINARI	MOTORISTA	818.512.359-49
31.	VILMAR VANELLI	MOTORISTA	455.180.259-04
32.	ALAERCIO PAULINI	MOTORISTA	823.451.809-78
33.	PEDRO CARLOS MAESTRI	MOTORISTA	309.647.689-68
44.	ELIANDRO MOLMESTET	MOTORISTA	047.195.189-74
47.	CLEIBSANDRO LAMIM	MOTORISTA	034.153.759-43
52.	IZELTON PAULO COSTA	MOTORISTA	051.279.389-10
57.	JOANIR JOEL DA CONCEIÇÃO	MOTORISTA	479.658.009-34
67.	ANGELO GUSTAVO D. SILVA	MOTORISTA	021.300.309-04
68.	VALDIR AVI	MOTORISTA	887.314.219-20
08.	PAULO ROBERTO MOLINARI	OPER. MAQ. EQUIP.	059.579.989-23
11.	DENILSON CARESIA	OPER. MAQ. EQUIP.	063.420.989-21
16.	VICTOR VALENTINO WIGGERS	OPER. MAQ. EQUIP.	103.853.189-60
19.	REURI DE ARAUJO SILVA	OPER. MAQ. EQUIP.	861.859.772-49
35.	DIONATAN MARTINS	OPER. MAQ. EQUIP.	082.839.879-84
48.	ORNILDO PAULINI	OPER. MAQ. EQUIP.	449.402.629-87
01.	OTAVIO TACHINI	PEDREIRO	309.632.819-68
09.	JOÃO CARLOS FACHINI	PEDREIRO	377.577.509-97
18.	RUFINO PAULINI	PEDREIRO	093.590.959-15
25.	ALTEMIO FRANCISCO DA SILVA	PEDREIRO	472.473.559-72
38.	JOÃOZINHO CLERICE	PEDREIRO	763.373.599-68
40.	MARTINHO ADRIEL ALVES	PEDREIRO	096.498499-71
51.	CLEITO CESAR COSTA	PEDREIRO	036.315.499-03
60.	JOÃO NERI PACHECO	PEDREIRO	023.503.639-02
03.	VOLNEI HANG	SERV. DE OBRAS	039.221.939-51
05.	EDUARDO RAIMONDI	SERV. DE OBRAS	721.688.979-72
20.	JULIO CESAR PINTO	SERV. DE OBRAS	043.306.819-19
21.	AUGUSTO PEDRINI	SERV. DE OBRAS	633.077.409-97
22.	MARCIO LUIZ BRESCIANI	SERV. DE OBRAS	003.807.629-27

26.	VANDERLEI DA SILVA	SERV. DE OBRAS	023.745.849-76
27.	IVANOR MERISIO	SERV. DE OBRAS	739.303.269-49
28.	ADEZIO FRANCISCO PEDRINI	SERV. DE OBRAS	378.615.069-91
49.	NILO AGENOR MARTINENGHI	SERV. DE OBRAS	611.727.239-15
50.	DENILDO DEMATE	SERV. DE OBRAS	003.487.189-69
53.	SANTO LUIZ CESTARI	SERV. DE OBRAS	818.511.629-68
56.	LUIZ CARLOS ZANCA	SERV. DE OBRAS	378.621.119-15
61.	LUAN H. MINEIRO PACHECO	SERV. DE OBRAS	094.641.379-75
62.	EZEQUIEL SOUZA PEPPERS	SERV. DE OBRAS	111.932.069-01
64.	ELESSANDRO SANTOS DE OLIVEIRA	SERV. DE OBRAS	061.950.209-66
65.	DALMIR VALIATTI	SERV. DE OBRAS	494.238.949-68
66.	LEOMAR DA SILVA	SERV. DE OBRAS	009.701.889-94

## QUADRO GERAL DE INSCRITOS

Auxiliar de Serviços Gerais	20
Motorista	17
Operador de Máquina e Equipamentos	6
Pedreiro	8
Servente de Obras	17
Total	68

## Braço do Trombudo

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº21/2017 PMBT

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

Número do Registro de Preços: 21/2017 Data do Registro: 25/08/2017 Válido até: 25/08/2018

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Vulcanizo tip top nº 05 para uso interno no pneu (9164)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	47,0000	1
2							
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	48,0000	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	55,0000	3
2	Vulcanizo tip top nº 06 para uso interno no pneu (9165)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	56,0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	57,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	60,0000	3
3	Vulcanizo tip top nº 09 para uso interno no pneu (9168)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	83,0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	84,0000	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	86,0000	3
4	Recape de pneu 1000x20 radial, borrachudo, a frio especial para pedra com no mínimo 20 mm de espessura de borracha. (9170)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	570,0000	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	572,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	574,0000	3
5	Recape de pneu 900x20 radial, borrachudo, a frio especial, para pedra com no mínimo 17 mm de espessura de borracha. (9171)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	510,0000	1

Página: 2/8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017**

Número do Registro de Preços: 21/2017		Data do Registro: 25/08/2017		Válido até: 25/08/2018			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

6	Recape Pneu 11 L 16 TL F3 a quente (16311)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	400,0000	1
7	Recape pneu 750x16 - a quente, (11340)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	300,0000	1
8	Recape de pneu 750x16 agrícola a quente (9160)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	300,0000	1
9	Vulcanizo de pneu 1300 x 24 com manchião (20370)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	307,0000	2
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	309,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	370,0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	371,0000	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	378,0000	3
11	Vulcanizo tip top nº 07 para uso interno no pneu (9166)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	63,0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	64,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017**

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 21/2017 Data do Registro: 25/08/2017 Válido até: 25/08/2018

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	68,0000	3
12	Vulcanizo tip top nº 10 para uso interno no pneu (9169)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZZI	0	92,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	93,0000	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	98,0000	3
13	Recape de pneu 19,5x24 - a quente. (11338)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1,635,0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZZI	0	1,637,0000	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	1,640,0000	3
14	RECAPE DE PNEU 1300 X 24 - A QUENTE (2654)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1,230,0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZZI	0	1,232,0000	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	1,235,0000	3
15	RECAPE DE PNEU 1400 X 24 - A QUENTE (2655)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	1,325,0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZZI	0	1,329,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1,335,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017**

Página: 4/8

**Número do Registro de Preços: 21/2017**      **Data do Registro: 25/08/2017**      **Válido até: 25/08/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	DUPLAGEM DE PNEU 1300 X 24 (4746)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	533,0000	1
17	DUPLAGEM DE PNEU 1400 X 24 (4747)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	533,0000	1
18	DUPLAGEM DE PNEU 17,5 X 25 (4748)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	553,0000	1
19	Recape Pneu 12,5 / 80 18 (16309)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	700,0000	1
20	Vulcanizo de pneus 12,5/80 18 com manchaõ (16310)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	167,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	168,0000	2
21	RECAPE DE PNEU 14,9 X 28 A QUENTE (7286)	UND	VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	1.275,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.277,0000	2
			GRANDI PNEUS LTDA (8656)	RUZZI	0	1.287,0000	3
22	Vulcanizo de pneus 18x4x20 com manchaõ (9156)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	386,0000	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	387,0000	2
23	Vulcanizo pneu 17,5x25 com manchaõ (9163)	UND	GRANDI PNEUS LTDA (8656)	RUZZI	0	396,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	397,0000	2

Página: 5/8

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017**

**Número do Registro de Preços: 21/2017 Data do Registro: 25/08/2017 Válido até: 25/08/2018**

**Objeto da Compra:** Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	398.0000	3
24	Vulcanizo tip top nº 08 para uso interno no pneu (9167)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZZI	0	77.0000	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	78.0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	80.0000	3
25	Recape de pneu 12.4x24 - a quente (11341)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	989.0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZZI	0	990.0000	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	992.0000	3
26	Vulcanizo de pneu 12.4x24 com Manchão, (11342)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	245.0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZZI	0	246.0000	2
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	248.0000	3
27	RECAPE DE PNEU 17,5 X 25 - A QUENTE (2658)	UND	GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZZI	0	1.640.0000	1
			VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	1.641.0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.647.0000	3
28	RECAPE DE PNEU 18 X 4 X 30 - A QUENTE (2659)	UND	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (8954)	Rubbernew	0	1.740.0000	1

Página: 6/8

VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP (9618)	RUZZI	0	1.742,0000	2
---	-------	---	------------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

Página: 7/8

Número do Registro de Preços: 21/2017		Data do Registro: 25/08/2017		Válido até: 25/08/2018			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			GRANDO PNEUS LTDA (8656)	RUZI	0	1,748,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2017

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 21/2017		Data do Registro: 25/08/2017		Válido até: 25/08/2018			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras, Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017

PROCESSO Nº 34/2017

(8656) - GRANDO PNEUS LTDA

(8954) - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

(9618) - VLK FABRICACAO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP

Braco do Trombudo, 25 de Agosto de 2017.

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 9 -2017 - LEGISLATIVO

Decreto Legislativo Nº 9, de 24 de agosto de 2017.

Aprova as Contas do Prefeito referente ao exercício de 2015 da Prefeitura Municipal de Brusque.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

#### RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Prefeito referente ao exercício financeiro de 2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, na forma do Parecer nº 0121/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor Geral

### EDITAL Nº 007-2017 - HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

EDITAL Nº 007/2017-

HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO SELETIVO N. 007/2017

1. A Diretora, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto nº 7.055/2013, considerando a relação final de classificados do Edital do Processo Seletivo n. 007/2017, publicado no diário oficial dos municípios, site e mural da Prefeitura Municipal de Brusque, torna público aos interessados:

2. A Homologação do resultado final do Processo Seletivo nº 007/2017 da Prefeitura Municipal de Brusque, com a relação dos candidatos classificados publicados na data de 24 de agosto de 2017, no site da Prefeitura Municipal da Brusque.

3. As vagas existentes no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, ou as que vierem a existir no prazo de validade do presente Processo Seletivo, serão preenchidos, conforme a necessidade e a possibilidade financeira, respeitando-se rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos.

4. HOMOLOGO o Resultado Final do Processo Seletivo n. 007/2017, da Prefeitura Municipal de Brusque.

Brusque, 25 de agosto de 2017.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

### EDITAL Nº 009-2017-HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO

Decreto Legislativo Nº 9, de 24 de agosto de 2017.

Aprova as Contas do Prefeito referente ao exercício de 2015 da Prefeitura Municipal de Brusque.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

#### RESOLVE:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Prefeito referente ao exercício financeiro de 2015 da Prefeitura Municipal de Brusque, na forma do Parecer nº 0121/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor Geral

### EDITAL Nº 001/2017-SME- CANCELAMENTO DE EDITAL

AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO N.º 001/2017 – CHAMADA PÚBLICA

A Secretaria Municipal de Educação de Brusque, Estado de Santa Catarina, através do Secretário Municipal de Educação, senhor José Zancanaro, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados, o CANCELAMENTO, do EDITAL 001/2017, Processo Seletivo para Contratação por Tempo Determinado para Atender às Necessidades Temporárias da Secretaria de Educação (Chamada Pública), tendo em vista alterações no conteúdo do Edital. Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial dos Municípios e do site da Prefeitura.

Brusque/SC, 25 de agosto de 2017

JOSÉ ZANCANARO

Secretário Municipal de Educação

**EDITAL Nº 01-2017 - CMI**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ELEIÇÃO DE CONSELHEIROS MUNICIPAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE BRUSQUE-CMI / Nº. 01/2017

A Presidente do Conselho Municipal do Idoso – CMI, Sra. Simone B.M. Schlindwein, convoca nos termos da Lei Municipal n.º 3.470, de 16 de abril de 2012, para Assembleia de eleição de membros, representantes da sociedade civil, para o Biênio 2017 – 2019, com mandato para o período de 30 de novembro de 2017 a 30 de novembro de /2019.

1- O Conselho Municipal do Idoso, segundo seu Regimento Interno, formará uma Comissão Eleitoral entre seus membros titulares e suplentes, com o objetivo de coordenar o referido processo eleitoral.

2- Deverão compor o conselho sete representantes da sociedade civil que serão indicados pelas seguintes organizações, entidades ou grupos, sendo eles:

- a) dois (2) representantes de grupos de idosos;
- b) um (1) representante de instituição prestadora de serviços aos idosos;
- c) um (1) representante do Sindicato dos Aposentados ou Associação de Aposentados;
- d) um (1) representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da subseção do Município de Brusque;
- e) um (1) representante dos usuários de entidades de atendimento ao idoso;
- f) um (1) representante de profissionais de assistência ao idoso (Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Médico Geriatra, Enfermeiro Cuidador, Nutricionista, ou outro profissional que atue na prestação de serviços ao idoso).

2.1- Os representantes governamentais serão indicados pelo Poder Executivo Municipal de acordo com a composição prevista no art.11 da Lei Municipal n.º 3.470, de 16 de abril de 2012.

2.2- Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas, que tenham como objetivo em seu estatuto a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à Política Nacional de Assistência Social.

3- O processo eleitoral será realizado na data, local e horário conforme segue:

3.1- Data da Assembleia de eleição: 30/10/2017  
Horário: 14:00 horas  
Local: Salão Nobre – Prefeitura Municipal de Brusque

3.2- A votação acontecerá de modo secreto e os votos colocados em urna, cujos procedimentos serão regulamentados em resolução do Conselho Municipal do Idoso.

4- As inscrições:

- 4.1- As inscrições de candidatos poderão ser realizadas no dia da eleição, junto a Comissão Eleitoral, antes do início da Plenária.
- 4.2- Dos documentos para inscrição de candidatos a Conselheiro a serem encaminhados para a Comissão Especial:
  - a) Ata de indicação da entidade e solicitação de inscrição do mesmo a candidato a Conselheiro;
  - b) Fotocópia da Carteira de Identidade do Candidato a Conselheiro;
  - c) Requerimento de Inscrição preenchida e assinada pelo representante legal da entidade ou do grupo;

OBS: Quando se tratar de Grupos de Idosos, o mesmo deverá fazer a indicação (oficialmente) de um representante, sendo preenchida a ficha de inscrição e assinada pelo coordenador do grupo;

5- Da Votação:

5.1- Os representantes que preencherem os requisitos deste Edital, deverão apresentar um delegado no dia da Plenária de eleição para a Comissão Eleitoral para estarem aptos a votar com os seguintes documentos:

- a) Ofício da entidade assinado por seu representante legal apresentando o seu delegado e o autorizando a votar;
- b) Carteira de Identidade do delegado;

OBS: Nos casos de candidato ao Conselho, este será automaticamente o delegado habilitado para votar.

6- Dos Prazos

6.1- O resultado da Plenária de Eleição será publicado em Jornal de circulação no município.

Brusque, 25 de agosto de 2017.  
SIMONE B.M.SCHLINDWEIN  
Presidente do Conselho Municipal  
do Idoso - CMI

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 122-2017**

PREGÃO nº 074/2017  
Processo Licitatório nº 122/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Educação, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de brinquedos. Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 28/09/2017, às 13h30min. Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 28/08/2017

JOSÉ ZANCANARO  
Secretaria de Educação

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 127-2017**

PREGÃO nº 076/2017  
Processo Licitatório nº 127/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de cubas e lavatórios em aço inox (lavatório com instalação). Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 25/09/2017, às 16h00min. Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 28/08/2017  
ANDREA PATRICIA VOLKMANN  
Diretora Geral  
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 128-2017**

PREGÃO nº 077/2017

Processo Licitatório nº 128/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviço de hospedagem com fornecimento de café da manhã, para Administração Pública.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 14/09/2017, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 28/08/2017

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento de Gestão

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129-2017**

PREGÃO nº 078/2017

Processo Licitatório nº 129/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de impressoras matriciais e scanner, para a Procuradora e Delegacia Regional.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 26/09/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 28/08/2017

EDSON RISTOW

Procuradoria

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130-2017**

PREGÃO nº 079/2017

Processo Licitatório nº 130/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de telhas, tijolos e cumeeiras

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 27/09/2017, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 28/08/2017

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131-2017**

PREGÃO nº 080/2017

Processo Licitatório nº 131/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição, recarga e manutenção de extintores de incêndio, para Administração Pública.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 20/09/2017, às 16h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 28/08/2017

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento de Gestão

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132-2017**

PREGÃO nº 081/2017

Processo Licitatório nº 132/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de switch, ponto de acesso wireless, routerboard e cabo de rede UTP.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 12/09/2017, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 28/08/2017

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento de Gestão

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135-2017**

PREGÃO nº 082/2017

Processo Licitatório nº 135/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio do Secretário de Turismo, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de montagem e desmontagem do Biergarten, Pavilhão, tenda e palco com fornecimento de material para a Festa Nacional do Marreco.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 19/09/2017, às 16h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 28/08/2017

JOÃO ROBERTO BEUTING

Respondendo pela

Secretaria de Turismo

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 136-2017**

PREGÃO nº 083/2017

Processo Licitatório nº 136/2017

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, por intermédio do Secretário de Turismo, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a permissão de uso de bens públicos, por ato unilateral, a título precário e remunerado, para administração e exploração comercial de restaurante tipicamente alemão na Festa Nacional do Marreco.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 13/09/2017, às 17h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do

site: [www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br) 28/08/2017

JOÃO ROBERTO BEUTING  
Respondendo pela  
Secretaria de Turismo

**PORTARIA Nº 12150-2017**

PORTARIA N. 12.150, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Basilio Carlos Hucalo do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de agosto de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 12151- 2017**

PORTARIA N. 12.151, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Sebastião José Hang do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de agosto de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 12152-2017**

PORTARIA N. 12.152, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Marcos Werner do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de agosto de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

EDENA BEATRIS CENSI  
Respondendo interinamente pela Secretaria  
de Orçamento e Gestão

**PORTARIA Nº 12153-2017**

PORTARIA N. 12.153, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Exonera servidor.a

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Acires Martins do cargo de provimento em comissão de Chefe Operacional, Padrão CC-VI, lotada na Secretaria de Trânsito e Mobilidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de agosto de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito Municipal

ALONSO MORO TORRES  
Respondendo pela Secretaria de Trânsito e Mobilidade

**PORTARIA Nº 12156-2017**

PORTARIA N. 12.156, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Inclui o parágrafo único na Portaria n. 12.086, de 11 de julho de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea e do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Federal n. 13.019/2014, Decreto Municipal n. 7.954/2017 e o parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar Municipal n. 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º Incluir o parágrafo único no art. 1º da Portaria n. 12.086, de 11 de julho de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 1º**

Parágrafo único. Os servidores designados não farão jus a remuneração, por tratar-se de serviço de relevante interesse público”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de julho de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2017.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12157-2017**

PORTARIA N. 12.157, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Maria Cristina Setraghi Couceiro de Sousa Santos do cargo de provimento em comissão de Coordenadora, Padrão CC-V, lotada na Procuradoria-Geral do Município/PROCON.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 24 de agosto de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

**PORTARIA Nº 12158-2017**

PORTARIA N. 12.158, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Tiago Zankan para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Secretaria de Saúde, a partir de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de agosto de 2017.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito Municipal

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

**PORTARIA Nº 2845 2017**

PORTARIA Nº 2.845/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder licença para tratar de assuntos particulares, a servidora ISADORA BITENCOURT SCOZ, matrícula nº 1074270, servidora efetiva e estável, no cargo de Monitor Escolar, por um período de 04 (quatro) anos, conforme solicitação do mesmo, a contar de 01/09/2017.

Parágrafo 1º – A licença de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 137, da LC 147/2009, nos termos do pedido do servidor e, a anuência da Municipalidade.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/09/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 23 de agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE KETZER NAGEL

Diretora de Recursos Humanos

JOSÉ ZANCANARO

Secretário Municipal da Educação

**PORTARIA Nº 2726-2017**

Portaria nº 2726/2017

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 1/3 (um terço) das férias em pecúnia, ao (a) servidor (a) DONIZETE LAUDELINO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado (a) no Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo iniciado em 28/05/2015, com fulcro no Art. 126 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA  
Secretária de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora

**PORTARIA Nº 2756-2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2756/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do servidor	Lotação	Início gozo	Final gozo	Dias gozo
801070	0	FATIMA ZIANE OLIVEIRA MACHADO	Fundo Municipal de Assistência Social	14/08/2017	28/08/2017	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 14/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA  
Secretária de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora

**PORTARIA Nº 2779-2017**

Portaria nº 2779/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) JORGE RICARDO JESKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 17/08/2017 a 14/11/2017, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/07/2012.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 17/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

JOÃO ROBERTO BEUTING  
Secretário de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora

### **PORTARIA Nº 2780-2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2780/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do servidor	Lotação	Início gozo	Final gozo	Dias gozo
1000005264	1	ANDRE BATSCHAUER PEREIRA	Fundo Municipal de Assistência Social	16/08/2017	25/08/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 16/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA  
Secretária de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora

### **PORTARIA Nº 2788-2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2788/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
9601	1	VILSON ANTONIO DE BARROS GIORDANI	Fundação Ecológica e Zoobot. De Brusque	17/08/2017	31/08/2017	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

JOÃO ROBERTO BEUTING  
Secretário de Desenvolvimento Econômico Trabalho e Renda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora

**PORTARIA Nº 2816-2017**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2816/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4166230	1	JANAINE BUSCHIROLI	Fundo Municipal de Assistência Social	21/08/2017	30/08/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA  
Secretária de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora

**PORTARIA Nº 2836-2017**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2836/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do servidor	Lotação	Início gozo	Final gozo	Dias gozo
732524	0	LEONICE DE OLIVEIRA BRAZ REISNER	Fundo Municipal de Assistência Social	21/08/2017	30/08/2017	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/08/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de Agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

MARIANA MARTINS RESENDE DA SILVA  
Secretária de Assistência Social e Habitação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora

# Caçador

## PREFEITURA

### COMDIM

FÓRUM DE ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER- COMDIM, Biênio 2017/ 2019

A comissão organizadora do Fórum para eleição dos membros da sociedade civil para composição do COMDIM, Biênio 2017/2019, reuniu-se no dia 24 de agosto de 2017, às 13h30min, para deferimento ou indeferimento dos inscritos para concorrer ao Fórum que realizar-se-á no dia 01 de setembro de 2017. Todas as inscrições foram deferidas e seguem classificadas por segmentos:

a) Duas mulheres indicadas dentre os grupos de mulheres do meio urbano:

- Grupo de Mulheres do Bairro Alto Bonito;
- Grupo de Mulheres do Bairro dos Municípios I;
- Grupo de Mulheres do Bairro dos Municípios III.

b) Duas mulheres indicadas dentre os movimentos de mulheres urbanas e rurais:

- Associação de Mulheres de Negócios de Caçador- BPW.

c) Duas representantes das entidades e associações:

- Ordem dos Advogados do Brasil- OAB- Subseção de Caçador;
- Universidade Alto Vale do Rio do Peixe Uniarp.

d) Um (a) representante dos trabalhadores na área das mulheres:

- Associação dos Assistentes Sociais de Caçador;
- Associação dos Psicólogos de Caçador e Região- APSIC.

e) Um (a) representante de sindicatos:

- Não houve inscritos.

f) Um (a) representante de prestadores de serviços às mulheres:

- Associação Maria Rosa- AMAR.

Caçador, 24 de agosto de 2017.

Zilda de Mello Albuquerque

Caroline Neris Bridi

Lenita Alves Martins

### DECRETO Nº 7.221

DECRETO Nº 7.221, de 24 de agosto de 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, Exercício de 2017, em favor da Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 18, inciso IV, da Lei nº 3.337, de 20 de dezembro de 2016, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2017.

DECRETA :

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 42.171,64 (Quarenta e dois mil, cento e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos, conforme segue:

20.05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.31 – Construção e Reformas de Quadras de Esportes

4.4.90.00.01.32 – Aplicações Diretas..... R\$ 1.785,40

20.05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.31 – Construção e Reformas de Quadras de Esportes

4.4.90.00.03.32 – Aplicações Diretas..... R\$ 40.386,24

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados recursos financeiros de Superávit, referente Termo de compromisso nº PAC2 10329/2014, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann - SECRETÁRIO DA FAZENDA.

### DECRETO Nº 7.222

DECRETO Nº 7.222, de 25 de agosto de 2017.

Nomeia Comissão Central Organizadora - CCO dos Festejos da Semana da Pátria 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem a Comissão Central Organizadora – CCO, dos Festejos da Semana da Pátria do Município de Caçador, do ano de 2017:

Presidente: Subtenente Emerson Andrei Brum de Oliveira

Vice-Presidente: Josete Maria de Lemos Estrowispy

Secretária: Eliane Bortolini

Representantes:

- Tiro de Guerra 05/006 – Emerson Andrei Brum de Oliveira;

- 15º Batalhão da Polícia Militar: Luis Henrique Almeida;

- ACIC: Everton Seleme;

- Assessoria de Imprensa: Janaina Pirola;

- Associação de Clubes Motorizados: Emerson Focasso, Daniel Cavalett, Luiz Paulo Nhoatto, Bruno Prigol, Renan Chaves, Evaldo Martins Schultz, José Augusto Zenere, Cedri Cristiano Comerlato, Silvino Caramori;

- Banda Marcial Aurora: Ricardo Cavalett;

- Bombeiros Voluntários: Jakson Alberto Mandelli;
- CDL: Nelsi Ruppel;
- Colégio de Aplicação: Ilze Chiarello;
- Conselho Tutelar: Suzana Ribeiro dos Santos e Maria Augusta Moreira;
- DITTESC: Jocimar Soares de Abreu;
- Escolas da Rede Municipal: Ana Paula Spuldaro Peretto;
- Escoteiros Desbravadores Alfa: Leoni Nhoato;
- Fanfarra da EEB Dom Orlando Dotti: Sergio Capotte Gomes;
- Fanfarra Municipal de Caçador: Cleverson Olavo da Silva;
- Fanfarra Morada do Sol: Jonathan Guedes Prestes;
- Fundação do Meio Ambiente-FUNDEMA: Cristiane Driessen;
- Fundação Municipal de Cultura: Scheilla Maria Soares Marins;
- Fundação Municipal de Esportes: Mara Celis Pagnussat;
- GERED: Ivete Lazzari;
- Grupo de Escoteiros Pindorama: Allan José da Silva;
- IFSC: Campus de Caçador: Carlos Matias;
- Polícia Civil: Marcell Dalle Laste;
- Secretaria Municipal de Assistência Social: Gisele Zarur;
- Secretaria Municipal da Fazenda: Ozório Elias Timmermann;
- Secretaria Municipal da Administração: Roberto Marton Moraes;

- Secretaria Municipal de Educação: Josete Maria de Lemos Estrowispy;
- Secretaria Municipal de Infraestrutura: Ademar Nhoatto;
- Secretaria Municipal de Saúde: Paula F. Zitkiewicz;
- SENAI: Alcedir Rocha;
- UNIARP: Rosana D`Agostini;
- UNOPAR: Fabiane Boneti;
- Polo UaB: Ivete Verona;
- Defesa Civil Mirim: Maurício Luis Somensi;
- Gabinete do Prefeito: Ivonete Ruppel;
- CTG Estrela dos Pampas: Osmar Agusti;
- Cavalgada da Independência: Verônica Hrenhuk.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 25 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

### EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO - PROCON

PAD Nº 45/2016 Cip nº 42.006.001.16.0003077

Reclamante: SHIRLEY TERESINHA FABIANI SANTI

Reclamado: A. M. DA SILVA – SERVIÇOS DE COBRANÇAS - EIRELI

CNPJ Nº 17.119.518/0001-41

#### NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Cristiano Zanchi, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 45/2016, figurando como reclamada A. M. DA SILVA – SERVIÇOS DE COBRANÇAS – EIRELI, com vistas a apurar prática infrativa pois a consumidora comprou através da internet, tecidos para forração de estofado, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), parcelado em 10 (dez) parcelas de R\$ 400,00. Houve o pagamento de 08 (oito) parcelas e a reclamada não encaminhou a mercadoria.

Certificamos que através das fls. 15 e 18 dos autos, a tentativa de notificação ao reclamado, o que restou inexistosa.

Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada que está aberto o processo administrativo nº 45/2016, a fim de comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento do presente processo.

Caçador (SC), 23 de agosto de 2017.

CRISTIANO ZANCHI

Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON

Município de Caçador (SC)

### LEI COMPLEMENTAR Nº 329

LEI COMPLEMENTAR Nº 329, de 25 de agosto de 2017.

Cria cargo no Anexo I - Cargos do Grupo Ocupacional - Técnico Profissional, da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica criado o cargo de Técnico em Radiologia, no Anexo I - Cargos do Grupo Ocupacional - Técnico Profissional, da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências, conforme Anexo que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Parágrafo único. Incidirá sobre o vencimento do Técnico em Radiologia, 40% (quarenta por cento) de risco de vida e insalubridade, conforme disposto no art. 16, da Lei nº 7.394, de 29 de outubro de 1985.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 25 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

ANEXO I - CARGOS DO GRUPO OCUPACIONAL – TÉCNICO-PROFISSIONAL					
CARGO	VENCIMENTO	REFERÊNCIA	CARGA HORÁRIA	Nº VAGAS	HABILITAÇÃO
TÉCNICO EM AGRIMENSURA		30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO -258		30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA		30	35	3	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM CONTABILIDADE		30	35	3	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM DESENHO		30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM -108		30	35	15	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL		30	35	5	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área e registro no respectivo conselho de classe.
TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS		30	35	3	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADOR - 278		30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área.
TÉCNICO EM SECRETARIADO -191		30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO - 72		30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO LEGISLATIVO - 221		30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO TRIBUTÁRIO		30	35	4	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo (2º grau) + Curso Técnico na área.

TÉCNICO EM REABILITAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS		30	35	3	Ensino Médio e Curso Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos (com certificado reconhecido pelo MEC)
TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE		30	35	2	Ensino Médio Profissionalizante ou Ensino Médio Completo + Curso Técnico na área e registro no respectivo Conselho.
TÉCNICO EM RADIOLOGIA	2.300,77	16A	24	4	Ensino Médio + Curso Técnico em Radiologia e registro no respectivo Conselho
OPERADOR DE ESTAÇÃO AERONÁUTICA		38	35	4	Certificado de conclusão do 2º grau e certificado de conclusão do curso CNS 005 ou outro realizado em estabelecimento de ensino do Comando da Aeronáutica ou por este homologado como Curso de Operador de Estação Aeronáutica que permitam o desempenho do cargo.

## ANEXO II - DA TABELA DE VENCIMENTOS

	REF. 16A R\$ 2.300,77
	2.300,77
1	2.369,79
2	2.438,82
3	2.507,84
4	2.576,86
5	2.645,88
6	2.714,91
7	2.783,93
8	2.852,95
9	2.921,91
10	2.991,00
11	3.060,02
12	3.129,05
13	3.198,07
14	3.267,09
15	3.336,12

## ANEXO III

## DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS - GRUPO OCUPACIONAL - TÉCNICO PROFISSIONAL

## Técnico em Radiologia

- Organizar equipamento, sala de exame e material: averiguar condições técnicas de equipamentos e acessórios; calibrar o aparelho no seu padrão; averiguar a disponibilidade de material para exame; montar carrinho de medicamentos de emergência; organizar câmara escura e clara;
- Planejar o atendimento: adaptar agenda para atendimento de pacientes prioritários; ordenar a sequência de exames; receber pedido de exames e ou prontuário do paciente; cumprir procedimentos administrativos; auxiliar no planejamento de tratamento radioterápico.
- Preparar o paciente para exame e ou radiologia: verificar condições físicas preparo do paciente; providenciar preparos adicionais do paciente; retirar próteses móveis e adornos do paciente.
- Realizar exames e ou radiologia: solicitar presença de outros profissionais envolvidos no exame; ajustar o aparelho conforme o paciente e tipo de exame; adequar a posição do paciente ao exame; imobilizar o paciente; administrar contraste e medicamentos sob supervisão médica; acompanhar reações do paciente ao contraste e medicamentos; processar filme na câmara escura; avaliar a qualidade do exame; submeter o exame à apreciação médica; complementar exame; limitar o campo a ser irradiado com placas de chumbo; tirar fotografias e slides intra e extrabucais e do corpo; confeccionar moldagens e modelos ortodônticos; fazer traçado cefalométrico manual ou computadorizado.
- Prestar atendimento fora da sala de exame: deslocar equipamento; eliminar interferência de outros aparelhos; determinar a remoção de pessoas não envolvidas no exame; isolar área de trabalho para exame.
- Trabalhar com biossegurança: providenciar limpeza e assepsia da sala e equipamentos; paramentar-se; usar EPI; oferecer recursos de proteção a outros profissionais presentes e acompanhantes; usar dosímetro (medição da radiação recebida); minimizar o tempo de exposição à radiação; substituir medicamentos e materiais com validade vencida; acondicionar materiais radioativos para transporte ou descarte; acondicionar materiais perfuro cortante para descarte; submeter-se a exames periódicos.
- Comunicar-se: instruir o paciente sobre preparação para o exame; obter informações do paciente; orientar o paciente, o acompanhante e auxiliares sobre os procedimentos durante o exame; descrever as condições e reações do paciente durante o exame; registrar exames

realizados; identificar exame; orientar o paciente sobre cuidados após o exame; discutir o caso com equipe de trabalho; requerer manutenção dos equipamentos; solicitar reposição de material.

- Operar equipamentos;
- Manipular materiais radioativos;
- Utilizar recursos de informática;
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

### LEI Nº 3.382

LEI Nº 3.382, de 17 de agosto de 2017.

Revoga o art. 5º da Lei nº 2.395, de 19 de dezembro de 2006, que determina regras para o reconhecimento de utilidade pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º. Fica revogado o art. 5º da Lei nº 2.395, de 19 de dezembro de 2006, que determina regras para o reconhecimento de utilidade pública municipal.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 17 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 28.271

PORTARIA Nº 28.271, de 31 de julho de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, em razão de faltas justificadas e injustificadas no período de 13 de junho de 2017 a 12 de julho de 2017, especificando, código, nome do servidor, local de lotação e quantidade de faltas:

#### I – FALTAS JUSTIFICADAS:

Código	Servidor (a)	Escola	Faltas/Dias
10319	Adelina Salete Kowalzyk	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01
10537	Adriana Aparecida Zeni Bof	EMEB Alto Bonito	01
17464	Adriana Raquel Dias	EMEB Hilda Granemann de Sousa	½ dia
4177	Adrielli Lara de Amorim	CMEI João Maria Fernandes	01
667	Agenir Ariatti	EMEB Vereda dos Trevos	02
14751	Alaíde Oliveira	EMEB Padre José Chamot	03
1143	Aldonir Anciutti	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01
		EMEB Henrique Júlio Berger	01
17443	Aline Balbinotto	EMEB Hilda Granemann de Sousa	04
10534	Alzira Salete Padilha	EMEB Hilda Granemann de Sousa	3 dias e 30min.
10932	Amanda Roberta Pereira de Camargo Bilibio	EMEB Morada do Sol	01
15005	Ana Cristina Berto	CMEI João Maria Fernandes	06
790	Andiara Zeni Pacheco	EMEB Hilda Granemann de Sousa	02
10519	Andreia Anciutti	EMEB Irmão Venâncio José	½ dia
10026	Angeli Salete Marques	CMEI Santa Clara	01 dia e ½
14808	Angelita Aparecida Pinto de Andrade	EMEB Padre José Chamot	02
14934	Angelita Zir	EMEB Padre José Chamot	01
14207	Arielly de Kassia Durli Fonseca	EMEB Henrique Júlio Berger	02
14138	Augusto Leonel Ribeiro	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia
15054	Bárbara Moraes Lopes	EMEB Vereda dos Trevos	05

11062	Berenice Aparecida Santos Bonfim	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	05
828	Bernadete Maria Ribeiro dos Santos	EMEB Hilda Granemann de Sousa	06
17462	Bruna Rosa Boico	CMEI João Maria Fernandes	01
10430	Bruna Stello	CMEI Pierina Adami	01 dia e ½
17533	Cátia Maria dos Santos	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	½ dia
14858	Cecília Bertotto Paloschi	EMEB Walsin Nunes Garcia	½ dia
14811	Cleide Alves	EMEB Irmão Venâncio José	03
1230	Cleide Fátima Dariz	EMEB Henrique Júlio Berger	½ dia
15090	Cleusa Cardoso do Prado Moreira	EMEB Henrique Júlio Berger	01
17502	Cristian Rubini Dutra	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	02
14258	Cristiane Antunes Gonçalves	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia
17534	Cristiane Aparecida Trindade da Silva	EMEB Alto Bonito EMEB Dr. Ulysses Guimarães	01 ½ dia
4281	Cristiane Iracema de Lima	EMEB Hilda Granemann de Sousa	03
8636	Daniele Jociane Fortunatp	EMEB Morada do Sol	02
17503	Dayane Aparecida Geremias	EMEB Hilda Granemann de Sousa	½ dia
11476	Dayane de Fatima Machado	EMEB Nossa Senhora Salete	½ dia
14865	Deisiane Aparecida de Paulo	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	½ dia
1475	Denise Lourdes da Luz	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01
15006	Dezirê Rotta Tomazini	EMEB Hilda Granemann de Sousa	02
14771	Diego Junges de Lara	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia
6944	Dilma Bueno	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia
17505	Dinamar Belfart Bazeggio	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01
8660	Ecleides de Fátima Bleichuvel	EMEB Henrique Júlio Berger	01
4258	Edilene Kutcher da Silva	EMEB Hilda Granemann de Sousa	3 dias e ½
10448	Edite da Silva Bigas	EMEB Padre José Chamot	02
10989	Eliane Aparecida Alves	EMEB Padre José Chamot	01
14952	Eliane Aparecida Alves	EMEB Vereda dos Trevos	½ dia
14963	Eliane Scotti Alvarenga	EMEB Padre José Chamot	02
14857	Elis Regina de Lima	EMEB Hilda Granemann de Sousa	½ dia
8290	Elisabete Aparecida Marini Bortolini	EMEB Henrique Júlio Berger	05
14964	Elisabete Taborda Somensi	EMEB Esperança	02
799	Elisandra Giacomet	SME	02 dias e ½
14519	Elisangela Kviatkovski	EMEB Castelhana	01
14857	Eliz Regina de Lima	EMEB Henrique Júlio Berger	½ dia
3558	Elizangela Bartel	CMEI Pierina Adami	01
10520	Eliziane Aparecida Batochio Pegoraro	EMEB Pierina Santin Perret	01
10531	Ester Wolf Ferreira	CMEI Pierina Adami	½ dia
2128	Felizarda Lemos Francio	EMEB Alcides Tombini	02
14988	Franciele Elisabete Cardozo Correa	EMEB Henrique Júlio Berger	06
4263	Francielle Marin Menzel	EMEB Henrique Júlio Berger	02
14520	Gabriela Nava Ramos	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	01
17509	Geslaine Guedes dos Santos	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	02
14819	Giovana Figueroa Stocco	EMEB Henrique Júlio Berger	01
1088	Gisele Behr	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01 dia e ½
1088	Gisele Rossi Canalli Behr	EMEB Vereda dos Trevos	01
10432	Graziela Wagner da Costa Bender	SME	01 dia e ½
14951	Hilda Vilanova	EMEB Padre José Chamot	01
509	Idianara de Castro Valentini	EMEB Walsin Nunes Garcia	01
1202	Ieda Mara Fernandes	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	½ dia
14526	Iodete Antunes Nunes Querino	EMEB Esperança	07
216	Iraci dos Santos	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01 dia e ½
14952	Irene de Fátima Ribeiro	EMEB Esperança	02
1190	Ivanir Aparecida Gonçalves	CMEI Pierina Adami	01 dia e ½
626	Ivonete Aparecida Torezan	EMEB Alto Bonito	01
815	Jane Maristela dos Santos	EMEB Morada do Sol	02
14752	Janete Mandelli	EMEB Tabajara EMEB Nossa Senhora Salete	01 01
14753	Janice Muniz de Moura Ribeiro	EMEB Henrique Júlio Berger EMEB Tabajara	½ dia 02
17511	Joice Porth	EMEB Padre José Chamot	01
1302	José Osni Guaripuna	EMEB Morada do Sol	01
14769	Josiane Mailberg	EMEB Hilda Granemann de Sousa	03
4259	Jucelaine Teresinha Pereira	CMEI Santa Clara	½ dia

14732	Jucelaine Teresinha Pereira	EMEB Irmão Venâncio José	½ dia
14209	Juceliane Melek	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01
14969	Juliana Aparecida Guedes dos Santos	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	½ dia
14837	Juliana Vogues Ribeiro	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	01
14891	Jussara Aparecida de Moraes	EMEB Alcides Tombini	½ dia
687	Jussara Fonseca	EMEB Henrique Júlio Berger	01
14392	Jussara Fonseca	EMEB Tabajara	02
14224	Kamila de Andrade Mroz	EMEB Walsin Nunes Garcia	03
14224	Kamila Mroz de Andrade	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	03
14892	Keila Aparecida Bronner	CMEI João Maria Fernandes	02
14953	Kerle Caetano da Silva	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia
14967	Lana Ribeiro	EMEB Padre José Chamot	01
10523	Layde Sebastiana Souza	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01
14825	Leila Lucimar Gonçalves	EMEB Esperança	02
14212	Liliane de Andrade	EMEB Vereda dos Trevos	01
14206	Lisete Granemann	EMEB Henrique Júlio Berger	½ dia
14954	Lori Pepes	CMEI João Maria Fernandes	07
14918	Luciane Aparecida Mello	CMEI João Maria Fernandes	01 dia e ½
9871	Luciane de Almeida	CMEI Pierina Adami	02
4599	Luciane do Carmo Padilha	EMEB Tabajara	03
10539	Lucimar Aparecida Appi	CMEI Pierina Adami	01
1136	Luíza Samira Flores Alves	EMEB Henrique Júlio Berger	02
15032	Lourdes de Matias Alves	EMEB Tabajara	01
14971	Maiara Aparecida Machado	EMEB Hilda Granemann de Sousa	04
5059	Marcia Alves de Oliveira Hahn	SME	01
2443	Márcia Regina Caregnato Colpini	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia
1066	Marcos Adelmo dos Reis	EMEB Morada do Sol	01
		EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01
4282	Marcos Ronald Stein	EMEB Walsin Nunes Garcia	01
15082	Maria Beatriz Konflanz	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	½ dia
3295	Maria Beatriz Konflaz	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01
17740	Maria Cristina Mafessoni	EMEB Hilda Granemann de Sousa	02
8308	Maria Luciana Moraes dos Santos	CMEI Pierina Adami	½ dia
4283	Maria Selo Salomoni Gazzi	EMEB Tabajara	01
17480	Maria Teresinha Milan	CMEI Pierina Adami	01
14895	Maria Terezinha Antunes	EMEB Henrique Júlio Berger	03
14815	Mariana Susin Frigoto	EMEB Hilda Granemann de Sousa	02
9868	Marilda Aparecida de Oliveira	EMEB Morada do Sol	01
14172	Marinez do Amaral	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	01
14840	Marivete Aparecida Boff	EMEB Morada do Sol	01
14945	Marlene Fonseca	EMEB Esperança	01
14896	Mauro Rodrigues	EMEB Hilda Granemann de Sousa	03
17520	Melina Pereira Scalabrin	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	½ dia
14522	Micheli Kate Ramthun Bonette	EMEB Hilda Granemann de Sousa	03
4588	Miguel Gustavo Reibnitz	SME	02
14906	Miguelina Margarete da Silva	CMEI Pierina Adami	½ dia
9873	Miriane Sinara Pries	CMEI Pierina Adami	01
11913	Monalize Seidel	CMEI Dona Gladis Vargas Roesch	01
14915	Monique Rodrigues da Silva	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	01
2179	Natália Mussack	EMEB Castelhana	03
8512	Neiva Teresinha Boscari Maffessoni	CMEI Pierina Adami	02
14818	Nelci dos Santos Crespo	EMEB Padre José Chamot	02
1516	Neuza Carro Cordeiro	EMEB Alto Bonito	05
1165	Nilse Baseggio Frizzon	EMEB Irmão Venâncio José	04
17522	Nilva Maria Fernandes	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	½ dia
17524	Odila da Silva Pereira	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01
14133	Patrícia Caroline Duarte	EMEB Alto Bonito	01
17483	Patrícia Laiane Boruch	CMEI Pierina Adami	01
10543	Ramires Lopes Ramos	EMEB Morada do Sol	½ dia
14822	Raquel Tavares da Silva	EMEB Hilda Granemann de Sousa	07 dias e ½
14822	Raquel Tavares da Silva	EMEB Pierina Santin Perret	02
17525	Reginaldo Klabunde	EMEB Hilda Granemann de Sousa	03
17525	Reginaldo Klabunde	EMEB Nossa Senhora Salete	03
14221	Ricardo Kinal	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	01

14901	Rita Grobe	EMEB Vereda dos Trevos	½ dia
14218	Rodolfo Machado de Souza Segundo	CMEI Santa Clara	06
17526	Rodrigo Cavalett	EMEB Pierina Santin Perret	05
2002	Rosalba Endrigo de Almeida	EMEB Alto Bonito	½ dia
10161	Rosali Aparecida Cordeiro	CMEI João Maria Fernandes	01
14979	Rosângela Aparecida Pessoa	EMEB Hilda Granemann de Sousa	½ dia
14793	Rosecleia Spader	EMEB Irmão Venâncio José	02
3318	Rosimar Borges	CMEI Pierina Adami	02
8637	Rovena Szymks Ramos	EMEB Pierina Santin Perret	02
17486	Sandra Aparecida Peretti	CMEI Pierina Adami	01
3557	Sidnea Dominiak	CMEI Pierina Adami	1 hora
595	Silésia de Menezes Veiga	EMEB Henrique Júlio Berger	04
14965	Solange Bittencourt Marques	EMEB Alto Bonito	01
14798	Solange Pivotto	EMEB Colônia Polidoro	01
14770	Sonia Mara Farias	EMEB Hilda Granemann de Sousa	02
14770	Sonia Mara Farias	EMEB Morada do Sol	01
14802	Suely Miozzo Escher	EMEB Hilda Granemann de Sousa	03
14803	Sulamita Reis dos Santos	EMEB Henrique Júlio Berger	03
3125	Suzana dos Reis	EMEB Tabajara	02
14804	Valeria Cristine Risson	EMEB Hilda Granemann de Sousa	01
14982	Vanessa Ribeiro de Freitas	EMEB Henrique Júlio Berger	04
14192	Vanusa de Oliveira Correa	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	02
3631	Vilma de Oliveira	SME	03
283	Vilson Meireles da Silva	EMEB Henrique Júlio Berger	½ dia
10525	Waldir Schuppel	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	02 dias e ½

## II – FALTAS INJUSTIFICADAS:

Código	Servidor(a)	Escola	Faltas
15005	Ana Cristina Berto	CMEI João Maria Fernandes	30 horas e 48 min.
14853	Ana Cristina Correa	EMEB Padre José Chamot	4 horas
17531	Andriele Bueno de Freitas	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	4 horas
15054	Bárbara Moraes Lopes	EMEB Vereda dos Trevos	08 horas e 48 min.
15090	Cleusa Aparecida dos Santos	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	8 horas e 48 min.
14962	Eliane Aparecida Alves	EMEB Padre José Chamot	4 horas
1302	José Osni Guaripuna	EMEB Morada do Sol	4 horas
14954	Lori Pepes	CMEI João Maria Fernandes	4 horas
14918	Luciane Aparecida Mello	CMEI João Maria Fernandes	4 horas
14971	Maiara Aparecida Machado	EMEB Padre José Chamot	4 horas
1066	Marcos Adelmo dos Reis	EMEB Morada do Sol	4 horas
14832	Marisa Aparecida Castilho	EMEB Alto Bonito	45 minutos
14897	Marisa Martins	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	4 horas
14831	Nilton João Preveda	EMEB Morada do Sol	45 min.
17522	Nilva Maria Fernandes	EMEB Dr. Ulysses Guimarães	4 horas
17526	Rodrigo Cavalett	EMEB Padre José Chamot	4 horas
17526	Rodrigo Cavalett	EMEB Morada do Sol	1 hora e 30 min.
14766	Rosete Vebber da Silva Ferlin	EMEB Morada do Sol	1 hora e 30 min.
917	Simone Figueiredo dos Reis	EMEB Morada do Sol	1 hora e 30 min.
3359	Valmor Arl	EMEB Morada do Sol	1 hora e 30 min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de julho de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.272**

PORTARIA Nº 28.272, de 31 de julho de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 3º, inciso I da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, realizado no mês de julho de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Nº Horas
10832	Ana Paula de Castilha Souza	Assistente Social	60hs
7740	Eunice Linhares Fleck	Assistente Social	26hs
15095	Lais Suellen Nascimento dos Santos	Assistente Social	15hs
14671	Lília Capelim	Assistente Social	52hs
10217	Luciana Marques	Assistente Social	120hs
7848	Neiva Viecei	Assistente Social	153hs
14082	Rafael Nunes	Motorista	161hs
14088	Rodrigo de Paula	Motorista	202hs
10218	Silvia Linhares Martelo	Assistente Social	52hs
14083	Tarcisio Roberto Cavalcante	Motorista	141hs
10219	Terezinha Aparecida Wames de Souza	Assistente Social	26hs

Art. 2º. CONCEDER ao Servidor Público lotado no Gabinete do Prefeito e em exercício no Conselho Tutelar o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, realizado no mês de julho de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Nº Horas
2512	Altino Inácio Carneiro	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	220h00min

Art. 3º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais lotados na Secretaria Municipal da Saúde o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, realizado no mês de julho de 2017 junto às Vigilâncias Sanitária e Epidemiológica, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Nº Horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	384hs
10463	Alice Regina Sturmer Blank	Bioquímica	96hs
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnóloga em Alimentos	96hs
14597	Elisa Regina Kruguer Possenti	Técnica em Enfermagem	140hs
15	Giovani Ernandes Teles de Oliveira	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	246hs
6301	Nilo Sérgio Luz Amorin	Engenheiro Civil	96hs
693	Paula Brustolin Xavier	Enfermeiro	104hs
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutica	123hs
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	Assistente Administrativa	84hs
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar de Enfermagem	242hs

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de julho de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.273**

PORTARIA Nº 28.273, de 31 de julho de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados, em razão de faltas injustificadas no período de 01/06/2017 a 30/06/2017 na Secretaria de Saúde e de 15/06/2017 a 14/07/2017 nos Órgãos e Secretarias Municipais, especificando código, nome, cargo, local de lotação e número de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de lotação	Nº de horas
13973	Ada Belli de Lima	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	06h28min
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	Auxiliar de Enfermagem - ESF	Saúde	43h00min
1964	Adelar Geraldo Piran	Motorista Caminhão	Saúde	18h37min
10788	Aires Roberta da Rosa	Enfermeiro 35hs	Saúde	39h28min
11728	Alessandra Heberle	Auxiliar em Saúde Bucal	Saúde	13h75min
14081	Alessandro Luiz Ribeiro	Agente de Serviços e Obras Especiais	Saúde	09h12min
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	Saúde	08h02min
14054	Ana Paula de Lima	Assistente Administrativa	Fazenda	07h27min
11810	Ana Paula Simioni	Enfermeira – ESF	Saúde	23h03min
13950	Anderson Luiz Ramos	Odontólogo	Saúde	08h18min
1315	Andre Luis Paes Juliani	Odontólogo	Saúde	04h00min
14073	Andressa Quintino da Silva	Auxiliar de Enfermagem	Saúde	13h00min
11207	Any Luiz Rodrigues de Lima	Auxiliar em Saúde Bucal	Saúde	09h12min
10941	Arlete Terezinha Benjamini Alves dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	168h00min
1771	Aurélío Luiz Arrabar	Odontólogo	Saúde	24h02min
14033	Bruna Carolini Szymkuv	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	24h00min
14602	Camila Reinaldo Rodrigues Fernandes	Auxiliar em Saúde Bucal – ESF	Saúde	22h13min
4953	Camilo Paganini	Operador Manutenção Edificações	Saúde	09h20min
10940	Carla Andressa Vierzbicki	Assistente Administrativo	Saúde	05h52min
14512	Cibele Aparecida dos Santos Rosa Dias	Auxiliar em Saúde Bucal - ESF	Saúde	41h03min
831	Clarice Abrão	Atendente de Enfermagem	Saúde	12h00min
10345	Cleusa Aparecida Ferreira da Luz	Servente Educação	Administração	06h38min
15023	Daiane Ferreira dos Santos	Auxiliar de Enfermagem	Saúde	07h00min
9701	Daniela Kist Busnardo Cabral	Médico	Saúde	20h00min
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	10h43min
2027	Edezio Recalcatti	Motorista	Saúde	09h33min
12738	Edilaine Casaletti	Psicólogo 35hs	Saúde	06h47min
10766	Edina Ferreira Lopes	Auxiliar de Enfermagem	Saúde	08h13min
11855	Elaine de Fatima Voitach	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	08h00min
10989	Eliane Alves Pereira	Merendeira Escolar	Educação	04h00min
9198	Eliane do Amaral	Auxiliar de Serviços Gerais	Administração	11h07min
12021	Eliane Gouveia	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	07h52min
14120	Evonei Cassiano Barroso	Agente de Serviços e Obras Especiais	Infraestrutura	73h33min
14994	Fabio Casagrande do Nascimento	Médico	Saúde	55h28min
837	Fatima Aparecida de Castro Michielin	Auxiliar de Enfermagem	Saúde	09h35min
3284	Flavio Scalcon	Médico	Saúde	20h00min
14127	Flavio Scalcon	Médico	Saúde	09h25min
13981	Francieli Cavichioli Tasca	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	15h40min
14077	Henrique Lenardt Junior	Motorista	Saúde	07h25min
12589	Iara Aparecida Speggiorin	Enfermeiro ESF	Saúde	08h35min
200	Ilse Maria Schmidt Driessen	Médico	Saúde	06h40min
1023	Iraci Salete Sebern	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	06h00min

3750	Ireni Aparecida Macedo	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	12h27min
4746	Ivonete de Fatima Bertulino	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	10h40min
7742	Ivonete Zollner Lara	Técnico em Enfermagem	Saúde	06h37min
14087	Jaisson Augusto Cruz Martins	Operador Estação Aeronáutica	Gabinete	175h50min
11031	Janaina Menegazzo	Nutricionista	Saúde	06h40min
15033	Janete Schiochet	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	19h20min
14085	Jenifer de Lima da Silva	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	36h35min
13977	Jéssica Padilha	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	124h43min
14111	Jorge Henrique Muller João	Terapeuta em Dependência Química	Saúde	07h30min
11890	Jorge Jair de Moura Borges	Enfermeiro ESF	Saúde	15h23min
865	Jussara Aparecida Hirsch Pereira	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	09h22min
13975	Karine aparecida dos Santos Bataglion	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	05h12min
13979	Kassia de Lima	Agente Comunitária de Saúde	Saúde	08h18min
9355	Leandro Souza de Matos	Analista de Sistemas	Saúde	22h53min
7704	Leonice Candiago	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	17h40min
17779	Lindamir Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais	Agricultura	220h00min
10786	Lorete Aparecida Braun	Enfermeiro 35hs	Saúde	11h50min
13984	Luciane Xavier dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	20h15min
405	Luciano Coluzzi	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	10h28min
7684	Luiz Eduardo Ruppel	Auxiliar de Administração	Saúde	45h15min
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	08h00min
11812	Marcia de Oliveira Guedes	Auxiliar de Enfermagem ESF	Saúde	04h43min
11974	Maria Aparecida Alves	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	09h23min
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	06h17min
4741	Mariane Rafaela Seidel	Bioquímico	Saúde	08h22min
11965	Marilene de Cassia Favero	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	06h05min
4999	Marisa Aparecida Goes	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	06h00min
3974	Marisol de Santana Neves	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	16h17min
10816	Marjuri Paula Garbossa Bon	Enfermeiro 35hs	Saúde	10h07min
13891	Meghi Cristine Nizer	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	16h33min
11856	Oneide Granemann Dias Wandescheer	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	08h30min
15057	Patricia Alves Calistro	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	24h00min
856	Paulo Cesar Jarschel	Atendente de Enfermagem	Saúde	12h00min
4606	Regiane Aparecida Resende	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	17h28min
10102	Rosa Meri Coluzzi	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	19h05min
3262	Rosangela Cristina Malat	Assistente Social	Saúde	15h03min
1053	Rosemaria Combin	Auxiliar de Serviços Gerais	Saúde	06h05min
14017	Rosilda Cristina Regert	Enfermeiro ESF	Saúde	26h07min
12727	Rudyr Fausto Buba	Médico	Saúde	07h28min
10764	Sandra Aparecida Correa	Enfermeiro 35hs	Saúde	13h13min
11869	Sandra de Fatima Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	08h27min
10234	Sheila Regina Mandelli	Farmacêutico	Saúde	07h00min
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	12h12min
11872	Sinara Salete Ribeiro Coelho	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	10h07min
10785	Vagner Gonçalves	Técnico em Enfermagem	Saúde	12h00min
749	Valdecir José Pereira da Silva	Motorista Caminhão	Saúde	13h20min
7673	Valeria da Silva	Auxiliar em Saúde Bucal	Saúde	07h00min
11859	Vanira Santos de Moraes	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	11h13min
1106	Venturino José Zardo	Odontólogo	Saúde	04h00min
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	Auxiliar de Enfermagem	Saúde	12h07min
2497	Vilmar Goes	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	Administração	05h23min
11814	Wania Aline Figura	Enfermeiro ESF	Saúde	10h32min
10455	Willian Castilho Pinto	Auxiliar de Administração	Saúde	17h32min
11941	Zenaide Heyer Gois	Agente Comunitário de Saúde	Saúde	05h35min

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de julho de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## **PORTARIA Nº 28.274**

PORTARIA Nº 28.274, de 31 de julho de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias e Órgãos Municipais, o pagamento de serviço extraordinário prestado no período de 15 de junho de 2017 a 14 de julho de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
14100	Acir dos Santos	Agente de Serviços e Obras Especiais	50h50min
2507	Adão Ribeiro de Camargo	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	35h00min
10453	Airton Rogerio Bick	Jardineiro	28h00min
10453	Alan Rocha Liegel	Operador de Estação Aeronáutica	35h00min
14516	Alcir Pires dos Santos	Motorista	60h00min
324	Aldair José de Lima	Operador de Máquinas	45h00min
7987	Alessandro Gonçalves	Guarda Municipal	29h00min
14125	Alexandre Zotto	Motorista	38h00min
476	Altair Jorge Machado	Mecânico	40h00min
2512	Altino Inácio Carneiro	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	38h00min
14121	Anderson dos Santos	Operador de Máquinas	35h10min
3382	Anderson José de Oliveira	Eletricista	35h15min
14092	Anderson Roberto Goes	Pedreiro	54h25min
17787	Andréia D'Agostini	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	12h00min
8628	Angela Knebel	Guarda Municipal	05h00min
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	Guarda Municipal	24h00min
1003	Antonio Medeiros de Oliveira	Operador de Máquinas Pesadas	40h00min
10451	Antonio Vanderlei Moreira	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	12h00min
1384	Antonio Vanderlei Pires	Auxiliar de Serviços Gerais	42h00min
2634	Argemiro Zotto	Operador de Máquinas Pesadas	38h00min
14701	Arlindo de Abreu Junior	Operador Usina de Asfalto	15h00min
17792	Celio Domingues	Auxiliar de Serviços Gerais	36h50min
17782	Clovis Lara Peres	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	10h10min
576	Daniel Pires de Camargo	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	35h00min
8	Darci Alves	Agente de Serviços e Obras Públicas	43h45min
14598	Diego Alves de Moura	Agente de Serviços e Obras Especiais	40h50min
7993	Diogo Borges Barbosa	Guarda Municipal	24h00min
2503	Dorival Gonçalves Soares	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	50h15min
17795	Douglas de Lima	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	50h00min
10292	Edgar Aimi	Guarda Municipal	12h00min
1301	Edson Iaroch	Operador de Máquinas Pesadas	40h20min
14102	Edson Luiz Silveira	Operador de Máquinas	38h20min
17797	Eloir Souza dos Santos	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	40h10min
1278	Eurico Antonio de Oliveira	Operador de Máquinas Pesadas	28h00min
1452	Evaldo Maurilio	Auxiliar de Serviços Gerais	25h10min
7984	Ezequiel Marcio Colaço	Guarda Municipal	36h00min
2504	Ezio Ferreira dos Santos	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	40h02min
9200	Fabio de Lima Garcia	Guarda Municipal	12h00min
1422	Fábio José Cordeiro	Motorista Caminhão	40h20min
17776	Fernanda Alves	Auxiliar de Serviços Gerais	36h00min
17781	Fernando Domingos Muller		10h05min
14055	Gardel Geisel Chinato	Agente de Serviços e Obras Especiais	50h10min
2508	Gilberto Rodrigues Ribeiro	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	50h00min

14097	Gilmar Martins	Motorista	40h00min
8318	Giovani Lipka	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	30h05min
14122	Gustavo Alves da Silva	Agente de Serviços e Obras Especiais	35h20min
3411	Gustavo Alves Weber	Mecânico	60h00min
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Guarda Municipal	17h00min
10485	Helio Luiz Wirschum	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	10h02min
17793	Hemerson Bach Castilho	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	40h00min
1439	Isaac Alves de Mello	Guarda Patrimonial Municipal	29h50min
1391	Ivanir José Pagotto	Guarda Patrimonial Municipal	24h00min
14707	Ivo Osmar Machado	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	55h40min
1833	Jair Ramos	Motorista Caminhão	15h00min
17774	Janini Terezinha Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	36h03min
17788	Jean Francisco Hahn	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	35h10min
17786	Jeverson Alves Lisboa	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	35h15min
1121	João Gonçalves	Pedreiro	35h00min
1347	Joao Maria Hornburg	Auxiliar de Serviços Gerais	60h00min
17784	João Rodrigo de Souza	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	12h17min
1405	Jorge Luiz Antunes de Oliveira	Operador de Máquinas	40h30min
2501	José Adelir Soares	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	50h00min
3400	José Aldevanes Cordeiro de Avila	Carpinteiro	60h00min
9201	José Augusto Moreira Prado	Guarda Municipal	36h00min
916	José Odelir Telles de Oliveira	Agente de Serviços e Obras Públicas	50h05min
888	José Osni Batista	Operador de Máquinas	45h00min
1444	José Scheffemacher Ribeiro	Guarda Patrimonial Municipal	12h00min
198	José Valdir Peretti	Operador de Máquinas Pesadas	38h10min
881	José Volni Arruda Palhano	Motorista Caminhão	50h00min
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Agente de Serviços e Obras Públicas	54h00min
17791	Juliana Mantovani	Auxiliar de Serviços Gerais	12h03min
3174	Júlio César Petrykowski	Motorista Caminhão	35h10min
912	Laurindo Rodrigues	Motorista	60h00min
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	Guarda Municipal	18h00min
8339	Luciara Garcez Coelho	Guarda Municipal	12h00min
1216	Luiz alves da Silva	Operador Máquinas Pesadas	40h02min
10482	Luiz Carlos Teixeira	Auxiliar de Serviços Agrícolas e	10h00min
8317	Luiz Roberto de Souza	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	50h10min
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	Operador de Máquinas	50h15min
14103	Marcelo Alves da Silva	Operador de Máquinas	40h20min
10104	Marcelo José Alves de Andrade	Guarda Municipal	34h25min
1033	Márcio Ernani Teles de Oliveira	Pintor Letrista	40h00min
567	Maria Ivanir Serafim	Agente de Serviços e Obras Públicas	20h05min
17794	Neiva Teixeira da Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais	24h08min
3767	Nelson Carlin Navroski	Pintor Letrista	30h00min
1141	Nelson Hornburg	Agente de Serviços e Obras Públicas	35h05min
1846	Nery Franklin da Silva Junior	Motorista de Caminhão	51h05min
9487	Nilso José Godinho	Auxiliar de Serviços Gerais	25h15min
14105	Nilton Goes Junior	Agente de Serviços e Obras Especiais	56h35min
11138	Noeli Gonçalves de Queiros	Auxiliar de Serviços Gerais	15h10min
569	Oracides Pires de Camargo	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	60h00min
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Guarda Patrimonial Municipal	12h00min
14977	Osmar José Belleboni		20h02min
1446	Otacilio de Jesus Amaral	Motorista de Caminhão	25h10min
1993	Parcival Antonio Pinzigher	Motorista de Caminhão	60h00min
10099	Paulo Voleinik	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	45h20min
902	Pedro Cesar Locatelli	Motorista	20h03min
17777	Queila Priscila Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	30h00min
5066	Rosely Aparecida Gribinski	Auxiliar de Serviços Gerais	50h00min
14104	Rudinei Gregório	Operador de Máquinas	35h20min
12603	Sandro Claudinei Kieski	Guarda Municipal	12h00min
1720	Sandro José Neres da Rocha	Motorista Caminhão	60h00min
538	Sebastião Hornburg	Agente de Serviços e Obras Públicas	35h05min
1264	Sebastião Moraes	Operador de Máquinas	49h45min
10928	Serly de Goes dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	22h30min
14101	Sidnei dos Santos	Agente de Serviços e Obras Especiais	53h10min
4134	Silvana Simone Adiers	Auxiliar de Contabilidade	40h00min

1963	Silvio dos Santos Varela	Operador de Máquinas	40h23min
9464	Solange Vieira da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	50h00min
1448	Valdeci Salete Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	25h00min
962	Valdir Antonio Teles de Oliveira	Operador de Máquinas	50h00min
1328	Valmir do Prado Geraldo	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	02h00min
609	Valsir Gribinski	Operador de Máquinas	30h02min
786	Vilmar Moreira dos Santos	Agente de Serviços e Obras Públicas	50h12min
10484	Vinicius Alexandre Soares	Auxiliar de Serviços Agrícolas e Florestais	03h30min
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	Guarda Municipal	30h00min
3418	Zenita Aparecida Antunes de Moraes	Auxiliar de Serviços Gerais	49h05min

Art. 2º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento de serviço extraordinário prestado no período de 1º de junho de 2017 a 30 de junho de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	Auxiliar de Enfermagem ESF	28h30min
1964	Adelar Geraldo Piran	Motorista	29h33min
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista de Caminhão	60h00min
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	54h50min
1453	Alvaro Santos de Castro	Motorista de Caminhão	60h00min
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	54h37min
14073	Andressa Quintino da Silva	Auxiliar de Enfermagem	17h18min
4953	Camilo Paganini	Operador de Manutenção de Edificações	19h13min
10775	Candice Valeida Goltz	Enfermeira	21h55min
13373	Carla Siqueira de Santana	Psicólogo 35hs	06h55min
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	60h00min
11813	Cintia Aparecida Carvalho Araujo	Enfermeiro ESF	14h28min
831	Clarice Abrão	Atendente de Enfermagem	40h00min
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfermeira 35h	24h32min
14059	Daniela Susin	Técnico em Enfermagem	44h22min
7708	Deise Cristina Ferreira Bourcscheit	Auxiliar em Saúde Bucal	24h37min
364	Delma Letícia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	52h25min
12794	Doraci de Jesus Soares	Auxiliar de Enfermagem	58h47min
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	60h00min
10766	Edina Ferreira Lopes	Auxiliar de Enfermagem	22h38min
11217	Edineia Aparecida da Silva Batista	Auxiliar de Enfermagem	12h43min
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem	60h00min
7744	Elizandra Diedrich	Técnico em Enfermagem	20h13min
830	Eloir do Carmo Correia Antunes	Auxiliar de Enfermagem	30h03min
3745	Erenilda Americano	Recepcionista	36h32min
14078	Fabiano Midginski	Motorista	60h00min
14606	Franciely Martins Fruhauf	Enfermeira	21h33min
14077	Henrique Lenardt Junior	Motorista	60h00min
7707	Ivanir Weber	Auxiliar em Saúde Bucal	36h17min
7742	Ivoneite Zollner Lara	Técnico em Enfermagem	28h15min
14588	Janaina Cristina Salles da Silva	Auxiliar de Enfermagem	12h52min
15033	Janete Schiochet	Auxiliar de Serviços Gerais	45h02min
11890	Jorge Jair de Moura Borges	Enfermeiro ESF	40h22min
14691	Josiane Lopes Pasquali	Auxiliar de Enfermagem	30h17min
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	Técnico em Enfermagem	37h23min
1307	Laura Henrique Andrade	Auxiliar de Serviços Gerais	17h13min
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar em Saúde Bucal	42h47min
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	43h30min
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro	27h33min
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	39h15min
3852	Márcia de Araújo Mattia	Recepcionista	28h48min
1214	Marcio Bassani	Motorista Caminhão	60h00min
3273	Maria Estela Cavichioli	Auxiliar de Enfermagem	40h00min
9385	Maria Eva Martins da Silva Soares	Auxiliar de Serviços Gerais	25h13min
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	Auxiliar de Serviços Gerais	33h37min
10459	Marilena Tibes Kemp	Auxiliar em Saúde Bucal	19h50min
14993	Nara Teske de Castilho	Técnico em Enfermagem	19h00min
2650	Odiney Leite	Motorista de Caminhão	60h00min
15057	Patricia Alves Calistro	Auxiliar de Serviços Gerais	55h17min

7674	Patricia Kirschner	Técnico em Saúde Bucal	24h33min
14080	Petras dos Santos	Motorista	60h00min
14991	Raquel Pelissari Barbosa	Enfermeiro	23h25min
8479	Rejane Serafini	Enfermeira	32h18min
10102	Rosa Meri Coluzzi	Auxiliar de Serviços Gerais	12h10min
110	Rutte Klava Silva	Auxiliar de Enfermagem	64h00min
9699	Salete Noll	Auxiliar de Serviços Gerais	30h13min
10764	Sandra Aparecida Correa	Enfermeiro 35hs	25h15min
3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	51h07min
135	Sueli Terezinha Bueno	Agente de Serviços e Obras Públicas	45h57min
13769	Sulivan Francisco da Silva	Médico ESF	152h00min
10785	Vagner Gonçalves	Técnico em Enfermagem	35h18min
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	Motorista	60h00min
749	Valdecir José Pereira da Silva	Motorista de Caminhão	60h00min
14612	Vanessa Petrykowski	Enfermeira	27h55min
1376	Veroni Salete Dalaqua	Auxiliar de Enfermagem	62h00min
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	Auxiliar de Enfermagem	44h30min
15064	Viviane Moreira Spindola	Enfermeiro	48h00min
11814	Wania Aline Figura	Enfermeiro ESF	39h20min
10790	Willian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro	12h33min
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	60h00min
12588	Willian Schroder	Enfermeiro ESF	05h38min

Art. 3º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social, o pagamento de serviço extraordinário prestado no período de 15 de junho de 2017 a 14 de julho de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
15096	Alessandro Iran Pacievtcz	Educador Social	46h35min
11139	Eunice Misayo Ueda	Assistente Administrativo	40h10min
14505	Eveline Molin Gheller	Educadora Social	88h00min
14086	Fábio Barbosa de Miranda	Educador Social	42h00min
4081	Fátima Rozana Gomes Damaceno	Auxiliar de Serviços Gerais	56h00min
1517	Iria dos Prazeres de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	78h00min
14095	Jocilene Maisa Guetten	Professor Monitor	97h00min
10470	Liane Capelin	Telefonista	38h03min
10129	Marli Aparecida de Lima Aziliero	Auxiliar de Serviços Gerais	86h40min
7746	Santina Piacentini	Auxiliar Serviços Gerais	150h00min
15021	Willian Jose Guzi	Educador Social	21h00min

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de julho de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 28.275

PORTARIA Nº 28.275, de 31 de julho de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no artigo 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestado no período de 15 de junho de 2017 a 14 de julho de 2017, especificando código, nome do servidor, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
7987	Alessandro Gonçalves	Guarda Municipal	62h00min
8628	Angela knebel	Guarda Municipal	42h00min
8337	Antonio Carlos Moraes da Conceição	Guarda Municipal	53h00min

10302	Cristiano Reinaldo Rodrigues Fernandes	Guarda Municipal	72h00min
576	Daniel Pires de Camargo	Agente de Serviços Agrícolas e Florestais	144h00min
7993	Diogo Borges Barbosa	Guarda Municipal	72h00min
10292	Edgar Aimi	Guarda Municipal	45h00min
7991	Eduardo de Bittencourt	Guarda Municipal	54h00min
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista	02h10min
7984	Ezequiel Marcio Colaço	Guarda Municipal	66h00min
9200	Fabio de Lima Garcia	Guarda Municipal	80h00min
14097	Gilmar Martins	Motorista	01h13min
9195	Gustavo Pedrotti Boscari	Guarda Municipal	80h00min
1391	Ivanir José Pagotto	Guarda Patrimonial Municipal	144h00min
1347	João Maria Hornburg	Auxiliar de Serviços Gerais	144h00min
1242	José Aldo Moraes da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	120h00min
9201	José Augusto Moreira Prado	Guarda Municipal	80h00min
1444	Jose Scheffemacher Ribeiro	Guarda Patrimonial Municipal	144h00min
1457	José Vilmar Soares de Miranda	Guarda Patrimonial Municipal	144h00min
674	Joventino Rodrigues dos Passos	Agente de Serviços e Obras Públicas	120h00min
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	Guarda Municipal	45h00min
8339	Luciara Garcez Coelho	Guarda Municipal	54h00min
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	Guarda Patrimonial Municipal	144h00min
7994	Raquel de Fatima Galina	Guarda Municipal	45h00min
12603	Sandro Claudinei Kieski	Guarda Municipal	71h00min
962	Valdir Antonio Teles de Oliveira	Operador de Máquinas	36h35min
10296	Viviane Domingos Muller Vosgrau	Guarda Municipal	45h00min

Art. 2º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal da Saúde, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestado no período de 1º de junho de 2017 a 30 de junho de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
12772	Adair das Graças Martins Cardoso	Auxiliar de Enfermagem ESF	04h20min
1964	Adelar Geraldo Piran	Motorista de Caminhão	08h25min
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	13h07min
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	08h12min
1453	Alvaro Santos de Castro	Motorista de Caminhão	37h27min
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	07h15min
1793	Cícero Brasil Moreira	Motorista de Caminhão	30h10min
831	Clarice Abrão	Atendente de Enfermagem	58h27min
8413	Claudete Maria Bento Corrente	Enfermeiro 35hs	18h27min
7708	Deise Cristina Ferreira Bourscheidt	Auxiliar em Saúde Bucal	18h27min
364	Delma Leticia Dri Ficagna	Auxiliar de Enfermagem	17h18min
12794	Doraci de Jesus Soares	Auxiliar de Enfermagem	29h27min
2027	Edezio Recalcatti	Motorista	66h27min
10766	Edina Ferreira Lopes	Auxiliar de Enfermagem	04h50min
13493	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	34h00min
14108	Eliane Maria Furtado Alves Carlin Navroski	Auxiliar de Enfermagem	23h15min
2573	Elis Melani Hilgert de Almeida	Auxiliar de Serviços Gerais	110h00min
830	Eloir do Carmo Correia Antunes	Auxiliar de Enfermagem	10h45min
14594	Everton Zeni	Médico Plantonista	64h00min
14078	Fabiano Mendginski	Motorista	33h18min
14994	Fabio Casagrande do Nascimento	Médico	84h35min
14077	Henrique Lenardt Junior	Motorista	53h10min
7707	Ivanir Weber	Auxiliar em Saúde Bucal	18h27min
7742	Ivonete Zollner Iara	Técnico em Enfermagem	01h23min
15033	Janete Schiochet	Auxiliar de Serviços Gerais	01h47min
11890	Jorge Jair de Moura Borges	Enfermeiro ESF	20h53min
970	José Gomes de Mattos	Motorista	02h15min
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	Técnico em Enfermagem	01h30min
10831	Katia Possamai	Enfermeiro 35hs	82h20min
15063	Lenise Heinzmann	Médico	32h00min
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar em Saúde Bucal	18h27min
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	110h00min
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	27h40min
1214	Marcio Bassani	Motorista	56h02min

3273	Maria Estela Cavichioli	Auxiliar de Enfermagem	25h25min
13465	Marilei Dallagnol	Assistente Administrativo	100h47min
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico ESF	158h22min
2650	Odiney Leite	Motorista	32h02min
7674	Patricia Kirschner	Técnico em Saúde Bucal	18h27min
11886	Paula Francielli Zitzkievicz	Enfermeiro ESF	09h13min
14080	Petras dos Santos	Motorista	41h57min
14503	Rafael Stecca Martins	Médico Plantonista	72h00min
12761	Regis Fabiano de Oliveira	Odontólogo ESF	07h25min
8479	Rejane Serafini	Enfermeira	09h13min
14129	Rodrigo Rocha da Silva	Médico Plantonista	32h00min
10102	Rosa Meri Coluzzi	Auxiliar de Serviços Gerais	09h13min
10764	Sandra Aparecida Correa	Enfermeira	100h47min
3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	14h32min
13769	Sullivan Francisco da Silva	Médico ESF	32h00min
10785	Vagner Gonçalves	Técnico em Enfermagem	111h33min
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	Motorista	24h13min
749	Valdecir José Pereira da Silva	Motorista de Caminhão	35h20min
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	Auxiliar de Enfermagem	23h08min
15064	Viviane Moreira Spindola	Enfermeiro	18h27min
11814	Wania Aline Figura	Enfermeiro ESF	03h43min
10790	Willian Cardoso Ribeiro	Enfermeiro	09h13min
14076	Wiliam Gualberto Werle	Motorista	41h08min

Art. 3º. CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e Conselho Tutelar, o pagamento de ADICIONAL NOTURNO prestado no período de 15 de junho de 2017 a 14 de julho de 2017, especificando código, nome, cargo e quantidade de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
15096	Alessandro Iran Pacievitz	Educador Social	48h00min
14505	Eveline Molin Gheller	Educador Social	80h00min
14086	Fábio Barbosa de Miranda	Educador Social	72h00min
4081	Fátima Rozana Gomes Damaceno	Auxiliar de Serviços Gerais	56h00min
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	Auxiliar Serviços Gerais	240h00min
7746	Santina Piacentini	Auxiliar Serviços Gerais	160h00min
15021	Willian José Guzi	Educador Social	64h00min

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de julho de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.276

PORTARIA Nº 28.276, de 31 de julho de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nas Leis Complementares nº 56, de 20/12/2004; nº 163, de 24/02/2010 e nº 222, de 17/08/2011, e ainda no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados nas diversas Secretarias Municipais, ocupantes de cargos efetivos, licença para tratamento de saúde conforme atestados médicos apresentados no período de 01 a 31 de julho de 2017, especificando código, nome dos servidores, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A contar de:
836	Adelmir Pontes Fernandes	Auxiliar de Serviços Gerais	24 dias	15/07/2017 a 23/07/2017; 24/07/2017 a 07/08/2017
10131	Adriana Marielouise Van Passel	Auxiliar de Administração	97 dias	18/07/2017 a 24/07/2017; 25/07/2017 a 22/10/2017
12875	Adriele Belli Carlim Danese	Assistente Administrativo	06 dias	03/07/2017; 17/07/2017 a 21/07/2017

1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	13 dias	18/07/2017 a 20/07/2017; 27/07/2017 a 05/08/2017
14693	Ana Paula de Lima	Auxiliar de Farmácia	04 dias	25/07/2017 a 28/07/2017
1072	Andrea Marcia Reatto Stefanos	Auxiliar de Enfermagem	04 dias	12/07/2017; 27/07/2017 a 29/07/2017
846	Antonio Carlos Bittencourt	Topógrafo	05 dias	12/07/2017 a 14/07/2017; 23/07/2017 a 24/07/2017
14701	Arlindo de Abreu Junior	Operador Usina Asfalto	07 dias	19/07/2017 a 25/07/2017
11062	Berenice A. dos Santos Bonfim	Auxiliar de Serviços Gerais	05 dias	01/07/2017 a 05/07/2017
14099	Carlos Augusto Zago F. de Almeida	Agente de Serviços e Obras Especiais	07 dias	24/07/2017 a 30/07/2017
8481	Dynea Padilha Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	29 dias	15/07/2017 a 12/08/2017
14599	Francine de Matias	Assistente Administrativo	15 dias	06/07/2017 a 20/07/2017
17788	Jean Francisco Hahn	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	07 dias	22/07/2017 a 24/07/2017; 25/07/2017 a 28/07/2017
8457	Laura Fatima Jesus do Nascimento	Auxiliar de Serviços Gerais	05 dias	03/07/2017 a 07/07/2017
9255	Lilian Aparecida de Oliveira	Guarda Municipal	07 dias	17/07/2017 a 23/07/2017
1081	Lindamir Souza Silveira	Agente de Serviços e Obras Públicas	180 dias	10/07/2017 a 05/01/2018
3852	Marcia de Araujo Mattia	Recepcionista	15 dias	05/07/2017 a 19/07/2017
9615	Marilene Lima Fagundes	Auxiliar de Serviços Gerais	166 dias	04/07/2017 a 16/12/2017
632	Miguelangelo Cury	Odontólogo	04 dias	12/07/2017; 13/07/2017 a 14/07/2017; 26/07/2017
10461	Mirian Ficagna	Auxiliar em Saúde Bucal	07 dias	05/07/2017; 24/07/2017 a 29/07/2017
1366	Osvaldo Vedana Junior	Odontólogo	04 dias	31/07/2017 a 03/08/2017
10514	Osvaldo Vedana Junior	Odontólogo	04 dias	31/07/2017 a 03/08/2017
856	Paulo Cesar Jarschel	Atendente de Enfermagem	09 dias	12/07/2017 a 18/07/2017; 19/07/2017 a 20/07/2017
3262	Rosangela Cristina Malat	Assistente Social	15 dias	20/07/2017 a 03/08/2017
3266	Roselaine Aparecida Roesener	Psicólogo 35 hs	07 dias	12/07/2017 a 14/07/2017; 24/07/2017 a 26/07/2017; 28/07/2017
12727	Rudyr Fausto Buba	Médico	16 dias	07/07/2017; 10/07/2017 a 24/07/2017
3416	Valcyr Nedival Vasconcelos	Auxiliar em Serviços Obras Públicas	90 dias	11/07/2017 a 08/10/2017
123	Valdemar de Lima Ribeiro	Mecânico	–	13/07/2017 até avaliação de perícia médica

Art. 2º CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais - empregos públicos, licença para tratamento de saúde conforme atestados médicos apresentados no período de 1º a 31 de julho de 2017:

Código	Nome	Cargo	Total de Dias	Período – A Contar de:
13986	Erica Brustolin	Agente Comunitário de Saúde	07 dias	05/07/2017 a 11/07/2017
11971	Evanice Bernardina Lara de Amorim	Agente Comunitário de Saúde	05 dias	04/07/2017 a 07/07/2017; 21/07/2017
13970	Ivone Geraldina Almeida	Agente Comunitário de Saúde	08 dias	10/07/2017 a 12/07/2017; 25/07/2017 a 29/07/2017
11967	Lucimar dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	16 dias	13/07/2017; 31/07/2017 a 14/08/2017
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	Odontólogo ESF	04 dias	25/07/2017 a 28/07/2017
14007	Suzana Aparecida Cordova	Agente Comunitário de Saúde	05 dias	13/07/2017 a 14/07/2017; 18/07/2017 a 20/07/2017

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de julho de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.290**

PORTARIA Nº 28.290, de 08 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 221 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. INSTAURAR Processo Administrativo para apurar denúncia encaminhada pela Coordenadoria de Operações do Aeroporto de Caçador através de Relatório Circunstanciado datado de 07/04/2017, relatando que o Servidor JAISSON AUGUSTO CRUZ MARTINS, concursado junto ao Município de Caçador no cargo de Operador de Estação Aeronáutica, nomeado através da Portaria nº. 26.375 de 06/01/2016, com exercício inicial em 07/01/2016, quando o servidor estava trabalhando descumpria seus deveres funcionais, chegando atrasado ao trabalho quase diariamente, tendo sido advertido pela chefia imediata em função disso; costuma faltar ao trabalho sem qualquer comunicação prévia, apenas em seu retorno apresentando atestado médico, demonstrando falta de comprometimento com o trabalho; costumava aumentar demasiadamente a temperatura (cerca de 30°C) da sala onde ficam os equipamentos de controle aeronáutico (monitor de rádio, monitor de balizamento, monitor de PAPI, monitor de estação meteorológica, etc), que necessitam ficar em uma temperatura controlada em no máximo 22°C, sob pena de interferir no funcionamento dos equipamentos causando superaquecimento, desacatando orientações do técnico da empresa Telaar e de seu Coordenador; descumpra as escalas de trabalho no inverno, recusando-se a trabalhar de manhã em virtude do frio; fez ameaças contra a integridade física do Coordenador Allan Rocha Liegel; não acata as ordens de seu superior hierárquico; existe a possibilidade de estar trabalhando em outro local enquanto se encontrava afastado por motivo de atestados e licença médica; apresenta reiterados atestados médicos, estando afastado do trabalho desde 28/06/2016. O estágio probatório de Jaisson Augusto Cruz Martins encontra-se suspenso desde 04/07/2016, através da Portaria nº. 27.609, de 16/01/2017. A perícia médica realizada em 08/11/2016 concedeu trinta dias de afastamento, e determinou o retorno do servidor Jaisson Augusto Cruz Martins ao trabalho no dia 09/12/2016, mas essa determinação foi desobedecida pelo servidor. A perícia médica realizada em 10 de abril de 2017 considerou o servidor em tela apto para o trabalho, e deveria ter retornado ao trabalho imediatamente após a data da perícia realizada por junta médica, porém, o servidor Jaisson Augusto Cruz Martins nunca mais retornou ao trabalho, nos termos do art. 110 da Lei Complementar nº. 56/2004, apresentando reiteradas faltas injustificadas após a perícia, demonstrando insubordinação, falta de comprometimento com o trabalho, sempre sob a alegação de estar doente, mesmo após a Junta de Perícia Médica atestar que tinha condições de trabalhar. O servidor encontra-se em estágio probatório, e um dos requisitos a serem preenchidos é ter condições de saúde para desempenhar a função para a qual prestou concurso, sendo que tudo deve ser apurado, bem como a questão da disciplina, assiduidade, dedicação ao trabalho, e tudo mais o que consta do Relatório Circunstanciado, dos atestados médicos, das gravações de áudio, das perícias médicas e demais documentos que acompanham a denúncia.

Parágrafo único. A Comissão Processante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, averiguando se efetivamente ocorreu irregularidades, sob que circunstâncias, se o servidor JAISSON AUGUSTO CRUZ MARTINS afastou-se do trabalho sem justificativa legal, se

não cumpre as horas de trabalho ordinário e escalas, se é insubordinado, e se não contribui com os trabalhos do setor, se descumpra a orientação do limite de temperatura do ar e demais orientações da chefia imediata, se se recusa a cumprir a escala de trabalho no período da manhã por causa do frio, porquê não acatou a determinação da Junta de Perícia Técnica de retornar ao trabalho, se ameaçou seu superior hierárquico, e tudo mais que consta do Relatório Circunstanciado, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do processo, com possível infração aos artigos 185 incisos I, II, III, IV, V, IX, X, art. 186 inciso I, V, XIV, art. 107 § 2º, art. 108, art. 119 e art. 209, § 1º. da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), podendo ser aplicadas quaisquer das penalidades previstas no art. 197 da Lei Complementar nº. 56/2004, inclusive demissão, em conformidade com a infração apurada.

Art. 2º. DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº. 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA NUNES DE OLIVEIRA, concursada no cargo de Professora, lotada junto à Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO, concursada no cargo de Procuradora Municipal, lotada junto à Procuradoria Geral, e JAQUELINE CARNEIRO PINZEGHER, concursada no cargo de Fiscal Tributaria, lotada junto à Secretaria de Fazenda, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo nº. 03/2017.

Art. 3º. Fixar gratificação aos membros do Processo Administrativo nº. 03/2017, pela execução/colaboração em trabalhos além de suas atribuições de seus cargos de concurso, e pela responsabilidade da função a ser desempenhada, com fulcro no art. 178, V da Lei Complementar nº. 56/2004, será pago aos membros transitórios o valor de R\$ 150,00 pela colaboração nos trabalhos, ao final do processo.

Art. 5º. Os membros da Comissão exercerão a função concomitantemente com o desempenho de suas funções normais.

Art. 6º. A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 236 da Lei Complementar nº. 056 de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador.

Art. 7º. Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, devendo todos os setores e repartições públicas atenderem com prioridade as solicitações da Comissão Processante.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.307**

PORTARIA Nº 28.307, de 14 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º CESSAR, a contar do dia 31 de julho de 2017, os efeitos da Portaria nº 28.171, de 29 de junho de 2017, que designa diversos Servidores para exercerem Funções Gratificadas, somente no que se refere à Servidora Pública Municipal CRISTIANE ALINE DE SANTI, matrícula 13570, ocupante do cargo de Assistente Social - ESF, 30 (trinta) horas semanais, designada para exercer Função Gratificada de 40% na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 31 de julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 14 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.308**

PORTARIA Nº 28.308, de 14 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONTRATAR, em caráter temporário, o cidadão a seguir relacionado, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, para atuar no Pronto Atendimento Municipal, especificando nome, cargo, referência, carga horária e data de início do contrato até a homologação de processo seletivo, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Data início
Julio Cesar de Oliveira Turkot	Médico	40	40h	02/08/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 14 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.310**

PORTARIA Nº 28.310, de 14 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, lotada junto à Secretaria Municipal da Saúde, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, especificando matrícula, nome, cargo e período de afastamento, conforme atestado médico:

Código	Nome	Cargo	Período – Data início
11932	Aline Cristiane Telles de Lima	Agente Comunitário de Saúde	09/08/2017

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 14 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 28.313**

PORTARIA Nº 28.313, de 16 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário das Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, contratadas pela Portaria nº 27.744, de 24 de fevereiro de 2017, especificando códigos, nomes, cargos, locais de lotação, cargas horárias e datas das rescisões, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Lotação	C.H.	Data rescisão
14774	Marcia Aparecida Munhões	Professor do Ensino Fundamental I	EMEB Hilda Granemann de Sousa	20hs	14/08/2017
14766	Rosete Vebber da Silva Ferlin	Professor do Ensino Fundamental II	EMEB Morada do Sol EMEB Henrique J. Berger	10hs	15/08/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 28.314**

PORTARIA Nº 28.314, de 16 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 221 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURAR Sindicância Administrativa a fim de apurar direito ao recebimento de adicional noturno por parte do médico Youssef Elias Ammar, inicialmente contratado com o Município de Caçador como médico, e posteriormente concursado junto ao Município de Caçador no cargo de médico plantonista, sob a alegação de que o mesmo sempre exerceu atividades junto ao Pronto Atendimento Municipal como médico plantonista, no período de 05 de novembro de 2013 à 27 de junho de 2016, e, deixou de receber o adicional noturno a que tinha direito, no horário compreendido entre 22h e às 6h. O Dr. Youssef Elias Ammar foi nomeado em virtude de classificação em Concurso Público através da Portaria nº. 28.170, de 10/11/2015, com data de posse e exercício em 13/11/2015.

Parágrafo Único. A Comissão Sindicante tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que surjam no decorrer do processo, averiguando se efetivamente ocorreram os fatos, sob que circunstâncias, verificando a ocorrência, ou não, dos plantões, e, se houve pagamento de adicional noturno.

Art. 2º. DESIGNAR com base no art. 224, da Lei Complementar nº. 56, de 20/12/04 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador, os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARIA BARBOSA NUNES DE OLIVEIRA, concursada no cargo de professora, lotada junto à Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, WALMIR RIGO, concursado no cargo de Arquiteto, lotado junto ao IPPUC e, VILMAR CARNEIRO concursado no cargo de Engenheiro Agrônomo, lotado junto à Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Sindicância Administrativa nº. 03/2017.

Art. 3º. Fixar gratificação aos membros transitórios do processo de Sindicância Administrativa nº. 03/2017, pela execução/colaboração em trabalhos além de suas atribuições de seus cargos de concurso, e pela responsabilidade da função a ser desempenhada, com fulcro no art. 178, V da Lei Complementar nº. 56/2004, no valor de R\$ 150,00, pela colaboração nos trabalhos, ao final do processo.

Art. 4º. Os membros da Comissão exercerão a função concomitantemente com o desempenho de suas funções normais.

Art. 5º. A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar do recebimento da portaria pela Comissão, podendo o referido prazo ser automaticamente prorrogado pelo mesmo período, sem prejuízo dos trabalhos, quando as circunstâncias o exigirem, em conformidade com o disposto no art. 223 da Lei Complementar nº. 056 de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador.

Art. 6º. Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório, devendo todos os setores e repartições públicas atenderem com prioridade as solicitações da Comissão Sindicante, e, constatando erro por parte da Administração Municipal, aponte a Comissão para que sejam revistos e sanados.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de agosto de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 28.315**

PORTARIA Nº 28.315, de 17 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 29, §6º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER, a contar de 17 de agosto de 2017, o período de avaliação de Estágio Probatório do Servidor Público Municipal ARLINDO DE ABREU JÚNIOR, ocupante do cargo de Operador de Usina de Asfalto, matrícula 14701, nomeado pela Portaria nº 27.510 de 13/12/2016, uma vez que o Servidor não está desempenhando a função para qual prestou concurso, considerando que a usina de asfalto encontra-se desativada desde meados de 2016, motivo pelo qual, não podem ser realizadas avaliações de Estágio Probatório que são indispensáveis para o alcance da estabilidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 17 de agosto de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 28.316**

PORTARIA Nº 28.316, de 17 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo e período da licença,:

Código	Nome	Cargo	Período
11967	Lucimar dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	14/08/2017 a 11/12/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 17 de agosto de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.318**

PORTARIA Nº 28.318, de 18 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 113 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER à Servidora Pública Municipal abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo, familiar, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Familiar	Total de dias	Período
1992	Catarina Stankevicz	Servente Educação	Esposo	30 dias	10/08/2017 a 10/09/2017

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 01/2017**

Processo Administrativo n.º 01/2017

Protocolo n.º 1.629/2017

Vistos, etc.

A empresa Meio Oeste Ambiental Ltda. EPP protocolou requerimento (n.º 1.629/2017) objetivando a formalização de contrato e pagamento referente à prestação de serviços de coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos, prestados no período de 26/11/2016 até 31/12/2017.

Diante do narrado no requerimento, prestação de serviços sem cobertura contratual, foi determinada a abertura de Processo Administrativo para averiguação dos fatos, especialmente com relação à veracidade da informação acerca da efetividade dos serviços prestados.

O processo foi instaurado através da Portaria n.º 27.830, de 31/03/2017, quando a Comissão nomeada iniciou os trabalhos, culminado com Relatório Final apresentado na data de 31/05/2017, que recomendou:

- O pagamento dos serviços prestados no mês de dezembro de 2016;
- O encaminhamento de cópia do relatório ao setor de contabilidade para apuração e atualização dos valores e proceder o encaminhamento para os pagamentos;
- O encaminhamento de cópia do processo à Comissão de Sindicâncias, para apuração da eventual responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na omissão constante no relatório.

Na sequência, vieram os autos para decisão.

Da análise do conteúdo do Processo Administrativo, muito bem sintetizado no relatório apresentado pela Comissão Processante, verifico que, efetivamente, a empresa Meio Oeste Ltda. EPP prestou os serviços de coleta, transporte e disposição final de resíduos sólidos ao Município de Caçador, no mês de dezembro de 2016, sem a correspondente contraprestação, tudo comprovado pela documentação e pelos depoimentos anexados aos autos.

O relatório final da Comissão, digno de elogios, vem extensamente fundamentado, tanto na parte fática quanto na jurídica e serve como substrato suficiente à decisão quanto ao mérito do pedido.

ANTE AO EXPOSTO, acolho, como razões de decidir, os fundamentos lançados no Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo n.º 001/2017 e, em decorrência disso:

- DEFIRO o pedido de pagamento deduzido por Meio Oeste Ambiental Ltda. EPP, à título de indenização pelo serviço prestado;
- ENCAMINHE-SE o processo à Secretaria da Fazenda para apuração dos valores devidos, tendo como base os praticados no exercício passado (2016), corrigidos monetariamente pelo índice oficial até a data do efetivo pagamento;
- DETERMINO o atendimento do requerido no item na alínea "c", do relatório final;

d) DETERMINO, ainda, à Secretaria da Fazenda que proceda, antes do pagamento, a compensação dos valores devidos pela empresa, apurados no Processo Administrativo n.º 9.848/2017, que previa o depósito de 1,5% do faturamento bruto, no valor de R\$ 118.433,48 (cento e dezoito mil quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos).

e) Finalmente, DEFIRO o pagamento da gratificação aos componentes da Comissão Processante, na forma requerida pelos mesmos.

Registre-se.

Publique-se.

Caçador/SC, 15 de agosto de 2017.

Saulo Sperotto

Prefeito Municipal

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO 28/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 12-2017-FMS – EXCLUSIVO PARA ME E EPP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO 28/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 12-2017-FMS – EXCLUSIVO PARA ME E EPP

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE DERMATOSCOPIA, ELETROCARDIOGRAMA, ELETROENCEFALOGRAFIA E ESPIRÔMETRO DESTINADOS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR .

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14/09/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14/09/2017 às 14h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 24 de agosto de 2017.

ADEMAR SCHIMITZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

### **RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 100/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 56-2017-PREFEITURA – COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME E EPP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 100/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 56-2017-PREFEITURA – COM ITENS EXCLUSIVOS PARA ME E EPP

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MICRO COMPUTADORES E IMPRESSORA MATRICIAL CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/09/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 12/09/2017 às 14h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 24 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 064 - 2017 - EXONERA SABRINA**

PORTARIA nº 064 de 23 de agosto de 2017.

Exonera a servidora comissionada Sabrina Leticia Zir

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador.

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora comissionada SABRINA LETICIA ZIR do cargo de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPEA 3020, a partir de 31 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 23 de agosto de 2017.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

# Caibi

## PREFEITURA

### DECRETO 146/2017

DECRETO Nº. 146/2017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 4º. da Lei Municipal Nº. 2475/2016 de 13 de dezembro/2016, decreta:

Art. 1º. – Fica pelo presente decreto efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação da despesa, nos órgãos, Projetos e Atividades adiante demonstrados:

03 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO - 041220003.2.003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS do Grupo de Natureza da Despesa (58) 3.1.90 – Pessoal e Encargos Sociais para (68) 3.3.90 – Outras Despesas Correntes o valor de R\$ 25.000,00 da Fonte 0100 Recursos Ordinários.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 24 de agosto de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 016/2017 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 27 e 28/2017 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FILME, REVELADORES E FIXADORES DE RAIO-X, AFIM DE ATENDER AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 10/07/2017

1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2017 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 092/2017 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 111/2017 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE FICHAS DE VISTORIA E FICHAS DE APH PARA USO DO EFETIVO DE SERVIÇO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 24/08/2017

1ª Publicação.

### DL 044/17 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 044/2017 – FMS

Data: 25/08/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS CONFORME CONSTA NOS AUTOS Nº 0302657-23.2015.8.240113 E OUTROS.

Valor total: R\$ 5.422,46 (Cinco Mil Quatrocentos e Vinte e Dois Reais e Quarenta e Seis Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: ALÍVIO FARMÁCIA EIRELI - ME

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993. Camboriú SC, 25 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

### DL 045/2017 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 045/2017 – FMS

Data: 25/08/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS CONFORME CONSTA NOS AUTOS Nº 0302462-72.2014.824.0113 E OUTROS.

Valor total: R\$ 8.392,88 (Oito Mil Trezentos e Noventa e Dois Reais e Oitenta e Oito Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal da Saúde.

Contratada: ALÍVIO FARMÁCIA EIRELI - ME

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993. Camboriú SC, 25 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

### RESUMO DE CONTRATO DIA 21 AO DIA 25 DE AGOSTO /2017

RESUMO DE CONTRATO

PMC

Contrato Nº047/2017

Processo: Pregão Presencial Nº. 083/2017

Contratado: SENSORIAL DETECTORES DE SEGURANÇA LTDA EPP

Data: 21/08/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor: R\$ 12.800,00 (doze mil oitocentos reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE PORTA GIRATÓRIA DETECTORA DE METAL MODELO AUTOMÁTICO PARA A DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMBORIÚ E CITRAN DE CAMBORIÚ

Contrato Nº048/2017

Processo: Tomada de Preço Nº. 003/2017

Contratado: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Data: 24/08/2017

Prazo: 23/02/2018

Valor: R\$ 340.669,36, (trezentos e quarenta mil seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e seis reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, PASSEIO E SINALIZAÇÃO DA RUA MONTE POUSO ALTO NO BAIRRO MONTE ALEGRE CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

FMA

Contrato Nº005/2017

Processo: Pregão Presencial 004/2017

Contratado: BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA - ME

Data: 21/08/2017

Prazo: 31/12/2017

Valor: R\$ 3.294,00 (três mil duzentos e noventa e quatro reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE TENDAS PARA MONTAGEM DA FEIRA PARA OS AGRICULTORES INSCRITOS NA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, NA FEIRA OS AGRICULTORES DEVERAM VENDER PRODUTOS PRODUZIDOS E CULTIVADOS NAS SUAS PROPRIEDADES. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
PREFEITO MUNICIPAL

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 14.671 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.671 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Parágrafo IV do Artigo 12 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Considerando que a Portaria nº 14.386 a qual (Concede Férias) foi revogada pela Portaria nº 14.389, diante deste fato a Secretaria Municipal de Administração requer novamente as férias referente ao período aquisitivo de direito;

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Secretária Municipal de Administração, LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2012 à 31 de dezembro de 2012.

Art. 2º A Secretária gozará as férias no período de 28 de agosto de 2017 à 06 de setembro de 2017, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 25 de agosto de 2017 sob nº 12508.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
25 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 28/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### PORTARIA Nº 14.669 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 14.669 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA GESTOR DO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2017 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento o que estabelece o disposto nas Alineas, Incisos do Artigo 36 do Decreto Municipal nº 10.330 de 08 de fevereiro de 2017; Resolve:

Art. 1º Designar a Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, MARÍLIA SCHEFFER, Registro no Sistema nº 955504, para exercer a Função de GESTORA DO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2017.

Art. 2º A Gestora ora designada terá poderes de controle e

fiscalização referente ao Termo de Fomento nº 02/2017, firmado entre o Município de Campo Alegre "Poder Executivo" e a Associação São Bento de Futebol, sendo de sua competência as atribuições previstas no Caput do Artigo 36, Incisos e Alineas respectivamente contidos no Decreto Municipal nº 10.330/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
25 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 28/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### PORTARIA Nº 14.670 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 14.670 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

DESIGNA GESTOR DO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2017 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento o que estabelece o disposto nas Alineas, Incisos do Artigo 36 do Decreto Municipal nº 10.330 de 08 de fevereiro de 2017; Resolve:

Art. 1º Designar a Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, EDILSON PRUCKNESKI, Registro no Sistema nº 955646, para exercer a Função de GESTOR DO TERMO DE FOMENTO Nº 03/2017.

Art. 2º O Gestor ora designado terá poderes de controle e fiscalização referente ao Termo de Fomento nº 03/2017, firmado entre o Município de Campo Alegre "Poder Executivo" e o Sindicato Rural de Campo Alegre, sendo de sua competência as atribuições previstas no Caput do Artigo 36, Incisos e Alineas respectivamente contidos no Decreto Municipal nº 10.330/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
25 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 28/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**ADITIVO CONTRATUAL 88/2017**

ADITIVO CONTRATUAL Nº 88/2017

**TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

Considerando o OFÍCIO Nº 027/2017PL solicitando acréscimo ao contrato nº 72/2017 recebido do Serviço de Planejamento deste Município, (originado do Processo Licitatório nº 41/2017);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior ao acréscimo;

ACRESCE ao Contrato nº 72/2017, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA OBJETIVANDO O ACRÉSCIMO DO CONTRATO Nº 72/2017

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS:**

ITEM	CODIGO (SINAPI/SICRO)	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT	BDI (%)	PREÇO UNIT	PREÇO DO SERVIÇO
3.0	PAVIMENTAÇÃO							
3.2	5 S 02 200 00	Sub-base solo estabilizado granul. s/ mistura - somente mão de obra - esp.: 20cm	m³	75,37	R\$ 9,59	22,90%	R\$ 11,79	R\$ 888,73
3.4	73710	Base com brita graduada, compactada, considerando a aplicação usinagem e transporte -esp.:15cm	m³	37,69	R\$ 97,24	22,90%	R\$ 119,50	R\$ 4.503,57
3.5	72945	Imprimação da base CM-30	m²	263,24	R\$ 4,83	22,90%	R\$ 5,94	R\$ 1.563,06
3.6	72943	Pintura de ligação RR-2C	m²	263,24	R\$ 1,32	22,90%	R\$ 1,63	R\$ 428,02
3.7	72962	Usinagem de CBUQ para capa de rolamento, com CAP 50/70	ton	31,59	R\$ 186,02	13,24%	R\$ 210,65	R\$ 654,28
3.8	72965-72962	Aplicação concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) 5cm- usinagem com CAP 50/70, taxa de aplicação 61 ton*	ton	31,59	R\$ 12,20	22,90%	R\$ 15,00	R\$ 473,67
3.9	72891	Transporte de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) 5cm	m³	13,16	R\$ 4,79	22,90%	R\$ 5,89	R\$ 77,52
SUBTOTAL								R\$ 4.588,86
4.0	SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL							
4.7	4 S 06 100 31	Sinalização horizontal com tinta retrorrefletiva a base de resina acrílica com micro esferas de vidro	m²	56,80	R\$ 10,17	22,90%	R\$ 12,50	R\$ 710,11
SUBTOTAL								R\$ 710,11
TOTAL								R\$ 15.298,97

Considerando que o valor a ACRESCER é de R\$ 15.298,97 (quinze mil duzentos e noventa e oito reais e noventa e sete centavos). EMPENHE-SE o valor de 15.298,97 referente o valor do acréscimo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 72/2017 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 25 de agosto de 2017.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração  
Contratante

MARCELO BENVENUTTI  
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA.  
Contratado

**CONVOCAÇÃO Nº 164/2017**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017  
CONVOCAÇÃO Nº 164/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANDRESSA FATIMA ZAK MELO inscrita no CPF/MF sob nº 018.593.1119-70, aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº 01/2017, para o Cargo Público exercendo a Função de FARMACÊUTICO, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 30 de agosto de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 25 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Secretário Municipal de Saúde

**CONVOCAÇÃO Nº 165/2017**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017  
CONVOCAÇÃO Nº 165/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. SCHEILA SCHUMANN inscrita no CPF/MF sob nº 096.092.279-29, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº 01/2017, para o Cargo Público exercendo a Função de PSICÓLOGO, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 30 de agosto de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 25 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Secretária Municipal de Saúde

**DECRETO Nº 10.705 DE 25 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.705 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.649 de 16 de agosto de 2017; Decreta:

Art. 1º) Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 31.400,00 (trinta e um mil, quatrocentos reais) nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde			
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas			
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde			
300000.00.119 -	Despesas Correntes			
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.119 -	Aplicações Diretas			
339030.00.119 -	Material de Consumo	R\$	10.000,00	
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$	10.000,00	
339091.00.119 -	Sentenças Judiciais	R\$	11.400,00	
	Total	R\$	31.400,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento Vigente, do Recurso: Código 119 – Transferências de Impostos – Fundo Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
25 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 28/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.706 DE 25 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.706 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DO DECRETO Nº 10.643 DE 07 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e, Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art.1º) Passa o Art. 2º e Parágrafo único do Decreto nº 10.643 de 07 de agosto de 2017, a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão de que trata o Artigo 1º deste Decreto: DENILSON DE SOUZA BANDEIRA, Matrícula Funcional nº 286; PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JÚNIOR, Matrícula Funcional nº 000237; e ELÓIA CRISTHINE PRIM, Matrícula Funcional nº 000701, para sob a Presidência do primeiro e Secretaria do segundo.”

Parágrafo único. Ficam nomeados os seguintes membros suplentes da Comissão de que trata o caput deste artigo: IVONEI FRIEDRICH, Matrícula Funcional nº 338, ALAÉRCIO LUIS CORDEIRO, Matrícula Funcional sob nº 000918 e LUCINE JOSÉ ODIA, Registro no Sistema sob nº 955222.”

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

25 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 28/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.707 DE 25 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.707 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente no Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social		
300000.00.102 -	Despesas Correntes		
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.102 -	Aplicações Diretas		
339046.00.102 -	Auxílio - Alimentação	R\$	1.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social		
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais		
08.244.0023.2.050 -	Pessoal do Serviço de Assistência Social		
300000.00.102 -	Despesas Correntes		
310000.00.102 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.102 -	Aplicações Diretas		
319004.00.102 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$	1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
25 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 28/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 10.708 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 10.708 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319016.00.896 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 500,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo à Educação	
12.361.0008.2.045 -	Pessoal da Apoio Administrativo à Educação	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319016.00.896 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 500,00
	Total	R\$ 1.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais nos seguintes Elementos de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0004.2.043 -	Pessoal da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319004.00.896 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 500,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.01 -	Serviço de Apoio Administrativo à Educação	
12.361.0008.2.045 -	Pessoal da Apoio Administrativo à Educação	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
310000.00.896 -	Pessoal e encargos Sociais	
319000.00.896 -	Aplicações Diretas	
319011.00.896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 500,00
	Total	R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 25 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 28/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.709 DE 25 DE AGOSTO DE 2017**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.709 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicação Direta	
339030.00.766 -	Material de Consumo	R\$ 16.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa Dotação Orçamento vigente.

13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.124 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicação Direta	
339039.00.766 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 16.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
25 de agosto de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 28/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2017 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2017 FMS

Objeto: aquisição de 8.100 (oito mil e cem) litros de gasolina comum para os veículos do Fundo Municipal de Saúde. Consoante processo licitatório nº 27/2016, modalidade Pregão, sistema de Registro de Preços.

Dotação orçamentária: As despesas oriundas do presente contrato correrão pôr conta das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.10	Manutenção das Atividades da Estratégia Saúde da Família
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	52	Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Saúde
Projeto	2.114	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo Dot.31

Valor: R\$ 29.856,60 (vinte e nove mil oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos).

Vigência: 23/08/2017 a 31/12/2017.

Contratada: AUTO POSTO JK LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora

**PORTARIA Nº 14.672 DE 25 DE AGOSTO DE 2017**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.672 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 71 e 72, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Designar o Secretário Municipal de Finanças WYLLYAN FAGUNDES, Registro no Sistema sob nº 955652, para substituir a Secretária Municipal de Administração LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000600, Registro no Sistema sob nº 954835, pelo período de 28 de agosto de 2017 á 06 de setembro de 2017, por motivo da Secretária Titular encontrar-se em gozo de férias.

Art. 2º São atribuições do cargo em substituição aquelas descritas na Subseção II da Lei Municipal nº 2.683 de 10 de dezembro de 2002, e serão desenvolvidas concomitantemente às atribuições do cargo de Secretária Municipal de Finanças.

Art. 3º O Secretário Municipal de Finanças, não fará jus a qualquer valor pecuniário atinente ao cargo de Secretária Municipal de Administração ora em substituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

25 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 28/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**REVOGAÇÃO PREGÃO 68/2017**

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2017

MODALIDADE: PREGÃO (presencial)

A Secretária Municipal de Administração de Campo Alegre-SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE,

REVOGAR o Processo Licitatório nº 68/2017, modalidade Pregão (presencial), que tem por objeto a aquisição de telhas para cobertura do museu que foi relocado próximo à Rodoviária Municipal.

JUSTIFICATIVA PARA A REVOGAÇÃO:

DECIDE-SE revogar a licitação considerando interesse público, já que não há mais a necessidade da aquisição do objeto.

Publique-se esta Decisão no órgão de publicação oficial do Município, conforme determina a lei.

Campo Alegre, 25 de agosto de 2017.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Visto e de acordo,

ESTEVÃO SERAFINI  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.885

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 74\_2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 113/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 74/2017

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 13 de setembro de 2017 às 09 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE CAMINHÕES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 8h15min às 11h e das 13h15min às 17h diariamente.

Campos Novos, 28 de Agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### DECRETO 7828/2017 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.828/17 de 24/08/2017.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/16 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) nos projetos/ atividades abaixo discriminados:

19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.066 – Manutenção do Programa Saúde da Família

09-3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0071.000010-Aplicações Diretas ..

..... R\$ 200.000,00

19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

02 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde

2.076 – Manutenção do Programa da Atenção Básica ACS

21-3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0071.000012-Aplicações Diretas ..

..... R\$ 100.000,00

Art.2º - Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos e dos projetos/atividades abaixo relacionados:

19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.066 – Manutenção do Programa Saúde da Família

10-3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0071.000010-Aplicações Diretas ..

..... R\$ 200.000,00

19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

02 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde

2.076 – Manutenção do Programa da Atenção Básica ACS

23-3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0071.000012-Aplicações Diretas ..

..... R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 24 de agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

### DECRETO 7829/2017 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

DECRETO Nº 7.829/17 de 25/08/2017.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/16 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) nos projetos/ atividades abaixo discriminados:

19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMS

2.064 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde

08-3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0115.000000-Aplicações Diretas

..... R\$ 200.000,00

Art.2º - Para a cobertura dos créditos previstos no Art. 1º, serão utilizados recursos e dos projetos/atividades abaixo relacionados:

19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMS

2.064 – Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde

05-3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0115.000000-Aplicações diretas

..... R\$ 200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 25 de agosto de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**SAMAE - CAMPOS NOVOS****EXT PREGÃO PRESENCIAL 222017**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA 49 35410844

**AVISO LICITAÇÃO**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 27/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017.

2-OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAS ELÉTRICOS A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DE REDES E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO SAMAE

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: Às 09h00min do dia 12/09/2017, para recebimento e abertura de invólucros.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e transporte do Samae, sito a rua: Caetano Carlos, 466 – Centro em Campos Novos –SC, no seguinte horário: das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 17h00min.

ALEXANDRE KUNEN  
DIRETOR DO SAMAE

# Canoinhas

## PREFEITURA

### 1ª REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 23/2017 (PRESENCIAL)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMS 37/2017  
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 23/2017 (PRESENCIAL)  
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/09/2017, às 14h00min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LONAS PARA TOLDO COM INSTALAÇÃO EM ESTRUTURAS JÁ EXISTENTES E PARA O FORNECIMENTO DE LONAS PARA TOLDO MAIS AS ESTRUTURAS, INSTALADOS EM DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 13h55min do dia 14/09/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto do Passos  
Prefeito

### DECRETO Nº 148/2017

DECRETO Nº. 148/2017

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;  
CONSIDERANDO a grande crise econômica que o Brasil está vivenciando, que vem acarretando a diminuição da arrecadação também no que se refere a outras fontes de recursos, bem como a diminuição de repasses dos Governos Federal e Estadual para o Município de Canoinhas;

CONSIDERANDO que, em decorrência destes fatos, a arrecadação mensal do Município está muito inferior ao que foi estimado quando da elaboração, votação e aprovação da proposta orçamentária para o ano de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade imediata de corte de despesas, com a finalidade de possibilitar o pagamento da folha de pessoal, das obrigações patronais, bem como a manutenção dos serviços públicos básicos e essenciais para a população do Município de Canoinhas, principalmente os ligados às áreas da saúde, educação básica, assistência social, limpeza pública e demais serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO que o Município só pode realizar despesas e efetuar pagamentos nos limites de sua disponibilidade orçamentária e financeira;

CONSIDERANDO que a lei 2.305/90 não prevê indenização de licença-prêmio não-gozada quando da aposentadoria do servidor;

CONSIDERANDO que a lei 2.305/90, em seu artigo 109, prevê que necessário o interesse da administração para que a licença-prêmio seja convertida em dinheiro.

CONSIDERANDO a LC 0020/2007 e a Portaria 782/2017

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da impessoalidade, da eficiência e moralidade que devem ser aplicados à administração pública,

DECRETA:

Art. 1º - Os servidores públicos municipais de Canoinhas que tiverem em acúmulo licenças-prêmio não gozadas, à época de sua aposentadoria, ou desligamento funcional, não poderão converter esta em pecúnia, visto que ausente o interesse da administração pública. Somente poderão converter em pecúnia, ou serem indenizadas as licenças-prêmio que foram requeridas, expressamente, e, não foram concedidas pela administração pública, ficando aí comprovado que não gozaram de tal direito em benefício da administração.

Art. 2º - A pedido do servidor este poderá gozar da licença-prêmio antes da concessão da aposentadoria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de junho de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/06/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### DECRETO Nº 208/2017

DECRETO Nº. 208/2017

“Aprova e institui o Plano de gestão integrada de resíduos sólidos, do Município de Canoinhas e dá outras providências.”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município, e:

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Federal nº. 12.305/2010, que estabelece diretrizes nacionais para o plano de gestão integrada de resíduos sólidos e determina ao titular dos serviços a formulação de política pública;

CONSIDERANDO que, a teor do disposto no artigo 14, inciso V, da Lei Federal nº. 12.305/2010, a existência de plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos;

DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado e instituído o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS - do Município de Canoinhas, anexo ao presente Decreto, que, a partir do diagnóstico da atual situação, sejam estabelecidas as diretrizes, os objetivos, as metas e as ações a serem adotadas pelo Município para a melhoria da eficiência na prestação dos serviços e para a sua universalização.

Parágrafo Único: Nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 12.305/2010, a elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados

por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## **LEI Nº 6.068/2017**

LEI Nº. 6.068/2017

“AUTORIZA A CONCESSÃO DE USO DE BENS PÚBLICOS”.

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar, por concessão, à iniciativa privada, o uso dos bens públicos municipais abaixo discriminados, conforme definido na Lei Orgânica do Município de Canoinhas.

### **I - DESCRIÇÃO DO IMÓVEL I**

#### **II - IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS:**

Endereço: Rua Paul Harrys – Terminal Rodoviário

Bairro: centro

Cidade: Canoinhas/SC

#### **III - IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO:**

Proprietário: Prefeitura Municipal de Canoinhas

#### **IV - IMÓVEL I**

Edificações: 05 (cinco) salas comerciais em alvenaria

Local: Terminal Rodoviário Municipal

Área total: 60,00 m<sup>2</sup>

Sala 1: 12,00 m<sup>2</sup>

Sala 2: 12,00 m<sup>2</sup>

Sala 3: 12,00 m<sup>2</sup>

Sala 4: 12,00 m<sup>2</sup>

Sala 5: 12,00 m<sup>2</sup>

Utilização: comercial

Art. 2º - Os usos previstos nesta lei serão outorgados através de regular processo de licitação, que será julgada de acordo com o disposto no artigo 15, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, modificações posteriores, e demais legislações aplicáveis.

Art. 3º - O prazo de duração da concessão de uso será de até 10 (dez) anos, contados da data da celebração do contrato.

Art. 4º - Fica a Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento nomeada agente fiscalizador e regulador da concessão de uso.

Art. 5º - Cabe a concessionária a utilização adequada dos imóveis, devendo responder por todos os prejuízos causados ao Poder Público, aos usuários e a terceiros.

Parágrafo Único – É vedada a subconcessão total ou parcial das salas objeto da concessão de que trata esta lei.

Art. 6º - O concessionário deverá providenciar os recursos

financeiros necessários à implantação, administração, melhoria, exploração dos usos concedidos por sua conta, responsabilidade e risco.

Parágrafo Único – O Executivo Municipal deverá incluir a exigência a que se refere este artigo como condição de habilitação no certame licitatório.

Art. 7º - O Executivo Municipal adotará as providências necessárias à atualização das normas, portarias, regulamentos, leis ordinárias e decretos municipais vigentes, para a adequação de seus textos às disposições desta lei.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

## **LEI Nº 6.070/2017**

LEI Nº. 6.070/2017

“ALTERA A LEI Nº 2.305 DE 03/07/1990 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica alterado o Art. 27, caput, da Lei nº 2.305, de 03/07/1990, passando este a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. Readaptação é a investidura do funcionário em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física e mental, verificado em inspeção médica, realizada pela Junta Médica Municipal ou Junta Médica devidamente credenciada pelo Município.

Art. 2º O inciso II do Parágrafo único do Art. 39 da Lei nº 2.305/90, passa a vigorar com a seguinte redação:

II - imediata àquela em que o funcionário completar 75 (setenta e cinco) anos de idade;

Art. 3º O § 1º do Art. 84 da Lei nº 2.305/90, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º O percentual das progressões previstas neste artigo serão fixados nos planos de cargos e salários de cada categoria.

Art. 4º O Art. 103 da Lei nº 2.305/90, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 103. A critério da administração poderá ser concedida ao funcionário estável licença para trato de assuntos particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, sem remuneração e somente contando tempo para a aposentadoria caso realize o recolhimento da contribuição para o RPPS no termos da Lei.

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 14 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 14/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 758/2017**

PORTARIA Nº. 758/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, artigo 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARIA NOELI CHIMANGOSEWSKI STEILEIN, efetiva no cargo de Professor - 3, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/07/2017 a 24/10/2017, conforme Comunicação Interna nº 341/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de julho de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/07/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 759/2017**

PORTARIA Nº. 759/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

#### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, AMARILDA DE JESUS LOPES BLANCK, contratada no cargo de Professor, 20 horas, na EBM Evaldo Dranka, vinculada a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 342/DP/2017.

Art. 2º - Fica exonerada, a pedido, LUZIA MARGARETH WRUBLEVSKI JURGENSEN, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 02/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 342/DP/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de julho de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/07/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PORTARIA Nº 760/2017**

PORTARIA Nº. 760/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor CARLOS EDUARDO TAVARES, que exerce o cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 01/08/2017 a 30/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 342/DP/2017.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias à servidora RENATA CARLON, efetiva no cargo de Enfermeira, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 02/08/2017 a 11/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 339/DP/2017.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora ROSICLEIA DO PRADO, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 01/08/2017 a 30/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 342/DP/2017.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de julho de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/07/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

### **PUBLICAÇÃO 1ª ALTERAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 91/2017 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 130/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 91/2017 (PRESENCIAL)

ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou a data do edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 18/09/2017, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO 1ª ALTERAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 92/2017 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 131/2017  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 92/2017 (PRESENCIAL)  
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou a data do edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 15/09/2017, ficando estipulado os seguintes horários: às 09h00min (entrega) e 09h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DA CARTA CONVITE Nº PMC 02/2017**

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 137/2017, MODALIDADE CARTA CONVITE Nº PMC 02/2017, QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES OURO VERDE.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto do ano de 2017, às 14h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sra. Karina de C. Kohler Wendt e Srta. Roberta Josiane Schafaschek, nomeados pela Portaria nº 806/2017, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame, conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos, verificou-se a participação das empresas L e Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, representada pelo Sr. Anderson Ozelame, CLÉRCIO FRANCISCO GEMRA – ME, representada pelo Sr. Cleber Antonio Gemra, QUANTUM ENGENHARIA LTDA, representada pelo Sr. Etson Luiz Ostroski e SICOL INSTALADORA ELÉTRICA EIRELI – EPP representada pela Sra. Telma Maria Koch. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Todos os CNPJ dos participantes da licitação foram consultados no portal [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br), não constando restrição à nenhuma das empresas participantes, relatório de consulta rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. As empresas L e Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, CLÉRCIO FRANCISCO GEMRA – ME e SICOL INSTALADORA ELÉTRICA EIRELI – EPP participam do certame na condição de ME/EPP. Dando sequência aos tramites, foram abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação de todas as participantes, os quais foram analisados e rubricados pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dada a palavra aos representantes presentes, os mesmos declinaram de usá-la. A Comissão proferiu então sua decisão. A empresa SICOL INSTALADORA ELÉTRICA EIRELI – EPP apresentou a Certidão Negativa Federal vencida (com data de validade até 30/01/2017). A Comissão em consulta ao site da Receita Federal constatou que a empresa possui Certidão válida até 21/01/2018. A empresa CLÉRCIO FRANCISCO GEMRA – ME não apresentou o termo de abertura do Balanço Patrimonial, conforme solicitado no item 8.3.4. A Comissão declarou HABILITADAS as empresas L e Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME, QUANTUM ENGENHARIA LTDA e SICOL INSTALADORA ELÉTRICA EIRELI – EPP, está tratar-se de EPP e INABILITADA a empresa CLÉRCIO FRANCISCO GEMRA – ME. A representante da

Empresa SICOL INSTALADORA ELÉTRICA EIRELI – EPP recusou-se a assinar termo de renúncia referente à fase de habilitação. A Comissão observou indícios de possível incidência nos termos do artigo 93, da Lei Federal 8.666/93, em razão de que a empresa se recusou a assinar o termo de renúncia para apresentar a CND já validada pela Comissão de Licitação. Todas as empresas participantes dos certame assinaram o Termo de Renúncia quanto a fase de habilitação, a exceção da empresa SICOL INSTALADORA ELÉTRICA EIRELI – EPP pelo motivo citado. A Comissão de Licitação abre o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da assinatura/ciência desta para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da documentação de habilitação. Não havendo interposição de recurso, fica marcada a data de 30/08/2017, às 09h00min para a abertura das propostas de preço. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Adilson Fernando Ribeiro Roberta  
Presidente

Karina de C. Kohler Wendt  
Secretária

Josiane Schafaschek  
Membro

L e Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME  
Anderson Ozelame

CLÉRCIO FRANCISCO GEMRA – ME  
Cleber Antonio Gemra

QUANTUM ENGENHARIA LTDA  
Etson Luiz Ostroski

SICOL INSTALADORA ELÉTRICA EIRELI – EPP  
Telma Maria Koch

**PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE PREGÃO Nº PMC 95/2017(PRESENCIAL)**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º PMC 138/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 95/2017  
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 95/2017, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A LIMPEZA URBANA DE PRAÇAS, RUAS PAVIMENTADAS E SEUS RESPECTIVOS PASSEIOS E TAMBÉM OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL. Motivo: O Município possui contrato atualmente vigente. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FUNR 03/2017 (ELETRÔNICO)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNREBOMPM DE CANOINHAS  
PROCESSO N.º FUNR. 04/2017  
PREGÃO N.º FUNR. 03/2017 (ELETRÔNICO)

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, CNPJ 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13/09/2017, às 15h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE 01( UM) DESFIBLADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA) BIFÁSICO, PARA O USO DO BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS, CONFORME

ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE EDITAL. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 13/09/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

Gilberto dos Passos

Prefeito/ Presidente do Fundo

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 98/2017 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 143/2017

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 98/2017 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 14/09/2017, às 15h05min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS DE M3 (METRO CÚBICO) IN NATURA DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHA E CASCALHO, EM PEDREIRAS E CASCALHEIRAS QUE VENHAM A SER OBJETO DE EXPLORAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES. Recebimento de propostas até as 15h00min do dia 14/09/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº PMC 16/2017**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 142/2017

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 16/2017

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/09/2017, às 14h15min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS, COM O FIM DE REALIZAR OS LEVANTAMENTOS TÉCNICOS DOS AGENTES NOCIVOS DE FORMA QUANTITATIVA E OU QUALITATIVA: AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS, BIOLÓGICOS, ERGONÔMICOS E/OU ASSOCIAÇÃO DE AGENTES, COMPOSTOS PELOS DOCUMENTOS PPRA/LTCAT/PCMSO E LAUDOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO DE SALUBRIDADE, INSALUBRIDADE E OU DE PERICULOSIDADE, PARA ENQUADRAMENTO E ATUALIZAÇÃO DE ADICIONAIS. Recebimento de propostas até as 14h00min do dia 15/09/2017. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

**Lei 3.260/2017**

LEI Nº 3.260, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Altera a Lei nº 3.216, de 16 de maio de 2016, que denominou o nome de Rua JOSÉ LOPES DE ABREU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º da Lei nº 3.216, de 16 de maio de 2016, que passa a vigorar com seguinte redação:

Art. 1º Fica denominado o nome de Rua JOÃO LOPES DE ABREU que inicia na Avenida José Leonardo Santos e termina na Rua Oracílio de Vargas, que permite o acesso aos Loteamentos Luiz Antonio MR, Dona Alda, José Varela e Bárbara Letícia, neste Município. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 25 de agosto de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 0791/2017**

PORTARIA Nº 0791, DE 14 DE JULHO DE 2017

Concede Progressão Funcional a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2464/2017, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Roque Jose da Silva, matrícula nº 332879/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Pesadas, nível 200, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 200, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 14 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

SANDRO LUIZ TOALDO

Secretário de Infraestrutura

**PORTARIA 0792/2017**

PORTARIA Nº 0792, DE 14 DE JULHO DE 2017

Concede pensão vitalícia a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor e a decisão dos autos nº 0500068-50.2010.8.24.0016, resolve:

Art. 1º Conceder pensão vitalícia a srª Jandira Triunfo de Oliveira, matrícula nº 311715/02, conforme decisão dos autos 0500068-50.2010.8.24.0016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 0793/2017**

PORTARIA Nº 0793, DE 17 DE JULHO DE 2017

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Maternidade, pelo período de 17 de julho a 13 de novembro de 2017, conforme atestado médico, à servidora Tailane Esganzela, matrícula nº 333697/01, ocupante do cargo de Professor nível 1, classe 7, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0794/2017**

PORTARIA Nº 0794, DE 17 DE JULHO DE 2017

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Elena Aparecida de Oliveira Menegazzo, matrícula nº 328030/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de

Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica de Educação Infantil da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Conceder FC - 2 à servidora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 17 de julho de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

#### **PORTARIA 0795/2017**

PORTARIA Nº 0795, DE 17 DE JULHO DE 2017

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Marinez de Paula Gross, matrícula nº 410246/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, em substituição a titular Francieli Ribeiro Marcondes, que está em atestado médico.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 17 de julho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de julho de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

#### **PORTARIA 0796/2017**

PORTARIA Nº 0796, DE 17 DE JULHO DE 2017

Cessa efeito de portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito da portaria nº 0136, de 01 de fevereiro de 2017, que designava Tailane Esganzela, matrícula nº 333697/01, para responder pela Coordenação da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de julho de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

#### **PORTARIA 0797/2017**

PORTARIA Nº 0797, DE 19 DE JULHO DE 2017

Concede Progressão Funcional a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2511/2017, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Jurema Martins Gilioli, matrícula nº 33230/04.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 19 de julho de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

#### **PORTARIA 0798/2017**

PORTARIA Nº 0798, DE 19 DE JULHO DE 2017

Concede Progressão Funcional a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2497/2017, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Luciane Dorigon, matrícula nº 313742/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência E, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 19 de julho de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0799/2017**

PORTARIA Nº 0799, DE 19 DE JULHO DE 2017

Concede Progressão Funcional a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2498/2017, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Ilenir Scapim, matrícula nº 329304/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência G.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 18 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0800/2017**

PORTARIA Nº 0800 DE 19 DE JULHO DE 2017

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Ketlen Karine Vargas, matrícula nº 407477/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Ernesto Hachmann, para realizar eventuais substituições.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante um (01) dia no mês de julho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0801/2017**

PORTARIA Nº 0801 DE 19 DE JULHO DE 2017

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte

(20) horas semanais, da servidora Daiane Kely Machado de Siqueira, matrícula nº 399841/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Ernesto Hachmann, para realizar eventuais substituições.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante um (01) dia no mês de julho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0802/2017**

PORTARIA Nº 0802 DE 19 DE JULHO DE 2017

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Tatiane Pereira Dias, matrícula nº 333832/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, para realizar eventuais substituições.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante onze (11) dias no mês de julho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0803/2017**

PORTARIA Nº 0803, DE 20 DE JULHO DE 2017

Cessa efeito de portarias

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito da portaria nº 0694, de 07 de junho de 2017, que nomeou Ana Paula Pereira da Silva, matrícula nº 326496/02, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

SANDRO LUIZ TOALDO  
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, interino

**PORTARIA 0804/2017**

PORTARIA Nº 0804, DE 20 DE JULHO DE 2017

Nomeia servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Nomear Ana Paula Pereira da Silva, matrícula nº 326492/02, no cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Turismo e Eventos, nível CC – 1, conforme o anexo IV - C da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho conforme o disposto no parágrafo primeiro do artigo 37 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de junho de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

SANDRO LUIZ TOALDO  
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, interino

**TERMO DE POSSE E COMPROMISSO**

Termo de Posse e Compromisso prestado por Ana Paula Pereira da Silva

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, perante o Ilmo. Sr. Prefeito Municipal, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr<sup>a</sup>. Ana Paula Pereira da Silva, a fim de tomar posse no cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Meio Ambiente, nomeada pela Portaria nº 0694, de 07 de junho de 2017.

Tomou posse e entrou em exercício, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez; cumprir com exatidão e escrupulo os deveres inerentes à função em que foi investido, envidando neste empenho, tudo quanto couber para o bem do Município e dos Municípios.

Para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse e Compromisso que vai assinado pelo Ilmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo empossado.

Capinzal - SC, em 01 de junho de 2017  
Empossado

Prefeito Municipal

**PORTARIA 0805/2017**

PORTARIA Nº 0805, DE 20 DE JULHO DE 2017

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso I do artigo 35 e no inciso I, § 3º do mesmo artigo, da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter definitivo, conforme requerimento protocolado sob o nº 2187/2017, a servidora Aderlei Teresinha de Araujo Bazi, matrícula nº 172847/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, da Escola Municipal Ivo Silveira para a Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 13 de julho de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PARECER COMED 002/2017**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PARECER COMED Nº 002/2017

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Nilvo Dorini, faz saber que, de conformidade com o Relatório e o Parecer COMED nº 003/2017, aprovado em 30 de junho de 2017, apresentado pelo Conselho Municipal de Educação - COMED, HOMOLOGA o Parecer nº 003/2017, que dispõe sobre a "Instituição de nova disciplina na grade curricular", publicado na íntegra na Edição nº 2321, páginas 113, 114 e 115, em 17 de agosto de 2017 (quinta-feira), no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal – SC, em 24 de agosto de 2017.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

# Catanduvas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.298, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO nº 2.298/2017, de 23 de Agosto de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Municipal nº 2.555/2016, de 08 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Catanduvas no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 07 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 07.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Proj/Ativ: 07.01.28.122.0069.0.074 – Aplicações Diretas

Despesa: (102) 3.3.90.00.00.0.00.100 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 30.000,00

Art. 2º. Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial/total das seguintes dotações:

Órgão: 07 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Unidade: 07.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Proj/Ativ: 07.01.28.122.0069.0.074 – Aplicações Diretas

Despesa: (101) 3.1.90.00.00.0.00.100 – Aplicações Diretas –

Valor a suplementar: R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas/SC, 23 de Agosto de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 2.300, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 2.300, de 25 de agosto de 2017.

“NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º De acordo com o artigo 2º da Lei n. 2.121/2007, alterado pela Lei n. 2.148/2007, ficam nomeados como membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB:

I. REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titular: Elenir Fátima Chinato

Suplente: Maria Helena Macedo Knebel

II. REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Titular: Neusa Aparecida Rigo Fabro

Suplente: Maristela Borella Baraúna

III. REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Titular: Ana Paula Fernandes

Suplente: Lucélia Gabrielli

IV. REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Titular: Cleunice Aparecida Gervásio

Suplente: Tânia Maria Nunes da Ávila

V. REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

Titular: Fabiane Perotto

Suplente: Dandara Mendes Giacomelli Barriquello

VI. REPRESENTANTES DE ALUNOS SECUNDARISTAS:

Titular: Jandiana Louise Lira da Cruz

Suplente: Antônio Sílvio Wasmann

VII. REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Alexandra Vieira dos Santos

Suplente: Neiva Antonioli

VIII. REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Titular: Nelci da Costa Dal Bem

Suplente: Zélia Picinini Reis

IX. REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Titular: Silvana Menegazzo

Suplente: Luciane Hack

Art. 2º Para exercer a Presidência e a Vice-Presidência do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, ficam designados, respectivamente, os membros NEUSA APARECIDA RIGO FABRO e DANDARA MENDES GIACOMELLI BARRIQUELLO, devidamente escolhidos por intermédio de votação realizada entre os membros integrantes, registrada na Ata Eleição Conselho FUNDEB Biênio 2017/2019, adiante acostada, e em conformidade com o artigo 6º da Lei n. 2.121/2007.

Art. 3º Os membros ora nomeados terão mandato de 2 (dois) anos, na forma prescrita no artigo 4º da Lei nº 2.121, de 06 de junho de 2007.

Art. 4º Pela participação os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 25 de agosto de 2017.

LUCIMARI SPADER

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Registrado e publicado por esta secretaria nesta data.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito de Catanduvas/SC

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912282459 QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.**

EXTRATO DO 2º (SEGUNDO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº 9912282459 QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

Objeto - O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas – SC, CNPJ sob nº 73.240.236/0001-79.

Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - CNPJ sob nº 34.028.316/0028-23.

Vigência: 20/08/2017 a 20/08/2018.

Catanduvas (SC), 07 de agosto de 2017.

MONALISA RUARO

Presidente da Câmara

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 113/2017

DECRETO Nº. 113/2017

"Dispõe sobre a alteração de membro do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Caxambu do Sul - CMDCA e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e em conformidade com o artigo 71, IV da Lei Orgânica, e de acordo com o Capítulo II da Lei Municipal nº. 1.210/2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica substituído e automaticamente empossado o membro efetivo do Conselho Municipal de Assistência Social, para a gestão 2017 a 2019 do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, com a seguinte composição:

Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: KAUANA CARDOSO RODRIGUES

Art. 2º. O membro do CMDCA, nomeado por este Decreto exercerá suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais, não gerando direito a qualquer vencimento e demais obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 28 de agosto de 2017.

GLAUBER BURTET

Prefeito

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### PROCESSO 60/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 40/2017

PROCESSO: 60/2017

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 40/2017, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PERSIANA VERTICAIS EM POLIESTER E AQUISIÇÃO DE TAPETES DE CAPACHO VINIL, DESTINADA A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE CELSO RAMOS E FM DE SAÚDE, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.

Abertura das propostas: 11 de setembro de 2017 as 14 horas.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 28 de agosto de 2017.

ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS – PREFEITO MUNICIPAL

# Cerro Negro

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 016/2017 FMS**

MUNICIPIO DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 -

Objeto AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO, 0 KM, TIPO MINIVAN E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE 'SAÚDE, com recursos oriundos da Emenda nº 28520005, proposta nº 11430.842000/1160-01

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 12/09/2017.

Abertura: às 10h do dia 12/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.cerronegro.sc.gov.br](http://www.cerronegro.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 25 de agosto de 2017.

SANDRA MARA CONRADO DE JESUS

Gestora municipal de Saúde

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

**364.2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 364/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, caput, da Lei Complementar n° 008/99;

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/10/2015 à 30/09/2016, à ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 30 (trinta) dias, no período de 28/08/2017 à 26/09/2017, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC n° 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 25 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AVISO CONCORRÊNCIA Nº 02/PMCS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/PMCS/2017  
CONCORRÊNCIA Nº 02/PMCS/2017

Objeto: Concessão de uso gratuito de 01 (um) terreno urbano, de propriedade da municipalidade descrito no edital, pelo prazo de 07 (sete) anos, podendo ser prorrogado conforme condições fixadas neste Edital e no contrato de concessão que vier a ser firmado, cujas regras os interessados deverão submeter-se sem quaisquer restrições.

Tipo: Maior Pontuação.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 29/09/2017.

Abertura: Dia 29/09/2017, às 09h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 25 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/FMS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15/FMS/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/FMS/2017

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de mobiliário sob medida, destinado para prédios públicos do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 13/09/2017.

Abertura: Dia 13/09/2017, às 09h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 25 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/PMCS/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/PMCS/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/PMCS/2017

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo zero km, tipo pick-up, cabine dupla, no atendimento ao Sistema de Trânsito Municipal.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 14h00min do dia 13/09/2017.

Abertura: Dia 13/09/2017, às 14h15min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 25 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/PMCS/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 55/2017.  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
DETENTORA DA ATA: ELETRO-JO COMÉRCIO DE ILUMINAÇÃO LTDA – ME.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 45/PMCS/2017.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de materiais elétricos para iluminação pública, para aquisições futuras, no atendimento ao Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 14/08/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 37.969,50 (trinta e sete mil e novecentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br)

### EXTRATO DO CONTRATO 44/PMCS/2017

CONTRATO Nº: 44/2017.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.  
CONTRATADA: INSTITUTO MAXIMILIANO GAIDZINSKI.  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 53/PMCS/2017.  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 04/PMCS/2017.

Objeto: Serviços especializados para ministrar cursos de informática (EXCEL INTERMEDIÁRIO), para servidores do Município de Cocal do Sul, visando à capacitação e atualização dos profissionais para melhor desempenho de suas tarefas diárias..

Assinatura: 18/08/2017.

Vigência: Início: 18/08/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).  
Dotação Orçamentária: 05.01.2.007.3.3.90 39.48 (30).

**EXTRATO DO CONTRATO 45/PMCS/2017**

CONTRATO Nº: 45/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

CONTRATADA: FABIANE DURANTE.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 55/PMCS/2017.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 04/PMCS/2017.

Objeto: Prestação de serviços de entrega de notificações, panfletos, informativos, folders e documentos correlatos, conforme necessidades das unidades administrativas da Prefeitura de Cocal do Sul.

Assinatura: 23/08/2017.

Vigência: Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017.

Valor: R\$ 2.484,50 (dois mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Dotação Orçamentária: 05.01.2.007.3.3.90 (30).

**RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS AMOSTRAS PR 43/PMCS/2017**

## Relatório de Análise das Amostras

### Governo Municipal de Cocal do Sul

**AO EDITAL DE PREGÃO Nº 43/PMCS/2017****REGISTRO DE PREÇOS**

OBJETO: Registro de preços de **Materiais de Limpeza e afins**, para uso no Município de Cocal do Sul.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PRÉ APROVADAS	APROVADAS	REPROVADAS	MOTIVO
1	<b>ÁGUA SANITÁRIA:</b> multiuso, composição hipoclorito de sódio e água, princípio ativo hipoclorito de sódio 2,0% a 2,5% de cloro ativo, embalagem de 5 litros, com registro e autorização de funcionamento emitidos pelo Ministério da Saúde, prazo de validade e Químico responsável.	Galão	Rossi; São Paulo; Raridade; JJ; Rialer; Mais Brilho	Brilho Mágico		
2	<b>CLORO LÍQUIDO:</b> Hipoclorito de Sódio 3,9 a 5,6%. Embalagem de 5 litros, com registro e autorização de funcionamento emitidos pelo Ministério da Saúde, prazo de validade e Químico responsável.	Galão	São Paulo; Raridade; Rialer	Brilho Mágico		
3	<b>DESINFETANTE MULTIUSO,</b> bactericida, desodorizante e com ação limpadora; indicado para sanitários em geral, fragrância <b>Floral, Talco ou Lavanda</b> . Por ser concentrado, proporciona otimização em sua utilização. Embalagem de 5 litros. Aspecto físico: líquido. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde, prazo de validade e Químico responsável.	Galão	Rossi; Raridade; Class Limp		Superlimp, Brilho Mágico	Superlimp - Produto possui baixo poder desodorizante. Brilho Mágico - não é Bactericida.
4	<b>AMACIANTE DE ROUPAS:</b> Aspecto físico líquido viscoso concentrado, perfumado. Embalagem de 5 litros, que deve conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade, número de registro no Ministério da Saúde e Químico responsável.	Galão	Rossi; São Paulo; Raridade; JJ; Rialer; Mais Brilho	Brilho Mágico		
5	<b>DETERGENTE LÍQUIDO PARA LOUÇAS:</b> Neutro, concentrado, para lavagem de louças ou superfícies, biodegradável, com excelente ação desengordurante, o produto deve ter registro no Ministério da Saúde, prazo de validade e Químico responsável. Embalagem de 5 litros.	Galão	Rossi; São Paulo; Raridade; JJ; Rialer; Mais Brilho	Brilho Mágico	Superlimp	Superlimp - Produto possui baixo poder desengordurante e é contraindicado pra uso em objetos metálicos.
6	<b>DETERGENTE LÍQUIDO PARA ROUPAS:</b> Concentrado, para lavagem de roupas e panos, com fragrância. Embalagem de 5 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde e Químico responsável.	Galão	Rossi; São Paulo; Raridade; Rialer; Mais Brilho	Brilho Mágico	Ricley	Ricley - Não apresenta bom rendimento, precisa usar além da recomendação do fabricante para uma boa limpeza.
7	<b>SABONETE LÍQUIDO PARA MÃOS:</b> Sabonete líquido, aspecto físico viscoso, com fragrância de coco ou erva-doce. Aplicação: para higienização e hidratação da pele. Embalagem de 5 litros. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde e Químico responsável.	Galão	JJ; Higie Soft; Sauba	Brilho mágico		
8	<b>LIMPADOR MULTIUSO:</b> Limpador diluível em água - limpeza diária. Ingrediente ativo: Linear alquil benzeno sulfonato de sódio. Ácido dodecil benzeno sulfônico, conservante, tenso ativo, neutralizante, perfume, sequestrante, corante, veículo e aditivo, tenso ativo biodegradável. Embalagem de 5L. O produto deve ter registro no Ministério da Saúde, prazo de validade e Químico responsável.	Galão	Rossi; São Paulo; Raridade; Rialer; Mais Brilho; Limpinha		Ricley, Brilho Mágico	Ricley - Ingrediente ativo diferente do solicitado (Nonifeno etoxilado). Brilho Mágico - Ingrediente ativo diferente do solicitado (lauril éter sulfato de sódio)
10	<b>LIMPA VIDRO:</b> Tipo líquido, com álcool. Cor incolor/azul. Frasco plástico de 500 ml, com aplicador tipo gatilho ou bico dosador. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e validade.	Unidade	Sauba; Veja; Vidrex; Ajax; Bom Bril (Pratice); Casa e Perfume; Rialer; Polwax	Zavaski, Raridade		
12	<b>ÁLCOOL ETÍLICO EM GEL:</b> Álcool gel com no mínimo 400g c/ válvula pump - Álcool 70º INPM. Gel para higienizar as	Unidade	Cooperalcool; Sauba; Eversoft;			

	mãos ou superfícies. Ação bactericida e antisséptica. Embalagem transparente.		Asseptgel			
13	<b>ALCOOL ETILICO LÍQUIDO:</b> Hidratado – para uso doméstico - 46° INPM, com registro do responsável químico, registro no Inmetro, com data de envasamento, nº de lote e validade na embalagem, com tampa de rosca para facilitar o manuseio. Frasco plástico de 1L.	Unidade	Cooperalcool; Sauba; Zulu; Da Ilha; Araucária; Mega; Flop's; Itajá			
14	<b>ALCOOL ETILICO LÍQUIDO:</b> Hidratado - para higienizar as mãos ou superfícies - 70° INPM. Ação bactericida e antisséptica; com registro do responsável químico, registro no Inmetro, com data de envasamento, nº de lote e validade na embalagem, com tampa de rosca para facilitar o manuseio. Frasco plástico de 1L.	Unidade	Cooperalcool; Sauba; Zulu; Da Ilha; Araucária; Mega; Flop's; Itajá			
15	<b>ALCOOL ETILICO LÍQUIDO:</b> Hidratado – para uso doméstico – 92,8° INPM, com registro do responsável químico, registro no Inmetro, com data de envasamento, nº de lote e validade na embalagem, com tampa de rosca para facilitar o manuseio. Frasco plástico de 1L.	Unidade	Cooperalcool; Sauba; Zulu; Da Ilha; Araucária; Mega; Flop's; Itajá			
16	<b>AROMATIZADOR DE AMBIENTES:</b> Desodorizador de ambiente aerosol. Fragrâncias diversas. Frasco de no mínimo 300 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Não deve conter CFC.	Unidade	Dom Line; Air Wick; Glade; Ultra Fresh			
18	<b>BALDE PEQUENO:</b> Balde plástico resistente, c/ alça em metal resistente, c/ capacidade pra 8 a 10 L. Livre de BPA/BPDE.	Unidade	Jaguar; Plasvale; Sanremo; Plasutil; Argplast			
19	<b>BALDE GRANDE:</b> Balde plástico resistente, c/ alça em metal resistente, c/ capacidade pra 18 a 20 L. Livre de BPA/BPDE.	Unidade	Jaguar; Plasvale; Sanremo; Plasutil; Argplast			
22	<b>CERA LÍQUIDA:</b> A base de carnaúba, perfumada. Aplicação em pisos cerâmicos, granitos, mármore e paviflex. Cores: amarela ou vermelha. Baldes de 18 litros com alça e tampa resistente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde e Químico responsável.	Balde	Zavaski (Andréia)	Raridade		Raridade - tratasse de cera a base de parafina e não carnaúba.
23	<b>COADOR DE PANO GRANDE:</b> Coador, para café, tecido em 100% algodão, cor branca com 14 cm de diâmetro, aramado, cabo de madeira lisa de aproximadamente 10 cm.	Unidade	Novo Horizonte; Coisas do Campo; Cristalfio; JOTA; Michelon			
24	<b>CAIXA DE PALITOS DE FÓSFORO:</b> Palitos de fósforo de segurança (longos). Acondicionados em caixas com no mínimo 200 unidades.	Caixa	Fiat Lux, Gaboardi, Parana			
27	<b>CORDA PARA VARAL Nº 5:</b> Corda em nylon, resistente. Pacote com 10 metros.	Unidade	Supercorda			
31	<b>ESPONJA DE LÃ DE AÇO.</b> Esponjas de formato retangular, aplicação limpeza geral, textura macia e isenta de sinais de oxidação, peso mínimo de 60g por pacote. Composição: lã de aço carbono. Pacote com 08 unidades.	Pacote	Bombril; Assolan; Ypê; Alklin; Limppano	Vega brilho, inove		
32	<b>ESPONJA DUPLA FACE.</b> Esponja com dupla face sintética, ideal para limpeza de louças e utensílios domésticos. Medindo no mínimo: 110 X 74 X 23 mm. Embaladas individualmente ou a cada 3 unidades.	Unidade	Bettanin; SuperPro; Assolan; Limppano; 3M			
33	<b>ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO:</b> Escova com suporte em forma de pote redondo. Material: PP e cerdas sintéticas.	Unidade	Betannin; Condor; N Cavas (Sani Prin)	Odim		
35	<b>ESCOVA PARA LIMPEZA EM GERAL:</b> Com cerdas em nylon, e com pegador em plástico, Dimensões: 30,5 x 7 x 8 cm.	Unidade	Condor; Betannin; Gaúcha			
36	<b>ESCOVA PARA ROUPAS:</b> Escova para roupa e limpeza em geral, confeccionada em madeira com cerdas de nylon, formato oval.	Unidade	Condor; Betannin; Goulart; Gaúcha			
37	<b>PANO PARA PÓ:</b> Tipo flanela laranja ou branca, medindo 38 x 58 cm, 100% algodão.	Unidade	Flabom; Alklin; Limppano; Martin Panos			
41	<b>LUSTRA MÓVEIS:</b> Emulsão aquosa cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas. Aromas diversos. Frasco plástico de 190 a 200 ml com bico econômico. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e validade.	Unidade	Jonhson; Ypê; Poliflor; Destac; Assolan; Brilhol; Sauba; Polwax		Raridade	Raridade- Produto deixou uma camada opaca ou invés de brilhosa nas superfícies em que foi aplicado.
42	<b>LUVA DE BORRACHA TAMANHO P.</b> Luva para limpeza em borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393.	Par	Volk; Ideatex soft; Danny; Kalipso; Mucambo; Lagrotta			
43	<b>LUVA DE BORRACHA TAMANHO M.</b> Luva para limpeza em borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393.	Par	Volk; Ideatex soft; Danny; Kalipso; Mucambo; Lagrotta			
44	<b>LUVA DE BORRACHA TAMANHO G.</b> Luva para limpeza em borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Deverá	Par	Volk; Ideatex soft; Danny; Kalipso; Mucambo; Lagrotta			

	estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393.					
45	<b>LUVA DE VINIL TAMANHO P.</b> Luva para procedimento não cirúrgico, uso único, vinil, lisa, transparente, antialérgica, levemente pulverizada com amido, não estéril, ambidestra. Caixa com 100 unidades.	Caixa	Volk; Embramac; Descarpac; Talge; Lagrotta Azurra; Danny			
46	<b>LUVA DE VINIL TAMANHO M.</b> Luva para procedimento não cirúrgico, uso único, vinil, lisa, transparente, antialérgica, levemente pulverizada com amido, não estéril, ambidestra. Caixa com 100 unidades	Caixa	Volk; Embramac; Descarpac; Talge; Lagrotta Azurra; Danny			
47	<b>LUVA DE VINIL TAMANHO G.</b> Luva para procedimento não cirúrgico, uso único, vinil, lisa, transparente, antialérgica, levemente pulverizada com amido, não estéril, ambidestra. Caixa com 100 unidades.	Caixa	Volk; Embramac; Descarpac; Talge; Lagrotta Azurra; Danny			
54	<b>MULTI-INSETICIDA:</b> Mata-insetos em aerosol a base de água. Mata vários tipos de insetos como mosquitos, moscas, baratas e formigas. Mata o mosquito da Dengue. Frasco de no mínimo 300 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Não deve conter CFC.	Unidade	Dom Line; Mat Inset; Baygon; SBP;	Ultraset(Don Line).		
57	<b>PÁ PARA RECOLHER LIXO:</b> Pá plástica com cabo de madeira revestido com plástico, medindo aproximadamente 50 cm. A porção que recolhe o lixo deve medir aproximadamente 23X23 cm.	Unidade	Betannim; Condor; Goulart			
60	<b>PRENDEDOR PARA ROUPA:</b> Grampos pra prender roupas no varal, material plástico resistente, pacote com 12 unidades.	Pacote	Paraná; Forta; Zavaski; Clamp; JLK			
67	<b>RODO PLÁSTICO:</b> Superfície dupla de 40 cm com cabo de madeira plastificado. Rodo Perfil de borracha com acabamento chanfrado. Utilizado para secar superfícies úmidas. É ideal para o trabalho doméstico otimizando o tempo de serviço. Possui borracha natural resistente. Lâmina em EVA duplo. Ajusta-se às imperfeições do piso ideal.	Unidade	Betannim; Condor; Goulart; Gaúcha			
69	<b>SAPONÁCEO CREMOSO:</b> Saponáceo cremoso. Líquido branco viscoso, embalagem plástica de 200 ml, tampa abre e fecha. Composição: tensoativos aniônico, alcalinizante, agente abrasivo, agente de branqueamento e essência (pinho, limão). Contém tensoativo biodegradável.	Unidade	Cif; Bombril; Assolan; Sanny; Johnson (Mr. Musculo);Sauba	Raridade		Raridade - Não apresenta a viscosidade característica de sapólio cremoso, líquido quase transparente.
70	<b>SAPONACEO EM PÓ:</b> Aromas pinho, limão e lavanda. Com princípio ativo dicloroisocianurato de sódio; composição básica tensoativo aniônico, alcalizante, agente abrasivo, agente branqueamento e essência; corante e outras substâncias químicas permitidas. Acondicionado em tubo plástico, pesando 300g.	Unidade	Bombril; Assolan; Brilhante (Vim); Sanny	Raridade		Raridade – Baixo rendimento se comparado as marcas pré aprovadas.
71	<b>SACO DE LIXO DE 15 L:</b> Saco plástico lixo, 15 litros, capacidade 3 kg, cor preta, 39X58 cm, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Fardo com 100 unidades. <b>Deverá conter os dados de identificação, procedência e especificações na embalagem.</b> Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9191/13056/14474.	Fardo	Induplast; Versátil; Plazon; Liplast			
72	<b>SACO DE LIXO DE 30 L:</b> Saco plástico lixo, 30 litros, capacidade 6 kg, cor preta, 59X62 cm, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Fardos plásticos com 100 unidades. <b>Deverá conter os dados de identificação, procedência e especificações na embalagem.</b> Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9191/13056/14474.	Fardo	Induplast; Versátil; Plazon; Liplast			
73	<b>SACO DE LIXO DE 50 L:</b> Saco plástico lixo, 50 litros, capacidade 10 kg, cor preta, 63X80 cm, de polipropileno. Aplicação: uso doméstico. Fardo plástico com 100 unidades. <b>Deverá conter os dados de identificação, procedência e especificações na embalagem.</b> Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9191/13056/14474.	Fardo	Induplast; Versátil; Plazon; Liplast			
74	<b>SACO DE LIXO DE 100 L:</b> Saco plástico lixo, 100 litros, capacidade 20 kg, cor preta, 75X105 cm, de polipropileno. Aplicação: coleta de lixo. Fardo plástico com 100 unidades. <b>Deverá conter os dados de identificação, procedência e especificações na embalagem.</b> Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9191/13056/14474.	Fardo	Induplast; Versátil; Plazon; Liplast			
75	<b>SACO DE LIXO DE 150 L:</b> Saco plástico lixo, 150 litros, capacidade 30 kg, cor preta, 90X120 cm, de polipropileno. Aplicação: coleta de lixo. Fardo plástico com 100 unidades. <b>Deverá conter os dados de identificação, procedência e especificações na embalagem.</b> Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9191/13056/14474.	Fardo	Induplast; Versátil; Plazon; Liplast; Orleplast			
77	<b>SACO PLÁSTICO PARA ALIMENTOS:</b> Sacos plásticos transparentes, rolos contínuos picotados. Dimensões: 30 X 50 cm, 500 und por bobina. Capaz de suportar peso de até 5 kg. Ideais para armazenar alimentos, resistente ao freezer e	Bobina	Liplast; Plazon; Orleplast; BomPlast			

	micro-ondas.					
78	<b>SABÃO EM BARRA:</b> glicerinado, neutro, embalagem de 1kg, com 5 unidades de 200gr.	Pacote	Ypê; Minuano; Ace; Lavarte	Santo Antônio	Zavaski	Zavaski- é sabão alcalino.
79	<b>SABONETE EM BARRA:</b> Barras de 90g, para lavagem das mãos e corpo, aromas suaves ou neutros, cor branca. Embalados individualmente em papel plastificado.	Unidade	Lux; Palmolive; Albany; Francis	Livy		
80	<b>SABÃO EM PÓ:</b> Pacote de 01 Kg, produto disposto em embalagem plástica resistente. Composição: Tenso Ativo aniônico, tamponantes coadjuvante, sinergistas, branqueador óptico, corantes, alvejantes, essências, carga, perfumado. Devendo conter registro no ministério da saúde, data de fabricação e validade.	Kg	Ace; Brilhante; Surf; Ypê; Girando Sol		Class, Class com amaciante, Gota limpa	Class, Class com amaciante - ambos não possuem branqueador óptico. Gota Limpa - não possui alvejante.
85	<b>TOALHA DE ROSTO:</b> 100% algodão, felpuda, cores claras. Medindo no mínimo 41x71 cm. Acondicionadas em saco plástico transparente.	Unidade	Bruns; Santa Clara	Martim.		
86	<b>TOUCA DESCARTÁVEL DE TNT.</b> Toucas brancas, sanfonadas, com elástico, acondicionadas em embalagens com 100 und.	Pacote	Lagrotta Azzurra; Embramac; Descarpac; Talge	Vabene,		
87	<b>VASSOURA COM CERDAS DE NYLON:</b> Vassoura com base resistente de no mínimo 22 cm, cerdas com comprimento mínimo (saliente) de 10 cm e espessura média de 0,8 mm, dispostas em no mínimo 4 carreiras de tufo justapostos homogêneos de modo a preencher toda a base, a fixação das cerdas à base deverá ser firme e resistente, cabo de madeira plastificado medindo 1,20 m, com emborrachado na ponta para rosquear com facilidade na base da vassoura e com gancho na outra ponta do cabo para pendurar, com perfeito acabamento, uso doméstico.	Unidade	Betannim; Condor; Alklin			
90	<b>VASSOURA/RASTELO EM FERRO PARA GRAMA E JARDIM:</b> palhetas fixas, mínimo de 20 palhetas, com cabo de madeira medindo no mínimo 1,20 m.	Unidade	Famastil			
91	<b>FILME PASTICO EM PVC TRANSPARENTE:</b> Filme em PVC esticável, próprio para uso alimentício gordurosos e não gordurosos. 38cm x 300m.	Bobina	Alpes			
92	<b>PULVERIZADOR MANUAL 1,5L:</b> Pulverizador manual de compressão prévia com capacidade de 1,5L, Corpo em plástico de alta resistência e bico pulverizador regulável em metal.	Unidade	Tramontina, Western, Intech Machine			

# Concórdia

## PREFEITURA

### **ANÁLISE E JULGAMENTO - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2017  
COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

#### ANÁLISE E JULGAMENTO

Aos dezoito dias do mês de agosto de 2017, a Comissão de Credenciamento, designada pelo Decreto nº 380/2017, de 3 de abril de 2017, reuniu-se para efetuar a análise e julgamento da documentação apresentada pelo Serviço Nacional de aprendizagem Comercial – SENAC, objetivando a formalização entre as partes as condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Dá análise, observou-se que a Instituição atendeu ao disposto no Edital de Credenciamento nº 1/2017, especificamente os itens 3.11 e 3.12. Dessa forma, JULGAMOS o Serviço Nacional de aprendizagem Comercial – SENAC, inscrito no CNPJ sob nº 03.603.739/0010-77, APTO a celebrar Termo de Convênio com o Município de Concórdia, com o fim específico de formalizar entre as partes condições básicas de realização de estágio de estudantes regularmente matriculados.

Publique-se, na forma da Lei, cientifique-se a Entidade, e encaminhe-se o Termo de Convênio para assinatura do Senhor Prefeito Municipal.

Concórdia, SC, 18 de agosto de 2017.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Presidente

TABARA PASQUALOTTO  
Membro

GRACIELA SANDRIN  
Membro

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 84/2017**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 84/2017

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos do CONVÊNIO ADR – Convênio Ambulância, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Concórdia SC, 25 de Agosto de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO.  
Secretário Municipal de Finanças

## BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - 07/2017

Pág 1 / 2

## FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017



## BALANÇO FINANCEIRO

## INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>104.075,43</b>	<b>57.794,87</b>
Ordinária		16.681,97	57.794,87
Vinculada		87.393,46	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>941.300,00</b>	<b>1.549.500,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		941.300,00	1.549.500,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>281.228,10</b>	<b>198.065,18</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		195.269,10	13.268,52
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		85.959,00	184.796,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>101.677,35</b>	<b>213.122,27</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		101.677,35	213.122,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>1.428.280,88</b>	<b>2.018.482,32</b>

## DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>908.207,14</b>	<b>1.627.281,82</b>
Ordinária		796.851,14	1.536.692,08
Vinculada		111.356,00	90.589,74
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>97.396,87</b>	<b>289.523,15</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		11.437,87	104.726,49
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		85.959,00	184.796,66
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>422.676,87</b>	<b>101.677,35</b>

Identificador: WPR1491103-6598-WFWE-241349835 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

25/08/2017 08:37

IPM Sistemas Ltda

**FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		422.676,87	101.677,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>1.428.280,88</b>	<b>2.018.482,32</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 25/08/2017, Hora emissão 08:37:23

Notas:

JÚLIO GOMES  
Ordenador de despesa  
CPF: 460.203.309-15

MARLON DE LAI DENECA  
Contador  
CRC/SC 037063/O-0

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-WFWE-241349835 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

25/08/2017 08:37

## BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - 07/2017

Pág 1 / 2

## FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017



## BALANÇO FINANCEIRO

## INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>10.405,17</b>	<b>31.262,00</b>
Ordinária		9.958,07	30.308,39
Vinculada		447,10	953,61
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>700.000,00</b>	<b>930.000,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		700.000,00	930.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>254.882,37</b>	<b>111.800,96</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		185.792,42	718,65
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		69.089,95	111.082,31
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>108.437,93</b>	<b>286.349,36</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		108.437,93	286.349,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>1.073.725,47</b>	<b>1.359.412,32</b>

## DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>659.850,87</b>	<b>1.126.711,25</b>
Ordinária		659.850,87	1.126.711,25
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>69.550,84</b>	<b>124.263,14</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		460,89	13.180,83
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		69.089,95	111.082,31
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>344.323,76</b>	<b>108.437,93</b>

Identificador: WPR1491103-6598-PQDD-241349775 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

25/08/2017 08:36

IPM Sistemas Ltda



FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		344.323,76	108.437,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>1.073.725,47</b>	<b>1.359.412,32</b>

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 25/08/2017, Hora emissão 08:36:21

Notas:

ARGEU ALBIERO  
Contador  
CRC/SC 027453/O-2

IVETE DAHMER ALBIERO  
Tesorreiro  
CPF: 712.696.229-00

GILBERTO ANTONIO ROMANI  
Diretor Superintendente  
CPF: 692.593.809-87

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-PQDD-24 1349775 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

25/08/2017 08:36

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - 07/2017**

Pág 1 / 2

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>94.345,68</b>	<b>109.363,71</b>
Ordinária		94.345,68	109.363,71
Vinculada		0,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>2.107.000,00</b>	<b>4.084.500,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		2.107.000,00	4.084.500,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>1.029.298,87</b>	<b>329.422,34</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		895.631,78	51.729,72
Inscrição de Restos a Pagar Processados		13.691,77	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		119.975,32	277.692,62
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>88.162,27</b>	<b>77.936,85</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		88.162,27	77.936,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>3.318.806,82</b>	<b>4.601.222,90</b>

**DISPÊNDIOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>2.608.029,72</b>	<b>4.116.582,02</b>
Ordinária		2.407.709,72	3.832.082,02
Vinculada		200.320,00	284.500,00
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>85.000,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	85.000,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>142.540,51</b>	<b>311.478,61</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		22.565,19	31.285,99
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	2.500,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		119.975,32	277.692,62
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>568.236,59</b>	<b>88.162,27</b>

Identificador: WPR1491103-6598-QVQT-24134986 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

25/08/2017 08:38

IPM Sistemas Ltda



FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		568.236,59	88.162,27
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>3.318.806,82</b>	<b>4.601.222,90</b>

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 25/08/2017, Hora emissão 08:38:22

Notas:

GIL ARTIFON  
Ordenador de Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-QVQT-241349896 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

25/08/2017 08:38

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 07/2017**

Pág 1 / 2

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>208.410,28</b>	<b>784.540,00</b>
Ordinária		32.178,86	30.561,81
Vinculada		176.231,42	753.978,19
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>1.290.400,00</b>	<b>1.551.000,00</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		1.290.400,00	1.551.000,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>1.259.069,25</b>	<b>98.157,16</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		1.186.064,81	26.198,41
Inscrição de Restos a Pagar Processados		22.192,57	6.523,19
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		50.811,87	65.435,56
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>542.994,64</b>	<b>361.041,95</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		542.994,64	361.041,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>3.300.874,17</b>	<b>2.794.739,11</b>

**DISPÊNDIOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>2.240.109,95</b>	<b>2.151.545,41</b>
Ordinária		1.773.522,09	1.545.220,99
Vinculada		466.587,86	606.324,42
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>71.773,22</b>	<b>100.199,06</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		20.961,35	34.763,50
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		50.811,87	65.435,56
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>988.991,00</b>	<b>542.994,64</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPRI 491103-6598-KFES-241349954 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

25/08/2017 08:39



FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017

Pág 2 / 2

DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		988.991,00	542.994,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>3.300.874,17</b>	<b>2.794.739,11</b>

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 25/08/2017, Hora emissão 08:39:32

Notas:

DENISE JUSTI LOPES  
Ordenadora de Despesa  
CPF: 638.644.609-72

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-KFES-241349954 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

25/08/2017 08:39

## FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017



## BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - 07/2017

BALANÇO FINANCEIRO				
INGRESSOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>196.382,20</b>	<b>119.551,77</b>	
Ordinária		11.040,53	20.591,31	
Vinculada		185.341,67	98.960,46	
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>64.090,00</b>	<b>190.000,00</b>	
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		64.090,00	190.000,00	
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>34.340,88</b>	<b>438,90</b>	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		34.204,07	0,00	
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		136,81	438,90	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>413.196,34</b>	<b>183.925,58</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa		413.196,34	183.925,58	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00	
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>708.009,42</b>	<b>493.916,25</b>	
DISPÊNDIOS				
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>85.760,51</b>	<b>80.281,01</b>	
Ordinária		85.760,51	75.209,57	
Vinculada		0,00	5.071,44	
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00	
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00	
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>136,81</b>	<b>438,90</b>	
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		136,81	438,90	
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00	
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>622.112,10</b>	<b>413.196,34</b>	

Identificador: WPR1491103-6598-NBBR-241350095 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

25/08/2017 08:41

IPM Sistemas Ltda

**FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		622.112,10	413.196,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>708.009,42</b>	<b>493.916,25</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 25/08/2017, Hora emissão 08:41:40

Notas:

DENISE JUSTI LOPES  
Ordenadora de Despesa  
CPF: 638.644.609-72

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-NBBR-241350095 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

25/08/2017 08:41

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - 07/2017**

Pág 1 / 2

**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>20.142.373,42</b>	<b>36.560.270,18</b>
Ordinária		585.654,10	669.792,38
Vinculada		19.556.719,32	35.890.477,80
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>15.172.000,00</b>	<b>35.550.164,32</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		15.172.000,00	35.550.164,32
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>16.274.114,38</b>	<b>5.930.178,44</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		13.663.019,12	1.145.329,68
Inscrição de Restos a Pagar Processados		644,00	282.870,23
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.610.451,26	4.501.978,53
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>10.436.802,73</b>	<b>3.996.111,50</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		10.436.802,73	3.996.111,50
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>62.025.290,53</b>	<b>82.036.724,44</b>

**DISPÊNDIOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>49.171.254,83</b>	<b>65.634.572,80</b>
Ordinária		19.468.370,90	27.631.250,76
Vinculada		29.702.883,93	38.003.322,04
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>3.468.740,98</b>	<b>5.965.348,91</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		575.654,38	1.216.063,21
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		282.635,34	247.307,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.610.451,26	4.501.978,53
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>9.385.294,72</b>	<b>10.436.802,73</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-GPAT-241348967 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

25/08/2017 08:22

**FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**

Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		9.385.294,72	10.436.802,73
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>62.025.290,53</b>	<b>82.036.724,44</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, Data Emissão 25/08/2017, Hora emissão 08:23:05

Notas:

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Ordenador de Despesa  
CPF: 073.188.179-65

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-GPAT-241348967 - Emitido por: MARLON DE LAI DENEGA

25/08/2017 08:22

**BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA - 07/2017**

Pág 1 / 2

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017

**BALANÇO FINANCEIRO****INGRESSOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>114.698.080,53</b>	<b>178.140.453,83</b>
Ordinária		73.389.852,04	110.385.572,63
Vinculada		41.308.228,49	67.754.881,20
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>0,00</b>	<b>753.819,19</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	753.819,19
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>30.216.465,38</b>	<b>25.033.375,83</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		18.806.919,29	7.187.814,12
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.390.573,26	355.811,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		10.018.972,83	17.489.750,55
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>21.673.030,02</b>	<b>23.053.793,28</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		21.673.030,02	23.053.793,28
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>		<b>166.587.575,93</b>	<b>226.981.442,13</b>

**DISPÊNDIOS**

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>86.694.723,54</b>	<b>131.792.733,70</b>
Ordinária		42.360.438,73	58.637.915,94
Vinculada		44.334.284,81	73.154.817,76
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>22.454.710,00</b>	<b>47.592.164,32</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		22.454.710,00	47.592.164,32
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>14.735.941,80</b>	<b>25.923.514,09</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		5.056.212,91	7.608.887,01
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		323.124,01	331.839,95
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		9.356.604,88	17.982.787,13
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>42.702.200,59</b>	<b>21.673.030,02</b>

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WPR1491103-6598-LBZE-241348788 - Emitido por: MARLON DE LAI DENECA

25/08/2017 08:19

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
Prestação de Contas  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Julho / 2017



DISPÊNDIOS			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Caixa e Equivalentes de Caixa		42.702.200,59	21.673.030,02
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		0,00	0,00
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>		<b>166.587.575,93</b>	<b>226.981.442,13</b>

**Notas Explicativas**

FONTE: Sistema Atende Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, Data Emissão 25/08/2017, Hora emissão 08:20:55

Notas:

JACIR HERMINIO MAZOTTO  
Secretário Municipal de Finanças

ROGERIO LUCIANO PACHECO  
Prefeito

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL PROC. 105/2017 P.P.R 44/2017

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo sistema REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 105/2017  
Pregão Presencial Para Registro de Preço n. 44/2017  
Tipo: Menor preço por item

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, de acordo com as especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 12/09/2017.  
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 12/09/2017.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 25 de agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### ADENDO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56 2017

PUBLICAÇÃO DE ADENDO AO CONTRATO Nº56/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

ADENDO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº56/2017

Contratado: CRISTIAN GRELLMANN ME

Fica prorrogado o prazo para entrega do objeto do contrato nº 56/2017, passando a seu termo final para dia 02 de setembro de 2017, tendo em vista que a contagem do prazo começou a fluir a partir da data de recebimento das autorizações de fornecimento, o qual se deu no dia 2 de junho de 2017 (autorização de fornecimento nº 1262/2017), conforme cláusula segunda de referido contrato. Vigência: 02/09/2017.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2017

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Estado de Santa Catarina

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 22a/2017

Empresa com preços registrados: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Item: 7

Total: R\$ 700,00 (setecentos reais)

Ata registro de preço Nº 22b/2017

Empresa com preços registrados: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

CNPJ: 61.074.175/0001-38

Item: 1, 6, 8, 9

Total: R\$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais).

Ata registro de preço Nº 22c/2017

Empresa com preços registrados: GENTE SEGURADORA S/A

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Item: 2, 3, 4, 5, 10, 11, 12, 13,

Total: R\$ 30.961,00 (trinta mil novecentos e sessenta e um reais).

Coronel Freitas (SC), 21 de agosto de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2017

PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

Estado de Santa Catarina

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2017

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E UNIFORMES PARA OS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS, CONFORME TAC Nº1770/2011 DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E EMPREGO

Validade: 12 meses

Ata registro de preço Nº 23a/2017

Empresa com preços registrados: JAIME LUIZ FONTANA

CNPJ: 95.881.900/0001-00

Item: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 45, 46, 47, 48 e 49

Total: R\$ 4.201,70 (quatro mil duzentos e um reais e setenta centavos)

Ata registro de preço Nº 23b/2017

Empresa com preços registrados: PINGO EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP

CNPJ: 78.651.973/0001-88

Item: 1, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 81, 82, 84, 94, 107, 110 e 112

Total: R\$ 2.292,96 (dois mil duzentos e noventa e dois reais e noventa e seis centavos).

Ata registro de preço Nº 23c/2017

Empresa com preços registrados: COSEGUR EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA EPP

CNPJ: 06.066.529/0001-94

Item: 25, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 116 e 117.

Total: R\$ 11.444,54 (onze mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

Ata registro de preço Nº 23d/2017

Empresa com preços registrados: CENCI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 94.987.930/0001-24

Item: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 e 61.

Total: R\$ 4.116,58 (quatro mil cento e dezesseis reais e cinquenta e oito centavos).

Ata registro de preço Nº 23e/2017

Empresa com preços registrados: COMÉRCIO TRANSPORTE E CONFECÇÕES LAMB LTDA EPP

CNPJ: 85.352.573/0001-37

Item: 113, 114 e 115.

Total: R\$ 912,00 (novecentos e doze reais).

Coronel Freitas (SC), 25 de agosto de 2017.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO Nº 47/2017

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº47/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

2º TERMO ADITIVO Nº 47/2017 AO CONTRATO Nº06/2017

Contratado: REUNIDAS TURISMO S.A.

Objeto: Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL do Contrato nº 06/2017: fica alterado o valor das passagens referente àquelas emitidas no município de Chapecó, tendo em vista o reajuste de valor efetuado pelo órgão responsável, DETER, para o ano de 2017 na porcentagem de 7,23%, conforme resolução 001/2017. Os valores ficam no montante, conforme quadro a seguir:

Trajetos	Valor Unitário
Chapecó à Florianópolis	134,86
Florianópolis à Chapecó	134,87
Chapecó à Joinville	194,70
Joinville à Chapecó	193,20
Chapecó à Joaçaba	58,84
Joaçaba à Chapecó	53,84
Chapecó à Xanxerê	19,24
Xanxerê à Chapecó	15,78
Chapecó à Caçador	94,49
Caçador à Chapecó	91,01

Vigência: 31/012/2017.

#### **TERMO ADITIVO Nº 48/2017**

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº48/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 48/2017 AO CONTRATO Nº52/2017

Contratado: SANTOS MONITORAMENTO LTDA

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica alterada a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL do Contrato nº 52/2017 aditivando o valor em R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), totalizando a quantia de R\$ 40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo Aditivo terá início da vigência a partir do dia 01 de setembro de 2017 até o termo final do contrato.

Vigência: 31/012/2017.

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 181/2017

DECRETO Nº. 181, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada para o respectivo Cargo em Caráter Temporário, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário conforme lei complementar Nº 039 de 03 de Dezembro de 2013, a partir de 14 de Agosto de 2017:

#### NOME CARGO

Geni Aparecida Belle Santetti	Agente Comunitário de Saúde (micro área 4)
-------------------------------	--

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 14 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e finanças.

### DECRETO Nº 188/2017

DECRETO N. 188 /2017, de 23 de agosto de 2017.

#### “REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso VI, do art. 94 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei 8.666/93, atualizada e o disposto no item 16.8 do Edital do Processo Licitatório n. 014/2016, modalidade de Tomada de Preços n. 002/2016,

CONSIDERANDO que o Processo Licitatório n. 014/2016, modalidade de Tomada de Preços n. 002/2016, foi instaurado em 08 de junho de 2016, com homologação em 27 de junho de 2016;

CONSIDERANDO que a administração anterior não cumpriu rigorosamente com as exigências editalícias, especialmente relacionadas ao item 15.1 (garantia contratual); e

CONSIDERANDO que a administração anterior não firmou contrato com o licitante vencedor, nem relacionou tal obrigação nos atos de transição e transmissão do cargo de Prefeito Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado o processo licitatório n. 014/2016, modalidade de Tomada de Preços n. 002/2016, para todos os efeitos legais, devido omissão tácita da administração anterior, nos termos acima expostos.

Art. 2º. O setor de compras e licitações do município fica incumbido de elaborar um novo processo licitatório, visando o cumprimento do objeto conveniado com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Coronel Martins (SC), em 23 de agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

### DECRETO Nº 189/2017

DECRETO Nº 189, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DEFINE GRUPO FAMILIAR DE PRODUTORES RURAIS E DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE DEBITOS PERANTE O SETOR DE TRIBUTAÇÃO E MOVIMENTO ECONÔMICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica do Município de 28/10/94;

Considerando que a Prefeitura Municipal de Coronel Martins SC sempre realizou serviços de máquinas e equipamentos diretamente nas propriedades rurais do Município.

Considerando o princípio do interesse público e a necessidade de manter a patrulha agrícola municipal em pleno funcionamento.

Considerando que o movimento econômico municipal é transformado em benefícios públicos de incentivo a própria produção rural.

Considerando que o setor de agendamentos de serviços e setor de movimento econômico municipal atuam de forma integrada.

Considerando a Lei Municipal nº 690, de 19 de junho de 2017.

#### DECRETA:

Art. 1º- Os serviços constantes na Lei Municipal nº. 690/2017 somente serão executados/agendados aos contribuintes que estejam em dia com o setor de arrecadação e o setor de movimento econômico (NFPR) da Administração Municipal.

Art. 2º- Considera-se grupo familiar às pessoas que residem em uma mesma área de terra, familiares que tenham produção agrícola em conjunto independente de ter um ou mais cadastros junto ao setor de movimento econômico rural (mais de um bloco de produtor no grupo familiar) mesmo contendo cadastro para área de terras distintas ou em localização diferente de onde reside.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial Decreto nº 186 de 22 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 24 de Agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

**DECRETO Nº 190/2017**

DECRETO Nº. 190, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE AS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, DOS CONSELHEIROS, DA DIRETORIA, BEM COMO DEMAIS NORMAS DE FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ademir Madella, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 497 de 07/04/2009 e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994;

**DECRETA:**

Art. 1º - O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social de Coronel Martins - SC.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social é órgão da Administração do Município, composto por membros do governo e da sociedade civil, tendo caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador acerca das políticas, planos programas para produção de moradia e de curadoria dos recursos a serem aplicados e acompanhar e avaliar a Política Municipal de Habitação.

§ 1º - Como órgão normativo deverá expedir resoluções definindo e disciplinando a política habitacional.

§ 2º - Como órgão consultivo emitirá parecer sobre todas as consultas que lhe forem dirigidas, e após aprovação do Plenário.

§ 3º - Como órgão deliberativo reunir-se-á em sessões plenárias, decidindo, após ampla discussão, e por maioria simples de votos, todas as questões que lhe forem pertinentes.

§ 4º - Como órgão fiscalizador acompanhará as ações na área habitacional, receberá comunicações oficiais, representações ou reclamações de qualquer cidadão sobre questões pertinentes a esta, deliberando em plenário e dando a solução adequada.

Art. 3º - Compete ao FHIS :

1. Analisar, discutir e aprovar:

- a) os objetivos, as diretrizes e o estabelecimento de prioridades da Política Municipal de Habitação;
- b) a Política de Captação e Aplicação de Recursos para a produção de moradia;
- c) os Planos, anuais e plurianuais, de Ação e Metas;
- d) os Planos, anuais e plurianuais, de Captação e Aplicação de Recursos;
- e) liberação de recursos para os programas decorrentes do Plano de Ação e Metas;

2. Acompanhar e avaliar a gestão econômica e financeira dos recursos e a execução dos programas, projetos e ações, cabendo-lhe a suspensão de desembolsos caso constatadas irregularidades;

3. Propor reformulação ou revisão de Planos e programas à luz de avaliações periódicas;

4. Analisar e aprovar, anualmente, relatórios contábeis referentes à aplicação dos recursos para a Habitação no Município, inclusive aqueles referentes ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;

5. Elaborar e aprovar seu regimento interno;

6. Definir os parâmetros para a concessão dos subsídios, obedecendo, observada a capacidade de pagamento da família, levando em consideração as seguintes diretrizes:

- a) os valores dos benefícios devem guardar relação inversa com a capacidade de pagamento das famílias beneficiárias;
- b) a concessão do benefício deve estar condicionada ao acesso a imóveis em condições de habitabilidade definidas pelas posturas municipais, com base em padrões referenciais estabelecidos a partir da realidade local;
- c) identificação dos beneficiários das políticas de subsídios, em cadastro municipal, de modo a controlar a concessão dos benefícios;
- d) utilização de metodologia aprovada pelo FHIS, para o estabelecimento dos parâmetros relativos aos valores dos benefícios, capacidade de pagamento da família e valores máximos dos imóveis, que expresse as diferenças regionais;
- e) concepção do subsídio como benefício pessoal e intransferível, concedido com a finalidade de complementar a capacidade de pagamento do beneficiário para o acesso à moradia, ajustando-a ao valor de venda do imóvel ou ao custo do serviço de moradia, compreendido como retribuição de uso, aluguel, arrendamento ou outra forma de pagamento pelo direito de acesso à habitação;
- f) suspensão ou revisão do benefício, no caso de alterações nas condições que lhe deram causa ou inadimplemento contratual.

7. Acompanhar a implementação das Resoluções das Conferências Municipais de Habitação;

8. Deliberar sobre convênios destinados à execução dos projetos habitacionais, urbanização e regularização fundiária;

9. Estimular a participação e o controle popular sobre a implementação das políticas públicas habitacionais e de desenvolvimento urbano;

10. Possibilitar a ampla informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas e questões pertinentes à política habitacional;

11. Acompanhar, avaliar e modificar, as condições operacionais da política municipal de habitação, estabelecendo os instrumentos para o seu controle e fiscalização;

12. Propor ao Poder Executivo legislação relativa à habitação e ao uso do solo urbano, bem como obras complementares de saneamento, infra-estrutura e equipamentos urbanos;

13. Constituir grupos técnicos, comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções;

Parágrafo Único: O FHIS fará as publicações das deliberações as quais são competências estabelecidas por esta Lei, através de ato administrativo denominado resoluções os quais deverão ser publicados em mural público.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social terá a seguinte composição, conforme disposto na Lei Municipal nº. 125/2009:

Representantes Do Governo Municipal

I – Representantes Do Poder Executivo:

Titular – Eloide Terezinha Guisolphi

Suplente – Giuvani Schuster

II – Representantes do Poder Legislativo:

Titular – Arlênio Cecatto

Suplente – Marcio Pozzer

Representante da Sociedade Civil

III – Representantes das Igrejas:

Titular – Elias Gomes  
Suplente – Rosa Maria Camargo

IV – Representantes do Fundo do Conselho Comunitário:  
Titular – Gilberto Paim  
Suplente – Marcelo Smaniotto

V – Representantes do Grupo de Idosos:  
Titular – Eneldi Ravarena  
Suplente – Valdemar de Quadros

VI – Representantes do Comércio:  
Titular – Jucimar Comin  
Suplente – Laís Cristina Scariotto

VII – Representantes das Cooperativas:  
Titular – Idacir Pedro Garbin  
Suplente – Gibrair José Madella

Art. 5º - Na composição e funcionamento do FHIS, será observado o seguinte:

I – o mandato dos representantes será de 02 (dois) anos, podendo haver recondução uma única vez por igual período;  
II – o Conselho terá um Presidente, um vice-presidente e um Secretário, eleitos entre seus membros, para este fim;  
III- o presidente do conselho será eleito por seus membros;  
IV – as reuniões do FHIS somente poderão ser instaladas com no mínimo 5 (cinco) de seus membros presentes;  
V – as decisões deverão ser tomadas por maioria simples cabendo ao Presidente o voto de desempate;  
VI – os assuntos e deliberações, fruto das reuniões do Conselho, serão registrados em ata que será lida e aprovada em cada reunião posterior e, quanto às deliberações serão publicadas por instrumento administrativo denominadas resoluções;  
VII – as reuniões do Conselho ocorrerão ordinariamente a cada seis meses e extraordinariamente sempre que se fizer necessário discutir acerca da Política Municipal de Habitação e Interesse Social;  
VIII – as reuniões terão convocação por escrito, com antecedência mínima de três dias da data para as reuniões ordinárias e quarenta e oito horas para as extraordinárias;  
IX – no caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, será escolhido pelos membros um novo representante;  
X - perderá o mandato e vedada recondução para o mesmo mandato o membro que no exercício da titularidade faltar a 03 assembleias ordinárias consecutivas ou 03 alternadas, salvo justificativas, aprovadas pelo Conselho.

Art. 6º - Os membros do FHIS exercerão seus mandatos de forma gratuita, ficando vedada a concessão de qualquer remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

Art. 7º - O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social terá a seguinte estrutura: a Assembléia Geral e a Diretoria.

§ 1º - À Assembléia Geral, órgão soberano do FHIS, compete deliberar e exercer o controle da Política Habitacional no município;

§ 2º - A Diretoria é composta de Presidente, Vice- presidente e Secretário, que serão escolhidos dentre os seus membros, para cumprirem mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, e a ela compete representar o Conselho, dar cumprimento às decisões plenárias e praticar atos de gestão;

§ 3º - À Secretaria compete assegurar suporte técnico e administrativo das ações da Comissão;

Art. 8º - A Presidência é a representação máxima do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, a reguladora dos seus trabalhos e a fiscal de sua ordem, com anuência dos demais Conselheiros, tudo de conformidade com o Regimento.

§ 1º - Ocorrendo a ausência do Presidente a Presidência será exercida pelo vice-presidente e em sua ausência pelo Secretário.

Art. 9º - São atribuições do Presidente:

I - Presidir as sessões plenárias, tomando parte nas discussões e votações, com direito a voto;  
II - Decidir soberanamente as questões de ordem, reclamações ou solicitações em plenário;  
III - Convocar sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes;  
IV - Proferir voto de desempate nas votações plenárias;  
V - Assinar a correspondência oficial da FHIS;  
VI - Representar o Conselho em Juízo e fora dele, podendo delegar poderes;  
VII - Assinar convênios, acordos e contratos do Conselho;  
VIII- Exercer outras funções definidas em leis ou regulamentos.

Art. 10º - A Secretaria do Conselho será exercida pelo Secretário ao qual compete:

I - Secretariar as sessões do Conselho;  
II - Despachar com o Presidente;  
III - Manter, sob sua guarda livros, fichas e documentos do Conselho;  
IV - Prestar as informações que lhe forem requisitadas;  
V - Propor ao Presidente a requisição de funcionários dos órgãos governamentais que compõem o Conselho para a execução dos serviços da Secretaria;  
VI - Orientar, coordenar e fiscalizar os serviços da Secretaria;  
VII - Substituir o Presidente e/ou o vice-presidente na falta deste e em caso de vacância, até que o Conselho eleja novo titular;  
VIII - Elaborar e submeter à Diretoria a pauta de reuniões;  
IX - Anotar e redigir as atas das reuniões do Conselho.

Art. 11 - São atribuições dos membros do Conselho:

I - Comparecer às reuniões, justificando as faltas quando ocorrerem.  
II - Assinar em livro próprio e/ou no livro ata, sua presença na reunião a que comparecer.  
III - Levar ao conhecimento do Conselho, toda e qualquer informação ou denúncia que receber.  
IV - Votar e ser votado para cargos do Conselho.  
V - Apresentar ao Conselho seu novo endereço em caso de mudança.  
VI - Exercer outras atribuições no âmbito de sua competência, delegadas pelo Presidente.

Art. 12 - É vedado aos Membros:

I - Pronunciar-se em nome do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e da Diretoria da mesma, sem prévia autorização da Presidência.  
II - Utilizar-se do cargo ou de meios da Comissão para vantagens pessoais, eleitorais, político-partidária(s), financeira(s) ou de outra ordem.  
III - Censurar pessoas ou ações do Conselho ou da Diretoria fora das reuniões da mesma.  
IV - Contrariar, deliberadamente decisões tomadas colegialmente pelo Conselho.

Parágrafo Único - Em caso de comprovada infração a qualquer uma das presentes vedações, deverá o Conselho por maioria absoluta afastar do Colegiado o membro faltoso, convocando um substituto.

Art. 13 - A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará apoio técnico e administrativo necessários ao regular funcionamento da FHIS.

Art. 14 - O Servidor Público convocado para prestar serviços junto ao Conselho, terá suas faltas justificadas junto a Secretaria que se encontra lotado, de tantos dias quantos necessários se fizerem.

Art. 15 - As disposições do presente Regimento Interno poderão ser complementadas por meio de resoluções a serem aprovadas pelo Plenário do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, e por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 16 - O Presente Regimento foi aprovado em sessão plenária realizada no dia 20 de outubro de 2009.

Art. 17 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n.º 254 de 03 de dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 24 de agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Munic. De Administração, Planejamento e finanças.

#### **PORTARIA Nº 100/2017**

PORTARIA Nº. 100, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 113 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;  
Considerando o disposto no Artigo 113, §4º da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014 para a concessão de licença prêmio;

CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio por Assiduidade à servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (trinta) dias, com gozo a partir do dia 13 de Setembro a 12 de Outubro de 2017.

Nome Cargo Referências  
Raquel Adriana de Souza Professora IV 2012/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario, em especial a Portaria nº 060 de 23 de junho de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 24 de agosto de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1195/2017

DECRETO Nº 1195/2017  
DE 11 DE AGOSTO DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito Municipal de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Correia Pinto, e com base no art. 165, § 1º da Constituição Federal, DECRETA:

"NOMEIA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica nomeada comissão para elaboração do Plano Plurianual de Ações do Município de Correia Pinto, para o quadriênio 2018/2021, composta pelos seguintes membros:

- I – Joelma Neto de Liz – Presidente;
- II – Edésio Alexandre Alves Júlio;
- III – Wolnei Alves do Nascimento;
- IV – Ricardo Marsilio Stedile;
- V – Cleomara Fiamoncini Rodrigues;
- VI – Léia Vieira Gallas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 11 de agosto de 2017.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 11 de agosto de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1196/2017

DECRETO Nº 1196/2017  
DE 23 DE AGOSTO DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

"INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Institui o Fórum Municipal de Educação de Correia Pinto, que tem por finalidade coordenar a Conferência Municipal de Educação de Correia Pinto, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Municipal de Educação.

Art. 2º - Compete ao Fórum Municipal de Educação:

- I - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, bem como divulgar suas deliberações;
- II - Elaborar seu Regimento Interno, bem como o da Conferência Municipal de Educação;
- III - Acompanhar e avaliar o processo de encaminhamento das

deliberações da Conferência Municipal de Educação;

IV - Zelar para que a Conferência Municipal de Educação esteja articulada com a Conferência Estadual de Educação;

V - Planejar e organizar espaços de discussão com a sociedade, visando o debate sobre as Políticas da Educação;

VI - Organizar a Conferência Municipal de Educação;

VII - Acompanhar e monitorar execução das metas do Plano Municipal de Educação;

Art. 3º - O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 4º - O Fórum Municipal de Educação será integrado pelos órgãos abaixo:

I - Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação;

II - Poder Legislativo;

III - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;

IV - Associação Comunitária Dona Ema Sevei;

V - Fundação Municipal de Esporte e Cultura;

VI - Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL);

VII - Conselho Municipal de Educação – CME;

VIII - Conselho Alimentação Escolar – CAE;

IX - Conselho Tutelar de Correia Pinto;

X - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

XI - Rotary Clube;

XII - Sindicato dos Servidores Municipais;

XIII - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

XIV - Secretaria Municipal de Saúde - SMS

XV - Associação do Comércio e Indústrias de Correia Pinto;

XVI - Escola Particular;

XVII - Escolas Estaduais;

XVIII - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão de Correia Pinto;

XIX - Sindicato Rural de Correia Pinto;

Parágrafo único – Outros órgãos ou entidades interessadas em participar, poderão inscrever-se, de acordo com as normas constantes no Regimento Interno.

Art. 5º- Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades a que

pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - Os representantes de que trata o art. 4º deste decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º - A Secretaria Municipal da Educação prestará a infraestrutura necessária ao funcionamento do Fórum.

Art. 8º - O Regimento Interno, aprovado pelos integrantes, prescreverá normas de estruturação e operacionalidade.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 23 de agosto de 2017.  
aa

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 23 de agosto de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1197/2017**

DECRETO Nº 1197/2017

DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

"NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº003/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo nº 003/2017, junto à Prefeitura Municipal de Correia Pinto, composta pelos seguintes membros:

I - Oliveira Pires Burg – Presidente

II - Daiane Pereira Mesquita

III - Cleomara Fiamoncini Rodrigues

IV - Dr. Alexandre Vieira Rodrigues

V - Rafael Athayde

VI - Léia Vieira Gallas

VII - Marizete Muniz

VIII - Casimiro Reuter de Liz

IX - Angela Maria Goulart

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 24 de agosto de 2017.  
aa

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 23 de agosto de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1198/2017**

DECRETO Nº 1198/2017

DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2099/2017, DECRETA:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO".

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 89.760,00 (Oitenta e nove mil e setecentos e sessenta reais), a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

2.049 – Programa de Atenção Básica – PAB;

34 3.3.90.00.00.1065 – Aplicações Diretas R\$ 89.760,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 89.760,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação na fonte de recurso 1065 – Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 24 de agosto de 2017.

Aa

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 24 de agosto de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1199/2017**

DECRETO Nº 1199/2017

DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2100/2017, DECRETA:

"RECONHECE DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR - 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - RECONHECE despesas do exercício anterior - 2016, no valor total de R\$ 5.872,04 (cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais e quatro centavos), a saber:

I - Diferenças de Decênio da servidora SILNEIDE APARECIDA FRANÇA INÁCIO, no valor de R\$ 1.468,01 (Um mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e um centavo).

II - Diferenças de Decênio da servidora MALGARETE GRECHONIA-CK DOS SANTOS BUNN, no valor de R\$ 1.468,01 (Hum mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e um centavo).

III - Diferenças de Decênio da servidora RUBIA GILVANA CUNHA, no valor de R\$ 1.468,01 (Hum mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e um centavo).

IV - Diferenças de Decênio da servidora IRACI DUARTE, no valor de R\$ 1.468,01 (Hum mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e um centavo).

Art. 2º - Para cumprimento do artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao empenhamento no item próprio, Despesas de Exercícios Anteriores.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 24 de agosto de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 24 de agosto de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 1200/2017

DECRETO Nº 1200/2017

DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2101/2017, DECRETA:

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO”.

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar – Anulação de Dotação, no montante de R\$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

2.037 – Manutenção da Saúde do Município

3 3.3.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 54.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 54.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por anulação do item orçamentário, a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

2.037 – Manutenção da Saúde do Município

2 3.3.50.00.00.1002 – Transf. A Inst.Priv. Sem Fins Lucrativos R\$ 32.000,00

4 4.4.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 54.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 24 de agosto de 2017.

Aa

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 24 de agosto de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

## LEI Nº 2099/2017

LEI Nº 2099/2017

DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no montante de R\$ 89.760,00 (Oitenta e nove mil e setecentos e sessenta reais), a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

2.049 – Programa de Atenção Básica – PAB;

34 3.3.90.00.00.1065 – Aplicações Diretas R\$ 89.760,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 89.760,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação na fonte de recurso 1065 – Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 24 de agosto de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 24 de agosto de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

## LEI Nº 2100/2017

LEI Nº 2100/2017

DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

“RECONHECE DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR - 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a RECONHECER despesas do exercício anterior - 2016, no valor total de R\$ 5.872,04 (cinco mil, oitocentos e setenta e dois reais e quatro centavos), a saber:

I – Diferenças de Decênio da servidora SILNEIDE APARECIDA FRANÇA INÁCIO, no valor de R\$ 1.468,01 (Hum mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e um centavo).

II – Diferenças de Decênio da servidora MALGARETE GRECHONIA-CK DOS SANTOS BUNN, no valor de R\$ 1.468,01 (Hum mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e um centavo).

III – Diferenças de Decênio da servidora RUBIA GILVANA CUNHA, no valor de R\$ 1.468,01 (Hum mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e um centavo).

IV – Diferenças de Decênio da servidora IRACI DUARTE, no valor de R\$ 1.468,01 (Hum mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e um centavo).

Art. 2º - Para cumprimento do artigo 1º desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao empenhamento no item próprio, Despesas de Exercícios Anteriores.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua aplicação.

Gabinete do Prefeito, em 24 de agosto de 2017.

CELSON ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 24 de agosto de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

### LEI Nº 2101/2017

LEI Nº 2101/2017

DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CELSON ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO”.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar – Anulação de Dotação, no montante de R\$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais), a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

2.037 – Manutenção da Saúde do Município

3 3.3.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 54.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 54.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por anulação do item orçamentário, a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

2.037 – Manutenção da Saúde do Município

2 3.3.50.00.00.1002 – Transf. A Inst.Priv. Sem Fins Lucrativos R\$ 32.000,00

4 4.4.90.00.00.1002 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 54.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 24 de agosto de 2017.

CELSON ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 24 de agosto de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

### RESOLUÇÃO 01/2017 - CMDCA - ANEXO I (TIMBRE DA ENTIDADE)

ANEXO I

REQUERIMENTO

ILMO (A) SENHOR(A)

XXXXX XXXXXXXXXX

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Correia Pinto / SC.

A Organização abaixo qualificada, em consonância com o Art. 90 e 91, do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, vem requerer:

( ) Registro de Organização Não Governamental ( ) Renovação de Registro – 4 anos

( ) Inscrição de Serviços e/ou Programas ( ) Atualização da inscrição – 2 anos

Nome da Entidade: \_\_\_\_\_

Nome do Serviço/Programa: \_\_\_\_\_

Regime de Atendimento Executado:

( ) Orientação e apoio sócio-familiar ( ) Apoio sócio-educativo em meio aberto;

( ) Colocação familiar ( ) Acolhimento institucional

( ) Prestação de Serviço a Comunidade ( ) Liberdade assistida;

( ) Semiliberdade ( ) Internação

( ) Programa de aprendizagem em formação técnico-profissional (adolescente aprendiz)

( ) Acolhimento para fins culturais, esportivos e profissionais

( ) Atenção Especializada em Saúde da Criança e do Adolescente

( ) Demais Programas ou ações que atendam diretamente crianças e adolescentes.

( ) Organizações, Serviços e Programas em conformidade com o artigo 2º desta Resolução.

Descrição das alterações, cuja comprovação esta anexo ao requerimento: (Conforme Arts 17 e 20, da Resolução nº30 CMDCA, de 03 de Dezembro de 2015. (caso não haja alterações desconsiderar este item).

Correia Pinto, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do Representante Legal

### RESOLUÇÃO 01/2017 - CMDCA - ANEXO II (TIMBRE DA ENTIDADE)

ANEXO II

MODELO PLANO DE AÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

Nome/ Razão Social:

Regime de atendimento:

CNPJ:

Data de criação:

Endereço Completo:

Cidade/ UF:

Telefone:

E-mail:

Rede Social:

**2. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS**

Representante Legal

Nome:

Cargo desempenhado:

Data Início do Mandato: Data do Término do Mandato:

RG: CPF:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

Responsável Técnico

Nome:

Cargo desempenhado:

RG: CPF:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

**3. INSCRIÇÕES E CERTIFICAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO:**

INSCRIÇÃO / CADASTRO	NÚMERO
Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS	
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (outra cidade)	
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS	
OSCIP	
Utilidade Pública Municipal	
Utilidade Pública Estadual	
Utilidade Pública Federal	
Outros: Qual?	

**4. APRESENTAÇÃO**

Descrever o conteúdo do plano, ou seja, do que se trata o trabalho realizado pela serviço ou programa, sua relevância à sociedade; os parceiros para o desenvolvimento das atividades (como as redes de atendimento) e da elaboração do mesmo. Também são apresentados os princípios que norteiam as ações, de forma que expressem os valores morais, culturais, políticos, etc.; as diretrizes das ações; as leis que fundamentam toda a ação e o modelo de gestão adotado pela organização.

**5. DIAGNÓSTICO DA ÁREA**

Apresentar o diagnóstico da área que será implantado o plano de trabalho ou que já vem sendo desenvolvido, contendo a caracterização da população a ser atendida; análise da realidade social da comunidade (bairro, cidade, etc.); aspectos demográficos, histórico da região e/ou público.

**6. OBJETIVOS**

**6.1 OBJETIVO GERAL:** de maior amplitude, só será alcançado pela somatória das várias ações e atividades. Deve ser claro e consistente, expressando o impacto mais geral do projeto.

**6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** são desdobramentos do objetivo geral, expressando o que se pretende alcançar com o serviço ou programa, através dele determinam-se os recursos, as atividades e os resultados esperados.

**7. PÚBLICO ALVO:** a quem se destina o atendimento da instituição.

**8. RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS**

Explicar todos os recursos que a entidade possui para desenvolver

as ações. O quadro de profissionais que compõem a atividade, suas especialidades e funções; quem são os responsáveis diretos por cada ação; os materiais que compõem a organização para o seu funcionamento; e os recursos financeiros da organização, se são recursos próprios ou não, sua fonte, etc. Sugestão organizar em tabelas.

**9. METODOLOGIA**

Descrição das ações como acontece, frequência e dias/meses/datas de acontecimento, responsáveis, local de acontecimento. Cronograma de execução anual, separado por periodicidade das ações. Tabela semanal de atividades com horários e responsáveis pela ação.

**10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

Descrever como será realizado o acompanhamento contínuo do desenvolvimento das atividades e apresentar a tipologia e a periodicidade da avaliação adotada pela instituição, para identificar os avanços e dificuldades visando um possível aprimoramento.

**ALTERAÇÕES:** Caso haja alterações no Plano de Ação, este deverá ser re-encaminhado ao Conselho, com as devidas alterações.

Correia Pinto, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Responsável Técnico Representante Legal  
(quem elaborou o Plano de Ação) (presidente ou diretor)

**RESOLUÇÃO 01/2017 - CMDCA - ANEXO III**  
(TIMBRE DA ENTIDADE)**ANEXO III**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADE****1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**

Nome/ Razão Social:  
Regime de atendimento:  
CNPJ:  
Data de criação:

Endereço Completo:  
Cidade/ UF:  
Telefone:  
E-mail:  
Rede Social:

**2. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome:  
Cargo desempenhado:  
Data Início do Mandato: Data do Término do Mandato:  
RG: CPF:  
Endereço Completo:  
Telefone:  
E-mail:

**3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome:  
Cargo desempenhado:  
RG: CPF:  
Endereço Completo:  
Telefone:

E-mail:

O Relatório de atividade do ano anterior deverá ser apresentado, pela Entidade, através de um relatório descritivo, contendo os seguintes itens:

- **Introdução/justificativa:** Caracterização do Serviço/Programa: Um pequeno texto que fale sobre o serviço/programa, data de início, por que foi criado e qual a sua importância na realidade social que atua. Fazer breve relato da organização que atua.
- **Objetivos:** Qual a realidade social da comunidade onde atua e o que se pretende alcançar com o serviço/programa.
- **Quantificar e Qualificar os atendimentos realizados nos últimos 02 anos:**

Exemplo: Em xxxx foram desenvolvidas atividades de capoeira, dança etc....

Descrever as atividades que foram desenvolvidas nos anos anteriores com descrição do quantitativo por oficina/grupo e por faixa etária, bem como os resultados alcançados.

Exemplos: 100 crianças e adolescentes participaram da oficina de capoeira, sendo que houveram xxxx encontros, culminando com a realização ao final do curso... os resultados obtidos

- **Recursos:** Quais foram os recursos físicos e financeiros utilizados, quais as parcerias e recursos utilizados.

- **Conclusão:** Qual foi o parecer da instituição e da equipe de trabalho referente a execução do serviço/projeto durante este período. Quais as dificuldades e os avanços apresentados.

Correia Pinto, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Responsável Técnico Representante Legal

#### **RESOLUÇÃO 01/2017 - CMDCA - ANEXO IV** (TIMBRE DA ENTIDADE)

##### **ANEXO IV** **PLANO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

##### **1. IDENTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**

Nome/ Razão Social:

Regime de atendimento:

CNPJ:

Data de criação:

Endereço Completo:

Cidade/ UF:

Telefone:

E-mail:

Rede Social:

##### **2. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome:

Cargo desempenhado:

Data Início do Mandato: Data do Término do Mandato:

RG: CPF:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

##### **3. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Nome:

Cargo desempenhado:

RG: CPF:

Endereço Completo:

Telefone:

E-mail:

- **Introdução:** Bases do projeto político pedagógico. Referências teórico-conceituais.

- **Diagnóstico situacional da Organização/Serviço:**

- **Concepções pedagógicas:** Missão, competências a serem desenvolvidas no público atendido, conteúdo programático

- **Plano de ação construído coletivamente:** planejamento de ação anual desenvolvida com todos os integrantes do Serviço, desde funcionários, familiares e público alvo, na definição e execução de ações realizadas no local, que sejam de comum interesse. Como será garantida a convivência familiar e comunitária, quais estratégias, para ações de garantia dos direitos das crianças.

- **PIA – Plano individual de Atendimento:** quem vai coordenar, como será a elaboração, qual metodologia utilizada, formas de acompanhamento e avaliação.

Correia Pinto, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Responsável Técnico Representante Legal

#### **RESOLUÇÃO 01/2017 CMDCA**

##### **RESOLUÇÃO 01/2017- CMDCA**

Regulamenta os procedimentos administrativos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Correia Pinto / SC, relativos ao Registro e renovação de cadastro de Organizações Não-Governamentais, Inscrição e atualização de Serviços e Programas das Organizações Governamentais e Não-Governamentais.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Correia Pinto, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 1.632 de 26 de novembro de 2010, e à deliberação realizada em reunião extraordinária, no dia 21 de agosto de 2017, e: CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, a qual preconiza em seu artigo 227 que a criança e o adolescente é prioridade absoluta

"Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº Lei nº 1.632 de 26 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e Fundo Municipal para a Infância – FIA, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012 - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE;

CONSIDERANDO a Resolução Nº. 71 de 10 de junho de 2011, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o registro de entidade não-governamentais e da inscrição de programas de proteção e sócio-educativo

das Entidades Governamentais e Não-Governamentais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução Nº. 74 de 13 de Setembro de 2011, do Conselho Nacional dos Direitos da criança e do adolescente – CONANDA, que dispõe sobre o registro de entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a definição de parâmetros para Registro, Inscrição e Renovação de Organizações Governamentais, Não-Governamentais, Serviços e Programas, junto ao CMDCA, em conformidade com os artigos 90 e 91 do ECA, é um instrumento de orientação e padronização de documentos junto ao Conselho, visando garantir a qualidade no atendimento de crianças e adolescentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer critérios e procedimentos para o registro e renovação de registro de Organizações Não-Governamentais e a inscrição e atualização de Serviços e Programas das Organizações Governamentais e Não-Governamentais, obrigatoriamente, que atuam em Correia Pinto / SC, com sede ou não no município. O CMDCA entende como Regimes de Atendimento, o disposto no Artigo 90 do ECA (I a VIII) e mais:

I – Orientação e apoio sócio-familiar;

II – Apoio sócio-educativo em meio aberto;

III – Colocação familiar;

IV – Acolhimento institucional;

V – Prestação de Serviço a Comunidade;

VI - Liberdade assistida;

VII – Semiliberdade;

VIII – Internação;

IX – Programa de aprendizagem em formação técnico-profissional (adolescente aprendiz);

X – Acolhimento para fins culturais, esportivos e profissionais;

XI – Atenção Especializada em Saúde da Criança e do Adolescente

XII – Demais Programas ou ações desenvolvidas por entidades governamentais e não-governamentais que atendam diretamente crianças e adolescentes, em especial, sem desprezar outras, atividades de lazer, esportiva, cultural, formação educacional, empreendedora, segurança, saúde e assistencial;

XIII – Organizações, Serviços e Programas em conformidade com o artigo 2º desta Resolução.

§ 1º. Os regimes de atendimento que trata os incisos IV, V, VI, VII, VIII e X que obterem registro e inscrição; serão acompanhados por meio de visitas institucionais realizadas em frequência mínima a cada dois meses por no mínimo três conselheiros do CMDCA designados pelo plenário e pela secretaria executiva do Conselho que farão a elaboração de relatórios sobre a situação encontrada e relatarão ao CMDCA na primeira reunião ordinária após a visita.

§ 2º. As organizações que se enquadrarem nos incisos I a X do caput tem obrigatoriedade de realizar registro e inscrição neste Conselho de Direitos conforme estabelece a Legislação Federal.

Art. 2º. É facultativo o registro de Organizações Não-Governamentais e a inscrição de serviços e programas que desempenhem as seguintes atividades:

I - Estudos e pesquisas direcionados a criança e adolescente;

II - Programas de assessoria e capacitação, assim como de garantia dos direitos da criança e do adolescente;

III - Recreativas, culturais e esportivas.

Parágrafo único. As organizações aqui referidas, não estarão impedidas de apresentarem projetos para captação de recursos através do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência, porém, no momento da inscrição do projeto através de Editais abertos com tal finalidade deverão formalizar o pedido de registro da Organização e de seus serviços e programas;

Art. 3º. As Organizações Governamentais sejam elas Secretarias, Autarquias ou Fundações, não terão registro no CMDCA, devendo apenas efetuar a inscrição de seus serviços e programas. Cada Organização deverá inscrever todos os serviços ou programas que desenvolve no atendimento à crianças e adolescentes.

Art. 4º. O registro das Organizações Não-Governamentais e inscrição dos Serviços e Programas das Organizações Governamentais e Não-Governamentais devem ser requeridos no CMDCA, mediante entrega de requerimento e documentação específica, considerando os artigos 90 e 91, do ECA.

Art. 5º. As Organizações de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente deverão atender ao que segue no disposto do artigo 91 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal 8069/90).

Art. 6º. As Organizações, que executem ações descritas no Artigo 90 do ECA e Artigo 1º desta Resolução, e que tiverem sua sede em outro município, mas que desenvolvem ou venham desenvolver suas atividades no município de Correia Pinto / SC, independente de estarem sediadas neste município, poderão ser inscritas neste CMDCA, desde que apresentem projetos e programas já desenvolvidos ou a serem desenvolvidos na comunidade local em atendimento aos princípios e exigências desta resolução e da legislação que foi considerada na elaboração deste documento, bem como do registro no CMDCA onde possui sua sede.

Art. 7º. Assim que deferido o Registro ou Inscrição em favor da Organização, o CMDCA comunicará formalmente e tempestivamente o Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário.

Art. 8º. A Organização não-governamental que solicitar seu Registro, deverá obrigatoriamente solicitar a inscrição de pelo menos um serviço ou programa executado ou a ser implantado, sendo facultativa a inscrição de outros serviços ou programas. Dessa forma, terá o registro da Organização e a inscrição dos serviços e programas que executa ou que executará. No caso das organizações governamentais ligadas ao Poder Público Municipal, a inscrição é obrigatória de TODOS os seus programas e serviços destinados ao atendimento de crianças e adolescentes.

Art. 9º. A análise dos pedidos será feita por 3 (três) membros integrantes do CMDCA, designados pelo coordenador após o recebimento pela Secretaria do Conselho da totalidade da documentação solicitada, ou, em caso da ausência ou inexistência de determinado documento da apresentação de justificativa por escrito e assinada pelo representante da entidade sobre a não apresentação de determinado documento exigido nesta resolução.

§ 1º. o grupo de conselheiros designado, emitirá parecer no prazo de 15 (quinze dias) úteis, após o recebimento da documentação e ciência da designação para discussão e deliberação em reunião do CMDCA. Em caso de aprovação do requerimento, a Secretaria emitirá Certificado de Registro para a Organização.

§ 2º. o parecer aludido no caput, somente será despachado a plenária, caso toda a documentação requerida esteja rigorosamente correta. Salvo se a comissão entender na interpretação social do Estatuto da Criança e do Adolescente em defesa do interesse maior da criança, requeira adequações conforme o parágrafo 2º do Artigo 10º desta Resolução.

## CAPÍTULO I

### DO REGISTRO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

#### Seção I

Dos Documentos para Registro das Organizações Não-Governamentais

Art. 10. Para obtenção do registro deverá ser apresentado os seguintes documentos:

I – Requerimento, datado e assinado pelo representante legal, informando qual regime de atendimento executa descritos no Art. 1º desta Resolução (Anexo I);

II – Cópia do Estatuto Social da Organização Não Governamental, com registro atualizado no cartório competente, que estabeleça, entre seus objetivos institucionais, o atendimento à criança e ao adolescente, ou ata de reunião da entidade que mencione a aprovação de execução de projeto ou programa específico (descrevendo o resumidamente o projeto) relacionado ao atendimento de crianças e adolescentes neste município;

III – Cópia da Ata de Eleição e posse da atual diretoria;

IV – Cópia do cartão do CNPJ, em situação ativa e atualizada;  
V – Alvará Sanitário ou o seu protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade ou documento oficial que justifique a não apresentação deste, quando a organização desenvolver atividades descritas nos incisos IV, VI, VIII, IX e X do artigo 1º desta resolução;

VI – Projeto Político Pedagógico da Organização em Correia Pinto / SC. (obrigatório para as Organizações descritas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do artigo 1º desta Resolução (Anexo III);

§ 1º. O Registro das Organizações Não-Governamentais poderá ser solicitado a qualquer tempo.

§ 2º. Após a análise e aprovação da documentação apresentada, o CMDCA, através de comissão designada pelo plenário, realizará obrigatoriamente visita "in loco" às Organizações solicitantes cujo regime de atendimento refere-se aos itens IV, V, VI, VII, VIII e X do Art. 1º desta Resolução, considerando os preceitos estabelecidos no art. 92 do ECA. As demais Organizações poderão receber visitas ou não, dependendo do interesse do Conselho ou por provocação a qualquer tempo.

§ 3º. Poderá ser emitido o Registro Provisório, de até um ano, para Organizações que mantenham serviços e programas, que ainda estão por se instalar no município na ocasião do seu pedido de registro/inscrição ou ainda a Organizações que necessitam passar por qualquer adequação e cujo parecer da Comissão de Normas e Registros e Plenária forem favoráveis. Neste caso, o pedido de registro definitivo deverá ser apresentado pela organização e que passará por deliberação do CMDCA atendendo as exigências para a inscrição em caráter definitivo.

§ 4º. No caso de registro provisório, e que em favor da organização seja outorgado o registro oficial, o tempo em que a organização esteve sob avaliação e adequação de suas atividades na forma do parágrafo anterior, será descontado devendo totalizar o tempo de registro em 4 (quatro) anos conforme estabelece o artigo 11 desta resolução.

## Seção II

### Da Renovação de Registro

Art. 11. O Registro das Organizações Não-Governamentais tem validade de 4 (quatro) anos, observando o §2º, do art. 91 do ECA. Devendo ser solicitada sua renovação impreterivelmente até 90 (noventa dias) antes de expirar sua validade, mediante requerimento de renovação (anexo I) acompanhada da documentação atualizada Exigida por esta Resolução, a fim de ser avaliada por comissão designada e aprovada em Plenária do CMDCA.

§ 1º. Para fins dessa Resolução, se entende renovação o ato de apresentação de documentos para obtenção de nova validade para o registro, devendo ser feito quadrienalmente, salvo exceções previstas no §3º, do Artigo 10º desta Resolução.

§ 2º. Em caso de não haver alteração nos incisos II e III, do Art. 10, deve ser feita uma justificativa de não alteração.

Art. 12. A comissão terá 90 dias para realizar a análise do pedido de renovação, devendo emitir novo certificado se houver a aprovação pelo plenário do CMDCA.

Art. 13. A Organização que não solicitar a renovação de registro no prazo estabelecido ou que comunicar oficialmente que não está funcionando e executando suas ações, terá seu registro suspenso por seis meses, até que sejam cumpridas as exigências legais. Caso ultrapasse esse período será encaminhado para cancelamento em Reunião Ordinária do CMDCA.

## CAPÍTULO II

### DA INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS E SERVIÇOS

#### Seção I

##### Dos Documentos para Inscrição de Programas e Serviços

Art. 14. Para obtenção de inscrição de Serviços e Programas deverão ser apresentadas as seguintes documentações:

I – Requerimento, datado e assinado pelo representante legal, informando qual regime de atendimento executa descritos no Art. 1º

desta Resolução (Anexo I);

II – Alvará Sanitário ou o seu protocolo de solicitação de renovação, dentro do prazo de validade ou documento oficial que justifique a não apresentação deste, quando a organização desenvolver atividades descritas nos incisos IV, VI, VIII, IX e X do artigo 1º desta resolução;

III – Plano de Ação do exercício atual (Anexo II)

IV – Relatório das atividades desenvolvidas nos últimos 2 (dois) anos (Anexo III);

§ 1º. Em caso de inscrição de serviços e programas governamentais, deve ser apresentado os documentos que trata este caput, mais os que seguem:

I – Cópia do instrumento legal que comprove a criação do órgão público e, quando houver, do equipamento, ao qual o Serviço ou Programa é executado;

II – Decreto ou documento oficial de nomeação do representante legal do Órgão Público e do Serviço ou Programa executado.

§ 2º. A inscrição de Serviços e programas poderá ser solicitado a qualquer tempo.

Art. 15. As Organizações Governamentais e Não-Governamentais, deverão obter certificação de inscrição para cada um dos regimes de atendimento que executa. O número de certificado estará terá um sequencial ficando estipulada a seguinte fórmula: xx/xxxx [(número registro)/(ano de deferimento);

## Seção II

### Da Atualização dos Serviços e Programas

Art. 16. A cada 02 (dois) anos contados a partir de sua inscrição deverá ser realizada a atualização dos Serviços e Programas pelo CMDCA, conforme orientação do §3º, do artigo 90 do ECA.

§ 1º Parágrafo único: Para fins dessa Resolução, se entende atualização como o ato de apresentação de documentos e comprovação dos Programas e Serviços considerando o parágrafo do artigo do ECA citado neste caput.

Art. 17. Para atualização, os serviços e programas deverão apresentar à Secretaria do CMDCA, impreterivelmente até o dia 01 (Um) de maio do ano de sua validade, os seguintes documentos:

I – Requerimento de atualização, declarando e informando se houveram e quais foram as alterações estatutária, de diretoria, Recursos Humanos, Endereço ou demais alterações que sejam relevantes serem informados ao CMDCA (ANEXO I);

II - Plano de Ação dos próximos 12 meses;

III - Relatório de atividades dos últimos 02 anos;

IV - Atestado de Qualidade e Eficiência ou protocolo de solicitação, de acordo com o artigo 90, §3º, II, do ECA.

Parágrafo Único: A comissão terá 60 dias para realizar a análise do pedido, devendo emitir declaração de regularidade no mês de junho do referido ano.

## CAPÍTULO II

### DA CASSAÇÃO

Art. 18. A cassação do registro/inscrição poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I – Não observância dos critérios estabelecidos nesta Resolução;

II – Mediante denúncia fundamentada de acordo com o art. 91, parágrafo único, do ECA;

III – Deixar de oferecer ao menos um Serviço ou Programa no CMDCA.

IV – Deixar de apresentar atestado de eficiência e qualidade que alude o artigo 90 Parágrafo 3, II do ECA, ou tiver parecer negativo neste.

Art. 19. A cassação será efetivada, mediante o cumprimento dos seguintes procedimentos:

I – Avaliação do fato ou denúncia pela Comissão designada pelo coordenador do CMDCA composta por 3 (três) conselheiros;

II – Recomendação de adequação;

III – Advertência escrita;

IV – Avaliação a fim de averiguar se a recomendação foi atendida;

V – Emissão de Parecer pela cassação ou cancelamento, a ser submetido à Plenária do CMDCA, se for o caso da não adequação e regularização das atividades de organização após ser aplicado os incisos II e III deste artigo;

§1º Os procedimentos relativos à cassação, assim como, o estabelecimento dos respectivos prazos será deliberado em plenária do CMDCA.

§2º A cassação será comunicada ao Conselho Tutelar, à autoridade judiciária e ao Ministério Público, competentes.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. A Organização, Serviço ou Programa deverá encaminhar, a qualquer tempo, alteração significativa, em sua estrutura, natureza jurídica, finalidade de suas ações ou quaisquer alterações que virem a ocorrer. Também deverá fazer pedido de atualização e ou alteração no Plano de Ação apresentado, com a devida justificativa. A Comissão designada pelo coordenador deste conselho terá competência por delegação do plenário por meio desta Resolução para acolher aquelas que não modifiquem substancial e essencialmente a proposta anterior, apenas noticiando isto ao plenário, ou encaminhando a análise do mesmo aquelas cuja alteração seja substancial.

Parágrafo Único: As Organizações, a qualquer tempo, estão obrigadas a comunicar, por escrito, ao CMDCA, os casos de extinção.

Art. 21. A fim de adequar os prazos para renovação de registro e atualização de serviços e programas, a secretaria do CMDCA, irá solicitar por meio de ofício no prazo de 15 (quinze) dias após a publicação desta resolução, a renovação e atualização de todas as Organizações registradas no CMDCA até a presente data, a fim de adequar os registros e inscrições, independente delas já terem passado por este processo em anos anteriores e estarem com seus registros vigente, sendo que a documentação deverá ser encaminhada ao CMDCA no prazo de 30 (trinta) dias do recebimento da notificação.

§ 1º. Excepcionalmente, o CMDCA comunicará no mesmo prazo descrito no caput, todas as organizações governamentais e não-governamentais conhecidas deste conselho, que realizam o atendimento à crianças e adolescentes sobre a publicação desta resolução e a necessidade de inscrição e registro de entidades e programas junto ao CMDCA, além de servir esta resolução mediante sua publicação, de chamamento de organizações que eventualmente não tenham recebido comunicação por escrito prevista neste parágrafo.

§2º: Para cada processo será designada uma comissão de no mínimo 3 (três) conselheiros, nomeadas pelo coordenador do CMDCA para analisar cada caso particularmente e apresentar parecer o plenário na forma desta resolução, seja para renovação, atualização ou registro novo;

Art. 22. Os recursos do FMDCA / FIA somente poderão ser destinados a organizações regularmente credenciadas, por registro e inscrição de seus serviços e programas junto ao CMDCA, nos devidos prazos e moldes previstos nesta resolução.

Art. 23. Os casos omissos, no tocante a esta resolução, serão analisadas pelo plenário do CMDCA.

Art. 24. Esta Resolução entra em vigor na data da publicação e revogam-se as disposições em contrário especialmente, eventuais normativas e resoluções expedidas por este CMDCA que tratem sobre o tema.

Correia Pinto, 21 de agosto de 2017.

Eder Mesquita  
Coordenador do CMDCA

Rita de Cássia Alves Júlio  
Gestora FIA  
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

## RESOLUÇÃO 02/2017 CMDCA

RESOLUÇÃO 02/2017- CMDCA

Regulamenta e fixa calendário de REUNIÕES MENSIS ORDINÁRIAS do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Correia Pinto / SC e dá outras providências.

A Assembleia Geral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Correia Pinto, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 1.632 de 26 de novembro de 2010, e deliberação realizada em reunião extraordinária, no dia 21 de agosto de 2017:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido o calendário anual de reuniões ordinárias deste Conselho que se aplicará aos meses dos anos de 2017 e 2018, coincidindo sempre nas segundas quartas-feiras de cada mês, sempre com horário de início às 09:00 horas e término previsto para às 10:30 horas.

Art. 2º. O local das reuniões futuras será sempre definido ao término de cada reunião ordinária e acontecerá sempre na sede de uma entidade regularmente registrada junto a este Conselho.

Art. 3º. A primeira reunião ordinária acontecerá na sede da Associação Comunitária Dona Ema Sevei.

Art. 4º. As reuniões acontecerão conforme tabela a seguir:

Dia	Hora	Local
13/09/2017	09:00	Associação Comunitária Dona Ema Sevei
11/10/2017	09:00	
08/11/2017	09:00	
13/12/2017	09:00	
10/01/2018	09:00	
14/02/2018	09:00	
14/03/2018	09:00	
11/04/2018	09:00	
09/05/2018	09:00	
13/06/2018	09:00	
11/07/2018	09:00	
08/08/2018	09:00	
12/09/2018	09:00	
10/10/2018	09:00	
14/11/2018	09:00	
05/12/2018	09:00	

Art. 5º. As reuniões previamente agendadas na planilha do artigo 4º e que por ventura caíam em feriado nacional, estadual ou municipal, ocorrerão na próxima quarta-feira do mesmo mês.

Art. 6º. Ficam desde já, por meio desta resolução CONVOCADOS todos os membros deste Conselho, titulares e suplentes para participarem de tais reuniões.

Parágrafo único. Fica assegurada a participação nas reuniões deste conselho a comunidade em geral, especialmente os representantes de entidades governamentais e não-governamentais que integram a rede de proteção da criança e do adolescente com atuação neste município, ficando garantida o direito de expressarem suas opiniões.

Art. 7º. Fica a coordenação do conselho autorizada a convocar independentemente das reuniões aqui agendadas, reuniões ou assembleias extraordinárias conforme determina a legislação vigente.

Art. 8º. Os casos omissos, no tocante a esta resolução, serão analisadas pelo plenário do CMDCA.

Art. 9º. Esta Resolução entra em vigor na data da publicação e revogam-se as disposições em contrário especialmente, eventuais normativas e resoluções expedidas por este CMDCA que tratem sobre o tema.

Correia Pinto, 21 de agosto de 2017.

Eder Mesquita  
Coordenador do CMDCA

Rita de Cássia Alves Júlio  
Gestora FIA  
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

# Corupá

## PREFEITURA

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/17**

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 063/17

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM, TIPO MINIVAN, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, DEVIDO A GRANDE DEMANDA EXISTENTE, conforme especificações contidas no Termo de Referência do Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 28/08/2017 às 09h00min do dia 12/09/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 12/09/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 13h30minh às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 28 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 083/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 083/2017, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso III da Lei Municipal n.º 863 de 07 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 30.000,00 (Trinta Mil Reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Educação Infantil	365
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Manutenção do Ensino Infantil	2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (53)
		30.000,00

Art. 2º. Para cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, será através da redução parcial na seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Educação Infantil	365
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Manutenção do Ensino Infantil	2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (52)
		30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do prefeito, 28 de Agosto de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL 885/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 885, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER À PERMUTA DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a permutar imóvel de propriedade do Município de Cunhataí por imóvel de propriedade do Srº Marino Both e sua esposa Selma Both.

Art. 2º. O imóvel de propriedade do Município de Cunhataí a ser permutado compreende 869,46 m² (oitocentos e sessenta e nove

metros e quarenta e seis centímetros quadrados), sem benfeitorias, situado no lote urbano nº 04, da quadra nº 36, na Rua João Sehnen, Município de Cunhataí- Estado de Santa Catarina, confrontando: ao Norte, com a Rua João Sehnen, na extensão de 22,37 metros; ao Sul, com área verde, na extensão de 29,18 metros; ao Leste, com área remanescente na extensão de 33,74 metros, de propriedade de Vitor Hemsing; ao Oeste, com os lotes urbanos nºs 1 e 2 e parte do lote urbano nº 3, na extensão de 35,24 metros, de propriedade de Vitor Hemsing, conforme Matrícula no 11.203, do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos, avaliado em R\$ 58.666,66 (cinquenta e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais com sessenta e seis centavos).

Art. 3º. O imóvel de propriedade do Srº Marino Both e sua esposa Selma Both a ser permutado compreende 2.150 m² (dois mil cento e cinquenta metros quadrados), sem benfeitorias, situado no lote urbano nº 1, da quadra nº 2, no Loteamento Cunhataí, Município de Cunhataí-

Estado de Santa Catarina, confrontando: ao Norte, com o Lajeado Barra Pequena; ao Sul, com os lotes urbanos nºs 2 e 5 de propriedade de Renito José Theisen, na extensão de 97,85 metros; ao Leste, com a Rua São Carlos, na extensão de 14,05 metros; ao Oeste, com a Avenida 4 de Julho, na extensão de 8 metros, conforme Matrícula no 8.783, do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos, avaliado em R\$ 78.666,66 (setenta e oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais com sessenta e seis centavos).

Art. 4º. Os valores constantes nos artigos 2º e 3º desta lei foram obtidos através da realização de uma média das avaliações da Corretora de Imóveis CRECI SC-20179, Corretor de Imóveis CRECI SC-027463 e de Comissão nomeada através do decreto nº 057/2017 de 22 de Junho de 2017.

Art. 5º. A permuta de que trata esta Lei, se processará de igual para igual, com base na avaliação dos imóveis, sendo que não caberá ao Município o pagamento de qualquer diferença ou ônus, em virtude do interesse de ambas as partes na referida permuta.

Art. 6º. Compete à Secretaria Municipal da Administração, os trâmites necessários à escrituração das áreas.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cunhataí-SC, em 25 de Agosto de 2017.

nºs 565, 2.042 e 2.041), pelo Lajeado Barra Pequena, por linha sinuosa, onde mede 755,52 metros, conforme Matrícula no 14.078, do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos, avaliado em R\$ 113.333,33 (cento e treze mil, trezentos e trinta e três reais com trinta e três centavos).

Art. 4. Os valores constantes nos artigos 2º e 3º desta lei foram obtidos através da realização de uma média das avaliações da Corretora de Imóveis CRECI SC-20179, Corretor de Imóveis CRECI SC-027463 e de Comissão nomeada através do decreto nº 066/2017 de 22 de Junho de 2017.

Art. 5º. A permuta de que trata esta Lei, se processará de igual para igual, com base na avaliação dos imóveis, sendo que não caberá ao Município o pagamento de qualquer diferença ou ônus, em virtude do interesse de ambas as partes na referida permuta.

Art. 6º. Compete à Secretaria Municipal da Administração, os trâmites necessários à escrituração das áreas.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cunhataí-SC, em 25 de Agosto de 2017.

Luciano Franz

Prefeito Municipal

## **LEI MUNICIPAL 886/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017**

LEI MUNICIPAL Nº 886, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER À PERMUTA DE ÁREA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do poder Executivo Municipal autorizado a permutar imóvel de propriedade do Município de Cunhataí por imóvel de propriedade do Srº Elton Both e sua esposa Maria Lioni Kuhn Both.

Art. 2º. O imóvel de propriedade do Município de Cunhataí a ser permutado compreende 1.524,00 m² (mil quinhentos e vinte e quatro metros quadrados), sem benfeitorias, situado no lote urbano nº 02, da quadra nº 59, no lado par da Rua Sereno Endler, no Loteamento Marschall, Município de Cunhataí- Estado de Santa Catarina, a uma distância de 14,06 metros do lote rural nº 69, com as seguintes confrontações: ao Norte, com parte do lote rural nº 70, onde mede 127 metros; ao Sul, com o lote urbano nº 01, onde mede 127 metros; ao Leste, com parte do lote rural nº 70, onde mede 12 metros; e ao Oeste, com a Rua sereno Endler, onde mede 12 metros, conforme Matrícula no 12.734, do Cartório de Registro de Imóveis de São Carlos, avaliado em R\$ 83.333,33 (oitenta e três mil trezentos e trinta e três reais com trinta e três centavos).

Art. 3º. Do imóvel de propriedade do Srº Elton Both e sua esposa Maria Lioni Kuhn Both serão permutados 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) com benfeitorias, sendo uma sede mista e um campo de futebol; área esta a ser posteriormente desmembrada de uma área maior que compreende 219.000,00 m² (duzentos e dezenove mil metros quadrados), com benfeitorias,

situado no lote rural nº 67, na Linha Cunhataí, Município de Cunhataí- Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações: ao Noroeste, com parte dos lotes rurais nº 03 e 94 (mat. nºs 1.697 e 13.072) onde mede 598,75 metros; ao Sul, com o lote rural nº 66 (mat. nºs. 10.092 e 10.381), onde mede 1.005,17 metros; e ao Nordeste, com o lote rural nº 04 e parte do lote rural nº 05 (mat.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA -EDITAL DE CONVOCAÇÃO - LDO 2018 E LOA 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Administração Municipal, em atenção às disposições previstas na Lei 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal CONVIDA a população em geral, instituições públicas, autoridades, organizações não governamentais dos vários segmentos da sociedade e demais interessados para participarem de AUDIÊNCIA PÚBLICA, para apresentação e coleta de sugestões referente à LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS/ LDO 2018 e LEI ORÇAMENTÁRIA/ LOA 2018 do Município de Curitibanos.

DATA: 31 DE AGOSTO DE 2017

HORÁRIO: 19:30 HORAS

LOCAL: AUDITÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Roque Stangerlin

Prefeito Municipal em Exercício

### DECRETO Nº 4.909/2017

DECRETO Nº 4.909/2017

ALTERA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE CURITIBANOS NOMEADOS PELO DECRETO Nº 4.801/2016.

Roque Stangerlin, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e Lei n. 5.827/2016:

#### DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a composição dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural e Curitibanos, nomeados pelo Decreto n. 4.801/2016 em razão do afastamento de alguns membros, que passa a ser constituída de acordo com os termos do presente Decreto:

I – 10 (dez) representantes da Sociedade Civil Organizada dos seguintes segmentos culturais de Curitibanos:

a) 01 (um) representante da área de artes cênicas, compreendendo teatro, dança, circo e ópera;

Titular: Marli Dias

Suplente: Fernanda Rodrigues Maciel

b) 01 (um) representante da área de audiovisual, compreendendo cinema, vídeo, internet, televisão e rádio;

Titular: Rubiane Moraes Lima

Suplente : Neiva da Cruz Germiniani

c) 01 (um) representante da área de artes visuais, compreendendo fotografia, artes plásticas, design, artes gráficas e tecnológicas;

Titular: Carlos José Suzuki da Silva

Suplente: Pablo João Souza

d) 01 (um) representante da área de artesanato, cultura popular e demais manifestações culturais tradicionais;

Titular: Reginaldo Cordeiro dos Santos

Suplente: Edilaine Neves Grobe Sclaro

e) 01 (um) representante da área de literatura (pesquisas, estudos de caráter científico no âmbito literário, dentre outros);

Titular: Antonio Carlos Popinhak

Suplente: Sebastião Luiz Alves

f) 01 (um) representante da área da Música;

Titular : Angela Raczkovi

Suplente: Elaine Bittencourt Cabral

g) 01 (um) representante da área de História e Memória Cultural ( patrimônio cultural, arquivos, Bibliotecas, pesquisa e documentação);

Titular: Luci de Fátima Mello

Suplente: Luiz Antônio Cidral da Costa

h) 01 (um) representante de Organizações não governamentais (ONG's) do Município;

Titular: Giovana Aparecida Kruker

Suplente: Lais Gabriela Leite de Castilho

i) 01 (um) representante do comércio local;

Titular: Maria Elisangela Moreira

Suplente: Ivonete Barbosa dos Santos

j) 01 (um) representante dos empresários locais.

Titular: Jose Greison da Silva Rocha

Suplente: sem indicação

II – 08 (oito) representantes do Poder Público Municipal de Curitibanos:

a) 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal;

Titular: Rafael Gobbi

Suplente: Hellen Cristina Molin

b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – área da Educação.

Titular: Sandra Teresinha Simas de Oliveira

Suplente: Sandra do Prado Pereira

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – área da Cultura;

Titular: Gesiele Moraes do Prado de Almeida

Suplente: Suzanete Grezele

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;

Titular: Anna Christina Ribeiro

Suplente: Dorneli Luiz Serena

e) 01 (um) representante da Secretaria de Esportes e Lazer

Titular: Osni Jean Valim

Suplente: Nelson Antunes da Cruz Junior

f) 01 (um) representante da Secretaria de Planejamento;

Titular: Lenora Elisa Borsarini

Suplente: Aneliese Lang

g) 01 (um) representante da Secretaria de Administração e

Finanças;  
Titular: Elizete Bueno da Rocha  
Suplente: sem indicação

h) 01 (um) representante da Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

Titular: Ana Lucia Silva Ribeiro  
Suplente: Josiane Beatriz Azeredo

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de agosto de 2017.  
Roque Stanguerlin  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal  
Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

### **DECRETO Nº 4.910/2017**

DECRETO Nº 4.910/2017

DESIGNA EQUIPE MUNICIPAL PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e

#### **DECRETA**

Art. 1º. Ficam designados os membros abaixo para compor a equipe municipal incumbida de realização do Diagnóstico Socioambiental do Município de Curitiba em cumprimento a item 7.2 da Cláusula sétima do contrato celebrado junto ao CIMCATARINA:

- Valmir Venturi – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
- Anajara Mello - Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
- Diego Luiz Finger Granemann – Secretaria de Planejamento e Urbanismo
- Orlando Kantovisk Junior – Secretaria de Administração e Finanças
- Alain Douglas Agostini Antonio – Procuradoria Jurídica
- Eduardo Di Domenico Righes – Secretaria Municipal da Agricultura, Meio Ambiente, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de agosto de 2017.  
Roque Stanguerlin  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Lenora Elisa Borsarini  
Secretaria de Planejamento e Urbanismo

### **DECRETO Nº 4.911/2017**

DECRETO Nº 4.911/2017

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

#### **D e c r e t a**

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.851/2016:

#### **INCLUI FONTE DE RECURSO**

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.08 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER  
27.813.0029.1014 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - SECRET. ESPORTES  
4490000000.00.1064 APLICAÇÕES DIRETAS

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.08 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER  
27.812.0029.2073 MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E RE-CREATIVAS  
3390000000.00.1064 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 5.851/2016, no montante de R\$ 99.945,89 (noventa e nove mil, novecentos e quarenta e cinco reais, oitenta e nove centavos) a saber:

#### **SUPLEMENTA**

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.08 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER  
27.813.0029.1014 EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE - SECRET. ESPORTES  
4490000000.00.1064 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
..... R\$ 1.734,80

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.08 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER  
27.812.0029.2073 MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E RE-CREATIVAS  
3390000000.00.1064 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
..... R\$ 98.211,09

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 99.945,89

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte recursos provenientes do CONTRATO DE APOIO No. 2017TR 001184 firmado com o Estado de Santa Catarina através da SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE, no valor de R\$ 99.945,89 (Noventa e nove mil novecentos e quarenta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de agosto de 2017.  
Roque Stanguerlin  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da

Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº 4.912/2017**

DECRETO Nº 4.912/2017

ALTERA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS NOMEADOS PELO DECRETO Nº 4.906/2017.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma do art. 9º da Lei Complementar nº 026/2002:

DECRETA

Art. 1º. Fica alterada a composição da Comissão de Concurso Público e Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto nº 4.906/2017 substituindo-se a servidora Cleusa Maria Pomieciniski, representante da Secretaria de Educação e Cultura, pela servidora Joelma Aparecida Vargas, representante da mesma Secretaria.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de agosto de 2017.

Roque Stanguerlin

Prefeito Municipal e.e.

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **DECRETO Nº 4.913/2017**

DECRETO Nº 4.913/2017

INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E TERAPÊUTICA DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e Considerando a Política Nacional de Medicamentos, aprovada pela Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece no item 3.1, como uma de suas diretrizes, a adoção de Relação de Medicamentos Essenciais e, como uma de suas prioridades; Considerando a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, aprovada pela Resolução CNS nº 338, de 6 de maio de 2004, que define como um de seus eixos estratégicos, no inciso I do art. 2º, a garantia de acesso e equidade às ações de saúde, incluindo a Assistência Farmacêutica;

Considerando que de acordo com a Política Nacional de Medicamentos oficializada pela Portaria nº 1.044 de 05/05/2010, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) deve ser a base para a organização de listas estaduais e municipais, visando o processo de descentralização da gestão, tornando-se, portanto, meio fundamental para orientar a prescrição, a dispensação e o abastecimento de medicamentos, particularmente no âmbito do

Sistema Único de Saúde;  
DECRETA

Art. 1º. Fica instituída a COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, e TERAPÊUTICA, essencial ao Sistema Municipal de Saúde, que têm entre os principais objetivos o estabelecimento da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME); a discussão e recomendação de protocolos de condutas clínicas, e a assessoria técnica relativas aos aspectos éticos e de biossegurança médica.

Art. 2º. São as atribuições da Comissão, dentro de um processo dinâmico, contínuo, multidisciplinar e participativo:

- a) Assessorar a Secretaria Municipal de Saúde e suas áreas técnicas;
- b) Discutir e validar Protocolos Clínicos e Terapêuticos de interesse do Sistema Municipal de Saúde;
- c) Elaborar, atualizar e divulgar periodicamente a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME);
- d) Definir normas e diretrizes para a avaliação da prescrição, dispensação e utilização de medicamentos constantes na REMUME;
- e) Avaliar e emitir parecer sobre as solicitações de inclusão, exclusão ou substituição de itens da REMUME;
- f) Propor ações educativas e informativas visando o uso racional de medicamentos.

Art. 3º. A elaboração da REMUME terá como referência a última lista em utilização pelo município, a de medicamentos essenciais da OMS, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), os protocolos de tratamento clínicos publicados pelo Ministério da Saúde e entidades científico-profissionais nacionais e internacionais e os diversos trabalhos da revisão da farmacoterapia baseada em evidência, publicados por instituições e centros de reconhecida competência e pela colaboração de médicos, farmacêuticos e demais profissionais de saúde com sua experiência prático-teórica.

Art. 4º. A REMUME seguirá os seguintes parâmetros:

- a) Seleção de medicamentos com eficácia comprovada e documentação consistente na literatura internacional;
- b) Indicação em mais de uma doença;
- c) Disponibilidade no mercado nacional;
- d) Considerações críticas quanto ao perfil de interação, segurança, relação benefício/risco, possibilidade de ampliar a adesão ao tratamento;
- e) Facilidade de administração, manuseio, comodidade posológica e condições de armazenagem e estabilidade;
- f) As decisões devem ser baseadas em custo apenas após a segurança, eficácia e necessidades terapêuticas serem estabelecidas;
- g) A classificação da REMUME deve estabelecer a disponibilidade dos medicamentos nos vários níveis de atenção: uso geral, uso hospitalar, uso restrito e alto custo.

Art. 5º. A Comissão contará, entre profissionais de saúde, obrigatoriamente, com médicos, farmacêuticos, enfermeiros e odontólogos, bem como identificará a necessidade de consultores nas áreas de terapêutica e farmacologia clínica, quando necessário.

Art. 6º. A solicitação de inclusão, exclusão ou substituição de qualquer medicamento, pelos profissionais de saúde da rede de SMS, bem como pelas empresas da indústria e comércio de medicamentos, será registrada através de formulário próprio encaminhado à Comissão. O retorno da análise feita pelos membros da Comissão ao profissional requisitante será de responsabilidade do Coordenador da Comissão.

Art. 7º. A Comissão será composta pelos membros nominados abaixo, sob a do Responsável Técnico da Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal da Saúde e vinculada ao Gabinete do Secretário Municipal de Saúde.

- Bárbara Luana Gomes Roveda - Farmacêutica

- Luely Kadowaki Katto - Enfermeira  
- Marcelo Finger - Odontólogo  
- Edson Mauro da Silva - Médico

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 15 de agosto de 2017.  
Roque Stanguerlin  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário de Saúde

### **DECRETO Nº 4.914/2017**

DECRETO Nº 4.914/2017

ALTERA O ART. 7º DO DECRETO Nº 4.876/2017 PARA INCLUIR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL PARA CESSÃO REMUNERADA.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e

DECRETA

Art. 1º. O art. 7º do Decreto n. 4.876/2017 que fixa valores dos serviços de máquinas e cessão de equipamentos do Patrimônio do Município passa a vigorar com as seguintes alterações :

Art. 7º - Os valores ficam estabelecidos conforme segue:

#### **HORA/MAQUINA/CAMINHÃO**

Retroescavadeira .....	R\$ 60,00
Caminhão Caçamba .....	R\$ 40,00
Caminhão Caçamba (Valor por quilometro) .....	R\$ 1,50
Trator Agrícola .....	R\$ 40,00
Caminhão Carroceria .....	R\$ 40,00
Caminhão Carroceria (Km) .....	R\$ 1,50

#### **DIARIA/IMPLEMENTOS**

Britador de pedras acoplado .....	R\$ 15,00
Carreta .....	R\$ 15,00
Grade Niveladora .....	R\$ 12,00
Arado/Escarificador (Pé de Pato) .....	R\$ 10,00
Grade Aradora .....	R\$ 40,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Curitibanos, 18 de agosto de 2017.  
Roque Stanguerlin  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Luiz Fernandes Popinhack França  
Secretário Agricultura, Meio Ambiente e Des. Rural

### **DECRETO Nº 4.915/2017**

DECRETO Nº 4.915/2017

INSTITUI O PLANEJAMENTO ANUAL DE PREVENÇÃO QUE CONSTA NO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, - PCMSO AOS EMPREGADOS PÚBLICOS REGIDOS PELA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e,

DECRETA

Art. 1º. Fica instituído o planejamento anual de prevenção que consta no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de cada secretaria aos empregados públicos regidos pela CLT, sob a supervisão do Departamento de Recursos Humanos vinculado a Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º. Os empregados públicos regidos pela CLT, deverão realizar exames médicos periódicos, de acordo com os intervalos mínimos de tempo abaixo discriminados:

a) para trabalhadores expostos a riscos ou a situações de trabalho que implique desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional, ou, ainda, para aqueles que sejam portadores de doenças crônicas, os exames deverão ser repetidos:

a.1) a cada ano ou a intervalos menores, a critério do médico encarregado, ou se notificado pelo médico agente da inspeção do trabalho, ou, ainda, como resultado de negociação coletiva de trabalho;

a.2) de acordo com a periodicidade especificada no Anexo n.º 6 da NR 15, para os trabalhadores expostos a condições hiperbáricas;

b) para os demais trabalhadores:

b.1) anual, quando menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 45 (quarenta e cinco) anos de idade;

b.2) a cada dois anos, para os trabalhadores entre 18 (dezoito) anos e 45 (quarenta e cinco) anos de idade.

Art. 3º. Fica instituída a Ordem de Serviço por atividade do emprego público existente no Município conforme anexo I.

Art. 4º. Cabe ao Departamento de Recursos Humanos promover a entrega da ordem de serviço a cada servidor mediante recebimento, bem como promover o controle e agendamento dos exames periódicos.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 17 de agosto de 2017.  
Roque Stanguerlin  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete na portaria e mural público da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 4.917/2017**

DECRETO Nº 4.917/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NA FORMA DA LEI Nº 5.938/2017

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo

artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

## Decreta

Art. 1º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.938/2017 no montante de R\$ 111.280,12 (cento e onze mil, duzentos e oitenta reais, doze centavos) a saber :

### ANULAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.035 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FUNDO DE SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .....

..... R\$ 111.280,12

TOTAL DA ANULAÇÃO .....

..... R\$ 111.280,12

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.938/2017 no montante de \$ 111.280,12 (cento e onze mil, duzentos e oitenta reais, doze centavos) a saber :

### SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .....

..... R\$ 111.280,12

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....

..... R\$ 111.280,12

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2017.

Roque Stanguerlin

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dezoito dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten

Secretário de Saúde

## DECRETO Nº 4.918/2017

DECRETO Nº 4.918/2017

INCLUI AÇÃO E ALTERA ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL 2014-2017, INCLUI AÇÃO NO RELATÓRIO DE METAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS POR PROGRAMAS DA LEI Nº 5.833/2016 – LDO/2017, ABRE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA DA LEI Nº 5.941/2017

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

## Decreta

Art. 1º - Fica incluída no Anexo Programas de Governo constantes da lei nº 5.051/2013 que compõem o Plano Plurianual 2014-2017, a seguinte ação:

Programa 0014 – EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA

Ação: 1.044 – AQUISIÇÃO DE TERRENO ENSINO INFANTIL

Art. 2º - Fica incluído no Relatório das Metas e prioridades das

despesas por programa da Lei n. 5.833/2016 que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, a seguinte ação:

Ação: 1.044 – AQUISIÇÃO DE TERRENO ENSINO INFANTIL

Art. 3º - Abre crédito especial junto a Lei nº 5.851/2016 do orçamento da Prefeitura de Curitiba no valor de R\$ 1.340.000,00 (Um milhão trezentos e quarenta mil reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, na forma da Lei n. 5.941/2017 a saber:

### ABRE CRÉDITO ESPECIAL

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1044 AQUISIÇÃO DE TERRENO ENSINO INFANTIL

4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$

800.000,00

4490000000.00.3036 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$

540.000,00

Art. 4º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial terão origem no excesso de arrecadação do RECURSO DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), e no superávit financeiro do Exercício 2016 de RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO no valor de R\$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de agosto de 2017.

Roque Stanguerlin

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e três dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## LEI Nº 5.934/2017

LEI Nº 5.934/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR CONVÊNIO DE CO-OPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FMAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Assistência Social, autorizado a firmar Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.341/0001-80, para execução do serviço de acolhimento institucional para idosos, conforme Plano de trabalho aprovado no Termo de Dispensa de chamamento público n. 04/2017.

Art. 2º - O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do Presente termo de colaboração é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cujo repasse será efetuado em quatro parcelas a partir do mês de agosto de 2017.

Art. 3.º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2014 MANUT. DAS ATIV. FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL

3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR .....  
R\$ 50.000,00

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 14 de agosto de 2017.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quatorze dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Marcio Damiani Poletto de Souza

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

### LEI Nº 5.935/2017

LEI Nº 5.935/2017

DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA NA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NA RUA POSSIDÔNIO PEREIRA DE CAMARGO.

Roque Stangerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover a instituição, lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria, através da edição e publicação de edital específico nas obras de pavimentação asfáltica da rua Possidônio Pereira de Camargo no Bairro Água Santa nesta cidade, com extensão de 467,85 m², na forma disposta pelo art. 82 do Código Tributário Nacional e Lei Complementar n. 093/2013, observados os seguintes critérios:

I – serão considerados beneficiados apenas os imóveis que possuíam frente para a via indicada;

II – o valor da contribuição de melhoria terá como limite individual a valorização do imóvel beneficiado em decorrência da execução das obras, e como limite total a soma das valorizações, observado o percentual do custo final de cada obra.

Art. 2º Para cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração publicará edital prévio à execução das obras, contendo, entre outros elementos julgados convenientes, os seguintes:

I – A obra de pavimentação da rua Possidônio Pereira de Camargo terá início na rua Avelino Fontana e término na Rua Cornélio de Haro Varela no Bairro Água Santa com extensão de 467,85 m²

II – A obra seguirá o memorial descritivo anexo que passa a fazer parte integrante desta lei.

III – Valor total da Obra : R\$ 498.044,01

Contra partida do Município : R\$ 103.844,01

Recursos Governo Federal : R\$ 394.200,00

IV – A Parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição será feita com base na valorização de cada imóvel beneficiado, com o correspondente plano de rateio, conforme consta do laudo de avaliação e da respectiva planilha de custos que passam a integrar a presente lei, tendo como base de cálculo o valor da contra partida do Município.

Art. 3º Após a conclusão, será publicado o demonstrativo do custo

final de cada obra, seguindo-se o lançamento da Contribuição de Melhoria.

Parágrafo Único. No lançamento, sua notificação e demais aspectos não especificados nesta Lei, serão observados as normas e procedimentos estabelecidos na Lei Complementar n. 093/2013

Art. 4º. O edital respectivo estabelecerá o prazo de 30 (trinta dias) para impugnação pelos interessados, de quaisquer dos elementos referidos nos incisos anteriores, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sendo que a impugnação será dirigida ao diretor de tributos para decisão.

Parágrafo Único - A impugnação será julgada pelo diretor de tributos, com possibilidade de recurso da decisão em última instância ao conselho formado pelos Secretários de Administração, Planejamento e Obras no prazo de 15 dias da ciência da decisão.

Art. 5º O cálculo do valor da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial ou total da obra considerando o valor da contra partida do Município e levará em conta a situação do imóvel, percentual de valorização, respeitado o limite individual de valorização do imóvel.

Parágrafo Único: Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis.

Art. 6º. O lançamento da Contribuição de Melhoria será notificado ao sujeito passivo pessoalmente ou pela via postal no endereço constante do cadastro, sendo obrigação do contribuinte mantê-lo atualizado.

Parágrafo Único: Não sendo encontrado o sujeito passivo no endereço constante de seu cadastro ou recusada a notificação, será o mesmo notificado por edital.

Art. 7º. Discordando do lançamento, o contribuinte poderá encaminhar, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, pedido de revisão fundamentado à autoridade lançadora, contra:

I - erro na localização ou na área territorial do imóvel;

II - Cálculo dos índices atribuídos;

III - valor da Contribuição de Melhoria;

IV - valor da valorização do imóvel.

§ 1º O pedido de revisão suspende a exigibilidade do crédito tributário.

§ 2º Da decisão da autoridade lançadora caberá recurso ao Secretário da Administração.

Art. 8º. Julgada procedente a reclamação, será revisto o lançamento e concedido ao contribuinte prazo de 15 (quinze) dias para pagamento dos débitos vencidos ou da diferença apurada, sem acréscimo.

Parágrafo Único. No caso de indeferimento o contribuinte responderá pelo pagamento de multa, juros de mora, atualização monetária e outras cominações eventualmente cabíveis.

Art. 9º. O pagamento da contribuição de melhoria se dará na forma e no tempo previstos na Lei Complementar n. 093/2013.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de agosto de 2017.

Roque Stangerlin

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.936/2017

LEI Nº 5.936/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionadas objetivando a conjugação de esforços para pavimentação e calçamento das vias públicas:

I – Ruas área Total

R. Felipe Rosa	140m X 9m	1260 m²
R. Alfredo Moraes Goetten	82m X 9m	738 m²
R. Emiliano Alves Pereira (entre a Av. Salomão C Almeida e Nerico R. dos Santos)	60m X 7m	420 m²
R. Juvenal José Rodrigues (entre a rua Prudente Visconde de Moraes e José Rogerio de Jesus)	520m X 9 m	4680 m²

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos , bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos, dentre os quais, meio fio, pó de pedra, Mão de obra do calceteiro e tubos se necessário para a rede pluvial, devendo ainda os moradores indicar um representante para execução da obra.

Parágrafo Único: A desistência de qualquer morador que tenha firmado o termo de compromisso implicará na rescisão e extinção da parceria firmada.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 15 de agosto de 2017.

Roque Stanguerlin

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos quinze dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.937/2017

LEI Nº 5.937/2017

DENOMINA VIA PÚBLICA DE "RUA SEVERIANO CASTRO ORTIZ".

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica denominada de Rua Severiano Castro Ortiz, o logradouro público sem denominação 17, situado no Bairro Bom Jesus, o

qual tem início a Leste da Rua Salvador Calomeno seguindo sentido Oeste/Leste até encontrar-se com a Rua denominada Antenor Miguel Tagliari e, paralelas a Rua Augusto Groner, ao sentido Sul, no Município de Curitiba/SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, 17 de agosto de 2017.

Roque Stanguerlin

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezessete dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.938/2017

LEI Nº 5.938/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ANULAR E SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anular as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.851/2016 no montante de R\$ 111.280,12 (cento e onze mil, duzentos e oitenta reais, doze centavos) a saber :

ANULAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.035 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FUNDO DE SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .....

..... R\$ 111.280,12

TOTAL DA ANULAÇÃO .....

..... R\$ 111.280,12

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde na forma autorizada pela Lei n. 5.851/2016 no montante de \$ 111.280,12 (cento e onze mil, duzentos e oitenta reais, doze centavos) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.021 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.1002 APLICAÇÕES DIRETAS .....

..... R\$ 111.280,12

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO .....

..... R\$ 111.280,12

Art. 3º . Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 18 de agosto de 2017.

Roque Stanguerlin

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal  
Altamir Carvalho Goetten  
Secretário de Saúde

### **LEI Nº 5.939/2017**

LEI Nº 5.939/2017

INSERE DISPOSITIVO À LEI Nº 2.910/1995 QUE DISCIPLINA A CONCESSÃO DE ADIANTAMENTOS A SERVIDORES MUNICIPAIS.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica inserido ao art. 1º da Lei 2.910/1995 os incisos V e VI com a seguinte redação:

“ Art. 1º . (...)

V – despesas de hospedagem e alimentação a pessoas que estejam em acolhimento institucional por determinação da Secretaria Municipal de Assistência Social quando em viagens fora do município e desde que acompanhados por servidor municipal;

VI – despesas de hospedagem e alimentação a membros de conselhos municipais em eventos fora do município, e desde que no mesmo evento esteja presente um servidor do quadro de pessoal, quando este poderá receber um adiantamento para custear as despesas do referido conselheiro.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de agosto de 2017.

Roque Stanguerlin  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **LEI Nº 5.940/2017**

LEI Nº 5.940/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PERMITIR O USO DE BEM IMÓVEL MUNICIPAL E CELEBRAR TERMO DE PERMISSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE CRISTÃ DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a permitir o uso de bem público municipal à Associação Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência - AFCD, inscrita no CNPJ sob n. 03.623.319/0001-61 constituído por uma área de terras localizada no perímetro urbano desta cidade, no Bairro São Luiz, com área de 2.200,00 m² (dois mil e duzentos metros quadrados) com uma construção em alvenaria com área de 174,25 m² e objeto da matrícula imobiliária n. 18.586, destinado a implantação de projetos sociais e comunitários da Associação.

Art. 2º O prazo da presente permissão de uso gratuito será de 10 (dez) anos, a contar da data da assinatura do termo, podendo ser

renovado uma vez por igual período.

Parágrafo Único: Transcorrido o prazo que trata o caput desse artigo o imóvel retornará à posse do município, com posse de todas as benfeitorias realizadas e sem nenhum ônus aos cofres públicos.

Art. 3º A entidade permissionária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel objeto da permissão a que se refere esta Lei.

Art. 4º Resolve-se a permissão antes de seu termo se a permissionária der ao imóvel destinação diversa da estabelecida ou descumprir cláusula resolutória do ajuste, perdendo as benfeitorias que houver feito no imóvel.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Fica revogada a Lei n. 4.133/2007

Curitiba, 23 de agosto de 2017.

Roque Stanguerlin  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL**

Termo de Permissão de Uso que entre si celebram o Município de Curitiba e a ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE CRISTÃ DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, o MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.754.044/0001-34, sito à Avenida Coronel Vidal Ramos, n.º 860, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal, em exercício, doravante denominado CEDENTE e de outro lado Associação Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência - AFCD, inscrita no CNPJ sob n. 03.623.319/0001-61 por sua presidente Ivonete Cordeiro, portadora da Cédula de Identidade n. 3.423.702 e inscrita no CNPJ sob n. 015.355.309-01 doravante denominado PERMISSIONÁRIO celebram, de comum acordo, o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 5.940/2017 de 23 de agosto de 2017, no § 1º do artigo 105 da Lei Orgânica do Município, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O MUNICÍPIO, através do presente instrumento, permite o uso pela ASSOCIAÇÃO permissionária, de forma gratuita, de uma área de terras localizada no perímetro urbano desta cidade, no Bairro São Luiz ao lado norte da rua Apolinário S. Ribeiro, com área de 2.200,00 m² (dois mil e duzentos metros quadrados) com uma construção em alvenaria com área de 174,25 m² e objeto da matrícula imobiliária n. 18.586, destinado a implantação de projetos sociais e comunitários da Associação.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O prazo da presente permissão de uso será de 10 (dez) anos, iniciando-se na data de assinatura deste termo, podendo ser renovado pelo mesmo período se for requerido antes do vencimento e existir interesse público que o justifique.

§1º Poderá o imóvel retornar à posse do Município de Curitiba, antes do prazo previsto nesta cláusula, mediante notificação prévia de 30 dias.

§2º Findo o prazo da presente permissão e se o mesmo não tiver sido expressamente renovado, o PERMISSIONÁRIO se obriga a devolver o imóvel ao Município sem direito a reembolso de quaisquer despesas que haja tido no imóvel, ou retenção de benfeitorias que desde logo passam a integrar o Patrimônio Municipal, sem direito a qualquer indenização.

#### **CLAUSULA TERCEIRA – DAS BENFEITORIAS**

O permissionário obriga-se a conservação do imóvel cedido, podendo fazer sobre ele as construções e benfeitorias necessárias ao funcionamento de suas atividades desde que previamente

comunicadas e autorizadas pela Secretaria de Administração e Finanças.

**Parágrafo Primeiro:** As obras e benfeitorias edificadas pelo permissionário são inalienáveis, impenhoráveis e incommunicáveis, passando a integrar o Patrimônio Municipal após o vencimento do prazo da presente permissão, ou ainda em caso de dissolução da associação ou alteração da destinação de seus objetivos.

**Parágrafo Segundo :** As construções e benfeitorias edificadas passam a integrar o Patrimônio Municipal ao final do prazo contratual ou nos casos previstos neste termo.

#### CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES

##### 2.1. São obrigações do Permissionário

- zelar pela limpeza e cuidado com o patrimônio público, promovendo a limpeza do local.
- devolver o imóvel no estado que se encontra após o termino da presente permissão.
- Zelar pela conservação do local, responsabilizando-se integralmente por eventuais danos por si, ou por seus equipamentos, causados na realização dos serviços.
- Suportar o pagamento de todos os tributos eventualmente incidentes sobre o imóvel.

#### CLÁUSULA QUINTA – USO E ATIVIDADE

3.1. A presente Permissão destina-se ao uso exclusivo do permissionário, vedada a sub permissão, o empréstimo ou locação para pessoa ou entidade estranha a este Termo.

3.2. É vedado o uso do local para a realização de serviços não ligados á atividade ou para eventos particulares.

#### CLÁUSULA SEXTA - SANÇÕES

6.1. O descumprimento de quaisquer das condições previstas neste Termo, confere ao MUNICÍPIO o direito de aplicar ao PERMISSIVO as seguintes penalidades, além das já mencionadas expressamente neste instrumento:

- advertência;
- revogação da permissão de Uso.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. As construções edificações e manutenções do espaço permitido correrão à conta da permissionária.

7.5. Havendo uso indevido do imóvel, o MUNICÍPIO poderá exigir a imediata paralisação das atividades do permissionário bem como a devolução do bem sem prejuízo das demais penalidades.

#### CLÁUSULA OITAVA - REVOGAÇÃO

8.1. Constituem motivos para a revogação da presente permissão de uso:

- o não cumprimento ou o cumprimento irregular das condições previstas no presente Termo, bem como o não cumprimento de legislação federal, estadual ou municipal aplicável à espécie;
- o atraso injustificado no cumprimento das condições previstas neste Termo ou de quaisquer outras expedidas pelo MUNICÍPIO;
- o cometimento reiterado de falta punida em virtude de descumprimento deste Termo;
- a alteração das finalidades institucionais do permissionário sem prévia e expressa concordância do MUNICÍPIO;
- razões de interesse, necessidade ou utilidade públicas, devidamente justificada a conveniência do ato;
- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovada, absolutamente impeditiva do prosseguimento da permissão de uso;

8.2. Os casos de revogação acima descritos serão formalmente motivados em processo administrativo especialmente aberto para tal fim, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.3. Revogada a permissão de uso por qualquer dos motivos previstos neste Termo, será expedido aviso para desocupação do espaço permitido, onde será consignado um prazo máximo de 30 (trinta) dias para a desocupação completa e entrega do espaço.

#### CLÁUSULA NONA - FORO

9.1. Fica, desde já, eleito o foro desta Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da presente permissão de uso, abrindo-se mão de qualquer outro foro, por mais

privilegiado que seja.

9.2 Do que, para valer e constar celebrou-se o presente Termo de Permissão de Uso que, depois de lido e achado conforme, foi assinado em três vias de igual teor, valor e eficácia.

Curitiba (SC), 24 de agosto de 2017

Roque Stanguerlin	Associação Fraternidade Cristã
Prefeito Municipal	Permissionário

## LEI Nº 5.941/2017

LEI Nº 5.941/2017

**INCLUI AÇÃO E ALTERA ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL 2014-2017, INCLUI AÇÃO NO RELATÓRIO DE METAS E PRIORIDADES DAS DESPESAS POR PROGRAMAS DA LEI Nº 5.833/2016 – LDO/2017, ABRE CRÉDITO ESPECIAL.**

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ação no Anexo Programas de Governo constantes da lei nº 5.051/2013 que compõem o Plano Plurianual 2014-2017, conforme abaixo:

Programa 0014 – EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA

Ação: 1.044 – AQUISIÇÃO DE TERRENO ENSINO INFANTIL

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Relatório das Metas e prioridades das despesas por programa da Lei n. 5.833/2016 que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017, a seguinte ação:

Ação: 1.044 – AQUISIÇÃO DE TERRENO ENSINO INFANTIL

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial junto a Lei nº 5.851/2016 do orçamento da Prefeitura de Curitiba no valor de R\$ 1.340.000,00 (Um milhão trezentos e quarenta mil reais) para atender as ações desenvolvidas pela administração, a saber:

#### ABRE CRÉDITO ESPECIAL

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.1044 AQUISIÇÃO DE TERRENO ENSINO INFANTIL

4490000000.00.1001 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 800.000,00

4490000000.00.3036 APLICAÇÕES DIRETAS ..... R\$ 540.000,00

Art. 4º. Os recursos necessários para abertura do crédito especial terão origem no excesso de arrecadação do RECURSO DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), e no superávit financeiro do Exercício 2016 de RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO no valor de R\$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.842/2017.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 23 de agosto de 2017.

Roque Stanguerlin  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e três dias do mês de agosto do

ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.942/2017

LEI Nº 5.942/2017

AUTORIZA A BAIXA NO PATRIMÔNIO DA CÂMARA DE VEREADORES E A DOAÇÃO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E EM DESUSO PERTENCENTES AO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, autorizado a proceder à baixa no patrimônio do Poder Legislativo Municipal e a doação ao Poder Executivo do Município de Curitiba/SC, os bens móveis abaixo relacionados, os quais por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis ou em desuso:

Nº DO PATRIMÔNIO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
CV78	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA 1 ALTO FALANTE 12" POLEGADAS SON-TAG	1
CV79	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA 1 ALTO FALANTE 12" POLEGADAS SON-TAG	1
CV80	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA 1 ALTO FALANTE 12" POLEGADAS SON-TAG	1
CV81	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA 1 ALTO FALANTE 12" POLEGADAS SON-TAG	1
CV147	AUTO TRANSFORMADOR MOD. PLAT1500G EM FERRO BRANCO	1
CV192	CAFETEIRA MARCHESONI DE 6 LITROS AUTOMÁTICA EM AÇO E INOX COM 2 SAIDAS	1
CV194	REFRIGERADOR ELECTROLUX RED 30 SUPER	1
CV0565	NOTEBOOK ACER ASPIRE 5532 AMD ATHION 64 X2 PROCESSADOR L310 1.20 GHZ, ATI RADEON HD3200 GRAPHCS, UP TO 896MB HYPER MEMORY, 15.6 HD LCD, 2GB MEMORY, 250 GB HDD, ACER NPLIFY 802.11B/G/N.	1

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 24 de agosto de 2017.

Roque Stanguerlin  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### LEI Nº 5.943/2017

LEI Nº 5.943/2017

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE BEBEDOUROS NAS CASAS LOTÉRICAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC.

Roque Stanguerlin, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º As casas lotéricas localizadas no município de Curitiba/SC, ficam obrigadas a disponibilizarem aos seus usuários, bebedouros de água potável contendo copos descartáveis.

Art. 2º Os bebedouros deverão ser instalados na área de atendimento ao cliente, com fácil acesso e visualização.

Art. 3º As casas lotéricas não poderão cobrar pelo fornecimento de copos ou pela utilização dos bebedouros.

Art. 4º As instalações definidas na presente Lei deverão atender integralmente às normas estabelecidas pela Vigilância Sanitária.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação da presente lei, para adequação das casas lotéricas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 24 de agosto de 2017.

Roque Stanguerlin  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano dois mil e dezessete na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO 34/2017 - FMS

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 34/2017, Edital de Pregão Nº 34/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA SERVIÇOS MÉDICOS COM AS SEGUINTE ESPECIALIDADES (GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA) E (PEDIATRIA), PARA ATUAR NAS EQUIPES ESTRATÉGICAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF) DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, COM 40 HORAS SEMANAIS, INCLUINDO ALGUNS PROCEDIMENTOS DE CIRURGIA QUANDO NECESSÁRIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 13/09/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

# Ermo

## PREFEITURA

### **ERRATA - AVISO DE LICITAÇÃO Nº 17/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO (F.M.S)

ERRATA - AVISO DE LICITAÇÃO

Onde se lê : entrega de habilitação e proposta até as 08:00 hs do dia 01/09/2017 e abertura às 08:15 hs do mesmo dia.

O correto é: entrega de habilitação e proposta até as 08:00 hs do dia 04/09/2017 e abertura às 08:15 hs do mesmo dia.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 97/PMF/2017

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 97/PMF/2017

TERCEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 97/PMF/2017, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL DAS UNIDADES DE SAÚDE E DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às nove horas do dia vinte e cinco do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 97/PMF/2017. Abertos os trabalhos, o Presidente da Comissão Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo iniciou a abertura do envelope nº. 02 da Proposta de Preço das empresas DL JARDINAGEM LTDA e SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME. A comissão certificou-se que as propostas das duas empresas estavam incompletas. A empresa DL JARDINAGEM LTDA não apresentou a planilha de custo, anexo II do edital. A empresa SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME apresentou a planilha de custo em cópia do edital (não fazendo as adequações da planilha ao seu valor) e sem assinatura. A comissão certificou-se também que as duas propostas apresentavam semelhanças nos equívocos. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 25 de agosto de 2017.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

TAINARA REDIVO

Membro da Comissão

RENATA PEREIRA FRITZEN

Membro da Comissão

SEGFOR LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME

Luís Carlos Ferreira

DL JARDINAGEM LTDA

Clezio Sehnem

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 124/PMF/2017;

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 124/PMF/2017;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para a aquisição de material didático de língua inglesa, a fim de atender as necessidades educativas dos alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, bem como dos professores que atuam com essa etapa escolar no Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 21 de setembro de 2017 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br) ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 25 de agosto de 2017.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

**DECRETO Nº 145, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº 145, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.227, de 09 de março de 2017, de acordo com o que consta do Processo de Sindicância nº 004/2017 e,

CONSIDERANDO que o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância, instituída pelo Decreto nº 127, de 18 de julho de 2017, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, concluiu que o servidor SERGIO GOMES DE SOUZA, matrícula nº 789, ocupante do cargo de Mecânico, violou os deveres funcionais e proibições constantes na Lei nº 2.227/17, Estatuto, que por sua natureza poderão ocasionar pena de advertência, conforme disposto nos artigos 177, I, 178 e 179 também da Lei nº 2.227/17,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação às irregularidades apontadas no Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 127, de 18 de julho de 2017, configurada como possível violação os deveres funcionais e proibições constantes na Lei nº 2.227/17, Estatuto, que por sua natureza poderão ocasionar pena de advertência, conforme disposto nos artigos 177, I, 178 e 179 também da Lei nº 2.227/17, atribuídos ao servidor SERGIO GOMES DE SOUZA, matrícula nº 789, ocupante do cargo de Mecânico.

Parágrafo único. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será integrada pelos seguintes membros:

- I – Daniele Berti Dalmolím, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 3.179;
- II – Silvana Goulart Padoin, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2.439;
- III – Fabiane Venson, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, matrícula nº 2.722.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o(a) servidor(a) encarregado(a) de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado 18 de agosto de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 146, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº 146, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.227, de 09 de março de 2017, de acordo com o que consta do Processo de Sindicância nº 003/2017 e,

CONSIDERANDO que o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância, instituída pelo Decreto nº 129, de 18 de julho de 2017, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, concluiu que o servidor EDERSON SCHMIDT, matrícula nº 2.242, ocupante do cargo de Mecânico, infringiu os incisos I, II, III, VIII, IX e XV do art. 169 e inciso XXVI do artigo 170 da Lei nº 2.227/17, que por sua natureza poderão ocasionar pena de suspensão, conforme dispõem os artigos 177, 178 e 180 também da Lei nº 2.227/17 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Forquilha),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação às irregularidades apontadas no Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 129, de 18 de julho de 2017, configurada como possível infração aos incisos I, II, III, VIII, IX e XV do art. 169 e inciso XXVI do artigo 170 da Lei nº 2.227/17, que por sua natureza poderão ocasionar pena de suspensão, conforme dispõem os artigos 177, 178 e 180 também da Lei nº 2.227/17, atribuídos ao servidor EDERSON SCHMIDT, matrícula nº 2.242, ocupante do cargo de Mecânico.

Parágrafo único. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será integrada pelos seguintes membros:

- I – Daniele Berti Dalmolím, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 3.179;
- II – Silvana Goulart Padoin, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula nº 2.439;
- III – Fabiane Venson, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar de Educação Infantil, matrícula nº 2.722.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o(a) servidor(a) encarregado(a) de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 18 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado 18 de agosto de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AT17PMF103

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF103  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: JANETE RIBEIRO MARQUES & CIA.LTDA. - ME  
Valor ..... : R\$57.244,30 (cinquenta e sete mil duzentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/07/2017 Término: 30/06/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2017  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, PARA O FORNECIMENTO DE GAVETAS SUBTERRÂNEAS (CARNEIRAS) E TAMPAS PARA GAVETAS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE FORMA PARCELADA, PARA COLOCAÇÃO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL, SITUADO NO BAIRRO SÃO JOSÉ, NESTA CIDADE, PARA O PERÍODO DE JULHO DE 2017 A JUNHO DE 2018, CONSTANTE DO LOTE 1 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0091\_2017 - PMF - RP 0065-2017 - DOM

Aviso do Pregão Presencial nº 0091/2017– PMF  
Registro de Preço Nº 0065/2017  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Registro de Preços visando aquisição de toner e cilindro, para as impressoras utilizadas no órgão gerenciador (município de Fraiburgo), durante os meses de setembro de 2017 a agosto de 2018. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 11.09.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).  
Fraiburgo (SC), 25 de agosto de 2017.  
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### EXTRATO CONTRATUAL 109

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF109  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO VEÍCULOS ARISTIDES MALLON LTDA  
Valor ..... : R\$115.000,00 (cento e quinze mil e reais)  
Vigência ..... : Início: 01/08/2017 Término: 31/10/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 75/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO 2017 OU SUPERIOR, NA COR BRANCA, CONFIGURAÇÃO SEDAN, PORTE MÉDIO, PARA USO DO GABINETE DA PREFEITA.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF104  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: ALEXANDRE CALDEIRA EIRELI - ME  
Valor ..... : R\$156.500,00 (cento e cinquenta e seis mil e quinhentos reais)  
Vigência ..... : Início: 01/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2017  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO FUTURA DE MASSA ASFÁLTICA APLICADA, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), CONSTANTE DO ITEM 1 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS – Prefeita

#### EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF108 - Contrato Nº: CT15PMF125  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME  
Vigência ..... : Início: 02/08/2017 Término: 17/08/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 19/2015  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.1) DO CONTRATO E ADITIVOS PARA ATÉ A DATA DE 17.08.2017.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF109 - Contrato Nº: CT17PMF24  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: FEMAKS - CONSTRUTORA E INCORP. LTDA EPP  
Valor ..... : R\$67.016,09 (sessenta e sete mil e dezesseis reais e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/08/2017 Término: 30/10/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 31/2016  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME MEMORIAL JUSTIFICATIVO DO SETOR DE ENGENHARIA (ANEXO AO PROCESSO), RESULTANDO EM ACRÉSCIMO NO VALOR DE R\$ 67.016,09 (SESSENTA E SETE MIL, DEZESSEIS REAIS E NOVE CENTAVOS), CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXA AO PROCESSO.  
DIANTE DO ACRÉSCIMO, FICA ALTERADO O VALOR DO CONTRATO DE R\$ 421.967,94 (QUATROCENTOS E VINTE E UM MIL, NOVECIENTOS E SESSENTA E SETE REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS), PARA R\$ 488.984,03 (QUATROCENTOS E OITENTA E OITO MIL, NOVECIENTOS E OITANTE E QUATRO REAIS E TRÊS CENTAVOS).

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF105  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: HARMONIZE INDÚSTRIA E COM. TÊXTIL LTDA  
Valor ..... : R\$53.604,24 (cinquenta e três mil seiscentos e quatro reais e vinte e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/08/2017 Término: 30/06/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2017  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ROUPAS PARA USO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS NA CASA LAR CÉLIO THIBES DOS SANTOS, CONSTANTES DOS LOTES 1, 3, 4 E 6 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF106  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: TEPEL COMÉRCIO PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME  
Valor ..... : R\$18.804,71 (dezoito mil oitocentos e quatro reais e setenta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/08/2017 Término: 30/06/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2017  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE ROUPAS, ROUPAS DE CAMA, MESA E BANHO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS NA CASA LAR CÉLIO THIBES DOS SANTOS, CONSTANTES DOS LOTES 9 E 10 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT17PMF107  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME  
Valor ..... : R\$11.455,05 (onze mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/08/2017 Término: 30/06/2018  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2017  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE CALÇADOS, MOCHILAS ESCOLARES E BOLSAS DE VIAGEM PARA USO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS NA CASA LAR CÉLIO THIBES DOS SANTOS, CONSTANTES DOS LOTES 11 E 12 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT17PMF60 - Contrato Nº: AT17PMF90  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: JM EXTINTORES CAÇADOR EIRELI ME  
Valor ..... : R\$826,53 (oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 04/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2017  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE ATÉ 25% NA QUANTIDADE DOS ITENS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF110 - Contrato Nº: CT14PMF85  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: HBINFORMAÇÃO PROVIDOR LTDA ME

Valor ..... : R\$829,50 (oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 03/08/2017 Término: 21/05/2018  
Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA EXPRESSA DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO (ANEXO AO PAL), RESOLVEM AJUSTAR O ACRÉSCIMO DE UM PONTO DE ACESSO À INTERNET VIA FIBRA ÓTICA PARA UTILIZAÇÃO NA CASA LAR CÉLIO THIBES DOS SANTOS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18433  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: 3 S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA  
Valor ..... : R\$2.883,20 (dois mil oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 14/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 79/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PARA USO NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF111  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COOPER CONTESTADO-COOP. ASSENTADOS DA REGIÃO DO CONTESTADO  
Valor ..... : R\$170.580,15 (cento e setenta mil quinhentos e oitenta reais e quinze centavos)  
Vigência ..... : Início: 04/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 35/2017  
Objeto ..... : A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, PREVISTOS NOS ITENS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 20, 21 E 22 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF112  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COOPIFRAI - COOP.PROD.INTEG.SIST.AGROIND.  
Valor ..... : R\$147.143,40 (cento e quarenta e sete mil cento e quarenta e três reais e quarenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 04/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 36/2017  
Objeto ..... : A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, PREVISTOS NOS ITENS 15, 16, 17, 18 E 19 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF110  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA  
Valor ..... : R\$1.692,27 (um mil seiscentos e noventa e dois reais e vinte e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 02/08/2017 Término: 31/08/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Nº.: 34/2017  
Objeto ..... : DISPENSA PARA REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA REFERENTE A REVISÃO DAS 750 H/T COM SUBSTITUIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS DE COMBUSTÍVEL E FILTRO DE ÓLEO DA MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 170B Nº 299.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT17PMF63 - Contrato Nº: AT17PMF72  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI ME  
Valor ..... : R\$1.517,36 (um mil quinhentos e dezessete reais e trinta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2017  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE ATÉ 25% NA QUANTIDADE DOS ITENS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT17PMF61 - Contrato Nº: AT17PMF61  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CHAPECÓ STORE INFORMÁTICA LTDA ME  
Valor ..... : R\$33.569,72 (trinta e três mil quinhentos e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 15/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2017  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE ATÉ 25% NAS QUANTIDADES DOS ITENS 1 E 33.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF112 - Contrato Nº: CT17PMF67  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: FEMAKS - CONSTRUTORA E INCORP. LTDA EPP  
Valor ..... : R\$13.346,75 (treze mil trezentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 16/08/2017 Término: 21/09/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.: 7/2017  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO PARA ACRESCER O VALOR DE R\$ 13.346,75 (TREZE MIL TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS); DIANTE DO ACRÉSCIMO, FICA ALTERADA A CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO, PASSANDO O VALOR INICIAL DO CONTRATO DE R\$ 85.194,72 (OITENTA E CINCO MIL, CENTO E NOVENTA E QUATRO REAIS E SETENTA E DOIS CENTAVOS), PARA R\$ 98.541,47 (NOVENTA E OITO MIL QUINHENTOS E QUARENTA E UM REAIS E QUARENTA E SETE CENTAVOS).

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF111 - Contrato Nº: CT14PMF145  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA ME  
Valor ..... : R\$11.889,99 (onze mil oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 14/08/2017 Término: 16/09/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Nº.: 17/2014  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME MEMORIAL JUSTIFICATIVO DO SETOR DE ENGENHARIA (ANEXO AO PROCESSO), RESULTANDO EM ACRÉSCIMO NO VALOR DE R\$ 11.889,99 (ONZE MIL OITOCENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS), CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ANEXA AO PROCESSO.  
DIANTE DO ACRÉSCIMO, FICA ALTERADO O ÚLTIMO VALOR DO CONTRATO DE R\$ 528.172,60 (QUINHENTOS E VINTE E OITO MIL CENTO E SETENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS) PARA R\$ 540.062,59 (QUINHENTOS E QUARENTA MIL E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS).

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF113  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SERVICO NACIONAL APRENDIZ. INDUSTRIAL  
Valor ..... : R\$28.470,00 (vinte e oito mil quatrocentos e setenta reais)  
Vigência ..... : Início: 16/08/2017 Término: 15/08/2018  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
Nº.: 37/2017  
Objeto ..... : DISPENSA PARA A CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE 300 HORAS ESTIMADAS DE ENSINO PARA A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES NOS DIVERSOS TEMAS A SEREM DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, PARA PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (PMF) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS E SANEFRAI).

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18441  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME  
Valor ..... : R\$1.668,88 (um mil seiscentos e sessenta e oito reais e oitenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18442  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME  
Valor ..... : R\$307,78 (trezentos e sete reais e setenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017

Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18443  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP  
Valor ..... : R\$7.851,20 (sete mil oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18444  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP  
Valor ..... : R\$1.214,46 (um mil duzentos e quatorze reais e quarenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18445  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$712,00 (setecentos e doze reais)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18446  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$17.950,09 (dezessete mil novecentos e cinquenta reais e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18449  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP  
Valor ..... : R\$132,93 (cento e trinta e dois reais e noventa e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18450  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CATARINENSE COMÉRCIO ALIMENTOS LTDA ME  
Valor ..... : R\$5.664,98 (cinco mil seiscentos e sessenta e quatro reais e noventa e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18451  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$1.613,99 (um mil seiscentos e treze reais e noventa e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18452  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CATARINENSE COMÉRCIO ALIMENTOS LTDA ME  
Valor ..... : R\$3.078,36 (três mil e setenta e oito reais e trinta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18453  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$217,50 (duzentos e dezessete reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18454  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME  
Valor ..... : R\$21,65 (vinte e um reais e sessenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18455  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP  
Valor ..... : R\$104,34 (cento e quatro reais e trinta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 22/08/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18456  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP  
Valor ..... : R\$6.699,29 (seis mil seiscentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 22/08/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18457  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME  
Valor ..... : R\$2.273,83 (dois mil duzentos e setenta e três reais e oitenta e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF114 - Contrato Nº.: CT17PMF95  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME  
Valor ..... : R\$23.931,60 (vinte e três mil novecentos e trinta e

um reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 04/10/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2017  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME MEMORIAL JUSTIFICATIVO DO SETOR DE ENGENHARIA (ANEXO AO PROCESSO), RESULTANDO EM DECRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 23.931,60 (VINTE E TRÊS MIL, NOVECIENTOS E TRINTA E UM REAIS E SESSENTA CENTAVOS), QUE SERÁ ANULADO DO EMPENHO Nº 4424/2017 RECURSO 1301.  
DIANTE DO DECRÉSCIMO, FICA ALTERADA A CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO, PASSANDO O VALOR TOTAL DE R\$ 112.236,60 (CENTO E DOZE MIL, DUZENTOS E TRINTA E SEIS REIS E SESSENTA CENTAVOS), PARA R\$ 88.305,00 (OITENTA E OITO MIL E TREZENTOS E CINCO REAIS).

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF115 - Contrato Nº.: CT17PMF94  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: Reger Engenharia e Construções Ltda EPP  
Valor ..... : R\$3.988,90 (três mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 04/10/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2017  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME MEMORIAL JUSTIFICATIVO DO SETOR DE ENGENHARIA (ANEXO AO PROCESSO), RESULTANDO EM ACRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 3.988,90 (TRÊS MIL, NOVECIENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E NOVENTA CENTAVOS);  
DIANTE DO ACRÉSCIMO, FICA ALTERADA A CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO E ADITIVO, PASSANDO DE R\$ 88.305,00 (OITENTA E OITO MIL E TREZENTOS E CINCO REAIS), PARA R\$ 92.293,90, (NOVENTA E DOIS MIL, DUZENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF113 - Contrato Nº.: CT16PMF114  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA  
Vigência ..... : Início: 16/08/2017 Término: 15/10/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 19/2016  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E COM O DISPOSTO NA CLÁUSULA NONA DO CONTRATO, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA PARA MAIS 90 (NOVENTA) DIAS, PARA CONCLUSÃO E ENTREGA DA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL, COM TERMINO NO DIA 15.10.2017.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18447  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS  
Valor ..... : R\$8.168,19 (oito mil cento e sessenta e oito reais e dezenove centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE ROUPAS, ROUPAS DE CAMA, MESA E BANHO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS NA CASA LAR CÉLIO THIBES DOS SANTOS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18482  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI  
Valor ..... : R\$280,72 (duzentos e oitenta reais e setenta e dois centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF117 - Contrato Nº.: CT16PMF30  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP  
Valor ..... : R\$3.315,86 (três mil trezentos e quinze reais e oitenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 25/08/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2016  
Objeto ..... : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, AJUSTAM E CONTRATAM A SUA ALTERAÇÃO CONFORME MEMORIAL JUSTIFICATIVO DO SETOR DE ENGENHARIA (ANEXO AO PROCESSO), RESULTANDO EM DECRÉSCIMO NO VALOR TOTAL DE R\$ 3.315,86 (TRÊS MIL, TREZENTOS E QUINZE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS), QUE SERÁ CANCELADO DO EMPENHO Nº 1680/2016.  
DIANTE DO DECRÉSCIMO, FICA ALTERADA A CLÁUSULA SEGUNDA DO CONTRATO E ADITIVOS, PASSANDO O VALOR TOTAL DO CONTRATO DE R\$ 265.957,60 (DUZENTOS E SESSENTA E CINCO MIL, NOVECIENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS), PARA R\$ 262.641,74 (DUZENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E UM REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS).

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18448  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL  
Valor ..... : R\$18.276,60 (dezoito mil duzentos e setenta e seis reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE ROUPAS PARA USO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ABRIGADOS NA CASA LAR CÉLIO THIBES DOS SANTOS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18483  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor ..... : R\$382,70 (trezentos e oitenta e dois reais e setenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18484  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP  
Valor ..... : R\$1.346,21 (um mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17PMF116 - Contrato Nº.: CT17PMF43  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP  
Vigência ..... : Início: 22/08/2017 Término: 20/10/2017  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2017  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA (3.1) DO CONTRATO E ADITIVO PARA ATÉ A DATA DE 20.10.2017.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18485  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI  
Valor ..... : R\$1.379,45 (um mil trezentos e setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18486  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP  
Valor ..... : R\$5.204,68 (cinco mil duzentos e quatro reais e sessenta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT17PMF62 - Contrato Nº: AT17PMF70  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA - ME  
Valor ..... : R\$3.903,64 (três mil novecentos e três reais e sessenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2017  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE ATÉ 25% NA QUANTIDADE DOS ITENS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA.AT17PMF64 - Contrato Nº: AT17PMF73  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: RP COMERCIAL LTDA ME  
Valor ..... : R\$1.061,70 (um mil e sessenta e um reais e setenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2017  
Objeto ..... : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE ATÉ 25% NA QUANTIDADE DOS ITENS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18487  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor....: R\$2.772,00 (dois mil setecentos e setenta e dois reais)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF114  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SEBRAE - SERV.APOIO A PEQ.EMPR. DE SC.  
Valor ..... : R\$25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 24/08/2017 Término: 25/12/2018  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 40/2017  
Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO UAC - PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO DE ALIMENTOS DO MEIO OESTE CATARINENSE, COM DURAÇÃO DE 16 MESES.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF115  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: JHC LOCACOES EIRELI - ME

Valor ..... : R\$2.703,20 (dois mil setecentos e três reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 24/08/2017 Término: 25/09/2017  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 39/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE FILTROS DIVERSOS, ÓLEO MOTOR, PARA REPOSIÇÃO REFERENTE A REVISÃO DAS 500 H/T DO ROLO COMPACTADOR FROTA Nº 327, E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18492  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME  
Valor ..... : R\$307,50 (trezentos e sete reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18493  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP  
Valor ..... : R\$104,34 (cento e quatro reais e trinta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18494  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI EPP  
Valor ..... : R\$289,86 (duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e seis centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18495  
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: SUPERMERCADO JOTA LTDA EPP  
Valor ..... : R\$6.445,07 (seis mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18496  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI  
Valor ..... : R\$2.073,43 (dois mil e setenta e três reais e quarenta e três centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.  
Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18497  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: COMÉRCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI  
Valor ..... : R\$38,75 (trinta e oito reais e setenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2017  
Objeto ..... : AQUISIÇÕES FUTURAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CENTROS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAIS.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CTAT18439  
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
Contratada...: JANETE RIBEIRO MARQUES & CIA.LTDA. - ME  
Valor ..... : R\$6.086,75 (seis mil e oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 23/08/2017 Término: 31/12/2017  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 69/2017  
Objeto ..... : FORNECIMENTO DE GAVETAS SUBTERRÂNEAS (CARNEIRAS) E TAMPAS PARA GAVETAS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS - Prefeita

#### EXTRATO DA AT17FME44

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FME44  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME.  
Fornecedor: Clei Wil Comércio de Chaves Ltda ME.  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimentos futuros de carimbos, almofadas de reposição e refis.  
Data da Ata: 25.08.2017.  
Prazo de Vigência da Ata: 25.08.2017 a 31.07.2018.  
Processo Administrativo Licitatório: nº 0171/2017 – PMF.  
Modalidade: Pregão Presencial nº 0080/2017 – PMF.  
Registro de Preços: nº 0057/2017 – PMF.  
Itens Registrados:

#### EXTRATO CONTRATUAL 2017

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA17FMS09/09A - Contrato Nº: CT14FMS11  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO EIR  
Valor ..... : R\$22.484,60 (vinte e dois mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 01/08/2017 Término: 01/08/2018  
Licitação...: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº 1/2014  
Objeto ..... : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA ATÉ O DIA 01 DE AGOSTO DE 2018.  
O VALOR RESULTANTE DE R\$ 22.484,60 (VINTE E DOIS MIL QUATROCENTOS E OITENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA CENTAVOS), REFERE-SE AOS SERVIÇOS ATIVOS DOS MÓDULOS, PARA O PERÍODO 01 DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2017, CONFORME TABELA.

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17PMF113-FMS  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO  
Contratada...: SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL  
Valor ..... : R\$9.100,00 (nove mil e cem reais)  
Vigência ..... : Início: 16/08/2017 Término: 15/08/2018  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 37/2017  
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO  
Objeto ..... : DISPENSA PARA A CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE 300 HORAS ESTIMADAS DE ENSINO PARA A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES NOS DIVERSOS TEMAS A SEREM DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, PARA PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (PMF) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS E SANEFRAI).

Fraiburgo, 25 de Agosto de 2017  
IDIONE FANTINEL - Secretária de Saúde

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	3	Und.	Carimbo datador de acrílico (dia, mês, ano), material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 50x30mm, tipo automático, formato quadrado, retrátil, com mola	Trodat 4727	48,00
2	3	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 38 mm, tipo automático, formato redondo, retrátil, com mola	Trodat 4638	52,00
3	3	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 42 mm, tipo automático, formato redondo, retrátil, com mola	Trodat 4642	49,00
4	5	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 38x14mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4911	28,00
5	5	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 47x18mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4912	28,00
6	5	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 58x22mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4913	42,00
7	5	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 64x26mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4914	52,00
8	5	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 60x40mm, tipo automático, formato retangular retrátil, com mola	Trodat 4927	52,00
9	2	Und.	Almofada de reposição para carimbo datador autoentintado medindo aproximadamente 50x30mm	Trodat E/4727	12,00
10	2	Und.	Almofada de reposição para carimbo redondo autoentintado medindo aproximadamente 38 mm	Trodat E/4638	12,00
11	2	Und.	Almofada de reposição para carimbo redondo autoentintado medindo aproximadamente 42 mm	Trodat E/4342	12,00
12	4	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 38x14mm	Trodat E/4911	12,00
13	4	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 47x18mm	Trodat E/4912	12,00
14	4	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 58x22mm	Trodat E/4913	12,00
15	4	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 38x14mm	Trodat E/4911	12,00
16	4	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 64x26mm	Trodat E/4914	12,00
17	4	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 60x40mm	Trodat E/4927	12,00
18	3	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 38 mm, tipo automático, formato redondo	Trodat P/4638	10,00

19	3	Und.	Borracha redonda /Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 42 mm, tipo automático, formato redondo	Trodat P/4942	10,00
20	5	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 38x14mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4911	10,00
21	5	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 47x18mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4912	10,00
22	5	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 58x22mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4913	15,00
23	5	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 64x26mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4914	15,00
24	5	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 60x40mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4927	15,00

Fraiburgo (SC), 25 de agosto de 2017.

João Batista Dalanhol – Superintendente da FME

#### EXTRATO DA AT17FMS45

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17FMS45

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: Fundo Municipal de Saúde – FMS.

Fornecedor: Clei Wil Comércio de Chaves Ltda ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimentos futuros de carimbos, almofadas de reposição e refs.

Data da Ata: 25.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 25.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0171/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0080/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0057/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	15	Und.	Carimbo datador de acrílico (dia, mês, ano), material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 50x30mm, tipo automático, formato quadrado, retrátil, com mola	Trodat 4727	48,00
2	15	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 38 mm, tipo automático, formato redondo, retrátil, com mola	Trodat 4638	52,00
3	15	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 42 mm, tipo automático, formato redondo, retrátil, com mola	Trodat 4642	49,00
4	20	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 38x14mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4911	28,00
5	20	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 47x18mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4912	28,00

6	20	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 58x22mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4913	42,00
7	20	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 64x26mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4914	52,00
8	20	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 60x40mm, tipo automático, formato retangular retrátil, com mola	Trodat 4927	52,00
9	10	Und.	Almofada de reposição para carimbo data-dor autoentintado medindo aproximadamente 50x30mm	Trodat E/4727	12,00
10	10	Und.	Almofada de reposição para carimbo redondo autoentintado medindo aproximadamente 38 mm	Trodat E/4638	12,00
11	10	Und.	Almofada de reposição para carimbo redondo autoentintado medindo aproximadamente 42 mm	Trodat E/4342	12,00
12	20	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 38x14mm	Trodat E/4911	12,00
13	20	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 47x18mm	Trodat E/4912	12,00
14	20	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 58x22mm	Trodat E/4913	12,00
15	20	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 38x14mm	Trodat E/4911	12,00
16	20	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 64x26mm	Trodat E/4914	12,00
17	20	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 60x40mm	Trodat E/4927	12,00
18	15	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 38 mm, tipo automático, formato redondo	Trodat P/4638	10,00
19	15	Und.	Borracha redonda /Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 42 mm, tipo automático, formato redondo	Trodat P/4942	10,00
20	15	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 38x14mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4911	10,00
21	40	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 47x18mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4912	10,00
22	40	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 58x22mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4913	15,00
23	40	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 64x26mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4914	15,00
24	40	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 60x40mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4927	15,00

Fraiburgo (SC), 25 de agosto de 2017.  
Idione Fantinel – Secretária de Saúde

### EXTRATO DA AT17PMF115

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17PMF115  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Gerenciador: Município de Fraiburgo.

Fornecedor: Clei Wil Comércio de Chaves Ltda ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimentos futuros de carimbos, almofadas de reposição e refs.

Data da Ata: 25.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 25.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0171/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0080/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0057/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	20	Und.	Carimbo datador de acrílico (dia, mês, ano), material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 50x30mm, tipo automático, formato quadrado, retrátil, com mola	Trodat 4727	48,00
2	25	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 38 mm, tipo automático, formato redondo, retrátil, com mola	Trodat 4638	52,00
3	25	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 42 mm, tipo automático, formato redondo, retrátil, com mola	Trodat 4642	49,00
4	100	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 38x14mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4911	28,00
5	100	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 47x18mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4912	28,00
6	100	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 58x22mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4913	42,00
7	100	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 64x26mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4914	52,00
8	100	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 60x40mm, tipo automático, formato retangular retrátil, com mola	Trodat 4927	52,00
9	15	Und.	Almofada de reposição para carimbo datador autoentintado medindo aproximadamente 50x30mm	Trodat E/4727	12,00
10	15	Und.	Almofada de reposição para carimbo redondo autoentintado medindo aproximadamente 38 mm	Trodat E/4638	12,00
11	15	Und.	Almofada de reposição para carimbo redondo autoentintado medindo aproximadamente 42 mm	Trodat E/4342	12,00
12	100	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 38x14mm	Trodat E/4911	12,00

13	100	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 47x18mm	Trodat E/4912	12,00
14	100	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 58x22mm	Trodat E/4913	12,00
15	100	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 38x14mm	Trodat E/4911	12,00
16	100	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 64x26mm	Trodat E/4914	12,00
17	100	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 60x40mm	Trodat E/4927	12,00
18	50	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 38 mm, tipo automático, formato redondo	Trodat P/4638	10,00
19	50	Und.	Borracha redonda /Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 42 mm, tipo automático, formato redondo	Trodat P/4942	10,00
20	150	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 38x14mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4911	10,00
21	150	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 47x18mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4912	10,00
22	150	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 58x22mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4913	15,00
23	150	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 64x26mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4914	15,00
24	150	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 60x40mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4927	15,00

Fraiburgo (SC), 25 de agosto de 2017.

Claudete Gheller Mathias

Prefeita de Fraiburgo/SC

### EXTRATO DA AT17SF51

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº AT17SF51

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Órgão Participante: Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI

Fornecedor: Clei Wil Comércio de Chaves Ltda ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimentos futuros de carimbos, almofadas de reposição e refs.

Data da Ata: 25.08.2017.

Prazo de Vigência da Ata: 25.08.2017 a 31.07.2018.

Processo Administrativo Licitatório: nº 0171/2017 – PMF.

Modalidade: Pregão Presencial nº 0080/2017 – PMF.

Registro de Preços: nº 0057/2017 – PMF.

Itens Registrados:

Item	Qtde Estimada	Unid.	Descrição	Marca	Valor Unitário-R\$
1	3	Und.	Carimbo datador de acrílico (dia, mês, ano), material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 50x30mm, tipo automático, formato quadrado, retrátil, com mola	Trodat 4727	48,00
2	3	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 38 mm, tipo automático, formato redondo, retrátil, com mola	Trodat 4638	52,00
3	3	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 42 mm, tipo automático, formato redondo, retrátil, com mola	Trodat 4642	49,00
4	10	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 38x14mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4911	28,00
5	10	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 47x18mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4912	28,00
6	10	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 58x22mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4913	42,00
7	10	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 64x26mm, tipo automático, formato retangular, retrátil, com mola	Trodat 4914	52,00
8	10	Und.	Carimbo de acrílico, material base resina autoentintado, com refil e borracha, tamanho da área aproximadamente de 60x40mm, tipo automático, formato retangular retrátil, com mola	Trodat 4927	52,00
9	5	Und.	Almofada de reposição para carimbo datador autoentintado medindo aproximadamente 50x30mm	Trodat E/4727	12,00
10	5	Und.	Almofada de reposição para carimbo redondo autoentintado medindo aproximadamente 38 mm	Trodat E/4638	12,00
11	5	Und.	Almofada de reposição para carimbo redondo autoentintado medindo aproximadamente 42 mm	Trodat E/4342	12,00
12	5	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 38x14mm	Trodat E/4911	12,00
13	5	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 47x18mm	Trodat E/4912	12,00
14	5	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 58x22mm	Trodat E/4913	12,00
15	5	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 38x14mm	Trodat E/4911	12,00
16	5	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 64x26mm	Trodat E/4914	12,00
17	5	Und.	Almofada de reposição para carimbo formato retangular autoentintado medindo aproximadamente 60x40mm	Trodat E/4927	12,00
18	2	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 38 mm, tipo automático, formato redondo	Trodat P/4638	10,00

19	2	Und.	Borracha redonda /Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 42 mm, tipo automático, formato redondo	Trodat P/4942	10,00
20	10	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 38x14mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4911	10,00
21	10	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 47x18mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4912	10,00
22	10	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 58x22mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4913	15,00
23	10	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 64x26mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4914	15,00
24	10	Und.	Borracha/Resina carimbo automático com adesivo autocolante para carimbo autoentintado, aproximadamente de 60x40mm, tipo automático, formato retangular	Trodat P/4927	15,00

Fraiburgo (SC), 25 de agosto de 2017.

Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

## RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0013A\_2017-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0013A/2017 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe cujo OBJETO contratação de empresa do ramo para execução de reforma do Ginásio de Esportes São Sebastião, sendo uma edificação em alvenaria, com um pavimento, medindo 950,00, localizado na rua Valter Schaly, nº 405, no Bairro São Sebastião, lote 1 da quadra 405, nesta cidade, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (Anexos ao PAL). quando do julgamento das HABILITAÇÕES, transcorrido "in albis" o prazo recursal de 5 dias úteis, previsto no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93, a Presidente da Comissão passou à abertura dos envelopes de PROPOSTAS DE PREÇOS das proponentes habilitadas. As proponentes apresentaram suas propostas nos seguintes valores totais:

- POGGERE CONSTRUÇÕES E IMPLEMENTOS LTDA -EPP – R\$ 164.901,52 (cento e sessenta e quatro mil e novecentos e um reais e cinquenta e dois centavos).
- F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI EPP – R\$ 176.019,29 (cento e setenta e seis mil e dezenove reais e vinte e nove centavos).
- FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – R\$ 176.034,52 (cento e setenta e seis mil trinta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).
- MENDES E SUCKOW ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – R\$ 189.023,53 (cento e oitenta e nove mil e vinte e três reais e cinquenta e três centavos).
- JO CAMARGO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA-ME - R\$ 190.137,50 (cento e noventa mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos).
- DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP – R\$ 192.763,10 (cento e noventa e dois mil setecentos e sessenta e três reais e dez centavos).
- CONSTRUTIBBES OBRAS E SERVIÇOS LTDA - R\$ 195.999,82 (cento e noventa e cinco mil e novecentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos).

– MITRA CONSTRUTORA LTDA ME – R\$ 202.150,03 (duzentos e dois mil cento e cinquenta reais e três centavos).

– FELIPE BRUSCHI ENGENHARIA LTDA – R\$ 202.201,81 (duzentos e dois mil duzentos e um reais e oitenta e um centavos).

– STRAHL ENGENHARIA EIRELI – ME - R\$ 203.091,31 (duzentos e três mil e noventa e um reais e trinta e um centavos).

– MAURO ANTONIO JORDÃO - ME – R\$ 209.338,35 (duzentos e dois mil trezentos e trinta e oito reais e trinta e cinco centavos).

– CONSTRULACER COM. E CONSTR. LACERDÓPOLIS EIRELI - ME – R\$ 211.677,21 (duzentos e onze mil seiscentos e setenta e sete reais e vinte e um centavos).

Sendo assim restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante POGGERE CONSTRUÇÕES E IMPLEMENTOS LTDA -EPP a qual apresentou o valor total e global de R\$ 164.901,52 (cento e sessenta e quatro mil e novecentos e um reais e cinquenta e dois centavos). Ficando este valor abaixo do Valor Máximo, estipulado pelo Município no item 1.3 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 25 de agosto de 2017.

Claudete Gheler Mathias – Prefeita Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO 114/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

CONVOCAÇÃO 114/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
DAGMAR FERNANDES  
Candidato(a): 253867  
Cargo: MERENDEIRA  
Classificação: 20º LUGAR

Garopaba, 22 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 20º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 115/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

CONVOCAÇÃO 115/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
ADRIANA ILDA TORQUATO  
Candidato(a): 243266  
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H  
Classificação: 24º LUGAR

Garopaba, 22 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20H para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 24º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 116/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

CONVOCAÇÃO 116/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
TAMIRES CONCENCIO  
Candidato(a): 237783  
Cargo: ENFERMEIRO  
Classificação: 11º LUGAR

Garopaba, 22 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de ENFERMEIRO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 11º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 117/2017 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

CONVOCAÇÃO 117/2017 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
JOÃO CARLOS GONÇALVES JUNIOR  
Candidato(a): 266986  
Cargo: MÉDICO EMERGENCISTA  
Classificação: 17º LUGAR

Garopaba, 22 de agosto de 2017.  
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MÉDICO EMERGENCISTA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 17º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 145/2017

DECRETO N.º 145, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado ponto facultativo, no dia 08 de setembro de 2017 (sexta-feira).

Art. 2º. Aos dirigentes dos diversos órgãos da administração municipal, cabe fazer observar o funcionamento dos serviços essenciais afetos às respectivas áreas de competência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 146/2017**

DECRETO N.º 146, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	100.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	50.000,00
3.3.90.0.2.14.000073 - Aplicações Diretas	50.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	50.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	100.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	50.000,00
3.1.90.0.2.14.000073 - Aplicações Diretas	50.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	50.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 144, de 24 de agosto de 2017.

Garopaba, 25 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 28/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

**DESISTÊNCIA DA VAGA DA CONVOCAÇÃO 093/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

DESISTÊNCIA DA VAGA – PROCESSO SELETIVO 001/2017

JAQUELINE RITA GONÇALVES

Candidato(a): 004937

Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Classificação: 07º LUGAR

Considerando o item 15.6 do edital e termo de desistência arquivado no Setor Administrativo de Gestão de Pessoas, o candidato JAQUELINE RITA GONÇALVES declarou por livre e espontânea vontade para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo 001/2017, da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Garopaba, 25 de agosto de 2017.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 2.061, DE 25 DE AGOSTO DE 2017**

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.061, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS A LEI COMPLEMENTAR Nº 1.701, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2013, QUE “DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA/SC, SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES E dá outras providências”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O art. 24 da Lei Complementar n.º 1.701/2013 passa a vigorar acrescido das seguintes alíneas:

Art. 24. A Secretaria Municipal de Saúde é composta pela seguinte estrutura hierárquica e organizacional:

I – Secretário Municipal de Saúde

(...)

e.1) Assistente de Direção

(...)

h.) Diretoria Técnica Médica

(...)

Art. 2º. Fica criado o cargo de Diretor Técnico Médico, conforme previsto na Resolução do Conselho Federal de Medicina n.º 1.342/91 e alterações, com requisitos de ser profissional médico, com o devido registro no Conselho de Classe, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, tendo por responsabilidade as seguintes atribuições:

a) Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor.

b) Assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando o melhor desempenho do Corpo Clínico e demais profissionais de saúde em benefício da população usuária da instituição.

c) Assegurar o pleno e autônomo funcionamento das Comissões de Ética Médica.

d) Respalidar condutas, implementação de rotinas e protocolos junto aos profissionais médicos.

e) Estar apto a desenvolver todas as atribuições médicas, inclusive substituir os profissionais médicos nas escalas de plantão diante de impossibilidade dos mesmos.

Art. 3º. Fica criado o cargo de Assistente de Direção, com funções junto a Cordenadoria de Regulação e Planejamento.

Art. 4º. A Tabela de Cargos, existente no Anexo Único, da Lei Municipal n. 1701/2013, passa a vigorar acrescida dos seguintes cargos:

I - Diretor Técnico Médico, com 01 (uma) vaga, com vencimento de R\$ 5.055,40 (cinco mil e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Saúde;

II - Assistente de Direção, com 01 (uma) vaga, vencimento de 1.984,80 (Um mil e novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), vinculado a Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 6º. Esta Lei entre em vigor nada de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba - SC, 25 de agosto de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 28/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**PE055/2016 - TERMO DE NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**  
TERMO DE NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSO DE COMPRA: 159/2016  
LICITAÇÃO: PE055/2016  
DATA HOMOLOGAÇÃO: 07/03/2017  
OBJETO: Aquisição de equipamentos para Secretaria de Saúde do município de Garopaba.

Ref.  
Autorizações de Fornecimento: 285/2017  
Fornecedor: FERNANDO C. DE OLIVEIRA ME  
CNPJ: 23.871.309/0001-52

O Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, pessoa jurídica de direito público, com sede a Praça Governador Ivo Silveira, 296, centro, Garopaba – SC, inscrito no CNPJ sob o nº 08.543.762/0001-46, neste ato representado pela Sra. Tatiane Ávila Pacheco, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições vem NOTIFICAR a empresa FERNANDO C. DE OLIVEIRA ME para que regularize a entrega de todos os itens constantes na autorização de fornecimento nº 285/2017. O prazo para regularização é de 02 (dois) dias a contar do recebimento formal desta, para que a empresa se manifeste perante a este órgão, sob pena de ser-lhe aplicada a medida punitiva prevista no instrumento convocatório, sem prejuízo das demais cominações legais atinentes à espécie.

Por fim, serve o presente para constituí-los em mora, após o transcurso do prazo fixado, em caso de inércia às medidas retro referidas.

Garopaba, 21 de Agosto de 2017.

Tatiane Ávila Pacheco  
Secretária de Saúde

**PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 039/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

PERDA DE VAGA DA CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO 001/2017

EMERSON DE AGUIAR  
Candidato(a): 004828  
Cargo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO  
Classificação: 11º LUGAR

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 15.8 do Edital nº. 001/2017 do Processo Seletivo é obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Garopaba.

CONSIDERANDO que foi encaminhada Convocação por correspondência registrada, postada em 18/08/2017, às 10:35 horas sob o

código de rastreio JR923082444BR;

CONSIDERANDO que em 18/08/2017 a correspondência foi recebida pelo candidato;

CONSIDERANDO que o candidato não apresentou os documentos necessários, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 25/08/2017;

Fica o(a) Sr(a). EMERSON DE AGUIAR, Candidato sob o nº. 004828, em atenção ao item 15.8.1 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO, para a qual tinha se classificado em 11º LUGAR.

Garopaba, 25 de agosto de 2017.  
Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 1053/2017.**

PORTARIA N.º 1053, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato MICHEL DA ROSA SENA SILVEIRA, CPF n.º 021.666.309-10, aprovado e classificado como 2º colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de TÉCNICO EM PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de elaborar programas informatizados e processamento de dados.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2017.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/08/2017, de acordo com a  
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1054/2017.**

PORTARIA N.º 1054, DE 25 DE AGOSTO 2017.  
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica

Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata OTILIA DARCI RODRIGUES STEFEN, CPF n.º 022.016.779-64 aprovada e classificada como 42ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/08/2017, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

#### **PORTARIA N.º 1055/2017.**

PORTARIA N.º 1055, DE 25 DE AGOSTO 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA E CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata DENIZE PACHECO DE ABREU, CPF n.º 888.343.609-15 aprovada e classificada como 43ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. A candidata nomeada ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, de 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas do currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborado; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento

da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/08/2017, de acordo com a

Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### CONTRATO 066/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002

#### CONTRATO Nº 066/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. MARA SOENIR BUZZI, brasileira, solteira, professora, RG nº 891.284, CPF: 472.325.529-04, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro, s/n, Centro, Garuva-SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 11 (onze) dias, com carga horária de 20 horas semanais.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 08 de Maio de 2017, terminando no dia 19 de Maio de 2017, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

#### CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1.149,40 (hum mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

#### CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação, Ensino Infantil, Manutenção da Educação Infantil, Desenvolvimento e Manutenção da Educação Infantil- 07.001.12.365.1030.2031.

#### CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

#### CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 05 de Maio de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

### CONTRATO 068/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002

#### CONTRATO Nº 068/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. BEATRIZ DE OLIVEIRA LIMA DE ARAUJO, brasileira, casada, professora, RG nº 4.904.372, CPF: 055.806.749-29, residente e domiciliada na Rua Uirapuru, 171, Centro, Garuva-SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de PROFESSOR NÍVEL II do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 05 (cinco) dias, com carga horária de 20 horas semanais.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

O prazo do presente contrato é de 15 de Maio de 2017, terminando no dia 19 de Maio de 2017, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

**CLÁUSULA QUARTA**

A remuneração mensal é de R\$ 1.149,40 (hum mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

**CLÁUSULA QUINTA**

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEXTA**

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Educação, Educação,

Ensino Infantil, Manutenção da Educação Infantil, Desenvolvimento e Manutenção da Educação Infantil– 07.001.12.365.1030.2031.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

**CLÁUSULA OITAVA**

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 12 de Maio de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

**DECRETO 174/2017**

DECRETO Nº 174 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II da Lei nº 1960, de 15/12/2016.

DECRETA:

Art. 1º – A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 29.198,00 (vinte e nove mil cento e noventa e oito reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3390	01.38.09	R\$	13.691,00
14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	3390	01.38.10	R\$	15.507,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 2o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	4490	01.38.09	R\$	13.691,00
14.001.10.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família	4490	01.38.10	R\$	15.507,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 136/2017**

PORTARIA Nº. 136 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO, DO SERVIDOR HUGO LUIS GOMES CAMPEZATO DO CARGO DE MÉDICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, Processo nº 2691/2017

RESOLVE:

Art.1o. – Exonerar a pedido, HUGO LUIS GOMES CAMPEZATO, portador de RG nº. 82274537e CPF nº. 035.808.939-55, do cargo de MÉDICO, nomeado em 23 de janeiro de 2013, através da Portaria 34/2013, e empossado por reenquadramento em 15 de dezembro de 2015 através da Portaria nº 217/2015, e declarar a vacância do cargo.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de agosto de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### **AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144/2017

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2017

Objeto: Contratação de empresa prestadora de serviços de limpeza e vigilância para utilização no 1º Festival de Inverno do Vale da Cerveja. O MUNICÍPIO DE GASPAR torna público para conhecimento dos licitantes e de quem mais possa interessar, que a licitação supramencionada foi REVOGADA. Base Legal: artigo 49 da Lei 8.666/93, Súmulas 346 e 473 do STF.

Gaspar (SC), 25 de agosto de 2017.

PEDRO CÂNDIDO DE SOUZA

Pregoeiro

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JÚNIOR

Diretor Presidente FME

SAÚDE DE GASPAR (11.436.906/0001-70). Contratada: TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. (07.826.872/0001-52). Objeto: rescisão unilateral do contrato para construção da Unidade de Saúde Margem Esquerda II, conforme processo administrativo 01/2017 e com fulcro nos artigos 78, I, III, V, e 79, I da Lei 8.666/93, e cláusula 13 do contrato. Gaspar, 01/08/2017.

MARIA BERNADETE TOMAZINI | Secretária de Saúde

### **EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº SAF-124/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº SAF-124/2014

Tomada de Preços nº 224/2014. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratada: TORRE FORTE CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. (07.826.872/0001-52). Objeto: rescisão unilateral do contrato para construção da Escola Olímpio Moretto, conforme processo administrativo 02/2017 e com fulcro nos artigos 78, I, III, V, e 79, I da Lei 8.666/93, e cláusula quarta do contrato. Gaspar, 04/08/2017.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI | Secretária de Educação.

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo 161/2017

Dispensa de Licitação Nº 9/2017

OBJETO: Contratação de instituição especializada para elaborar e realizar Processo Seletivo Público para provimento de cargos ao quadro da Secretária de Educação e da Secretária da Saúde. CONTRATADO: INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO EXTREMO SUL (CNPJ: 01.249.290/0001-74). BASE LEGAL: Art. 24, XIII, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL - Prefeito

### **EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº SAF-56/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº SAF-56/2016

Concorrência nº 106/2016. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Contratada: CONSTRUTORA TERTEL LTDA. (05.584.906/0001-14). Objeto: rescisão unilateral do contrato para drenagem e pavimentação da Rua Amádio Beduschi – trecho 2, conforme processo administrativo 03/2016 e com fulcro nos artigos 78, I, III, V, e 79, I da Lei 8.666/93, e cláusula 12 do contrato. Gaspar, 10/08/2017.

ALEXANDRE GEVAERD | Secretário de Planejamento Territorial

### **EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº FMS-32/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº FMS-32/2015

Tomada de Preços nº 22/2015. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE

## **SAMAE - GASPAR**

### **PORTARIA N. 115 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA N. 115 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA PARA O SERVIDOR THIAGO SCHRAMM

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder ao servidor THIAGO SCHRAMM ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Serv. Gerais, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 21/08/2017 à 19/09/2017.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 21 de agosto de 2017.

Gaspar (SC) em, 23 de agosto de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 92/2017

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

#### PREGÃO PRESENCIAL 92/2017

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONTEÚDO DIDÁTICO PEDAGÓGICO INSERIDO EM "TABLETS", PARA FINS EDUCACIONAIS EM FORMATO DE LIVRO DIGITAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL, PARA UTILIZAÇÃO DOS ALUNOS DAS REDES DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 11/09/2017 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 11/09/2017 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governador-celsoramos.sc.gov.br](http://www.governador-celsoramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 25 de Agosto de 2017.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

### ERRATA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 91/2017

#### ERRATA DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO PRESENCIAL 91/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA ATENDER AS SECRETARIAS INTEGRANTES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

ONDE SE LÊ NO EDITAL:

"XIII – DO PRAZO E DA INSTALAÇÃO

13.1 – A entrega será nos termos da requisição da Secretaria solicitante e no endereço por ela indicado no Município de Governador Celso Ramos, conforme especificações e condições estabelecidas nos anexos deste edital.

13.2 - O prazo de entrega é de até 07(sete) dias úteis, podendo o mesmo ser prorrogado desde que devidamente justificado e que a justificativa seja aceita pelo solicitante;"

LEIA-SE:

"XIII – DO PRAZO

13.1 – A entrega será nos termos da requisição da Secretaria solicitante e no endereço por ela indicado no Município de Governador Celso Ramos, conforme especificações e condições estabelecidas nos anexos deste edital.

13.2 - O prazo de entrega é de até 07(sete) dias úteis, podendo o mesmo ser prorrogado desde que devidamente justificado e que a justificativa seja aceita pelo solicitante;"

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governador-celsoramos.sc.gov.br](http://www.governador-celsoramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 25 de agosto de 2017.

Pedro Augusto da Cunha  
Secretário de Administração

### EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 048/2015 - O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 048/2015 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DE 23/07/2017 BEM COMO SUPRIMIR EM 25% O VALOR TOTAL DO CONTRATO, PASSANDO DE R\$ 131.388,00 (CENTO E TRINTA E UM MIL

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato nº 048/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS  
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 048/2015.

Pregão Presencial nº 30/2015

Processo nº 60/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: MAGNA CONSULTORIA EM GESTÃO MUNICIPAL LTDA-EPP.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 048/2015 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 23/07/2017 bem como SUPRIMIR em 25% o valor total do contrato, passando de R\$ 131.388,00 (cento e trinta e um mil trezentos e oitenta e oito reais) para R\$ 98.541,00 (noventa e oito mil quinhentos e quarenta e um reais).

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 03/2017

MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC  
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL 03/2017

HOMOLOGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC, torna pública a Homologação do Resultado final do CONCURSO

PÚBLICO para candidatos inscritos e classificados, conforme anexo, realizado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos efetivos para o quadro de pessoal da Administração Municipal, objeto do Edital 03/2017 de 31 de março de 2017.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Governador Celso Ramos – SC, 25 de agosto de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

#### ANEXO I

##### RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS - PNE

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 043209 LUIZ CARLOS BARCELOS FILHO

002 045929 ZENILDA DA SILVA SANTOS VARGAS

003 066150 TATIANA SOARES SILVEIRA

004 069115 ROSANE NATALINA BORNHOFEN BARBOSA

005 067007 MARIA APARECIDA SOARES HOFMANN

006 011214 KARLA REGINA SILVA

007 012299 THABATA KELLI GARCIA

008 055397 CLEVERSON FERREIRA MACHADO

009 068468 MARIANE CRISTINA SILVEIRA

010 043977 MANOELLA CARDOSO LUDVIG

011 072045 SALETE DE FATIMA DA SILVA

012 072197 LAUDENIRA DOS SANTOS DA CRUZ

013 069112 VITOR HUGO LIZARDI LEONARDI

014 070513 AMILTON GONCALVES PEREIRA

015 066934 JULIANA MAFRA

016 070853 ANA RAQUEL PEREIRA

Cargo: MOTORISTA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 066613 HENRIQUE GENTILE DOS SANTOS

002 072950 LUCIANO IDELFONSO NAZARIO

Cargo: MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO/CARGAS

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 070748 PEDRO JOSE NAU

#### ANEXO II

##### RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CLASSIFICADOS

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 059070 FERNANDO CAETANO CHEROBIN

002 055557 ANA PAULA RODRIGUES GUADAGNIN

003 060055 DANIEL SILVEIRA DE SOUZA

004 068333 VALMOR ANTONIO KAIR FILHO

005 073076 GUILHERME VALERIO PEREIRA

006 056705 MATEUS PAMPLONA

007 069413 ISADORA ANGELICA DA SILVA

008 072577 JOAO JOSE DOS SANTOS

009 068678 HELOISA RESENDE ALVES

010 043152 FLAVIA STOPASSOLI VOLPATO

011 038109 RODRIGO PAULO RAIMUNDO

012 010522 RUTILENE LIRA DE SOUZA

013 044181 LEANDRO COSTA TEODORO

014 068135 ANA JORDELINA MARTINS DA ROSA

015 068991 MARCIO ANDRE ANZOATEGUI

016 073393 THIAGO DE OLIVEIRA COSTA

017 054686 BARBARA CRISTINA DOS SANTOS SILVA

018 066868 GISELA SONNI DRAEGER BLAHOBRAZOFF GRIMALDI

019 002761 ANA CARLA BITTENCOURT BERTO

020 053759 CARMEM LUCIA FLORES ZANOTTA

021 043244 NOEMIA DO AMARAL NEVES

022 054095 BRUNO DE FREITAS MOTTA

023 064480 DANIELLE SANTOS DO NASCIMENTO

024 072481 THATIANA SANTIAGO DE MEDEIROS

025 028997 CAIO JORGE DE QUEIROZ

026 052471 CARLA MARIA MARIANO

027 058203 PAULO RAFAEL CARDOSO DOS SANTOS

028 045486 MARIA LAURA GOMEZ

029 045351 LETICIA BENTO

030 057987 LUIZ GUSTAVO SOARES

031 047778 CHRISTIAN MACHADO

032 073705 CAMILA KLAUSEN MARTINS

033 071351 MARIA BERENICE FLORES DE MENEZES

034 059017 ANDRIGO DOUGLAS MANN

035 045316 KELEN CRISTIANE PINTO SOARES ZAZYKI

036 072925 MARIANA DE SOUZA FERNANDES

037 010161 BRUNO GARCIA DOS SANTOS

038 071886 GABRIELA GISELIA CARDOSO

039 071887 VANESSA ADRIANA DOS SANTOS

040 071322 GABRIEL VENANCIO DOS SANTOS

041 067417 HENRIQUE FERNANDES GUEDES

042 069057 FABIANE BEIL FERNANDES

043 045301 KARINA VALENZA

044 071998 ELVYS MARTINS

045 067930 WALDONIR JOAO MENDES JUNIOR

046 066290 DANIELA RODRIGUES DAMACENO

047 070018 WALTER BUENO RIBEIRO JUNIOR

048 072610 CAIO JOSE DE SOUZA SILVA

049 060423 GLEUSA APARECIDA DOS SANTOS

050 071987 MARCELA CLAUDIA PAGANO

051 044718 ANDREI PIRES CAMPOS.

052 051767 GLAUCO LUIZ CESARINO DA ROSA

053 072674 FERNANDA SILVA IUSPA CELSO

054 066054 JUCENEY LUIZ BARBOSA DA SILVA

055 053065 BEATRIZ CAROLINE PAULI

056 071497 EDUARDO DE SOUZA FERREIRA

057 072784 ALEXANDRE VALERIO RODRIGUES BRASBIEL

058 032832 ADELIA GOIS VILAIN

059 069410 SILVANA APARECIDA DE JESUS SILVA

060 002227 JAISON RODRIGO DA CRUZ

061 056919 ADENIR SOARES JUNIOR

062 054067 THIAGO EDUARDO MIRANDA SANTOS

063 064484 JANAINA DALLA VECCHIA

064 033364 FRANCINE RENGEL GOES LUIZ

065 073514 WILLIAN MIRANDA

066 045795 SILVANA DA COSTA

067 045031 FERNANDO DIAS LEAL

068 002953 SUSANA CLAUDETE COSTA

069 071545 MARIA EDUARDA ADRIANO MIRANDA

070 070970 ELISEU RITTER

071 032633 SILVANA ROSA DIONISIO

072 059089 IRAN CARLOS NOGUEIRA

073 071164 CINTIA LAURA BARDANCA

074 071001 FERNANDA ALVES DIAS

075 053127 DANIELA ALVES LUCRESSI

076 063049 ANA CRISTINA FOGACA

077 043949 LEANDRO VIDAL

078 068551 GLEIDISON SANTOS DA SILVA

079 065795 SORAYA SHEYLHA LIMA DE SOUZA

080 070779 GLENDA LINAURA MARQUES

081 045788 SIBELE NILDA BERNARDO

082 068412 ANA CLAUDIA DO NASCIMENTO

083 068218 VANESSA CAROLINE MAURO

084 052146 MARIA LUIZA ANDERSON SIQUEIRA

085 072047 EDUARDO DOS PASSOS SOUZA

086 052027 GABRIEL MASSUQUETTI DE CARVALHO

087 058024 YANKA MACHADO SCHUSLER

088 073601 GREIZE GABRIELA OURIQUES GOMES

089 051229 DENISE ROMILDA QUINTINO

090 073211 VANESSA DE MELO PEREIRA BALDANCA

091 054480 ETORI VOLNEY FERNANDES

092 035567 TAYS DE AGUIAR BENTO	161 045823 SUZANA DA COSTA ZIEGLER
093 058542 DAIANE PAZ DE OLIVEIRA	162 051426 MARISTELA DOS SANTOS BUENO
094 070849 ALEXANDRO PRATES CORREA SOARES	163 049954 FERNANDA DE SOUZA
095 070501 RAYSA PINTO PEDROSO	164 070583 SAMANDA COSTA ZIEGLER ALVES
096 067663 LUANA DOS SANTOS DE ANDRADE	165 067706 FRANCIELI RONSANI DOS SANTOS
097 065861 FABIOLA INGRID DA SILVA MAILIOTE	166 060245 MARY LEIDE MARIA ROSA DA SILVA
098 071245 NAYARA MARA BATISTI	167 070315 JOSIANE LUISA CARPES GAMBA
099 071437 DAIANE SILVA DE SOUZA	168 056721 DANIEL GOMES BERNARDO
100 067435 KARINA GONCALVES BARONI	169 071006 MAURICELI ROSALVA DE OLIVEIRA BRAGANCA
101 073765 ALESSANDRA BINDANI FURTADO	170 066686 LILIAN SCALABRINI RODRIGUES
102 068963 PAULO ROBERTO DORNELES DE OLIVEIRA	171 066238 SALETE PADILHA DA ROSA
103 065822 GUILHERME FRANCISCO SALES	172 066240 CRISSIE ALINE DA SILVA BRANCO
104 072604 MARIA APARECIDA PEREIRA	173 071312 ALEXANDRE MILTON ALVES
105 071192 JAURO LIMA DE BRITTES	174 066709 GIANA CRISTINA PEDROSO BITTENCOURT
106 045109 GRASIELA DA CRUZ SOARES	175 072585 SUZICLEIDE DA SILVA PIRES
107 069822 SHIRLENE BEREJANSKI BRAGA DE OLIVEIRA	176 060781 SAMOEL OSMARINO DA SILVEIRA
108 071978 MAYARA DE OLIVEIRA	177 042717 CATIANE DE OLIVEIRA
109 073134 CHEIRON ALCIONEI DA SILVA FERNANDES	178 071910 HIOLI ANDRESSA LEIRIA RODRIGUES
110 057644 FABIO CARNEIRO	179 069805 ANDRESSA DE MIRANDA
111 072717 ALINE DA PAZ SOARES	180 072212 GERUSA ANDREIA SAGAS ALVES
112 073107 REGIANE MACHADO DA SILVA	181 050892 LETICIA KROTH BASTIANELLO
113 047580 CAROLINA SILVA SCHAEFER	182 046166 GILMARA TEIXEIRA DA SILVA
114 045834 TAMIRES RICARDO DE FREITAS	183 059767 SUELLEN WEBER ZIMMERMANN
115 069083 MARIA CRISTIANE CARDOSO BITTENCOURT	184 050108 THAYANE KEYLHA LIMA DE SOUZA DIAS
116 071658 JHONATA FLORES	185 053755 FILIPE GOMES VIEIRA
117 068170 MAICON FERNANDO DESORDI	186 032830 RAFAELA GOIS VILAIN
118 048034 BRUNA MARTINS MACHADO	187 044654 AMANDA GONCALVES CAMPOS
119 073449 CAMILA GUEDES MAICA	188 059225 LAYSA LAURA PORTO ALVES
120 051492 FRANCINE FRAGOSO DE MIRANDA SILVA	189 071370 WELLINGTON CRISTIAN BRINHOSA
121 051664 FABIOLA PEREIRA RODRIGUES	190 068118 VANESSA RAICIK ZLUHAN
122 070533 PIERINA GILLI DA SILVA MOREIRA	191 069618 MANUELA BASTOS MARTINS
123 052446 ALEXANDRA ROZAR	192 069532 LUAN JOSE CORDEIRO DOS SANTOS
124 048970 DANIELLA COSTA ZIEGLER	193 071649 ELISANDRA ASSUMPCAO XAVIER
125 055252 GUILHERME ZIMMERMANN	194 068177 RAFAEL NATEL DE MOURA
126 066504 AMANDA DE SOUZA	195 067728 JOSE FRANCISCO LEONARDO CABRAL
127 070088 ARLETE TERESINHA FERREIRA LIMA	196 072991 MARIA CLEUSA SOLEK
128 050970 MARIO CESAR ZYTKUEWISZ	197 043896 ROGERIA MOURA PAIM
129 069750 VICTOR FABIANO FERREIRA	198 044803 CARMEN LUCIA DA SILVA
130 068223 ROSELI MARIA SACKSER	199 010753 JANICE ZAWASKI PAZETTO DAMASIO
131 068816 EVELINE RODRIGUES DA SILVA	200 067980 MARIA FATIMA VIEIRA
132 051345 MAHARA QUEIROZ DE JESUS	201 065700 VANICE LOPES JUNG
133 069239 SOLANGE HOFFMANN	202 051683 ANDREA BEATRIZ SILVA
134 059170 PAULA RAFAELLA DE BARROS	203 056716 CLENILCE SILVA DE ARRUDA
135 061673 JANAINA FRANCISCO NUNES	204 072516 ESTELA MARI SCHON CAETANO
136 072425 TAIZA CUNHA VIDAL	205 071269 DANIEL NAIMAYER ZANOTTA
137 072274 MARCELO ANTONIO DOS SANTOS	206 043400 SAMARA ROSELEA NUNES DOS SANTOS
138 067347 ADRIANA VIEIRA ROCHA SANTOS	207 070901 ELAINE CRISTINA COSTA
139 049558 TAIZI VALDINEA ABILINO	208 071055 ANA PAULA TREVISAN
140 072383 VALERIA DA SILVA PERES	209 072999 REGIS SALVADOR SORGEN
141 069752 TAMYRIS GONCALVES COSTA DA SILVA	210 072923 JOSY GONCALO DA SILVSA
142 066049 NAYRA VALENTIM HEIN	211 071408 ALEXANDRE MATTOS DA FONSECA
143 056719 BETHANIA DA VEIGA CALHEIRO	212 063302 SABRINA KUZAWA
144 070637 BRUNO KUBALL DEBIASI	213 057579 SAMURANA MACHADO VIEIRA
145 069485 LETICIA FERNANDES DOS SANTOS	214 045070 GABRIELA LAURA DE SOUZA SERAFIM
146 007370 LARA MARIA MARTINS CORREA	215 073218 ARIANE CARVALHO BASSO
147 052884 MANUELLA CAROLINA FERREIRA	216 065911 VANESSA DOS SANTOS BONSENHOR
148 073439 PATRICIA MURYELL GUIMARAES COLLETO	217 052474 MARIA BENEDITA ARAUJO SARAIVA
149 072044 MIRELA DA SILVA FLORES	218 071397 JAQUELINE RIBEIRO
150 073083 TACIANA DE ORLEANS MONTEIRO	219 066017 GRASIELI GILDA JACINTO
151 065659 GABRIELA GILDESIA PONTES	220 070971 SAMARA COSTA GARCIA
152 067132 CAROLINE CORREA DA CUNHA	221 072939 DANILO GONCALVES
153 071548 LUIZ HENRIQUE PINHEIRO	222 056542 KARINE D AMARATT SCHMIDT
154 060920 SAMILY GABRIELY CARVALHO	223 071976 SINTIA MARIA DIAS
155 067194 LAVINIA LETICIA LEITE	224 073262 SUELEN CRISTIANE FAGUNDES RODRIGUES
156 065341 IVAN REINEHR	225 056838 KAROLINE ALMEIDA TAVARES
157 049849 LEONICE MATIAS DOS SANTOS	226 067506 CRISLAINE PESSOA
158 068537 ELIZELE DE CARVALHO BORGES	227 045610 PAMELA DOS SANTOS ESPINDULA
159 052522 CATIA ZANATTA	228 068924 JULIETE ELIETE DA COSTA
160 043944 CLEBER SOUZA	229 045609 OZELIA MAGALHAES MORAES

230 072176 BIANKA SIMAS MARTINS	299 066981 AMANDA AVILA PEREIRA
231 070852 RUTH NEIA PEREIRA	300 072116 IURI SUTIL SARTORI
232 073032 GISLAINE VICENTE DA SILVA	301 063773 BEATRIZ FLORINDO
233 071198 GIOVANA GIANNECCHINI	302 043972 LEIDIANE FERNANDES DA CUNHA
234 070716 GABRIEL FRANCO DANTAS	303 070869 ANA CARLA ISAIAS
235 056742 VICTOR HUGO DA SILVA	304 062967 ROBERTA MARTINS DA ROSA
236 045359 LILIAN TEIXEIRA	305 069415 DANIEL ALVES COSTA
237 045188 JAQUELINE PEREIRA	306 063423 EDUARDA CLAUDIA DA SILVA
238 052048 CAROLINA DE SOUZA	307 068813 AMABILE LOUISE MARTENDAL FORSTER
239 043955 ANABELLI BARCELLOS DE ALMEIDA	308 066270 GABRIELY DA COSTA FAGUNDES
240 050752 FELIPE ALVES DE SOUZA	309 070514 ERICA DE LIMA SILVA
241 068801 GUSTAVO SILVEIRA DE ESPINDOLA	310 073248 SORAIA DE OLIVEIRA VICENTE
242 071908 HELENA MARIA DOS SANTOS SOUZA	311 071513 CATEA REGINA BITTENCOURT DA SILVA
243 043670 SONIA MARIA DE ARAUJO	312 066317 ANGELA MARIA MARIANO
244 073235 ROSELI GALLIANI ISAIAS	313 045803 SINTIA CARREIRA PEREIRA VIEIRA
245 073561 ADRIANE PROCHNOW DA SILVA	314 071766 DAIANE JULIA MIRANDA VITAL
246 053734 ANDREA DOS SANTOS DUARTE	315 072974 PATRICIA SALDANHA GARCIA
247 060092 MARCIA VALDA DA SILVEIRA	316 067475 KELE CRISTINA DOS SANTOS FLORINDO
248 072625 CARLOS JOSE DOS SANTOS	317 066354 ARIANE LUCELIA DA SILVA POLICARPO
249 054623 PATRICIA GONCALVES	318 069588 DAIANA PRUDENCIO BARCELLOS
250 071525 GISELE CRISTINA DE ABREU	319 045412 LUIZ ANTONIO FONTANIVE LINCK JUNIOR
251 053723 CLAIRE SIMONE FELDHAUS	320 060832 RAQUEL STEINHEUSER
252 068092 CLEONEI ROGERIO ROQUE	321 072019 ANA KAROLINA COSTA
253 073482 MARIO JORGE CAMARGO DE OLIVEIRA	322 072652 ELLEN FRANCINE KRUGER DOS SANTO
254 072747 ELIANE OSVALDICE LUIZ	323 056195 SCHEILA MARIA DAL BOSCO
255 071508 ANA PAULA DA CUNHA	324 069869 KAREN MANUELLE CARNEIRO DA SILVA
256 051418 GRASIELA TERESA DE FARIAS	325 044786 CAMILA HELENA SILVA XAVIER
257 070455 GRACE SUELLEM MARTINS DE MOURA	326 067830 TAIANY ALVES DE SOUZA
258 047295 GISELLE DA SILVA RICCI	327 067743 ANA MIRRA DA ROCHA
259 051332 CATIANE ALVES BASTIANELLO	328 069893 SYLMARA FERMINA FLORES GOMES
260 056335 FERNANDA PREVE DA SILVA	329 072009 ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA COSTA
261 054687 RAPHAEL VON BARTH	330 066304 PRISCILLA DA SILVA FLORES
262 066293 SUELLEN DA SILVA MONTEIRO DOS SANTOS	331 070392 ROGERIO DA ROCHA MULLER
263 071879 DANIEL BARBOZA	332 072597 FRANCIELY DA SILVA BRINHOSA
264 069512 RENATA GRAPE BERNARDINO	333 072234 BIANCA CAROLINA CANTUDO SANTOS
265 063412 MAYARA ARALDI BORTOLON	334 072685 LUCAS NEGRI COSTA
266 072469 ISABELLA MARTINS MACHADO	335 044062 DANIEL MARCOS BRIQUE UMBELINO
267 067820 THALITA DUARTE	336 071141 NATHALIA EDY GONCALVES
268 065948 JESSICA CRISTINA DA CRUZ	337 071973 ANDRIELY JENE ELIAS
269 070179 DANYELLA ADRIANY VIEIRA	338 063421 MATHEUS RAMOS FAGUNDES
270 032557 TATIANE ADRIANA DA SILVA	339 065903 MANOELA CRISPIM NAZARIO
271 054680 MAICON SANTOS DA SILVA	340 071049 VIVIANE REGINA JORGE
272 071278 MARIA EDUARDA BOGONI BRUSTOLIN	341 066412 SIMONE DE SOUZA WERNER
273 051378 AMANDA PADILHA	342 069607 JOELMA LUSTOSA KRUEPEZAK
274 045461 MARCOS ANTONIO SOARES	343 033831 LUCI VILMA DOS SANTOS FAGUNDES
275 069985 ROSANA NIEHUES FERNANDES DOS SANTOS	344 073011 CLAUDIA REGINA MAFRA MORAES
276 033252 JEFERSON ANDREI SILVEIRA	345 060064 IVANETE ROSA ANDRE
277 065800 ALEX SANDRO VALADARES PINTO	346 070384 JEANI ERONILDES ALVES
278 073733 ALESSANDRA VELOSO NUNES DA SILVA	347 067627 INAJARA DA ROSA NUNES
279 071868 FERNANDA JURACI LOBO NUNES	348 072216 LILIANE MARIA DOS SANTOS PERAO
280 059710 LEDA REGINA RIBEIRO	349 068437 LETICIA EVANILDE GRAPE ANDRADE
281 065650 SILVANA PEREIRA	350 073644 OLGA MARIA SANTOS FERREIRA
282 070895 CRISTINA CARVALHO DE AGUIAR	351 049785 GISELLE MONTAGNER
283 072239 MAGALI DE SOUZA	352 066011 JAQUELINE MARIA DA CRUZ
284 072240 ROSANGELA MARAGNO PEREIRA	353 055327 PATRICIA CARMEM SOUZA DE CAMPOS
285 072891 EDUARDO CARLOS PINTO	354 071515 MARCILENE NAIR JORGE
286 065873 SIDINEIA ELY BITENCOURT MARTINS	355 065892 LIDIANA NELZELI CARDOSO
287 060726 IGOR KAISER RODRIGUES FREITAS	356 068960 LUIS GUSTAVO DOS SANTOS GONCALVES
288 053321 VANESSA MACHADO CORREA	357 066256 SOLANGE DA SILVA
289 010571 JEFFERSON MARCOS FELIX	358 043639 DAILANE ARAUJO
290 067935 MARIELY MARIZETE GRAPP DA COSTA	359 071494 JULIANI MARIZA ALVES DE CASTRO
291 045808 STEFANI SOARES	360 058132 SIMONE DA SILVA DUARTE
292 066358 PATRICIA GOMES FERREIRA	361 015791 GISELE CABRAL
293 032537 LUIS FERNANDO CARDOSO MARTINS	362 051838 HEVILYN IZADORA FRANCISCO
294 073555 JULIANI DE SOUZA FERNANDES	363 065999 EDUARDA LIDIANA OLIVEIRA
295 069602 ALINE TAVARES JOSE	364 053289 JEAN PAULO ORIO
296 066904 LILLIAN KELLY NUNES	365 071263 DEYVITH FERNANDES DA LUZ
297 072538 RODRIGO SCHMIDT DE MESQUITA	366 068289 BARBARA RIBEIRO REZENDE
298 065816 SABRINA CINTIA COSTA	367 058907 JOANY SOUZA DOS SANTOS

368 070713 DIOGO ROBERTO HENRIQUE  
369 069526 GUSTAVO ANTONIO FLORES  
370 069957 MARYELLE DE FATIMA DOS SANTOS  
371 072238 ALEXANDRA PEREIRA FERNANDES  
372 072634 DANIELA VERONEZE  
373 069293 CRISTIANE DA SILVA  
374 068325 DANUBIA ALZIRA RAMOS  
375 070890 FABIANO MORAES CAMPELO  
376 059291 MARCELO VIEIRA  
377 073665 MARTA PEREIRA  
378 065624 JESSICA SALES FRAGA  
379 071622 KAMILA CRISTINA FREITAS MATOS  
380 054219 LUCAS FAQUETI  
381 070540 TAMARY PEREIRA MONTEIRO  
382 069797 FLAVIA BRIQUE UMBELINO  
383 073585 ALMOR PATRIK HINCKEL  
384 068815 EMEY HARZ DA SILVA  
385 058950 MATHEUS WESSLER  
386 071273 ALANDERSON SANTANA DA SILVA  
387 073840 ELIZANDRA DOS SANTOS SEVERO  
388 068209 RAGNA ODITH DA SILVA BRANCO  
389 063148 ROSSANA NEGRI COSTA  
390 071624 SILVANA KLAUSEN MOTTA  
391 068646 EDIVANIA ZILMA DE OLIVEIRA  
392 073052 ALEXANDRE MANOEL DA SILVA  
393 067259 PATRICIA ZALI DA COSTA  
394 071514 GILMARA MARIA SAGAS MARSANGO  
395 057875 KLISSIAN JUCYELLY DE SOUZA DE MELO  
396 073416 ANDRE LUIS FERREIRA NEGREIRO  
397 067145 MARIANA MELLO  
398 065775 KARINE LUCIA EIAS  
399 068464 MORGANA NUNES DE SOUZA SEVERINO  
400 070722 MARIA LUIZA VIEIRA DE ARAUJO  
401 073040 ALINE FERNANDES GARCIA  
402 072593 BRUNA CARDOSO DE LIMA  
403 065829 GUSTAVO DE MELO FIDELIS  
404 069661 FRANCIELE PEREIRA DOS SANTOS  
405 072667 LETICIA KLEIN  
406 067366 KRYSNANDA MONTEIRO ALVES  
407 071267 SHIRLEY CRISTINA DE SOUZA  
408 073866 DOUGLAS SEDREZ PICKERING  
409 066629 JULIANA COSTA BARBOZA COUTINHO  
410 065770 VANESSA VALDETE GONCALVES  
411 073572 RENATA DE SOUZA TAVARES  
412 065483 KEVYN EVERALDO FLORES  
413 072016 KARYN MOREIRA MARTINS  
414 065583 ROSIANE TEREZINHA OLIVEIRA QUINTINO  
415 073636 MARIA INES DE SOUZA SOARES  
416 071540 EVILI NAZIDIR DE SOUZA  
417 072188 JESSICA GONCALVES DOS SANTOS  
418 071156 GABRIELE RODRIGUES

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO  
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO  
001 071417 KLEBER KAIR  
002 065720 GUSTAVO COSTA DE AZEVEDO  
003 072320 RAFAEL PEREIRA MATOS  
004 054404 SEDIEL FLORES  
005 043631 BRUNO REGIS DE ARRUDA  
006 038062 DILCEU CAMPOS DA ROSA  
007 046024 ANDREY ROGERIO ABREU  
008 069833 CARLA FABIANE PEREIRA  
009 068761 FERNANDO JOSE CASTANHA  
010 067340 ELISANGELA REGINA MACHADO DOS SANTOS  
011 070094 CLAUDIO ROBERTO CANALS MARTINS  
012 071527 ANDRE NEWTON DE OLIVEIRA  
013 044071 SANDRO DIEFENBACH BERNEIRA  
014 052791 OSMAR GOULART NETO  
015 043736 CLAITON JEOSAN NICOLAU DE PINA

016 070001 ISRAEL ISIDORO CORREA  
017 051214 KENARD RODRIGUES SILVA  
018 047434 VALERIO BAGATOLI  
019 065890 TIAGO JOSE PEREIRA  
020 055090 MARCELO DE SOUZA MOURA  
021 066165 ALAERTO CID FERNANDES JUNIOR  
022 070268 BRUNO FLANDERS DA SILVA  
023 070322 AFONSO ADAILSON DE AZEVEDO  
024 046079 ROBERTO MOISES CRUZ  
025 056093 RICARDO ANGELO DE ALMEIDA  
026 068660 FERNANDO LEMOS DE OLIVEIRA  
027 071149 DIEGO ROBERTO HENRIQUE  
028 052823 LUCIANO HAUPTLI  
029 053529 GABRIEL LUIZ DOS SANTOS CIPRIANO  
030 071954 ALAERTO CID FERNANDES  
031 069010 DIONATAS DE OLIVEIRA MARTINS  
032 069905 KLEITO DE QUADROS  
033 069411 JUCEMAR REDUZINO PINHEIRO  
034 068920 LEANDRO JOEL SAGAS  
035 069014 EUCLIDES BATISTA TOMACHEUSKI  
036 068474 CELIO ALTAMIRO SAGAS  
037 053324 ROSANA MARA NUNES CANDIDO

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO  
001 032692 FABIO ARAUJO MARTINS  
002 069519 JAIR MARQUES DOS SANTOS  
003 069881 DOUGLAS PRADO DA SILVA  
004 046183 LUCIANE APARECIDA CARDOSO  
005 070532 GABRIELA SCHROETTER ALMANSA  
006 044709 ANDRE LUIZ SENHORINHA  
007 071844 FABRICIO ADILSON EHLERT  
008 042839 PALOMA RIQUETTA COSTA  
009 061514 DIOGO DE OLIVEIRA PORTO  
010 068482 MARINEIA ONDINA DOS SANTOS SAGAS  
011 053093 DEBORA AMORIM BOSSE  
012 070525 ELIS FABIANE PINTO MACHADO  
013 062920 JOBEL TOMAS RAIMUNDO  
014 013083 MARISETE LIMA DE OLIVEIRA DABOITE  
015 071836 JANETE GROTH  
016 035626 PAULO GEAN CHAGAS  
017 044979 EMILLY CAROLINNE PRADO DA SILVA  
018 070017 DANIELA FLORES VIANA  
019 057246 ANA PAULA LINO CORDEIRO  
020 059884 MARIA EDUARDA PERES  
021 046146 AGUIDA MARIA PEREIRA DE FARIAS  
022 067608 ANDREIA DE MACEDO  
023 068683 DAGMA MACHADO DE AZEVEDO DE MEDEIROS  
024 069380 JACKELINY IVETE SAGAS  
025 066381 LUIZ HENRIQUE DE MELO  
026 047290 GABRIEL COSTA HACKBARTH  
027 063600 JANE EUGENITA DOS PASSOS COELHO  
028 047275 EVANDRO CARLOS FERREIRA  
029 066851 SONIA DELLEAGIUSTINA  
030 073155 ARIZA MAILDE FLORES  
031 067918 SUZANA PEREIRA  
032 065651 SHEILA FERNANDA GRACIOSA  
033 063451 ROSELI DE OLIVEIRA NERI  
034 065645 VITOR HUGO BERNARDINO  
035 056701 NAJARA CRISTINA DE SOUZA  
036 067437 RAFAEL SILVA GARCIA  
037 046161 EVALDO PONTUAL PINHEIRO JUNIOR  
038 058924 LUCIANA LURDES ZANINI  
039 072061 REGIANE SOARES  
040 043569 MARIVONE REGINA DA SILVA  
041 054762 MARCIO OSVALDY AMORIM  
042 063329 JUCIMARA ALDILETE SIMAO  
043 071295 PRISCILA SILVA DE OLIVEIRA  
044 048676 GUILHERME DE SOUZA

045 070707 LAYLA DA SILVA BENTO  
 046 073378 JOSE ELDO DELFINO  
 047 068015 LEONEL EPIFANIO CAMEU FILHO  
 048 058541 SALETE WEBER ZIMERMANN  
 049 058352 MARLENE SANTOS DA CUNHA  
 050 072324 SIMONE VIEIRA GUIMARAES  
 051 071639 MARTINHA DA SILVA NUNES PEREIRA BUENO  
 052 052435 VIVIAN PINHEIRO DOS SANTOS SA  
 053 071435 ELIANE DE ALMEIDA ALEXANDRE  
 054 071517 EZEQUIEL FERREIRA DOS SANTOS  
 055 043819 LARISSA DA SILVA  
 056 067760 THIAGO ROBERTO MAIA  
 057 068343 GABRIEL SCALABRIN  
 058 033932 DANILA NAUCI MARQUES  
 059 056053 GISLAINE PATRICIA MARTINS FLORES  
 060 066178 MAYRA PALOMA FRANCISCO  
 061 069045 WAGNER LAZZERINI NEMITZ  
 062 050774 ANTONIO MARCELO COSTA DOS SANTOS  
 063 058358 CAMILA DA CUNHA BRITES  
 064 062838 MARILIS SERUR DOS SANTOS  
 065 073407 ROSINEI FERNANDES RIBEIRO  
 066 069050 ADRIANA LAZZERINI NEMITZ  
 067 032705 SOLANGE DE FATIMA VIEIRA DA SILVA  
 068 072541 ANDREA MARTINS MAGNUS  
 069 071443 ADRIANA MARIA DE MORAIS VIANA  
 070 056791 MARCELO RODRIGO CAMPOS  
 071 068593 SUZANA ROBERTA SILVEIRA  
 072 056634 CLAUMIRA ADRIANE COLOMBELLI MORAES  
 073 068685 LAIANA CIRILO MARQUES NAU  
 074 060914 CRISTINA SILVA DE MELO  
 075 068471 GABRIELA CORREA BORGES  
 076 068147 JAQUELINE DOS SANTOS FELIX  
 077 054482 MARCIO PORTO E SILVA  
 078 047313 JOAO GUILHERME SOUZA  
 079 071109 PAMELA GONCALVES DA SILVA  
 080 073142 HEMILY VELOZO MARCOS  
 081 067905 LEDA LUIZA DOS SANTOS  
 082 069178 MADALENA APARECIDA RIBNIKER NOGUEIRA  
 083 063102 ANA LUCIA DOS PASSOS SOUZA  
 084 068818 LORECI ELENA DE QUADROS  
 085 052349 ANDERSON LAZARO SILVA  
 086 033170 TANIA ELIZABETE MIGUEL  
 087 070125 FRANCIELLE MARINHO GONCALVES  
 088 070006 IDONILSON JOSE SOUSA CUNHA  
 089 065783 LEIDE ANTONIA DE AMORIM  
 090 070024 MATEUS SANTANA FEIJO  
 091 073653 JULIANA DOS SANTOS OLIVEIRA  
 092 071883 BRUNA GONCALVES  
 093 068656 ANA REGINA ROCHA DA SILVA  
 094 067302 ANDRIELY GONCALVES PEREIRA  
 095 051557 ELIANE BARCELOS PULCENA  
 096 068552 EDUARDO CORREIA BORGES  
 097 070500 SILVANA LENIR SOARES DA SILVA  
 098 044747 AUGUSTO LOURENCO DE ANDRADE  
 099 050095 SIRLEI PESSOA DA SILVA  
 100 069280 DEVANIR EVANILDE GRAPE MARQUES  
 101 071433 VANUZA PEREIRA  
 102 068587 MIRIAN JOCINEIA PEREIRA  
 103 069658 MONIQUE CARLA TOMACHEUSKI  
 104 070566 GRAZIELY SILVEIRA DE LIMA  
 105 071829 CAMILA SOUZA GOULART  
 106 066388 DAYANE COSTA SANTOS  
 107 068647 GLAIDZI EVANILDE DALPRA  
 108 071250 RODRIGO LOPES DOS SANTOS  
 109 068240 ARITUZA DA SILVA ARAUJO  
 110 067118 ANA LUCIA CENTENO ANGRIZANI  
 111 070257 VALDEMIRA MARIA DA SILVA  
 112 048310 VALMILENE MAIA DE OLIVEIRA  
 113 070264 MARCIA DOS SANTOS DUARTE

114 067440 CLEONICE CREUSA BITTENCOURT  
 115 066480 ROSANA DOS SANTOS SAGAS  
 116 066091 ZINEIDE MARCELINA SOARES DOS SANTOS  
 117 067123 JOELMA MAURILIA JACINTO FERNANDES  
 118 051051 CARINE PEREIRA MENDES BRASIL BAGATOLI  
 119 068137 DANUBIA IVETE SAGAS  
 120 072989 SABRINA MARGARETE VIEIRA  
 121 073810 JULIANA MARIA FLORINDO DOS SANTOS  
 122 049944 ELIZETE ADRIANE DA COSTA  
 123 066602 ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA  
 124 068414 ALINE PHILIPPE  
 125 066333 DARA CRISTINY NOBREGA PEREIRA  
 126 067910 LARISSA RIBEIRO AMADOR  
 127 068982 AGATHA LEGEL LEONARDI  
 128 068601 TELMA ALCIONE OLIVEIRA DA SILVA  
 129 033243 LUCIANE ERONDINA RAMOS  
 130 058575 WALMIRA DE SOUSA SILVA  
 131 069327 LUCIANA MENDES CALSOLARI  
 132 033334 FABIANA REGINA DE OLIVEIRA  
 133 070936 LUZIA PEREIRA DE JESUS  
 134 071646 TEREZA SOELI PEREIRA  
 135 052751 JEFERSON GEOVANI SOARES  
 136 032884 LUANNA PAULA WALTRICH  
 137 033596 PATRICIA DA SILVA  
 138 066954 CARIN DA CUNHA DE PINA  
 139 070363 LEONARDO BENTO DO AMARAL  
 140 043865 MICHELE RIBERIO DE SOUZA  
 141 069812 JESSICA APARECIDA BALLOCK  
 142 072213 AMANDA PACHECO AGUIAR  
 143 067679 LEONARDO GARCIA DA SILVA  
 144 071398 CLEUSA JACINTA DE ANUNCIACAO  
 145 043934 VANILDE GERMANO  
 146 057241 SOLANGE GUESSER  
 147 067966 ROSEMEIRE CRISTINA DOS SANTOS SAGAS BITTENCOURT  
 148 068699 VERONILDA DALCI SAGAS LANGE  
 149 068381 CLEONICE APARECIDA SILVEIRA COSTA  
 150 073303 ELIZETE VEGA SOARES DA SILVA  
 151 066659 BARBARA SIMBELI MARQUES GARCIA  
 152 071423 VALDIRENE PEREIRA  
 153 070962 MICHELE RAMOS  
 154 032891 JAQUELINE DA ROSA  
 155 067780 JOSEANE DOS SANTOS LINS  
 156 071631 LEONOR HILDA SAGAS

## Cargo: COVEIRO

## POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 066228 CARLOS ROBERTO DAHM  
 002 068817 MARCOS RODRIGUES DA COSTA  
 003 069241 CARLOS EDUARDO PERES  
 004 073253 DANIEL BOLL  
 005 056650 KLAITOM SCHMITT  
 006 065691 MATHEUS MENDES BRITO  
 007 066506 EDESIO GUIOMAR DE SOUZA FILHO

## Cargo: GARI

## POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 066373 EVERTON MEIRINHO DE OLIVEIRA  
 002 070916 JEFERSON DE MELLO  
 003 043677 GUSTAVO CLIMACO SANTIAGO LUCIANO  
 004 053698 VANDERSON CORREIA MARQUES

## Cargo: INSEMINADOR

## POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 069255 ANTONIO CARLOS CORREA JUNIOR  
 002 038039 ANTONIO WELISON COSTA DA CRUZ  
 003 070366 JOAO PEDRO PAPENBORG ANDERSON  
 004 046953 THIAGO CARLOS FERREIRA  
 005 068844 THIAGO NUNES

Cargo: MOTORISTA

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 054249 DIOGO SOARES SA  
002 045647 PIERRE PATRICK MEDEIROS  
003 056588 GUSTAVO AUGUSTO AMORIM  
004 044636 ALEXANDRO CARLOS PEREIRA  
005 055772 RAFAEL FLORES SILVEIRA  
006 039203 VICTOR ROBERTO PECSSEN COSTA  
007 073619 DYELL ORELO DE SOIZA  
008 051515 EDUARDO PEDRO DE AMORIM  
009 060642 PATRICIA PINTO DA SILVA ROUSSENQ KLEHN  
010 073302 JOEL FRANCISCO MONTEIRO  
011 045361 LINCON HERBERT ALMEIDA TAVARES  
012 058902 VILSON WELINTON CAPELLETTI  
013 068178 RONALDO CESAR DE CARVALHO  
014 071600 MARIO SERGIO FERNANDES  
015 071758 AUGUSTO LINHARES TEIXEIRA  
016 066066 ARAO FERREIRA DA SILVA  
017 060270 JAIME TAVARES  
018 073465 NEDISON NILDO MARTINS  
019 072041 YURI HELIO SOARES  
020 043384 MARCIO VLAMIR FERNANDES  
021 066661 SANDRO SINESIO SOARES  
022 053750 MAICON DOS SANTOS  
023 070493 FERNANDO AUGUSTO LEITE MARCELINO  
024 059989 THIAGO RAMOS DA SILVA  
025 053150 LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA  
026 072142 PABLO NEIS  
027 060724 VIVALDO DE SOUZA JUNIOR  
028 070597 NELSON JUSTINO ARAUJO BARBOSA  
029 071115 RICARDO JORGE FERREIRA  
030 066715 EDUARDO SCHWINDEN  
031 046255 BRUNO DA SILVA QUERINO  
032 072697 WESLEY ALTAIR FERNANDES  
033 067686 JOSE DA SILVA TAVARES  
034 067231 CRISTIANO PRESTES DA SILVA  
035 046232 ANDERSON GOULART DOS SANTOS  
036 043357 GABRIEL SOUZA FLORES  
037 068105 ADERSON ANTONIO MOTTA SCHERER

Cargo: MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO/CARGAS

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 071762 JEAN MARCEL KUPKE  
002 065773 CLEVISSON CAMARA DE JESUS  
003 073573 TIAGO GOMES SANTOS  
004 050878 LEANDRO KROTH BASTIANELLO  
005 068930 ALEXANDRE MARTINS DE SOUZA  
006 033875 EDMAR SOUZA  
007 070555 MARCOS WALTER KLOPSCH  
008 067972 PAULO HENRIQUE PEREIRA DE LIMA  
009 069186 EVANDRO VIEIRA LOPES  
010 046781 JAKSON JUNIOR DIAS  
011 067337 MARCIO JONAIR SIMAO  
012 067812 JAIRO MIGUEL OLIVEIRA  
013 066896 EDSON TESTONI  
014 070638 SUZANA MARTINS  
015 071511 GUILHERME MONTANHA DE ARAGAO GONCALVES  
016 046735 FELIPE PEREIRA  
017 069002 REGINALDO GONCALVES FERREIRA  
018 055827 EDERSON LAGNER NASCIMENTO DOS SANTOS  
019 052099 LUCKY WILK FEITOSA  
020 015280 FERNANDO PATRICIO FILHO  
021 060282 MARCOS DANILO RODRIGUES XIMENDES  
022 065399 WILLIAM FRANCO NUNES  
023 072968 VALDEMIR DE GODOI  
024 065801 ELVIS ARTHUR SOARES  
025 046922 ROBSON DE SOUZA SILVA  
026 033207 EDSON FARIA DE ANDRADE

027 046711 EMERSON LEDERHANS MENDES  
028 037985 RODAIR BOTELHO LIMA  
029 046376 IVAN RIBEIRO SBRAVATI  
030 033608 MARCUS VINICIUS RODRIGUES  
031 071867 ISRAEL ALSINES DA SILVA  
032 026863 EVERSON ANDRE FELISBINO  
033 068075 ALEX FERNANDO BENTO NUNES  
034 046591 JAISON FERMIANO  
035 072653 LUIS FERNANDO DUARTE BORGES  
036 068797 ROGERIO BERNARDINO SILVA  
037 068310 IRINEU BETTU  
038 046530 SANDRO OURIQUES

Cargo: OPERADOR DE EQUIPAMENTO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 071268 ADIR ADILIO DO NASCIMENTO  
002 068589 LUIZ HENRIQUE FERNANDES

Cargo: PEDREIRO

POSIÇÃO INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO

001 066542 ANTONIO MACHADO DE LIMA  
002 053736 PEDRO PAULO DUARTE

# Grão Pará

## PREFEITURA

### CONTRATO N 74-2017 TRATOR ITUARA

CONTRATO Nº 74/2017

(22 de agosto de 2017)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, e ITUARA LTDA ME, empresa estabelecida NA Rua Leonel Thiesen, 487, Centro Ituporanga, Santa Catarina, Cep 88.400-000, inscrita no CNPJ/MF sob n. 18.057.523/0001-30, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Administrador, Senhor Fabio Geraldo Sasso, Brasileiro, Casado, , inscrito no CNPF n. 578.562.739-68, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO 1(UM) TRATOR AGRÍCOLA PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, conforme descrições e marcas adiante descritas.

· ITEM 1 – Trator Agrícola , pneus zero quilômetro, marca LS MTRON, modelo Plus 80R, com 80cv, 4 cilindros, plataforma, cambio sincronizado de 12 marchas á frente e 12 á ré, com reversor, tração 4x4, com capacidade de levantar de 3.400 quilos, tanque com capacidade de 100 litros de óleo diesel, freio em banho de óleo, volante de direção com ajuste de altura e profundidade, tomada de força com 540/750/1000 RPM,luz de ré e buzina sincronizadas, banco do motorista, com ajuste de altura e cinto de segurança, capota, arco de segurança em aço com estrutura contra capotamento.

#### CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 57/2017- Edital de Pregão Presencial n. 22/2017-PR, de 18 de julho de 2017, no valor total de R\$ 109.354,00(Cento e nove mil, trezentos e cinquenta e quatro reais )

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

#### CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A entrega deverá ocorrer no pátio da Garagem Municipal onde se localiza a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS, após a assinatura deste Contrato.

#### CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CONTADOS DA DATA DE ENTREGA DO TRATOR AGRÍCOLA e apresentação das respectivas notas fiscais, com recursos oriundos do firmado com a União por intermédio do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Os preços homologados, adjudicados e contratados serão fixos e irrevogáveis.

#### CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 22 de agosto de 2017, com vigência de 08 (oito) meses, contados de sua assinatura.

#### CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes ao trator agrícola a serem adquiridos e verificar se os mesmos encontram-se em conformidade com as especificações técnicas estipuladas contratualmente

#### CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Entregar, no pátio da Garagem Municipal onde se localiza a Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS, o trator Agrícola com as especificações e marcas estipuladas contratualmente, após homologação e adjudicação da licitação e após a assinatura do Contrato;

II. Emitir notas fiscais do trator Agrícola a serem entregues;

III. Prestar garantia contratual mínima de 01 (um) ano após fornecimento dos objetos, acrescida da garantia legal de que trata do CDC;

IV. prestar a capacitação necessária aos operadores/motoristas que irão operar/conduzir o trator Agrícola.

#### CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

05.01.1.003.4.4.90.52.52.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 41);

05.01.1.003.4.4.90.52.52.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 42).

#### CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

#### CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 57/2017- Edital de Pregão Presencial n. 22/2017-PR, de 18 de julho de 2017, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

#### CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer o objeto deste Contrato em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no

prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.  
Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**  
Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 22 de agosto de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS FABIO GERALDO SASSO

Prefeito Municipal Administrador da Contratante

TESTEMUNHAS

**DECRETO DF 021/2017 - ORÇAMENTO**

DECRETO Nº 000021/17 de 23 de Agosto de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002078/17 de 14 de Agosto de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(240)3.3.90.00.00.00.00.00.2.015-0022 - Aplicacoes Diretas 60,00  
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(169)4.4.90.00.00.00.00.00.1.027-0000 - Aplicacoes Diretas 70.000,00

Total Suplementação: 70.060,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO  
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

(022)4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0000 - Aplicacoes Diretas 10.000,00 (024)4.4.90.00.00.00.00.00.1.026-0000 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(053)4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-0022 - Aplicacoes Diretas 60,00

07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO

07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO

(132)4.4.90.00.00.00.00.00.1.016-0000 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

08 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

08.02 - DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

(141)4.4.90.00.00.00.00.00.1.014-0000 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

DECRETO Nº 000021/17 de 23 de Agosto de 2017

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

08.02 - DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

(142)4.4.90.00.00.00.00.00.1.017-0000 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Total Anulação: 70.060,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Agosto de 2017.

MARCIO BORBA BLASIVUS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 23 de Agosto de 2017.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000021/17 de 23 de Agosto de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002078/17 de 14 de Agosto de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(240)3.3.90.00.00.00.00.00.2.015-0022 - Aplicacoes Diretas 60,00  
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(169)4.4.90.00.00.00.00.00.1.027-0000 - Aplicacoes Diretas 70.000,00

Total Suplementação: 70.060,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO  
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

(022)4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0000 - Aplicacoes Diretas 10.000,00 (024)4.4.90.00.00.00.00.00.1.026-0000 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(053)4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-0022 - Aplicacoes Diretas 60,00

07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO  
07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO

(132)4.4.90.00.00.00.00.00.1.016-0000 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

08 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO  
08.02 - DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

(141)4.4.90.00.00.00.00.00.1.014-0000 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

DECRETO Nº 000021/17 de 23 de Agosto de 2017

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO  
08.02 - DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

(142)4.4.90.00.00.00.00.00.1.017-0000 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Total Anulação: 70.060,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Agosto de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 23 de Agosto de 2017.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000021/17 de 23 de Agosto de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002078/17 de 14 de Agosto de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(240)3.3.90.00.00.00.00.00.2.015-0022 - Aplicacoes Diretas 60,00  
15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(169)4.4.90.00.00.00.00.00.1.027-0000 - Aplicacoes Diretas 70.000,00

Total Suplementação: 70.060,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE PLAN IND.COM. E DESENV.URBANO  
04.03 - DEPARTAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

(022)4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0000 - Aplicacoes Diretas 10.000,00 (024)4.4.90.00.00.00.00.00.1.026-0000 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(053)4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-0022 - Aplicacoes Diretas 60,00

07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO  
07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO

(132)4.4.90.00.00.00.00.00.1.016-0000 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

08 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO  
08.02 - DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

(141)4.4.90.00.00.00.00.00.1.014-0000 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

DECRETO Nº 000021/17 de 23 de Agosto de 2017

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO  
08.02 - DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO

(142)4.4.90.00.00.00.00.00.1.017-0000 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

Total Anulação: 70.060,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 23 de Agosto de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 23 de Agosto de 2017.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## REVOGAÇÃO PR 11/2017

### TERMO DE REVOGAÇÃO

Revoga-se o Processo de Licitação n. 14/2017, Edital de Pregão Presencial n. 11/2017, do Fundo Municipal de Saúde e Saneamento de Grão-Pará, por razões de interesse Público, sobretudo, em razão de o objeto licitado não estar de acordo com o objeto de que trata a Proposta n. 02073.207000/1170-02, cadastrada junto ao Ministério da Saúde

Grão-Pará/SC, 24 de agosto de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

# Gravatal

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 84/2017**

DECRETO N.º 079, 04 DE AGOSTO DE 2017.

DETERMINA A INSTALAÇÃO DE REDUTORES DE VELOCIDADE NOS TRECHOS DE VIAS PÚBLICAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas, especialmente as disposições do art. 46 da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964 e em conformidade com o art. 10 da Lei Municipal nº 1848, de 11 de agosto de 2017.

CONSIDERANDO o alto fluxo de veículos, e a necessidade de dar maior segurança viária aos pedestres, DECRETA

Art. 1º - Fica a Secretaria de Infraestrutura autorizada a instalar redutores de velocidade nos trechos de vias públicas abaixo identificados:  
I –Rua Francisco Knabben, entre os loteamentos Dona Maria e Vale das Bromélias, no Bairro Termas.

Art. 2º - Para o cumprimento deste Decreto, a Secretaria competente terá o prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 3º - A instalação de redutores de velocidade deverá ser precedida de ampla divulgação e conscientização dos usuários da via referida art. 2.º deste decreto, sendo que, antes da colocação dos redutores de velocidade deverá haver prévia sinalização por período mínimo de 30 (trinta) dias.

Art. 4.º - Os redutores de velocidade deverão cumprir os padrões estabelecidos pelo CONTRAN ou pelo DETRAN/SC.

Art. 5.º - As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 6º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 04 de agosto de 2017.  
Edvaldo Bez de Oliveira  
Prefeito Municipal

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATOS PMGBA DE 111, 112, E 113.2017.DOCX

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARACIABA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 111/2017

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: MERCADO GABBI LTDA - EPP

Valor ..... : 784,00 (setecentos e oitenta e quatro reais)

Vigência ..... : Início: 28/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS

PARA A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL DO MUNICÍPIO

Contrato Nº.: 112/2017

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

Valor ..... : 4.824,90 (quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais e

noventa centavos)

Vigência ..... : Início: 28/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS

PARA A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL DO MUNICÍPIO

Contrato Nº.: 113/2017

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada.: ROMALDO PEDRO MALDANER - ME

Valor ..... : 5.333,62 (cinco mil trezentos e trinta e três reais e sessenta

e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 28/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS

PARA A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL DO MUNICÍPIO

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO PMGBA Nº 117.2017.DOCX

PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2017

PROCESSO Nº 117/2017 HOMOLOGAÇÃO: 28/08/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS

PARA A MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA

EDUCAÇÃO FUNDAMENTALEINFANTIL DO MUNICÍPIO

CONTRATADO: MERCADO GABBI LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 784,00 (setecentos e oitenta e quatro reais)

CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.824,90 (quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais e noventa centavos)

CONTRATADO: ROMALDO PEDRO MALDANER - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.333,62 (cinco mil trezentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos)

=====

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO SUSPENSÃO LICITAÇÃO 130/2017 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

#### AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Eletrônico: 130/2017 – PMG  
Processo Licitatório: 130/2017 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO

COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão Eletrônico nº 130/2017 - PMG, para análise de questionamentos e, para uma possível alteração no Edital e/ou Termo de Referência. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 25 de agosto de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO 131/2017 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 131/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL), POR QUILOMETRAGEM LIVRE, PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM (SC), DURANTE 12 (DOZE) MESES CONSECUTIVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

#### COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Guaramirim, através de seu Prefeito Municipal Luiz Antônio Chiodini, torna público para o conhecimento dos interessados na licitação Pregão nº 131/2017, que está promovendo alterações no Edital, nos seguintes aspectos:

- Descrição dos itens 01 e 04.
- Inclusão das alíneas "a" e "b" na cláusula Décima da Minuta do Contrato
- Alteração do prazo de entrega do bem, passando para 30 (trinta) dias.
- Inclusão da responsabilidade pela troca de óleo da Locadora no Termo de Referência.

Sendo assim, por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal 8.666/93, o Edital de Licitação acima epigrafado, tem a data de entrega e abertura dos envelopes, designada para às 14h 00 min do dia 12 de setembro de 2017, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim. O Edital versão II e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br)

GUARAMIRIM (SC), 25/08/2017  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### 136/2017

DECRETO Nº 136/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 115.147,50 (cento e quinze mil, cento e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

07- SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

01- Departamento de Indústria e Comércio:

Atividade: 0701.22.661.0027.2.027

3.3.90.00-00.00.267- Aplicações Diretas ..... R\$ 55.186,00

08- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS:

01- Departamento de Urbanismo:

Atividade: 0801.15.452.0019.2.020

3.3.90.00-00.00.267- Aplicações Diretas ..... R\$ 59.961,50

Soma ..... R\$ 115.147,50

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, fica utilizado o recurso do Superavit financeiro do exercício de 2016, referente aos recursos Próprios, no valor de R\$ 115.147,50.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul,

23 de agosto de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

### 137/2017

DECRETO Nº 137/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.505/16 de 18 de outubro de 2016.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 74.528,00 (setenta e quatro mil, quinhentos e vinte e oito reais), no orçamento da Câmara de Vereadores de Guarujá do Sul, no exercício de 2017, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 01- CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

Unidade 01- Câmara Municipal de Vereadores:

Função 01 – Legislativa

Subfunção 31 – Ação Legislativa

Programa 001 – Processo Legislativo

Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.1.90.00-00.00.605- Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

3.3.90.00-00.00.605- Aplicações Diretas ..... R\$ 44.528,00

-----

Soma ..... R\$ 74.528,00

-----

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente da Câmara de Vereadores de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 01- CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

Unidade 01- Câmara Municipal de Vereadores:

Função 01 – Legislativa

Subfunção 31 – Ação Legislativa

Programa 001 – Processo Legislativo

Atividade: 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.50.00-00.00.605- Aplicações Diretas ..... R\$ 4.528,00

4.4.90.00-00.00.605- Aplicações Diretas ..... R\$ 70.000,00

-----

Soma ..... R\$ 74.528,00

-----

Art. 3º Este decreto em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, 25 DE AGOSTO DE 2017.

CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Júlio Cesar Della Flora

Secretário Administração e Fazenda

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - FMS CT 08/2016 TA 02

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº. 08/2016

PROCESSO LICITATORIO Nº. 05/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: TECHIO CONSULTORIA ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA ME

OBJETO: Fica acrescido o valor de R\$ 825,00, ao valor mensal, pelo período de 3 ( três ) meses ( 01 de setembro de 2017 até 30 de novembro de 2017 ), totalizando R\$ 2.475,00 ( Assessoria na área de Saúde ).

Guarujá do Sul, SC, 25 de agosto de 2017.

Volnei Luiz Gossler,

Secretário Municipal de Saúde.

# Ilhota

## PREFEITURA

### ERRATA DO EDITAL PRG 021 - 2017 MUL- HIDROJATEAMENTO

Errata 1 do Edital Pregão 021/2017 - PMI

SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO MECÂNICA DE BOCAS DE LOBO, CAIXA DE LIGAÇÃO, TUBULAÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS, FILTRO ANAERÓBICO, CAIXA DE GORDURA E AFINS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO (HIDROJATO/HIDROVÁCUO), BEM COMO A RESPONSABILIDADE DE DESTINO DOS DEJETOS, OBSERVADA AS ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Onde se lê:

Item	Especificações	Unidade	Quantidade
1	Serviço de limpeza com caminhão hidrojato/hidrovácuo para sucção e desobstrução de caixas de bocas de lobo, caixas de ligação (rede de esgoto), tubulações de águas pluviais, fossa asséptica, filtro anaeróbico, caixa de gordura e afins	horas	940
2	Destinação final dos dejetos	m <sup>3</sup>	1900

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 021/2017 – PMI, que o Edital será retificado da seguinte forma:

Altera-se: Item, descrição/especificação e quantidade descritos:

Tabela I

Item	Especificações	Unidade	Quantidade	Valor Máximo
1	Serviço de limpeza com caminhão hidrojato/hidrovácuo para sucção e desobstrução de caixas de bocas de lobo, caixas de ligação (rede de esgoto), tubulações de águas pluviais, fossa asséptica, filtro anaeróbico, caixa de gordura e afins	horas	940	R\$ 500,00
2	Destinação final dos dejetos	m <sup>3</sup>	1900	R\$ 125,00

Considerando que a data inicial de abertura foi suspensa e a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 13 de setembro de 2017 às 09:30 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09:00 horas.

Ilhota, 25 de agosto de 2017

Francineide Pereira

Pregoeiro Oficial

### ERRATA DO EDITAL PRG 047 - 2017 MUL - AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS

Errata 1 do Edital Pregão 047/2017 - FME - Aquisição de Ônibus

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 047/2017 - FME, que o Edital será retificado da seguinte forma:

Onde se lê:

No anexo I –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017 – FME

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

Leia-se

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2017 – FME

ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

Onde se lê:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2017 – FME

ANEXO II - QUADRO DE DOTAÇÕES E RECURSOS

Leia-se

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017 – FME

ANEXO II - QUADRO DE DOTAÇÕES E RECURSOS

Onde se lê:  
ÔNIBUS URBANO, CONFORME ABNT 15570 E NBR 14022 SEGUINDO AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS A SEGUIR:

Leia-se  
ÔNIBUS URBANO, CONFORME NBR 14022 SEGUINDO AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS A SEGUIR:

Onde se lê:  
ALTURA EXTERNA NO MÍNIMO DE 3.290mm

Leia-se  
ALTURA EXTERNA NO MÍNIMO DE 3.100

Onde se lê:  
ALTURA INTERNA NO MÍNIMO DE 2.110mm

Leia-se  
ALTURA INTERNA NO MÍNIMO DE 2.100mm

Onde se lê:  
FREIO MOTOR CABEÇOTE

Leia-se  
FREIO MOTOR

Onde se lê:  
MOLAS DE BORRACHA

Leia-se  
MOLAS

Onde se lê:

3.1 A CONTRATADA deverá entregar os itens, objeto deste Contrato, em 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da autorização de compras – AC – ou ordem de serviço – OS – encaminhada pelo requisitante.

Leia-se

3.1 A CONTRATADA deverá entregar os itens, objeto deste Contrato, em 60 (sessenta) corridos após o recebimento da autorização de compras – AC – ou ordem de serviço – OS – encaminhada pelo requisitante.

Considerando que a data inicial de abertura foi suspensa e a alteração no edital afeta a formulação das propostas e a quantidade dos interessados, altera-se a data de abertura da sessão para o dia 12 de setembro de 2017 às 09:30 horas. A entrega dos envelopes e credenciamento deverá ser feita até as 09:00 horas.

Ilhota, 25 de agosto de 2017

Francineide Pereira  
Pregoeiro Oficial

## **PORTARIA 195/2017**

PORTARIA Nº 195/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

### **RESOLVE**

EXONERAR, o(a) Sr(a) Rosilene Fronza Zimmermann, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 17 de agosto de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 24 de agosto de 2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 196/2017**

PORTARIA Nº 196/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o(a) Sr(a) Rosilene Fronza Zimmermann, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, em caráter efetivo, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), com 200 horas mês, a partir de 18 de agosto de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 24 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 197/2017**

PORTARIA Nº 197/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

DEMITIR,

Os servidores abaixo, dos seus respectivos cargos:

NOME	CARGO	DATA DE DEMISSÃO
Ana Maria Minuzzi	Servente	18/08/2017
Andressa dos Reis Andrade	Atendente de Ceis	01/08/2017
Dionata Maike Ribeiro	Professor Nh	17/08/2017
Elaine de Souza Bueno	Atendente de Ceis	04/08/2017
Ellen Caroline Schmitz	Professor Nh	17/08/2017
Erly Cristina Gonçalves	Atendente de Ceis	03/08/2017
Izaura Bachmann	Auxiliar de Serviços Gerais	01/08/2017
Mirgon Arend	Médico Pediatra	10/08/2017

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 24 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 198/2017**

PORTARIA Nº 198/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

ADMITIR,

Os servidores abaixo, nos seus respectivos cargos:

NOME	CARGO	DATA DE ADMISSÃO
Adriana Antunes da Silva	Psicólogo	01/08/2017
Ana Paula dos Santos	Atendente de Ceis	07/08/2017
Dineide de Fátima Padilha Lessa	Auxiliar de Serviços Gerais	11/08/2017
Dionata Maike Ribeiro	Professor	18/08/2017
Eliana de Oliveira	Auxiliar de Serviços Gerais	14/08/2017
Ellen Caroline Schmitz	Professor	18/08/2017
Janete Correia Martins	Auxiliar de Serviços Gerais	10/08/2017
Marcus Luna Freire	Médico do PSF	01/08/2017
Marinês da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	14/08/2017
Marlon Leonardo Correa	Operador de Máquinas	07/08/2017
Mirgon Arend	Médico do PSF	16/08/2017
Vilmar da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	08/08/2017

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 24 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 199/2017**

PORTARIA Nº 199/2017

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o(a) Sr(a) Fernanda Graça de Gasper, no cargo de CHEFE DE DIVISÃO, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 21 de agosto de 2017.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 24 de agosto de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

# Imbituba

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE ERRATA PROCESSO 68.2017 DISPENSA 14.2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PMI-SEINFRA  
ERRATA

COMUNICADO: Onde se lê "Fundamentação Legal: Artigo 24, VIII da Lei 8.666/93, e suas alterações" referente ao Processo nº 68/2017 Dispensa nº14/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2327 do dia 25 de agosto de 2017, ler-se-á lê "Fundamentação Legal: Artigo 24, IV da Lei 8.666/93, e suas alterações" respectivamente.

Imbituba, 28 de agosto de 2017.  
Fernando Melo da Silva  
Pregoeiro Oficial

### **EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO 60.2017 PREGÃO 36.2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que fica revogado o Processo Licitatório nº 60/2017, na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, de nº 36/2017, pois o processo foi caracterizado como deserto.

Imbituba, 28 de agosto de 2017.  
Fernando Melo da Silva  
Pregoeiro Oficial

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 16/2017 PREGÃO PRESENCIAL 12/2017 (SEMUSA)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEMUSA  
PROCESSO Nº 16/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 12 de Setembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço mensal regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONECTIVIDADE IP DEDICADO À REDE INTERNET MUNDIAL, SUPORTANDO APLICAÇÕES TCP/IP COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 30 MBPS, COM GARANTIA DE 100% DA BANDA CONTRATADA NA FIBRA ÓPTICA E REDUNDÂNCIA DE ACESSO.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 28 de agosto de 2017  
Graciela Wiemes Ribeiro  
Secretária Municipal da SEMUSA

# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 153/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 153/2017

CONTRATADA: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui como objeto do presente Termo, a contratação de empresa para a realização da elaboração, aplicação/execução e julgamento de concurso público para a seleção de profissionais, com previsão de 2.500 (dois mil e quinhentos) candidatos, dos cargos mencionados a seguir: Assistente Social, Arquiteto, Assistente Administrativo, Bioquímico, Educador Social, Educador de Trânsito, Enfermeiro, Engenheiro Ambiental, Engenheiro Civil, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médico Clínico Geral, Méd. Cardiologista, Méd. Dermatologista, Méd. Endocrinologista, Méd. Gastroenterologista, Méd. Geriatria, Méd. Infectologista, Méd. Nefrologista, Méd. Neuropediatra, Méd. Oftalmologista, Méd. Pediatra, Méd. Pneumologista, Méd. Psiquiatra, Méd. Psiquiatra Infantil, Méd. Veterinário, Nutricionista, Pedagogo, Procurador, Prof. de Ciências, Prof. de Geografia, Prof. de Informática, Prof. de Matemática, Psicólogo, Químico, Terapeuta Ocupacional, Contador, Advogado, Prof. de Dança, Prof. de Viola/Violino, Prof. de Arte, Prof. de Atendimento Educacional Especializado, Prof. de Ed. Física, Prof. de Ed. Infantil, Prof. de Ens. Fundamental, Prof. de Ensino Religioso, Prof. de história, Prof. de Inglês, Prof. de Português, Secretário Escolar, Odontólogo, Agente de Trânsito, Auxiliar de Creche, Fiscal do Meio Ambiente, Fiscal de Posturas, Fiscal da Saúde, Fiscal de tributos, Licitador, Monitor Social, Téc. de Laboratório de Análise Clínicas, Téc. em Enfermagem, Técnico em Informática, Téc. de Saúde bucal, Téc. Sanitarista, Téc. de Segurança do Trabalho, Topógrafo, Aux. de Serviços Administrativos, Aux. de Serviços Gerais, Calceteiro, Carpinteiro, Eletricista, Mecânico Maq. Agrícolas, Motorista de Caminhão, Motorista de Micro-ônibus, Motorista, Operador de: Pá Carregadeira, Rolo Compactador, Máquina Rotativa, Máquina Niveladora, Retroescavadeira, Trator de Pneus, Pedreiro.

VALOR: R\$ 330.000,00

PRAZO: 03 de agosto de 2017 até 03 de agosto de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2017.

### CONTRATO Nº 157/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 157/2017

CONTRATADA: REINERT E BAILER ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a locação de um imóvel comercial para a instalação do almoxarifado central e arquivo morto da administração, conforme quantitativos e especificações.

VALOR: R\$ 144.000,00

PRAZO: 14 de agosto de 2017 até 14 de agosto de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2017.

### DECRETO Nº 710/17

. DECRETO Nº 710/17

. De 25 de agosto de 2017

PRORROGA PRAZO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR / DECRETO 582/17 / MOACIR SABEL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 92, inciso VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos

legais em vigor, e considerando Ofício Comissão Processo Administrativo Disciplinar e o artigo 118 da Lei Complementar 105/10,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pelo Decreto Nº 582/17, para apurar condutas e responsabilidades do Servidor MOACIR SABEL, por mais 30(trinta) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

### DECRETO Nº 711/17

. DECRETO Nº 711/17

. De 25 de agosto de 2017

PRORROGA PRAZO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR / DECRETO 583/17 / ANDERSON BRACIANI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 92, inciso VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando Ofício Comissão Processo Administrativo Disciplinar e o artigo 118 da Lei Complementar 105/10,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pelo Decreto Nº 583/17, para apurar condutas e responsabilidades do Servidor ANDERSON BRACIANI, por mais 30(trinta) dias.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

### DECRETO Nº 712/17

. DECRETO Nº 712/17

. De 25 de agosto de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO 002/17 QUE DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DAS PLENÁRIAS DO CMDPI PARA O ANO DE 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 10.741/2003, Lei Municipal nº 3296/2004, Decreto nº 655/2017 e de mais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 002/17 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, que dispõe sobre a aprovação do calendário das plenárias do CMDPI para o ano de 2017.

Art. 2º - A Resolução nº 002/2017 do CMDPI é parte integrante deste Decreto para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 02/2017  
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO CALENDÁRIO DAS PLENÁRIAS DO  
CMDPI PARA O ANO DE 2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Indaial, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, conferidas pela Lei Municipal nº 3.296 de 20 de agosto de 2004, pelo Decreto Nº 655/17 e de acordo com a deliberação da Plenária de 13 de Junho de 2017.

#### CONSIDERANDO:

- A Lei 8.842 de Janeiro de 1.994 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso;
- A Lei 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;
- A Lei Municipal 3.296/2004 que cria o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Indaial.

#### RESOLVE:

Art. 1º – Os conselheiros aprovaram o calendário das Plenárias do CMDPI para o ano de 2017 como sendo a ultima sexta-feira de cada mês. E convocados excepcionalmente caso houver necessidade.

JANEIRO	Em recesso
FEVEREIRO	Em recesso
MARÇO	Dia 14, FENG dia 23
ABRIL	Dia 26
MAIO	Dia 09
JUNHO	Dia 13
JULHO	Dia 28
AGOSTO	Dia 25
SETEMBRO	Dia 29
OUTUBRO	Dia 27
NOVEMBRO	Dia 24
DEZEMBRO	Dia 12

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 13 de Junho de 2017.

Michela Reinert Rusch

Coordenadora do Conselho Municipal  
dos Direitos da Pessoa Idosa de Indaial

#### DECRETO Nº 713/17

. DECRETO Nº 713/17

. De 25 de agosto de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO 003/17 QUE DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA MESA DIRETORA GESTÃO 2017/2019 CMDPI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de

suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal 10.741/2003, Lei Municipal nº 3296/2004 e pelo Decreto nº 655/17 e de mais dispositivos legais em vigor,

#### DECRETA,

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº 003/17 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, que dispõe sobre a aprovação da mesa Diretora gestão 2017/2019.

Art. 2º - A Resolução nº 003/2017 do CMDPI é parte integrante deste Decreto para efeitos legais.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO Nº 03/2017  
DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA MESA DIRETORA GESTÃO 2017/2019,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Indaial, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, conferidas pela Lei Municipal nº 3.296 de 20 de agosto de 2004, pelo DECRETO Nº 655/17 e de acordo com a deliberação da Plenária de 13 de Junho de 2017.

#### CONSIDERANDO:

- A Lei 8.842 de Janeiro de 1.994 que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso;
- A Lei 10.741/2003 que dispõe sobre o Estatuto do Idoso;
- A Lei Municipal 3.296/2004 que cria o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Indaial.

#### RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR a nova composição da mesa diretora deste Conselho:

Sra.MICHELA REINERT RUSCH, Coordenadora do CMDPI

Sra.NAYARA EMILSAN ZOLET ,Vice- Coordenadora do CMDPI

Sra. REBECA DOMITILLA S. SILVA BRINHOSA, Secretária do CMDPI

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 13 de Junho de 2017.

Michela Reinert Rusch

Coordenadora do Conselho Municipal  
dos Direitos da Pessoa Idosa de Indaial

#### DECRETO Nº 714/17

. DECRETO Nº 714/17

. De 25 de agosto de 2017

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam reconhecidas pelo Município de Indaial as seguintes despesas realizadas em Exercício(s) Anterior(es) no orçamento, conforme abaixo:

ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDAL
Nº EMPENHO	6815/2017
O.U.	04.01

P.A.	2062
ELEMENTO/CTA	333909239
VINCULO	1000000
DATA EMP	24/08/2017
CREDOR	IMPrensa NACIONAL
VALOR	R\$ 546,66
N.FISC/FAT./REC.	48773/2016 e 57316/2016

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 25 de agosto de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito  
Publique-se na forma da Lei

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2017** PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL  
Processo Licitatório nº 140/2017  
Edital de Pregão Presencial nº 052/2017-10430  
Com Registro de Preços  
Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.  
Objeto: Aquisição de equipamentos de uso doméstico para o Residencial Ipê.  
Entrega dos envelopes: 12/09/2017 - 08h45min – Horário de Brasília  
Abertura das propostas: 12/09/2017 - 09h00min – Horário 6de Brasília  
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.  
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2017** PUBLICAÇÃO DE EDITAL

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETERS

Processo Licitatório nº 141/2017  
Edital de Pregão Presencial nº 003/2017-28983  
Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.  
Objeto: Aquisição de veículo utilitário tipo furgão, 0km, ano/modelo 2017 ou superior.  
Entrega dos envelopes: 12/09/2017 - 14h15min – Horário de Brasília  
Abertura das propostas: 12/09/2017 - 14h30min – Horário de Brasília  
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.  
Elaine Cristine Theilacker – Diretora Executiva

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2017** PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL  
Processo Licitatório nº 142/2017  
Edital de Pregão Presencial nº 053/2017-10430  
Com Registro de Preços  
Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.  
Objeto: Aquisição de materiais para manutenção da rede de iluminação pública.  
Entrega dos envelopes: 13/09/2017 - 08h45min – Horário de Brasília  
Abertura das propostas: 13/09/2017 - 09h00min – Horário 6de Brasília  
Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.  
André Luiz Moser – Prefeito Municipal

### **TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 045/2017** TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 045/2017

O MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.552.935/0001-05, representado neste ato por sua representante legal Sra. Katiuscia Simone Harbs, brasileira, Secretária de Assistência Social, inscrita no CPF sob nº 796.531.979-91 e Cédula de Identidade nº 2.967.699, residente e domiciliada à Rua Vitória, nº 99, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 60.194.990/0010-69, estabelecida à Rua Luiz Bertoli, nº 585, bairro Jardim das Hortênsias, na cidade de Rio do Oeste – Estado de Santa Catarina, neste ato representada por sua representante legal Sra. Denise Cristina da Silva, brasileira, solteira, freira, inscrita no CPF sob nº 159.497.418-70 e Cédula de Identidade nº 30.945.102-4, residente à Rua Luiz Bertoli, nº 585, Bairro Jardim das Hortênsias, na cidade de Rio do Oeste – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 045/2017 visa:

- a) A correção do nome do idoso acolhido, constante na Cláusula Primeira do contrato original, tendo em vista que o nome constante na referida cláusula está incompleto;
- b) A correção do nome da cidade constante na Cláusula Segunda, item 2.5, a qual onde consta Rio dos Cedros, deve-se constar Rio do Oeste/SC;
- c) A supressão da Cláusula Segunda, item 2.6, "c" (Em casos de

óbito, providenciar laudo para emissão da certidão, bem como traslado do IML nos casos que demandarem o serviço deste);

d) A alteração na Cláusula Segunda, item 2.11;

e) A correção da Cláusula Quinta, item 5.1, porquanto a Secretaria de Assistência Social informou um equívoco na digitação do valor da requisição, visto que o valor proposto pela Contratada foi equivalente a 2,5 salários-mínimos vigentes;

f) A correção do valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que deve ser equivalente ao valor do salário-mínimo vigente, constante na Cláusula Quinta, item 5.1.1;

g) Com base na correção dos valores constantes na Cláusula Quinta, itens 5.1 e 5.1.1, a correção do valor unitário mensal constante no item 5.1.2;

h) Acrescentar à Cláusula Terceira do contrato original, o item 3.4, estabelecendo como sendo de obrigação do Contratante, o pagamento de consultas especializadas, exames de alta complexidade, cirurgias e tratamentos que a instituição contratada não oferece em sua s dependências.

Diante disso, as Cláusulas Primeira, item 1.1, Segunda, item 2.5 e item 2.11, Terceira e Quinta, itens 5.1, 5.1.1, 5.1.1 e 5.1.2, passam a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de 01 (uma) vaga para adulto, masculino, idoso, para o acolhimento do Sr. Paulo Jungen Holzer, pois o mesmo encontra-se em situação de vulnerabilidade e risco pessoal com os vínculos familiares rompidos, necessitando de proteção integral, encontra-se em tratamento de saúde, sendo que o mesmo está com câncer de pele e hérnia, além do rompimento dos vínculos com os familiares.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.5. A entidade deverá providenciar e ter à disposição veículo e acompanhante para deslocamento dos internos a serviços odontológicos, exames complementares, perícias médicas, cartório, bem como providenciar traslado para serviços hospitalares, conforme necessidade de saúde apresentada, desde que seja no município de Rio do Oeste/SC.

2.11. A CONTRATADA deverá encaminhar para a CONTRATANTE relatório anual das ações desenvolvidas e da situação de saúde/doença da pessoa idosa e/ou com deficiência, assinado pela equipe técnica.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.4. Efetuar o pagamento de consultas especializadas, exames de alta complexidade, cirurgias e tratamentos que a instituição CONTRATADA não oferece em suas dependências.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O valor mensal/vaga contratado é de R\$ 2.342,50 (dois mil, trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 28.110,00 (vinte e oito mil, cento e dez reais).

5.1.1. Do valor mensal, será subtraído o valor do BPC – Benefício de Prestação Continuada, no valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

5.1.2. Tendo o valor total e o valor do BPC, será de responsabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social de Indaial o pagamento do valor unitário/mensal de R\$ 1.686,60 (um mil seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos), perfazendo o valor total anual de R\$ 20.239,20 (vinte mil, duzentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 22 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	INSTITUTO DAS PEQUENAS MISSIONÁRIAS DE MARIA IMACULADA Denise Cristina da Silva Contratada
FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Kátiuscia Simone Harbs Secretária Municipal	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689

# Iomerê

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 72/2017 - PMI

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MEDALHAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA - ME.

CT17/072

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Luciano Paganini, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 01.915.724/0001-28, com endereço na rua Bernardino Iatauro nº 517, Bairro Orleans na cidade de Curitiba-PR, denominado de CONTRATADO, ajustam e contratam o fornecimento do objeto abaixo, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de medalhas de mérito para cerimônia comemorativa do Corpo de Bombeiros de Videira, conforme segue:

ITEM	QTDE	UNID	DESCRIÇÃO	VLR UNIT R\$	VLR TOTAL R\$
01	21	Un	Medalha comemorativa dos 90 anos do Corpo de Bombeiros Militar Conforme edital.	84,00	1.764,00
02	01	Un	Medalha de Mérito Comunitário Conforme edital.	84,00	84,00
03	03	Un	Medalha de Mérito da Segurança Contra Incêndios Conforme edital.	84,00	252,00
04	02	Un	Medalha de Mérito de APH Conforme edital.	84,00	168,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA

2.1. A empresa vencedora, deverá entregar o objeto licitado em até dez dias após a assinatura do contrato, no Quartel do Corpo de Bombeiros de Videira, devidamente embalados

2.2. A vigência do contrato se inicia na sua assinatura e vigorará até 30.12.2017.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor do Contrato é de R\$ 2.268,00 (dois mil duzentos e sessenta e oito reais).

3.2. O pagamento será realizado em uma única parcela, após o recebimento no e-mail nfe@iomere.sc.gov.br e aceita da Nota Fiscal Eletrônica. A Nota Fiscal Eletrônica deverá conter os seguintes dizeres: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, RUA JOÃO RECH, nº 500, CENTRO, IOMERÊ, SC, CNPJ 01.612.744/0001-20.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

4.1. Na eventualidade do Município não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017 do Município:

Órgão	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade Orçamentária	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADM. E FINANÇAS
Complem. Elemento	3390.3014 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	00 – RECURSOS PRÓPRIOS
Código Reduzido	008

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

6.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- promover, através de seu responsável do presente contrato, o acompanhamento e a fiscalização do objeto entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

6.3. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto de acordo com as especificações e quantidades de cada item, conforme solicitação.
- b) A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- c) A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da entrega do objeto, bem como toda e qualquer despesa com a entrega do material na sede administrativa do Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos; e,
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

7.2. Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES

8.1. A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

#### CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

10.1. A inexecução e a rescisão do Contrato serão reguladas pelo Art. 58, inciso II e Art. 77 a 80, seus parágrafos e incisos, da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

10.2. Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações, em vigor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1. Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 0050/2017, Processo Licitatório nº 0036/2017, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n.8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

13.1. Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. É competente o foro da Comarca de Videira para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato. E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê, SC., 23 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE IOMERÊ  
CONTRATANTE

MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA - ME  
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Paula Pasqual  
OAB.SC 16.164

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2017**

Município de Iomerê

Dispensa de Licitação Nº 0002/2017

O Município de Iomerê torna público a dispensa de licitação para serviços de perfuração de poços artesianos.

Contratado: Consórcio Intermunicipal Catarinense-Cimcatarina.

Valor: 54.313,00 (cinquenta e quatro mil trezentos e treze reais)

Iomerê, 25 de agosto de 2017.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

# Ipuaçu

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 221/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017. EXONERA À PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

DECRETO Nº 221/2017

DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

EXONERA À PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente o art. 40, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº. 011 de 14 de junho de 2005;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica a Servidora ADRIANA BACCIN, EXONERADA do Cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE TRANSPORTES E OBRAS, considerando requerimento formalizado pela própria.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuaçu- SC, em 25 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**PL PREF 54.2017 TP PREF 09.2017**

EXTRATO DE DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n.54/2017, Tipo Tomada de preços PREF n. 09/2017, (técnica e preço).

Entrega de envelopes: Até às 08h30min de 28 de setembro de 2017.

Data de abertura: A partir das 09h00min de 28 de setembro de 2017.

Objeto: Consiste na seleção de propostas para contratação de sociedade de advogados devidamente registrada na OAB, para prestação de serviços de assessoria e consultoria jurídica para o município de Ipuaçu-SC, conforme descrições contidas no Anexo I - Termo de referência deste edital. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuaçu - SC, em 25 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

# Ipumirim

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 2307/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal de Ipumirim – S/C, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 08 de Setembro de 2017.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário o presente decreto produzirá efeitos a partir de 25 de Agosto de 2017.

Ipumirim, 25 de Agosto de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DO PL Nº 55, PP Nº 32 -2017-PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 32/2017 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 55/2017 <b>Data do Processo:</b> 09/08/2017
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente edital.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 364/2017 (Sequência: 2)**

Ao(s) 23 de Agosto de 2017, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 2265/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 55/2017, Licitação nº 32/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, o pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Callari, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 2265/2016, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP, ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA, NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - ME, SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA nesse ato sem representante presente e DNA GENÉTICA DO BRASIL COMÉRCIO LTDA - EPP. Aberta a sessão pública pelo pregoeiro, o mesmo solicitou que os representantes apresentassem a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. ADOLFO BERNARDO BRAU, representante credenciado da empresa, NITROTEC COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - ME, o Sr. SANDRO HILÁRIO PAVAN procurador da empresa EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP, o Sr. ALBERTO FRISCHMANN sócio proprietário da empresa ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA e o Sr. JULIANO TEBALDI representante credenciado da empresa DNA GENÉTICA DO BRASIL COMÉRCIO LTDA - EPP. Credenciaram-se como Micro Empresa todas as empresas acima citadas. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as licitantes apresentaram as mesmas conforme os requisitos mínimos fixados no Edital. Por conseguinte, o pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo pregoeiro, a equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme exigências do presente Edital. Após análise criteriosa da documentação do presente certame, pelos participantes presentes, as partes não manifestaram qualquer objeção, inclusive quanto ao interesse de recorrer, renunciando de forma expressa este último. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo pregoeiro, a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presentes ao final da sessão.

**Participante: 7705 - SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO L**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	DOSES DE SÊMEN BOVINO, Raça Holandesa, Cor preta e Branca com prova atualizada e oficial Oairy Bulls de Abril/20 17 que atenda as seguintes características mínimas:: TPI igual ou superior que 2000 ; Leite igual ou superior a 1300 lbs; PTA Proteína e gordura igual ou superior a 40 lbs; Confiabilidade produtiva igual ou superior a 91%; PTA Tipo igual ou superior a 1.70; Composto de úbere e mamas e pés igual ou superior a 1.50; Facilidade de parto igual ou menor que 8.0; CCS igual ou menor que 3.20; Vida produtiva positiva.	DS	1.000,00	SEMEX BLIZZARD	0,0000	17,35	17.350,00

**Total do Participante —>** 17.350,00

**Participante: 8399 - ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	luvas plásticas descartáveis de 5 (cinco) dedos e cano longo para inseminação artificial de bovinos, caixa com 25 unidades	CX	300,00	WAGO	0,0000	7,40	2.220,00
5	DOSES DE SÊMEN BOVINO da Raça Gir Leiteiro, com as seguintes características mínimas, Comprovadas pelo sumário da ABCZ 05/2017, com as seguintes características mínimas: mãe com lactação igual ou acima de 9.000 kg. Comprimento corporal = ou > a 2,0; comprimento de garupa= ou >1,5; largura entre isquios= ou < a 1,0; angula de cascos= ou > a 1,8; comprimento de umbigo= ou > a 3,10, que tenha pai provado pela ABCZ 05/2017, COM pta leite= ou >470kg e acuracia = ou > a 98%.	DS	1.000,00	11GL 040 ESTANHO	0,0000	19,40	19.400,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02  
 AV. DOM PEDRO II, 230  
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 32/2017 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 55/2017  
 Data do Processo: 09/08/2017

Folha: 2/2

**Participante: 8399 - ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Doses de semen bovino da raça Jersey com as seguintes características mínimas comprovadas através de provas oficiais do USDA-CDCB ou DARIY BULLS com base americana na prova de abril/2017, que tenha as seguintes características mínimas: PTA leite igual ou maior a 900 libras; gorduras igual ou maior a 30 libras; proteína igual ou maior a 35 libras; confiabilidade para produção igual ou maior a 96%; percentual positivo para proteína, células somáticas igual ou menor a 3.15, vida produtiva igual ou maior a 1.0, composto de ubere igual ou maior a 13.00, PTA tipo igual ou maior a 1;0, altura do ubere posterior igual ou maior a 1.0, profundidade do ubere igual ou maior a 1.20	DS	2.200,00	11 JE 0944 PAUL	0,0000	23,60	51.920,00
7	dose de semen raça Red Angus, provado pela associação de red angus (red angus association of america), prova oficial atualizada de 2017, com as seguintes características mínimas: DEP peso negativo ao nascimento igual ou menor a 3.9, DEP peso aos 205 dias igual ou superior a 50 libras, DEP ao ano igual ou maior que 80 libras, habilidade materna igual ou superior a 29 libras, tempo de permanência das filhas no rebanho (STAY) igual ou superior a 15, área de olho do lombo igual ou superior a 0,39.	DS	1.000,00	11 AR 3034 GOOD ONE	0,0000	19,60	19.600,00

**Total do Participante ———>** 93.140,00

**Participante: 9698 - NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA -**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	NITROGÊNIO LÍQUIDO	L	2.000,00	NITROTEC	0,0000	2,95	5.900,00

**Total do Participante ———>** 5.900,00

**Participante: 10125 - DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	bainhas para inseminação artificial tipo francesa, pct/50 unidades	PCT	300,00	IBERSAN	0,0000	16,60	4.980,00

**Total do Participante ———>** 4.980,00

**Total Geral —————>** 121.370,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 23 de Agosto de 2017

**COMISSÃO:**

LAUDECIRO FRANCIO - ..... - Pregoeiro(a)  
 JUCILENE GOLDONI CALIARI - ..... - Equipe de Apoio  
 SUZANA GIOMBELLI - ..... - Equipe de Apoio  
 MOIRA COMBOSKI - ..... - Equipe de Apoio  
 JULIE REGINATO - ..... - Equipe de Apoio  
 PAULO DE BORTOLI - ..... - Equipe de Apoio

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 55, PP Nº 32-2017-PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 32/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 55/2017 Data do Processo: 09/08/2017
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 55/2017  
b) Licitação Nr.: 32/2017-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 25/08/2017  
e) Objeto da Licitação: registro de preço para fornecimento de sêmen bovino e materiais, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim, com as características e quantidades constantes no anexo III do presente edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA (8399)**

2 luvas plásticas descartáveis de 5 (cinco) dedos e cano longo para inseminação artificial de bovinos, caixa com 25 unidades - Marca: WAGO	CX	300,00	0,0000	7,40	2.220,00
5 DOSES DE SÊMEN BOVINO da Raça Gir Leiteiro, com as seguintes características mínimas. Comprovadas pelo sumário da ABCZ 05/2017, com as seguintes características mínimas: mãe com lactação igual ou acima de 9.000 kg. Comprimento corporal = ou > a 2,0; comprimento de garupa = ou > 1,5; largura entre isquios = ou < a 1,0; angula de cascos = ou > a 1,8; comprimento de umbigo = ou > a 3,10, que tenha pai provado pela ABCZ 05/2017, COM pta leite = ou > 470kg e acuracia = ou > a 98%. - Marca: 11GL 040 ESTANHO	DS	1.000,00	0,0000	19,40	19.400,00
6 Doses de semen bovino da raça Jersey com as seguintes características mínimas comprovadas através de provas oficiais do USDA-CDCB ou DARIY BULLS com base americana na prova de abril/2017, que tenha as seguintes características mínimas: PTA leite igual ou maior a 900 libras; gorduras igual ou maior a 30 libras; proteína igual ou maior a 35 libras; confiabilidade para produção igual ou maior a 96%; percentual positivo para proteína, células somáticas igual ou menor a 3.15; vida produtiva igual ou maior a 1,0, composto de ubere igual ou maior a 13,00, PTA tipo igual ou maior a 1,0; altura do ubere posterior igual ou maior a 1,0; profundidade do ubere igual ou maior a 1,20 - Marca: 11 JE 0944 PAUL	DS	2.200,00	0,0000	23,60	51.920,00

Ipumirim, 25 de Agosto de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 32/2017 - PR</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 55/2017 Data do Processo: 09/08/2017
	Folha: 2/2

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

#### ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA (8399)

7 dose de semen raça Red Angus, provado pela associação de red angus (red angus association of america), prova oficial atualizada de 2017, com as seguintes características mínimas: DEP peso negativo ao nascimento igual ou menor a 3,9, DEP peso aos 205 dias igual ou superior a 50 libras, DEP ao ano igual ou maior que 80 libras, habilidade materna igual ou superior a 29 libras, tempo de permanência das filhas no rebanho (STAY) igual ou superior a 15, área de olho do lombo igual ou superior a 0,39. - Marca: 11 AR 3034 GOOD ONE	DS	1.000,00	0,0000	19,60	19.600,00
---	----	----------	--------	-------	-----------

**Total do Fornecedor: 93.140,00**

#### DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA-EPP (10125)

1 bainhas para inseminação artificial tipo francesa, pct/50 unidades - Marca: IBERSAN	PCT	300,00	0,0000	16,60	4.980,00
---	-----	--------	--------	-------	----------

**Total do Fornecedor: 4.980,00**

#### NITROTEC COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - (9698)

3 NITROGÊNIO LÍQUIDO - Marca: NITROTEC	L	2.000,00	0,0000	2,95	5.900,00
--	---	----------	--------	------	----------

**Total do Fornecedor: 5.900,00**

#### SEMEX DO BRASIL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO L (7705)

4 DOSES DE SÊMEN BOVINO, Raça Holandesa, Cor preta e Branca com prova atualizada e oficial Oairy Bulls de Abril/20 17 que atenda as seguintes características mínimas:: TPI igual ou superior que 2000 ; Leite igual ou superior a 1300 lbs; PTA Proteína e gordura igual ou superior a 40 lbs; Confiabilidade produtiva igual ou superior a 91%; PTA Tipo igual ou superior a 1.70; Composto de úbere e pernas e pés igual ou superior a 1.50; Facilidade de parto igual ou menor que 8.0; CCS igual ou menor que 3.20; Vida produtiva positiva. - Marca: SEMEX BLIZZARD	DS	1.000,00	0,0000	17,35	17.350,00
---	----	----------	--------	-------	-----------

**Total do Fornecedor: 17.350,00**

**Total Geral: 121.370,00**

Ipumirim, 25 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

# Irani

## PREFEITURA

**DECRETO N. 121, DE 14 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO 121/2017, de 14 de agosto de 2017.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1797/2016, de 22/11/2016, em seu artigo 24, inciso IV e Pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1806 de 15/12/2016 em seu artigo 8º, inciso I:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.111,26 (nove mil cento e onze reais e vinte e seis centavos) no orçamento vigente para o exercício de 2017, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
03	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
03.01.10	Saúde			
03.01.10.301	Atenção Básica			
03.01.10.301.1001	SAÚDE COM QUALIDADE			
03.01.10.301.1001.2.030	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE			
3.3.90.00.00.00.00.0051	Aplicações Diretas		9.111,26	9.111,26
	TOTAL		9.111,26	9.111,26

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do superávit financeiro da fonte 051 – TRANSFERÊNCIA DE CONVENIO FUNASA, no valor R\$ 9.111,26 (nove mil cento e onze reais e vinte e seis centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani - SC, em 14 de AGOSTO de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 14/08/2017.

AIRTON FABRÍCIO

Secretário de Administração e Gestão

**DECRETO N. 122, DE 15 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO 122/2017, de 15 de agosto de 2017.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1797/2016, de 22/11/2016, em seu artigo 24, inciso IV e Pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1806 de 15/12/2016 em seu artigo 8º, inciso I:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), no orçamento vigente para o exercício de 2017, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.04	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO			
02.04.06	Segurança Pública			
02.04.06.181	Policimento			
02.04.06.181.0601	SEGURANÇA MUNICIPAL			
02.04.06.181.0601.2.024	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA			
3.3.90.00.00.00.00.00615	Aplicações Diretas		3.500,00	3.500,00
	TOTAL		3.500,00	3.500,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação da fonte 615 – TAXA DE APOIO AOD BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, importância de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Art. 3o. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani - SC, em 15 de agosto de 2017.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 15/08/2017.

AIRTON FABRÍCIO  
Secretario de Administração e Gestão

### DECRETO N. 123, DE 15 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO 123/2017, de 15 de agosto de 2017.

“DISPÕE SOBRE A REABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1797/2016, de 22/11/2016, em seu artigo 16, artigo 24, inciso IV e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1806 de 15/12/2016 em seu artigo 8º, inciso I:

DECRETA,

Art. 1º Fica Aberto Crédito Suplementar no valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) orçamento vigente para o exercício de 2017, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.04	SECRETARIA M. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO			
02.04.15	Urbanismo			
02.04.15.452	Serviços Urbanos			
02.04.15.452.1502	Serviços de Utilidade Pública			
02.04.15.452.1502.1.011	OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA			
4.4.90.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	145.000,00		145.000,00
	TOTAL	145.000,00		145.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação apresentado até a presente data na fonte 00 – Recursos Ordinários pela importância de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais).

Art. 3o. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani - SC, em 15 de agosto de 2017.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 15/08/2017.

AIRTON FABRÍCIO  
Secretário de Administração e Gestão

### DECRETO N. 125, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO 125/2017, de 24 de agosto de 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1797/2016, de 22/11/2016, em seu artigo 24, inciso IV e Pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1806 de 15/12/2016 em seu artigo 8º, inciso I:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) no orçamento vigente para o exercício de 2017, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL			
02.03	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
02.03.10	Saúde			

02.03.10.306	Alimentação e Nutrição			
02.03.10.306.1002	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			
02.03.10.306.1002.2.038	PROGRAMA MERENDA ESCOLAR			
3.3.90.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	100.000,00		100.000,00
	TOTAL	100.000,00		100.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação apresentado na fonte 00- Recursos Ordinários, do orçamento vigente, pela importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani - SC, em 24 de agosto de 2017.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 24/08/2017.

AIRTON FABRÍCIO  
Secretário de Administração e Gestão

### DECRETO N. 126, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO 126/2017, de 24 de agosto de 2017.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR".

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1797/2016, de 22/11/2016, em seu artigo 24, inciso IV e Pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1806 de 15/12/2016 em seu artigo 8º, inciso I:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) no orçamento vigente para o exercício de 2017, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO MUNICIPAL			
02.05	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
02.05.08	Assistência Social			
02.05.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			
02.05.08.243.0802	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			
02.05.08.243.0802.2.061	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
3.1.90.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	25.000,00		25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00		5.000,00
	TOTAL	30.000,00		30.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação apresentado na fonte 00- Recursos Ordinários, do orçamento vigente, pela importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Irani - SC, em 24 de agosto de 2017.  
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em 24/08/2017.

AIRTON FABRÍCIO  
Secretário de Administração e Gestão

**DECRETO N. 127, DE 25 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº. 127, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETA PONTO FACULTATIVO REFERENTE AO FERIADO DE INDEPENDÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sívio Antonio Lemos das Neves, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e as conferidas pelo inciso VIII, do artigo 104, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, o feriado previsto no calendário nacional alusivo a Independência do Brasil, em 07 de setembro, e a realização do FIMUSI;

CONSIDERANDO, que toda a Administração está envolvida na organização do FIMUSI;

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 08 de setembro de 2017.

Art.2º. Não se incluem no presente Decreto os serviços de URGÊNCIA e EMERGÊNCIA prestados pelo Município na área de saúde.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Irani/SC, 25 de agosto de 2017.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Publicada e Registrada nesta Secretaria em 25/08/2017.

Airton Fabricio

Secretário de Administração e Gestão.

**EXTRATO TOMADA DE PREÇO 007/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE IRANI

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público, que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, na FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA no REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de reparos e melhorias na Avenida Governador Ivo Silveira. Recebimento de Envelopes: Interessados Não Cadastrados: até 13/09/2017.

Horário Limite para Protocolo: até 16h00min.

Interessados Cadastrados Junto ao Município de Irani ou Junto ao SICAF: até 18/09/2017.

Horário Limite para Protocolo: até 08h30min.

Abertura: às 09h00min do dia 18/09/2017.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Irani, Rua Eilírio De Gregori, 207, Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site [www.irani.sc.gov.br](http://www.irani.sc.gov.br), ou pelo telefone (0XX49) 3432-3214.

Irani/SC, 28 de agosto de 2017.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 69/2017 - PM

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº 69/2017

Contratante – Prefeitura Municipal de Irineópolis  
Contratado – Ivo Merschner

Objeto – a locação de um imóvel, de propriedade do locador, sendo um imóvel residencial com área de 110,88 m2, sito à Rua Perdigão nº 201, lote 16, Bairro Jardim Brand, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, e devidamente matriculado sob o n.º 15183, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC.

Valor – R\$ 3.960,00 (Três mil novecentos e sessenta reais).

Vigência – 01/09/2017 a 31/08/2018.

Base Legal – Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

### CONTRATO Nº 70/2017 - PM

CONTRATO Nº 70/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2016  
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2016

1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pavimentação com pedra irregular nº 42/2016, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões, nº 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade nº 23ªR 827.405 SSP/SC, de ora em diante denominada de Contratante e de outro lado a empresa Construtora e Artefatos de Concreto Planaltina Ltda ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.970.164/0001-44, com sede a rua Bento Gonçalves, nº 1755, Centro, Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, CEP 89.380-000, neste ato representada pelo Sr. Sirineu Ratochinski, portador do CPF nº 556.329.639-34 e RG nº 1.645.640 de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 27/2016, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 11/2016, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima do Contrato nº 42/2016, conforme Ofício nº 65/2017 de 21 de agosto de 2017, do Senhor Lademir Fernando Arcari – Secretário da Administração e Deferido pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal em 21 de agosto de 2017, fica de comum acordo prorrogado a sua vigência até 31 de dezembro

de 2017.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 23 de agosto de 2017.

MUNICIPIO DE IRINEÓPOLIS JULIANO POZZI PEREIRA	CONSTRUTORA E ARTEFATOS DE CONCRETO PLANALTINA LTDA ME SIRINEU RATOCHINSKI
Contratante	Contratada
Testemunhas:	

Nome: Gessica Greschechen  
CPF: 072.218.599-57

Nome: Joselaine Montoski  
CPF: 081.276.439-04

### DECRETO N.º 3.274/2017

DECRETO Nº 3.274 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 24 de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2.020, à ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS "BOM JESUS", inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.438.356/0001-86, com sede situada na Localidade de Colônia Batatal, Município de Irineópolis – SC, o uso de:

ü 01 IMÓVEL RURAL ONDE ENCONTRA-SE EDIFICADO A UNIDADE DE TRIAGEM E COMPOSTAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, COM 252,30 M/2, ASSIM DISTRIBUIDAS - ADMINISTRAÇÃO 53,20 M/2, GAPAO DA RECEPÇÃO E TRIAGEM 63,50 M/2, DEPOSITO DE RECICLÁVEIS COM 135,60 M/2, PATIO DE COMPOSTAGEM 600,00 M/2 E ATERRO SANITÁRIO: 497,55 M/2, SITUADO NA LOCALIDADE DE COLÔNIA VELHA, ESTRADA VICINAL - INE 10 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6318;

ü 01 NOBREAK 600 VA, BIVOLT COM 4 SAÍDAS, 01 BATERIA INTERNA SELADA COM SAÍDA PARA COMUNICAÇÃO INTELIGENTE, MARCA TS SHARA COM CABO USB – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6991, Placa de Patrimônio n.º 6423;

ü 01 PRENSA HIDRAULICA VERTICAL PHV - 15 TONELADAS – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6937, Placa de Patrimônio n.º 6375;

ü 01 CONJUNTO DE MESA EM MARMORE COM 6 CADEIRAS – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6125, Placa de Patrimônio n.º 5619;

ü 01 KIT ARMÁRIO PARA PIA MEDINDO 1,05M, MARCA COSILAR, COM BACIA INOX, MARCA GOHL PLUS – Cadastrado no Patrimônio

sob o n.º 6126, Placa de Patrimônio n.º 5620;  
ü 01 ESCRIVANINHA 1,60 X 0,60 EM CEREJEIRA – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6127, Placa de Patrimônio n.º 5621;  
ü 01 CADEIRA GIRATÓRIA – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6128, Placa de Patrimônio n.º 5617;  
ü 01 CONJUNTO ESTOFADO 3 E 2 LUGARES – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6129, Placa de Patrimônio n.º 5622;  
ü 01 REFRIGERADOR 241L, MARCA CONSUL, COR BRANCO – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6130, Placa de Patrimônio n.º 5623;  
ü 01 FOGÃO A GÁS 4 BOCAS, COR BRANCO, MARCA BRASLAR – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6131, Placa de Patrimônio n.º 5624;  
ü 01 PULVERIZADOR COM CAPACIDADE DE 02 LITROS – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6826;  
ü 01 PULVERIZADOR COM CAPACIDADE DE 10 LITROS – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6927;  
ü 01 CARRINHO DE MÃO COM PNEU E CÂMARA, MARCA FISCHER – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6828;  
ü 01 CARRINHO DE MÃO COM PNEU E CÂMARA, MARCA FISCHER – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6829;  
ü 01 TRITURADOR DE RESÍDUOS ORGÂNICOS TR -200 1,5 HP 60HZ – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 7204, Placa de Patrimônio n.º 4639;  
ü 01 TERMO-HIGROMETRO DIGITAL TEMP INT/EXT/MIN – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 8541;  
ü 01 CARRINHO DE MÃO, COR AZUL, CAPACIDADE 91 LITROS – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 8548;  
ü 01 CARRINHO DE MÃO DE FERRO – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 8549;  
ü 01 CARRINHO DE MÃO DE FERRO – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 8550;  
ü 01 ARMARIO PARA BANHEIRO COM ESPELHO MEDINDO 36 X 31 X 10 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 8726;  
ü 01 ARMARIO PARA BANHEIRO COM ESPELHO MEDINDO 36 X 31 X 10 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 8727;  
ü 01 MICRO COMPUTADOR - Cadastrado no Patrimônio;  
ü 01 MANOMETRO – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 9387.

Art. 2º - Os bens em referência deverão ser utilizados pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

Art. 3º - Os bens relacionados serão entregues ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos serem devolvidos ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2020.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 23 de agosto de 2017.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 298/2017

PORTARIA Nº 298/2017

DESIGNA PREGOEIRO E COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA EQUIPE DE APOIO – PREGÃO PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o artigo 3º, inciso IV da Lei nº 10.520/02;

RESOLVE :

Art.1.º - Fica reformulada a composição nominativa da Comissão responsável pelos procedimentos licitatórios realizados pela Administração Direta e Indireta, na modalidade Pregão Presencial, a qual passará a atuar com a seguinte constituição:

Pregoeiro:

Patricia Fabiane Fronczak

Membros da Equipe de Apoio:

Andressa Bendlin

Cassiana Lais Brand Rodrigues

Cristiane Kruger

Lucio Flavio Lima

Marcia Maria Kerscher

Maria Laura Binder Lima

Reinaldo Stasiak

Rosani Rodrigues da Silva Mischka

Art. 2.º - No caso de impedimento do Pregoeiro, atuarão como pregoeiros a Srª. Rosani Rodrigues da Silva Mischka ou a Srª Marcia Maria Kerscher.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01/09/2017, ficando revogada a Portaria nº 007/2017 de 02/01/2017 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 25 de Agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 299/2017

PORTARIA Nº 299/2017

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso VII e parágrafo único do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, combinado com o artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, consolidada,

RESOLVE :

Art. 1º. Fica reformulada a composição nominativa da Comissão Permanente de Licitações da Administração Direta e Indireta, a qual passará a atuar com a seguinte composição:

Presidente:

Patrícia Fabiane Fronczak

Secretária:

Márcia Maria Kerscher

**Membros:**

Andressa Bendlin

Cassiana Lais Brand Rodrigues

Cristiane Kruger

Lucio Flavio Lima

Maria Laura Binder Lima

Reinaldo Stasiak

Rosani Rodrigues da Silva Mischka

Art. 2º. No caso de impedimento da Presidente, passará a substituí-la nessa condição a servidora Rosani Rodrigues da Silva Mischka.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de 01/09/2017, ficando revogada a Portaria nº 008/2017 de 02/01/2017 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 25 de Agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 11 de setembro de 2017, para a possível contratação de empresa especializada na prestação de serviço (hora/homem) de mecânica em geral para veículos de passeio/utilitários/caminhonetes da frota do Município. EDITAL EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) NO ÂMBITO MUNICIPAL. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 11 de setembro de 2017 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508.

Itá-SC, 25 de agosto de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### RESULTADO DO PR 22/2017

Resultado do Pregão Presencial Nº 22/2017. Objeto: Aquisição de peças com mão de obra para o veículo SPIN LTZ 1.8 placa MKD 1225, pertencente a Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis. Empresa vencedora: Autoshow SC Veículos Ltda. Valor: 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais. Vigência: 23 de setembro de 2018. Itaiópolis, 24/08/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

### RESULTADO DO PR 23/2017

Resultado do Pregão Presencial Nº 23/2017. Objeto: Registro de Preços para contratação de micro ônibus com banheiro e com capacidade de no mínimo 27 lugares, e Van com no mínimo 15 lugares para transporte de pacientes de Itaiópolis à Campina Grande do Sul-PR e de Itaiópolis à Joinville e Jaraguá do Sul para a realização de exames, consultas e procedimentos cirúrgicos. Empresas vencedoras: Gilnei Pedrinho Basso & Cia Ltda. Valor: R\$ 59.900,00 e Soetur Turismo Eireli. Valor: R\$ 281.660,00. Vigência: 24 de agosto de 2018. Itaiópolis, 25/08/2017. Benedito Bento Marques – Secretário Municipal da Saúde.

# Itapema

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.061.2017 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS – AQUISIÇÃO GÁS ACONDICIONADO EM BOTIJÕES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA**

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.061.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição gás acondicionado em botijões, para atender as necessidades Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.061.2017.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00(quatorze) horas do dia 06(seis) de setembro de 2017.

Abertura do Pregão: 06(seis) de setembro de 2017, às 14:01 (quatorze horas e um minuto)

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "licitações– modalidades – pregão – pasta 04.061.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 25 de agosto de 2017.

João Luis Emmel

Secretário de Administração

### **REABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.033.2017 - AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA ZERO KM ADAPTADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA**

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

REABERTURA DO EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.033.2017

Objeto: Aquisição de motocicleta zero KM adaptada para atender as necessidades do Departamento de Trânsito do Município de Itapema, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº. 04.033.2017.

Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 11(onze) de setembro de 2017.

Abertura do Pregão: 11(trinta) de setembro de 2017, às 14:00(quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo site [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone "serviços – fornecedores – modalidades – pregão – pasta 04.033.2017" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 25 de agosto de 2017.

João Luis Emmel

Secretário de Administração

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 159/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 159/2017

Dispensa de Licitação nº 159/2017

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Aquisição de fossa séptica destinada a suprir a necessidade de substituição emergencial do sistema defluente de esgoto da Escola Municipal Integral Bela Vista do Município de Itapiranga.

Fundamentação Legal: Artigo 24, Incisos II e IV, da Lei 8.666/93.

Contratado: CRO Transportes e Serviços Ltda ME - R\$ 2.740,00.

Itapiranga - SC, 25 de Agosto de 2017

Jorge Welter – Prefeito Municipal

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 158/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 158/2017

Inexigibilidade de Licitação nº 158/2017

Contratante: Município de Itapiranga

Objeto: Aquisição de peças para manutenção das máquinas pesadas motoniveladora Caterpillar 120 K e da retroescavadeira Caterpillar 416E, lotadas na Secretaria de Transportes do Município.

Fundamentação Legal: Artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Contratado: Paraná Equipamentos SA.

Valor: R\$ 6.763,84

Itapiranga - SC, 23 de agosto de 2017

Jorge Welter – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO 161/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 161/2017/RH

PARTES: Município de Itapiranga e VANESSA DOS SANTOS WESCHENFELDER.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 06/2016.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia:

VIGÊNCIA: 23/08/2017 a 11/10/2017

Itapiranga – SC, 23 de agosto de 2017.

Jorge Welter – Prefeito

## QUADRO DE VENCEDORES DO PREGÃO Nº 147/2017

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 147/2017</b> <b>Licitação: 147/2017 - PR</b> <b>Fornecedor: 142538 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA</b> <b>Data da Homologação:</b>									
1	80030	BANDEIRA DO BRASIL MEDINDO 0,90M X 1,28M, CONFECCIONADA EM NYLON, BORDADA, DUPLA FACE, COSTURADA COM FIOS DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ILHOSES NA LATERAL, DE USO EXTERNO.	CONTO	UND	10,000	0,0000	165,0000	1.650,00	Venceu
2	80031	BANDEIRA DO ESTADO DE SANTA CATARINA MEDINDO 0,90M X 1,28M, CONFECCIONADA EM NYLON, BORDADA, DUPLA FACE, COSTURADA COM FIOS DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ILHOSES NA LATERAL, DE USO EXTERNO.	CONTO	UND	10,000	0,0000	165,0000	1.650,00	Venceu
3	80032	BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC MEDINDO 0,90M X 1,28M, CONFECCIONADA EM NYLON, BORDADA, DUPLA FACE, COSTURADA COM FIOS DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ILHOSES NA LATERAL, DE USO EXTERNO.	CONTO	UND	10,000	0,0000	181,0000	1.810,00	Venceu
4	80033	BANDEIRA DO BRASIL MEDINDO 1,12M X 1,60M, CONFECCIONADA EM CETIM, BORDADA EM DUPLA FACE, COM ILHOSES NA LATERAL, PARA USO EM AMBIENTE INTERNO.	CONTO	UND	4,000	0,0000	405,0000	1.620,00	Venceu
5	80034	BANDEIRA DO ESTADO SANTA CATARINA MEDINDO 1,12M X 1,60M, CONFECCIONADA EM CETIM, BORDADA EM DUPLA FACE, COM ILHOSES NA LATERAL, PARA USO EM AMBIENTE INTERNO.	CONTO	UND	4,000	0,0000	405,0000	1.620,00	Venceu
6	80035	BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC MEDINDO 1,12M X 1,60M, CONFECCIONADA EM CETIM, BORDADA EM DUPLA FACE, COM ILHOSES NA LATERAL, PARA USO EM AMBIENTE INTERNO.	CONTO	UND	4,000	0,0000	405,0000	1.620,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA**

Página: 2/2

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 147/2017      Licitação: 147/2017 - PR Fornecedor: 142538 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA      Data da Homologação:									
7	80057	BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC MEDINDO 4MX 6M, CONFECIONADA EM NYLON, BORDADA, DUPLA FACE, COSTURADA COM FIOS DE ALTA RESISTÊNCIA, COM ILHOS NA LATERAL, DE USO EXTERNO.	CONTO	UND	1,000	0,0000	1.820,0000	1.820,00	Vencido
Total do Fornecedor →					43,000			11.790,00	

Itapiranga, 25 de Agosto de 2017.

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2017 - FRALDAS GERIÁTRICAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: COMERCIAL MULTIVILLE LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.220.022/0001-43 e Inscrição Estadual: 255.975.015, com sede à Rua João Adolfo Muller, nº53, Bairro: Costa e Silva, CEP: 89.218-590, na cidade de Joinville/SC, representada neste ato por procurador, o Sr. SILVIO CRISPIM, portador do CNPJ/MF nº 557.597.269-00 e do CI.RG nº 1.800.596-9 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO Nº 17/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017 - PROCESSO Nº 21/2017.

Objeto: Aquisição de fraldas descartáveis (geriátrica e infantil), conforme critérios da Portaria nº 2.047/2002 do Ministério da Saúde e especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 31.950,00

DATA DA ASSINATURA: 24/08/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93.

Itapoá, 24 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2017 - FRALDAS GERIÁTRICAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 48/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: FRALDAS CK INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com sede à Rua Beco José Paris, nº 220, Bairro: Sarandi, na cidade de Porto Alegre / RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.681.516/0001-49 representada neste ato pelo procurador Sr. RAFAEL TEIXEIRA GONÇALVES portador do CNPJ/MF nº 006.007.670-43 e do CI.RG nº 1086137451.

Licitação: PREGÃO Nº 17/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017 - PROCESSO Nº 21/2017.

Objeto: Aquisição de fraldas descartáveis (geriátrica e infantil), conforme critérios da Portaria nº 2.047/2002 do Ministério da Saúde e especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 154.800,00

DATA DA ASSINATURA: 24/08/2017

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93.

Itapoá, 24 de agosto de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

### ATA Nº 004 - COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ATA Nº 004

Ao dia vinte e quatro do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, a Comissão nomeada pela Portaria Municipal nº 1501/2017, de sete de agosto de dois mil e dezessete, se reuniu para atender ao disposto no art. 1º, § 1º da referida portaria. A Comissão é composta pelos servidores Daiane Batista, Vandressa Aparecida Chervinski e Suzana Besen Martins, presidente e membros, respectivamente. Na data de hoje, coube à Comissão decidir quanto a não aprovação do número suficiente de candidatos e, portanto, quanto ao procedimento da contratação das quatorze pessoas solicitados pelo TRE/SC. Por estas razões, e considerando o disposto no item 10.4 do Edital nº 025/2017, e também para atender a solicitação do TRE/SC dentro do prazo estabelecido para que ocorra além da contratação o treinamento do pessoal, e ainda, tendo em vista o interesse público em fornecer os serviços firmados conforme o Termo de Convênio nº 004/2017, a Comissão resolve REVOGAR o item 4.2 e o item 8.1 do Edital nº 025/2017 do Processo Seletivo – Cargo Agente Administrativo I.

DAIANE BATISTA

Presidente

VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI

Membro

SUZANA BESEN MARTINS

Membro

### ATA: 010/2017-CMI

Ata: 010/2017

Reunião: ORDINÁRIA

Data: 25/08/2017

Horário: 09h00

Local: Conselho Municipal da Saúde

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2017, no Conselho Municipal do Idoso, situado na rua do Príncipe, 2169, Itapema do Norte, Itapoá, às 09h06 foi efetuada a contagem dos presentes, houve quórum, estando presentes os conselheiros Fátima Cilene da Costa Leite, Maria Alzira Coneglian Vianna, Janaina Mayara Bittencourt Carvalho, Licélia Maria Pedroso Vida, Genésio Tavares, Lana Roselia Quadros Bevilacqua, Ilza de Lourde Barbosa Czarneki, Roseli Itner. Relata-se a presença da presidente, Sra. Elisa Gonzalez Corso às 10h30. Em função da ausência da presidente Sra. Elisa Corso, a reunião será conduzida pela Sra. Janaina Mayara Bittencourt Carvalho, vice-presidente deste conselho. A Sra. Janaina deu boas vindas a todos, informando que a reunião possuirá gravação de áudio e que a pauta foi anteriormente encaminhada, sendo: Item 01. Of. SMS 118.2017 em resposta ao Of. CMI 021.2017, encaminha resposta da empresa Transporte e Turismo Santo Antônio ao pleito da melhoria da identificação visual do ônibus da Saúde. A conselheira Maria Alzira questionou se o ônibus possui acessibilidade, A conselheira Lana informou que a resolução da acessibilidade está prevista par na próxima licitação de transporte público. A conselheira Janaina ponderou que a acessibilidade deve estar prevista para todos os ônibus.

Item 02. Of. GP 242.2017, em resposta ao of. CMI 028.2017, o qual

encaminha a CI 088 da Secretaria Municipal de Esportes. A conselheira Fátima alertou aos presentes os riscos a que os idosos estariam expostos em relação às condições do ginásio. A conselheira Maria Alzira informou a questão da importância da segurança das instalações. A conselheira Janaina relatou que espera a finalização das reformas e que será necessário cobrar a secretaria de Esporte. Pauta Deliberativa: Nenhum item apresentado. Outros Assuntos: a) Falecimento do conselheiro Carlos Roberto Martini, representante da Associação Maria Izabel, a conselheira Lana passa a ocupar a cadeira titular neste conselho. OFICIE-SE a entidade para que indique representante suplente. b) Com relação a ata 009.2017, às linhas 19 a 23, a conselheira Lana trouxe ao plenário que as linhas em questão trazem informações contraditórias. A ata foi apresentada ao prefeito e a conselheira Lana, foi a portadora dessas informações. DELIBEROU o conselho por constituir a comissão para análise da documentação apresentada pela ILPI e leis acessórias, restando os seguintes membros: Genésio, Janaína, Maria Alzira e Ilza. A comissão reunir-se-á em 28 de agosto de 2017 às 16 horas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Marca-se extraordinária para o dia 14 de setembro de 2017, às 14 horas no Conselho de Saúde, para esclarecimentos em relação a ata 009.2017 e conclusão da análise da comissão dos documentos da ILPI, convida-se a secretária de Assistência Social Elisiane de Souza Martins, e a Sra Mara Fantin e Elaine Alves. OFICIE-SE a instituição ILPI para que apresente o Balanço do Exercício 2016 e atualizações. c) Com relação ao ofício encaminhado para a secretaria da assistência, a conselheira Lana parabeniza o conselho por ter identificado dificuldades de funcionamento que nenhum outro conselho identificou. Continuou com o relato do histórico do prédio do conselho, que é necessário o planejamento da execução da pintura. Que desde 2015 a conselheira leva os panos de prato para lavar. Com relação a cortina, o proprietário não permitiu a execução de furos no imóvel. d) A conselheira Janaina relatou que estava presente a reunião e que inclusive sugeriu não por estes itens em ata. Que a secretaria possuía cortina e tela de projeção. Que as atitudes foram tomadas para ajudar. Que a questão do telefone, o conselho identificou a necessidade de utilização para comunicação com os conselheiros, pois muitos têm apenas telefones celulares. e) A conselheira Lana voltou a dizer que o conselho do idoso foi o único a identificar problemas. Que ela, Lana, chamou três vezes a empresa prestadora do serviço de internet para a resolução do problema e que a empresa trocou a antena, que ela, Lana, acredita que o problema foi resolvido. Que ela, Lana, acredita que a impressora já foi disponibilizada pela Assistência Social. A secretaria informa que a questão de logística de documentos já foi resolvida com a secretária da Assistência Social. f) Discussão e análise sobre o Regimento Interno do CMI e reflexos na Lei Municipal 343, fica para próxima reunião a ser marcada em data posterior. A conselheira Elisa que efetuou revisão mas que solicita que a comissão analise a lei para discussão futura. g) A conselheira Janaina relatou que dia 01 de outubro será o dia nacional do idoso e informou que está planejando atividades com os idosos, tais como Dança Sênior, Yoga e convidou o conselho a se fazer presente nestas atividades. O conselheiro Claudio Roberson Lemonie e justificou a ausência. Não havendo mais assuntos a serem tratados, encerra-se a reunião às 11h38. Próxima reunião ordinária ocorrerá 29/09/2017 às 09h00. Assinam a presente os conselheiros abaixo:

Elisa Gonzalez Corso
Genésio Tavares
Maria Alzira Coneglian Vianna
Lana Roselia Quadros Bevilacqua
Fátima Cilene da Costa Leite
Janaina Mayara Bittencourt Carvalho
Licélia Maria Pedrosa Vida
Ilza de Lourdes Barbosa Czarnecki
Roseli Itner

## INSCRIÇÕES DEFERIDAS – EDITAL Nº 026/2017

### CARGO: ENFERMEIRO

INSCRIÇÕES DEFERIDAS – EDITAL Nº 026/2017

CARGO: ENFERMEIRO

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

### Ø INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROTOCOLO	CANDIDATO
6187/2017	Vanessa Santos
6192/2017	Mariza de Fatima Ozorio
6201/2017	Francine Laiz dos Santos Lopes Leal
6202/2017	Danielle Cristine Ricardo Brandão
6206/2017	Antonio Cordeiro Santos Junior
6207/2017	Giancarlo Falchetti
6209/2017	Maria Aparecida Schosler
6211/2017	Viviane Tavares Ferreira
6220/2017	Marcia Aparecida Pinheiro Gonzaga
6233/2017	Silvana Aparecida Bialeski Rujanowski

Itapoá, 25 de Agosto de 2017

Marciane Rech  
Enfermeira SMS

Joseane Maria Soares de Lima  
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz  
Agente Administrativo II

## TERMO ADITIVO Nº23/2017- PRORROGAÇÃO

### TRANSPORTE COLETIVO-TRANSITA

TERMO ADITIVO N.º23/2017 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL E CONCESSÃO PARA CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO DE ITAPOÁ/SC. (12º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, 187, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato, pelo Chefe de Gabinete, Sr. RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA, portador 025.037.599-04, e do CI.RG nº 6.114.589-3, e pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARLON ROBERTO NEUBER, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 4/C 32845399 e CNPF/MF nº 909.610.489-72, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 617, neste Município, e, de outro a Empresa TRANSITA TRANSPORTE ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA, com sede na Rua Falcão, 452, na cidade de Caraguatatuba/SP, inscrita n.º CNPJ/MF sob n.º 04.632.523/0001-01, com filial a Avenida José Pacheco da Silva, s/nº, Itapema do Norte, município de Itapoá/SC, neste ato representada por seu sócio-gerente GILVAN FERREIRA DA SILVA, portador do CNPF / MF sob n.º 103.259.588-40 e RGº sob n.º 20765936, doravante denominado CONTRATADO (A), ajustam a Concessão para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em conformidade com o processo Concorrência nº 01/1999, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, e Lei nº 8.987/1995 em cumprimento as normas contidas no código de posturas, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte

Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 28/08/2017, ou até encerramento do novo processo licitatório com assinatura do novo contrato administrativo de concessão pública, que será lançado, conforme disposições da Lei Federal nº 9.074/95, e Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Prorrogação.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Instrumento de contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 25 de agosto de 2017.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ MARLON ROBERTO NEUBER PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADO TRANSITA TRANSPORTE ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA GILVAN FERREIRA DA SILVA
CONTRATANTE RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO	
Testemunhas:	Nome :
Nome:	CPF/MF:
CNPJ/MF:	

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### ERRATA TOMADA DE PREÇO 001 2017 SAMAE

#### ERRATA

No Edital de Licitação do TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017/SAMAE, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 012/2017/SAMAE:

1 - Altera-se o Prazo de Entrega:

13 - LOCAL DE ENTREGA

13.1. O objeto deste edital: "AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA SEREM UTILIZADOS EM PEQUENOS REPAROS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE DE JACINTO MACHADO/SC, NO EXERCÍCIO DE 2017", deverão ser entregues, após homologação, assinatura do contrato e emissão/recebimento da ordem de fornecimento, NO PRAZO DE 05 DIAS ÚTEIS, no local indicado pelo Setor de Compras do SAMAE de JACINTO MACHADO – SC.

Leia-se:

13.1. O objeto deste edital: "AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MATERIAIS DE CONSUMO PARA SEREM UTILIZADOS EM PEQUENOS REPAROS REALIZADOS PELO DEPARTAMENTO TÉCNICO DO SAMAE DE JACINTO MACHADO/SC, NO EXERCÍCIO DE 2017", deverão ser entregues, após homologação, assinatura do contrato e emissão/recebimento da ordem de fornecimento, NO PRAZO DE 30 DIAS CORRIDOS, no local indicado pelo Setor de Compras do SAMAE de JACINTO MACHADO – SC.

2 – Mantendo as demais Cláusulas e Itens do Edital:

Jacinto Machado/SC, 24 de Agosto de 2017.

LAUDIR POSSMAI

Diretor Geral do SAMAE de Jacinto Machado/SC

ALICE APARECIDA DE JESUS

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 002/2017/SEMFAZ

PORTARIANº 002/2017/Semfaz

MÁRCIO ERDMANN, Secretário Municipal da Fazenda, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais Viviane Stolf, matrícula 8220-1; Roberta Rotermond Baratto, matrícula 9108-1; e Clareli Adriano Malheiro, matrícula 7045; Sindicância Administrativa Nº 008/2017, instaurada pela Portaria nº 001/2017/Semfaz, datada de 28 de junho de 2017, visando a apuração referente ao envio das informações ao sistema Sisobranet;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 047/2017/SCPSA, datado de 18 de agosto de 2017, subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

#### RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 09/08/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, concernentes à Sindicância Administrativa nº 008/2017, instaurado pela Portaria nº 001/2017/Semfaz, datada de 28 de junho de 2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/08/2017.

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2017.

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

### PORTARIA Nº 062/2017/SEMSA

PORTARIANº 062/2017/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo nº 002/2016.

#### RESOLVE :

Art.1º ADMITIR MICHELINE EVELIN JABLONSKI, para em Caráter Temporário atuar como Psicóloga, a partir de 21 de agosto de 2017 até 16 de fevereiro de 2018, conforme quadro abaixo:

UNIDADE	CARGA HORÁRIA
Centro de Atenção Psicossocial – Caps II	200 horas/mês

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de agosto de 2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2017.

JONAS GERMANO SCHMIDT

Secretário Municipal de Saúde

### PORTARIA Nº 0820/2017/SEMED

PORTARIANº 0820/2017/Semed

ROGERIO JUNG, Secretário Municipal da Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais Viviane Stolf, matrícula 8220-1; Roberta Rotermond Baratto, matrícula 9108-1; e Clareli Adriano Malheiro, matrícula 7045, Sindicância Administrativa nº 009/2017, Portaria inicial nº 0719/2017/Semed, datada de 21 de julho de 2017, em face da servidora pública municipal Salete Marquardt Krueger;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 048/2017, datado de 22 de agosto de 2017, subscrito pelo Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

#### RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 26/08/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, concernentes à Sindicância Administrativa nº 009/2017, instaurado pela Portaria nº 0719/2017/Semed, datada de 21 de julho de 2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/08/2017.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ROGERIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

### PORTARIA Nº 119/2017/COGEM

PORTARIANº 119/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017; e

CONSIDERANDO o esgotamento do prazo para a finalização dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

#### RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 20/08/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 009/2016, instaurado pela Portaria Nº 648/2016, de 26/07/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2017.  
EDUARDO BERTOLDI  
Controlador-Geral do Município

### **PORTARIA Nº 120/2017/COGEM**

PORTARIANº 120/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o esgotamento do prazo para a finalização dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 16/08/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 010/2016, instaurado pela Portaria Nº 632/2016, de 20/07/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2017.  
EDUARDO BERTOLDI  
Controlador-Geral do Município

### **PORTARIA Nº 121/2017/COGEM**

PORTARIANº 121/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 132/2017/1ªCPAD, de 24/08/2017, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 27/08/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 016/2016, instaurado pela Portaria nº 742/2016, de 25/08/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 25 de agosto de 2017.  
EDUARDO BERTOLDI  
Controlador-Geral do Município

### **PORTARIA SAMAJSU Nº 355/2017**

PORTARIA SAMAJSU Nº 355/2017

Nomeação Cargo Efetivo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 123/2012 de 30/03/2012, e de conformidade com o disposto nos termos do Art 16, da Lei Complementar nº 154/2014 de 26/01/2015; Lei Municipal nº 6.088/2011 de 19/08/2011; e Lei Municipal nº 6.773/2013 de 21/11/2013; e,

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2013; CONSIDERANDO o memorando 470/2017 de 12 de Julho de 2017; CONSIDERANDO o aceite da convocação do dia 22 de agosto de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, habilitado em concurso de provas, EDELVAN KEMPKA SANTIAGO.

Art. 2º O nomeado terá prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16 da Lei Complementar Nº 154/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob a pena de ser considerado desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

- I. Comprovação de nacionalidade brasileira;
- II. Comprovação de idade mínima de dezoito anos;
- III. Quitação com as obrigações eleitorais;
- IV. Quitação com as obrigações militares;
- V. Comprovação de gozo dos direitos políticos;
- VI. Comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo;
- VII. Comprovação da habilitação exigida para o cargo;
- VIII. Declaração de bens;
- IX. Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;
- X. Declaração se participa ou não de gerência ou administração de empresa privada ou se exerce comércio;
- XI. Declaração se percebe ou não provento de Aposentadoria decorrente do exercício de cargo, emprego ou função pública;
- XII. Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidade disciplinares, conforme legislação aplicável;
- XIII. Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;
- XIV. Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas – CPF;
- XV. Carteira de identidade;
- XVI. Título de eleitor;
- XVII. Comprovante de endereço;
- XVIII. Comprovante de habilitação conforme o Edital de Concurso Público;
- XIX. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, dos últimos cinco anos onde tenha residido;
- XX. Certidão negativa de improbidade Administrativa.

Parágrafo Único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital de concurso público 001/2013, implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

### PORTARIA SAMAEJSU Nº 356/2017

PORTARIA SAMAEJSU Nº 356/2017  
Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009,

CONSIDERANDO o memorando 595/2017, de 23 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAE diante do fato apresentado pela senhora MARCOS ROBERTO

GRAJAUSKAS e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 332/2017 de 08/08/2017, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação, ou seja, até dia 22/09/2017.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2017.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017-FMS

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2017-FMS

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 21/2017-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de MEDICAMENTOS para Processos Judiciais ao longo de 12(doze) meses, teve o seguinte resultado:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário R\$
01	DESERTO	06	Caixas	ABATACEPTE 250MG – CÓDIGO 27557	0,0000
02	ELFA MED LTDA	08	Caixas	ABIRATERONA, ACETATO 250MG – CAIXAS COM 120 COMPRIMIDOS- CÓDIGO 33888	8.457,8300
03	FRUSTRADO	12	Ampolas	ACETATO DE LEUPROLIDA 3,75MG – CÓDIGO 9682	0,0000
04	FRUSTRADO	12	Frascos	ACETATO DE PREDNISOLONA 10MG/ML – SUSP. OFTÁLMICA – FRASCOS COM 10ML – CÓDIGO 19281	0,0000
05	INOVAMED COM DE MED LTDA	360	Sachês	ACETILCISTEÍNA 600MG – SACHÊS COM 5G – CÓDIGO 27697	0,9000
06	DESERTO	45 Disputa Ampla	Caixas	ADALIMUMABE 40MG 0,8ML – CAIXAS COM 02 SERINGAS – CÓDIGO 17293	0,0000
07	DESERTO	05 10% do item 06	Caixas	ADALIMUMABE 40MG 0,8ML – CAIXAS COM 02 SERINGAS – CÓDIGO 17293	0,0000
08	DESERTO	06	Caixas	ADEFOVIR DIPIVOXILA 10MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 22400	0,0000
09	AR FIOREZZANO DIST. LTDA	06	Caixas	ALENTHUS XR 150MG (CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150MG) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29672	83,9000
10	AR FIOREZZANO DIST. LTDA	06	Caixas	ALENTHUS XR 75MG (CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 75MG) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29673	71,5500
11	EXTRA DIST MEDICAMENTOS	06	Caixas	ALPRAZOLAM 1MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 23086	8,3850
12	INOVAMED COM DE MED LTDA	50	Caixas	ARISTAB 10MG (ARIPRAZOL 10MG) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29674	150,0000
13	INOVAMED COM DE MED LTDA	40	Caixas	ARISTAB 15MG (ARIPRAZOL 15MG) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29675	150,0000
14	INOVAMED COM DE MED LTDA	360	Comp.	ATORVASTATINA CÁLCICA 10MG – CÓDIGO 33887	0,3200
15	FRUSTRADO	20	Caixas	AZATIOPRINA 50MG – CAIXAS COM 50 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 9684	0,0000
16	PHARMA LOG LTDA	20	Unidades	AZOPT COLÍRIO (BRINZOLAMIDA 10MG/ML) – FRASCOS COM 5ML – CÓDIGO 21272	41,8100

17	PHARMA LOG LTDA	30	Unidades	AZORGA COLÍRIO (BRINZOLAMIDA 1%, MALEATO DE TIMOLOL 6,8MG/LM; EQ. 5MG DE TIMOLOL BASE) – FRASCOS COM 5ML – CÓDIGO 24682	44,5300
18	CIRURGICA SANTA CRUZ LTDA	8.000	Comp.	BACLOFENO 10MG – CÓDIGO 15788	0,3100
19	MAURO MARCIANO LTDA	1.000	Comp.	BAMIFILINA 300MG – CÓDIGO 22014	1,0500
20	MAURO MARCIANO LTDA	50	Caixas	BAMIFILINA 600MG – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 15194	34,0000
21	DESERTO	20	Unidades	BEPANTOL DERMA CREME – TUBOS COM 20G – CÓDIGO 32610	0,0000
22	DESERTO	20	Unidades	BIMATOPROSTA 0,01% - FRASCOS COM 5ML – CÓDIGO 24882	0,0000
23	EXTRA DIST MEDICAMENTOS	20	Unidades	BIMATOPROSTA 0,03% - FRASCOS COM 3ML – CÓDIGO 16532	24,3100
24	ANGEOMED COM PROD MED	36	Caixas	BISACODIL 5MG – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19425	3,0660
25	EXTRA DIST MEDICAMENTOS	12	Caixas	BOSENTANA 125MG – CAIXAS COM 60 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 20106	529,9900
26	GENÉSIO A. MENDES	150	Unidades	BROMETO DE TIOTRÓPIO 2,5MCG/DOSE SOL. INAL. 4ML – RES-PIMAT – CÓDIGO 22013	202,8500
27	MAURO MARCIANO LTDA	36	Caixas	CELECOXIB 200MG – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 16880	56,9000
28	FRUSTRADO	12	Unidades	CENTRUM POLIVITAMINICO – FRASCOS COM 60 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19030	0,0000
29	DESERTO	10	Unidades	CENTRUM SELECT – POLIVITAMINICO – FRASCOS COM 100 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 30220	0,0000
30	FRUSTRADO	06	Caixas	CICLOSPORINA 0,05% EMULSÃO OFTÁLMICA – CAIXAS COM 30 FLACONETES – CÓDIGO 28603	0,0000
31	PHARMA LOG LTDA	12	Caixas	CICLOSPORINA 100MG – CAIXAS COM 50 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 9687	199,7000
32	PHARMA LOG LTDA	12	Caixas	CICLOSPORINA 50MG – CAIXAS COM 50 COMPRIMIDOS – CODIGO 9686	117,5300
33	INOVAMED COM DE MED LTDA	150	Caixas	CITALOPRAM 20MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS - CÓDIGO 15448	4,7040
34	DESERTO	36	Caixas	CLOBAZAM 10MG – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 12151	0,0000
35	MAURO MARCIANO LTDA	36	Caixas	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 18583	21,0000
36	FRUSTRADO	12	Caixas	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG LIBERAÇÃO PROLONGADA (WELLBUTRIN XL 150MG) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29678	0,0000
37	FRUSTRADO	3.000	Comp.	CLORIDRATO DE CLONIDINA 0,1MG	0,0000
38	PHARMA LOG LTDA	12	Caixas	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 50MG – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32418	5,2200
39	PHARMA LOG LTDA	30	Caixas	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 16537	20,8300
40	PHARMA LOG LTDA	12	Caixas	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 20MG (RITALINA LA) – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 12001	148,9000
41	PHARMA LOG LTDA	24	Caixas	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 40MG (RITALINA LA) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29677	164,1400
42	PHARMA LOG LTDA	2.000	Comp.	CLORIDRATO DE OXIBUTININA 5MG – CÓDIGO 15184	0,4950
43	MAURO MARCIANO LTDA	3.000	Comp.	CLORTALIDONA 50MG – CÓDIGO 33917	0,2100
44	PROMEFARMA REP COM LTDA LTD	32	Frascos	COLECALCIFEROL SOL. ORAL – FRASCOS COM 10ML – CÓDIGO 22280	29,9500
45	AGLON COM. E REP. LTDA	30	Frascos	COMBIGAN – TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5% SOL. OFTÁLMICA – 10MG – CÓDIGO 19351	94,8400
46	FRUSTRADO	12	Caixas	CUMARINA + TROXERRUTINA – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 23875	0,0000
47	FRUSTRADO	24	Caixas	DAPAGLIFLOZINA 10MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 31896	0,0000
48	GENÉSIO A. MENDES	1.080 Disputa Ampla	Comp.	DEFERASIROX 500MG – CÓDIGO 35301	110,9000

49	DESERTO	120 10% do item 48	Comp.	DEFERASIROX 500MG – CÓDIGO 35301	0,0000
50	FRUSTRADO	10	Caixas	DEFLAZACORT 30MG – CAIXAS COM 10 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 11905	0,0000
51	DESERTO	12	Unidades	DEXPANTENOL 50MG – GEL OFTÁLMICO 10G – CÓDIGO 33626	0,0000
52	MAURO MARCIANO LTDA	24	Caixas	DIACEREINA 50MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19419	121,9000
53	EXTRA DIST MEDICAMENTOS	180	Comp.	DIOSMINA 900MG + HESPERIDINA 100MG – CÓDIGO 35302	3,1700
54	PROMEFARMA REP COM LTDA LTD	24	Caixas	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 16533	15,0000
55	AR FIOREZZANO DIST. LTDA	24	Caixas	DIVALPROATO DE SÓDIO 250MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 11456	44,4000
56	AR FIOREZZANO DIST. LTDA	2000	Comp.	DIVALPROATO DE SÓDIO 500MG ER – CÓDIGO 24847	1,4200
57	MAURO MARCIANO LTDA	12	Caixas	DONEPEZILA 10MG, CLORIDRATO – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 27558	59,7000
58	MAURO MARCIANO LTDA	12	Caixas	DONEPEZILA 5MG, CLORIDRATO – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 23890	55,0000
59	MAURO MARCIANO LTDA	50	Frascos	DORZOLAMIDA 2%, CLORIDRATO – SOL. OFTÁLMICA – FRASCOS 5ML – CÓDIGO 17387	29,8000
60	EXTRA DIST MEDICAMENTOS	50	Frascos	DORZOLAMIDA 20MG/ML, CLORIDRATO + TIMOLOL 5MG/ML, MALEATO – SOL. OFTÁLMICA – FRASCOS COM 5ML – CÓDIGO 19255	26,4500
61	GENÉSIO A. MENDES	24	Caixas	DULOXETINA 30MG, CLORIDRATO – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32051	39,9000
62	GENÉSIO A. MENDES	50	Caixas	DULOXETINA 60MG, CLORIDRATO – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 22146	75,9000
63	PHARMA LOG LTDA	30	Frascos	DUO TRAVATAN – MALEATO DE TIMOLOL 5MG/ML + TRAVOPROSTA 0,04MG/ML - SOL. OFTÁLMICA – FRASCOS COM 2,5ML – CÓDIGO 20304	74,4300
64	FRUSTRADO	24	Caixas	EMPAGLIFLOZINA 10MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33598	0,0000
65	PROHOSP DISTRIB DE MED LTDA	2.000	Seringas	<p>ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4ML – CÓDIGO 14853</p> <p>Apresentar a bula do medicamento ofertado em língua portuguesa acompanhada de etiqueta de identificação em caso de medicamento importado cuja identificação esteja em idioma diverso.</p> <p>Para medicamentos classificados como biomedicamentos de acordo com a RDC nº: 315 de 26 de outubro de 2005 do Ministério da Saúde/Anvisa são obrigatórios o envio de cópia dos estudos / ensaios clínicos de fases I, II e III, realizado pelo fabricante, desenvolvidos com o uso do respectivo medicamento; estudos clínicos controlados, publicados e indexados em publicações científicas internacionalmente reconhecidas pelos profissionais de saúde para comprovação de todos as indicações de bula.</p>	20,0000
66	PROHOSP DISTRIB DE MED LTDA	1.800 Disputa Ampla	Seringas	<p>ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6ML – CÓDIGO 22049</p> <p>Apresentar a bula do medicamento ofertado em língua portuguesa acompanhada de etiqueta de identificação em caso de medicamento importado cuja identificação esteja em idioma diverso.</p> <p>Para medicamentos classificados como biomedicamentos de acordo com a RDC nº: 315 de 26 de outubro de 2005 do Ministério da Saúde/Anvisa são obrigatórios o envio de cópia dos estudos / ensaios clínicos de fases I, II e III, realizado pelo fabricante, desenvolvidos com o uso do respectivo medicamento; estudos clínicos controlados, publicados e indexados em publicações científicas internacionalmente reconhecidas pelos profissionais de saúde para comprovação de todos as indicações de bula.</p>	30,0000

67	PROHOSP DISTRIB DE MED LTDA	200 10% do item 66	Seringas	<p>ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6ML – CÓDIGO 22049</p> <p>Apresentar a bula do medicamento ofertado em língua portuguesa acompanhada de etiqueta de identificação em caso de medicamento importado cuja identificação esteja em idioma diverso.</p> <p>Para medicamentos classificados como biomedicamentos de acordo com a RDC nº: 315 de 26 de outubro de 2005 do Ministério da Saúde/Anvisa são obrigatórios o envio de cópia dos estudos / ensaios clínicos de fases I, II e III, realizado pelo fabricante, desenvolvidos com o uso do respectivo medicamento; estudos clínicos controlados, publicados e indexados em publicações científicas internacionalmente reconhecidas pelos profissionais de saúde para comprovação de todas as indicações de bula.</p>	30,0000
68	PROHOSP DISTRIB DE MED LTDA	1.800 Disputa Ampla	Seringas	<p>ENOXAPARINA SÓDICA 80MG/0,8ML – CÓDIGO 12180</p> <p>Apresentar a bula do medicamento ofertado em língua portuguesa acompanhada de etiqueta de identificação em caso de medicamento importado cuja identificação esteja em idioma diverso.</p> <p>Para medicamentos classificados como biomedicamentos de acordo com a RDC nº: 315 de 26 de outubro de 2005 do Ministério da Saúde/Anvisa são obrigatórios o envio de cópia dos estudos / ensaios clínicos de fases I, II e III, realizado pelo fabricante, desenvolvidos com o uso do respectivo medicamento; estudos clínicos controlados, publicados e indexados em publicações científicas internacionalmente reconhecidas pelos profissionais de saúde para comprovação de todas as indicações de bula.</p>	40,0000
69	PROHOSP DISTRIB DE MED LTDA	200 10% do item 68	Seringas	<p>ENOXAPARINA SÓDICA 80MG/0,8ML – CÓDIGO 12180</p> <p>Apresentar a bula do medicamento ofertado em língua portuguesa acompanhada de etiqueta de identificação em caso de medicamento importado cuja identificação esteja em idioma diverso.</p> <p>Para medicamentos classificados como biomedicamentos de acordo com a RDC nº: 315 de 26 de outubro de 2005 do Ministério da Saúde/Anvisa são obrigatórios o envio de cópia dos estudos / ensaios clínicos de fases I, II e III, realizado pelo fabricante, desenvolvidos com o uso do respectivo medicamento; estudos clínicos controlados, publicados e indexados em publicações científicas internacionalmente reconhecidas pelos profissionais de saúde para comprovação de todas as indicações de bula.</p>	40,0000
70	MAURO MARCIANO LTDA	120	Unidades	ERITROPOENTINA 4.000 UI SOLUÇÃO INJETÁVEL – FRASCO/AMPOLA – CÓDIGO 9701	28,7900
71	MAURO MARCIANO LTDA	40	Caixas	ESCITALOPRAM 15MG, OXALATO – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32415	46,5000
72	MAURO MARCIANO LTDA	06	Caixas	ESOMEPRAZOL MAGNÉSIO 40MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33676	91,7500
73	CIRURGICA JAW LTDA	27 Disputa Ampla	Caixas	ETANERCEPTO 25MG – CAIXA COM 04 ESTOJOS + ACESS. APLICAÇÃO – CÓDIGO 19566	2.344,0100
74	CIRURGICA JAW LTDA	03 10% do item 73	Caixas	ETANERCEPTO 25MG – CAIXA COM 04 ESTOJOS + ACESS. APLICAÇÃO – CÓDIGO 19566	2.344,0100
75	CIRURGICA JAW LTDA	10	Caixas	ETANERCEPTO 50MG – CAIXA COM 04 ESTOJOS + ACESS. APLICAÇÃO – CÓDIGO 27568	4.555,4200
76	GENÉSIO A. MENDES	04	Caixas	EVEROLIMO 10MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33677	9.680,3100
77	INOVAMED COM DE MED LTDA	24	Caixas	EZETIMIBA 10MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 21820	19,5000
78	MAURO MARCIANO LTDA	24	Caixas	EZETIMIBA 10MG + SINVASTATINA 20MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19082	45,9000
79	DESERTO	12	Frascos	FEXOFENADINA, CLORIDRATO 6MG/ML - FRASCOS COM 150MG - CÓDIGO 26169	0,0000

80	PHARMA LOG LTDA	300	Caixas	FUMARATO DE FORMOTEROL 12MCG + BUDESONIDA 400MCG – CAIXAS COM 60 CÁPSULAS – CÓDIGO 17095	59,4900
81	FRUSTRADO	120	Caixas	GABAPENTINA 300MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 15404	0,0000
82	DESERTO	12	Caixas	GABAPENTINA 600MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33678	0,0000
83	FRUSTRADO	50	Frascos	GANFORT – BIMATOPROSTA 0,03% + TIMOLOL 0,5% - SOL. OF-TÁLMICA – FRASCOS COM 3ML – CÓDIGO 21271	0,0000
84	FRUSTRADO	12	Frascos	GATIFLOXACINO 3MG/ML – COLÍRIO (ZYMAR) – FRASCOS COM 5ML – CÓDIGO 34122	0,0000
85	INOVAMED COM DE MED LTDA	24	Caixas	GINKGO BILOBA 80MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÔDIGO 27477	5,1000
86	PHARMA LOG LTDA	12	Caixas	HEMITARTARATO DE RIVASTIGMINA 18MG/10CM <sup>2</sup> (9,5MG/24H) – CAIXAS COM 30 ADESIVOS – CÓDIGO 22380	355,0900
87	PHARMA LOG LTDA	04	Caixas	HEMITARTARATO DE RIVASTIGMINA 27MG – CAIXAS COM 30 ADESIVOS – CÓDIGO 27170	355,0900
88	DESERTO	12	Frascos	HIALURONATO DE SÓDIO 1MG/ML SOL. OFTÁLMICA – FRASCOS 10ML – CÓDIGO 28604	0,0000
89	DESERTO	50	Unidades	HIDRATANTE RAPARADOR CICAPLAST BAUME – EMBALAGENS COM 40ML – CÓDIGO 32334	0,0000
90	PHARMA LOG LTDA	12	Caixas	HIDROXICLOROQUINA 400MG, SULFATO – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 9717	38,8400
91	MAURO MARCIANO LTDA	06	Unidades	HIDROXIZINA 2MG/ML, CLORIDRATO – FRASCOS COM 120ML – CÓDIGO 27423	6,9000
92	PHARMA LOG LTDA	30	Caixas	IMIQUIMODE 50MG/G – CREME – CAIXAS COM 12 SACHÊS – CÔDIGO 23578	116,7300
93	PHARMA LOG LTDA	12	Caixas	INDACATEROL 150MCG (ONBRIZE) – CAIXAS COM 30 CÁPSULAS PARA INALAÇÃO – CÓDIGO 28377	76,0700
94	PHARMA LOG LTDA	24	Caixas	INDACATEROL 300MCG (ONBRIZE) – CAIXAS COM 30 CÁPSULAS PARA INALAÇÃO – CÓDIGO 27069	76,0700
95	DESERTO	135	Frascos	INFLIXIMABE 100MG – AMPOLA + KIT DE INFUSÃO (REMICADE) – CÓDIGO 21550 (frasco + kit)	0,0000
96	DESERTO	15	Frascos	INFLIXIMABE 100MG – AMPOLA + KIT DE INFUSÃO (REMICADE) – CÓDIGO 21550 (frasco + kit)	0,0000
97	INFINITY MEDICAMENTOS	80	Frascos	INSULINA ASPARTE NOVORAPID 100UI/ML – FRASCO DE 10ML – CÓDIGO 14816	70,5300
98	INFINITY MEDICAMENTOS	84	Caixas	INSULINA ASPARTE NOVORAPID PENFIL – CAIXAS C/ 05 CANETAS DE 3ML - CÓDIGO 17463	134,5200
99	INFINITY MEDICAMENTOS	60	Caixas	INSULINA ASPARTE NOVORAPID FLEX PEN – CAIXAS C/ 05 CANETAS DE 3ML - CÓDIGO 12678	150,4500
100	INFINITY MEDICAMENTOS	50	Canetas	INSULINA DEGLUDEC 100UI/ML – TRESIBA FLEXTOUCH - CANETA 3ML – CÓDIGO 33782	91,5200
101	INFINITY MEDICAMENTOS	60	Caixas	INSULINA DETEMIR 100UI/ML - LEVEMIR PENFIL – CAIXAS C/ 05 REFIS DE 3ML - CÓDIGO 17461	267,5600
102	INFINITY MEDICAMENTOS	50	Caixas	INSULINA DETEMIR 100UI/ML - LEVEMIR FLEX PEN 100UI/ML – CAIXAS C/ 5 CANETAS DE 3ML - CÓDIGO 17458	283,4800
103	FRUSTRADO	50	Frascos	INSULINA GLARGINA 100UI/ML - LANTUS – FRASCO C/10ML – CÓDIGO 17457	0,0000
104	FRUSTRADO	200	Unidades	INSULINA GLARGINA 100UI/ML REFIL 3ML - LANTUS – CÓDIGO 18289	0,0000
105	PROHOSP DISTRIB DE MED LTDA	720 Disputa Ampla	Canetas	INSULINA GLARGINA SOLUSTAR 100UI/ML - LANTUS – CANETAS COM 3ML – CÓDIGO 20038	84,7700
106	FRUSTRADO	80 10% do item 105	Canetas	INSULINA GLARGINA SOLUSTAR 100UI/ML - LANTUS – CANETAS COM 3ML – CÓDIGO 20038	0,0000
107	FRUSTRADO	20	Canetas	INSULINA GLULISINA 100UI/ML – APIDRA – CANETAS COM 3ML – CÓDIGO 23699	0,0000
108	INFINITY MEDICAMENTOS	48	Caixas	INSULINA LIRAGLUTIDA 6MG/ML – CAIXAS COM 02 CANETAS COM 3ML – CÓDIGO 28688	291,7800
109	DESERTO	50	Frascos	INSULINA LISPRO 100UI/ML - HUMALOG – FRASCOS COM 10ML – CÓDIGO 15065	0,0000
110	DESERTO	24	Caixas	INSULINA LISPRO 1MG/ML – HUMALOG - CAIXAS COM 05 REFIS DE 3ML – CÓDIGO 27587	0,0000

111	DESERTO	12	Caixas	INSULINA LISPRO 50UI + INSULINA PROTAMINA 50UI – HUMALOG MIX 50 – CAIXAS COM 05 REFIS DE 3ML – CÓDIGO 32407	0,0000
112	DESERTO	40	Caixas	INSULINA LISPRO 1MG/ML 3ML CANETA DESCARTÁVEL (HUMALOG KWIPEN) – CÓDIGO 27585	0,0000
113	FRUSTRADO	12	Caixas	IRBESARTANA 300MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33527	0,0000
114	DESERTO	600	Comp.	ISOTRENTINOÍNA 20MG – CÓDIGO 9710	0,0000
115	EXTRA DIST MEDICAMENTOS	224	Comp.	IVABRADINA, CLORIDRATO 7,5MG – CÓDIGO 33979	2,4300
116	PHARMA LOG LTDA	50	Caixas	LACOSAMIDA 100MG (VIMPAT) – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32913	141,5900
117	FRUSTRADO	10	Unidades	LATANAPROSTA 0,005% - SOL. OFTÁLMICA – FRASCOS COM 2,5ML – CÓDIGO 16879	0,0000
118	DESERTO	720	Comp.	LEVANLODIPINO 2,5MG, BESILATO – CÓDIGO 33915	0,0000
119	GENÉSIO A. MENDES	40	Caixas	LINAGLIPTINA 5MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32419	132,0300
120	DESERTO	336	Comp.	LISDEXANFETAMINA 50MG, DIMESILATO – CÓDIGO 33910	0,0000
121	FRUSTRADO	1.200	Sachês	MACROGOL 3350 + BICARBONATO DE SÓDI + CLORETO DE POTÁSSIO + CLORETO DE SÓDIO – SACHÊS 5G – CÓDIGO 35303	0,0000
122	FRUSTRADO	20	Caixas	PURINETHOL 50MG – MERCAPTOPURINA – CAIXAS COM 25 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 35027	0,0000
123	FRUSTRADO	720	Comp.	MESACOL MMX 1.200MG – CÓDIGO 29683	0,0000
124	MAURO MARCIANO LTDA	12	Caixas	MESALAZINA 800MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 27698	44,9900
125	FRUSTRADO	24	Caixas	METADONA 10MG – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 28991	0,0000
126	PHARMA LOG LTDA	05	Caixas	MICOFENOLATO DE SÓDIO 180MG – CAIXAS COM 120 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33679	619,9600
127	PHARMA LOG LTDA	08	Caixas	MICOFENOLATO DE SÓDIO 360MG – MYFORTIC 360MG - CAIXAS COM 120 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32043	1.231,6300
128	MAURO MARCIANO LTDA	2000	Comp.	MICOFENOLATO MOFETILA 500MG – CÓDIGO 9688	5,7500
129	DESERTO	24	Caixas	MIRTAZAPINA 30MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 22436	0,0000
130	FRUSTRADO	12	Caixas	MODAFINILA 200MG – STAGIVILE – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 23379	0,0000
131	DESERTO	20	Caixas	NIMODIPINO 30MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 18592	0,0000
132	PHARMA LOG LTDA	06	Frascos	OMALIZUMABE 150MG/2ML PÓ INJETÁVEL – 1 FRASCO + DILUENTE 2MG – CÓDIGO 33702	1.557,6800
133	DESERTO	10	Caixas	OMEPRAZOL MAGNÉSICO 10MG – CAIXAS COM 14 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19766	0,0000
134	AR FIOREZZANO DIST. LTDA	12	Caixas	OMNIC 0,4MG – TANSULOSINA 0,4MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 13030	82,3500
135	CIRURGICA SANTA CRUZ LTDA	10.000	Comp.	OXCARBAZEPINA 300MG – CÓDIGO 15784	0,6800
136	MAURO MARCIANO LTDA	2.000	Frascos	OXCARBAZEPINA 6% SUSP. ORAL – FRASCOS COM 100ML – CÓDIGO 12872	22,8000
137	CIRURGICA SANTA CRUZ LTDA	20.000	Comp.	OXCARBAZEPINA 600MG – CÓDIGO 9635	1,0500
138	ELFA MED LTDA	24	Ampolas	PALIPERIDONA 100MG – INVEGA SUSTENNA – AMPOLAS COM 1,0 ML – SUSP. INJETÁVEL – CÓDIGO 32041	1.175,3100
139	DESERTO	12	Caixas	PALIPERIDONA 3MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 24627	0,0000
140	MAURO MARCIANO LTDA	06	Caixas	PAROXETINA 20MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 11999	9,8000
141	DESERTO	22 Disputa Ampla	Ampolas	PEMETREXEDE DISSÓDICO 500MG – SOLUÇÃO INJETÁVEL – CÓDIGO 35029	0,0000
142	DESERTO	02 10% do item 141	Ampolas	PEMETREXEDE DISSÓDICO 500MG – SOLUÇÃO INJETÁVEL – CÓDIGO 35029	0,0000
143	FRUSTRADO	12	Caixas	PENTOXIFILINA 400MG- CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 23860	0,0000
144	PROMEFARMA REP COM LTDA LTD	20	Frascos	PILOCARPINA 1%, CLORIDRATO – FRASCOS COM 10ML – CÓDIGO 22379	17,0200

145	FRUSTRADO	360	Comp.	PITAVASTATINA CÁLCIA 2MG – CÓDIGO 33916	0,0000
146	MAURO MARCIANO LTDA	12	Caixas	PRAVASTATINA 20MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 22042	40,0000
147	INOVAMED COM DE MED LTDA	60	Caixas	PREGABALINA 150MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29676	44,8000
148	MAURO MARCIANO LTDA	50	Caixa	PREGABALINA 75MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 34925	27,8900
149	INOVAMED COM DE MED LTDA	50	Caixas	QUETIAPINA 100MG, FUMARATO – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CODIGO 27570	15,0000
150	DESERTO	50	Caixas	QUETIAPINA 200MG, FUMARATO COMPRIMIDOS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA (SEROQUEL XRO) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33681	0,0000
151	MAURO MARCIANO LTDA	04	Caixas	QUETIAPINA 50MG, FUMARATO – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33680	112,2000
152	PHARMA LOG LTDA	06	Frasco/ Ampola	RANIBIZUMABE 10MG/ML SOLUÇÃO PARA INJEÇÃO 1 FRASCO-AM-POLA COM 0,23ML (LUCENTIS) – CÓDIGO 21980	2.933,0700
153	DESERTO	40	Unidades	REPELENTE (OFF KIDS LOÇÃO REPELENTE DE INSETOS) – COM 117ML – CÓDIGO 20569	0,0000
154	FRUSTRADO	12	Caixas	RISEDRONATO SÓDICO 35MG – CAIXAS COM 4 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 22072	0,0000
155	PROMEFARMA REP COM LTDA LTD	12	Caixas	RIVAROXABAN 10MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33219	190,0200
156	PROMEFARMA REP COM LTDA LTD	12	Caixas	RIVAROXABAN 15MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 32914	208,7600
157	PROMEFARMA REP COM LTDA LTD	60	Caixas	RIVAROXABAN 20MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 29823	201,1400
158	FRUSTRADO	20	Caixas	ROFLUMILASTE 500MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÔDIGO 31341	0,0000
159	PROMEFARMA REP COM LTDA LTD	36	Caixas	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 17456	16,0000
160	PROMEFARMA REP COM LTDA LTD	24	Caixas	ROSUVASTATINA CÁLCICA 20MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 21690	42,0000
161	FRUSTRADO	20	Caixas	SALMETEROL, XIANAFOATO DE + FLUTICASONA, PROPIONATO DE 50/250MCG DISKUS – UNIDADES COM 60 DOSES – CÓDIGO 20204	0,0000
162	DESERTO	24	Caixas	SENA + CÁSSIA + TAMARINDUS + CORIANDRUM + ALÇAÇUZ (TAMARINE 150MG) – EMBALAGENS COM 20 CÁPSULAS – CÓDIGO 35087	0,0000
163	PROFARMA SPECIALTY S.A.	1344	Comp.	SITAGLIPTINA 500MG + METFORMINA 1000MG – (JANUMET XR) - CÓDIGO 35017	2,1900
164	PROFARMA SPECIALTY S.A.	12	Caixas	SITAGLIPTINA, FOSFATO 100MG – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS - CÓDIGO 22381	94,3600
165	DESERTO	120	Frascos	SOMATROPINA RECOMBINANTE HUMANA 12UI (GEL) PÓ LIÓFILO INJETÁVEL, FRASCOS COM VIDRO – CODIGO 33682	0,0000
166	DESERTO	10	Caixas	SUCCINATO DE SOLIFENACINA 5MG (VESICARE) – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS - CÓDIGO 25578	0,0000
167	AGLON COM. E REP. LTDA	2.000	Sachês	SILFATO DE GLICOSAMINA 1,5G + SULFATO DE CONDRITINA 1,2G – SACHÊS – CÓDIGO 16584	3,0000
168	AGLON COM. E REP. LTDA	3.000	Comp.	SULFATO DE GLICOSAMINA 500MG + SULFATO DE CONDRITINA 400MG – CÓDIGO 22706	1,2100
169	DESERTO	42	Caixas	TACROLIMUS 1MG – CAIXAS COM 50 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 9690	0,0000
170	DESERTO	24	Unidades	TALCO LÍQUIDO (AMILIA) 80G – CÓDIGO 26277	0,0000
171	MAURO MARCIANO LTDA	40	Frascos	TARTATO DE BRIMONIDINA 0,2% - COLÍRIO – CÓDIGO 16875	7,9900
172	CIRURGICA SANTA CRUZ LTDA	30	Caixas	TEMOZOLAMIDA 100MG □ CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS □ CÓDIGO 18468	516,0000
173	CIRURGICA SANTA CRUZ LTDA	30	Caixas	TEMOZOLAMIDA 140MG □ CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS □ CÓDIGO 22048	719,0000
174	PROFARMA SPECIALTY S.A.	27 Disputa Ampla	Caixas	TEMOZOLAMIDA 180MG – CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS – CÔDIGO 22544	924,5000
175	PROFARMA SPECIALTY S.A.	3 10% do item 174	Caixas	TEMOZOLAMIDA 180MG – CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS – CÔDIGO 22544	924,5000
176	CIRURGICA SANTA CRUZ LTDA	30	Caixas	TEMOZOLAMIDA 20MG – CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 18467	103,0000

177	CIRURGICA SANTA CRUZ LTDA	30	Caixas	TEMOZOLAMIDA 250MG – CAIXAS COM 5 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 14348	1.264,0000
178	DESERTO	54 Disputa Ampla	Unidades	TERIPARATIDA 250MCG/ML – FORTÉO – CANETA INJETORA DESC. C/ CT 3ML – CÓDIGO 17152	0,0000
179	DESERTO	06 10% do item 178	Unidades	TERIPARATIDA 250MCG/ML – FORTÉO – CANETA INJETORA DESC. C/ CT 3ML – CÓDIGO 17152	0,0000
180	DESERTO	06	Frascos	TESTOSTERONA 2% SOLUÇÃO – 30MG/1,5ML – FRASCOS COM 110ML – CÓDIGO 33683	0,0000
181	DESERTO	06	Ampolas	TESTOSTERONA, UNDECANOATO 250MG – 01 AMPOLA COM 4ML – CÓDIGO 23323	0,0000
182	AR FIOREZZANO DIST. LTDA	28	Caixas	TICAGRELOR 90MG (BRILINTA 90MG) – CAIXAS COM 60 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 28602	310,5000
183	FRUSTRADO	24	Caixas	TICLOPIDINA 250MG, CLORIDRATO – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 12732	0,0000
184	MAURO MARCIANO LTDA	3.500	Comp.	TIZANIDINA 2MG, CLORIDRATO – CÓDIGO 34438	0,4400
185	MAURO MARCIANO LTDA	1.800	Comp.	TOPIRAMATO 100MG – CÓDIGO 27068	0,6900
186	DESERTO	720	Comp.	TOPIRAMATO 40MG – CÓDIGO 9628	0,0000
187	DESERTO	04	Unidades	TRASTUZUMAB 440MG (HERCEPTIN) – CAIXA COM 01 FRASCO -AMPOLA + DILUENTE COM 20ML – CÓDIGO 16445	0,0000
188	MAURO MARCIANO LTDA	40	Frascos	TRAVOPROSTA 0,004% SOL. OFTÁLMICA – FRASCOS COM 2,5ML – CÓDIGO 16765	34,9000
189	PHARMA LOG LTDA	30	Caixas	TRAZODONA 50MG, CLORIDRATO - CAIXAS COM 60 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19407	46,3600
190	EXTRA DIST MEDICAMENTOS	30	Caixas	TRIMETAZIDINA 35MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 20353	41,9800
191	DESERTO	12	Frascos	URÉIA 10% (UREMOL FLUID) – FRASCOS COM 120ML – CÓDIGO 26171	0,0000
192	FRUSTRADO	225	Caixas	URSACOL 150MG (ÁCIDO URSODESOXICOLICO 150MG) – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 19307	0,0000
193	FRUSTRADO	225	Caixas	URSACOL 300MG (ÁCIDO URSODESOXICOLICO 300MG) – CAIXAS COM 20 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 18933	0,0000
194	FRUSTRADO	12	Tubos	VALERATO DE BETAMETASONA + SULFATO DE GENTAMICINA + TOLNAFTATO + CLORQUINOL – POMADA 20MG – CÓDIGO 35304	0,0000
195	MAURO MARCIANO LTDA	24	Caixas	VALSARTANA 320MG – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33074	26,9900
196	MAURO MARCIANO LTDA	12	Caixas	VENLAFAXINA 75MG, CLORIDRATO – CAIXAS COM 28 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 15781	30,7000
197	PHARMA LOG LTDA	18	Caixas	VIDAGLIPTINA 50MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 500MG – CAIXAS COM 56 CÁPSULAS – CÓDIGO 22545	128,6100
198	FRUSTRADO	12	Caixas	VITALUX PLUS – CAIXAS COM 40 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 21687	0,0000
199	GENÉSIO A. MENDES	22 Disputa Ampla	Caixas	VOTRIENT 400MG (CLORIDRATO DE PAZOPANIBE 400MG) CAIXAS COM 60 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 25296	7.609,5000
200	FRUSTRADO	02 10% do item 199	Caixas	VOTRIENT 400MG (CLORIDRATO DE PAZOPANIBE 400MG) CAIXAS COM 60 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 25296	0,0000
201	DESERTO	24	Caixas	ZOLPIDEM 6,25MG LIBERAÇÃO PROLONGADA – CAIXAS COM 30 COMPRIMIDOS – CÓDIGO 33684	0,0000

Jaraguá do Sul, SC, 23 de agosto de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017****RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2017**

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 58/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de EQUIPAMENTOS CENOTÉCNICOS, (Urdimento, Rotunda e cortina), instalados, destinados para atender as necessidades do Cineteatro do Centro de Artes e Esportes Unificados - CEU, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos objetos	Valor global dos itens (R\$)
01	ESFERA COMERCIAL ME	01	pç	URDIMENTO: Urdimento com 10 tubos de ferro galvanizado diâmetro 2", comprimento de 8m. Fixados de metro em metro na laje a 0,20 m abaixo do forro acústico no sentido transversal da sala entre a cabine e a rotunda (pano de fundo).Espaçamento entre os tubos de 1,00m.	30.800,00
02		01	pç	ROTUNDA: Rotunda confeccionada em 2 panos de 5,00 x 3.80 m cada um, com manobra manual sem contrapeso, em 100% algodão, com 300 gramas na cor preto fosco, franzido 2,5 de tecido para cada metro acabado de cortina, com trilho duplo de alumínio e carrinhos reforçados com rodízios de nylon.	
03		02	pç	CORTINAS: Cortinas de plateia, cada uma com dois panos de 0,90mx2,20m com trilho de alumínio e rodízios reforçados de "nylon" em tecido censurante 100% algodão, com 300 gramas na cor preto fosco, franzido igual rotunda, carrinhos reforçados com rodízios de "nylon".	

Jaraguá do Sul, SC, 10 de agosto de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregoeira – Decreto 11.334/2017

**SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 119/2017**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 119/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA FROTA DO SAMAE

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 28/08/2017, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 15/09/2017 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 47– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**SEMED - PORTARIA Nº 332/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 332/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1117/2016, de 16.12.2016, que prorrogou a portaria de MAYCON DE CARVALHO SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como Professor do Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, nos períodos de 17.06.2017 a 31.07.2017 e 01.08.2017 a 02.08.2017.

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 792/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 792/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, EMILCE DO CARMO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de PORTUGUÊS, a partir de 16/08/2017 até 16/09/2017, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	TOTAL
EMEB MACHADO DE ASSIS	Português	36
EMEB MARCOS EMILIO VERBINNEN		
EMEB WALDEMAR SCHMITZ		
EMEB JONAS ALVES DE SOUZA		
EMEB ALBANO KANZLER		

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 794/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 794/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, GILMARA MANENTI TEIXEIRA, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, a partir de 15/08/2017 até 16/09/2017, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI JADER MARCOLLA	30

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 795/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 795/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, MÁRCIA RONCHI DE ARAÚJO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 15/08/2017 até 16/09/2017, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI GUILHERME TRIBESS	40

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 796/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 796/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, ILDA JUNKES CORREIA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Iniciais, a partir de 16/08/2017 até 16/09/2017, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	C.H.
EMEB CRISTINA MARCATTO	20

Jaraguá do Sul, 14 de agosto de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 801/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 801/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, ALAÍDE TEREZINHA STEIERLEIN DEMARCHI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, a partir de 03/08/2017 até 16/09/2017, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI DANIEL CARLOS PRETTI	40

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 802/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 802/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, CLAUDETE DUARTE, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, a partir de 07/08/2017 até 16/09/2017, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI WOLFGANG WEEGE	30

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 808/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº808/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 007/2015/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

DISPENSAR, em 02 de agosto de 2017, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, MAYCON DE CARVALHO SANTOS, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental - Anos Finais, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, na EMEB Ribeirão Molha.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº815/2016 , Nº1117/2016 e Nº332/2017, no que se refere a contratação do mesmo, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 809/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 809/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, DIVA KONELL MARTINELLI, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 22/08/2017 até 16/09/2017, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI ROSA MARIA DONINI	40

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 810/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 810/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, EDINEIDE PAULA DA SILVA, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 22/08/2017 até 16/09/2017, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI SIDNEI ALEXANDRE BERNES	40

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 818/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 818/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2017/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, LUCÉLIA MALINOSKI, para em Caráter Temporário atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 01/09/2017 até 16/09/2017, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
EMEB RICIERI MARCATTO	40

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 819/2017**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

**PORTARIA Nº 819/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 006/2016/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, MARIA DE LOURDES RODRIGUES DE MIRANDA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de INGLÊS, a partir de 01/09/2017 até 16/10/2017, conforme o quadro abaixo:

Unidade Escolar	Disciplina	CH	HA	TO-TAL
EMEB LUIZ GONZAGA AYROSO	Inglês	15	4	24
EMEB SANTO ESTÊVÃO		5		

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal de Educação

# Joaçaba

## PREFEITURA

### ESCALA PLANTÃO - MÊS DE SETEMBRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA- SC

COMISSÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS- CMSF

#### ESCALA PLANTÃO - MÊS DE SETEMBRO

Obedecendo ao disposto na Lei nº 4.085/2011 e suas alterações, de acordo com o art. 3º, § 2º segue a escala de plantão mensal da Central de Óbitos de Joaçaba – SC:

FUNERÁRIA	INÍCIO PLANTÃO	FIM DO PLANTÃO
SÃO JOÃO BATISTA	04/09/2017 AS 7:30H	11/09/2017 AS 7:30H
FREI BRUNO	11/09/2017 AS 7:30H	18/09/2017 AS 7:30H
SÃO RAFAEL	18/09/2017 AS 7:30H	25/09/2017 AS 7:30H
SÃO JOÃO BATISTA	25/09/2017 AS 7:30H	02/10/2017 AS 7:30H

Telefone de plantão: (49) 99808-9747

Inês Maria Picoli  
Presidente Comissão

# José Boiteux

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO 43/2017 REFERE-SE AO PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A PRESTAR SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA O MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL.**

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO 43/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 11/09/2017, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655, REFERE-SE AO PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A PRESTAR SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PARA O MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX MAIORES INFORMAÇÕES NO EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 25 de Agosto de 2017.  
JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO EDITAL PROCESSO 10/2017-FMS

#### RETIFICAÇÃO DE EDITAL 02

O Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Rua 07 de setembro, n. 1.600, centro, Lacerdópolis/SC, CEP 89660-000, CNPJ 11.417.744/0001-22, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, Edgar Brandini, comunica a retificação do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2017, DATA DE EMISSÃO: 10/08/2017, para constar o seguinte as seguintes alterações:

Onde se lê:

#### 08 – HABILITAÇÃO

[...]  
8.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

[...]  
n) Para comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, o interessado deverá comprovar registro na ANVISA e Ministério da Saúde que autorize fornecer os medicamentos.

...

#### ANEXO I

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
...	...	...	...	...	...
117	672,00	CP	Omeprazol magnésico 20mg comp	6,435	4.324,32
...	...	...	...	...	...
215	270,00	UN	Enoxaparina sódica 40mg solução injetável seringa preenchida x 0,4ml	12,00	3.240,00

Leia-se:

#### 08 – HABILITAÇÃO

[...]  
8.2 - Para habilitação das empresas, será exigida a entrega dos seguintes documentos:

[...]  
n) Para comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, o interessado deverá comprovar registro na ANVISA e Ministério da Saúde que autorize fornecer os medicamentos.

...

#### ANEXO I

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
...	...	...	...	...	...
117	672,00	CP	Omeprazol magnésico 20mg comp	11,800	7.929,00
...	...	...	...	...	...
215	270,00	UN	Enoxaparina sódica 40mg solução injetável seringa preenchida x 0,4ml	24,00	6.480,00

Diante dessas retificações, considera-se republicado do edital e, com isso, alterado o prazo para entrega e abertura dos envelopes que era 28/08/2017 para 11/09/2017, até as 09h00min.

Mantêm-se inalteradas as demais disposições do edital.

Lacerdópolis/SC, 25 de agosto de 2017.

EDGAR BRANDINI

Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO ARP 04-A/2017 - C. E. - SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-A/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água para uso da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 406.621,20 (quatrocentos e seis mil e seiscentos e vinte e um reais e vinte centavos), sendo:

C. E. MACEDO COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI – EPP – CNPJ nº 07.965.552/0001-83 – Rua Carlos Essenfelder, nº 1326, bairro Boqueirão, CEP 81650-090, Curitiba/PR.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

### EXTRATO ARP 04-B/2017 - CORR - SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-B/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água para uso da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 110.760,00 (cento e dez mil e setecentos e sessenta reais), sendo:

CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA – CNPJ nº 67.731.091/80001-06

– Av. Joaquim Monteiro, nº 571 (antiga estrada Fazenda Cachoeira), bairro Jacaré, CEP 13318-000, Cabreúva/SP.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

### EXTRATO ARP 04-C/2017 - G2 MATERIAIS - SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-C/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água para uso da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 22.140,20 (vinte e dois mil e cento e quarenta reais e vinte centavos), sendo:

G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI – ME – CNPJ nº 05.931.197/0001-04 – Rua Presidente Campos Salles, nº 893, bairro Glória, CEP 89217-100, Joinville/SC.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

### EXTRATO ARP 04-D/2017 - LUPY - SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-D/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água para uso da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS**

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(ão) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 158.705,00 (cento e cinquenta e oito mil e setecentos e cinco reais), sendo:

LUPY BRASIL VALVULAS E EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP – CNPJ nº 26.133.037/0001-81 – Rua Abrahao, nº 65, sala 03, bairro Jardim Santa Izabel, CEP 06709-520, Cotia/SP.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

**EXTRATO ARP 04-E/2017 - NOVOS TEMPOS - SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-E/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água para uso da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(ão) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 28.424,00 (vinte e oito mil e quatrocentos e vinte e quatro reais), sendo:

NOVOS TEMPOS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – EPP – CNPJ nº 05.679.647/0001-05 – Estrada Sete, nº 270, Chácaras Assay, CEP 13186-521, Hortolandia/SP.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

**EXTRATO ARP 04-F/2017 - PH CONEXÕES - SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-F/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água para uso da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a

contar da data da sua assinatura.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(ão) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 26.970,00 (vinte e seis mil e novecentos e setenta reais), sendo:

PH CONEXÕES PARA SANEAMENTO LTDA – EPP – CNPJ nº 13.556.572/0001-01 – Rua Regente Araújo de Lima, nº 66, bairro Fundação, CEP 09520-230, São Caetano do Sul/SP.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

**EXTRATO ARP 04-G/2017 - SANEMARK - SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-G/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água para uso da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(ão) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 93.424,82 (noventa e três mil e quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos), sendo:

SANEMARCK COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI – ME – CNPJ nº 08.164.724/0001-82 – Rua Alfredo Pinto, nº 1326, bairro Afonso Pena, CEP 83050-320, São José dos Pinhais/PR.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

**EXTRATO ARP 04-H/2017 - SHALOOON - SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-H/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água para uso da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 7.796,43 (sete mil e setecentos e noventa e seis reais e quarenta e três centavos), sendo:

SHALOOM CONSTRUÇÕES E INDÚSTRIA EIRELI – ME – CNPJ nº 24.841.816/0001-06 – Av. Inconfidência, nº 1116, bairro Marechal Rondon, CEP 92020-392, Canoas/RS.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini  
Secretário SEMASA

### EXTRATO ARP 04-I/2017 - SOMA - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-I/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água para uso da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 3.760,20 (três mil e setecentos e sessenta reais e vinte centavos), sendo:

SOMACOMÉRCIO DE TINTAS LTDA – ME – CNPJ nº 26.044.069/0001-00 – Rua Plácido Damiani, nº 1200, sla 04, bairro Frei Rogério, CEP 88508-070, Lages/SC.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini  
Secretário SEMASA

### EXTRATO ARP 04-J/2017 - STARTUBO - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-J/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água para uso da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de

Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 79.427,00 (setenta e nove mil e quatrocentos e vinte e sete reais), sendo:

STARTUBO COMERCIAL LTDA – EPP – CNPJ nº 17.191.995/0001-18 – Rua XV de Novembro, nº 780, Sítio São José, CEP 13380-000, Mombuca/SP.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini  
Secretário SEMASA

### EXTRATO ARP 04-K/2017 - TEM TEM - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-K/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água para uso da SEMASA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

#### CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 24.350,00 (vinte e quatro mil e trezentos e cinquenta reais), sendo:

TEM TEM COMERCIAL DE MERCADORIAS EM GERAL EIRELI - EPP – CNPJ nº 18.951.626/0001-49 – Rua Índio Peri, nº 1110, 1º andar, bairro Jardim Peri, CEP 02632-000, São Paulo/SP.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini  
Secretário SEMASA

### EXTRATO ARP 04-L/2017 - UNITUBOS - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-L/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção

da Rede de Água para uso da SEMASA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 7.960,00 (sete mil e novecentos e sessenta reais), sendo:

UNITUBOS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CONEXÕES LTDA – CNPJ nº 05.539.455-0001-01 – Rua Segundo Gregório Bellodi, nº 1178, bairro Jardim Paraíso, CEP 13224-110, Várzea Paulista/SP.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

#### **EXTRATO ARP 04-M/2017 - VISUAL - SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 04-M/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

PROCESSO Nº 05/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água para uso da SEMASA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 De Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 De Execução: até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.3 De Entrega(s): incluindo descarregamento, em até 15 (quinze) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) emitida(s) pela SEMASA;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS**

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Presencial nº 03/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), sendo:

VISUAL REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA – CNPJ nº 78.334.307/0001-16 – Rua Conselheiro Laurindo, nº 825, bairro Centro, CEP 80.060-100, Curitiba/PR.

Lages, 21 de agosto de 2017

Jurandi Domingos Agostini

Secretário SEMASA

#### **EXTRATO ARP 51/2017 - A. L. FORCE - PML**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017

PROCESSO Nº 156/2017

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 Registro de Preços para Aquisição de Coturnos para uso dos Agentes da Coordenadoria de Segurança e Trânsito - DIRETRAN.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S):**

2.1 Do Início: a contar da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços;

2.2 Da Execução: em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

2.3 Da Entrega(s) e local(is): em até 45 (quarenta e cinco) dias, contado(s) da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da CST-DIRETRAN, na Av. Dom Pedro II, 1555, Piso superior, Bairro Universitário, Lages, SC;

2.4 Da Ata de Registro: a sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS**

4.1 O(s) preço(s) ofertado(s) pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é(são) o(s) especificado(s) na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 48/2017.

O valor a ser registrado é de R\$ 46.349,10 (quarenta e seis mil e trezentos e quarenta e nove reais e dez centavos), sendo:

A. L. FORCE COMERCIAL LTDA – EPP – CNPJ nº 20.596.450/0001-04 – Av. das Palmeiras, nº 717, 1º andar, bairro Vila Oliveira, CEP 86604-118, Rolândia/PR.

Lages, 22 de agosto 2017

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

#### **RERRATIFICAÇÃO PP 73/2017 PML**

RERRATIFICAÇÃO

REF:PREGÃO PRESENCIAL Nº 73/2017 – PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA PARA FEIRA DE ARTESANATO E NATAL FELICIDADE 2017.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

Incluir no subitem 16.3:

16.3.3 Comprovar que os Profissionais indicados pertencem ao quadro de pessoal da Empresa, mediante apresentação da ficha de registro de empregados, autenticada junto a D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho) ou cópia da carteira de trabalho contendo as respectivas anotações de contrato de trabalho, constando a admissão até a data da proposta, ou contrato específico de prestação de serviços e/ou no caso do profissional ser sócio da empresa, pela cópia do contrato social;

16.3.4 Na inviabilidade de comprovar que os Profissionais indicados pertencem ao quadro de pessoal da Empresa, apresentar termo de compromisso, comprometendo-se, a contratá-los até a data da assinatura do contrato, se vencedora.

Excluir o item 02 – Da Equipe Técnica, do Anexo II – Termo de Referência.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 15:00 horas do dia 05/09/2017, para às 09:00 horas do dia 25/09/2017.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 28 de agosto de 2017.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº. 350/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº. 350-2017, de 17 de agosto de 2017.

""INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS - REFIS, NO MUNICÍPIO DE LAGUNA/SC".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Laguna e demais contribuintes, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica estabelecido no âmbito da Secretária Municipal da Fazenda, Administração e Serviços Públicos o Programa de Recuperação de Créditos Fiscais - REFIS, destinado a promover a quitação de débitos tributários e não tributários, inscritos ou não inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não ajuizados, referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Contribuições de Melhoria, Taxas e Multas pelo não cumprimento da legislação municipal, notas de lançamento, de contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, com exigibilidade suspensa ou não, atendidos os requisitos da Lei nº 1.895 de 16 de dezembro de 2016 e Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, de forma a não afetar as metas de resultados fiscais previstas.

Parágrafo único. O REFIS abrange todos os créditos constituídos até 31 de dezembro de 2016 descritos no caput, incluindo-se no Programa de Recuperação, os débitos fiscais oriundos das Autarquias e Fundações Públicas Municipais.

Art. 2º Os créditos tributários vencidos até 31 de dezembro de 2016, consolidados, poderão ser objeto de pagamento à vista ou parcelamento nas seguintes condições:

I - remissão de 99% (noventa e nove por cento) a ser realizado em relação ao valor dos juros e multas que incidirem sobre o valor principal, para pagamento à vista;

II - remissão de 90% (noventa por cento) a ser realizado em relação ao valor dos juros e multas que incidirem sobre o valor principal, para pagamento em parcelas de até 06 (seis) parcelas;

III - remissão de 80% (oitenta por cento) a ser realizado em relação ao valor dos juros e multas que incidirem sobre o valor principal, para pagamento em parcelas de 07 (sete) a 12 (doze) parcelas;

IV - remissão de 70% (setenta por cento) a ser realizado em relação ao valor dos juros e multas que incidirem sobre o valor principal, para pagamento em parcelas de 13 (treze) a 18 (dezoito) parcelas.

Parágrafo único. Tratando-se de débito cujas parcelas mensais superar o valor de 20.000 mil UFRMs, é permitido ao contribuinte, mediante requerimento administrativo e parecer jurídico e contábil, solicitar o parcelamento em até 24 (vinte) vezes.

Art. 3º O REFIS alcança todos créditos decorrentes do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), Contribuições de Melhoria, Taxas e Multas pelo não cumprimento da legislação municipal, notas de lançamento, definitivamente constituídos até 31 de dezembro de 2016, ou em fase de lançamento, inclusive o:

I - ajuizado ou não;

II - não constituído, desde que confessado espontaneamente;

III - decorrente de aplicação de multa ou pena pecuniária; e

IV - constituído por meio de ação fiscal.

Parágrafo único. Somente os contribuintes que estiverem

regularmente inscritos no Cadastro Mobiliário e Imobiliário do Município e quando for o caso, pessoa jurídica que estiver regular com a entrega da Declaração de Informações Econômicas e Financeiras - DIEF, junto a Fazenda Estadual, poderão fazer jus aos benefícios do REFIS.

Art. 4º A inclusão no REFIS importa na renúncia do contribuinte do direito sobre créditos da Fazenda Municipal, ajuizados ou não, inscritos em dívida ativa, em que se alicerça a ação judicial ou o pleito administrativo, reputando-se como corretos os lançamentos realizados pela Fazenda Municipal e objeto do parcelamento.

Art. 5º Não poderá se beneficiar do REFIS, o contribuinte que for reincidente no descumprimento de programas fiscais anteriores, salvo em caso de adimplemento de todos os débitos apurados junto à Fazenda Municipal na vigência do programa, mediante termo de confissão de dívida, na forma da Lei.

Parágrafo único. Não haverá aplicação de multa por infração sobre os débitos ainda não lançados, declarados espontaneamente, por ocasião da adesão.

Art. 6º A opção pelo REFIS, considera-se formalizada com o pagamento da primeira parcela do crédito consolidado ou a formalização do Termo de Acordo e Confissão de Parcelamento do Crédito Tributário.

Parágrafo único. Fica autorizado ao contribuinte credor do Município de Laguna, a compensar seus créditos tributários na forma da presente Lei, utilizando-se dos descontos previstos no art. 2º.

Art. 7º Sobre o valor confessado e parcelado, devidamente atualizado na forma da legislação tributária municipal, incidirá juros à base de 1 % (um por cento) ao mês.

Art. 8º Nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoas físicas e a R\$ 200,00 (cento e cinquenta reais) para pessoas jurídicas.

Art. 9º O pagamento da primeira parcela será exigido no primeiro dia útil após a assinatura do termo de confissão e parcelamento, e as demais a cada 30 (trinta) dias, sucessivamente.

Art. 10. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas e, a elas acrescidas juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, além do acréscimo de multa contratual de 2% (dois por cento) incidente sobre o débito atualizado.

Art. 11. A adesão ao REFIS sujeita o contribuinte a aceitação plena de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável, irretroatável e irrenunciável da dívida relativa aos débitos tributários nele incluídos, obrigando herdeiros e ou sucessores e importa:

I - desistência expressa e irrevogável de quaisquer ações judiciais, embargos à execução e recursos relativos aos débitos incluídos no Programa, obrigando-se o contribuinte ao pagamento dos ônus legais;

II - na expressa renúncia a impugnações ou recursos administrativos relativos aos débitos incluídos no Programa.

Parágrafo único. A adesão ao REFIS sujeita, ainda, o contribuinte:

I - ao pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

II - ao pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior a data da opção;

III - a regularização das obrigações tributárias referentes ao exercício de 2017; e

IV - ao fornecimento obrigatório, dentro do prazo regulamentar, do comprovante de entrega da Declaração de Informações Econômicas e Financeiras - DIEF, junto a Fazenda Estadual, quando solicitado pela Fiscalização Municipal.

Art. 12. O crédito tributário recuperado, somente é liquidado:

I - em moeda corrente;

II - em cheque, após a regular compensação bancária; e

III - compensação, a critério da Administração, na forma estabelecida pelo art. 91 da Lei Complementar nº 105, de 19 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. É permitida a utilização dos créditos da Fazenda Pública do sujeito passivo optante do REFIS, como forma de pagamento parcial ou integral da verba indenizatória proveniente de eventual desapropriação que ocorrer em imóvel pertencente ao contribuinte devedor.

Art. 13. O contribuinte será excluído do REFIS, diante da ocorrência das seguintes hipóteses:

I - inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante; e

III - inadimplência, por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos relativamente a qualquer espécie de débito abrangido pelo REFIS, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a data de opção.

§1º A exclusão do contribuinte do REFIS implicará a exigibilidade imediata da totalidade do débito tributário, confessado e não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, e inscrição automática do débito em dívida ativa e consequente cobrança judicial.

§2º Em caso de inadimplemento, o Município poderá optar pela cobrança bancária do débito, valendo o respectivo boleto de cobrança como instrumento de protesto a ser providenciado pela instituição bancária responsável ou pelo próprio Município, junto ao Tabelionato de Notas e Protestos.

Art. 14. Fica a Procuradoria Geral do Município de Laguna autorizada a extinguir o crédito tributário, em Juízo, nos casos da ocorrência das hipóteses previstas no art. 173 e 174 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 15. Os benefícios dos incentivos fiscais de que trata esta Lei fica demonstrado no seu anexo único.

Art. 16. As situações pretéritas relacionadas com parcelamentos de créditos tributários em geral que careçam de decisão para suas definições, serão resolvidas sob a égide desta Lei no que couber.

Art. 17. Os benefícios decorrentes da presente Lei são válidos por (04) meses, contados da sua publicação;

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo Municipal poderá por ato próprio, prorrogar os efeitos da presente Lei, por igual período ou inferior.

Art. 18. Havendo incremento da receita no Programa de REFIS-Laguna, apurado em comparação aos últimos 05 (cinco) anos, fica

o Poder Executivo autorizado a conceder bônus - empenho aos servidores que integram a Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, na forma e condições definidas em Lei Complementar específica.

Art. 19. Fica vedada a cobrança dos honorários sucumbenciais ao contribuinte que aderir ao programa REFIS Laguna, conforme precedente do Superior Tribunal de Justiça, devendo a incidência ou não ser dirimida no âmbito do Poder Judiciário.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 117/PMLM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 117/PMLM/2017

A presente licitação tinha por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP e Acesso a Internet Banda Larga em Celulares, com a disponibilização em comodato de Estações Móveis Celulares, para atendimento da Prefeitura Municipal de Lauro Muller.

Todavia, nenhuma empresa compareceu no dia e hora marcada. Tornando-a deserta. Determina-se lançamento de novo certame.

Lauro Muller, 25 de agosto de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

### DECRETO Nº 130/2017

DECRETO Nº 130/2017

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

RURAL DO MUNICÍPIO DE LAURO MÜLLER.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do município de Lauro Müller, as seguintes pessoas:

- Representantes de Rio Apertado/ Rio da Vaca/ Cabo Aéreo
- Adair Carboni
- Lenoir de Carvalho
- Representantes de Vargem Grande/ Rio do Rastro/ Rio Capivaras do Meio
- Leandro de Brida Fontanella
- Osmair Bett
- Representantes de Rio Amaral Rádio/ Rio Amaral I / Rio Amaral Gruta/ Rio Capivaras Baixo
- Paulo César Antunes
- Francisco da Silva
- Representantes de Barro Branco/ Palermo/ Farroupilha/ Rio Queimado
- Maria Goreti Martignago
- Arduino Pandini
- Representantes de Novo Horizonte/ Rocinha Alta/ Rocinha do Meio/ Rocinha Gruta
- Gisele Mariot
- Jucemar da Luz
- Representantes de Rio Borela/ Morro da Palha/ Km 107
- Lenoir Pizoni

- Oclandio Mazon

· Representantes de Mina Nova/ Morro da Figueira/ Santa Rosa/ Portão/ Itanema

- Denise Andrade Izidoro

- Osni de Souza

· Representantes de Guatá/ Guatá de Baixo/ Lageado

- Adão Alves

- Gilmar de Oliveira

· Representantes de Rio Capivaras Alto/ Morro Preto

- Edson Mazon

- Angelo Canever

· Representantes da EPAGRI

- Paulo César Freiburger

- Simone de Aguiar

· Representantes da CIDASC

- Giovana Hernann

· Representantes da COOPERMILA

- Alcimar Damiani De Brida

- Geraldo Benedet

· Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura

- Acione Andrade Izidoro

- Rosangela Paes Fortunato

· Representantes da Câmara Municipal de Vereadores

- José Cambruzzi

· Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lauro Müller

- Agostinho Crocetta

· Representantes da COOPERAGROSERRA

- Rogério Citadin Fontanella

- Daniel Citadin

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 24 DE AGOSTO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 028/HMHL/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 028/HMHL/2017

Data: Inicio dos credenciamentos dia 31/08/2017.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: Credenciamento para contratação de serviços de cirurgia e anestesia para atendimento das demandas do Hospital Municipal Henrique Lage de Lauro Muller/SC para o exercício de 2017.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com)

Lauro Muller, 25 de agosto de 2017.

Genivaldo da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/HMHL/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/HMHL/2017

Data e horário da sessão de abertura: 11/09/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valtter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição produtos de limpeza hospitalar e utensílios domésticos para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage para o exercício de 2017, conforme especificações (Anexo I – Termo de Referência do edital).

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações do Município de Lauro Muller, no horário das 08h00min as 12h00min e 13h00min as 17h00min, ou pelos telefones (\*\*48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com)

Lauro Muller – SC, 25 de agosto de 2017.

Pregoeiro

Genivaldo da Silva

**REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 117/PMLM/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 117/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 12/09/2017 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valtter Vetterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal – SMP e Acesso a Internet Banda Larga em Celulares, com a disponibilização em comodato de Estações Móveis Celulares, para atendimento da Prefeitura Municipal de Lauro Muller.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível no site: [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 25 de agosto de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 26/2017

Edital de Convocação n. 26/2017

O Prefeito Municipal de Lebon Régis no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Publico n. 001/2016, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 08h00min e 17h00min, até o dia 04/09/2017, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação
Francieli Fernandes da Silva	Agente Saúde -N. Sra de Lourdes	2º

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 25 de agosto de 2017.

Douglas Fernando de Mello

Prefeito Municipal

### PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS/SC EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 47/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS/SC

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 47/2017 – Processo Licitatório nº 48/2017 – Tomada de Preços nº 05/2017.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução das obras de pavimentação de via urbana, com pedras regulares reutilizadas, a ser executada na Rua Altamiro Guimarães, conforme projeto básico e demais anexos deste Edital..

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

Contratado: ZENIRA ONOFRE HAHNN – CNPJ Nº 08.938.237/0001-20. Valor global: R\$ 253.551,26 (duzentos e cinquenta e três mil e quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e seis centavos).

Vigência: 24/08/2017. Término: 28/02/2018

Lebon Régis, 25/08/2017. Douglas Fernando de Mello – Prefeito Municipal

### PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS/SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº PR25/2017 PROCESSO Nº 53/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS/SC

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Nº PR25/2017 PROCESSO Nº 53/2017.

OBJETO: A presente licitação visa à contratação de pessoa jurídica para fornecimento parcelado de PEDRA BRITA BICA CORRIDA E RA-CHÃO, para recuperação das rodovias vicinais do Município, numa extensão de 40,6 Km, através do Convênio nº 2017TR1082, celebrado entre o Município e o Estado de Santa Catarina por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador - Processo nº ADR 10 00001157/2017, conforme plano de trabalho, memorial descritivo e especificações contidas neste Edital. Data de Homologação: 25 de agosto de 2017. LICITANTE HOMOLOGADO: LZK CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 07.455.659/0002-62, com o valor global de R\$ 394.100,56 (trezentos e noventa e quatro mil, cem reais com cinquenta e seis centavos). Lebon Régis, 25 de agosto de 2017. Douglas Fernando de Mello - Prefeito Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PR 50/2017**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2017

Genir Loli – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, contratação de pessoa física ou jurídica para realização de estudos, laudo hidrogeológico, sondagem de solo tipo SPT, determinação de coeficiente de infiltração (teste de percolação conforme norma ABNT/NBR 7229/93 – 13969/97, com emissão de ART dos trabalhos, para o licenciamento de 03(três) cemitérios do interior do Município, nas localidades de Linha Sanga Martins, Linha Saga Castelhana e Linha XV de Novembro), no dia 12 de setembro de 2017, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 24 de agosto de 2017.

Genir Loli- Prefeito Municipal.

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 136/2017

DECRETO Nº 136/2017

Nomeia membros para comporem a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação da Rede de Ensino de Lontras.

Marcionei Hillesheim, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei orgânica do Município, e

Considerando, o disposto na Lei 2.172/2015;

Considerando, com fulcro no Art. 6º do Decreto 260/2016 a necessidade de substituição de membros das representações, resolve,

NOMEAR:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Equipe Técnica, responsáveis pelo monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, conforme abaixo discriminado:

a) Representantes do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Janelito Romar Passold

Suplente: Rosimeri Fátima Silveira

b) Representantes da Educação infantil da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Anilsa Barbosa

Suplente: Anicia Schwabe Paris

c) Representantes da Educação de Jovens e Adultos:

Titular: Eliane Moraes Laurindo

Suplente: Ana Claudia Konts

d) Representantes da Educação Inclusiva:

Titular: Rosane Aparecida Vicente

Suplente: Eliani Ventura

e) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Marcela Eifler

Suplente: Silvana Zucatelli Kuhl

Titular: Janaina de Liz Santos

Suplente: Suzana Haverroth Stuelert

f) Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

Titular: Marcos Eduardo Knop

Suplente: Ivone Vargas Ferrari

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrario em específico o Decreto 262/2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 23 de agosto de 2017

Marcionei Hillesheim

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 137/2017

DECRETO Nº 137/2017

Nomeia membros para comporem a Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação da Rede de Ensino de Lontras.

Marcionei Hillesheim, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei orgânica do Município, e

Considerando, o disposto na Lei 2.172/2015,

Considerando, com fulcro no Art. 6º do Decreto 260/2016 a necessidade de substituição de membros das representações, resolve,

NOMEAR:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão Coordenadora, responsáveis pelo monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação, conforme abaixo discriminado:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Luciane Schmoeller Brandt

Suplente: Janaina de Liz Santos

Titular: Silvana Zucatelli Kuhl

Suplente: Marcela Eifler

b) Representantes do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Alice Strelow

Suplente: Juliana Natalina Rosemann

Titular: Eliane Maria Werner Czieliski

Suplente: Roberto Justino

c) Representantes do Fórum Municipal de Educação:

Titular: Vanessa Anton Atanásio

Suplente: Silvia Koerich Frutuoso

Titular: André Vidal Carvalho

Suplente: Eliassi Agdila Jacobsen Correa

d) Representantes da Câmara de Vereadores:

Titular: Alaides Kahl

Suplente: Anivaldo carvalho Junior

Art. 2º - Revoga-se o Decreto 261/2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 23 de agosto de 2017

Marcionei Hillesheim

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 138/2017**

DECRETO Nº 138/2017

Institui a Comissão Técnica de Avaliação e Revisão do Sistema Municipal de Ensino de Lontras e dá outras providências.

Marcionei Hillesheim, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município;

Considerando, a necessidade de revisão da atual Lei do Sistema Municipal de Ensino – 1.109/1999, em virtude da sua desatualização comparada as legislações vigentes.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica instituída no âmbito do Município de Lontras/SC, a Comissão Técnica de Avaliação e Revisão, para coordenar o processo reestruturação do Sistema Municipal de Ensino de Lontras/SC.

Art. 2º - Compete a Comissão Técnica de Avaliação e Revisão do Sistema Municipal de Ensino:

I – Coordenar os estudos técnicos, convocando os participantes para discussão dos temas definidos pela Secretaria Municipal de Educação sobre o Sistema Municipal de Ensino;

II – Buscar, junto à Secretaria Municipal de Educação e órgãos competentes informações oficiais (Leis, Decretos, Resolução, Normativas...) para a realização da avaliação e revisão do atual Sistema Municipal de Ensino (Lei 857/99).

III – Organizar e relatar as produções descritivas realizadas nos grupos.

IV – Elaborar Documento Base com proposta de Minuta de Lei, para apresentação a ao Poder Executivo, com proposito de atualização do atual Sistema Municipal de Ensino;

Art. 3º - A Comissão Técnica de Avaliação e Revisão do Sistema Municipal de Ensino será integrada por membros representantes dos seguintes órgãos:

I – Secretaria Municipal de Educação;

II – Câmara de Vereadores;

III – Conselho Municipal de Educação – CME;

IV – Secretaria de Administração e Finanças;

V – Representantes de Professores da Educação Infantil;

VI – Representantes de Professores do Ensino Fundamental.

Parágrafo único: Todas as representações serão compostas por 2 (dois) membros, sendo 1 titular e 1 suplentes. O dirigente Municipal de Educação, independente das representações, será membro nato da referida Comissão.

Art. 4º - Os representantes e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Prefeito Municipal, após indicação dos respectivos órgãos ou entidades, podendo ocorrer substituições, a pedido, ou quando os mesmos não mais representarem a entidade ou órgão ou nível/modalidade de ensino, respectivo.

Art. 5º - O mandato dos representantes indicados acompanhará até a presente aprovação do Documento Base (Minuta de Lei) pelo Poder Legislativo.

Art. 6º - Os representantes que tratam os artigos 3º deste Decreto, não serão remunerados, em hipótese alguma, por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras, 23 de agosto de 2017

Marcionei Hillesheim

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 65/2017**

LEI COMPLEMENTAR Nº 65/2017

“Altera dispositivos da Lei Complementar nº 41, de 17 de maio de 2012, que institui o Plano Diretor Participativo de Lontras e dá outras providências”

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado o Anexo 04 – Tabela de Índices Urbanísticos, da referida Lei Complementar, de acordo com a tabela em anexo que é parte integrante da presente Lei Complementar n. 41 de 17 de maio de 2012.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras, 24 de agosto de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal de Lontras

**LEI Nº 2293/2017**

LEI Nº 2293/2017

DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA DE RUA IRINEU ZUCATELLI.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara de Vereadores Municipal o seguinte:

**LEI:**

Art. 1º - Fica denominada de Rua “IRINEU ZUCATELLI”, a rua projetada “E” do Loteamento Maluê, iniciando no entroncamento da Rua Pedro Leal da Silva, do seu lado esquerdo a partir do lotes “01”, e por diante, até o lote “12” da quadra “4”, em sequência do lote “01” ao “13” da quadra “6”; e do seu lado; e do seu lado direito a partir “01” ao “19” da quadra “5”, finalizando em ambos os lados com a área verde e de equipamento urbano comunitário, com 12 (doze) metros de largura, sendo 1,5 (um e meio) metros de passeio em ambos os lados e 9 (nove) metros de pista.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Lontras, 23 de agosto de 2017.

Marcionei Hillesheim

Prefeito Municipal

**LEI Nº 2294/2017**

LEI Nº 2294/2017

DENOMINA VIA PÚBLICA QUE ESPECIFICA DE ESTRADA LEOPOLDO ZUCHARA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara de Vereadores Municipal o seguinte:

LEI :

Art. 1º - Fica denominada de Estrada "LEOPOLDO ZUCHARA", com início na Estrada Geral Alto Concórdia, passando pelas propriedades de José Lino Lohn, Afonso Fautino dos Santos, Joel Zuchara, Verônica Maria Zuchara e Jonas Zuchara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Lontras, 23 de agosto de 2017.

Marcionei Hillesheim

Prefeito Municipal

### LEI Nº 2295/2017

LEI Nº 2295/2017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2018-2021 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MACIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do Art. 165 da Constituição Federal, estabelecendo para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos anexos a esta Lei.

Art. 2º - As planilhas que compõe o Plano Plurianual, representadas nos anexos referidos no Art. 1º desta Lei, serão estruturadas em programas, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

Parágrafo Único – Para fins desta Lei, considera-se:

- I. Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II. Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;
- III. Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;
- IV. Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- V. Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;
- VI. Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;
- VII. Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 3º - Os valores constantes dos Anexos destas planilhas estão orçados ao preço de Janeiro de 2018 e poderão ser atualizados em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, no mês de janeiro, por ato do Chefe do Poder Executivo, com base na variação acumulada do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do exercício imediatamente anterior.

Art. 4º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações, produtos e metas no Plano Plurianual poderá ocorrer por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Art. 5º - Os valores previstos no Plano Plurianual serão

automaticamente atualizados pelas leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais.

Art. 6º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar indicadores de programas e a incluir, excluir ou alterar ações e suas respectivas metas, sempre que tais modificações não requeiram mudanças no orçamento do Município.

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei.

Art. 9º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário.

Lontras(SC), 24 de agosto de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

### LEI Nº 2296/2017

Lei 2296/2017.

Altera o Art. 6º e incisos do §1º do art. 8º, ambos da Lei nº 1.771 de 24 de março de 2009, que Dispõe sobre regras do estágio estudantil e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara de Vereadores Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do Art. 6º, da Lei nº 1.771, de 24 de março de 2009, que Dispõe sobre regras do estágio estudantil, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Fica autorizada a criação de 30 (trinta) vagas para estagiários na educação superior, 05 (cinco) para estagiários na educação profissional, 30 (trinta) vagas para estagiários no ensino médio, não podendo o número de vagas destinadas a estágio exceder a 20% (vinte por cento) do número total de servidores públicos da entidade concedente.

§ 1º [...]

§ 2º [...]"

Art. 2º - Fica alterada a redação do inciso III e revogado o inciso IV, ambos do §1º, do Art. 8º, da Lei nº 1.771, de 24 de março de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º. [...]

§1º. [...]

III – estudante de ensino superior – 6,89% (seis vírgula oitenta e nove por cento) do valor da UFM – Unidade Fiscal Municipal pela hora efetivamente realizada.

§2º [...]

§3º [...]

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Lontras, 24 de agosto de 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
Prefeito Municipal de Lontras

### **RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 103/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO  
PROCESSO N.º 103/2017

EDITAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA OS CAMPEONATOS MUNICIPAIS, FUTSAL, CAMPO, SUÍÇO, BOCHA, SINUCA, TRANCA, DOMINÓ E PROVA MOUNTAIN-BIKE 4X4. Exclusão do item 6.4.2 do Edital. Entrega dos Envelopes: até às 14hr e 30min do dia 01/09/2017; Abertura dos Envelopes: às 14 horas e 45min do dia 01/09/2017. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br). Lontras, 25 de agosto de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito Municipal.

### **RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 95/2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO  
PROCESSO N.º 95/2017

EDITAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, MATERIAL DE PLOTAGEM, BANNER E FAIXAS E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL.

Alteração do item 6.5.a do Edital. Entrega dos Envelopes: até às 08 e 30min do dia 01/09/2017; Abertura dos Envelopes: às 09 horas do dia 01/09/2017. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br). Lontras, 25 de agosto de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito Municipal.

# Luis Alves

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 74/2017

DECRETO N.º 74/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 - Lei Municipal n.º 1.660/2016;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0014.2.035 – Manutenção das Ações do Bloco de Atenção Básica

(61) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0502.0 (0.3.0002) – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

10.301.0014.2.036 – Manutenção da Assistência Farmacêutica

(54) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0502.0 (0.3.0002) – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

10.302.0014.2.041 – Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade na Área da Saúde

(62) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0502.0 (0.3.0002) – Aplicações Diretas R\$ 31.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Exercício de 2016 e de recursos de receitas de impostos e transferências de impostos, na importância de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de agosto de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

### DECRETO N.º 75/2017

DECRETO N.º 75/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 - Lei Municipal n.º 1.660/2016;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.0014.2.041 – Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade na Área da Saúde

(38) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0502.0 (0.1.0002) – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação da dotação abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.0014.2.041 – Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade na Área da Saúde

(40) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0502.0 (0.1.0002) – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 24 de agosto de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2017 (PREFEITURA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PROCESSO DE COMPRAS Nº 69/2017

CONCORRÊNCIA Nº 01/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2017

Objeto: PERMISSÃO ONEROSA DE USO DE UM IMÓVEL, LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL DE LARANJEIRAS, ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES COM ÁREA APROXIMADAMENTE DE 2.000,00 M², COM ÁREA CONSTRUÍDA APROXIMADAMENTE DE 400,00M², REPRESENTADA POR UM GALPÃO PRÉ-MOLDADO FECHADO, EM PLENAS CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO.

Permissionário: SERTEC 20 DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – CNPJ: 07.441.734/0001-55 (R\$ 165.060,00 – cento e sessenta mil e sessenta reais).

MARCOS PEDRO VEBER

PREFEITO MUNICIPAL

# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 09.404.910/0001-04

AUTO POSTO SAMPAIO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP

Nota Fiscal nº 10.641	R\$ 729,26
Nota Fiscal nº 10.640	R\$ 2.441,76
Nota Fiscal nº 10.637	R\$ 723,61
Nota Fiscal nº 10.636	R\$ 1.026,63
Nota Fiscal nº 10.647	R\$ 17.400,00
Nota Fiscal nº 10.652	R\$ 2.312,67
Nota Fiscal nº 10.817	R\$ 20.300,00
Nota Fiscal nº 10.818	R\$ 2.900,00
Nota Fiscal nº 10.816	R\$ 3.864,28
Nota Fiscal nº 10.819	R\$ 279,24
Nota Fiscal nº 10.976	R\$ 2.189,89
Nota Fiscal nº 10.981	R\$ 2.799,58
Nota Fiscal nº 10.977	R\$ 29.000,00
Nota Fiscal nº 10.961	R\$ 6.272,75
Nota Fiscal nº 10.960	R\$ 884,24

Valor Total: R\$ 93.123,91

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço prestado em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo é um serviço de caráter indispensável, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento de combustíveis para os veículos e máquinas das Secretarias Municipais. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 28 de agosto de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 47.078.019/0001-14

HOSPITAL PSIQUIÁTRICO ESPIRITA MAHATMA GANDHI

Nota Fiscal nº. 201700000000222 R\$ 20.000,00

Nota Fiscal nº. 201700000000220 R\$ 23.200,00

Nota Fiscal nº. 201700000000223 R\$ 7.830,00

Valor Total: R\$ 51.030,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços na Unidade de Pronto Atendimento do Município de Mafra, através da Secretaria Municipal de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 28 de agosto de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CASA DO FOGUETE COMERCIO VAREJISTA DE FOGOS DE ARTIFICIO LTDA - ME

CNPJ: 21.241.365/0001-88

Nota Fiscal nº. 1.090.981 R\$ 1.970,00

VALOR TOTAL: R\$ 1.970,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. Salienta-se que a supracitada empresa está realizando o interrompimento do serviço devido a falta de pagamento, todavia tal suspensão não pode ocorrer, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de materiais, tais como fogos de artifício, utilizados nas festividades do município.

Mafra (SC), 25 de agosto de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2017 (NOVA DATA DE ABERTURA)**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2017  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para manutenção de equipamentos de ar condicionado através do convênio de rádio patrulha da Polícia Militar, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 19/09/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafrá (SC), 25 de agosto de 2017.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2017 (NOVA DATA DE ABERTURA)**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2017  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material hospitalar, de proteção e segurança, destinado ao Corpo de Bombeiros Militar de Mafrá, com recursos do FUNREBOM, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 14h00min do dia 14/09/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3642-4009.

Mafrá (SC), 24 de agosto de 2017.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2017**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: POSTEFIBRA LTDA - ME

CNPJ Nº: 17.970.699/0001-15

Valor Registrado: R\$ 13.440,00 (treze mil quatrocentos e quarenta reais).

Objeto: aquisição de tubos circulares de concreto simples (manilhas) para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente através do Comsab com recursos do Funsab.

Origem: Processo nº 379/2017, Pregão Presencial - RP nº 094/2017.

Data de Assinatura: 25 de agosto de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 25 de agosto de 2018.

Foro: Comarca de Mafrá

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2017**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: BRASTUBOS ARTEFATOS DE CIMENTO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME CNPJ Nº: 07.859.451/0001-28

Valor Registrado: R\$ 79.366,80 (setenta e nove mil trezentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos).

Objeto: aquisição de tubos circulares de concreto simples (manilhas) para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente através do Comsab com recursos do Funsab.

Origem: Processo nº 379/2017, Pregão Presencial - RP nº 094/2017.

Data de Assinatura: 25 de agosto de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 25 de agosto de 2018.

Foro: Comarca de Mafrá

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2017**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ESTILO JEFERSON LOPES - MEI

CNPJ Nº: 23.841.024/0001-79

Valor Registrado: R\$ 5.360,00 (cinco mil trezentos e sessenta reais).

Objeto: Aquisição confecção e impressão de Notas Fiscais para Produtores Rurais e Capas de Blocos de Notas Fiscais, através da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento

Origem: Processo nº 353/2017, Pregão Presencial - RP nº 086/2017.

Data de Assinatura: 25 de agosto de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 25 de agosto de 2018.

Foro: Comarca de Mafrá

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2017**

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: Albgraf Formulários Contínuos Ltda - ME

CNPJ Nº: 05.665.084/0001-04

Valor Registrado: R\$ 16.100,00 (dezesseis mil e cem reais).

Objeto: Aquisição confecção e impressão de Notas Fiscais para Produtores Rurais e Capas de Blocos de Notas Fiscais, através da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento

Origem: Processo nº 353/2017, Pregão Presencial - RP nº 086/2017.

Data de Assinatura: 25 de agosto de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 25 de agosto de 2018.

Foro: Comarca de Mafra

### **EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 089/2017**

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 089/2017

Contrato nº: 089/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

Contratada: DCX EVENTOS LTDA-ME

CNPJ: 14.741.673/0001-07

Objeto: Contratação de empresa para realização, divulgação e organização da Festa do Centenário de Mafra, que se realizará no dia 07 – na Rua Marechal Floriano Peixoto (Desfile Cívico/Alegórico) e de 08 a 09 de setembro de 2017, na Praça Ferroviário Miguel Bielecki, Centro do Município de Mafra-SC.

Modalidade: Pregão Presencial nº 106/2017 Processo Licitatório n.º430/2017.

Valor: R\$ 250.500,00 (duzentos e cinquenta mil e quinhentos reais)

Data de Pagamento: 30 (trinta) dias após protocolo da nota fiscal.

Data Assinatura: 24 de agosto de 2017

Prazo: O presente contrato terá validade até 31/12/2017.

Dotação Orçamentária:

52 - 1 . 10001 . 13 . 392 . 10 . 2.172 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

56 - 1 . 10001 . 13 . 695 . 10 . 2.174 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

# Major Vieira

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2017 - SRP** MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2017 - SRP

Objeto: Registro de preços para eventual e futura aquisição parcelada de TUBOS DE CONCRETO PARA USO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DESTA MUNICIPALIDADE| Tipo: Menor Preço – Por Item| Abertura/Data/hora: 06/09/2017 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra site [www.majorvieira.sc.gov.br/Local](http://www.majorvieira.sc.gov.br/Local) da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: [Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br](mailto:Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br) Fone (47) 3655-1111. Marcus Vinicius Brasil Severgnini – Pregoeiro, Major Vieira/SC 25/08/2017.

# Maracajá

## PREFEITURA

### LEI 1098/2017

LEI Nº 1098 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O PODER PÚBLICO MUNICIPAL EFETUAR DOAÇÃO DE 1.800 m2 DE GRAMA EM LEIVA PARA AO CAEP DA COMUNIDADE – SANTA BARBARA - CEDRO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Maracajá, que a Câmara Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o chefe do Poder Executivo municipal, a realizar a doação de 1.800 m2 (hum mil e oitocentos metros quadrados) de grama em leiva – sempre verde, ao CAEP da COMUNIDADE DE SANTA BARBARA – CEDRO, para engramar 01 (um) campo de futebol sito nesta localidade, do Município de Maracajá/SC.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo municipal, a adquirir por compra, com recursos próprios do orçamento vigente, o produto objeto de doação constante no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 23 de Agosto de 2017.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração em 23 de Agosto de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt  
Secretária de Administração

### PREGÃO PRESENCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 049/2017

OBJETIVO: Registro de Preços de "COFFEE BREAK", para aquisições futuras, no atendimento em eventos realizados pela Prefeitura Municipal de Maracajá/SC..

DATA DE ENTREGA: até 14 de setembro de 2017 às 09h15min

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de setembro de 2017 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br)

Maracajá, 24 de agosto de 2017.

ARLINDO ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL

## Massaranduba

## PREFEITURA

## ATA 18.2017 (FMS) LEITES ESPECIAIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2017

VALIDADE: DE 24/08/2017 À 24/02/2018

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS (LEITES ESPECIAIS) PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES ONCOLÓGICOS E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS COM PRESCRIÇÃO NUTRICIONAL, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, neste ato representado por EDILSON ROMERO DOS SANTOS	09.944.371/0001-04
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por GABRIELA SARETTO	03.612.312/0004-97
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE	26.554.718/0001-13
NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME, neste ato representado por MARCO AURELIO MILLNITZ	20.978.588/0001-60

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS (LEITES ESPECIAIS) PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES ONCOLÓGICOS E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS COM PRESCRIÇÃO NUTRICIONAL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

Fornecedor: 146692 - SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	DIETA PARA USO ORAL OU ENTERAL. COMPOSIÇÃO: MALTODEXTRINA, XAROPE DE MILHO, PROTEÍNA DO SORO DO LEITE, SACAROSE, CASEINATO DE POTÁSSIO OBTIDO DO LEITE DE VACA, ÓLEO DE CANOLA DE BAIXO TEOR ERÚCICO, TRIGLICERÍDEOS DE CADEIA MÉDIA, ÓLEO DE MILHO, LECITINA DE SOJA, FOSFATO DE SÓDIO, FOSFATO DE POTÁSSIO, VITAMINAS (VITAMINA A, VITAMINA D, VITAMINA E, VITAMINA K, VITAMINA C, VITAMINA B1, VITAMINA B2, NIACINA, VITAMINA B6, ÁCIDO FÓLICO, ÁCIDO PANTOTÊNICO, VITAMINA B12. ISENTO DE LACTOSE E GLUTEN. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM 400 GRAMAS. MARCA PRÉ APROVADA: TROPHIC BASIC.	LATA	PRODIET	500	42,4	21.200,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 21.200,00						
Fornecedor: 186295 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	SUPLEMENTO HIPERPROTÉICO ACRESCIDO DE ARGININA, ZINCO, SELÊNIO, VIT C, A E E. TERAPIA NUTRICIONAL DESENHADA ESPECIFICAMENTE PARA A CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS POR PRESSÃO E OUTRAS SITUAÇÕES QUE EXIJAM ESTÍMULO DA CICATRIZAÇÃO. ALÉM DA PRESENÇA DO EXCLUSIVO MIX DE CAROTENÓIDES. ISENTO DE GLÚTEN. SABORES: MORANGO,BAUNILHA E CHOCOLATE. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA DE 200ML. MARCA PRÉ APROVADA: CUBITAN.	EMBALAGEM	CUBITAN	200	21	4.200,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 4.200,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 25.400,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 06 (seis) meses é de R\$ 25.400,00 (VINTE E CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 06 (seis) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvado ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

**CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO**

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

5.1. Os itens deste procedimento licitatório deverão ser entregues pela licitante vencedora na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade, em quantidades estabelecidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) através de solicitação/ordem de compra.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para [contabilidade@massaranduba.sc.gov.br](mailto:contabilidade@massaranduba.sc.gov.br).

5.3. Todos os itens entregues devem constar na embalagem a data de fabricação, prazo de validade e número do lote, quando for o caso. Considerando-se os prazos de validade, as datas de fabricação não deverão ultrapassar o prazo abaixo na data da entrega:

PRAZO DE VALIDADE	PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA APÓS FABRICAÇÃO
06 (seis) meses	30 (trinta) dias
18 (dezoito) meses	45 (quarenta e cinco) dias
24 (vinte e quatro) meses	60 (sessenta) dias
36 (trinta e seis) meses	90 (noventa) dias

5.4. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e penalidades previstas.

5.5. A embalagem deverá ser original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo e identificadas.

5.6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.6.1. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6.2. Decorrido o prazo estipulado no item acima sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas neste edital e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 08 (oito) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 20 (vinte) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais ao Fundo supracitado.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE**

8.1. A licitante obriga-se a efetuar as entregas de forma a cumprir integralmente o objeto desta ata de registro de preços, além das demais obrigações:

8.1.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

8.1.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.1.3. Comunicar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.1.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.1.5. Aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.1.6. Manter vigente durante a ata os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação da documentação.

8.1.7. Realizar a entrega na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra.

8.1.7.1. Cumprir rigorosamente as exigências do subitem 5.3 desta ata.

8.1.8. Serão RECUSADOS os itens que sejam imprestáveis ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.1.8.1. Caso os itens não atendam às especificações constantes desta ata, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.1.8.1.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as na Lei Federal 8.666/93.

8.1.9. Aceitar as condições de pagamento aqui previstas, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.1.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório.

8.1.11. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos itens até o local.

**CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)**

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar no todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.6. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades, quando não atendidas às disposições previstas.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações, sem justificativa aceita, resguardados os procedimentos legais, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega dos itens da ata.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

12.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Priscila Corbani Bruno Maria Ribeiro, servidora pública municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba – SC,	24	de	agosto	de	2017
--------------------	----	----	--------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
---------------------------

ARMINDO SESAR TASSI
---------------------

CONTRATANTE
-------------

SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
--

EDILSON ROMEIRO DOS SANTOS
----------------------------

CONTRATADA
------------

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA
--------------------------

GABRIELA SARETTO
------------------

CONTRATADA
------------

#### CO 27.2017 (FMS) DENNIS HENRIQUE DE OLIVEIRA MONTEIRO

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: DENNIS HENRIQUE DE OLIVEIRA MONTEIRO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.

VIGÊNCIA: 25 DE AGOSTO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2017

MASSARANDUBA, 25 DE AGOSTO DE 2017.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

#### CRC 2017 - NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME

##### CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Razão Social:	NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME		
CNPJ:	18.398.197/0001-24		
Código Forn.:	185876		
Endereço:	RUA TIMBO, 301, VICTOR KONDER		
CEP: 89.012-180	Município: BLUMENAU	UF: SC	
Fone:	(47) 3232-7302		

RAMO:

CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO

## CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

## DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	Nº DOCUMENTO	DT. EXPEDIÇÃO	DT VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	135287867/2017	11/08/2017	06/02/2018
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	17014007067691	14/08/2017	13/10/2017
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL / DIVIDA ATIVA UNIÃO	64D4.566C.EA43.96GB3	05/05/2017	01/11/2017
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2017081302081658489129	13/08/2017	11/09/2017
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	45798908173	11/08/2017	07/02/2018
FALENCIA E CONCORDATA	4559710	11/08/2017	10/10/2017

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Nº 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo Edital.

DATA DE EMISSÃO: 25/08/2017

VALIDADE ATÉ: 31/12/2017

JULIANA POLETO DA SILVA KREUTZFELD

Gerência de Licitações e Contratos

CPF: 043.554.869-74

**DECRETO Nº 3468 DE 24 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 3468 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

Decreta Luto Oficial

O Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o falecimento do Sr. WILIAN RODOLFO GAYO CORREIA, que exerceu com honradez o cargo de Motorista no Município de Massaranduba e,

CONSIDERANDO que é dever desta Municipalidade prestar suas homenagens à família enlutada.

## DECRETA:

Art. 1º Luto Oficial nos dias 24, 25 e 26 do corrente mês e ano, pelo motivo do falecimento do Sr. Wilian Rodolfo Gayo Correia, ocorrido nesta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Massaranduba, 24 de Agosto de 2017

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**CÂMARA MUNICIPAL****5º ADITIVO IPM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Aditivo Nº: 018/2017

Licitação: Processo Licitatório Nº.005/2014 – Pregão Presencial Nº. 001/2014

Objeto: 5º Termo aditivo referente prorrogação de prazo para locação dos softwares de gestão pública (contabilidade, recursos humanos, compras e licitações, patrimônio e portal da transparência) – SISTEMA WEB.

Fornecedor: IPM INFORMATICA LTDA

Valor: R\$ 1.109,44 (Um mil, cento e nove reais e quarenta e quatro centavos) mensais, reajuste aplicado conforme índice INPC acumulado entre novembro/2016 a julho/2017

Vigência: 01/09/2017 a 30/04/2018.

Data de Assinatura: 23/08/2017.

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 074-2017

DECRETO Nº 74 DE 03 DE AGOSTO DE 2017.

TRATA DA REVOGAÇÃO DO DECRETO Nº 30/2017, TORNANDO NULO A AUDIÊNCIA PÚBLICA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a legislação em vigor:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica revogado o Decreto n. 30/2017 declarando-se nulo todos os atos inerentes a Audiência Pública que visou todos os atos de revisão do Plano Diretor.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro/SC, em 03 de agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra,

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de administração e finanças

### DECRETO Nº 077-2017

DECRETO nº. 77 de 17 de agosto de 2017.

TRATA DA RESCISÃO DO CONTRATO Nº 011/2017.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a legislação em vigor:

Art. 1º. Fica rescindido o contrato nº 011/2017, do fundo municipal de saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 17 de agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra,

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de administração e finanças

### DECRETO Nº 080-2017 - EXCESSO NUCLEO

DECRETO n.º 080/2017.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.732/2016, de 26 de Outubro de 2016.

#### DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), neste termo:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO	
040112361.1004 – Aquis. Área, Const. e Ampliação de Escola do Ensino Básico	
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas (10)	R\$ 18.000,00
Total .....	R\$ 18.000,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças.

### PORTARIA Nº275-2017

PORTARIA n.º 275/2017

TRATA DO RETORNO DA LICENÇA SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações e em conformidade com Lei nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

#### RETORNAR

Art. 1.º Da Licença saúde, o servidor FRANCISCO PAULO KRUGER ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 25/08/2017.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 25 de Agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 0176/2017

DECRETO Nº 0176/2017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA FRANCINE NICOLI PARA CARGO EM COMISSÃO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.296/2017, 2.314/2017, Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a partir de 28 de agosto de 2017, a Sra. FRANCINE NICOLI, portadora do CPF nº 071.388.279-46, para desempenho do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com atribuição de exercício no Departamento de Tributação e Fiscalização, e lotação na Secretaria da Administração e Fazenda do município de Modelo/SC.

Art. 2º - A servidora nomeada por meio deste decreto, perceberá a remuneração do cargo, nível CC-04, do quadro de servidores Cargos em Comissão, do Município de Modelo - SC, com dedicação integral.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2017.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo, aos 24 de agosto de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI

Assessora de Departamento

TERMO DE POSSE 018/2017

REFERENTE NOMEAÇÃO CONFORME DECRETO 0176/2017

Cargo em Comissão: Chefe de Setor

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, no Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo – SC, compareceu a Senhora FRANCINE NICOLI, portadora do CPF nº 071.388.279-46, a fim de tomar posse no cargo de Chefe de Setor, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0176/2017, com lotação na Secretaria da Administração e Fazenda do município de Modelo/SC.

Na oportunidade apresentou a declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio, declarou ainda, a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, bem como ter apresentado a documentação solicitada pelo Departamento de Pessoal do município de Modelo/SC.

Apresentou laudo médico expedido por profissional autorizado pelo município onde foi julgada apta física e mentalmente para o exercício do referido cargo e, em seguida, satisfeitos os requisitos, foi lhe dado posse.

Comprometeu-se em desempenhar suas atribuições de acordo com as prescrições do Estatuto dos Serviços Públicos Municipais e demais normas pertinentes, cumprindo com eficiência funcional seus deveres e responsabilidades de acordo com os princípios de dignidade, disciplina, impessoalidade e moralidade, prestando o seguinte depoimento:

“Por minha honra e pela pátria, juro cumprir com exatidão, disciplina, honradez, dignidade e escrúpulos, os deveres inerentes ao cargo, aceitando as atribuições do cargo para o qual fui nomeada e sua respectiva lotação, prometendo cumpri-lo com dedicação e zelo, em respeito à Lei, a bem do Município e dos meus concidadãos”.

Fica registrada nesta data, a entrada em exercício no cargo conforme nomeação e posse.

Nada mais a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse que vai assinado pelas partes.

Modelo - SC, aos 28 de agosto de 2017.

FRANCINE NICOLI

Servidora

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PREGÃO Nº 051/2017 - PMM AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 075/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 051/2017.

TIPO: Maior percentual de desconto por lote sobre tabela CILIA ou tabela de preços fixos da montadora.

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos de transporte de passageiros, ônibus e micro-ônibus, da frota oficial do Município de Mondaí/SC, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica e instalação de acessórios conforme especificações contidas neste edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 12 de Setembro de 2017.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 12 de Setembro de 2017.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br).

MONDAI-SC, 01 de Agosto de 2017.  
VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PREGÃO Nº 053/2017 - PMM AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 077/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 053/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 053/2017.

TIPO: Menor Preço Por Item.

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na coleta, transporte e destinação final de carcaça de animais mortos (bovinos), incluindo o fornecimento de materiais e serviços, em todo o território municipal, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 13 de Setembro de 2017.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 13 de Setembro de 2017.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br).

MONDAI (SC), 01 de Agosto de 2017.  
VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PREGÃO Nº 056/2017 - PMM AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 083/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 056/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 056/2017.

TIPO: Maior percentual de desconto por lote sobre tabela CILIA ou tabela de preços fixos da montadora.

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos pesados, caminhões, da frota oficial do Município de Mondaí/SC, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletrônico e hidráulico, retífica e instalação de acessórios conforme especificações contidas neste edital.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 14h00min do dia 12 de Setembro de 2017.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 14h15min do dia 12 de Setembro de 2017.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br).

MONDAI-SC, 14 de Agosto de 2017.  
VALDIR RUBERT  
Prefeito Municipal

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 90.2017

DECRETO Nº 090/2017, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

“DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA FESTA MUNICIPAL DE MONTE CARLO NO ANO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica designada a Comissão Central Organizadora da festa municipal de Monte Carlo-SC que é composta pelos membros abaixo relacionados, a qual será responsável e terá o dever de dirimir dúvidas, resolver problemas supervenientes e dar soluções a qualquer outro tipo de assunto relacionado a Festa Municipal 2017 de Monte Carlo:

Presidente – Deljo Maziero.

1ª Secretária – Marlei Vedovatto.

2ª Secretária – Patrícia Proêncio Stanck

Tesoureiro – Delcir Barzotto

#### Membros:

- Rita de Cassia Vicente Flesch.
- Eluisa Bedin Szlatcha.
- Alex dos Anjos.
- Claudete de Fátima dos Santos.
- Adão Marcos Camargo.
- Cristiane Weber.
- Pablo Jhonatan Ribeiro.
- Clovis Sandri.
- Ruibamar Matos.
- Paulo Henrique da Silva.
- Gerson dos Santos.
- Maria Sinclair da Rosa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 23 de agosto 2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 91.2017

DECRETO Nº 91, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

ATUALIZA O PLANO VISUAL DO BRASÃO E DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÔNIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com base no artigo 4º da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica atualizado o plano visual do Brasão do Município de Monte Carlo, na forma da Lei Municipal n. 70/94.

Parágrafo único. Pela ausência de memorial descritivo na Lei Municipal n. 70/94, fica instituído o Memorial Descritivo da Bandeira

do Município de Monte Carlo, na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º. Fica atualizado o plano visual da Bandeira do Município de Monte Carlo, na forma da Lei Municipal n. 70/94.

Parágrafo único. Pela ausência de memorial descritivo na Lei Municipal n. 70/94, fica instituído o Memorial Descritivo do Brasão do Município de Monte Carlo, na forma do Anexo II deste Decreto.

Art. 3º. O Brasão, como símbolo municipal, deverá ser utilizada em todos os documentos, impressos e mídias digitais do Poder Executivo, além de identificação obrigatória na frota pública e dos prédios municipais.

Art. 4º. Fica autorizada a Secretaria de Administração, a promover a confecção de Bandeiras, segundo o novo padrão de elementos gráficos, e de acordo com o memorial descritivo, promovendo sua divulgação e distribuição aos diversos órgãos que integram a Administração Municipal, bem como, às repartições e órgãos estaduais e federais existentes e instalados no Município.

Art. 5º. As bandeiras do Município que não atenderem à padronização definida neste Decreto, serão recolhidas, e encaminhadas à incineração, seguindo-se por analogia o disposto no artigo 32 da Lei Federal n. 5.700/71.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Monte Carlo, 24 de agosto de 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

#### ANEXO I

##### Memorial Descritivo do Brasão de Armas de Monte Carlo

O Brasão de Armas é composto por Coroa Mural, Escudo, Listel e Ornamentos, assim compostos:

1) Coroa Mural de cinco torres, representando a condição de Município Emancipado e Soberano. Detém matizes vermelhos, simbolizando as cores originárias da bandeira do principado de Mônaco e da cidade europeia de Monte Carlo, donde advém a origem da nomenclatura do Município.

2) O escudo é esquartelado em quatro partes e indica as múltiplas vocações econômicas de Monte Carlo, definidas da seguinte forma: a) Chefe: com a produção e beneficiamento de madeira, simbolizados por uma colina, repleta de pinheiros; a roda dentada, força motriz da indústria de transformação; e a madeira beneficiada, produto final que resulta da ação modificadora do ser humano. Todos os elementos recordam a atividade-mor de Monte Carlo, e que possibilitou inclusive, a conformação da primeira vila, que se tornaria o futuro distrito;

b) Contra-Chefe: um favo de mel com sete gomos, simbolizando a produção de mel, explorada de forma direta, ou em decorrência da necessidade de polinização dos múltiplos pomares plantados no território municipal;

c) Cortado à Sinistra: um vacum de origem zebuína, simbolizando a significativa produção pecuária nas suas mais diversas vertentes,

representando o forte sistema agropastoril desenvolvido no Município;

d) Cortado à Destra: bulbo de alho, baga de soja e espiga de milho, exemplificando e simbolizando a agricultura intensiva, geradora de riqueza aos produtores rurais do Município.

3) Os ornamentos ladeiam o escudo, na seguinte conformação:

a) Ornamento à Sinistra: rama de feijão e folhas de tabaco, simbolizando o primeiro, a economia de subsistência, própria dos pequenos produtores municipais, e o segundo, aquela que foi um das grandes produções do Município, em tempos idos;

b) Ornamento à Destra: galho com três maçãs, representando a outra grande indústria do Município, que gera igualmente, incontáveis benefícios econômicos e sociais à população.

4) Listel vermelho contendo ao centro, a identificação com o nome da cidade, grafado em letras maiúsculas. Faixa à Sinistra, indicando o dia e o mês de emancipação do Município, e faixa à Destra, com a inscrição do ano, complementando a data de 26 de setembro de 1991.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

BRASÃO DE MONTE CARLO

## ANEXO II

### Memorial Descritivo da Bandeira de Monte Carlo

1) A Bandeira Municipal de Monte Carlo será tecida em contrabanda, nas cores branca, vermelha e verde.

2) De conformidade com a tradição heráldica portuguesa, da qual herdamos os cânones e regras, a vexilologia das bandeiras municipais obedece aos estilos oitavado, sextavado, esquadelado ou terciado, com as cores que lhe são peculiares e ostentando ao centro, ou na tralha, uma figura geométrica onde o Brasão Municipal é aplicado.

3) A Bandeira Municipal de Monte Carlo obedece a essa regra geral, sendo por opção, terciada em contrabanda. O Brasão aplicado na Bandeira, representa o Governo Municipal.

4) A contrabanda vermelha que divide a bandeira, em conjunto ao branco, representa a homenagem feita pelos legisladores que instituíram o pavilhão original, ao Principado de Mônaco, país europeu que abriga a cidade de Monte Carlo, e que serviu de inspiração para designação da nova urbe que se emancipava em 1991.

5) O matiz verde representa a maior riqueza econômica do Município de Monte Carlo, os produtos agroindustriais, que preenchem o Brasão em todos os seus aspectos.

6) As cores verde, vermelha e branca estão presentes na Bandeira de Santa Catarina, e igualmente formam o padrão de cores da nação italiana, donde provém boa parte das famílias migrantes, que ajudaram a colonizar a região deste Município.

7) A descrição do Brasão encontra-se no Anexo I.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

BANDEIRA DE MONTE CARLO

## DECRETO Nº 92.2017

DECRETO Nº 092/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ela

sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizada a abertura de um crédito adicional suplementar para o orçamento do município no valor de R\$ 151.080,00 (Cento e cinquenta e um mil e oitenta reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 01 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 1.012 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidade de Saúde

Elemento Despesa 60 – 4.4.90.00.00.00.00.00.0033

Valor: R\$ 151.080,00 (Cento e cinquenta e um mil e oitenta reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, fica anulado o valor da dotação abaixo discriminada:

Órgão 01 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica a Saúde

Elemento Despesa 21 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0033

Valor: R\$ 151.080,00 (Cento e cinquenta e um mil e oitenta reais)

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 25 de Agosto de 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 93.2017

DECRETO Nº 093/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica, autorizada a abertura de um crédito adicional suplementar para o orçamento do município no valor de R\$ 166.935,03 (Cento e sessenta e seis novecentos e trinta e cinco mil e três centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 02 – Gabinete da Prefeita Municipal

Unidade Orçamentária 01 – Gabinete da Prefeita

Projeto/Atividade 2.002 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior

Elemento Despesa 165 – 4.4.90.00.00.00.00.03.0089

Valor: R\$106.000,00(Cento e seis mil reais)

Órgão 09 – Secretaria de Infra-estrutura

Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Serviços Públicos

Projeto/Atividade 2.005 – Segurança Pública

Elemento Despesa 166 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0012

Valor: R\$20.000,00(Vinte mil reais)

Órgão 01 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 2.034 – Vigilância Sanitária

Elemento Despesa 61 – 4.4.90.00.00.00.00.03.0038

Valor: R\$40.935,03(Quarenta mil novecentos e trinta e cinco reais e três centavos)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos do superávit do exercício anterior:

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 25 de agosto de 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 94.2017

DECRETO Nº 094/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, no Código Tributário Municipal e demais legislações pertinentes,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada a abertura de um crédito adicional suplementar no orçamento do município no valor de R\$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 12 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Assistência Social  
Projeto/Atividade 2.007 – Manutenção dos Programas do FNAS  
Elemento Despesa 167 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0035.0031  
Valor: R\$ 3.500,00(Três mil e quinhentos reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo 1º será utilizado recurso proveniente do superávit do exercício anterior, fonte de recurso 35.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 25 de agosto de 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 1066/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1066/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizada a abertura de um crédito adicional suplementar para o orçamento do município no valor de R\$ 151.080,00 (Cento e cinquenta e um mil e oitenta reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 1.012 – Construção, Ampliação e Reforma de Unidade de Saúde

Elemento Despesa 60 – 4.4.90.00.00.00.00.00.0033  
Valor: R\$ 151.080,00 (Cento e cinquenta e um mil e oitenta reais)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, fica anulado o valor da dotação abaixo discriminada:

Órgão 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.033 – Atenção Básica a Saúde  
Elemento Despesa 21 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0033  
Valor: R\$ 151.080,00 (Cento e cinquenta e um mil e oitenta reais)

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 25 de Agosto de 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 1067/2017

LEI MUNICIPAL Nº 1067/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

“AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com o fundamento na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município que, a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica, autorizada a abertura de um crédito adicional suplementar para o orçamento do município no valor de R\$ 166.935,03 (Cento e sessenta e seis novecentos e trinta e cinco mil e três centavos) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão 02 – Gabinete da Prefeita Municipal  
Unidade Orçamentária 01 – Gabinete da Prefeita  
Projeto/Atividade 2.002 – Manutenção da Gestão Administrativa Superior  
Elemento Despesa 165 – 4.4.90.00.00.00.00.03.0089  
Valor: R\$106.000,00(Cento e seis mil reais)

Órgão 09 – Secretaria de Infra-estrutura  
Unidade Orçamentária 01 – Departamento de Serviços Públicos  
Projeto/Atividade 2.005 – Segurança Pública  
Elemento Despesa 166 – 3.3.90.00.00.00.00.03.0012  
Valor: R\$20.000,00(Vinte mil reais)

Órgão 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Unidade Orçamentária 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 2.034 – Vigilância Sanitária  
Elemento Despesa 61 – 4.4.90.00.00.00.00.03.0038  
Valor: R\$40.935,03(Quarenta mil novecentos e trinta e cinco reais e três centavos)

Art. 2º. Para a abertura do Crédito, de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos do superávit do exercício anterior:

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 25 de agosto de 2017.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### **ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2017**

Município de Morro da Fumaça. Errata do Pregão Presencial Nº 086/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE REATOR VAPOR METÁLICO SODIO 70W, conforme anexo. Altera-se o Anexo I. Acrescenta-se: Homologado pela Celesc. Data: 05/09/2017 às 11:00 Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### **AVISO - PREGAO PRESENCIAL 25-2017 - PMMG**

PREFEITURA DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, CEP 88.925-000, Centro, Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 25/2017, cujo objetivo é a contratação de seguros para veículos visando a manutenção da frota da Prefeitura de Morro Grande. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação serão recebidos até às 09h00min do dia 12/09/2017, com abertura no mesmo dia às 09h30min, junto ao Setor de Licitações desta prefeitura. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h45min às 11h45min e das 13h00min às 17h00min ou no site [www.morrogrande.sc.gov.br](http://www.morrogrande.sc.gov.br). Maiores informações estará disponível o telefone (0xx48) 3544-00-0016 ou pelo e-mail [licita@morrogrande.sc.gov.br](mailto:licita@morrogrande.sc.gov.br). Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ANULA ERRATAS

#### ANULA ERRATA

Na publicação da Portaria 148 de 14 de fevereiro de 2002, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I – NOMEAR POR CONCURSO - Lei 1294, de 11/08/1999 - MARILI CORREA GUILHERME, Portaria 148 de 14 de fevereiro de 2002, para exercer as funções de PROFESSORA NA AREA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nível II, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 05/02/2002.

Leia-se:

I – NOMEAR POR CONCURSO - Lei 1294, de 11/08/1999 - MARILI CORREA GUILHERME, Portaria 148 de 14 de fevereiro de 2002, para exercer as funções de PROFESSORA NA AREA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, nível I, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 01/08/2017. Conforme ofício nº 66/2017/CD, Termo de Julgamento do Processo Administrativo nº 5/2017, item "b"

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

Prefeito em Exercício

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### ANULA ERRATA

Na publicação da Portaria 084 de 04 de janeiro de 2010, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I – ALTERA CARGA HORÁRIA da professora MARILI CORREA GUILHERME, Portaria 148 de 14 de fevereiro de 2002, nível II, que se refere a carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais, na área de Educação Infantil, a partir de 04/01/2010.

Leia-se:

I – ALTERA CARGA HORÁRIA da professora MARILI CORREA GUILHERME, Portaria 148 de 14 de fevereiro de 2002, nível I, que se refere a carga horária que passa de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais, na área de Educação Infantil, a partir de 01/08/2017. Conforme ofício nº 66/2017/CD, Termo de Julgamento do Processo Administrativo nº 5/2017, item "b".

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

KARLILE CUGNIER

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### ANULA PORTARIA 143 DE 13 DE JANEIRO DE 2009

#### ANULA

Navegantes, 01 de agosto de 2017.

Assunto : Anulação do ato administrativo – Portaria 143 de 13 de janeiro de 2009, com efeitos ex tunc; – Marili Correa Guilherme

Pelo presente instrumento, esta secretária declara a anulação da Portaria 143 de 13 de janeiro de 2009, com efeitos ex tunc; , da Senhora Marili Correa Guilherme, conforme ofício nº 66/2017/CD, Termo de Julgamento do Processo Administrativo nº 5/2017, item "a", ampara o presente ato a:

Súmula 473 STF

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Karlile Cugnier

Secretária de Administração e logística

**ERRATA - RESULTADO DO PROCESSO DE PROGRESSÃO VERTICAL E HORIZONTAL PROTOCOLADOS EM MAIO/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CGC/MF 83.102.855/0001-50

ERRATA - Resultado do Processo de PROGRESSÃO VERTICAL – Promoção por Titulação e PROGRESSÃO HORIZONTAL - Promoção por Capacitação (Alteração de Nível) conforme Lei Complementar nº 11 de 04 Dezembro de 2003 que dispõe sobre o plano de carreira, cargos e salários do quadro geral dos servidores públicos municipais de Navegantes protocolados em MAIO/2017.

MATRÍCULA	SERVIDOR	FUNÇÃO	PRO- GRESSÃO VERTICAL	PROGRESSÃO HORIZONTAL CAPACITAÇÃO	ESTACIONOU/ QUAN- TAS REFERENCIAS	MOTIVO DO INDEFE- RIMENTO:
6253601	JASMINE GRACIELI S. WALTRIK	MONITORA EDUCAÇÃO INFANTIL	DEFERIDO	DEFERIDO		
63275401	JEFFERSON AMARAL	AUDITOR FISCAL	DEFERIDO	DEFERIDO		

Navegantes, 23 de agosto de 2017

Comissão:

Gislene Rodrigues \_\_\_\_\_

Helena dos Santos Soares \_\_\_\_\_

Leonardo Silva Vianna \_\_\_\_\_

Nádia Braz Bins \_\_\_\_\_

**EXTRATO DE ATA Nº 40/2017 FMS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2017 FMS

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 40/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 40/2017 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE CARIMBOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC - ITENS 01 E 02 RESTARAM DESERTOS "NÃO COTADOS" NO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017. Conforme Pregão Presencial nº 40/2017 FMS

Fornecedor: INGRID ROSA E CIA LTDA – ME

Valor: R\$ 7.410,00

Vigência: 01/08/2017 a 01/08/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 01 de agosto de 2017.

**PORTARIA 2546/2017 CONCEDE LICENÇA SAÚDE**

PORTARIA N º 2546 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MAINGRA REGINA FAUSTO, matrícula 6242105 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE DE EDUCAÇÃO, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 13/07/2017 a 24/08/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 2531,2532,2533/2017 CONCEDE LICENÇA SAÚDE**

PORTARIA N ° 2531 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JANAINA SANCHES MARQUES LOPES, matrícula 1544702, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 19/08//2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 2532 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ALAN MANOEL GUIMARAES, matrícula 63293501, ocupante do cargo EFETIVO de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 22/08//2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 2533 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARINEI LEAL DE SOUZA, matrícula 98710, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 21/08//2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 2543,2544,2545/2017 CONCEDE LICENÇA SAÚDE**

PORTARIA N ° 2543 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ADRIANA FERNANDES ROSA, matrícula 70101, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 23/08//2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 2544 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) FRANCIELE CANDIDO, matrícula 1977801, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 23/08//2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N ° 2545 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) NAZARETH BODART DOS SANTOS, matrícula 509608, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 23/08//2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**RESULTADO DO PROCESSO DE PROGRESSÃO VERTICAL**

Resultado do Processo de Progressão Vertical

Promoção por Titulação (Alteração de Nível) conforme Edital Nº 31/2017/SME

Deferidos

Educação Infantil			
MATRÍCULA	Professor (a)	CARGA HORÁRIA	ALTERA PARA:
1699013	Antônia Ismênia Freire Pinheiro	40 h	MAG III
387624	Carin Daiana Salomão	20 h	MAG III
387621	Carin Daiana Salomão	20 h	MAG III
6202804	Carolini da Silva Figueiredo Couto	40 h	MAG III
1981206	Célia Dzin Olegário	20 h	MAG III
6260503	Cristiane dos Santos Zuchetti	20 h	MAG III
272012	Ester Cordeiro	20 h	MAG III
351808	Flavia Regina Ferreira Felício	20 h	MAG III
6237602	Francielle Gonçalves dos Santos	20 h	MAG III
63281301	Gabriela Ana Domingos	20 h	MAG III
1998110	Geovanita Samanta Hellgren	20 h	MAG III
6209004	Luciana da Luz Silva Reis	20 h	MAG III
1687709	Mariana Bernadete Aragão	20 h	MAG III
6200306	Mary Cléia Madzgala Przywitowski	20 h	MAG III
1823108	Rosangelei Possamai dos Santos	20 h	MAG III
292411	Rosleine Burckhart Angioletti	20 h	MAG III
408104	Shaiane Louise Baltazar	20 h	MAG III
232407	Silvanete Bezerra de Oliveira	20 h	MAG III
1983307	Vanderléia Bona	20 h	MAG III

Ensino Fundamental – Anos Iniciais			
MATRÍCULA	Professor (a)	CARGA HORÁRIA	ALTERA PARA:
52918	Cristiane Severino	20h	MAG III
467209	Viviane Valmira Sagás Nolli	20h	MAG III

Ensino Fundamental – Anos Finais			
MATRÍCULA	Professor (a)	CARGA HORÁRIA	ALTERA PARA:
6322601	Arlene Moura Fonseca	20h	MAG III
18501	Euclides Mendes	20h	MAG III
6281602	Jonas Waltrik	20h	MAG III
6311801	Luciana Krejci de Abreu	10 h	MAG III
63282701	Marineides Lourdes Praxznecki	20h	MAG III
452814	Patricia Duarte Cidral	10h	MAG III

**Indeferidos**

Educação Infantil		
Matrícula	Professor (a)	Motivo:
372718	Andréa Cursel	*Não atende ao item 2.1 do Edital: "Somente poderá participar da Progressão Vertical Servidores que atendam aos incisos I, II e III do Art. 25 da LC 72/2010. III – Não tiver 03 faltas injustificadas ao serviço."
435208	Rosangela Natalina Cursel Ouriques	*Não atende ao item 2.1 do Edital: "Somente poderá participar da Progressão Vertical servidores que já cumpriram o estágio probatório."

Ensino Fundamental – Anos Iniciais		
Matrícula	Professor (a)	Motivo:
6262904	Edilene Iris Caldeira Lourenço	*Não atende ao item 2.1 do Edital: "Somente poderá participar da Progressão Vertical servidores que já cumpriram o estágio probatório."

Especialistas		
Matrícula	Professor (a)	Motivo:
115202	Rosane Roncálio	Servidora já classificada no nível solicitado.

Navegantes, 25 de agosto de 2017.

Atenciosamente,

Comissão:

Cynthia Rosangela de Souza

Mari Ângela Rocha Ferreira

Regina Célia Correia

Secretária de Educação

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO 183/2017 DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL RURAL

DECRETO Nº 183, de 15 de Agosto de 2017.

Declara de utilidade pública para fins de Desapropriação, Imóvel Rural com a área de 35.000,00m<sup>2</sup>, com a finalidade de Construção e ampliação de Distrito Industrial, na cidade de Nova Erechim- Estado de Santa Catarina.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim- Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal do art. 61, VI, e diante do disposto nos artigos 5º, alínea "i" e artigo 6º do Decreto n.º 3.365, de 21 de junho de 1941; e o disposto nos artigos 1º; 2º, inciso I; e art.3º, do Decreto n.º 62.504 de 08 de abril de 1968.

#### DECRETA:

Art.1º Fica declarado de Utilidade Pública com fundamento no disposto no artigo 5º do Decreto Lei n.º 3.365/41, alínea "i", para fins de Desapropriação, amigável ou judicial, o imóvel rural com as seguintes características e localização: Parte do lote Rural nº64, do polígono "B", com a área de TRINTA E CINCO MIL METROS QUADRADOS (35.000,00m<sup>2</sup>), sem benfeitorias, situado na Linha Suspiro, Município de Nova Erechim, nesta comarca de Pinhalzinho, CONFRONTANDO: ao LESTE, com a rodovia BR-282; ao NOROESTE, com parte do lote rural n.º62; ao SULESTE, com parte do mesmo lote rural n.º64; ao SUDOESTE, com parte do mesmo lote rural n.º64, de propriedade de REDOMIRO GOMES DE OLIVEIRA e REGINA GONDORÉK DE OLIVEIRA, registrado, sob matrícula n.º: 18.409, Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho- SC, com a finalidade de construção e ampliação de Distrito Industrial.

Art.2º Nos termos do artigo 15 do decreto Lei N. 3.365/41, modificado pela Lei 2.786 de 21 de maio de 1956, a desapropriação é declarada de caráter urgente, para efeito de imediata imissão de posse.

Art.3º As despesas decorrentes com o presente Decreto correrão por conta dos recursos próprios do orçamento vigente.

Art.4º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Nova Erechim (SC), em 15 de Agosto de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

### DECRETO 184/2017 COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO

DECRETO Nº 184 DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a Comissão Municipal de Avaliação e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA:

Art.1º Fica constituída a Comissão Municipal de Avaliação, composta pelos seguintes membros:

I- Leandro da Silva Presidente

II- Fabielli Polli Secretária

III- Soeli Sonia Sartori Marocco

IV- Vinicius dos Santos

V- Ramirez Tápia

Art.2º O objetivo da comissão será, basicamente, avaliar em moeda corrente nacional, o imóvel rural:

Parte do lote Rural nº64, do polígono "B", com a área de TRINTA E CINCO MIL METROS QUADRADOS (35.000,00m<sup>2</sup>), sem benfeitorias, situado na Linha Suspiro, Município de Nova Erechim, nesta comarca de Pinhalzinho, CONFRONTANDO: ao LESTE, com a rodovia BR-282; ao NOROESTE, com parte do lote rural n.º62; ao SULESTE, com parte do mesmo lote rural n.º64; ao SUDOESTE, com parte do mesmo lote rural n.º64, de propriedade de REDOMIRO GOMES DE OLIVEIRA e REGINA GONDORÉK DE OLIVEIRA, registrado, sob matrícula n.º: 18.409, Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho- SC.

Art.3º O laudo de avaliação deverá ser encaminhado ao Prefeito Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação do presente.

Art.4º O serviço da comissão será considerado de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem se caracterizando qualquer vínculo de emprego para fins deste objeto, entre a Prefeitura e os seus componentes, incluindo a não geração de direito ou obrigação social ou trabalhista.

Art.5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Erechim (SC), em 15 de Agosto de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

### DECRETO 188/2017 COMISSÃO DEFESA CIVIL

DECRETO nº 188, de 15 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a composição da Coordenadoria da Defesa Civil

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica composta a Coordenadoria da Defesa Civil, pelos seguintes servidores municipais e membros da sociedade civil:

Coordenador: Leandro da Silva – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Vice Coordenador: Alfredo Carlos Merigo – Câmara Municipal de Vereadores

Secretária: Eunice Terezinha Bruschi – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Setor Técnico

Estefani Pagliari Bevilaqua – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Liamara Schuck - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Gessica Bianchetti - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Eloi Correa Borges – Polícia Militar

Marcio Solivo – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Setor Operativo

Aderci do Santos Valler - Secretaria Municipal de Saúde  
Mariciana Mezzomo – Secretaria Municipal de Assistência Social  
Volmir José Bruschi – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte  
Fatima Belani Cortina – Associação de Voluntários

Art. 2º A Os membros da Comissão de Avaliação exercerão suas atividades em caráter relevante, sem ônus para os cofres públicos municipais.

Art 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 25 de agosto de 2017.  
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

### **DECRETO 189/2017 APOSENTADORIA IVANI SALETE BRUSTOLIN**

DECRETO nº 189, de 25 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a exoneração, em virtude da aposentadoria, para a Sra. Ivani Salete Brustolin e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o inciso IV do Art. 32 da Lei Complementar n.º 025/01 de 02 de julho de 2001 e o Benefício n.º 176.363.197-1.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, em virtude da concessão de aposentadoria, a Servidora Municipal IVANI SALETE BRUSTOLIN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Quadro de Cargos Permanentes, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 045/98, de 26 de junho de 1998.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 25 de agosto de 2017.  
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

### **DECRETO 190/2017 PREÇO PÚBLICO**

DECRETO Nº 190, de agosto de 2017.

Dispõe sobre preço público para ressarcimento de valor referente a pavimentação asfáltica e, da outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e, conforme dispõe o artigo 61 da Lei Orgânica Municipal, e a Lei nº. 1.730 de 08 de abril de 2014. Considerando a necessidade de se obter o ressarcimento dos serviços prestados por esta Prefeitura Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Preço Público a ser cobrado pelo Município de

Nova Erechim de acordo com o valor do custo da tonelada com aplicação praticados pelo CIDIR □ Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento de Infraestrutura Rodoviária e, estabelecido em ata nº. 03/2017, o qual é de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais) para cada tonelada com aplicação.

Art. 2º Os serviços cuja execução dará ensejo à cobrança de Preço Público, poderão ser executados a requerimento do contribuinte interessado ou de ofício, se as circunstâncias exigirem.

Art. 3º O valor encontrado a título de preço público será corrigido conforme atualização do custo da tonelada pelo CIDIR.

Art. 4º O não pagamento dos débitos relativos ao serviço público municipal sob regime de concessão, permissão ou autorização, acarretará, decorridos os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.

Parágrafo único. Os débitos previstos no caput deste artigo ensejarão a imediata inscrição em dívida ativa municipal, procedendo-se, ato contínuo, à cobrança judicial do mesmo.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim (SC), 25 de agosto de 2017.  
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 108/2017 DESIGNAÇÃO**

PORTARIA nº 108, de 18 de agosto de 2017.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 61 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO:

A necessidade de Servidor Municipal para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica designado o Servidor Municipal MARCIO SOLIVO, matrícula 60/01, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2017.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),  
em 18 de agosto de 2017.  
NÉDIO ANTÔNIO CASSOL  
Prefeito Municipal

# Nova Trento

## PREFEITURA

### COMUNICADO

A Secretaria Municipal de Administração e Finanças, da Prefeitura Municipal de Nova Trento, através do seu Secretário, comunica a quem interessar possa que fica cancelada a publicação da Portaria nº 576/2017, no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC, na data de 25 de agosto de 2017.

Nova Trento, em 25 de agosto de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 238/2017 - NOMEIA APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO 002/2015

DECRETO Nº 238/2017  
NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I, da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para o cargo abaixo indicado, o aprovado no Concurso Público nº 002/2015:

NOME	CARGO	C.H.
Josiane Booz	Atendente de Creche	40h/Sem.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 25 de agosto de 2017  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 481/2017 "A"

PORTARIA Nº 481/2017 "A"  
Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, combinado com o artigo 17, da Lei Municipal nº 1.207/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 127/2017, de 12/05/2017 – através de Concurso Público – Edital nº 003/2015, de 09/04/2015, JEFFERSON GEVIESKI OURIQUES, matrícula nº 7543, no Cargo de Provedor Efetivo de MOTORISTA III do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 08 de junho de 2017.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, a partir de 12 de junho de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de junho de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 481/2017 "C"

PORTARIA Nº 481/2017 "C"  
Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, combinado com o artigo 17, da Lei Municipal nº 1.207/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 120/2017, de 09/05/2017 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 27/02/2015, ALESSANDRA MARCHIOLI, matrícula nº 7544, no Cargo de Provedor Efetivo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 13 de junho de 2017.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Secretaria de Saúde - Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, a partir de 13 de junho de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 13 de junho de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 481/2017 "D"

PORTARIA Nº 481 "D"  
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal ROMOACIR ROMALINO DE SOUZA, matrícula nº 6824, ocupante do cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de

pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 13 de junho de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de junho de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 481/2017 "E"**

PORTARIA Nº 481/2017 "E"  
Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, combinado com o artigo 17, da Lei Municipal nº 1.207/1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 168/2017, de 13/06/2017 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 27/02/2015, ROMOACIR ROMALINO DE SOUZA, matrícula nº 7545, no Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com 40 (quarenta) horas semanais, e EMPOSSAR em 14 de junho de 2017.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de junho de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 14 de junho de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 482/2017 (RETIFICAR)**

PORTARIA Nº 482/2017  
Dispõe sobre a Cessão de Servidor Municipal

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de acordo com o Convênio N. 073/2017, em decorrência do Processo n. 13880/2017, de 9/5/2017 e Lei Complementar Nº 649, de 16 de março de 2017,

##### **RESOLVE:**

Artigo 1º) Fica disposto a cessão da Servidora Pública Municipal Katia Maria Ventura Bernardo, matrícula nº 7279, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Assistente Administrativo, nomeada através da Portaria 027/2017 de 16/01/2017, para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Comarca de São João Batista, a contar

de 16 de junho de 2017, com ônus para o cedente.

Artigo 2º) A cessão será pelo prazo de 60 (sessenta) meses e poderá ser extinta a qualquer tempo por conveniência ou necessidade pelo Tribunal de Justiça.

Artigo 3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de junho de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 535/2017 "A"**

PORTARIA Nº 535 "A"  
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

##### **RESOLVE:**

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, RAISSA FERNANDA COLARES DE NOVOA, matrícula nº 6960, ocupante do cargo de Psicólogo, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário – Unidade Sanitária Madre Paulina, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 17 de julho de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de julho de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. de Administração e Finanças

#### **PORTARIA Nº 545/2017**

PORTARIA Nº 545/2017  
Atribui Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04 de Abril de 1990,

##### **RESOLVE:**

ATRIBUIR EXERCÍCIO à Servidora Pública Municipal CAMILA FORMENTO MELO DOS SANTOS, matrícula nº 7200, concursada no Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, na Unidade Sanitária Madre Paulina, a partir de 01 de agosto de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de julho de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 553/2017 "A"**

PORTARIA Nº 553/2017 "A"

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### **RESOLVE:**

NOMEAR, o Servidor Público Municipal RAFAEL VISINTAINER ADAMI, concursado no cargo de Provimento Efetivo de Técnico Administrativo, matrícula nº 7050, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Contabilidade, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 01 de agosto de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de agosto de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 554/2017**

PORTARIA Nº 554/2017

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

#### **RESOLVE:**

EXONERAR a pedido, o Servidor Público Municipal LEANDRO MORAES MORETTI, matrícula nº 7353, ocupante do cargo de Professor Não habilitado – função Instrutor de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 02 de Agosto de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de Agosto de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 557/2017**

PORTARIA Nº 557/2017

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

#### **RESOLVE:**

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal MARILÉIA RAISER DALLABRIDA, matrícula nº 6897, ocupante do cargo de Atendente de Creche – ACT, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Espreado, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 09 de Agosto de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de Agosto de 2017.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 574/2017**

PORTARIA Nº 574, de 23 de agosto de 2017

Nomeia Comissões de Avaliação de Estágio Probatório no Âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Trento e dá Outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

Considerando, o disposto no Art. 41 da Constituição Federal vigente, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1998 e art. 30 da Lei nº 1.207/1992, alterado pela Lei nº 2.584/2015, que sujeita o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo a estágio probatório, por período de 03 (três) anos, durante o qual sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo, serão objeto de avaliação;

Considerando, a necessidade de proceder a Avaliação Especial de Desempenho do servidor civil estatutário, em estágio probatório, para fins de aquisição da estabilidade do nomeado em virtude da aprovação em concursos públicos, para cargos de provimento efetivo desta Prefeitura;

Considerando, a necessidade de consolidar e sistematizar as normas municipais que regulam a avaliação de servidores em estágio probatório, estabelecidas no Decreto nº 223, de 21 de outubro de 2015;

#### **Resolve:**

Art. 1º Nomeia Comissões de Avaliação de Estágio Probatório, para fins de aquisição de estabilidade do nomeado, em virtude da aprovação em concurso público de provas e títulos para provimento de cargos efetivos que fazem parte do quadro de servidores da Prefeitura Municipal, (Editais nº 002/2015 e 003/2015), bem como objetivando assegurá-la para servidores concursados vindouros.

Art. 2º Para cumprimento ao artigo anterior, integram as Comissões de Avaliação de Estágio Probatório, os seguintes servidores:

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Aprígio José Botameli, matrícula 209, Assistente Administrativo

Suplente: Dalila Facchini, matrícula 78, Auxiliar Contábil e Financeiro

Representantes da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário:

Titular: Andréia Inez Dalbosco Rover, matrícula 82, Assistente Administrativo

Suplente: Jorge Bottamedi, matrícula 9423, motorista II

Representante da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Planejamento:

Titular: Jaime Cadorin, matrícula 928, Fiscal de Transportes

Suplente: José Eugênio Battisti, matrícula 43, Operador de Máquina

Fls. 02 – Portaria nº 574/2017

Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Arnaldo Cristofolini Júnior, matrícula 65, Técnico Agrícola.

Suplente: José Nildo Pering, matrícula , 124, Auxiliar Agropecuário

§ Único - As Comissões de Avaliação de servidores em Estágio Probatório, terão suas atividades coordenadas e supervisionadas pelo Secretário ou Secretário Adjunto das respectivas Secretarias Municipais.

Art. 3º Os servidores em Estágio Probatório vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Casa da Cidadania, serão avaliados pelos membros integrantes da comissão da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, coordenada e supervisionada pelos respectivos Secretários ou Secretários Adjuntos.

Art. 4º Os servidores em Estágio Probatório, em atividades junto ao Hospital Nossa senhora da Imaculada Conceição, serão avaliados pelos membros integrantes da comissão da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, coordenada e supervisionada pelo respectivo Secretário e pelo Diretor do Hospital.

Art. 5º Para cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação pertinente, bem como se utilizar de todos os meios admitidos em direito que entender necessários.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 006/2015, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

# Orleans

## PREFEITURA

### 2.747 - DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BB

LEI N. 2.747 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

"DECLARA COMO DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans. Faço saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecido como de UTILIDADE PÚBLICA, a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL, inscrita no CNPJ sob nº 83.458.695/0001-87, com sede na rua Miguel Damásio Cardoso nº 900, bairro Murialdo, município de Orleans, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 22 de agosto de 2017; 130º anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Político Administrativo.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria municipal de Administração aos vinte dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

### 2.748 - ALTERA LEI 2.733 BOLSAS DE ESTUDOS

LEI N. 2.748 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

"ALTERA LEI 2.733 DE 12 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans. Faço saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o parágrafo segundo ao artigo 4º da lei 2.733 de 12 julho de 2017, que terá a seguinte redação:

"[...]§ 2º. Semestralmente o Executivo apresentará à Câmara Municipal de Vereadores, relação dos beneficiários das bolsas, bem como, os valores e percentuais concedidos à título de assistência[...]"

Art. 2º O parágrafo único do art. 4º da lei 2.733 de 12 de junho de 2017, passará ser parágrafo primeiro.

Art. 3º Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 22 de agosto de 2017; 130º anos da Fundação e 103 anos da Emancipação Político Administrativo.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Publicada a presente Lei nesta Secretaria municipal de Administração

aos vinte dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

MARIO COAN  
Secretário de Administração

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 005 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

"ALTERA A LEI 2.733 DE 12 JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Procedência: Hildegart Thessmann Durigon

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 005 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

Prezados Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por objetivo acrescentar o parágrafo segundo ao art. 4º da lei 2.733 de 12 de julho de 2017, para fazer com que o Executivo Municipal apresente semestralmente para a Câmara de Vereadores a relação dos beneficiários das bolsas.

Cumpra esclarecer que a presente proposição busca cumprir os princípios basilares da administração pública, quais sejam, da Moralidade e Publicidade, proporcionando à Câmara municipal maior eficiência e comodidade na fiscalização da aplicação dos recursos.

Certo que o presente projeto terá a aprovação de todos, antecipo agradecimento. Sem mais, subscrevo-me.

Orleans, 10 de agosto de 2017.  
Hildegart Tessmann Durigon  
Vereador

PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 005 DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

"ALTERA LEI 2.733 DE 12 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CAMARA DE VEREADORES DE ORLENAS APROVA:

Art. 1º) Fica criado o parágrafo segundo ao artigo 4º da lei 2.733 de 12 julho de 2017, que terá a seguinte redação:

"[...]§ 2º. Semestralmente o Executivo apresentará à Câmara Municipal de Vereadores, relação dos beneficiários das bolsas, bem como, os valores e percentuais concedidos à título de assistência[...]"

Art. 2º) O parágrafo único do art. 4º da lei 2.733 de 12 de junho de 2017, passará ser parágrafo primeiro.

Art. 3º) Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Orleans, SC, 10 de agosto de 2017.  
Hildegart Tessmann Durigon  
Vereador

**CHAMAMENTO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, mediante o qual fica CONVO-CADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2015 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
Genésio Feltrin	Motorista	40 h

Orleans, 25 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2017 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 1/17

Processo Nº.: 51/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2017**

No dia 25 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO - 800, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, o Sr(a). LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 035.783.269-84, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 22/2017, Processo Licitatório nº. 51/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ESFS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE DE ORLEANS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
175	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1, 4, 5, 35, 37, 58, 65, 103, 105, 129, 140, 141, 142, 145, 146, 149, 155, 181, 183, 184, 185, 186, 187
29	EXTRA DISTRIB. DE MEDI. E PRODUTOS HOSPITALARES	179
337	FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	29, 53, 60, 61, 62, 63, 64
54	ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME	3, 6, 7, 9, 14, 16, 18, 20, 24, 26, 28, 30, 31, 34, 36, 41, 42, 50, 51, 52, 57, 69, 71, 72, 74, 77, 81, 82, 83, 84, 85, 92, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 128, 130, 135, 136, 148, 150, 160, 168, 170, 190, 191, 192, 193
31	METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	11, 12, 33, 43, 44, 45, 76, 87, 96, 133, 147, 151, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 172, 173, 174, 175, 180, 188, 194
292	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	15, 22, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 153, 156
656	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	27, 32, 54, 66, 88, 89, 90, 91, 138, 139, 154, 182, 189
573	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	157, 158, 159, 176, 177, 178
936	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E	13, 104
1035	TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO M	17, 19, 21, 23, 25, 75, 94
249	TRADE MEDICAL COM. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	2, 8, 10, 38, 39, 40, 49, 55, 59, 68, 70, 73, 78, 79, 80, 86, 93, 95, 97, 107, 109, 132, 134, 137, 152, 167, 169, 171

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	PAULO ROBERTO DE O. RUSZCZAK	517.236.469-20
EXTRA DISTRIB. DE MEDI. E PRODUTOS HOSPITALARES	06.035.038/0001-86	ADROALDO MACHADO	910.323.859-87
FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	GUILHERME DE OLIVEIRA PRADO	004.033.069-90
ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME	05.948.061/0001-07	DANIELY GONSALVES	102.416.799-23
METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	ROBSON TACIANO DA SILVA	003.937.599-46
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	03.033.589/0001-12	RAFAEL GUSTAVO KOHLER	053.345.209-02
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.505.263/0001-40	MARCOS ANTONIO G. VELHO	481.280.589-91
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	85.247.385/0001-49	.	.
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E	09.196.745/0001-42	LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA	910.438.169-68
TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO M	12.069.550/0001-46	DIEGO GILI	059.488.669-47
TRADE MEDICAL COM. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	06.555.143/0001-46	ALEXANDRE BIANCHINI DE AZEVEDO	921.201.217-53

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS**

Página: 2/17  
 Processo Nº.: 51/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ESFS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE ORLEANS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Fornecedor: 29 - EXTRA DISTRIB. DE MEDI. E PRODUTOS HOSPITALARES**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
179	SORO RINGER LACTATO, FRASCO DE 500ML	fr	FRESENIUS	500,000	2,8860	1.443,00

**Fornecedor: 31 - METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	AGULHA HIPODÉRMICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, SILICONIZADA, 25X7MM, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSÉPTICA C/100 U	cx	Descarpack	150,000	6,3900	958,50
12	AGULHA HIPODÉRMICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, SILICONIZADA, 40X12MM, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSÉPTICA C/100 U	cx	Descarpack	150,000	6,8500	1.027,50
33	BLOQUEADOR SOLAR FATOR 50 UVB-UVA DE 200 ML	fr	Nutriex	300,000	13,8800	4.164,00
43	CATÉTER NASAL PARA OXIGENIO TIPO ÓCULOS INFANTIL	un	Biosani	100,000	0,9900	99,00
44	CLOREXEDINA TÓPICA SOLUÇÃO AQUOSA, 0,2% 100ML	fr	Rioquímica	300,000	1,8000	540,00
45	CLOREXEDINA DEGERMANTE 2% 1000ML	fr	Rioquímica	100,000	13,7700	1.377,00
76	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL, ESTERELIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO 95MM, VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA (PARAFUSO BORBOLETA), FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO (PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL. TAMANHO MÉDIO	un	Kolplast	3.000,000	0,8500	2.550,00
87	FIO DE SUTURA NYLON -1-0 COM AGULHA 2,0 CM 24 U	cx	Procare	10,000	24,2000	242,00
96	FITA ADESIVA CIRÚRGICA MEDINDO 5MM DE LARGURA E 10 M DE COMPRIMENTO, MICROPOROSA COM DORSO DE NÃO TECIDO, MASSA ADESIVA NA FACE INTERNA, HIPOALERGÊNICA, COR CLARA. EMBALAGEM TIPO CARRETEL COM CAPA PROTETORA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	rl	Missner	500,000	2,6800	1.340,00
133	NEBULIZADOR PORTATIL	un	Daru	5,000	112,5000	562,50
147	SCALP NUMERO 19	un	Solidor	500,000	0,1700	85,00
151	SCALP NUMERO 27	un	Medgoldman	500,000	0,1700	85,00
161	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 8 C/ 10 UNIDADES	pt	Biosani	10,000	4,4500	44,50
162	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 10 C/ 10 UNIDADES	pt	Biosani	10,000	4,7400	47,40
163	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 12 C/ 10 UNIDADES	pt	Biosani	10,000	4,8000	48,00
164	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 14 C/ 10 UNIDADES	pt	Biosani	10,000	5,0000	50,00
165	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 16 C/ 10 UNIDADES	pt	Medsonda	10,000	5,2000	52,00
166	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº12	un	Solidor	50,000	2,4700	123,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 3/17  
 Processo Nº.: 51/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**Fornecedor: 31 - METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
172	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL N.º 06 C/ 10 U	pt	Biosani	300,000	4,3300	1.299,00
173	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL N.º 08 C/ 10 U	un	Biosani	300,000	4,4400	1.332,00
174	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL N.º 10 C/ 10 U	pt	Biosani	500,000	4,5200	2.260,00
175	SONDA URETRAL DESCARTÁVEL N.º 12 C/ 10 U	pt	Biosani	500,000	4,5800	2.290,00
180	TESOURA IRES CURVA 12 CM	un	Richards	10,000	9,0500	90,50
188	TESOURA CIRÚRGICA FINA/ROMBA CURVA 17CM	un	ABC	10,000	16,5500	165,50
194	VASELINA LIQUIDA	fr	Cinord	20,000	20,2900	405,80

**Fornecedor: 54 - ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE 5 L	gl	CAITHEC	150,000	5,0500	757,50
6	AGULHA ULTRAFINE P/CANETA 5MMX0,25MM CAIXA COM 100UNIDADES	cx	LUIMED	20,000	87,7000	1.754,00
7	AGULHA ESTÉRIL 25X7MM PARA COLETA MÚLTIPLA DE SANGUE A VÁCUO CAIXA COM 100 U	cx	CRALPLAST	5,000	26,7900	133,95
9	AGULHA HIPODÉRMICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, SILICONIZADA, 20X5,5MM, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSÉPTICA C/100 U	cx	SOLIDOR	150,000	6,4900	973,50
14	ALGODÃO HIDRÓFILO CONFECCIONADOS COM FIBRAS 100% PURO ALGODÃO;MACIO E EXTRA-ABSORVENTE; COR: BRANCO; DERMATOLOGICAMENTE TESTADO;ROLO COM 5000	rl	NATHALYA	100,000	9,0400	904,00
16	ALMOTOLIA BICO RETO C/ 250ML	un	J.PROLAB	30,000	2,0800	62,40
18	ATADURA ELASTICA BRANCA 10CMX2,20M	un	POLAR FIX	1.000,000	0,7200	720,00
20	ATADURA ELASTICA BRANCA 15CMX2,20M	un	POLAR FIX	1.200,000	1,0700	1.284,00
24	ATADURA DE CREPOM COM 08CMX1,80M EM REPOUSO , CONFECCIONADA EM TECIDO COM NO MÍNIMO 69% DE ALGODÃO , FIOS DE ALTA TORÇÃO, QUE CONFERE ALTA RESISTÊNCIA, COM DENSIDADE 13 FIOS/M² CONFORMES NORMAS ABNT C/ 12U	dz	TEXCARE	800,000	3,7900	3.032,00
26	ATADURA DE CREPOM COM 12CMX1,80M EM REPOUSO , CONFECCIONADA EM TECIDO COM NO MÍNIMO 69% DE ALGODÃO , FIOS DE ALTA TORÇÃO, QUE CONFERE ALTA RESISTÊNCIA, COM DENSIDADE 13 FIOS/M² CONFORMES NORMAS ABNT C/ 12U	dz	TEXCARE	1.200,000	5,7000	6.840,00
28	ATADURA DE CREPOM COM 20CMX1,80M EM REPOUSO , CONFECCIONADA EM TECIDO COM NO MÍNIMO 69% DE ALGODÃO , FIOS DE ALTA TORÇÃO, QUE CONFERE ALTA RESISTÊNCIA, COM DENSIDADE 13 FIOS/M² CONFORMES NORMAS ABNT C/ 12U	dz	TEXCARE	600,000	9,4400	5.664,00
30	BALANÇA DIGITAL DE VIDRO COM CAPACIDADE DE ATE 200KG COM VISOR DE LCD	un	BALMAK	5,000	61,4700	307,35
31	BALANÇA ANTROPOMETRICA DIGITAL ADULTO COM CAPACIDADE DE ATE 200KG COM VISOR DE LCD	un	RAMUZA	5,000	990,0000	4.950,00
34	CABOS DE BISTURI Nº03	un	LM	20,000	5,8000	116,00
36	CATÉTER INTRAVENOSO ESTÉRIL Nº 14 C/ 50 UNIDADES	cx	POLYON	5,000	34,9000	174,50
41	CATÉTER INTRAVENOSO ESTÉRIL Nº 24 C/ 50 UNIDADES	cx	POLYON	10,000	35,3000	353,00
42	CATÉTER NASAL PARA OXIGENIO TIPO ÓCULOS ADULTO	un	BIOSANI	200,000	0,8000	160,00
50	COLETOR DE URINA DESCARTÁVEL USO ADULTO 2000 ML 100 U	pt	PHARMATEX	100,000	2,4900	249,00
51	COLAR DE IMOBILIZAÇÃO CERVICAL TAMANHO M	un	HBT RESGAT	5,000	10,4000	52,00
52	COLAR DE IMOBILIZAÇÃO CERVICAL TAMANHO P	un	HBT RESGAT	5,000	10,4000	52,00
57	CUBA RIM 26X12 - AÇO INOX	un	FAMI	5,000	23,9900	119,95
69	EQUIPO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL	un	DESCARPACI	3.500,000	0,8900	3.115,00
71	ESCOVA GINECOLÓGICA 100 U	cx	ABSORVE	100,000	12,6400	1.264,00
72	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL COM CAPA 5 CM X 4,5 M	rl	MISSNER	800,000	2,9000	2.320,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 4/17  
 Processo Nº.: 51/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**Fornecedor: 54 - ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
74	ESPATULA DE AYRES EM MADEIRA C/ 100 U	pt	THEOTO	100,000	4,3400	434,00
77	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL, ESTERELIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO 95MM , VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA(PARAFUSO BORBOLETA), FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO(PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL.TAMANHO GRANDE	un	CRALPLAST	800,000	0,9400	752,00
81	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO-0- COM AGULHA 3,0 CM C/24 U	cx	TECHNOFIO	5,000	72,0000	360,00
82	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO-1- COM AGULHA 3,0 CM C/24 U	cx	TECHNOFIO	5,000	72,0000	360,00
83	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO-2-0- COM AGULHA 3,0 CM C/24 U	cx	TECHNOFIO	5,000	72,0000	360,00
84	FIO DE SUTURA CATGUT CROMADO-3-0- COM AGULHA 3,0 CM C/24 U	cx	TECHNOFIO	5,000	72,0000	360,00
85	FIO DE SUTURA CATGUT SIMPLES 3.0 75 CM COM AGULHA CORTANTE 3/8 - 2,5 CM 24 U	cx	TECHNOFIO	5,000	72,0000	360,00
92	FIO DE SUTURA NYLON -6-0 COM AGULHA 2,0 CM 24 U	un	PROCARE	10,000	23,9000	239,00
98	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 300ML	un	BIOBASE	300,000	0,7500	225,00
99	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 500ML	un	BIOBASE	1.000,000	0,9500	950,00
100	GAZE EM ROLO, "TIPO QUEIJO", MEDINDO 91CM X 91 M, COM 13 FIOS POR CM², NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, 04 DOBRAS, 08 CAMADAS, MASSA POR UNIDADE "PESO" 1.987 KG COM VARIAÇÃO DE 5% ISENTA DE EMBALAGEM, COM TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, ADEQUADA, ALVEJADA E HIDROFILIZADA, ISENTA DE RESÍDUOS, MANCHAS, FALHAS, DEVEM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0 APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU IGUAL A 15 SEGUNDOS, SEM FILAMENTO RADIOPAÇO, CONFORME NORMAS ABNT NBR 14.108, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA COM 01 UNIDADES, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO. VALIDADE DO PRODUTO: SESSENTA MESES, CONTER Nº DE LOTE, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 106/2003.	rl	TEXCARE	700,000	29,7700	20.839,00
101	GEL CONDUTOR P/ USO EM ULTRASSON, ULTRASSONOGRAMA E ELETROCARDIOGRAMA, CONSISTENYE, INODORO, INCOLOR E ISENTO DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS C/ PH NEUTRO EMBALAGEM FRASCO DE 300 GRAMAS	fr	MULTIGEL	50,000	2,2100	110,50
102	GEL CONDUTOR P/ USO EM ULTRASSON, ULTRASSONOGRAMA E ELETROCARDIOGRAMA, CONSISTENYE, INODORO, INCOLOR E ISENTO DE SUBSTÂNCIAS TÓXICAS C/ PH NEUTRO EMBALAGEM 5KG	SACH	MULTIGEL	15,000	13,9100	208,65
106	KIT DE IMOBILIZADOR DE CABEÇA COXIM ADULTO IMPERMEAVEL	un	RESGATE SP	5,000	91,0000	455,00
108	LANCETA PARA COLETA SANGUINEA CAPILAR COM FORMATO UNIVERSAL DE ESPESSURA ULTRA FINA DE 28G,COM PONTA TRIFACETADA SILICONOZADA PARA PUNÇÃO INDOLOR ESTERELIZAÇÃO ATRAVES DE RADIAÇÃO GAMA, LACRE DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E DESCARTAVEL CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	CRALPLAST	35,000	19,5000	682,50
110	LÂMINA DE BISTURI NÚMERO 10 DESCARTÁVEL 100 U	cx	MAXICOR	20,000	19,9000	398,00
111	LÂMINA DE BISTURI NÚMERO 11 DESCARTÁVEL 100 U	cx	MAXICOR	20,000	19,9000	398,00
112	LÂMINA DE BISTURI NÚMERO 12 DESCARTÁVEL 100 U	cx	MAXICOR	20,000	19,9000	398,00
113	LÂMINA DE BISTURI NÚMERO 13 DESCARTÁVEL 100 U	cx	MAXICOR	20,000	19,9000	398,00
114	LÂMINA DE BISTURI NÚMERO 23 DESCARTÁVEL 100 U	cx	MAXICOR	20,000	19,9000	398,00
115	LÂMINA DE BISTURI NÚMERO 24 DESCARTÁVEL 100 U	pt	MAXICOR	20,000	19,9000	398,00
116	LENÇOL DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO GRAMATURA 20, 2,00 M X 90 CM C/ 10 UNIDADES	un	JARC DESCA	20,000	8,5800	171,60
119	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO, TAMANHO PEQUENO CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	NUGARD	1.200,000	13,2900	15.948,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 5/17  
 Processo Nº.: 51/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**Fornecedor: 54 - ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
120	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO, TAMANHO MÉDIO CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	NUGARD	1.000,000	13,2900	13.290,00
128	LUVA NITRÍLICA SEM PÓ NÃO ESTÉRIL, SINTÉTICA LIVRE DE LÁTEX, TAMANHO MÉDIO, CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	DESCARPACI	200,000	14,9500	2.990,00
130	MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA ADULTO	un	HBT RESGAT	100,000	3,5800	358,00
135	OXÍMETRO DE DEDO DIGITAL INFANTIL	un	CONTEC	5,000	129,9000	649,50
136	PAPEL CREPADO 30CM X 30CM COM 500	cx	HOSPFLEX	100,000	43,3700	4.337,00
148	SCALP Nº21	un	SOLIDOR	500,000	0,1600	80,00
150	SCALP Nº25	un	SOLIDOR	10.000,000	0,1800	1.800,00
160	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 4 C/ 10 UNIDADES	pt	BIOSANI	10,000	4,2500	42,50
168	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº16	un	CIRUFoley	50,000	2,8900	144,50
170	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº20	un	CIRUFoley	50,000	2,8900	144,50
190	TERMOMETRO DIGITAL INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO PRECISA DA TEMPERATURA EXTERNA E INTERNA, ASSIM COMO SUAS MÁXIMAS E MÍNIMA, VISOR EM CRISTAL LÍQUIDO DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO. FUNÇÃO °C/F°. CABO DE APROXIMADAMENTE 2,30M.	un	J.PROLAB	10,000	56,1900	561,90
191	TUBO DE LATEX Nº 200 C/ 15 M	un	LEMGRUBER	1,000	19,2300	19,23
192	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO, EDTA K3, TAMPÃO DE BORRACHA ROXA COM CAPACIDADE DE 4.5 ML 100 U	cx	CRALPLAST	5,000	40,7800	203,90
193	TUBO PARA COLETA DE SANGUE A VÁCUO, GEL, TAMPÃO DE BORRACHA AMARELA COM CAPACIDADE DE 6 ML MEDINDO 10,5 CM DE ALTURA COM 1 CM DE DIÂMETRO EXTERNO 100 U	cx	CRALPLAST	5,000	56,1900	280,95

**Fornecedor: 175 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA, EM MADEIRA 100 U	pt	Talge	100,000	2,7000	270,00
4	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES DE 100ML	fr	Farmax-Amar	200,000	0,9800	196,00
5	ÁGUA OXIGENADA 10 VOLUMES 1L	l	Farmax-Amar	100,000	3,7100	371,00
35	CABOS DE BISTURI Nº04	un	Weldon	20,000	5,8000	116,00
37	CATÉTER INTRAVENOSO ESTÉRIL Nº 16 C/ 50 UNIDADES	cx	Lamedid-Solic	5,000	32,5000	162,50
58	CURATIVO ESTÉRIL COM 500 U ADULTO	cx	Cral	10,000	11,4800	114,80
65	DRENO PENROSE NÚMERO 1, ESTÉRIL	un	Waltex	100,000	1,0300	103,00
103	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTA DE ALGODÃO 75 U	cx	Higie Topp	250,000	0,9100	227,50
105	KIT PARA TESTE DE SENSIBILIDADE ESTESIMETRO	un	Arktus	5,000	309,2800	1.546,40
129	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL ESTÉRIL PCTE INDIVIDUAL COM 100 U	pt	Luplast	500,000	6,3200	3.160,00
140	PORTA AGULHA MAYO	un	Weldon	10,000	11,0000	110,00
141	PINÇA POZZI RETA	un	Weldon	10,000	26,1700	261,70
142	PINÇA ANATÔMICA DISSECÇÃO 12 CM	un	Weldon	10,000	5,4000	54,00
145	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 50 LTS PACOTE COM 100 UNIDADES	pt	Rava	100,000	17,0000	1.700,00
146	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 100 LTS PACOTE COM 100 UNIDADES	pt	Rava	100,000	26,9900	2.699,00
149	SCALP Nº23	un	Lamedid-Solic	30.000,000	0,1700	5.100,00
155	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML SEM AGULHA	un	SR	15.000,000	0,1900	2.850,00
181	TESOURA IRES RETA 12 CM	un	Weldon	10,000	7,9100	79,10
183	TESOURA CIRÚRGICA FINA/FINA CURVA 15CM	un	Weldon	10,000	10,3100	103,10
184	TESOURA CIRÚRGICA FINA/FINA CURVA 17CM	un	Weldon	10,000	13,7500	137,50
185	TESOURA CIRÚRGICA FINA/FINA RETA 15CM	un	Weldon	10,000	11,8400	118,40
186	TESOURA CIRÚRGICA FINA/FINA RETA 17CM	un	Weldon	10,000	13,7500	137,50
187	TESOURA CIRÚRGICA FINA/ROMBA CURVA 15CM	un	Abc	10,000	17,8200	178,20

**Fornecedor: 249 - TRADE MEDICAL COM. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ADAPTADOR PARA TUBO E AGULHA DE COLETA DE SANGUE À VÁCUO, NÃO ESTÉRIL EM POLIPROPILENO C/ 100 U	cx	CRALPLAST	10,000	8,0000	80,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 6/17  
 Processo Nº.: 51/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**Fornecedor: 249 - TRADE MEDICAL COM. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	AGULHA HIPODÉRMICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, SILICONIZADA, 13X4,5MM, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSÉPTICA C/100 U	cx	DESCARPACI	150,000	6,4000	960,00
10	AGULHA HIPODÉRMICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, SILICONIZADA, 25X6MM, HASTE DE AÇO INOXIDÁVEL COM PONTA EM BISEL TRIFACETADO, CANHÃO PLÁSTICO EM COR UNIVERSAL, CONECTOR PADRÃO ADAPTÁVEL A SERINGAS E OUTROS DISPOSITIVOS, PROTETOR PLÁSTICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ABERTURA ASSÉPTICA C/100 U	cx	DESCARPACI	150,000	6,3500	952,50
38	CATÉTER INTRAVENOSO ESTÉRIL Nº 18 C/ 50 UNIDADES	cx	TKL	5,000	31,1000	155,50
39	CATÉTER INTRAVENOSO ESTÉRIL Nº 20 C/ 50 UNIDADES	cx	TKL	10,000	31,0500	310,50
40	CATÉTER INTRAVENOSO ESTÉRIL Nº 22 C/ 50 UNIDADES	cx	TKL	10,000	30,9900	309,90
49	COLETOR UNIVERSAL ESTÉRIL 80ML	un	J. PROLAB	500,000	0,2800	140,00
55	COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO ALVA, 38 POR UNIDADES 50CMX45CM C/ 50 UNIDADES	pt	BIOTEXTIL	30,000	49,2000	1.476,00
59	CURATIVO ESTÉRIL COM 500 U INFANTIL	cx	COPERTINA	10,000	10,1600	101,60
68	EQUIPO DUAS VIAS	un	VITAL GOLD	500,000	0,5800	290,00
70	EQUIPO SIMPLES COM CÂMARA DE GOTEJAMENTO FLEXÍVEL E TRANSPARENTE DE RELAÇÃO 20GOTAS/ML, PONTA PERFURANTE PENETRADOR PARA ADAPTAÇÃO EM FRASCO/AMPOLAS/BOLSAS, PROTETOR DA PONTA PERFURANTE PENETRADOR, PINÇA ROLETE, TUBO FLEXÍVEL TRANSPARENTE, CONECTOR LUER MACHO ENCAIXE POR PRESSÃO, PROTETOR DO CONECTOR	un	TKL	10.000,000	0,7600	7.600,00
73	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL COM CAPA 10 CM X 4,5 M	rl	MISSINER	600,000	5,1300	3.078,00
78	ESFIGMOMANOMETRO BRAÇADEIRA INFANTIL	un	PREMIUM	5,000	60,0000	300,00
79	ESFIGMOMANOMETRO BRAÇADEIRA PARA ADULTO	un	PREMIUM	5,000	54,2000	271,00
80	ESFIGMOMANOMETRO BRAÇADEIRA GRANDE PARA OBESO	un	PREMIUM	5,000	60,0000	300,00
86	FIO DE SUTURA NYLON -0- COM AGULHA 2,0 CM 24 U	cx	PROCARE	10,000	27,7900	277,90
93	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, 19MM X 30 M CONFECCIONADA EM PAPEL CREPADO	rl	HOSPFLEX	600,000	2,7000	1.620,00
95	FITA ADESIVA CIRÚRGICA MEDINDO 2,5MM DE LARGURA E 10 M DE COMPRIMENTO, MICROPOROSA COM DORSO DE NÃO TECIDO, MASSA ADESIVA NA FACE INTERNA, HIPOALERGÊNICA, COR CLARA. EMBALAGEM TIPO CARRETEL COM CAPA PROTETORA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	rl	COPERTINA	600,000	1,6700	1.002,00
97	FITA ADESIVA CIRÚRGICA MEDINDO 100MM DE LARGURA E 4,5M DE COMPRIMENTO, MICROPOROSA COM DORSO DE NÃO TECIDO, MASSA ADESIVA NA FACE INTERNA, HIPOALERGÊNICA, COR CLARA. EMBALAGEM TIPO CARRETEL COM CAPA PROTETORA, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.	rl	COPERTINA	400,000	3,5200	1.408,00
107	KIT PARTO DESCARTÁVEL / COMPOSTO POR 12 ITENS 1- PAR DE PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO; 1 - LENÇOL DESCARTÁVEL ESTÉRIL (2,00 X 0,90 M ) 1 - BISTURI DESCARTÁVEL NO 21 1 - CAMPO CIRÚRGICO TAMANHO = 45 X 50; 1 - LUVA CIRÚRGICA NO 7,5 1 - LUVA CIRÚRGICA NO 8,5; 2 - PRENDEDOR UMBILICAL; 1 - PAR DE PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO; 1 - SACO DE EXPURGO HOSPITALAR; 2 - COMPRESSAS ESTÉRIL 7,5 X 7,5 COM 10 UNIDADES CADA; 1 - AVENTAL DESCARTÁVEL; 1 - MÁSCARA CIRÚRGICA.	un	RESGATE	10,000	47,0000	470,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 7/17  
 Processo Nº.: 51/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**Fornecedor: 249 - TRADE MEDICAL COM. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
109	LANTERNA CLINICA DE ALTA PERFORMANCE COM ILUMINAÇÃO LED DE 5V CONFECCIONADA EM LIGA DE ALUMÍNIO ESPACIAL LEVE DE ALTA QUALIDADE; ILUMINAÇÃO BRILHANTE LED PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO; 14,3CM DE COMPRIMENTO. ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS AAA (PALITO) INCLUSAS.	un	MD	5,000	11,4500	57,25
132	MASCARA N92 BICO DE PATO CAIXA C/20	cx	ALLDESC	10,000	26,5000	265,00
134	OXIMETRO DE DEDO DIGITAL ADULTO	un	QUANTA	5,000	120,0000	600,00
137	PAPEL CREPADO 50CM X 50CM COM 500	cx	HOSPFLEX	80,000	119,0000	9.520,00
152	SERINGA DESCARTÁVEL, ESTÉRIL DE PLÁSTICO, ATÓXICA, CAPACIDADE DE 100UI, INCOLOR COM RESISTÊNCIA MECÂNICA, CORPO CILÍNDRICO, ESCALA EM GRAVAÇÃO INDELEVE DE 0 A 100UI COM DIVISÕES DE 2 EM 2 UNIDADES, COM AGULHA HIPODÉRMICA ACOPLADA NO CORPO DA SERINGA (MONOBLOCO), EXTREMIDADE PROXIMAL DO EMBOLO COM PISTÃO DE VEDAÇÃO EM BORRACHA ATÓXICA, APIROGENICA, COM AGULHA CURTA 8MM DE COMPRIMENTO E 0,30MM (30G) DE CALIBRE CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL, SILICONIZADA, NIVELADA, POLIDA, CILÍNDRICA, RETA, OCA, BISEL TRIFACETADO, AFIADA, COM CANHÃO TRANSLÚCIDO PROVIDA DE PROTETOR QUE PERMITA A PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CANHÃO, EMBALADA EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA	un	TKL	70.000,000	0,2300	16.100,00
167	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº14	un	ADVANTIVE	50,000	2,9000	145,00
169	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº18	un	ADVANTIVE	50,000	2,9000	145,00
171	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº22	un	ADVANTIVE	50,000	2,9000	145,00

**Fornecedor: 292 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	ALGODÃO HIDRÓFILO CONFECCIONADOS COM FIBRAS 100% PURO ALGODÃO; MACIO E EXTRA-ABSORVENTE; COR: BRANCO; DERMATOLOGICAMENTE TESTADO; PACOTE COM 100G	pt	SSPLUS	100,000	1,7200	172,00
22	AVENTAL DESC MANGA LONGA C/10	pt	ANADNA	30,000	9,7800	293,40
118	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO, TAMANHO EXTRA PEQUENO CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	NUGARD	1.200,000	13,4900	16.188,00
121	LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTO, TAMANHO GRANDE CAIXA COM 100 UNIDADES	par	NUGARD	500,000	13,4900	6.745,00
122	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, TAMANHO Nº6,5, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, MÍNIMO 28CM DE COMPRIMENTO, PUNHO AJUSTÁVEL COM BAINHA OU FRISO, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL EM QUANTIDADE ADEQUADA, COM EXCELENTE SENSIBILIDADE TÁTIL, RESISTENTE A TRAÇÃO, ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, ENVOLUCRO INTERNO COM IDENTIFICAÇÃO DE MÃO DIREITA E ESQUERDA	par	MAXITEX	500,000	0,9100	455,00
123	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, TAMANHO Nº7,0, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, MÍNIMO 28CM DE COMPRIMENTO, PUNHO AJUSTÁVEL COM BAINHA OU FRISO, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL EM QUANTIDADE ADEQUADA, COM EXCELENTE SENSIBILIDADE TÁTIL, RESISTENTE ATRAÇÃO, ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, ENVOLUCRO INTERNO COM IDENTIFICAÇÃO DE MÃO DIREITA E ESQUERDA	par	MAXITEX	500,000	0,9200	460,00
124	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, TAMANHO Nº7,5, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, MÍNIMO 28CM DE COMPRIMENTO, PUNHO AJUSTÁVEL COM BAINHA OU FRISO, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL EM QUANTIDADE ADEQUADA, COM EXCELENTE SENSIBILIDADE TÁTIL, RESISTENTE A TRAÇÃO, ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, ENVOLUCRO INTERNO COM IDENTIFICAÇÃO DE MÃO DIREITA E ESQUERDA	par	MAXITEX	500,000	0,9100	455,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 8/17  
 Processo Nº.: 51/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**Fornecedor: 292 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
125	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, TAMANHO Nº8,0, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, MÍNIMO 28CM DE COMPRIMENTO, PUNHO AJUSTÁVEL COM BAINHA OU FRISO, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL EM QUANTIDADE ADEQUADA, COM EXCELENTE SENSIBILIDADE TÁTIL, RESISTENTE A TRAÇÃO, ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, ENVÓLUCRO INTERNO COM IDENTIFICAÇÃO DE MÃO DIREITA E ESQUERDA	par	MAXITEX	500,000	0,9100	455,00
126	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, TAMANHO Nº8,5, CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL, ÍNTEGRO E UNIFORME, FORMATO ANATÔMICO, MÍNIMO 28CM DE COMPRIMENTO, PUNHO AJUSTÁVEL COM BAINHA OU FRISO, LUBRIFICADA COM MATERIAL BIO-ABSORVÍVEL EM QUANTIDADE ADEQUADA, COM EXCELENTE SENSIBILIDADE TÁTIL, RESISTENTE ATRAÇÃO, ATÓXICA, HIPOALERGÊNICA, ENVÓLUCRO INTERNO COM IDENTIFICAÇÃO DE MÃO DIREITA E ESQUERDA	par	MAXITEX	200,000	0,9100	182,00
127	LUVA NITRÍLICA SEM PÓ NÃO ESTÉRIL, SINTÉTICA LIVRE DE LÁTEX, TAMANHO PEQUENO, CAIXA COM 100 UNIDADES	cx	NUGARD NIT	200,000	15,1900	3.038,00
131	MÁSCARA FACIAL DESCARTÁVEL COM ELÁSTICO E TRIPLA CAMADA CAIXA COM 50 U	cx	OLIMED	50,000	4,4000	220,00
153	SERINGA DESCARTÁVEL 3 ML SEM AGULHA	un	SR	10.000,000	0,0900	900,00
156	SERINGA DESCARTÁVEL 20ML SEM AGULHA	un	SR	15.000,000	0,2900	4.350,00

**Fornecedor: 337 - FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
29	BANDAGEM ELASTICA DE ALGODÃO VISCOSE, NYLON E POLIURETANO ELASTANO, COM UMA LINHA CENTRAL AMARELA E DOIS INDICADORES DE EXTENSÃO RETANGULARES, QUE SE ADPATA A PERNAS DE DIFERENTES TAMANHOS, DESTINASE AO USO SOBRE UM CURATIVO PRIMARIO EM PACIENTES COM RETORNO VENOSO PREJUDICADO PARA TRATAMENTO DE ULCERAS VENOSA DE PERNA E AFECÇÃO ASSOCIADOS ONDE ESTA INDICADA A TERAPIA POR COMPRESSÃO, TAMANHO 10CMX3MTS.	un	Surepress	20,000	77,0000	1.540,00
53	COMPRESSA DE GAZE EM RAYON,EMBEBIDA COM ÁCIDOS GRAXOS, ASSOCIADO A ÓLEOS DE MELALEUCA E COPAÍBA, COMPOSTO PELOS ÁCIDOS LINOLÉICO E OLÉICO, EOLÉICO, CONTENDO AINDA ACIDO CAPRICO, CAPRILICO, LAURICO, PALMÍTICO, MIRÍSTICO, ESTEÁRICO, PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A), ACETATO DE TOCOFEROL (VITAMINA E) E LECITINA DE SOJA. EMBALAGEM CAIXA COM 24 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA COMO CORRELATO, CLASSE DE RISCO IV, COM INDICAÇÃO PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE FERIDAS. NA EMBALAGEM DEVERA CONTER NOME E/OU MARCA DO PRODUTO, LOTE E DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, MODO DE USAR, RESTRICÕES DE USO (QUANDO NECESSÁRIO) TÉCNICO RESPONSÁVEL.	cx	Pielsana Gaze	200,000	96,0000	19.200,00
60	CURATIVO DE HIDROCOLÓIDE E ALGINATO DE CÁLCIO DE SÓDIO, CONSTITUÍDO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILENOGLICOL, CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA, CARBÔMERO 940, TRIETANOLAMINA, ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO, SORBATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO BÓRICO, HIDANTOÍNA (CONSERVANTES ESTES DE GRANDE IMPORTANCIA PARA A MANUTENÇÃO DA ESTABILIDADE DO PRODUTOS POR ATÉ 28 DIAS APÓS ABERTO), NUM AMBIENTE AQUOSO, HIDRATANTE E ABSORVENTE, TRANSPARENTE NA FORMA DE GEL, QUE APRESENTA A CAPACIDADE DE HIDRATAR FERIDAS SECAS E ABSORVER O EXSUDATO, INTERAGINDO COM DIVERSOS NÍVEIS DE UMIDADE DA FERIDA, PARA CAVIDADES PROFUNDAS, ÚLCERAS DE PERNA - VENOSA E ARTERIAL - PÉ DIABÉTICO, CORTES, ABRASÕES ELACERAÇÕES, QUEIMADURAS DE 1º E 2º GRAUS E ÚLCERAS DE PRESSÃO, AÇÃO HEMOSTÁTICA, DEBRIDANTE, COM PH NEUTRO, COM TAMPA FLIP TOP, TUBO COM 85G.	tb	Saf Gel	300,000	51,0000	15.300,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 9/17  
 Processo Nº.: 51/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**Fornecedor: 337 - FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
61	CURATIVO COM TECNOLOGIA DE CAMADA DUPLA HIDROFIBER, UNIDAS POR PONTOS COM FIO DE CELULOSE REGENERADA TENCEL, COMPOSTO POR 100% CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E COM 1 A 2% DE PRATA IÔNICA A PRATA PRESENTE NO CURATIVO INATIVA AS BACTÉRIAS RETIRADAS NO LEITO DA FERIDA RETENDO-AS DENTRO DA FIBRA E NÃO ENTRAM EM CONTATO COM O LEITO DA FERIDA. CURATIVO RESISTENTE A TRAÇÃO, FORMA UM GEL COESO QUE PROPORCIONA UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS NECRÓTICOS E FAVORECE A CICATRIZAÇÃO. ABSORVE E RETÉM GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO E BACTÉRIAS, COM ABSORÇÃO VERTICAL, EVITANDO A MACERAÇÃO DA BORDA DA FERIDA. COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, COM DUPLA CAMADA DE FIBRAS DE CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA NUMA CONCENTRAÇÃO DE 1,0 A 2,0 %, COMPOSTA DE CLORETO DE BENZETÔNIO ( QUE ATUA COMO SURFACTANTE ) E EDTA ( QUE ATUA COMO QUELANTE E EM COMBINAÇÃO COM A PRATA IÔNICA POSSIBILITA A QUEBRA E O IMPEDIMENTO DE NOVA FORMAÇÃO DE BIOFILME), QUE SE ADAPTE A SUPERFÍCIE E/OU IRREGULARIDADES DA FERIDA, POSSUA COSTURAS DE CELULOSE REGENERADAS NO SENTIDO HORIZONTAL E VERTICAL, PODENDO SER RECORTADA EM QUALQUER DIREÇÃO SENDO INDICADO PARA FERIAS AGUDAS, CRÔNICAS, PLANAS, CAVITÁRIAS, COM OU SEM A PRESENÇA DE BIOFILME, TAMANHO 10X10CM, APRESENTAR BULA DO PRODUTO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.	un	Aquacel AGE	400,000	55,0000	22.000,00
62	CURATIVO COM TECNOLOGIA CAMADA DUPLA HIDROFIBER 15X15CM UNIDAS POR PONTOS COM FIO DE CELULOSE REGENERADA TENCEL, COMPOSTO POR 100% CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E COM 1 A 2% DE PRATA IÔNICA A PRATA PRESENTE NO CURATIVO INATIVA AS BACTÉRIAS RETIRADAS NO LEITO DA FERIDA RETENDO-AS DENTRO DA FIBRA E NÃO ENTRAM EM CONTATO COM O LEITO DA FERIDA. CURATIVO RESISTENTE A TRAÇÃO, FORMA UM GEL COESO QUE PROPORCIONA UM MEIO ÚMIDO QUE AUXILIA NA REMOÇÃO DE TECIDOS NECRÓTICOS E FAVORECE A CICATRIZAÇÃO. ABSORVE E RETÉM GRANDES QUANTIDADES DE EXSUDATO E BACTÉRIAS, COM ABSORÇÃO VERTICAL, EVITANDO A MACERAÇÃO DA BORDA DA FERIDA. COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, COM DUPLA CAMADA DE FIBRAS DE CARBOXIMETILCELULOSE E PRATA IÔNICA NUMA CONCENTRAÇÃO DE 1,0 A 2,0 %, COMPOSTA DE CLORETO DE BENZETÔNIO ( QUE ATUA COMO SURFACTANTE ) E EDTA ( QUE ATUA COMO QUELANTE E EM COMBINAÇÃO COM A PRATA IÔNICA POSSIBILITA A QUEBRA E O IMPEDIMENTO DE NOVA FORMAÇÃO DE BIOFILME), QUE SE ADAPTE A SUPERFÍCIE E/OU IRREGULARIDADES DA FERIDA, POSSUA COSTURAS DE CELULOSE REGENERADAS NO SENTIDO HORIZONTAL E VERTICAL, PODENDO SER RECORTADA EM QUALQUER DIREÇÃO SENDO INDICADO PARA FERIAS AGUDAS, CRÔNICAS, PLANAS, CAVITÁRIAS, COM OU SEM A PRESENÇA DE BIOFILME, TAMANHO 15X15CM, APRESENTAR BULA DO PRODUTO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.	un	Aquacel AGE	300,000	96,0000	28.800,00
63	CURATIVO TRATAMENTO PLACA, INTERATIVO COMPOSTO DE UMA CAMADA INTERNA A BASE DE 3 HIDROCOLÓIDES - GELATINA, PECTINA E CARBOXIMETILCELULOSE - REVESTIDO DE UMA LÂMINA DE POLIURETANO, IMPERMEÁVEL A ÁGUA E A OUTROS AGENTES EXTERNOS, ABSORVENTE, FLEXÍVEL, AUTOADERENTE, AÇÃO BACTERIOSTÁTICA, ESTÉRIL, ESPESURA MÉDIA, PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ÚLCERA DE PRESSÃO LIMPA. TAMANHO 10X10CM, APRESENTAR BULA DO PRODUTO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DE PREÇOS.	un	Duoderm CGF	300,000	20,0000	6.000,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 10/17

Processo Nº.: 51/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**Fornecedor: 337 - FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
64	CURATIVO A BASE DE ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, ASSOCIADO A ÓLEOS DE MELALEUCA E COPAÍBA, RICO EM ÁCIDOS LINOLÉICO E OLÉICO, CONTENDO AINDA ACIDO CAPRICO, CAPRILICO, LAURICO, PALMÍTICO, MIRISTICO, ESTEÁRICO, PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A), ACETATO DE TOCÓFEROL (VITAMINA E) E LECITINA DE SOJA. EMBALADO EM FRASCOS TIPO ALMOTOLIA 200 ML, COM TAMPA INVOLÁVEL E AUTOPERFORANTE. REGISTRO NA ANVISA COMO CORRELATO CLASSE DE RISCO III, COM INDICAÇÃO PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE FERIDAS. APRESENTAR BULA JUNTAMENTE COM A PROPOSTA NA EMBALAGEM DEVERA CONTER NOME E /OU MARCA DO PRODUTO, LOTE E DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE, MODO DE USAR, RESTRIÇÕES DE USO (QUANDO NECESSÁRIO) TÉCNICO RESPONSÁVEL. FRASCO COM 200 ML	fr	Pielsana óleo	200,000	25,0000	5.000,00

**Fornecedor: 573 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
157	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% SISTEMA FECHADO, FRASCO DE POLIETILENO DE 100ML DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% SISTEMA FECHA	fr	EQUIPLEX	8.000,000	1,5300	12.240,00
158	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% SISTEMA FECHADO, FRASCO DE POLIETILENO DE 250ML	fr	EQUIPLEX	10.000,000	1,9100	19.100,00
159	SOLUÇÃO FISIOLÓGICA DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9% SISTEMA FECHADO, FRASCO DE POLIETILENO DE 500ML	fr	EQUIPLEX	10.000,000	2,3500	23.500,00
176	SORO GLICOSADO 5% SISTEMA FECHADO, FRASCO DE POLIETILENO DE 100ML	fr	EQUIPLEX	500,000	1,7100	855,00
177	SORO GLICOSADO 5% SISTEMA FECHADO, FRASCO DE POLIETILENO DE 250ML	fr	EQUIPLEX	2.000,000	1,9100	3.820,00
178	SORO GLICOSADO 5% SISTEMA FECHADO, FRASCO DE POLIETILENO DE 500ML	fr	EQUIPLEX	1.000,000	2,3500	2.350,00

**Fornecedor: 656 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
27	ATADURA DE CREPOM COM 15CMX1,80M EM REPOUSO , CONFECCIONADA EM TECIDO COM NO MÍNIMO 69% DE ALGODÃO , FIOS DE ALTA TORÇÃO, QUE CONFERE ALTA RESISTÊNCIA, COM DENSIDADE 13 FIOS/M² CONFORMES NORMAS ABNT C/ 12U	dz	PEROLA	1.000,000	7,1300	7.130,00
32	BENZINA RETIFICADA SOLUÇÃO DE ÉTER SULFÚRICO 1000 ML	fr	QUIMI	50,000	10,8900	544,50
54	COMPRESSA GAZE HIDRÓFILA, MEDINDO 7,5 CM X 7,5 CM DOBRADA, ESTÉRIL, 13 FIOS CM², 15X30 CM ABERTA. CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO TELA OU CROCHÊ, PCT C/ 500 UNID. ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, MANCHAS, FALHAS, SEM DESFIAMENTO LATERAL, SEM FILAMENTO RADIOPACO, DEMAIS CARACTERÍSTICAS. CONFORME ABNT, COMO: ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0 APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU MÍGUALA 15 SEGUNDOS, TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, DEVEIM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, CONTENDO Nº DE LOTE. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE (ANVISA). VALIDADE NA EMBALAGEM DE SESENTA MESES, GARANTINDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO, CONSTANDO PRODUTO INTERNO E DADOS EXTERNOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA CONFORME PORTARIA INMETRO 106/2003.	pt	MB/ANDREOI	2.500,000	15,0000	37.500,00
66	DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA COM EXTENSÃO MASCULINO	un	MEDSONDA	200,000	1,0600	212,00
88	FIO DE SUTURA NYLON -2-0 COM AGULHA 2,0 CM 24 U	cx	PROCARE	10,000	26,8600	268,60
89	FIO DE SUTURA NYLON -3-0 COM AGULHA 2,0 CM 24 U	cx	PROCARE	10,000	26,4000	264,00
90	FIO DE SUTURA NYLON -4-0 COM AGULHA 2,0 CM 24 U	cx	PROCARE	10,000	26,8600	268,60
91	FIO DE SUTURA NYLON -5-0 COM AGULHA 2,0 CM 24 U	cx	PROCARE	10,000	24,9000	249,00
138	PAPEL GRAU CIRURGICO 10CM X 100M	rl	HOSPFLEX	100,000	35,5300	3.553,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 11/17  
 Processo Nº.: 51/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**Fornecedor: 656 - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
139	PAPEL GRAU CIRURGICO 20CM X 100M	rl	HOSPFLEX	100,000	71,0500	7.105,00
154	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML SEM AGULHA	un	SR	15.000,000	0,1000	1.500,00
182	TESOURA MAYO	un	PROFESSION	10,000	23,0600	230,60
189	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL VISOR DECIMAL; MEDIÇÃO EM °C; À PROVA D'ÁGUA; INDICADOR SONORO / ALERTAS DIFERENCIADOS PARA TEMPERATURA NORMAL E FEBRIL; MEMORIZA ÚLTIMA TEMPERATURA.	un	MEDEQCO	15,000	9,9000	148,50

**Fornecedor: 936 - SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	ÁLCOOL ETÍLICO 70 % C/ 1000 ML	l	Itajá	500,000	4,0500	2.025,00
104	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% SOLUÇÃO 1000 ML	fr	Hospclean	600,000	2,1800	1.308,00

**Fornecedor: 1035 - TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO M**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	ATADURA ELASTICA BRANCA 08CMX2,20M	un	POLARFIX	800,000	0,5600	448,00
19	ATADURA ELASTICA BRANCA 12CMX2,20M	un	POLARFIX	1.200,000	0,8600	1.032,00
21	ATADURA ELASTICA BRANCA 20CMX2,20M	un	POLARFIX	800,000	1,4300	1.144,00
23	ATADURA DE CREPOM COM 06CMX1,80M EM REPOUSO , CONFECCIONADA EM TECIDO COM NO MÍNIMO 69% DE ALGODÃO , FIOS DE ALTA TORÇÃO, QUE CONFERE ALTA RESISTÊNCIA, COM DENSIDADE 13 FIOS/M² CONFORMES NORMAS ABNT C/ 12U	dz	ANDREONI	600,000	2,8500	1.710,00
25	ATADURA DE CREPOM COM 10CMX1,80M EM REPOUSO , CONFECCIONADA EM TECIDO COM NO MÍNIMO 69% DE ALGODÃO , FIOS DE ALTA TORÇÃO, QUE CONFERE ALTA RESISTÊNCIA, COM DENSIDADE 13 FIOS/M² CONFORMES NORMAS ABNT C/ 12U	dz	ANDREONI	1.200,000	4,7200	5.664,00
75	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL, ESTERELIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO 95MM, VALVAS ANATÔMICAS DE CONTORNOS LISOS E REGULARES, SEMELHANTES AO FORMATO DOS FÓRNICES VAGINAIS. DISPOSITIVO DE ABERTURA(PARAFUSO BORBOLETA), FABRICADO EM POLIESTIRENO DE ALTO IMPACTO(PSAI), PIGMENTADO E INDEFORMÁVEL. TAMANHO PEQUENO	un	CRAL	5.000,000	0,8100	4.050,00
94	FITA ADESIVA HOSPITALAR BRANCA, EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, 16MM X 50M COM ALTA ADESIVIDADE	rl	CIEX	600,000	1,9900	1.194,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 12/17  
Processo Nº.: 51/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 13/17  
Processo Nº.: 51/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 14/17  
Processo Nº.: 51/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 15/17  
Processo Nº.: 51/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**

Página: 16/17  
Processo N°. 51/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N°. 22/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS**Página: 17/17  
Processo Nº.: 51/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2017

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 25 de Agosto de 2017.

---

**LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

**Empresas Participantes:**

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 00.802.002/0001-02	_____
EXTRA DISTRIB. DE MEDI. E PRODUTOS HOSPITALARES	CNPJ: 06.035.038/0001-86	_____
FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 07.164.711/0001-40	_____
ISAMED- MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME	CNPJ: 05.948.061/0001-07	_____
METROMED COM. DE MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22	_____
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 03.033.589/0001-12	_____
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 03.505.263/0001-40	_____
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP	CNPJ: 85.247.385/0001-49	_____
SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E	CNPJ: 09.196.745/0001-42	_____
TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO M	CNPJ: 12.069.550/0001-46	_____
TRADE MEDICAL COM. DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 06.555.143/0001-46	_____

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2017 PREFEITURA****ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 1/7

Processo Nº.: 70/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 30/2017**

No dia 25 do mês de Agosto do ano de 2017, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 35/2017, Processo Licitatório nº. 70/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES, ÁRVORES, ADUBOS, SUBSTRATOS E GRAMAS PARA EMBELEZAR A CIDADE. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9309	LAIDE BAGGIO SCREMIN & CIA LTDA ME	
9337	RAFAEL BROGNOLI PALADINI	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LAIDE BAGGIO SCREMIN & CIA LTDA ME	08.038.138/0001-91	LAIDE BAGGIO SCREMIN	489.379.249-00
RAFAEL BROGNOLI PALADINI	037.389.969-66	RAFAEL BROGNOLI PALADINI	037.389.969-66

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES, ÁRVORES, ADUBOS, SUBSTRATOS E GRAMAS PARA EMBELEZAR A CIDADE.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**Fornecedor: 9337 - RAFAEL BROGNOLI PALADINI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	GRAMA EM LEIVA ESMERALDE E SEMPRE VERDE	m2	RAFAEL	5.000,000	8,4500	42.250,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 2/7  
Processo Nº.: 70/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 70/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2017

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 70/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2017

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 70/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2017

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 70/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2017

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 70/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2017

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 25 de Agosto de 2017.

\_\_\_\_\_  
JORGE LUIZ KOCH  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

LAIDE BAGGIO SCREMIN & CIA LTDA ME

CNPJ: 08.038.138/0001-91

RAFAEL BROGNOLI PALADINI

CPF: 037.389.969-66

# Ouro

## PREFEITURA

### ATAS RP 47-66

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0052/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0032/2017

CONTRATANTE: Município de Ouro

OBJETO: Registro de preços para aquisição de tintas e placas, para demarcação viária.

VIGÊNCIA: Da publicação da ata de registro de preço até 31/12/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 047/2017

CONTRATADA: WILLIAN PABLO LAMPERTI - ME

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
1	Placas d=60 cm ou 60x60 cm - chapa em aço galvanizada a fogo, película GT/GT, suporte 3 metros 2", parede de 2 mm. Parafusos, porcas e arruelas de aço conforme norma ABNT NBR. Apresentar laudo das placas ANBT NBR 14644.	SINAL-TEC	UN	WILLIAN PABLO LAMPERTI ME	30	118,00	3.540,00
2	Placas de 50x20 cm - chapa em aço galvanizada a fogo, película GT/GT, suporte 3 metros 2", parede de 2 mm. Parafusos, porcas e arruelas de aço conforme norma ABNT NBR. Apresentar laudo das placas ANBT NBR 14644. Duas placas por suporte.	SINAL-TEC	UN	WILLIAN PABLO LAMPERTI ME	30	104,00	3.120,00
Valor total R\$ 6.660,00 (seis mil e seiscentos reais)							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 048/2017

CONTRATADA: JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA – ME

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
3	Tinta branca embalagem de 18 lts a base de solvente, de acordo com a ABNT NBR 11862.	RODOVIAS	UN	JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA ME	30	160,00	4.800,00
4	Tinta amarela embalagem de 18 lts a base de solvente, de acordo com a ABNT NBR 11862.	RODOVIAS	UN	JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA ME	20	158,00	3.160,00
Valor total R\$ 7.960,00 (sete mil novecentos e sessenta reais)							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 049/2017

CONTRATADA: SINACOM INDÚSTRIA E COMERCIO DE SINALIZAÇÃO VIARIA EIRELI - EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
5	Micro esfera de vidro drp -on embalagem de 25 kg.	TECHNOGLASS	SAC	SINACOM INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZAÇÃO VIARIA EIRELI EPP	5	105,00	525,00
Valor total R\$ 525,00 (quinhentos e vinte e cinco reais)							

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0053/2017

PREGÃO PRESENCIAL n. 0033/2017

CONTRATANTE: Município de Ouro

OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de medicamentos para abastecer a Farmácia Pública Municipal e aquisição de leite atendendo a demanda judicial.

VIGÊNCIA: Da publicação da ata de registro de preço até 31/12/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 050/2017

CONTRATADA: CENTERMEDI – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
1	ÁC. VALPRÓICO 250 MG OU VALPRO-ATO DE SÓDIO EQV (GENÉRICO OU ÉTICO).	BIOLAB	UN	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4.000	0,35	1.400,00
15	ÁCIDO FÓLICO 0,2MG/ML	ATIVUS	FR	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	50	5,60	280,00

21	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG	ELOFAR	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	300	0,24	72,00
34	AMITRIPTILINA 75MG	CRISTA-LIA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2.000	0,18	360,00
41	ATENOLOL 25MG	PRATI D.	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	10.000	0,03	300,00
51	BETAISTINA 24 MG	ALTHAIA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	9.000	0,27	2.430,00
53	BIPERIDENO 2 MG	UNIAO QUIMICA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4.000	0,15	600,00
62	CAPTOPRIL 25MG	GEOLAB	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	40.000	0,02	800,00
65	CARBAMAZEPINA 400 MG (GENÉRICO OU ÉTICO)	CRISTA-LIA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	3.000	0,34	1.020,00
76	Cefalexina 500mg (Genérico) UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO, DELIMITADA POR PICOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO, NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM HOSPITALAR.	ABL	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	6.000	0,42	2.520,00
83	CILOSTAZOL 100MG	EURO-FARMA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	6.000	0,45	2.700,00
91	CLOPIDOGREL 75 MG (GENÉRICO OU ÉTICO)	MELCON	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	15.000	0,39	5.850,00
103	Complexo B, com vitamina B12	VITAMED	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	5.000	0,04	200,00
116	Diclofenaco Dietilamonio 11,6 mg/g (generico ou etico)	BRAIN FARMA	BIS	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	400	2,85	1.140,00
121	Diosmina+Hesperidina 450/50mg	BRAIN FARMA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	9.000	0,33	2.970,00
123	Dipirona 500mg (genérico ou etico)	GREEN PHARMA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	18.000	0,07	1.260,00
140	Eritromicina 250 mg/5ml Suspensão Oral (generico ou etico)	PRATI D.	FRASCO	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	100	5,20	520,00
149	Espironolactona 25 mg (generico ou etico).	ASPEN PHARMA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	30.000	0,16	4.800,00
173	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	MED QUIMICA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	90.000	0,02	1.800,00
178	IMIPRAMINA 25MG	CRISTA-LIA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2.100	0,26	546,00
190	LEVOMEPRMAZINA 100MG	CRISTA-LIA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2.100	0,65	1.365,00
191	LEVOMEPRMAZINA 4 % GOTAS	CRISTA-LIA	FR	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	80	8,20	656,00
214	METOCLOPRAMIDA 10MG	HIPOLA-BOR	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	6.000	0,07	420,00

230	NIFEDIPINA 20MG	BRAIN FARMA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4.200	0,04	168,00
233	Nistatina creme vag. 25.000 UI/g (generico ou etico)	GREEN PHARMA	BIS	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	300	3,40	1.020,00
240	NORTRIPTILINA 25MG	RANBAXY	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2.100	0,30	630,00
241	NORTRIPTILINA 50MG	RANBAXY	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	3.000	0,45	1.350,00
250	PARACETAMOL 750MG (GENÉRICO E ÉTICO)	ZYDUS	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	12.000	0,06	720,00
251	PAROXETINA 20MG	AURO-BINDO	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	12.000	0,15	1.800,00
255	Permetrina loção 5%	IFAL	FRA	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	100	2,43	243,00
261	PROMETAZINA 25MG	CRISTA-LIA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	3.000	0,09	270,00
276	SERTRALINA 50MG	GEOLAB	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	25.000	0,11	2.750,00
285	Sulfato Ferroso oral 40 mg	VITAMED	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	6.000	0,04	240,00
293	Varfarina sodica 5 mg (generico ou etico)	UNIAO QUIMICA	CP	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4.200	0,13	546,00

R\$ 43.746,00 (quarenta e três mil setecentos e quarenta e seis reais)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 051/2017  
CONTRATADA: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Nego- ciado	Total
10	ACICLOVIR 5% CREME 10 G (GENÉRICO, ÉTICO)	PRATI	BIS	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	100	2,68	268,00
23	ALOPURINOL 300 MG	PRATI	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	5.000	0,13	650,00
42	ATENOLOL 50MG.	PRATI	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	20.000	0,03	600,00
45	Azitromicina 500mg (Genérico) UNITARI- ZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO, DELIMITADA POR PI- COTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO, NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM HOSPITALAR	PRATI	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	3.600	0,60	2.160,00
54	BISACODIL 5 MG	BRAIN FARMA	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	300	0,12	36,00
63	CAPTOPRIL 50 MG	PRATI	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	20.000	0,04	800,00
79	Cetoconazol 2 % creme 30 g (generico ou etico)	SOBRAL	BIS	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	100	1,55	155,00
80	CETOCONAZOL 200 MG (GENÉRICO OU ÉTICO)	PRATI	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	3.000	0,13	390,00

84	Ciprofloxacino 0,35% colírio 5 ml (generico ou etico)	GERMED	FRASCO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	50	4,92	246,00
107	Dexametasona 0,1 % colírio (generico ou etico)	NOVARTIS	FRASCO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	50	6,75	337,50
118	Digoxina 0,05 mg/ml elixir	PRATI	FRASCO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	15	6,68	100,20
119	DIGOXINA 0,25 MG	PHARLAB	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	12.000	0,04	480,00
127	DOMPERIDONA 10MG	MEDLEY	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	8.000	0,07	560,00
148	Espironolactona 100 mg (generico ou etico)	HIPOLABOR	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	6.000	0,42	2.520,00
163	FUROSEMIDA 40 MG	PRATI	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	20.000	0,03	600,00
177	IBUPROFENO 600MG	PRATI	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	10.000	0,08	800,00
181	Isossorbida 5 mg sub-lingual .	SANVAL	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	2.100	0,14	294,00
205	MEBENDAZOL 100 MG	SOBRAL	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	2.400	0,04	96,00
206	MEBENDAZOL 20 MG/ML	SOBRAL	FR	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	300	1,04	312,00
229	NIFEDIPINA 10MG.	BRAIN FARMA	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	4.200	0,03	126,00
232	Nimesulida gotas 50mg/ml	VITAMED	FRASCO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	100	1,28	128,00
234	Nistatina susp. Oral 100.000 UI (generico ou etico).	PRATI	FRASCO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	150	2,34	351,00
249	PARACETAMOL 500MG - GENERICO OU ETICO	PRATI	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	12.000	0,04	480,00
264	PROPRANOLOL 40MG.	OSORIO DE MORAES	CP	S & R DISTRIBUIDORA LTDA	20.000	0,02	400,00

R\$ 12.889,70 (doze mil oitocentos e oitenta e nove reais e setenta centavos)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 052/2017

CONTRATADA: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMNETOS LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
9	ACICLOVIR 200 MG (GENÉRICO OU ÉTICO)	CIMED	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	1.000	0,30	300,00
18	ALBENDAZOL 400 MG	PRATI	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	300	0,40	120,00
22	ALOPURINOL 100 MG	PRATI	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	3.000	0,04	120,00
44	AZITROMICINA 200MG/5ML C/ 15 ML (GENÉRICO OU ETICO)	PRATI	FR	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	200	3,92	784,00

81	Ciclobenzaprina, cloridrato 10 mg	CIMED	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	8.000	0,17	1.360,00
82	CILOSTAZOL 50MG	EURO-FARMA	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	5.000	0,24	1.200,00
112	Diazepam 10 mg	SANTISA	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	5.000	0,05	250,00
120	Dimenidrinato 50mg + clor. Piridoxina 10 mg	UNIAO QUIMICA	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	4.000	0,16	640,00
125	Divalproato de sodio 250 mg (generico ou etico)	ZYDUS	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	2.100	0,45	945,00
126	Divalproato de sodio 500 mg (generico ou etico)	ZYDUS	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	3.000	1,20	3.600,00
137	Enalapril, maleato 20mg.	CIMED	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	80.000	0,04	3.200,00
138	ENALAPRIL, MALEATO 5 MG	CIMED	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	10.000	0,05	500,00
142	Escitalopram 10 mg	GEOLAB	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	6.000	0,17	1.020,00
164	GLIBENCLAMIDA 5MG	MEDQUIMICA S	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	40.000	0,02	800,00
168	GLIMEPIRIDA 2MG	CIMED	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	12.000	0,07	840,00
183	Isossorbida, mononitrato 20 mg	ZYDUS	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	12.000	0,07	840,00
189	Levofloxacino 500 mg (generico ou etico).	ZYDUS	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	2.800	0,75	2.100,00
202	LORATADINA 10MG	CIMED	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	8.000	0,05	400,00
209	METFORMINA 500MG	PRATI	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	50.000	0,06	3.000,00
231	NIMESULIDA 100MG	CIMED	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	20.000	0,05	1.000,00
237	NORETISTERONA 0.35 MG	BIOLAB	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	1.050	0,17	178,50
246	Óxido de zinco + Retinol + Colecalciferol 45 g	CIMED	BIS	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	150	2,69	403,50
267	RANITIDINA 150MG	MEDQUIMICA G	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	4.200	0,07	294,00
269	RISPERIDONA DE 1 MG	MERCK	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	4.500	0,16	720,00
270	Risperidona 2mg	MERCK	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	2.100	0,16	336,00
281	Sulfa + trimetoprima 400 + 80 mg (generico ou etico)	PRATI	CP	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	3.000	0,08	240,00
R\$ 25.191,00 (vinte e cinco mil cento e noventa e um reais)							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 053/2017  
CONTRATADA: NOSSA FARMACIA OURO LTDA - EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Ne-gociado	Total
299	Composto lácteo com óleos vegetais e fibras. Contendo: soro de leite desmi-neralizado em pó, leite desnatado, maltodextrina, lactose, oléina de palma, óleo de canola, galactooligossacarídeo (Gos)*, óleo de girassol, sais minerais (citrate de cálcio tribásico, fosfato de potássio, fosfato de sódio dibásico, cloreto de magnésio, sulfato ferroso, sulfato de zinco, sulfato de cobre, iodeto de potássio e selenato de sódio), óleo de peixe**, frutooligossacarí-deo (Fos)*, vitaminas (L-ascorbato de sódio, acetato de dL-alfa-tocoferila, d-pantotenato de cálcio, nicotinamida, tiamina monitrato, acetato de retinila, cloridrato de piridoxina, riboflavina, ácido N-pterol-L-glutâmico, filoquinona, d-biotina, coquelciferol, cianocobalamina), emulsificante lecitina de soja e reguladores de acidez hidróxido de potássio e ácido cítrico. NÃO CONTÉM GLÚTEN. ESTE PRODUTO NÃO É LEITE EM PÓ. *Fos e Gos são prebióticos. **o óleo de peixe é fonte de ácido docosahexaenóico (dHa). Preferencialmen-te Neslac Comfor (800g)	nestle	LAT	NOSSA FAR-MACIA OURO LTDA - EPP	100	27,73	2.773,00

R\$ 2.773,00 (dois mil setecentos e setenta e três reais)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 054/2017  
CONTRATADA: DIMASTER – COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Ne-gociado	Total
8	Acetato de retinol 50000UI/ml + Colecalciferol 10000UI/ml gts 10 ml	NATULAB	FRASCO	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA-LARES LTDA	50	4,97	248,50
38	AMOXICILINA 500MG (GENÉRICO) UNITARI-ZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO, DELIMITADA POR PICOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO, NOME DO PRIN-CÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM HOSPITALAR.	PRATI	CP	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA-LARES LTDA	8.000	0,29	2.320,00
85	Ciprofloxacino 500mg (Genérico) UNITARI-ZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO, DELIMITADA POR PICOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO, NOME DO PRIN-CÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM HOSPITALAR..	PRATI	CP	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA-LARES LTDA	6.000	0,34	2.040,00
90	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML C/ 20 ML (GENERI-CO OU ETICO)	HIPOLABOR	FR	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA-LARES LTDA	600	2,40	1.440,00
97	CLORPROMAZINA 25MG	CRISTALIA	CP	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA-LARES LTDA	2.000	0,20	400,00
109	Dexametasona creme 0.1% c/ 10g	PRATI	BIS	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA-LARES LTDA	400	0,76	304,00
136	Enalapril, maleato 10mg.	HYPER-MARCAS	CP	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA-LARES LTDA	80.000	0,03	2.400,00
145	Escopolamina, butilbrometo + Dipirona 10+250 mg	PHARLAB	CP	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA-LARES LTDA	8.000	0,41	3.280,00
175	Hidróxido de alumínio 61,5mg/ml susp. oral.	NATULAB	FRASCO	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA-LARES LTDA	100	1,87	187,00
184	Isossorbida, mononitrato 40 mg	ZYDUS	CP	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA-LARES LTDA	6.000	0,15	900,00
193	Levonorgestrel 0.15 mg + Etinilestradiol 0.03 mg	MABRA	CP	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA-LARES LTDA	31.500	0,03	945,00
204	Losartana potassica 50 mg	PRATI	CP	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA-LARES LTDA	150.000	0,03	4.500,00

207	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 150 MG	U. QUIMICA	AMP	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA- LARES LTDA	70	10,69	748,30
228	Neomicina + bacitracina 5 mg + 250 UI/g c/ 10 g	PRATI	BIS	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA- LARES LTDA	600	1,03	618,00
271	Sais p/ reidratação oral 27.9 g, (envelope p/ 1 litro)	NATULAB	ENV	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA- LARES LTDA	800	0,49	392,00
272	SALBUTAMOL 2 MG/5ML XAROPE	NATULAB	FR	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA- LARES LTDA	150	1,02	153,00
273	Salbutamol 100 mcg/dose Aerossol c/ 200 doses	GLENMAR- CK	FRASCO	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA- LARES LTDA	100	6,89	689,00
279	SINVASTATINA 20MG	SANVAL	CP	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA- LARES LTDA	60.000	0,06	3.600,00
280	SINVASTATINA 40MG.	SANVAL	CP	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITA- LARES LTDA	30.000	0,12	3.600,00
Valor total R\$ 28.764,80 (vinte e oito mil setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)							

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 055/2017

## CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
12	ÁCIDO ASCORBICO 100MG/ML	FARMACE	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	50	0,62	31,00
32	Amiodarona 50 mg/ml (fraciona- mento máximo 10 amp.)	HIPOLABOR	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	30	1,97	59,10
33	AMITRIPTILINA 25 MG (GENERI- CO OU ETICO)	TEUTO	CP	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	10.000	0,03	300,00
40	ANLODIPINO 5 MG	TEUTO	CP	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	10.000	0,02	200,00
52	Bicarbonato de Sodio 8,4 % (fra- cionamento máximo 10 amp.)	SAMTEC	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	20	0,58	11,60
61	Budesonida 32mcg aerossol nasal	BIOSINTE- TICA	FRASCO	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	200	14,20	2.840,00
64	CARBAMAZEPINA 200 MG (GE- NERICO OU ETICO)	TEUTO	CP	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	6.000	0,08	480,00
71	Carvedilol 3.125 mg	TORRENT	CP	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	12.000	0,10	1.200,00
72	Carvedilol 6.25 mg	TORRENT	CP	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	9.000	0,11	990,00
73	CARVEDILOL 12,5MG	TORRENT	CP	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	12.000	0,13	1.560,00
74	CARVEDILOL 25MG	TORRENT	CP	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	12.000	0,17	2.040,00
86	CITALOPRAM 20MG	TORRENT	CP	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	12.000	0,15	1.800,00
89	CLONAZEPAM 2MG	GEOLAB	CP	ALTERMED MATERIAL MÉ- DICO HOSPITALAR LTDA	8.000	0,04	320,00

108	DEXAMETASONA 4 MG	TEUTO	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	2.000	0,17	340,00
113	Diazepam 5 mg/ml (fracionamento máximo 10 amp.)	TEUTO	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	30	0,63	18,90
122	Dipirona 500 mg/ml inj.	TEUTO	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	100	0,37	37,00
128	Dopamina 5 mg/ml (fracionamento máximo 10 amp.)	UNIAO QUÍMICA	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	20	1,25	25,00
143	Escopolamina, butilbrometo 20mg/ml	TEUTO	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	50	1,00	50,00
146	Escopolamina, butilbrometo + Dipirona 4+500 mg/ml	HIPOLABOR	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	50	1,42	71,00
153	Fenitoina 50 mg/ml (fracionamento máximo 10 amp.).	HIPOLABOR	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	20	2,42	48,40
154	Fenobarbital 100 mg/ml (fracionamento máximo 10 amp.)	CRISTALIA	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	30	1,87	56,10
155	Fenobarbital 100 mg (generico ou etico).	TEUTO	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	8.000	0,08	640,00
156	Fenobarbital 40 mg/ml (generico ou etico).	UNIAO QUÍMICA	FRASCO	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	40	3,04	121,60
157	Fenoterol, bromidrato 5 mg/ml c/ 20 ml (generico ou etico)	PRATI DONADUZZI	FRASCO	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	20	2,60	52,00
161	Fluoxetina 20 mg (generico ou ético).	TEUTO	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	14.000	0,04	560,00
162	Furosemida 10 mg/ml EV .	TEUTO	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	50	0,41	20,50
165	Gliconato de Calcio 10 % (fracionamento máximo 10 amp.)	HALEX ISTAR	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	20	2,50	50,00
170	Haloperidol 5 mg/ml (fracionamento máximo 10 amp.).	HYPOFARMA	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	20	1,07	21,40
174	Hidrocortisona 500 mg (fracionamento máximo 10 amp.)	UNIAO QUÍMICA	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	50	5,50	275,00
176	Ibuprofeno 50 mg/ml c/ 30 ml	TEUTO	FRASCO	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	150	0,90	135,00
180	Ipratropio, brometo 0,25mg/ml c/ 20 ml (generico ou etico)	TEUTO	FRASCO	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	30	0,69	20,70
185	IVERMECTINA 6MG	Vitapan-Vita-medica	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	600	0,19	114,00
187	Levodopa + Benserazida 200 + 50 mg	ACHE	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	4.500	1,67	7.515,00
188	Levodopa + Carbidopa 250 + 25 mg	TEUTO	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	4.200	0,41	1.722,00
203	Lorazepam 2 mg	TEUTO	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	3.000	0,08	240,00

216	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML INJ	TEUTO	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	100	0,28	28,00
224	Midazolam 15 mg/3ml (fracionamento máximo 10 amp.)	TEUTO	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	30	1,04	31,20
226	Morfina, sulfato 10 mg/ml (fracionamento máximo 10 amp.)	HIPOLABOR	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	30	1,97	59,10
227	Nebivolol 5mg	TORRENT	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	9.000	1,18	10.620,00
236	Nitrofurantoina 100 mg (generico ou etico)	TEUTO	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	4.200	0,16	672,00
247	Paracetamol + codeína 500 + 30 mg.	GEOLAB	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	6.000	0,24	1.440,00
254	PERMANGANATO DE POTASSIO 100MG	Farmax-Amaral	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	1.000	0,08	80,00
256	PIROXICAN 20 MG	GEOLAB	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	6.000	0,11	660,00
268	Ranitidina 50 mg/2ml (fracionamento máximo 10 amp.)	TEUTO	AMP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	30	0,38	11,40
290	Timolol, maleato 0.5 % sol. Oftálmica (generico ou etico)	TEUTO	FRASCO	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	50	1,40	70,00
291	Tramadol 50mg	TEUTO	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	9.000	0,10	900,00
292	Valproato de sódio + ácido valproico CR 300 mg.	TORRENT	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	1.500	0,65	975,00
294	VENLAFAXINA 150 MG	TORRENT	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	6.000	1,45	8.700,00
295	VENLAFAXINA 75 MG	TORRENT	CP	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	4.000	0,60	2.400,00
50.612,00							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 056/2017  
CONTRATADA: MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Ne-gociado	Total
19	ALBENDAZOL SUSPE 40MG/ML	PRATI	FR	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	100	1,16	116,00
46	Beclometasona aerossol 250mcg/dose, spray c/ 200 doses	CHIESI	FRASCO	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	50	40,00	2.000,00
49	Benzilpenicilina Benzatina 1.200.000 UI já diluída (generico ou ético)	EUROFARMA	AMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	150	12,79	1.918,50
68	Carb. de calcio 1250mg (equiv. a 500mg de calcio) + vit. D 400 UI	BIONATUS	CP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.000	0,13	1.560,00
130	DOXAZOSINA 4 MG	APSEN	CP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	6.000	0,28	1.680,00
151	Fenitoina 100 mg (generico ou etico).	TEUTO	CP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	6.000	0,20	1.200,00

253	Penicilina benzatina 1.200.000 UI já diluída (generico ou etico)	EUROFAR-MA	AMP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	200	12,80	2.560,00
259	Prednisona 20mg UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO, DELIMITADA POR PICOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO, NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM HOSPITALAR..	CRISTALIA	CP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	6.000	0,25	1.500,00
260	Prednisona 5mg UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO, DELIMITADA POR PICOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO, NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM HOSPITALAR..	CRISTALIA	CP	MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	3.000	0,13	390,00
Valor total R\$ 12.924,50 (doze mil novecentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos)							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 057/2017  
CONTRATADA: PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
31	AMIODARONA 200 MG	GEOLAB	CP	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	3.000	0,28	840,00
60	Bromoprida 10mg	PRATI DONADUZI	CP	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	4.000	0,15	600,00
94	CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO 0,9% C/ 10 ML	SAMTEC	AMP	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	600	0,17	102,00
105	Dexametasona elixir 120ml	SOBRAL	FRASCO	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	100	1,40	140,00
111	Dexclorfeniramina 2 mg/5ml 100ml	HIPOLABOR	FRASCO	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	150	1,00	150,00
172	Heparina sodica 5000 UI/0.25 ml	CRISTALIA	AMP	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	200	4,36	872,00
208	MELOXICAN 15 MG	PHARLAB	CP	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	5.000	0,09	450,00
223	Miconazol creme vaginal 80g c/ 7 aplicadores (generico ou etico)	PRATI DONADUZI	BIS	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	200	4,74	948,00
225	MORFINA 30MG	CRISTALIA	CP	PONTAMED FARMACEUTICA LTDA	1.800	1,49	2.682,00
Valor total R\$ 6.784,00 (seis mil setecentos e oitenta e quatro reais)							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 058/2017  
CONTRATADA: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
67	Carbamazepina xarope 20 mg/ml 100 ml (generico ou etico)	UNIAO QUIMICA	FRASCO	DIMEVA - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA TDA	50	9,00	450,00
87	CLOMIPRAMINA 25 MG	GERMED	CP	DIMEVA - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA TDA	1.500	0,66	990,00
132	Dropropizina 1,5 mg/ml xarope	HYPERMARCAS	FRASCO	DIMEVA - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA TDA	150	2,49	373,50
166	Glicosamina + condroitina 500mg + 400mg	ZODIAC	CP	DIMEVA - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA TDA	4.200	1,70	7.140,00

217	Metoprolol, succinato 25 mg	MEDLEY	CP	DIMEVA - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA TDA	7.200	0,44	3.168,00
265	Quelato Ferro 300mg+Ac. Fólico 5mg + Cianocobalamina 15mcg.	ELOFAR	CP	DIMEVA - DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA TDA	7.200	0,40	2.880,00
Valor total R\$ 15.001,50 (quinze mil um real e cinquenta centavos)							

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 059/2017

CONTRATADA: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
2	Ác. Valprórico 250 mg/5ml ou Valproato de sódio Eqv (gen ou etic)	HIPOLABOR	FRASCO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	150	2,70	405,00
26	Amilorida+hidroclorotiazida 5/50mg.	NEO Q/ HYP/ BRAIN	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	9.000	0,09	810,00
70	CARBONATO DE LITIO 300MG	HIPOLABOR	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	6.000	0,15	900,00
93	CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO NASAL 0,9% C/30ML	FARMACE	FR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	150	0,83	124,50
98	Clorpromazina 40 mg/ml	CRISTALIA	FRASCO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	50	5,10	255,00
101	CLORTALIDONA 25MG (GENÉRICO)	VITAMEDIC	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	10.000	0,07	700,00
102	Colagenase 0,6U/g + cloranfenicol 0,01 g/g pomada 30g	CRISTALIA	BIS	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	50	9,00	450,00
131	Doxiciclina, cloridrato 100 mg (generico ou etico)	PHARLAB	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	3.000	0,15	450,00
159	Finasterida 5mg (generico ou ético)	MERCK	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	4.200	0,26	1.092,00
169	Haloperidol 5mg	CRISTALIA	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	4.000	0,09	360,00
221	Metronidazol creme vaginal 2 % c/ 7 aplicadores (generico ou etico)	PRATI DONA-DUZZI	BIS	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	200	3,80	760,00
222	MICONAZOL CREME DERMATOLÓGICO 20MG/G C/28G	HIPOLABOR	BIS	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	200	1,26	252,00
235	NITRAZEPAM 5MG	CRISTALIA	CP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	3.000	0,13	390,00
238	Noretisterona 50mg + estradiol 5 mg IM	MABRA	AMP	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	50	6,99	349,50
242	OLEO MINERAL	IMEC	FR	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	150	1,99	298,50
258	Prednisolona 3mg/ml Solução Oral (genérico ou etico)	HIPOLABOR	FRASCO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	200	2,89	578,00
282	Sulfa + trimetoprima susp. Oral 4% + 0,8% (generico ou etico)	TEUTO	FRASCO	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA	100	1,29	129,00
Valor total R\$ 8.303,50 (oito mil trezentos e três reais e cinquenta centavos)							

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 060/2017

CONTRATADA: IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – EPP



Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
6	ACECLOFENACO 100 MG	GERMED/GENERICO	CP	IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	1.200	0,43	516,00
117	Diclofenaco Resinato 15 mg/ml	GERMED/GENERICO	FRASCO	IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	50	2,34	117,00
211	METILDOPA 250MG	EMS S.A	CP	IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	4.000	0,24	960,00
244	OXCARBAMAZEPINA 600 MG	MEDLEY	CP	IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	4.200	1,09	4.578,00
277	SIMETICONA 40MG	PRATI DONADUZZI	CP	IDEALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	4.000	0,12	480,00

Valor total R\$ 6.651,00 (seis mil seiscentos e cinquenta e um reais)

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 061/2017

CONTRATADA: A G KIENEN & CIA LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
7	Acetato de betametasona+fosfato dissodico de betametasona 3mg+3mg/ml suspensão injetável	U QUIMICA	AMP	A G KIENEN & CIA LTDA	100	4,72	472,00
27	AMILORIDA + HIDROCLOROTIAZIDA 2,5/25 .	E M S	CP	A G KIENEN & CIA LTDA	7.000	0,09	630,00
47	Beclometasona, dipropionato 200mcg.	NOVARTIS	CP	A G KIENEN & CIA LTDA	1.800	0,35	630,00
78	Ceftriaxona sodica IM inj. 500 mg c/ diluente anestésico (ético ou gen)	EUROFARMA	FR/AMP	A G KIENEN & CIA LTDA	100	6,02	602,00
96	CLORPROMAZINA 100 MG	U QUIMICA	CP	A G KIENEN & CIA LTDA	2.000	0,17	340,00
171	Haloperidol decanoato 70,52 mg (fracionamento máximo 10 amp.)	U QUIMICA	AMP	A G KIENEN & CIA LTDA	30	6,90	207,00
198	Lidocaina gel 2 % 30 g	PHARLAB	BNG	A G KIENEN & CIA LTDA	30	1,76	52,80
248	PARACETAMOL 200MG/ML	HIPOLABOR	FR	A G KIENEN & CIA LTDA	400	0,53	212,00
252	PAROXETINA 30MG	CRISTALIA	CP	A G KIENEN & CIA LTDA	4.200	0,51	2.142,00
298	ZOLPIDEM 10MG	E M S	CP	A G KIENEN & CIA LTDA	4.200	0,37	1.554,00

Valor total R\$ 6.841,80 (seis mil oitocentos e quarenta e um reais e oitenta centavos)

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 062/2017

CONTRATADA: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
3	ÁC. VALPRÓICO 500 MG OU VALPROATO DE SÓDIO EQV (GEN OU ETICO)	BIOLAB	CP	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	4.000	0,65	2.600,00
4	ACEBROFILINA XAROPE 25 MG/5 ML ( GENERICO OU ETICO)	HYPERMARCAS	FR	PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	150	2,30	345,00

13	ACIDO ASCORBICO 200MG/ML GOTAS	NATULAB	FR	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	100	1,29	129,00
14	ÁCIDO ASCÓRBICO 500 MG	NATULAB	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	3.000	0,12	360,00
16	ÁCIDO FÓLICO DE 5 MG	NATULAB	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	3.000	0,04	120,00
29	AMINOFILINA 100MG	HYPERMARCAS	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	3.000	0,05	150,00
35	Amoxicilina + Clavulanato 250 + 62.5 mg/ml c/ 75ml (gen. ou etico)	SANDOZ	FRASCO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	200	7,90	1.580,00
36	Amoxicilina + Clavulanato 500 + 125 mg (gen. ou etico).	SANDOZ	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	6.300	0,58	3.654,00
39	ANLODIPINO 10 MG	HYPERMARCAS	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	4.000	0,05	200,00
50	BETAISTINA 16 MG	ALTHAIA	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	9.000	0,21	1.890,00
75	CEFALEXINA 250 MG/5 ML (GENÉRICO OU ETICO)	TEUTO	FR	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	150	4,90	735,00
110	Dexclorfeniramina 2 mg	HYPERMARCAS	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	8.000	0,05	400,00
114	Diclofenaco de sódio 50mg	VITAMED	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	6.000	0,02	120,00
124	Dipirona 500mg/ml gotas 10 ml	FARMACE	FRASCO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	500	0,57	285,00
194	Levotiroxina sódica 25 mcg	MERCK	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	15.000	0,08	1.200,00
195	Levotiroxina sódica 50 mcg	MERCK	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	15.000	0,08	1.200,00
196	Levotiroxina sódica 75 mcg .	MERCK	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	12.000	0,13	1.560,00
197	Levotiroxina sódica 100 mcg .	MERCK	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	12.000	0,08	960,00
210	METFORMINA 850MG.	MERCK	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	70.000	0,04	2.800,00
243	Omeprazol 20mg.	PRATI	CP	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	120.000	0,05	6.000,00
Valor total R\$ 26.288,00 (vinte e seis mil duzentos e oitenta e oito reais)							

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 063/2017

CONTRATADA: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMNETOS LTDA - ME

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
30	AMIODARONA 100MG	LIBBS	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	2.400	0,57	1.368,00
48	Beclometasona, dipropionato 400mcg.	NOVARTIS	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	1.800	0,60	1.080,00

56	BISOPROLOL 5MG	EMS S.A	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	9.000	0,24	2.160,00
88	CLOMIPRAMINA 75 MG	EMS SIGMA PHARMA	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	1.500	1,19	1.785,00
135	Enalapril + Hidroclorotiazida 20/12.5 mg	EMS S.A	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	3.000	0,24	720,00
182	Isossorbida, dinitrato 10 mg .	SIGMA EMS	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	4.200	0,25	1.050,00
218	Metoprolol, succinato 50 mg	MEDLEY/ASTRA-ZENECA	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	9.000	0,80	7.200,00
245	OXCARBAMAZEPINA 300 MG	MEDLEY	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	2.100	0,55	1.155,00
289	Tibolona 2.5 mg	EMS S.A	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	3.000	0,46	1.380,00
297	VERAPAMIL 80 MG	VITAMED	CP	AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	4.200	0,04	168,00

Valor total R\$ 18.066,00 (dezoito mil sessenta e seis reais)

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 064/2017

CONTRATADA: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
11	ÁCIDO ACETIL SALÍCILICO 100 MG	IMEC	CP	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	60.000	0,02	1.200,00
43	Atropina 0.25 mg (fracionamento máximo 10 amp.)	ISOFARMA	AMP	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	20	0,31	6,20
59	BROMOPRIDA 4 MG/ML	MARIOL	FR	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	100	0,65	65,00
69	Carbonato de calcio 1250mg (equiv. a 500mg de calcio)	VITAMED	CP	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	6.000	0,07	420,00
92	Cloreto de Potassio 19.1 % (fracionamento máximo 10 amp.)	ISOFARMA	AMP	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	10	0,26	2,60
100	CLORTALIDONA 12,5MG	E M S	CP	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	8.000	0,08	640,00
104	Complexo B EV (fracionamento máximo 10 amp.)	HYPOFARMA	AMP	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	30	0,79	23,70
139	EPINEFRINA 1MG/ML	HIPOLABOR	AMP	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	10	2,98	29,80
160	Fluconazol 150mg (Genérico) UNITARIZADA, CONSTANDO EM CADA UNIDADE DE COMPRIMIDO, DELIMITADA POR PICOTE, A SEGUINTE INFORMAÇÃO, NOME DO PRINCÍPIO ATIVO, DOSAGEM, LOTE E VALIDADE. EMBALAGEM HOSPITALAR..	VITAMEDIC	CP	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	300	0,41	123,00
167	Glicose 50 % (fracionamento máximo 10 amp.)	ISOFARMA	AMP	DAMEDÍ DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	20	0,24	4,80

199	Lidocaina 2% 10 ml, sem vaso constritor	HYPOFAR-MA - 20ML	FR/AMP	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	30	2,18	65,40
200	Lidocaina 20 mg/ml + Epinefrina 0.005 mg/ml 10ml	HYPOFAR-MA - 20ML	FR/AMP	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	20	2,70	54,00
201	Loratadina 1 mg/ml xarope 100 ml	MARIOL	FRASCO	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	200	1,80	360,00
215	Metoclopramida 4 mg/ml	MARIOL	FRASCO	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	150	0,62	93,00
257	Plantago Ovata 3,5g	PHARMACIENCE	ENV	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	5.000	0,52	2.600,00
262	Prometazina 25mg/ml	HIPOLABOR	AMP	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	50	2,15	107,50
278	SIMETICONA 75MG/ML	HIPOLABOR	FR	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	100	0,94	94,00
283	Sulfadiazina de prata	PRATI - 30G	BNG	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	20	3,48	69,60
288	Tetraciclina 500 mg (generico ou etico)	PRATI	CP	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP	2.100	0,16	336,00
Valor total R\$ 6.294,60 (seis mil duzentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos)							

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 065/2017  
CONTRATADA: ILG COMERCIAL LTDA - ME

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
24	ALPRAZOLAM 0.5 MG	EMS G	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	2.500	0,10	250,00
25	ALPRAZOLAM 1 MG	EMS G	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	4.200	0,09	378,00
37	Amoxicilina 250mg/5ml 150 ml (genérico ou etico).	GERMED G	FRASCO	ILG COMERCIAL LTDA - ME	200	5,99	1.198,00
55	BISOPROLOL 2,5 MG	EMS G	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	4.200	0,23	966,00
66	CARBAMAZEPINA CR 400 MG (GENÉRICO OU ETICO)	NOVARTIS	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	600	1,90	1.140,00
77	Ceftriaxona sodica IM inj. 1 g c/ diluente anestésico (etico ou gen)	EUROFARMA G	FR/AMP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	100	10,00	1.000,00
129	Doxazosina 2 mg	EMS G	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	9.000	0,10	900,00
134	Duloxetine 30 mg	NOVA QUIMICA G	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	4.200	1,16	4.872,00
179	IMIPRAMINA 75 MG	NOVARTIS	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	2.100	1,68	3.528,00
186	Levodopa + Benserazida 100 + 25 mg HBS	ROCHE	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	4.200	1,68	7.056,00
213	Metilfenidato, cloridrato 10 mg	NOVARTIS	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	2.400	0,98	2.352,00

263	PROPATILNITRATO 10 MG	SANKYO	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	10.000	0,32	3.200,00
266	Ramipril 5 mg	MEDLEY	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	2.100	0,75	1.575,00
286	SULPIRIDA 50 MG	SANOFI - ÉTICO	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	3.000	0,51	1.530,00
287	Tetracaína, cloridrato + fenilefrina (Colírio anestésico)	ALLERGAN	FRASCO	ILG COMERCIAL LTDA - ME	5	7,58	37,90
296	Verapamil 120mg	BIOSINTETICA G	CP	ILG COMERCIAL LTDA - ME	3.000	0,74	2.220,00
Valor total R\$ 32.202,90 (trinta e dois mil duzentos e dois reais e noventa centavos)							

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 066/2017

CONTRATADA: LIFE CENTER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP

Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Fornecedor	Quantidade	Lance/Negociado	Total
5	ACEBROFILINA XAROPE 50 MG/5 ML	ELOFAR	FR	LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	250	2,85	712,50
28	Aminofilina 24 mg/ml (fracionamento máximo 10 amp.)	HIPOLABOR	AMP	LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	30	0,74	22,20
95	Cloreto de sódio solução 20% 10 ml (fracionamento máximo 10 amp.)	FARMACE	AMP	LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	20	0,24	4,80
106	Dexametasona 2 mg/ml (fracionamento máximo 10 amp.)	HYPOFARMA	AMP	LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	50	0,46	23,00
115	Diclofenaco de sódio 75mg/3ml	HIPOLABOR	AMP	LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	200	0,49	98,00
133	Dropropizina 3,0 mg/ml xarope	ELOFAR	FRASCO	LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	150	3,20	480,00
284	Sulfato Ferroso oral 25 mg/ml	HIPOLABOR	FRASCO	LIFE CENTER COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	60	0,65	39,00
Valor total R\$ 1.379,50 (um mil trezentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos)							

# Paial

## PREFEITURA

### PREGÃO PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO 13/2017

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Paial  
Departamento de Compras  
Aviso de Licitação  
PREGÃO PRESENCIAL FMS 08/2017

Processo Licitatório 13/2017  
PREGÃO PRESENCIAL 08/2017  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto:  
REGISTRO DE PREÇOS PARA Contratação de empresa especializada para o Fornecimento parcelado de gêneros alimentícios, durante 12 (doze) meses consecutivos, à medida que houver necessidade, para suprir as necessidades dos programas do Fundo de Saude para o atendimento (Grupo de Combate ao Tabagismo, Grupo de gestantes, (Grupo Saúde e Movimento - idosos) e outras atividades que a Secretaria de Saúde desenvolva ou venham desenvolver.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 11/09/2017 ÀS 08 h45 min

Entrega de envelopes até 11/09/2017 até 08h25 min.

Local de Abertura: Sede da Prefeitura Municipal.

Informações complementares: Poderão ser obtidas em horário comercial na Prefeitura Municipal de Paial pelo telefone 49 34510045, ou e-mail licitacao@paial.sc.gov.br ou web site: [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br)

Paial, 25 de agosto de 2017

LIDACI LUTEREK LOPES CROMIANSKI

GESTORA MUNICIPAL DO FUNDO DE SAÚDE

# Palhoça

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº. 3187/2017**

PORTARIA Nº. 3187/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL HORIZONTAL – para os servidores abaixo relacionados de acordo com a Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matrícula	Funcionário	De	Para	A partir de
800205-2	Alexandra Salazar Matias	PED 3 J	PED 3 K	03/09/2016
210611-1	Andreia Medeiros Kloppel	DOC 3 H	DOC 3 I	05/07/2016
210611-1	Andreia Medeiros Kloppel	DOC 3 I	DOC 3 J	19/07/2016
800589-2	Angelita Bernardo	DOC 1 F	DOC 1 G	08/08/2016
121042-1	Clarisse Salla Chagas	DOC 3 E	DOC 3 F	20/10/2016
801784-3	Claudicelia Dantas da Costa Oliveira	DOC 3 A	DOC 3 B	18/07/2015
121744-3	Edirlanda Maria da Rosa	DOC 3 E	DOC 3 F	18/07/2016
801599-6	Edivane Lúcia Verardi Dutra	PED 3 A	PED 3 B	27/09/2016
122256-1	Edna Clarice Vieira Fernandes	DOC 3 I	DOC 3 J	01/08/2016
122949-1	Franciely Samistraro	DOC 3 F	DOC 3 G	15/07/2016
210994-1	Graziela Cardoso	DOC 3 H	DOC 3 I	09/09/2016
800219-2	Iane de Farias	DOC 3 K	DOC 3 L	21/10/2016
121912-1	Luciana da Rosa Ferreira Silva	DOC 2 G	DOC 2 H	11/08/2016
800831-2	Luciana Kloppel Vieira	DOC 3 H	DOC 3 I	25/05/2016
800304-2	Márcia Maria de Melo	DOC 3 I	DOC 3 J	01/09/2016
800426-1	Maria de Fátima Secco Cardoso	DOC 3 H	DOC 3 I	20/10/2016
801606-9	Maycon José de Souza	DOC 3 B	DOC 3 C	21/09/2016
210687-7	Milene Theodorovicz	DOC 3 B	DOC 3 C	11/12/2016
129374-1	Nathalie Catarina Schaden Cruz	DOC 3 B	DOC 3 C	16/09/2016
800853-1	Ondina dos Santos Bentes de Sá de Lima	DOC 3 E	DOC 3 F	25/04/2016
125039-2	Osiane Odília da Silva Sell	DOC 3 I	DOC 3 J	26/08/2016
127801-2	Raquel Meira Souto	DOC 3 K	DOC 3 L	20/10/2016
127638-1	Renato Valdecir Kuss	DOC 3 F	DOC 3 G	20/10/2016
800855-1	Rocelito Souza Coelho	DOC 3 D	DOC 3 E	26/08/2016
802018-1	Rosamar Lemos	DOC 3 A	DOC 3 B	18/07/2016
120941-1	Rosimeri Noemia Wagner da Silva	PED 3 G	PED 3 H	25/05/2016
800175-1	Tânia Batista Martins	PED 3 I	PED 3 J	22/11/2016
121572-1	Vanilda da Silva Matos	DOC 3 E	DOC 3 F	17/10/2016
120238-1	Zenaide Paulino Martins Gaspar	DOC 3 J	DOC 3 K	19/09/2016

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3200/2017.**

PORTARIA Nº. 3200/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3102 de 16 de julho de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora GISLAINE RODRIGUES, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/07/2017 a 24/08/2017, face ao impedimento da titular Mara Rubia Varela, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 501/2017.**

ATO Nº. 501/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR LUCIANE STEINBACH, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Enfermagem, Nível DR, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, Lei nº. 241, de 10 de abril de 2017, com efeitos a contar de 02/05/2017.

Palhoça, SC, em 12 de junho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 502/2017.**

ATO Nº. 502/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR ALESSANDRA DE ANDRADE KLETTENBERG, do cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Saúde, Nível DR, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2017.

Palhoça, SC, em 12 de junho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 503/2017.**

ATO Nº. 503/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

EXONERAR KAROLINY HILLESHEIN NASCIMENTO, do cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral da Saúde, Nível DAS I, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2017.

Palhoça, SC, em 12 de junho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 504/2017.**

ATO Nº. 504/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR AROLDJO JOSE SILVA MOREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 12/06/2017.

Palhoça, SC, em 12 de junho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

EDSON GHIZONI  
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 505/2017.**

ATO Nº. 505/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR, do cargo de Provisão em Comissão de Coordenador de Eventos Esportivos, Nível DAS CR I, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/06/2017.

Palhoça, SC, em 12 de junho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE SELL  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 506/2017.**

ATO Nº. 506/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ALESSANDRA DE ANDRADE KLETTENBERG, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Diretor Geral de Saúde, Nível DG, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, Lei nº. 241, de 10 de abril de 2017 e Decreto nº. 2.156, de 25 de abril de 2017, com efeitos a contar de 02/06/2017.

Palhoça, SC, em 12 de junho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 507/2017.**

ATO Nº. 507/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR KAROLINY HILLESHEIN NASCIMENTO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Diretor de Saúde, Nível DR, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar

nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, Lei nº. 241, de 10 de abril de 2017 e Decreto nº. 2.156, de 25 de abril de 2017, com efeitos a contar de 02/06/2017.

Palhoça, SC, em 12 de junho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 508/2017.**

ATO Nº. 508/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR JOSE VIRGILIO DA SILVA JUNIOR, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Secretário Executivo de Serviços Regionais, Nível EXE, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 02/06/2017.

Palhoça, SC, em 12 de junho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

EDSON GHIZONI  
Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 509/2017.**

ATO Nº. 509/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR CLAUDIA MARCILIO PIERRI, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.151, de 11 de abril de 2017, com efeitos a contar de 01/06/2017.

Palhoça, SC, em 12 de junho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 510/2017.**

ATO Nº. 510/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

NOMEAR CLEUSA MARIA CONRAD, para ocupar o cargo de Provisório em Comissão de Assessor IV, Nível DAS VII, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº 2.189, de 12 de junho de 2017, com efeitos a contar de 01/06/2017.

Palhoça, SC, em 12 de junho de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**DDECRETO Nº 2.234, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.**

decreto Nº 2.234, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA NA ORDEM DE R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.444, de 21 de dezembro de 2016, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

03:00 – CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

03:01 – CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Ação - 2.001– Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal  
Elemento 4.4.9.0.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas  
R\$ 100.000,00

Art. 2º A suplementação a que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo.

03:00 – CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

03:01 – CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA

Ação - 2.001– Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal  
Elemento 3.3.9.0.00.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas  
R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 23 de agosto de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2.230, DE 22 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 2.230, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE. Altera o Anexo III do Decreto nº 2.110, de 20 de janeiro de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso das atribuições legais e de acordo com os artigos 96 e 124 da Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Acrescenta o Código 40 na Tabela prevista no Anexo VI do Decreto nº 2.110, de 20 de janeiro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO VI**

TABELA DE PONTUAÇÃO MENSAL - TÉCNICO EM AGRIMENSURA E EDIFICAÇÕES

CÓDIGO	AÇÕES	PTOS	QTD	TOTAL
(...)	(...)	(...)		
40	Análise Projeto de Solo Criado (arquitetônico ou hidrossanitário)	150		
(...)	(...)	(...)		

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 22 de agosto de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2.231, DE 22 DE AGOSTO DE 2017**

decreto Nº 2.231, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

Suplementa e Anula dotações orçamentárias do Orçamento Fiscal vigente da Prefeitura Municipal de Palhoça na ordem de R\$ 800.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.444, de 21 de dezembro de 2016, resolve

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), as dotações orçamentárias abaixo:

13:00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

13.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

2.021 – Funct e Manut. do Ensino Fundamental

104 3.3.90.00.00.00.00.00. 0.1360150 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

2.022 – Funct e Manut.da Educação Infantil

112 3.3.90.00.00.00.00.00. 0.1360150 – Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Art. 2º A suplementação a que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo.

13:00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

13.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1005 – Construção Ampli. Ref. Escolas Ens. Fundamental

78 4.4.90.00.00.00.00.00. 0.1360150 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

1.007 – Construção Amp. Ref. Centros Educ Infantil

85 4.4.90.00.00.00.00.00. 0.1360150 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

1.031 – Aquisição de Equip. Mat. Perm. Educação Infantil

89 4.4.90.00.00.00.00.00. 01360150 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 22 de agosto de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 2.233, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.**

decreto Nº 2.233, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, NA ORDEM DE R\$ 1.040.000,00(um milhão e quarenta mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.444, de 21 de dezembro de 2016, resolve

#### **DECRETAR:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$1.040.000,00 (um milhão e quarenta mil reais), na dotação orçamentária abaixo:

17:00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

17:01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.141– Atenção Básica a Saúde

Red. 188– 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01380213 – Aplicações diretas R\$ 500.000,00

Red. 185– 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01380203 – Aplicações diretas R\$ 160.000,00

2.143 – Vigilância em Saúde

Red. 225– 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01380204 – Aplicações diretas R\$ 180.000,00

2.142 – Média Alta Complexidade

Red. 206– 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01380205 – Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo:

17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

17:01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.141– Atenção Básica a Saúde

Red. 197– 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01380213 – Aplicações diretas R\$ 500.000,00

Red. 194– 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01380203 – Aplicações diretas R\$ 160.000,00

2.143 – Vigilância em Saúde

Red. 228– 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01380204 – Aplicações diretas R\$ 180.000,00

2.142 – Média Alta Complexidade

Red. 215– 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01380005 – Aplicações diretas R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 23 de agosto de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 62**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite

Nosso Site: [www.palhoca.scv.gov.br](http://www.palhoca.scv.gov.br)

PORTARIA Nº 62/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 2º, § 2º, incisos I e VI da Lei Complementar nº. 102/2011 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o memorando nº 34.322/2017 da Procuradoria Geral do Município.

#### **RESOLVE**

1.0 Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, figurando como arguido o servidor público G.L.H. nos termos do art. 231, 233 e 235 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010, haja vista que o servidor supostamente, demonstra improbidade administrativa.

2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Comissão Processante que será integrada pelos membros, que vão a seguir individuados:

A) ROSI MARIA VARELLA – mat. 800786- Presidente

B) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 – Secretária

C) JOSIANE FARIAS PEREIRA - mat. 801457 – Membro

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 23 de agosto de 2017.

Cristina Schwinden Schmidt

Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº. 3171/2017.**

PORTARIA Nº. 3171/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

#### **ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE	PARA
401879-1	Magali Domingos Ferreira	60%	80%

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3173/2017.**

PORTARIA Nº. 3173/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Cessar Produtividade ao funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 55, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
100412-1	Maria Aparecida da Silva Martins	R\$ 1.050,00	Coordenadora de Recursos Humanos

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS  
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3174/2017**

PORTARIA Nº. 3174/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER ESTABILIDADE para LUCIMAR BROERING, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2014.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3175/2017.**

PORTARIA Nº. 3175/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 3083 de 24 de junho de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ROSANA BERGER DOS SANTOS, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da

Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2017 a 01/10/2017, face ao impedimento da titular Maria Hilda da Silva Batista, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3176/2017.**

PORTARIA Nº. 3176/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ROSELENE MARIA DA SILVA, Matricula nº. 500940-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removido para Secretaria de Administração do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3177/2017**

PORTARIA Nº. 3177/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, LILIAN JANETH LIRIO DOS SANTOS, Matricula nº 3761786-1, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3178/2017.**

PORTARIA Nº. 3178/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARCOS JOSE SANTIN, Matrícula nº 3761789-1, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3179/2017.**

PORTARIA Nº. 3179/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO EDSON DE SOUSA LOPES, titular do cargo de ASO, Matrícula nº 3761486-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3180/2017.**

PORTARIA Nº. 3180/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para OSVALDO RAMOS MACIEL, matrícula nº. 400232-2, titular do cargo de Auditor Fiscal de Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 17/06/1996 a 17/06/2001, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 28/06/2017 à 28/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3181/2017**

PORTARIA Nº. 3181/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2298 de 17 de abril de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora ALINE MARIA DA ROSA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 16/07/2017 a 01/09/2017, face ao impedimento da titular Vera Lucia Pitz Schmitt, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3182/2017.**

PORTARIA Nº. 3182/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR MARIANI SCHAFFER, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3183/2017.**

PORTARIA Nº. 3183/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, ANGELITA MARIA HAMES COELHO, Matrícula nº 3761598-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 30/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3184/2017.**

PORTARIA Nº. 3184/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO CAROLINE ZANERIPE DE SOUZA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicólogo, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3185/2017.**

PORTARIA Nº. 3185/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

NOMEAR POR CONCURSO ADRIANO RAUBER, para ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2015, homologado em 01/02/2016, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3186/2017.**

PORTARIA Nº. 3186/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDREZZA FRANZONI ALEXANDRE, matrícula nº. 100432-1, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 05/05/2017, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 08/08/2017 à 08/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ROSANGELA CAMPOS

Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3188/2017.**

PORTARIA Nº. 3188/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JANICE VIEIRA, Matrícula nº 3761722-1, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3189/2017**

PORTARIA Nº. 3189/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça – IPPA com ônus para origem, o servidor ALBERTO PRIM, matrícula nº. 300007-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, Convênio nº. 001, de 10 de janeiro

de 2017 e Terceiro Termo aditivo, e Artigo 71 da Lei 235, de 22 de dezembro de 2016, onde prestará assessoramento à Presidência.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3190/2017.**  
PORTARIA Nº. 3190/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça – IPPA com ônus para origem, a servidora ENEDIR NEIDE VALENTE MARTINS, matrícula nº. 801105-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, Convênio nº. 001, de 10 de janeiro de 2017 e Terceiro Termo aditivo, pelo período de 01/07/2017 a 30/07/2018.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3191/2017.**  
PORTARIA Nº. 3191/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça – IPPA com ônus para origem, o servidor LUIZ FELIPE CASCAES, matrícula nº. 300174-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, Convênio nº. 001, de 10 de janeiro de 2017 e Terceiro Termo aditivo, pelo período de 01/07/2017 a 30/07/2018.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3192/2017.**  
PORTARIA Nº. 3192/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça – IPPA com ônus para origem, o servidor EDUARDO LUIZ BROERING, matrícula nº. 400369-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, Convênio nº. 001, de 10 de janeiro de 2017 e Terceiro Termo aditivo, pelo período de 01/07/2017 a 30/07/2018.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3193/2017.**  
PORTARIA Nº. 3193/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça – IPPA com ônus para origem, a servidora MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES, matrícula nº. 300054-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, Convênio nº. 001, de 10 de janeiro de 2017 e Terceiro Termo aditivo, pelo período de 01/07/2017 a 30/07/2018.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3194/2017.**  
PORTARIA Nº. 3194/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça – IPPA com ônus para origem, a servidora ANDREA MARA HARGER L. PLETICOS, matrícula nº. 300010-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, Convênio

nº. 001, de 10 de janeiro de 2017 e Terceiro Termo aditivo, pelo período de 01/07/2017 a 30/07/2018.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3195/2017.**  
PORTARIA Nº. 3195/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça – IPPA com ônus para origem, a servidora VERLANIS BURATTO, matrícula nº. 300160-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, Convênio nº. 001, de 10 de janeiro de 2017e Terceiro Termo aditivo, pelo período de 01/07/2017 a 30/07/2018.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3196/2017.**  
PORTARIA Nº. 3196/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

CEDER para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça – IPPA com ônus para origem, a servidora CLAUDIA ZENI TEIXEIRA, matrícula nº. 800550-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, acordo com o artigo 74 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010 e Lei 1.201, de 23 de maio de 2001, Convênio nº. 001, de 10 de janeiro de 2017e Terceiro Termo aditivo, pelo período de 01/07/2017 a 30/07/2018.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3197/2017.**  
PORTARIA Nº. 3197/2017.

CLAUDIO MONTEIRO, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear os servidores abaixo relacionados, para juntos comporem a Comissão Administrativa de Defesa das Autuações de Transito (CADAT):

Titular: Gabriel Alvarez;  
Suplente: Thiago Espindola.

Titular: Paulo Roberto da Silva;  
Suplente: João Carlos Cardoso Rosa.

Titular: Alexandre de Sá;  
Suplente: Julio Germano Marcelino.

Secretário: Jason Platt.

Artigo. 2º. Esta comissão será presidida pelo servidor Gabriel Alvarez.

Artigo. 3º. Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CLAUDIO MONTEIRO  
Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3198/2017.**  
PORTARIA Nº. 3198/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora PAULO HENRIQUE PEDROSO DA TRINDADE, matricula nº. 801643-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 13/07/2017, de acordo com às folhas 11.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3199/2017.**

PORTARIA Nº. 3199/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	A Contar de
Andre Luiz dos Santos	24	20	13/07/2017 a 14/12/2017

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3201/2017**

PORTARIA Nº. 3201/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LEILA MARQUES LIOTTI, matrícula nº. 802025-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 03/10/2011 a 03/10/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3202/2017.**

PORTARIA Nº. 3202/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LILIAN DINIZ, matrícula nº. 126893-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo

com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3203/2017**

PORTARIA Nº. 3203/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ILSON FERREIRA DA SILVA, matrícula nº. 123113-3, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/03/2009 a 08/03/2014, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3204/2017.**

PORTARIA Nº. 3204/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CRISTIANE DE OLIVEIRA, matrícula nº. 801641-1, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 08/11/2010 a 08/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3205/2017**

PORTARIA Nº. 3205/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA SANTANA ANASTACIO, matrícula nº. 800441-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2010 a 14/02/2015, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/11/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3206/2017.**

PORTARIA Nº. 3206/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALESSANDRA DE SOUZA DA SILVA, matrícula nº. 801838-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2011 a 14/02/2016, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 06/08/2017 à 06/11/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3207/2017.**

PORTARIA Nº. 3207/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MARISTELA QUIRINO, Matrícula nº 3761484-1, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 28/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3208/2017.**

PORTARIA Nº. 3208/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR ANA PAULA MARTINS HERIG, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012 e Lei Complementar nº 235, de 22 de dezembro de 2016, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 004/SME/2016, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/07/2017 a 14/12/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3209/2017.**

PORTARIA Nº. 3209/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de maio de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	NOME	DE
3761739-1	Renata Silveira Arruda de Moura	80%

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3210/2017.**

PORTARIA Nº. 3210/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Diretora Executiva, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANTONIO JOSE BICCA, matrícula nº. 802316-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 03/05/2012 a 03/05/2017, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 31/07/2017 à 31/10/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA  
Diretora Executiva

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3211/2017.**

PORTARIA Nº. 3211/2017.

ANTONIO VIDAL PAGANI, Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDSON JOÃO DA SILVA, matrícula nº. 300017-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/08/2010 a 16/08/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 18/07/2017 à 18/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANTONIO VIDAL PAGANI  
Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3212/2017.**

PORTARIA Nº. 3212/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora CLAUDIA MARIA WEINGARTNER, matrícula nº. 120206-2, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura. Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 14/07/2017, de acordo com às folhas 46.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3213/2017.**

PORTARIA Nº. 3213/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2902 de 02 de junho de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora JULY GABRIELY DE MATTOS EGER, no cargo de ASO (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 05/07/2017 a 24/07/2017, face ao impedimento da titular Kátia Valdete Dutra, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3214/2017.**

PORTARIA Nº. 3214/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR ARIEL BATISTA MEDEIROS, titular do cargo de Calçeteiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 14/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal de Palhoça

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3215/2017**

PORTARIA Nº. 3215/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JULIANA DA ROSA, Matrícula nº 3761457-3, titular do cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3216/2017.**

PORTARIA Nº. 3216/2017.

CLAUDIO MONTEIRO, Secretário de Segurança Pública, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3761092-1	Israel Wagner	R\$ 1000,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CLAUDIO MONTEIRO

Secretário de Segurança Pública

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3217/2017**

PORTARIA Nº. 3217/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR MICHELLE PEREIRA, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 13/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal de Palhoça

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3218/2017**

PORTARIA Nº. 3218/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

**RESOLVE:**

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de	CID
Adriana do Nascimento Santana	Assistente Administrativo	05	14/07/17	I – M 25-5
Aldineia de Souza Duarte	Professor	30	27/07/17	I – M 77-1
Alex Santos Prado	Vigia	120	20/07/17	I – S 83-2, II S 83-4
Altenise Agostinho de Souza	Técnico em Enfermagem	05	24/07/17	I – N 10
Ana Maria da Rosa	ACS	20	12/07/17	I – M 54
Ana Paula do Nascimento de Souza	Técnico em Enfermagem	02	27/07/17	I – M 65
Ana Paula do Nascimento de Souza	Técnico em Enfermagem	05	30/07/17	I – M 65
Andreia Suzana Sgrotti	Enfermeiro	90	13/07/17	I – Z 76
Angelita Zamberlan Nedel	Psicólogo	02	20/07/17	I –
Angelita Zamberlan Nedel	Psicólogo	02	13/07/17	I –
Bianca Melo Farias Cardoso	Pedagogo	03	24/07/17	I -
Carla dos Santos	Monitor	05	26/07/17	I – F 32
Carolina Machado Araujo	Enfermeiro	180	27/07/17	I – R 10
Carolina Machado Araujo	Enfermeiro	05	14/07/17	I – R 10
Caroline Johson Evangelho	Professor	10	19/07/17	I – F 41
Cintia Cristina Matos	ACS	30	14/07/17	I – I 83-9
Cintia Gouveia Mesquita	Pedagogo	07	19/07/17	I – M 25-5, II – M 54-8
Clarice Oliveira Ritt Salasario	Técnico em Enfermagem	10	19/07/17	I – M 65
Cleusa de Oliveira	Professor	05	11/07/17	I – M 79-1
Daiana da Silva	ACS	08	12/07/17	I – F 31-3
Daiana da Silva	ACS	30	20/07/17	I – F 31-6
Daiane Comelli	Enfermeiro	30	15/07/17	I – S 90-
Dayane Carvalho dos Santos	ACS	08	06/07/17	I – S 93-4
Denise Duarte	Técnico em Enfermagem	04	12/07/17	I – J 01-8, II – Z 76-3
Divania Comeli Gonçalves	ACS	08	13/07/17	I – M 25-5, II – M 79-1
Edilene Maria Gonzaga	Orientador Educacional	08	10/07/17	I – G 43-3
Edilene Priscilla dos Santos	ASO	08	11/06/17	I – M 54
Eduardo Trento Turra	Monitor	14	10/07/17	I – J 34
Elaine de Oliveira Rodrigues	Técnico em Enfermagem	03	24/07/17	I –
Eliza Ferreira Pereira	Técnico em Enfermagem	05	17/07/17	I – J 06-9
Elizabete da Rosa Diniz Mares	Assistente Social	16	10/07/17	I –
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	07	13/07/17	I – M 54-5
Fernanda B. dos Santos Francisco	ASO	03	19/07/17	I – R 10, II – Z 76-3
Flavia de Souza Branco	ATP	30	31/07/17	I – F 32, II – F 43-2
Gabriela Bortoli	Técnico em Enfermagem	30	24/07/17	I – M 68-8, II – M 65-9
Georgia Linhares dos Santos	Odontologa	11	18/07/17	I – S 60
Girlane da Silva Lima	TEE	40	01/08/17	I – Z 76-3
Graziele Joaquim Candido	ACS	02	18/07/17	I – K 52-9, II – F 32-2, III – F 43-2
Graziele Joaquim Candido	ACS	20	24/07/17	I – K 52-9, II – F 32-2, III – F 43-2
Graziele Joaquim Candido	ACS	02	10/07/17	I – K 52-9, II – F 32-2, III – F 43-2
Hugo Martins da Rosa	Assessor	04	11/07/17	I – N 20
Hugo Martins da Rosa	Assessor	03	03/07/17	I – N 20
Irene Barreto da Silva	ACS	05	24/07/17	I – K 08-1
Isabela Lavinya Pedro	ACD	04	04/07/17	I – N
Ivoneete Gonçalves da Rosa	Merendeira	30	12/07/17	I – M 54-2
Ivonira Zelia de Souza	Assistente Administrativo	03	11/07/17	I – N 81-3
Ivonira Zelia de Souza	Assistente Administrativo	02	19/07/17	I – N 81-3

Ivonira Zelia de Souza	Assistente Administrativo	15	25/07/17	I – N 81-3
Jane Maria de Souza Santos	ACS	09	19/07/17	I – M 75-5, II – M 65-9, III – M 68-8
Jaqueline Eli	Professor	30	12/07/17	I – N 64-9
Joice Menezes	ASO	08	25/07/17	I – S 56
Jonas Burda Junior	Socorrista	14	14/07/17	I – S 43-1
Jose Roberto Weingartner	ASO	30	11/07/17	I – M 75-1
Jose Silveira da Silva Neto	Professor	40	11/07/17	I – F 10-1, II – F 41
Josiane de Oliveira	Gerente	180	13/07/17	I -
Josiane Terezinha Pereira	ASG	04	11/07/17	I – Z 35
Josiane Terezinha Pereira	ASG	14	24/07/17	I – O 24
Juliana Laurentino Schlichting	Professor	180	28/07/17	I –
Karibyan Augusto de Souza	Engenheiro Ambiental	08	27/07/17	I – S 63-6
Karini Z. Pereira Abromovicz	ACS	09	20/07/17	I – M 75-5
Karla da Silva Albino	Professor	30	17/07/17	I – Z 98-1
Karoline Franzoni B. Werner	Técnico em Enfermagem	20	10/07/17	I – F 60
Kátia Cristina da Silva V. da Rosa	ACS	05	24/07/17	I – K 80-5
Katiane Siegel da Rosa	Professor	05	10/07/17	I – J 15-9, II – J 06-9
Leandra Vieira Vidal Pereira	Professor	90	13/07/17	I – Z 54, II – K 43
Lilian Karla da Silva	ACS	22	21/07/17	I – D 27
Maraisa Melo Farias	Técnico em Enfermagem	10	21/07/17	I – Z 54-0
Maria Gorete Rosa dos Santos	ASO	60	26/07/17	I – M 54-5
Maria Jose Avila	Supervisor Escolar	04	11/07/17	I – G 59
Mariana Mendonça Pacheco	Professor	90	17/07/17	I – C 50
Micheli de Souza	ACS	12	11/07/17	I –
Nilceia Aparecida Vingla	Merendeira	20	12/07/17	I – M 75-5
Odília Maria Marques Steinmetz	Conselheiro Tutelar	02	11/07/17	I – Z 76-3, II – J 01-9
Odília Maria Marques Steinmetz	Conselheiro Tutelar	03	18/07/17	I – Z 76-3, II – J 01-9
Patrícia Carla Machado de Oliveira	Professor	20	28/07/17	I – F 41
Paulo Cesar da Silva Gonçalves	Enfermeiro	05	17/07/17	I – Z 76
Rita de Cássia da Silva	ASG	20	18/07/17	I – F 32-2
Rita de Cássia Santos	ASO	09	27/07/17	I – M 54
Rose Valfride Schmitt Xavier	Técnico em Enfermagem	03	03/07/17	I – M 41-9, II – M 54-5
Rose Valfride Schmitt Xavier	Técnico em Enfermagem	02	17/07/17	I – M 41-9, II – M 54-5
Roseli Sueli Martins	Auditor Fiscal de Tributos	15	24/07/17	I – Z 76-3
Rosianeia Marli Martins	ACS	120	19/07/17	I – M 54-5
Rosileia Margarida da Silva	Técnico em Enfermagem	07	22/07/17	I – S 93
Saete Pereira Schaimann	ASO	10	26/07/17	I – M 65-8
Samara Valdeia Wagner	ASO	03	19/07/17	I – H 83
Silene Amaral Quint	ASO	60	18/07/17	I – M 51-1
Sirlei Terezinha da Silva	ACS	07	26/07/17	I – Z 76-3
Tânia R. de Oliveira da Silveira	ACS	21	17/07/17	I – G 56-0
Tânia Soares	Professor	120	17/07/17	I – M 50-2, II – M 51-2
Tatiana Claudia Campos	ACS	20	21/07/17	I – Z 35-8
Tatiane Carline Bosquetti Lehnert	ACS	02	17/07/17	II – Z 76-3
Tatiane Carline Bosquetti Lehnert	ACS	03	19/07/17	II – Z 76-3
Tatiane Mariano	ASG	12	17/07/17	I – Z 76
Tatyana Marcondes Quint	Auditor Fiscal do Meio Ambiente	02	10/07/17	I – Z 01-9, II – R 10, III – M 25-5
Tatyana Marcondes Quint	Auditor Fiscal do Meio Ambiente	02	18/07/17	I – Z 01-9, II – R 10, III – M 25-5
Tatyana Marcondes Quint	Auditor Fiscal do Meio Ambiente	02	04/07/17	I – Z 01-9, II – R 10, III – M 25-5
Vanessa Martins Dahmani	Cirurgiã Dentista	30	14/07/17	I – M 75-0
Vera Lucia Lostada	Professor	08	10/07/17	I – I 83-9
Wagner Paes Figueiredo	Assessor	15	29/07/17	I – S 92-4

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3219/2017.**

PORTARIA Nº. 3219/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
100733-1	Eliane Fátima Franceschetti Santos	R\$ 400,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3220/2017.**

PORTARIA Nº. 3220/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR BIANCA DE MARCO BRAGAGLIA, titular do cargo de Médico, Matrícula nº 3760875-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 17/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal de Palhoça

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3221/2017.**

PORTARIA Nº. 3221/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

RETIFICAR a Portaria 2197 de 10 de abril de 2017, que Concedeu Licença Prêmio ao servidor JOÃO CARLOS DORIGONI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao quinquênio que deveria ser 21/08/1988 a 21/08/1992, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3222/2017.**

PORTARIA Nº. 3222/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 1927 de 15 de abril de 2016, que Contratou por Tempo Determinado a servidora CLAUDIA NAMI YODA, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 01/01/2017 a 31/07/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3223/2017.**

PORTARIA Nº. 3223/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SARA COMELLI BACK, matrícula nº. 401064-1, titular do cargo de Auditor Fiscal de Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/10/2010 a 18/10/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3224/2017**

PORTARIA Nº. 3224/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSILAINE DA ROSA HUGEN,

matrícula nº. 401242-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 09/05/2011 a 09/05/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 3225/2017.**

PORTARIA Nº. 3225/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANGELA LUZIA NEIS ASSUNÇÃO, matrícula nº. 400128-1, titular do cargo de Enfermeiro, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/01/2006 a 18/01/2011, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 3226/2017**

PORTARIA Nº. 3226/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROSANGELA PEREIRA BORGLI, matrícula nº. 401573-4, titular do cargo de Socorrista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/12/2011 a 01/12/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/07/2017 à 01/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 3227/2017.**

PORTARIA Nº. 3227/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FLAVIO SCHMIDT, matrícula nº. 400235-2, titular do cargo de Auditor Fiscal da Vigilância Sanitária, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/02/2008 a 12/02/2013, por 02 (dois) meses, com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 3228/2017.**

PORTARIA Nº. 3228/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

##### **ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
121029-1	Miriam Regina da Silva Quadros	R\$ 1000,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 3229/2017**

PORTARIA Nº. 3229/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

##### **RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MADSON CARPES CAMINHA, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o

cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde Básica da Ponte do Imaruim da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/07/2017 a 18/07/2018.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3230/2017.**

PORTARIA Nº. 3230/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALEXANDRE FERREIRA BELLO, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o cargo de Médico Psiquiatra, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS AD da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/07/2017 a 19/07/2018.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3231/2017.**

PORTARIA Nº. 3231/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARCELO COLTRO, de acordo com a Lei nº. 080, de 14 de dezembro de 2009, Lei nº. 2508/2088 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2017, para ocupar o cargo de Médico Psiquiatra, com 10 (dez) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CAPS II da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/08/2017 a 01/08/2018.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3232/2017.**

PORTARIA Nº. 3232/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

PRORROGAR a Portaria 2436 de 02 maio de 2017, que Admitiu por Tempo Determinado da servidora HALINI DALFOVO DO CARMO, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 15/07/2017 a 07/09/2017, face ao impedimento da titular Josiane Aparecida da Rosa, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3233/2017.**

PORTARIA Nº. 3233/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora ANA LUCIA MEDEIROS, Matrícula nº. 300099-1, ocupante da categoria funcional de ASO, removido para Secretaria de Administração do Quadro de Pessoal da Administração Direta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3234/2017.**

PORTARIA Nº. 3234/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLEONICE GENEROSO DE SANTANA CHAVES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008, Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 004/2016, para ocupar o cargo de ASO, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA Bela Vista da Secretaria de Saúde da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 13/07/2017

a 13/07/2018.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3235/2017.**

PORTARIA Nº. 3235/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
150103-1	Adriana Morsoletto	R\$ 500,00
400303-2	Andreia Ivone da Silva	R\$ 300,00
3760933-1	Aysla Marcelino Baiao	R\$ 500,00
500245-1	Mauro Marcelino Coelho	R\$ 400,00
500186-1	Santilio Luiz Oliveira	R\$ 300,00
402262-8	Terezinha Maria da Rosa Rodrigues	R\$ 200,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3236/2017.**

PORTARIA Nº. 3236/2017.

ADELINO SEVERIANO MACHADO, Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	VALOR
500445-5	Jucelio Jorge Pereira Warmiling	R\$ 500,00
150007-1	Luiz Carlos Vaz	R\$ 300,00
500248-2	Vilson Arent Willemann	R\$ 500,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
ADELINO SEVERIANO MACHADO  
Secretário de Maricultura, Pesca e Agricultura

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3237/2017.**

PORTARIA Nº. 3237/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
801487-9	Andreia de Oliveira	R\$ 200,00
300405-2	Denise Branga	R\$ 300,00
500214-1	Onildo Jose de Souza	R\$ 400,00
300153-1	Wanderleia de Fátima Rossi	R\$ 1000,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3238/2017.**

PORTARIA Nº. 3238/2017.

LUIZ HENRIQUE SELL, Presidente Fundação Municipal de Esporte e Cultura, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Indireta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
800914-1	Nelson Roberto Maciel de Aguiar	R\$ 500,00	R\$ 800,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

LUIZ HENRIQUE SELL  
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3239/2017.**

PORTARIA Nº. 3239/2017.

EDSON GHIZONI, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
500924-1	Felipe Francisco Menezes	R\$ 300,00
150106-8	Jose Roberto Weingartner	R\$ 200,00
150084-1	Marco Aurelio Brasil	R\$ 200,00
500911-1	Paulo Roberto D Acampora	R\$ 300,00
500389-2	Rosilda da Silva de Souza	R\$ 200,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

EDSON GHIZONI

Secretário de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3240/2017.**

PORTARIA Nº. 3240/2017.

LUCIANO DALLA POZZA, Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Alterar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

MATRICULA	SERVIDOR	DE	PARA
128442-2	Altair Athaides Leal	R\$ 500,00	R\$ 900,00
401460-1	Bruna da Silva	R\$ 400,00	R\$ 700,00
500387-2	Edesia da Silva dos Santos	R\$ 350,00	R\$ 600,00
300226-1	Jorge Luiz Wagner	R\$ 400,00	R\$ 700,00
401957-1	Karla da Silva Dutra de Souza	R\$ 500,00	R\$ 700,00
500398-4	Marcelo Pereira	R\$ 350,00	R\$ 600,00
300061-1	Nazareno dos Santos	R\$ 500,00	R\$ 1000,00
200022-1	Rita de Cassia da Silva Silveira de Souza	R\$ 350,00	R\$ 600,00
210025-9	Rosana Gaidos	R\$ 350,00	R\$ 600,00
300505-3	Sherem de Abreu	R\$ 400,00	R\$ 700,00
300216-2	Susane Cristina de Abreu Broering	R\$ 400,00	R\$ 700,00

200304-1	Tamara Pinheiro Martins Bunn	R\$ 400,00	R\$ 700,00
----------	------------------------------	------------	------------

**ANEXO II**

MATRICULA	SERVIDOR	DE
800942-1	Patricia Liberato Silva	R\$ 200,00
3745307-3	Jose Eduardo Schmidt da Silva	R\$ 900,00

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

LUCIANO DALLA POZZA

Procurador Geral do Município

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3241/2017.**

PORTARIA Nº. 3241/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder Produtividade ao funcionário conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta, de acordo com o Artigo 40, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de julho de 2017.

**ANEXO I**

Matricula	Servidor	Valor (R\$)	Unidade
121029-1	Miriam Regina da Silva Quadros	R\$ 937,20	Auxiliar de Direção CEI Nova Esperança

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3242/2017.**

PORTARIA Nº. 3242/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RITA DE CASSIA DE SOUZA, matrícula nº. 400881-1, titular do cargo de ACD, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/04/2010 a 05/04/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3243/2017.**

PORTARIA Nº. 3243/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GISELE OLIVEIRA CICERO, matrícula nº. 401316-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/07/2011 a 04/07/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 07/08/2017 à 07/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3244/2017**

PORTARIA Nº. 3244/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TALITA OLIVEIRA CARDOSO, matrícula nº. 401054-1, titular do cargo de Enfermeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/10/2010 a 04/10/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3245/2017.**

PORTARIA Nº. 3245/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para KAROLINA LINHARES ARAUJO, matrícula nº. 401684-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 01/03/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 17/07/2017 à 17/08/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS  
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3246/2017.**

PORTARIA Nº. 3246/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FONTAINE DEMETRIUS DOS PASSOS, matrícula nº. 801622-1, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 05/07/2010 a 05/07/2015, por 01 (um) mês, a contar de 02/08/2017 à 02/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3247/2017.**

PORTARIA Nº. 3247/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA REGINA MOREIRA, matrícula nº. 190037-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 25/06/2000 a 25/06/2005, por 01 (um) mês, a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.  
SHIRLEY NOBRE SCHARF  
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**PORTARIA Nº. 3248/2017.**

PORTARIA Nº. 3248/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIZABETE PFLEGER DOS SANTOS, matrícula nº. 800857-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 24/03/2008 a 24/03/2013, por 01 (um) mês, a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 3249/2017.**

PORTARIA Nº. 3249/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIA IRMA ROSA, matrícula nº. 801644-1, titular do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/07/2010 a 01/07/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/09/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PORTARIA Nº. 3250/2017.**

PORTARIA Nº. 3250/2017.

NILSON JOÃO ESPINDOLA, Secretário de Defesa do Cidadão, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei nº 235, 22 de dezembro de 2016,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELISABETE ELZA SOUZA, matrícula nº. 300102-2, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Defesa do Cidadão, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 24/02/1999 a 24/02/2004, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 01/08/2017 à 01/10/2017.

Palhoça, SC, em 03 de julho de 2017.

NILSON JOÃO ESPINDOLA

Secretário de Defesa do Cidadão

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

#### **PREGÃO PRESENCIAL 075/2017 - RESULTADO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 075/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de computadores portáteis (NOTEBOOKS) e materiais de informática para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Fundos e Autarquias, através de Registro de Preços.

#### **CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

COMP1 INFORMÁTICA LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 5 e 22, totalizando R\$ 51.700,00 (cinquenta e um mil e setecentos reais).

HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EIRELI EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 9, 10 e 11, totalizando R\$ 45.100,00 (quarenta e cinco mil e cem reais).

MWV WEB SITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRÔNICOS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 3, 6, 16, 17 e 20, totalizando R\$ 20.770,00 (vinte mil, setecentos e setenta reais).

PERFORM TECNOLOGIA LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 2, 4, 7, 8 e 12, totalizando R\$ 39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais).

Palhoça, 25 de agosto de 2017.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2017 – Pregão Presencial 28/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ICOFA IND E COM DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de fraldas infantis e geriátricas para utilização nas Unidades Básicas de Saúde e UPA, para distribuição aos pacientes que necessitam de uso contínuo e atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça

DATA: 25/08/2017 à 24/08/2018.

Nome da Empresa: ICOFA IND E COM DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA EPP					CNPJ: 02.121.800/0001-96
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fralda descartável infantil tamanho "M", 2,5 à 10 kg. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes (para garantir maior absorção e retenção de líquidos) e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com mínimo 9 unidades.					
1	44000,00	UN	ALI BABY PACOTE COM 9 UNI	R\$0,2690	R\$11.836,0000
Especificação: Fralda descartável infantil tamanho "G", 10 a 14 kg. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes (para garantir maior absorção e retenção de líquidos) e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com mínimo 8 unidades.					
2	64000,00	UN	ALI BABY PACOTE COM 8UNI	R\$0,2900	R\$18.560,0000
Especificação: Fralda Geriátrica tamanho "G". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras anti vazamento, formato anatômico, flocos de gel super absorventes, (que garantem maior absorção e retenção de líquidos), difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com mínimo 8 unidades.					
6	108000,00	UN	ALI MASTER PACOTE COM 8 UNI	R\$0,8790	R\$94.932,0000
Especificação: Fralda Geriátrica tamanho "G". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras anti vazamento, formato anatômico, flocos de gel super absorventes, (que garantem maior absorção e retenção de líquidos), difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com mínimo 8 unidades. Cota de 10%.					
7	12000,00	UN	ALI MASTER PACOTE COM 8 UNI	R\$0,8790	R\$10.548,0000
Valor Total		(cento e trinta e cinco mil e oitocentos e setenta e seis reais)			R\$135.876,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2017 – Pregão Presencial 28/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI. OBJETO: Aquisição de fraldas infantis e geriátricas para utilização nas Unidades Básicas de Saúde e UPA, para distribuição aos pacientes que necessitam de uso contínuo e atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça

DATA: 25/08/2017 à 24/08/2018.

Nome da Empresa: TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MEDICO EIRELI					CNPJ: 12.069.550/0001-46
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fralda Geriátrica tamanho Extra grande (EG). Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras anti vazamento, formato anatômico, flocos de gel super absorventes, (que garantem maior absorção e retenção de líquidos), difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com mínimo 7 unidades.					
8	49000,00	UN	CONFIANÇA / CONFIANÇA GERIÁTRICA EG - PCTE COM 07 UNDS CONFIANÇA / CONFIANÇA GERIÁTRICA EG - PCTE COM 07 UNDS	R\$0,7500	R\$36.750,0000
Valor Total		(trinta e seis mil e setecentos e cinquenta reais)			R\$36.750,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2017 – Pregão Presencial 28/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: LONGEVITÁ PRODUTOS HIGIÊNICOS LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição de fraldas infantis e geriátricas para utilização nas Unidades Básicas de Saúde e UPA, para distribuição aos pacientes que necessitam de uso contínuo e atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça

DATA: 25/08/2017 à 24/08/2018.

Nome da Empresa: LONGEVITÁ PRODUTOS HIGIÊNICOS LTDA - EPP

Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Fralda Geriátrica tamanho "P". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras anti vazamento, formato anatômico, flocos de gel super absorventes, (que garantem maior absorção e retenção de líquidos), difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com mínimo 10 unidades.					
3	80000,00	UN	Longevitá-PopFral	R\$0,7900	R\$63.200,0000
Especificação: Fralda Geriátrica tamanho "M". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras anti vazamento, formato anatômico, flocos de gel super absorventes, (que garantem maior absorção e retenção de líquidos), difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com mínimo 8 unidades.					
4	86400,00	UN	Longevitá-PopFral	R\$0,8300	R\$71.712,0000
Especificação: Fralda Geriátrica tamanho "M". Indicada para incontinência intensa. Apresentar barreiras anti vazamento, formato anatômico, flocos de gel super absorventes, (que garantem maior absorção e retenção de líquidos), difusor de líquido e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com mínimo 8 unidades. Cota de 10%.					
5	9600,00	UN	Longevitá-PopFral	R\$0,8300	R\$7.968,0000
Valor Total		(cento e quarenta e dois mil e oitocentos e oitenta reais)			R\$142.880,00

# Palmitos

## PREFEITURA

### PROCESSO 03/2017 SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Processo Licitatório nº 03/2017. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 02/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO PROGRAMA DE ABRIGO DOMICILIAR. Data da entrega dos envelopes: 12/09/2017 até as 08:30 horas. Data da abertura: 12/09/2017 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou no site [www.palmitos.sc.gov.br](http://www.palmitos.sc.gov.br). Palmitos, 25 de agosto de 2017. Leda Maria Matte Perin – Gestora do Fundo.

# Papanduva

## PREFEITURA

### ATA DE SRP Nº 025/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Ata de SRP nº 025/2017, referente ao Pregão Presencial nº 020/2017. Objeto: SRP para fornecimento de material hidráulico para uso da SAMAE. Fornecedor Registrado: C. E. MACEDO e CIA LTDA . Vigência: validade 01 ANO a partir da assinatura. Papanduva, 24/03/2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

### ATA DE SRP Nº 027/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Ata de SRP nº 027/2017, referente ao Processo licitatório nº 020/2017. Objeto: SRP para fornecimento de material hidráulico para uso da SAMAE. Fornecedor Registrado: HIFERSANE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MATERIAIS ELÉTRICOS . Vigência: validade 01 ANO a partir da assinatura. Papanduva, 24 de Junho de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

### ATA DE SRP Nº 051/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Ata de SRP nº 051/2017, referente ao Pregão Presencial nº 048/2017. Objeto: SRP para fornecimento de AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ PARA ATENDER CRIANÇAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ. Fornecedor Registrado: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP . Valor : 47.000 reais . Vigência: validade até 31 de Dezembro de 2017. Papanduva , 07 de Agosto de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

### ATA DE SRP Nº022/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Ata de SRP nº 022/2017, referente ao Pregão Presencial nº 019/2017. Objeto: SRP para fornecimento de PRODUTOS DE LIMPEZA E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS para o exercício de 2017. Fornecedor Registrado: PAPELARIA SÃO BENTOS LTDA -EPP . Vigência: validade 01 ANO a partir da assinatura. Papanduva, 24 de Março de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

### ATA SRP REF. PREGÃO Nº 044

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA.

Ata de SRP referente ao pregão nº 044/2017. Objeto: Registro de preços para fornecimento de serviços médicos para atuar no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de PAPANDUVA para atuar com MÉDICO CLÍNICO GERAL. Vigência: Validade até 01 ano a partir da assinatura do contrato. Papanduva, 10 de Julho de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

### TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 031/2017

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO 031/2017

Objeto : Termo de rescisão do Contrato de serviços médicos para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de PAPANDUVA, com duração de 40 h semanais . Contratado : Dr. ELOI JOSÉ QUEGE . DATA DA RESCISÃO : 13 de Março de 2017, pagando o município proporcionalmente os dias trabalhados . Base legal: Lei n.º 8666/93. Papanduva, 09 de Julho de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DEC 059/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

DECRETO Nº 059 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

“ESTABELECE PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA OS ATESTADOS MÉDICOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

1. CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação de aspectos relacionados a atestado médico para os Servidores Públicos Municipais;
2. CONSIDERANDO que somente os médicos e odontólogos têm a prerrogativa de diagnosticar enfermidades e emitir os correspondentes atestados;

#### DECRETA:

Art. 1º - Os atestados médicos concedidos aos servidores públicos municipais terão sua validade condicionada a apresentação nos prazos previstos neste Decreto e desde que emitidos por profissionais competentes.

Art. 2º - A Entrega dos atestados e declarações deverá ser efetuada nas seguintes hipóteses:

I – As Declarações e atestados médicos até 03 dias deverão ser entregues diretamente nas Secretarias Municipais no prazo de 24 horas contados de sua emissão, e as mesmas deverão fazer a entrega no Departamento Pessoal, através de protocolo;

II – Em atestados ou declarações que conste 04 (quatro) a 15 (quinze) dias de afastamento, deverão ser entregues nas Secretarias Municipais no prazo de 24 horas contados de sua emissão, e as mesmas deverão fazer a entrega no Departamento Pessoal, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, para encaminhamento ao Médico do trabalho;

Parágrafo Único – A inobservância das determinações ora estabelecidas implicará em nulidade dos atestados e consequentemente o lançamento de falta ao servidor.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 3º - A Prefeitura Municipal de Passo de Torres poderá solicitar visita da Assistente Social para que compareça à residência do servidor licenciado para apurar supostas irregularidades.

Art. 4º - Conforme art. 41 da Constituição Federal, os servidores públicos que se encontrem em estágio probatório e precisarem de licença médica para tratamento de saúde, terão seu estágio suspenso pelo período da licença, retomando a contagem do prazo para a aquisição da estabilidade quando retornar ao efetivo exercício, sempre respeitando a avaliação de desempenho e relatório da chefia imediata.

Art. 5º - As Declarações firmadas por profissionais de saúde, visando dar amparo a ausência temporária do servidor, somente poderão ser aceitas quando o servidor necessitou se ausentar do trabalho para acompanhamento de filho(a) menor aos profissionais de saúde, ou quando o próprio servidor necessitou realizar consultas, exame com um profissional de saúde.

Art. 6º - As Declarações constantes no artigo anterior somente serão aceitas quando o(s) período(s) de ausência do(s) servidor às

suas atividades laborais não forem superiores a 04 (quatro) horas.  
Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 07 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 07 de agosto de 2017.

Márcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DEC 060/2017

DECRETO Nº 060/2017, DE 09 AGOSTO DE 2017.

“SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1032 de 06 de dezembro de 2016.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2031 – Manutenção das Ações de Saúde Pública

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0064(14) Aplicações Diretas ..... R\$ 300.000,00

TOTAL ..... R\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a suplementação do Artigo anterior correrão por conta do provável excesso de arrecadação, na fonte de recurso 0064 – Recursos da Atenção Básica, que estão creditados na conta corrente nº 18.664-3, Agência 778-1 – Banco do Brasil de Torres/RS.

Parágrafo Único – A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 09 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 09 de agosto de 2017.

Márcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI 1052/2017**

LEI Nº 1052 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS INCISOS DO ARTIGO 5º DA LEI 628/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I a VI e revogados os incisos VII a XI, todos do artigo 5º da Lei 628/2007 de 27 de dezembro de 2007, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto pelas seguintes entidades:

I- Dois representantes da Secretaria de desenvolvimento humano e social;

II – Dois representantes da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos;

III – Dois representantes da Secretaria de Administração e Finanças;

IV – Dois representantes da Associação de Pescadores;

V – Dois representantes da Associação de Agricultores;

VI – Dois representantes da APAE."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 16 de Agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 16 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 197/2017**

PORTARIA Nº 197, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE MUDANÇA DE NÍVEL À AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, LISANDRA EDUARDA DE CASTILHOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os Incisos V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com Lei Nº. 736 de 29 de abril de 2011, Anexo V da Lei 805/2012 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder mudança de Nível à Auxiliar de Educação Infantil, Lisandra Eduarda de Castilhos, do Nível Médio, para o Nível LP – 3 A, conforme Anexo XVII da Lei Municipal Nº. 736 de 29 de Abril de 2011, por ter concluído o Curso de Artes Visuais, na Universidade UNOPAR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 21 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 198/2017**

PORTARIA Nº 198, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE MUDANÇA DE NÍVEL À AUXILIAR ADMINISTRATIVO ESCOLAR, MAURA DAIANE BORGES MARTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere os Incisos V e VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com Lei Nº. 736 de 29 de abril de 2011, Anexo V da Lei 805/2012 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder mudança de Nível à Auxiliar Administrativo escolar, Maura Daiane Borges Martins, do Nível Médio, para o Nível LP – 3 A, conforme Anexo XVII da Lei Municipal Nº. 736 de 29 de Abril de 2011, por ter concluído o Curso de História, na Universidade UNOPAR.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 21 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 199/2017**

PORTARIA Nº 199, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, SILVANO TUPINAMBA DELFIM HERNANDORENA RAMOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio ao servidor Público Municipal, Silvano Tupinamba Delfim Hernandorena Ramos, referente ao período aquisitivo de 19/04/2012 à 18/04/2017.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 21/08/2017 com término em 18/11/2017.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 21 de agosto de 2017.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 21 de agosto de 2017.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Passos Maia

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 235, DE 17 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 235, de 17 de agosto de 2017.

“CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o Artigo 3º da Lei nº 243, de 13 de outubro de 1998, e

Considerando a necessidade de contratação imediata de servidor para atendimento de atividades essenciais da administração pública municipal até a realização de novo processo seletivo, vez que o programa de Agentes Comunitários de Saúde não pode ser interrompido;

Considerando a inexistência de profissional disponível no quadro permanente desta municipalidade para suprir a referida necessidade;

Considerando o disposto nos incisos I e VII, do artigo 3º, da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, na hipótese acima;

Considerando o permissivo legal do Art. 2º da Lei Municipal nº 243, de 13 de outubro de 1998;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR a senhora DIANALIZE FILIPINI DE QUEIROZ para ocupar o Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, jornada semanal de trabalho de 40 (quarenta) horas, código ACS, lotação na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo as atividades na Micro Área 02 - Centro - a partir de 21 de agosto de 2017 até a realização de novo processo seletivo para preenchimento da referida vaga.

Parágrafo Único: Para o exercício do cargo a servidora ora contratada, fará jus ao vencimento fixado no Anexo I, da Lei Complementar nº 025, de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 17 de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 236, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº 236, de 25 de agosto de 2017.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico expedido pela Dra. Fernanda Faverio – CRM SC 10512 – no dia 22/08/2017, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais por 15 (quinze) dias; Considerando a falha do setor de recursos humanos em não ter elaborado o ato de afastamento à época;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora CLEUSA M. CUMERLATTO GABIATTI, matrícula nº 9044, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Meio Ambiente, Grupo Ocupacional Assessoramento Superior, símbolo DMA-27, lotada na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Econômico, pelo período de 22/08/2017 a 05/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 22 de agosto de 2017.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 25 de agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### 393/2017

PORTARIA Nº 393/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91,

RESOLVE:

Art. 1º - TORNAR SEM EFEITO a portaria nº 381/2017, que exonerou por término de contrato a servidora Elizabete Florinda Pedro, a partir de 01/08/2017, matrícula nº 11352, ocupante do Cargo de professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 23 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

### 394/2017

PORTARIA Nº 394/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido, a partir de 25/08/2017, o servidor Gefferson Wasen, matrícula nº 11430, do Cargo em Comissão de Diretor de Veterinária, para o qual o mesmo foi designado, cargo este de livre nomeação e exoneração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 25 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues

Prefeito Municipal

José Antônio Rogério

Secretário Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### **LEI COMPLEMENTAR Nº. 111/2017 ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 03 DE 08 DE OUTUBRO DE 2007.**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 111/2017

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 03 DE 08 DE OUTUBRO DE 2007.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o inciso X do artigo 24 da Lei Complementar nº. 03 de 08 de outubro de 2007, passando a ter a seguinte redação:

"X - Certidão atualizada de matrícula do imóvel com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias antes da requisição do Alvará de Construção, Reforma, Ampliação ou Demolição, ou, quando não for possível, contrato de compra e venda com firmas reconhecidas em cartório, processo de Usucapião em andamento, processo de inventário ou outros documentos equivalentes, sendo, todos os casos, sujeitos a análise pelo departamento competente, e, desde que o imóvel e/ou projeto atenda aos requisitos a seguir:

a) Possuir cadastro imobiliário do imóvel há pelo menos 5 anos.

1. Os imóveis que possuem certidão de matrícula não se enquadram nesta alínea;

b) Não estar localizado em faixas não edificáveis junto a faixas de domínio de rodovias estaduais e federais, a lagos, rios, córregos, fundo de vale, faixas de escoamento de águas pluviais, galerias, canalizações e linhas de transmissão de energia de alta tensão, bem como nas vias públicas municipais que contenham essa restrição;

c) Não estar localizado em Áreas de Preservação Permanente, salvo com anuência do órgão estadual ou municipal competente;

d) Não estar localizado em loteamentos clandestinos ou irregulares que possuam embargo municipal ou judicial;

e) Não estar localizado em áreas institucionais;

f) Os casos em que o município tenha conhecimento de litígio ou contestação entre mais de um proprietário não serão aprovados;

g) Os projetos apresentados sem a devida certidão de matrícula do imóvel em nome do requerente, ou os casos cujas dimensões do lote divergem daquelas constantes da referida certidão, deverão conter, acima do selo, as seguintes observações:

1. DECLARO QUE A APROVAÇÃO DO PROJETO NÃO IMPLICA O RECONHECIMENTO, PELO MUNICÍPIO, DA PROPRIEDADE, POSSE OU DOMÍNIO ÚTIL, A QUALQUER TÍTULO, DAS DIMENSÕES E DA REGULARIDADE DO LOTE NEM EXIME OS PROPRIETÁRIOS DE GLEBAS PARCELADAS OU OS SEUS RESPONSÁVEIS DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE PARCELAMENTO DO SOLO;

2. DECLARO QUE AS INFORMAÇÕES E OS CÁLCULOS DAS ÁREAS CONTIDAS NESTE PROJETO SÃO VERDADEIRAS E DE TOTAL RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO MESMO.

h) O Parecer final sobre a aceitação ou não da documentação apresentada será do servidor responsável pela análise e aprovação do projeto."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesete.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA -2017-**

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA

-2017-

Aos três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, às dezenove horas e trinta minutos, nas dependências da Câmara de Vereadores do Município de Penha, situada na Avenida Prefeito Eugênio Krause, número noventa e quatro, centro, na cidade de Penha/SC, reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Cidade de Penha e convidados para participarem da 4ª reunião ordinária, deste Conselho, onde inicialmente o Presidente, deste Conselho, Sr. Diego, agradeceu a presença de todos e pediu a dispensa da leitura das atas da 3ª Reunião Ordinária, Primeira Audiência Pública e Terceira Conferência Pública, deste Conselho, que já haviam sido enviadas por e-mail para os membros, sendo aceito o pedido e aprovadas por unanimidade por todos os membros presentes. Em seguida passou a palavra ao Dr. Janilto, que fez a leitura dos Pareceres números 002/2017 em nome de Cynthia de Azevedo Mazzuia e 003/2017 referente ao projeto de lei Complementar número 007/2017, de autoria do Poder Executivo, sendo aprovados por unanimidade. Em seguida, o próprio, Dr. Janilto, fez a leitura do Parecer número 001/2017, em nome de Baltt Empreiteira, Transportes e Terraplenagem Ltda., onde o Sr. Rogério, proprietário da empresa em questão, explicou alguns fatos que estavam sendo questionados, tendo o entendimento dos membros presentes e desta forma o parecer foi aprovado por unanimidade. Após, a Dra. Cristina, fez a leitura do Parecer número 004/2017, em nome de Indústria e Comércio de Pedras Vale do Itajaí Ltda., onde havia alguns erros de digitação e entendimento, onde foram corrigidos e em seguida aprovados por unanimidade pelos membros presentes. Os pareceres tiveram alguns questionamentos que se encontram gravados no CD anexo a esta ata. Após, foi passado à palavra ao Sr. Gabriel que fez a apresentação do termo de Referência para contratação de empresa, por licitação, para a revisão do Plano Diretor, Código de Obras, Código de Posturas e seus anexos. Passando a todos às considerações, objetivos, planos de trabalhos, entre outro. Em seguida, passou-se às discussões, onde tivemos algumas alterações e correções. O Sr. Gilberto pediu que fosse aumentado o número de representantes para o Bairro Armação, por se tratar-se de uma região muito grande para que tenha apenas um representante. O Sr. André pediu que se corrigisse a colocação da representatividade de Corpo de Bombeiros, constato como voluntários e que na realidade seria: Militares. O Sr. Diego, em concordância com os membros presentes, acharam melhor, não colocarem o este tema para votação nesta reunião, onde teremos que esclarecer alguns fatos e debatermos mais o assunto. O prefeito Aquiles, pediu que se entrasse em contato com a AMFRI para termos mais esclarecimentos em relação à cooperação desta entidade para com a contratação de empresa para este trabalho. O Sr. Wancarlos, disse que leu todo o termo de Referência apresentado e que o mesmo foi muito bem elaborado e definido. Finalizando O Senhor Diego marcou uma reunião exclusiva para definirmos os assuntos do termo de Referência, para o dia 10/08/2017, às 19h00min horas nas dependências da Secretaria de Educação. Ainda, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada esta reunião. Eu, Maurílio Pedro Leite, Secretário do Conselho Municipal da Cidade de Penha, lavrei esta ata que segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente.

Diego Luis Matiello  
Presidente

Maurílio Pedro Leite  
Secretário

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2017 - FMS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa CIRUPAR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS CIRÚRGICOS LTDA - EPP, estabelecida à Av. Maringá, nº. 1228, na cidade de Pinhais, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.733.572/0001-30, telefone (41) 3014-0010, e-mail: licitacoes@cirupar.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Fabiano Martins Stokloski, CPF sob o nº. 004.202.089-17, Procurador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 14/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura aquisição de equipamentos, materiais e instrumentais de uso odontológico, conforme solicitação nº 311/2017 da Secretaria de Saúde, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os equipamentos/instrumentais com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	TIPO DE UNIDADE	QTDE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Alveolótomo curvo inox	UN	4	GOLGRAN	R\$ 65,00	R\$ 260,00
4	Aplicador para cimento (duplo) inox dical angular.	UN	6	ABC	R\$ 5,96	R\$ 35,76
5	Aplicador para hidróxido de cálcio inox dical reto	UN	6	ABC	R\$ 6,15	R\$ 36,90
7	Bandeja de aço inox 22/12cm com separação	UN	10	GOLGRAN	R\$ 22,65	R\$ 226,50
10	Cabo para espelho inox nº 05	UN	30	GOLGRAN	R\$ 3,70	R\$ 111,00
14	Condensador clew-dent	UN	10	ABC	R\$ 5,96	R\$ 59,60
15	Condensador eames	UN	10	GOLGRAN	R\$ 7,05	R\$ 70,50
16	Condensador hollembach n*01 e n*02	UN	10	ABC	R\$ 6,15	R\$ 61,50
17	Corrente para prender guardanapo inox	UN	5	GOLGRAN	R\$ 6,90	R\$ 34,50
18	Cureta alveolar de Lucas	UN	6	ABC	R\$12,30	R\$ 73,80
19	Cureta de periodontia gracey n*5-6, n*7-8, n*9-10, n*11-12, n*13-14 (6 de cada)	UN	30	ABC	R\$ 9,50	R\$ 285,00
21	Escavador de dentina nº 5 e nº 11,5	UN	10	ABC	R\$ 6,85	R\$ 68,50
22	Escavador para pulpotomia n*1 n*2 n* 3	UN	12	ABC	R\$ 6,85	R\$ 82,20
23	Esculpidor hollembach 3s	UN	5	ABC	R\$ 6,85	R\$ 34,25
24	Espátula de cera nº 7	UN	5	ABC	R\$ 8,20	R\$ 41,00
25	Espátula de cimento nº 24	UN	5	ABC	R\$ 7,99	R\$ 39,95
26	Espátula nº 72	UN	10	ABC	R\$ 7,99	R\$ 79,90
27	Espelho bucal nº 05	UN	20	GOLGRAN	R\$ 3,60	R\$ 72,00
30	Extrator de tártaro n*03 / n*33 / n*34	UN	6	ABC	R\$ 6,69	R\$ 40,14
32	Fórceps inox adulto n*01 / n*69 / n*150 / n*151 / n*18 direito / 18esquerdo /n*203 / n*150 (3 de cada)	UN	24	GOLGRAN	R\$ 54,00	R\$ 1.296,00
33	Fórceps inox infantil n*01 / n*44 / n*18 direito / n*18 esquerdo / n*150 (3 de cada)	UN	15	GOLGRAN	R\$ 54,00	R\$ 810,00
41	Macro escova dental para demonstração, em dimensões aumentadas para fins didáticos, cabo medindo de 35 a 40 cm e mantendo as proporções normais. Confeccionada em resina rígida e cerdas de nylon.	UN	1	ANATOMIC	R\$ 38,99	R\$ 38,99
42	Macro modelo odontológicos de arcada dentária articulado, para demonstrações educativas, representando as arcadas humanas, superior e inferior, em 2,5 vezes o tamanho natural e com todos os dentes permanentes, confeccionado em resina rígida e nas cores próximas as naturais e com elementos dentários fixos.	UN	1	ANATOMIC	R\$ 243,90	R\$ 243,90
43	Mocho com sistema de elevação do assento a gás, através de alavanca lateral que permita facilidade e rapidez no ajuste de posições, encosto anatômico com ajuste de aproximação e apoio lombar base com 5 rodízios, resistente, estabilidade e fácil mobilidade estofamento em material rígido, resistente, com revestimento sem costura, cor azul claro, densidade adequada e anti-deformante de fácil limpeza e assepsia, assento com elevação central e rebaixamento das bordas anteriores, acabamento liso com cantos arredondados, altura regulável.	UN	2	METALIC	R\$ 270,00	R\$ 540,00
49	Porta agulha mathie 14cm	UN	15	STARK	R\$ 22,00	R\$ 330,00
54	Sindesmótomo inox duplo n*1	UN	5	ABC	R\$ 8,99	R\$ 44,95
56	Sonda periodontal milimetrada colorida e dupla	UN	10	GOLGRAN	R\$ 35,50	R\$ 355,00
57	Tesoura cirúrgica reta e curva 14 cm (5 de cada) .	UN	30	STARK	R\$ 9,90	R\$ 297,00
58	Tesoura íris reta	UN	5	STARK	R\$ 7,90	R\$ 39,50
59	Tesoura metzembaun 14 cm curva	UN	5	STARK	R\$ 14,20	R\$ 71,00
61	Autoclave 21 litros para esterilização a vapor, design moderno, fácil manuseio, digital, adequada para consultórios odontológicos; câmara de inox com 3 bandejas; desaeração e despressurização automática; mínimo de 6 programas de esterilização sendo eles: 1. Instrumental Embalado, 2. Instrumental Desembalado, 3. Kit Cirúrgico, 4. Plásticos e Algodão, 5. Tecidos, 6. Líquidos; Secagem com porta fechada; modelo horizontal; possuir 16 sistemas de segurança; display de cristal líquido; Sistema com microcontrolador; potencia de 1600 watts; pressão de esterilização entre 1,7 a 1,9 kgf/cm²; temperatura 128 a 130°C; voltagem 220 volts; sistema de fechamento da porta em duplo estágio não rosqueável; dimensões internas da câmara não ser inferior a 25 cm diâmetro e 45 cm de profundidade, cor branca; garantia de 02 anos.	UN	9	STERMAX	R\$ 2.430,00	R\$ 21.870,00
					TOTAL	R\$ 27.649,34

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.



**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades Básicas de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos equipamentos/materiais e ou instrumentais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues equipamentos/instrumentais;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto da presente Ata correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

CIRUPAR COM. EQUIP. MÉD. CIRURG. LTDA EPP  
Fabiano Martins Stokloski  
Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:	Nome Completo:
CPF nº.:	CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017 - FMS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA., estabelecida à Estrada Boa Esperança nº. 2320, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.802.002/0001-02, telefone (47) 3520-9000, e-mail: altermed@altermed.com.br representada, neste ato pelo Sr. Maicon Córdova Pereira, CPF sob o nº. 015.886.939-70, procurador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 016/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNIT	PREÇO GLOBAL
4	BENZILPENICILINA BENZATINA - PÓ PARA SOLUÇÃO INJ. 1200000UI – MARCA TEUTO	AMP	1000	R\$ 8,606	R\$ 8.606,00
14	METHERGIN - METILERGOMETRINA 0,2mg - 1 ml – MARCA UNIÃO QUÍMICA	AMP	50	R\$ 1,512	R\$ 75,60
21	DIAZEPAM 5MG/ML AMPOLA 2ML – MARCA TEUTO	AMP	1500	R\$ 0,63	R\$ 945,00
46	ETILEFRINA 10MMG/L SOL. INJ 1ML – MARCA UNIÃO QUÍMICA	AMP	100	R\$ 1,21	R\$ 121,00
TOTAL GERAL					R\$ 9.747,60

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no

- Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
- IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
- V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;
- XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

##### 7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

##### 8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadiplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS**

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo

das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC, Recurso próprio (Extra Farmácia Básica - EXFB) (Portaria 155 de 30/07/2013), Recurso Farmácia Básica (FB).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

ALTERMED MAT. MÉDICO E HOSPITALAR LTDA.  
MAICON CORDOVA PEREIRA  
Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:  
CPF nº.:

Nome Completo:  
CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2017 - FMS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., estabelecida à Rua Severino Augusto Pretto, nº.560, na cidade de Encantado, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.782.733/0001-49, telefone (51) 3751-9333, e-mail: ciamed@ciamedrs.com.br, representada, neste ato pela Sra. Renata Casagrande Galiotto, CPF sob o nº. 488.351.100-68, sócia gerente, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 016/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo

I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UN ESTIMADO	PREÇO GLOBAL ESTIMADO
27	Propatilnitrato 10 mg – MARCA SANKYO	CPR	10000	R\$ 0,325	R\$ 3.250,00
TOTAL GERAL					R\$ 3.250,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e

oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial,

considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadiplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC, Recurso próprio (Extra Farmácia Básica - EXFB) (Portaria 155 de 30/07/2013), Recurso Farmácia Básica (FB).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

CIAMED DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA.  
RENATA CASAGRANDE GALIOTTO  
Contratado

## TESTEMUNHAS

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA., estabelecida à Praça Emílio Marconato, Galpão 22 e 27, nº.1000, na cidade de Jaguaruna, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 67.729.178/0004-91, telefone (19) 3522-5804, e-mail: licita.rioclarense@hotmail.com, representada, neste ato pelo Sr. Heitor de Oliveira Sampaio, CPF sob o nº. 061.648.339-22, sócio proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 016/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNIT	PREÇO GLOBAL
1	AMIODARONA 150 MG – MARCA HIPOLABOR	AMP	500	R\$ 1,80	R\$ 900,00
5	METILDOPA 250MG – MARCA SANVAL	CPR	75000	R\$ 0,26	R\$ 19.500,00
16	Fenitoína sódica 100mg – MARCA TEUTO	CPR	35000	R\$ 0,225	R\$ 7.875,00
51	CARBONATO DE CÁLCIO 1250mg – MARCA IMEC	CPR	10000	R\$ 0,08	R\$ 800,00
TOTAL GERAL					R\$ 29.075,00

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;

- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:
- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
  - b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
  - c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
  - d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.
- 11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.
- 11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:
- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
  - b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
- a) Advertência;
  - b) Multa;
  - c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
  - d) Declaração de inidoneidade.
- 13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.
- 13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º

(primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC, Recurso próprio (Extra Farmácia Básica - EXFB) (Portaria 155 de 30/07/2013), Recuso Farmácia Básica (FB).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA.  
HEITOR DE OLIVEIRA SAMPAIO Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2017 - FMS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., estabelecida à Rodovia BR 480, nº.180, na cidade de Barão de Cotegipe, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.520.829/0001-40, telefone (54) 3523-2600, e-mail: dimaster@dimaster.com.br, representada, neste ato pela Sra. Suema Tussi Brunelo, CPF sob o nº. 448.443.280-34, procuradora, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 016/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNIT	PREÇO GLOBAL
2	CLORPROMAZINA 25MG – MARCA CRISTALIA	CPR	15000	R\$ 0,194	R\$ 2.910,00
3	DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5 MG – SL – MARCA SANVAL	CPR	15000	R\$ 0,15	R\$ 2.250,00
8	COMPLEXO B - AMPOLA 2ML – MARCA HIPOFARMA	AMP	10000	R\$ 0,737	R\$ 7.370,00
11	IBUPROFENO 300 MG – MARCA MULTILAB	CPR	320000	R\$ 0,148	R\$ 47.360,00
24	SULFATO FERROSO 40MG Fe ++ - MARCA NATULAB	CPR	45000	R\$ 0,034	R\$ 1.530,00
28	HIOSCINA COMPOSTO (DIPIRONA SÓDICA 250MG +BROMETO DE N-BUTILESCOPOLAMINA 10MG) – DRAGEAS - PHARLAB	CPR	50000	R\$ 0,424	R\$ 21.200,00
TOTAL GERAL					R\$ 82.620,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está

sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC, Recurso próprio (Extra Farmácia Básica - EXFB) (Portaria 155 de 30/07/2013), Recurso Farmácia Básica (FB).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

DIMASTER COM. PROD. HOSP. LTDA.  
SUEMA TUSSI BRUNELO  
Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA-EPP, estabelecida à Rua José Fraron, nº.155, sala 01, na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.386.283/0001-13, TELEFONE (46) 3224-3767, e-mail: licitacao@dimeva.com.br, representada, neste ato

pelo Sr. Maurício Maciag, CPF sob o nº. 039.087.819-73, sócio administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 016/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNIT	PREÇO GLOBAL
7	ANESTESICO COLIRIO 10ML – MARCA ALLERGAN	FR	50	R\$ 7,55	R\$ 377,50
29	METROPOLOL SUCCINATO COMP LIBERAÇÃO CONTROLADA 50MG – MARCA MEDLEY	CPR	4000	R\$ 0,799	R\$ 3.196,00
TOTAL GERAL					R\$ 3.573,50

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

- X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;
- XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

##### 7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

##### 8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:
- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC, Recurso próprio (Extra Farmácia Básica - EXFB) (Portaria 155 de 30/07/2013), Recuso Farmácia Básica (FB).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

DIMEVA DISTRIBUID. E IMPORT. LTDA-EPP. MAURÍCIO MACIAG  
Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI., estabelecida à Rua Rui Barbosa, nº.69, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.035.038/0001-86, telefone (48) 3524-4524, e-mail: comercial@extramedi.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Adroaldo Machado, CPF sob o nº. 910.323.859-87, sócio gerente, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 016/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNIT	PREÇO GLOBAL
23	FIBRINOLISINA 1U + DESOXIRRIBUNUCLEASE 666 UI (FIBRASE POMA – MARCA CRISTALIA	TB	200	R\$ 19,99	R\$ 3.998,00
40	BIPERIDENO LACTATO 5MG/ML SOL INJ – MARCA CRISTALIA	AMP	100	R\$ 2,14	R\$ 214,00
44	OCITOCINA 5 UI/ML INJ AMP 1 ML – MARCA UNIÃO QUIMICA	AMP	100	R\$ 1,24	R\$ 124,00

TOTAL GERAL				R\$ 4.336,00
-------------	--	--	--	--------------

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC, Recurso próprio (Extra Farmácia Básica - EXFB) (Portaria 155 de 30/07/2013), Recurso Farmácia Básica (FB).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI. ADROALDO MACHADO  
Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., estabelecida à Rua Samuel Kruschin, nº.200, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 94.894.169/0001-86, telefone (55) 3212-2447, e-mail: licitacoes@mauromarciano.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Mauro Marciano Garcia de Freitas, CPF sob o nº. 374.624.900-72, sócio administrador, doravante denominada "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 016/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UN ESTIMADO	PREÇO GLOBAL ESTIMADO
18	BROMAZEPAM 3MG.- MARCA HYPER/BRAIN	CPR	40000	R\$ 0,21	R\$ 8.400,00
33	Diltiazem 90 mg – MARCA BALDACCI	CPR	1000	R\$ 1,449	R\$ 1.449,00
34	BAMIFILINA 300MG- MARCA CHIESI	CPR	1000	R\$ 1,08	R\$ 1.080,00
35	BAMIFILINA 600MG- MARCA CHIESI	CPR	1000	R\$ 1,65	R\$ 1.650,00
TOTAL GERAL					R\$ 12.579,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as

informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo

no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC, Recurso próprio (Extra Farmácia Básica - EXFB) (Portaria 155 de 30/07/2013), Recuso Farmácia Básica (FB).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS  
Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:  
CPF nº.:  
Nome Completo:  
CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS  
Sistema de Registro de Preços  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado

pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa PHARMALOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA., estabelecida à Avenida Maringá, nº.3592, na cidade de Pinhais, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.485.130/0001-03, telefone (41) 3072-8013, e-mail: licitacao@anbfarma.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Alexandre Magno Barea, CPF sob o nº. 802.389.809-44, diretor, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 016/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNIT	PREÇO GLOBAL
30	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100 / 25mg-MARCA ROCHE RX	CPR	4000	R\$ 0,88	R\$ 3.520,00
31	LEVODOPA + BENSERAZIDA 200 / 50mg-MARCA ROCHE HOSP	CPR	4000	R\$ 0,61	R\$ 2.440,00
32	Clonazepam 0,25 SL-MARCA ROCHE RX	CPR	1000	R\$ 0,13	R\$ 130,00
47	CLONIDINA 0,20MG-MARCA BOEHRINGER	CPR	500	R\$ 0,21	R\$ 105,00
49	LINAGLIPTINA 2,5MG + METFORMINA 1000MG-MARCA BOEHRINGER	CPR	4000	R\$ 2,73	R\$ 10.920,00
TOTAL GERAL					R\$ 17.115,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que

está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS**

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC, Recurso próprio (Extra Farmácia Básica - EXFB) (Portaria 155 de 30/07/2013), Recuso Farmácia Básica (FB).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

PHARMALOG PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. ALEXANDRE MAGNO BAREA  
Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:  
CPF nº.:  
Nome Completo:  
CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2017 - FMS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS  
Sistema de Registro de Preços

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2017**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA., estabelecida à Rua Franco Grilo, nº.374, na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.816.696/0001-54, telefone (42) 2101-5151, e-mail: pontamed@pontamed.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Fernando Parucker da Silva, CPF sob o nº. 248.710.109-10, sócio administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 016/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNIT	PREÇO GLOBAL
10	AMINOFILINA SOL. INJ. 24MG/ML - AMPOLA 10ML – MARCA HIPOLABOR	AMP	400	R\$ 0,78	R\$ 312,00
12	BICARBONATO DE SÓDIO - 8,4% AMPOLA 10 ML - EV- MARCA SAMTEC	AMP	50	R\$ 0,53	R\$ 26,50
13	HEPARINA SÓDICA - AMPOLA 0,25ML/5000UI - Subcutâneo- MARCA CRISTALIA	AMP	600	R\$ 4,44	R\$ 2.664,00
43	NITROGLICERINA 5MG/ML INJ AMP 5 ML- MARCA CRISTALIA	AMP	50	R\$ 28,20	R\$ 1.410,00
50	NORTRIPTILINA 75MG- MARCA RANBAXY	CPR	30000	R\$ 0,65	R\$19.500,00
TOTAL GERAL					R\$ 23.912,50

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

##### 8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:
- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.
- 11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.
- 11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

**12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:**

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS**

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC, Recurso próprio (Extra Farmácia Básica - EXFB) (Portaria 155 de 30/07/2013), Recuso Farmácia Básica (FB).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA FERNANDO PARUCKER DA SILVA

Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

#### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2017 - FMS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS  
Sistema de Registro de Preços  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., estabelecida à Rua José Ferreira Barros, nº.89, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.355.394/0001-51, telefone (41) 3246-3376, e-mail: licitacoes1@prohosp.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Afranio Antunes Araújo, CPF sob o nº. 412.846.749-91, gerente comercial, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 016/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNIT	PREÇO GLOBAL
39	METROPOLOL SUCCINATO COMP LIBERAÇÃO CONTROLADA 100 MG – MARCA SELOZOK/REFERENCIA	CPR	4000	R\$ 1,25	R\$ 5.000,00
TOTAL GERAL					R\$ 5.000,00

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento

de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária,

em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC, Recurso próprio (Extra Farmácia Básica - EXFB) (Portaria 155 de 30/07/2013), Recurso Farmácia Básica (FB).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

PROHOSP DISTRIB. DE MEDICAMENTOS LTDA. AFRANIO ANTUNES ARAÚJO  
Contratado

#### T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE MEDICAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E PRONTO ATENDIMENTO (PA 24H).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., estabelecida à Rua Leonidas Ferreira da Costa, nº.847, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 81.706.251/0001-98, (41) 3052-7921, e-mail: licita04@promefarma.com.br, representada, neste ato pela Sra. Sirlei Terezinha Zambrin, CPF sob o nº. 457.063.879-15, representante legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 016/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de medicamentos, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se anexos ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TIPO DE UNIDADE	QTDE	PREÇO UNIT	PREÇO GLOBAL
6	OMEPRAZOL 20MG – MARCA HIPOLABOR	CAPS	490000	R\$ 0,053	R\$ 25.970,00
15	Carbonato Cálcio 1250mg (equiv 500mg elem cálcio)+vit D400ui – MARCA NATULAB	CPR	50000	R\$ 0,135	R\$ 6.750,00
22	DIMENIDRATO, associado com piridoxina 50 + 10mg - dramin B6. – MARCA UNIÃO QUÍMICA	AMP	4000	R\$ 1,39	R\$ 5.560,00
25	SULFATO FERROSO SOL ORAL 25MG/ML Fe ++ FRASCO 30 ML – MARCA NATULAB	FR	2500	R\$ 0,699	R\$ 1.747,50
TOTAL GERAL					R\$ 40.027,50

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do objeto registrado neste instrumento será efetuada através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao

cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

XIV - disponibilizar o produto no prazo de validade, sendo que deverão estar de acordo com a legislação vigente e serão devolvidos produtos com suspeita de mau armazenamento e violação ou qualidade duvidosa para sua reposição.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o produto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha, compreendendo Recurso Média e Alta Complexidade - MAC, Recurso próprio (Extra Farmácia Básica - EXFB) (Portaria 155 de 30/07/2013), Recuso Farmácia Básica (FB).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Pregos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

PROMEFARMA REP. COMERCIAIS LTDA. SIRLEI TEREZINHA ZAMBRIN  
Contratado

**T E S T E M U N H A S**

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723  
Portaria nº 01/2017

**CONTRATO Nº 104/2017-PMP**

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E O SR. SILVIO FERNANDO BASTOS ALVES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS.

CONTRATO N.º 104/2017-PMP de 22/08/2017

COMPRA DIRETA Nº 301/2017

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 822/2017

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 006.862.859-56, doravante denominada CONTRATANTE, e o Sr. SILVIO FERNANDO BASTOS ALVES, inscrito no CPF/MF sob nº 533.989.209-34, RG nº 1.329.180, residente e domiciliado na cidade de Balneário Piçarras/SC, na Rua Mário Brás de Santana, nº 66, Bairro Centro, telefone (47) 99178-8273, 98403-1887, 99644-3241, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADO, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A contratação está amparada pelo Artigo 24, II, da Lei 8.666/1993.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de treinamento e capacitação para funcionários envolvidos com o Departamento de Compras e Licitações, a ser realizado no mês de setembro de 2017, em datas e horários a serem agendados e definidos pela Secretaria de Administração, com carga horária de 20 horas, para grupo de 20 pessoas, abordando os seguintes assuntos: Noções Básica de Licitações, Benefícios da Lei Complementar nº 123/2016 e suas alterações para empresas de micro e pequeno porte, o qual disponibilizará no final da capacitação 5 (cinco) certificados de conclusão de curso e 15 (quinze) declarações.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO**

O presente contrato terá vigência de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, mediante solicitação aprovada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO**

O valor total do presente contrato para o período da contratação será de R\$ 4.490,00 (quatro mil quatrocentos e noventa reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira e correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: MUNICÍPIO DE PENHA

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 03- DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Funcional: 04.122.0004.2.009 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Compras e Licitações

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 0000 - Aplicacoes Diretas

**CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor previsto na Cláusula Terceira, em até 10 (dez) dias após a realização do serviço, por meio de transferência bancária de titularidade do CONTRATADO, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente certificada pelo responsável da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS**

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária da Cláusula Terceira, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2017.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES**

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta;
- b) Viabilizar local para a capacitação;
- c) Transmitir os dados e informações necessárias à prestação adequada dos serviços contratados;
- d) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato e Proposta de Preços, nas condições estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- e) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO (se for o caso);
- f) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de execução e conclusão do objeto contratado;
- g) Solicitar autorização prévia do MUNICÍPIO bem como justificar qualquer prorrogação de prazo para execução do objeto;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;
- i) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- j) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO, pelo prazo de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o MUNICÍPIO, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

**CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO**

O objeto do presente Contrato será fiscalizado por funcionário designado pela Secretaria de Administração, a qual caberá viabilizar o encaminhamento das Notas Fiscais à Secretaria de Fazenda, para as providências de pagamento. O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS DE RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em

Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Penha/SC, 22 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

SILVIO FERNANDO BASTOS ALVES

CONTRATADO

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

TESTEMUNHA:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

De Acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Geral

#### **CONTRATO Nº 105/2017-PMP**

7º TERMO ADITIVO Nº 105/2017-PMP

AO CONTRATO Nº 104/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 43/14 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 09/14 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização da Rua Antônio João Pinto, Bairro Armação, totalizando 5.656,20m² de área a pavimentar.

Pelo presente instrumento de 7º Termo Aditivo nº 105/2017-PMP, firmado, por um lado, pelo MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.484.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA-EPP, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº 547, Bairro: Centro, Telefone: (47) – 3345-1047, E-mail: vibron@terra.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.639.726/0001-79, neste ato representada pelo Sr. Luiz Antônio Silvestre, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada o presente termo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula primeira do 6º Termo Aditivo nº 55/2017-PMP ao Contrato Administrativo nº 104/2014-PMP fica prorrogado para mais 90 (noventa) dias, a contar de 29/08/2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Planejamento através de Memorando nº 053/2017, anexa ao presente termo e Parecer Jurídico nº 283/2017/PGM.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato principal e termos aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente termo em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 22 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA-EPP  
LUIZ ANTONIO SILVESTRE  
CONTRATADA

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

TESTEMUNHA:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO  
PROCURADOR GERAL

**DECRETO Nº 3203/2017 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES SEBASTIÃO JOÃO DE SOUZA PARA A IGREJA PENTECOSTAL DEUS É AMOR.**

DECRETO Nº 3203/2017

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES SEBASTIÃO JOÃO DE SOUZA PARA A IGREJA PENTECOSTAL DEUS É AMOR.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI e art. 100, §3º, ambos da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º - Fica autorizada a utilização do Ginásio de Esportes Sebastião João de Souza para a Igreja Pentecostal Deus é Amor, no dia 07 de Outubro de 2017, das 09h00m às 22h00m, para a realização do Congresso de Jovens.

Art. 2º - A Igreja Pentecostal Deus é Amor se responsabilizará pela organização, limpeza e proteção do patrimônio local, sendo de sua responsabilidade quaisquer ocorrências que possam vir a ocorrer.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 21 de agosto de 2017  
Aquiles José Schneider da Costa  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

Diego Luis Matiello  
Secretário de Administração

**LEI Nº 2888/2017 INSTITUI O PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO POR BAIRROS – PPB NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 2888/2017

INSTITUI O PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO POR BAIRROS – PPB NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o PPB, "Programa de Pavimentação por Bairros", promovendo a reurbanização das vias públicas municipais, quando a execução das obras haja a participação recíproca do Poder Público Municipal e dos particulares interessados.

Art. 2º Para constituir o PPB destinado à execução dos serviços de pavimentação de determinada via pública, os interessados firmarão termo de adesão ao programa.

§ 1º Somente será autorizada a negociação para a execução dos serviços, nas vias públicas onde a adesão for igual ou superior a 70% (setenta por cento) dos proprietários ou possuidores e após a aprovação do estudo de viabilidade pela Administração Municipal.

§ 2º Ajustado o termo de acordo com os interessados que aderiram à execução da pavimentação, e havendo proprietários ou possuidores cujos imóveis venham a ser beneficiados com a obra e que não tenham manifestado adesão em relação a esta, será publicado edital para efeito de lançamento e cobrança da contribuição de melhoria dos mesmos, na forma prevista na Lei nº 2049/2005.

Art. 3º A forma de pagamentos destinados à execução dos serviços de pavimentação de determinada via pública pertinente a adesão dos 70% dos proprietários ou possuidores ficará a critério da empresa responsável pela obra.

Parágrafo único. Os preços por m<sup>2</sup> (metro quadrado) praticados na execução das ruas terão como limite máximo os valores da tabela SINAP do mês de adesão ou outra tabela oficial adotada pela Administração Municipal.

Art. 4º No caso das vias públicas alvo do Programa de Pavimentação Participativa que possuírem imóvel (is) público (s) e outras áreas de uso comum, como entroncamentos de vias, será de responsabilidade do Município o ônus dessas áreas.

Art. 5º As obras do PPB serão executadas por empresas devidamente cadastradas junto ao órgão competente da Administração Municipal, na forma dos artigos 34 a 37 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Parágrafo único. Para o cadastro de que trata este artigo, exigir-se-á dos interessados documentação relativa à:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal poderá realizar o pagamento de até 30% (trinta por cento), pertinente à adesão para execução dos serviços de pavimentação de determinada via em serviços, insumos ou realizando o pagamento em espécie.

Art. 7º Todos os projetos de reurbanização, sejam eles fornecidos ou não pelo Município, antes do início das obras deverão obter a aprovação da Administração Municipal.

§ 1º O Município fiscalizará a técnica e os materiais empregados para cada obra ou serviço delegado, tendo, este, pleno exercício do poder de Polícia sobre a execução das obras, em conformidade com o projeto aprovado por este e as normas locais aplicáveis, sendo tomadas as medidas cabíveis para o caso de incorreta execução, podendo, inclusive, aplicar as penalidades previstas em lei.

§ 2º Caberá à Secretaria Municipal de Planejamento a emissão da Ordem de Serviço para cada obra autorizada nos termos desta lei.

Art. 8º As responsabilidades adicionais da empresa executora dos serviços pelo regime do PPB, bem como a forma de participação do Município, serão estabelecidas em Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 9º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

## **LEI Nº 2889/2017 ALTERA E ACRESCENTA DISPOSIÇÕES A LEI Nº 2.338 DE 05 DE MARÇO DE 2010.**

LEI Nº 2889/2017

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSIÇÕES A LEI Nº 2.338 DE 05 DE MARÇO DE 2010.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado ao artigo 2º da Lei 2.338 de 05 de março de 2010, o § 3º, com a seguinte redação:

"§ 3º No caso de reincidência o proprietário, possuidor ou titular de domínio útil a qualquer título do terreno baldio será penalizado em 16 UFM, podendo esse valor ser aplicado em dobro quantas vezes for constatado o não cumprimento da obrigação prevista nesta lei."

Art. 2º O artigo 6º da Lei 2.338 de 05 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º O Auto de infração e a Notificação previstos nos artigos 2º, 3º e 4º desta Lei serão tornados públicas por meio de edital publicado

no Paço Municipal de Penha , assim como no D.O.M., caso o proprietário ou possuidor do imóvel a qualquer título, recusar ou não for encontrado para recebimento das mesmas.”

Art. 3º O artigo 7º da Lei 2.338 de 05 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Os procedimentos estabelecidos nesta lei poderão ser renovados, em relação ao mesmo proprietário ou possuidor, depois de transcorridos 60 (sessenta) dias da caracterização da última infração.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

### **LEI Nº 2890/2017 ALTERA A REDAÇÃO DO CAPUT DO ART. 3º DA LEI Nº 2790, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.**

LEI Nº 2890/2017

ALTERA A REDAÇÃO DO CAPUT DO ART. 3º DA LEI Nº 2790, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a redação do caput do Art. 3º da Lei 2790, de 28 de outubro de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.3º A Prefeitura Municipal repassará, na primeira quinzena de cada mês, a importância de até R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais) para cobrir despesas com manutenção das viaturas colocadas a serviço, combustível, despesas com material de expediente, limpeza, fardamento, manutenção e reforma do aquartelamento, alimentação, equipamentos, mobiliário, armamento, veículos e outros materiais e serviços necessários a manutenção do serviço de policiamento motorizado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

### **LEI Nº 2891/2017 ALTERA E ACRESCENTA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2.873 DE 19 DE JUNHO DE 2017.**

LEI Nº 2891/2017

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSIÇÕES DA LEI Nº 2.873 DE 19 DE JUNHO DE 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º da Lei nº 2.873 de 19 de junho de 2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Fica ainda autorizado, às pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, a utilização de espaços publicitários, nos ginásios ou praças esportivas, mediante o pagamento de 4,0 UFM anual.”

Art. 2º O caput do artigo 6º da Lei nº 2.873 de 19 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - Fica instituída a taxa pela utilização dos Ginásios e Praças Esportivas mediante autorização, que será de 1,0 UFM.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

**LEI Nº 2892/2017 AUTORIZA O PAGAMENTO DE PREMIAÇÕES PARA OS PARTICIPANTES DA PRIMEIRA TAÇA MUNICIPAL PENHA DE FUTSAL E DO PRIMEIRO CAMPEONATO MUNICIPAL PENHA DE DOMINÓ**

LEI Nº 2892/2017

AUTORIZA O PAGAMENTO DE PREMIAÇÕES PARA OS PARTICIPANTES DA PRIMEIRA TAÇA MUNICIPAL PENHA DE FUTSAL E DO PRIMEIRO CAMPEONATO MUNICIPAL PENHA DE DOMINÓ.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Executivo Municipal a destinar recursos na ordem de R\$4.800,00 (Quatro mil e oitocentos reais) em pecúnia para a premiação da 1ª (primeira) Taça Municipal Penha de Futsal e 1º (primeiro) Campeonato Municipal Penha de Dominó.

Art. 2º. Os recursos da premiação serão distribuídos da seguinte forma:

I - Primeira Taça Municipal Penha de Futsal:

- a) 1º Lugar: R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais);
- b) 2º Lugar: R\$800,00 (oitocentos reais);
- c) 3º Lugar: R\$400,00 (quatrocentos reais).

II - Primeiro Campeonato Municipal Penha de Dominó

- a) 1º Lugar: R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais);
- b) 2º Lugar: R\$800,00 (oitocentos reais);
- c) 3º Lugar: R\$400,00 (quatrocentos reais).

Art. 3º. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Fundação Municipal de Esportes de Penha  
Órgão: 70 - Fundação Municipal de Esportes de Penha  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Esportes de Penha  
Funcional: 27.812.0017  
Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários  
Atividade: 2.083 - Promoção de Eventos Esportivo  
Dotação: 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

**LEI Nº 2893/2017 INSTITUI O PROJETO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE PENHA PARA O PERÍODO 2018-2021.**

LEI Nº 2893/2017

INSTITUI O PROJETO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE PENHA PARA O PERÍODO 2018-2021

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores

aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL**

Art.1º. Esta lei institui o Plano Plurianual – PPA do Município de Penha, para o período 2018-2021.

Art.2º O PPA é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 3º O PPA tem como diretrizes:

- I – valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;
- II – participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;
- III – forte ênfase nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;
- IV – a excelência na gestão.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO**

Art. 4º. O PPA reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificados em duas espécies, os Temáticos e os de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município, assim definidos:

I - Programa Temático: aquele que expressa à agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5º. Os Programas Temáticos são compostos por Objetivos, Indicadores e Valor Global.

§1º. O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pelas implementações de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para as implementações dos Objetivos;

II - Meta: é uma medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa; e

III – Iniciativa: declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e de outras medidas de caráter não orçamentário.

§2º. O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§3º. O Valor Global indica uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à consecução dos Objetivos, com as respectivas categorias econômicas.

Art. 6º. As codificações dos programas serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art. 7º. Integram o PPA os seguintes anexos:

- I – Demonstrativo da previsão da receita para o período 2018/2021; e
- II – Demonstrativo dos programas de governo para o período 2018/2021.

### CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art. 8º. Os Programas constantes do PPA 2018-2021 estarão expressos nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Parágrafo único. As ações orçamentárias de todos os programas serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9º. O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não constituem em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 10. Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos.

Art. 11. O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

- I – alterar o Valor Global do Programa;
- II – incluir, excluir ou alterar Iniciativas não orçamentárias; e

Parágrafo único. O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

- I – Indicador;
- II – Valor de Referência;
- III – Metas;
- IV - Órgão Responsável; e
- V - Iniciativas sem financiamento orçamentário.

### CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PLANO

Art. 12. A lei de diretrizes orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos programas de governo, conforme prevê a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, I, "e".

Art. 13. O Município manterá atualizado o plano e o divulgará no Portal Transparência.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 24 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 862/2017 PORTARIA N.º 862/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. KELLI CRISTINA DA SILVA, para exercer a função de Professora não habilitada, no período de 23/08/2017 a 22/12/2017, de acordo com o Contrato nº 579/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 22 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 863/2017 PORTARIA N.º 863/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. ELIZETE MARIA DOS SANTOS, para exercer a função de Professora não habilitado, no período de 23/08/2017 a 22/12/2017, de acordo com o Contrato nº 580/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 22 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 864/2017 PORTARIA N.º 864/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. LUCIANA

ANACLETO CLAUDINO, para exercer a função de Professora não habilitada, no período de 23/08/2017 a 22/12/2017, de acordo com o Contrato nº 581/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 22 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### **PORTARIA Nº 865/2017**

PORTARIA N.º 865/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, o Sr. HENRIQUE DE MÉTRIO, para exercer a função de Professor não habilitada, no período de 23/08/2017 a 22/12/2017, de acordo com o Contrato nº 582/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 22 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### **PORTARIA Nº 866/2017**

PORTARIA N.º 866/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. PAULO ROBERTO DE SOUZA, para ocupar o cargo em comissão de DIRETOR ADMINISTRATIVO, da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 22 de Agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

#### **PORTARIA Nº 867/2017**

PORTARIA N.º 867/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. GILIANE DOS SANTOS para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE AGRICULTURA I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 22 de Agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

#### **PORTARIA Nº 868/2017**

PORTARIA N.º 868/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. RODRIGO DE SOUZA CUSTÓDIO para ocupar o cargo em comissão de COORDENADOR DE PESCA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 22 de Agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 869/2017**

PORTARIA N.º 869/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR, a carga horária de 30 horas para 40 horas semanais, da Sra. CAROLINE DA COSTA ALVES, conforme o Termo Aditivo nº 583/2017 ao Contrato nº 571/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 23 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 870/2017**

PORTARIA N.º 870/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR, a carga horária de 30 horas para 40 horas semanais, da Sra. MARIA ISABEL RODRIGUES, conforme o Termo Aditivo nº 584/2017 ao Contrato nº 537/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 24 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**PORTARIA Nº 871/2017**

PORTARIA N.º 871/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações, bem como o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CLAUDIA CORREA para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do Centro de Educação Infantil Simone Aparecida Reis de Souza, recebendo uma gratificação de 10% (dez por cento) sobre o seu respectivo vencimento, com uma carga horária de 20 (vinte) horas

semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 24 de agosto de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO  
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**SINDICÂNCIA 08-2017-TERMO DE JULGAMENTO**

TERMO DE JULGAMENTO

Sindicância nº 08/2017

Vistos, relatados etc..., os presentes autos, verifiquei que:

Foi instaurado Processo Administrativo por meio da Portaria nº 684/2017 para apuração dos fatos referentes ao registro do Fundo Municipal de Saúde de Penha no cadastro do SERASA.

A inscrição no SERASA deu-se em relação à Nota Fiscal nº 470517 emitida pela Prati Donaduzzi & CIA Ltda, no valor de R\$11.560,00 (onze mil, quinhentos e sessenta reais), com data de 28/12/2016, referente à compra de 4.000 unidades de Nistatina creme vaginal.

Na instrução processual, constatou nos arquivos da Secretaria de Saúde, junto com a Nota um Relatório de Recebimento dos medicamentos (fls. 16), datado de 19/12/2016, feita pela funcionária Tatiana Pereira Hagio, no qual foi exonerada em 20/04/2017, Portaria nº 337/2017 (fls. 39 dos autos).

Nas fls. 07 consta que o funcionário Adalberto Lima Júnior recebeu os produtos mencionados, não constando a data de recebimento, mas no documento de entrega da transportadora consta a data de emissão do dia 13/12/2017.

Verificou-se que a Secretaria de Fazenda não recebeu a Nota Fiscal referente a esta compra, não sendo, portanto, registrado a compra e efetuado o seu pagamento.  
É o relatório.

A Comissão Processante diligenciou perante à Secretaria de Saúde e esta informou que consta no estoque o produto Nistatina, Lotes de nºs 15F38R e 15F39R, que venceram em 27/06/2017, totalizando 1552 unidades com prazo de validade vencido e 2248 unidades utilizadas pela população.

No que se verificou no Edital do Pregão Presencial nº 01/2016 – Processo Administrativo nº01/2016, dentre as responsabilidades das partes, reside o da empresa em repor os produtos vencidos, ou seja, substituir as 1552 unidades e a entrega do produto com um prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo do produto pelo departamento responsável.

Assim, o produto foi recebido e utilizado, não havendo como deixar de realizar o pagamento ao fornecedor dos medicamentos, independente de qual período realizou a compra.

Portanto, em razão do aludido acima, ACOLHO OS TERMOS DO RELATÓRIO FINAL, para que seja quitado o valor da compra emitida

na Nota, somente após a substituição da mercadoria vencida. Ou, em deliberação com a Secretaria de Saúde e a empresa, descontar do valor da nota o valor referente às unidades vencidas.

Posteriormente ao pagamento, deve, em regime de urgência, ser realizado pelo responsável do Fundo Municipal de Saúde o levantamento da inscrição do nome do Município do cadastro de inadimplentes – SERASA.

Notifica-se a Secretaria de Saúde para que se abstenha de receber produtos em desacordo com o que estabelece os contratos oriundos de processos licitatórios, sob pena de responsabilidade do agente que der causa à irregularidade.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial.

Cumpra-se.  
Publica-se.

Penha, 22 de agosto de 2017.  
Aquiles José Schneider da Costa  
Prefeito Municipal

## **SINDICÂNCIA Nº 01/2017 - TERMO DE JULGAMENTO**

### **TERMO DE JULGAMENTO**

Sindicância nº 01/2017

Vistos, relatados etc..., os presentes autos, verifiquei que:

Foi instaurado Sindicância Administrativa por meio da Portaria nº 220/2017 para apuração dos fatos mencionados no trâmite processual RTOrd 0001974-84.2016.5.12.0056 em que é reclamante o funcionário Manoel Flávio Cunha.

O servidor é lotado na Secretaria de Planejamento, na função de fiscal de obras, passando por diversos setores e secretarias.

A questão ventilada é que o servidor Manoel Flávio Cunha é concursado, ocupante do cargo de Auxiliar de Fiscal, nomeado pelo Decreto nº 017/90 e, atualmente, ocupa o cargo de fiscal de obra designado por meio da Portaria nº 206/93 (fls. 118).

Nomeada a comissão processante, o processo seguiu para a oitiva de todas as partes, produção de provas e contraditório.

É o relatório.

Em análise das leis que regem as funções da administração pública, verifica-se que a Lei nº 487/87 estruturou o quadro do pessoal administrativo prevendo 3 (três) vagas para Fiscais de Obra e 3 (três) vagas para Auxiliares de Fiscalização.

Para as três vagas de fiscais de obras, assumiram os concursados Sandro Francisco, Reginaldo Waltrick e Charles e para a vaga de Auxiliar de Fiscalização, assumiu o servidor Dalton Felix Vieira e o investigado.

Após houve novo enquadramento do quadro de pessoal da administração por meio da Lei Complementar nº 02/92, mantendo o número de vagas de Fiscal de Obra, aumentando somente mais uma vaga para Auxiliar de Fiscalização.

Neste ínterim, observando o número de vagas existente, não havia a possibilidade de enquadrar o servidor Manoel Flávio Cunha no cargo de Fiscal de Obras, pois de acordo com o artigo 27 da Lei

Complementar nº 02/92, só poderia ocorrer se houvesse vaga na respectiva categoria funcional.

Desta forma, a Comissão Processante, citando a Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal onde cita que a Administração Pública poder anular ou revogar seus atos, para restabelecer a legalidade, entende que não há necessidade de instaurar Processo Administrativo, já que evidenciado no ordenamento jurídico municipal as disposições concernentes e aplicáveis à espécie, devendo ser designado o cargo de forma correta.

Desta forma, em razão do aludido acima, ACOLHO OS TERMOS DO RELATÓRIO FINAL, julgando procedente, para determinar à pasta competente proceda à anulação da designação para o cargo de Fiscal, mantendo-se todas as progressões a que faz jus, sem redução salarial.

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias a contar da presente data.

Cumpra-se.  
Publica-se.

Penha, 18 de agosto de 2017.  
Aquiles José Schneider da Costa  
Prefeito Municipal

# Peritiba

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO 10/2017 PREGÃO PRESENCIAL 04/2017 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 10/2017 – Pregão Presencial 03/2017 - FMS. Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais odontológicos para o Fundo Municipal de Saúde de Peritiba no decorrer do ano de 2017.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 11/09/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 11/09/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Peritiba SC., 25 de Agosto de 2017

ADRIANO JOSÉ KRINDGES  
Secretário de Saúde e Bem Estar Social

### **AVISO DE LICITAÇÃO 75/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 15/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 75/2017 – Inexigibilidade de Licitação 15/2017

Objeto: Contratação de pessoas físicas e jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município. Dados do Contrato: Contrato nº 112/2017 / Contratado: ZEGERINO PASQUALOTTO - CPF: 347.363.369-00 e RG 843.375-5 e LURDES PASQUALOTTO - CPF: 023.730.489-90 e RG 2.327.484 - Data do Contrato: 25/08/2017 - Valor do Contrato: Para efeitos contábeis estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). - Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

Peritiba SC., 25 de Agosto de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 76/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 16/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 76/2017 – Inexigibilidade de Licitação 16/2017

Objeto: Contratação de pessoas físicas e jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município. Dados do Contrato: Contrato nº 113/2017 / Contratado: AZEMIRO PEREIRA DA SILVA - CPF: 345.855.329-00 e RG 840.241 e ERLI LUCIA DA SILVA - CPF: 000.175.569-29 e RG 2.324.696 - Data do Contrato: 25/08/2017 - Valor do Contrato: Para efeitos contábeis estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). - Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

Peritiba SC., 25 de Agosto de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 77/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 17/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 77/2017 – Inexigibilidade de Licitação 17/2017

Objeto: Contratação de pessoas físicas e jurídicas para fornecimento de cargas de cascalho, para manutenção das estradas do município. Dados do Contrato: Contrato nº 114/2017 / Contratado: FLÁVIO LUIZ CONTE - CPF: 027.077.509-99 e RG 3.527.141 e ELIANE VUADEN CONTE - CPF: 021.688.499-35 e RG 3.572.414 - Data do Contrato: 25/08/2017 - Valor do Contrato: Para efeitos contábeis estima-se para este contrato o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). - Informações complementares: Inexigibilidade de Licitação, Lei 8.666 Artigo 25.

Peritiba SC., 25 de Agosto de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 78/2017 PREGÃO PRESENCIAL 31/2017**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 78/2017 – Pregão Presencial 31/2017.

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 3º quadrimestre de 2017.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 12/09/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 12/09/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Peritiba SC., 25 de Agosto de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO 79/2017 TOMADA DE PREÇOS 03/2017**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Processo de Licitação 79/2017 – Tomada de Preços 03/2017.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e execução de projeto de rede de energia elétrica no Loteamento Sol Nascente no município de Peritiba, conforme projeto aprovado junto a Celesc.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública da Tomada de Preços será realizada a partir das 08h30min do dia 13/09/2017.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 13/09/2017.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Peritiba SC., 25 de Agosto de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### **AVISO DE REVOGAÇÃO LICITAÇÃO 68/2017**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 68/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017

Fica REVOGADO o Processo de Licitação nº 68/2017 – Pregão Presencial nº 29/2017, cujo o objeto era a aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 3º quadrimestre de 2017, por interesse público decorrente de fato superveniente (art. 49 da Lei n. 8666/93), razão pela qual fica REVOGADO o edital acima citado.

Peritiba/SC 24 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### **EXTRATO DE CONTRATO 111 2017**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 52/2017 modalidade Tomada de Preços nº 02/2017.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a compensação e o aumento de valor para contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais, instalação e desinstalação da rede elétrica, para a Expo Peritiba a realizar-se de 18 a 20 de Agosto de 2017.

Valor: R\$ 8.230,01 (Oito mil, duzentos e trinta reais e um centavo).

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO 111/2017 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 85/2017.

Contratado: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME. CNPJ: 01.627.484/0001-66.

Data de Vigência: 17/08/2017 a 29/08/2017.

Município de Peritiba – SC em 17 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO ADMINISTRATIVO 312/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO 312/2017

PREGÃO PRESENCIAL 066/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELLI ME, autorizado através do Processo n 231/2017 Licitação nº 066/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELLI ME

CNPJ-MF n.º. 17.848.143/0001-50

Endereço: ROD BR 470, nº 13901, sala 02, Bairro Pamplona

RIO DO SUL – SC – CEP : 89164-330

Representada por: JOSIANE CARLESSO

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 066/2017, datado de 22 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação 066/2017, modalidade Pregão Presencial –

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UM APARELHO DE AR CONDICIONADO PARA O DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR , conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Aparelho de Ar condicionado	Modelo Split, capacidade minima de 12.000 BTUs ciclo quente e frio, eficiência energetica classe A, com alimentação de 220 Volts	01	R\$ 1.589,00	R\$ 1.589,00
02	Instalação de um aparelho de Ar Condicionado	A instalação do aparelho objeto da presente licitação a ser realizada no destacamento da Policia Militar, localizada na Av. Marechal Arthur Costa e Silva, Centro, Pinheiro Preto – SC. A tubulação deverá ser em cobre.	01	R\$ 339,00	R\$ 339,00
VALOR TOTAL:					R\$ 1.928,00

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DO PREÇO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá EXPEDIR NOTA FISCAL, emitida sem rasuras, o número do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, o equipamento não estiver em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo Sexto. O pagamento correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:6 - Segurança Pública  
Subfunção:181 - Policiamento  
Programa:4 - Segurança Municipal  
Ação:2.67 - MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RADIOPATROLHA - POLICIA MILITAR  
Despesa 188 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 22/08/2017 com término do prazo de garantia em 22/08/2018.

Parágrafo único. A garantia mínima deverá ser de 12 meses.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 066/2017 – modalidade pregão presencial – , obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1 Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

8.2 O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 22 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

CLIMAR ELETRO REFRIGERAÇÃO EIRELLI ME

Representada por: JOSIANE CARLESSO

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**CONTRATO ADMINISTRATIVO 314/2017****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 314/2017**

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE CARRINHOS E CADEIRAS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa NINI VIDEIRA COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA – ME autorizado através do Processo n.253/2017, Licitação n. 164/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: NINI VIDEIRA COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA – ME

CNPJ-MF n.º.21.670.613/0001-06

Endereço: Rua XV de Novembro, nº 591, Sala 01, Bairro Centro

VIDEIRA – SC – CEP: 89560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 164/2017, datado de 23/08/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

0.1 O presente contrato tem como objeto, a aquisição de mapas e bandeiras para a Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Item	Material/Serviço	Qtd	Valor unitário	Valor total
1	CADEIRA REFEIÇÃO DE CHÃO VOYAGER COR UNISSEX	5	R\$ 189,90	R\$ 949,50
2	CARRINHO DE BEBÊ RECLINÁVEL COM COMBREIRO VOYAGER	3	R\$ 299,90	R\$ 899,70
Total Geral				R\$ 1.849,20

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:

12 - Educação

Subfunção:365 - Educação Infantil

**Programa:**

12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Despesa 131

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

**CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO**

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 164/2017 – modalidade dispensa de licitação, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA NONA - PENALIDADES**

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 23 de agosto de 2017

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

NINI VIDEIRA COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**PORTARIA 335**

PORTARIA Nº 335, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

Concede FÉRIAS A Servidora Pública Andressa Guzzi.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública andressa guzzi, ocupante do cargo público de Atendente de Creche I, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/02/2016 a 01/02/2017, cujo gozo dar-se-á no período compreendido entre 24 de agosto de 2017 a 22 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal, 23 de agosto de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 044/2017**

TERMO ADITIVO Nº044/2017

TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE HORA/MÁQUINA 249/2017

Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação do Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE HORA/MÁQUINA COM EQUIPAMENTO ESCAVADEIRA HIDRÁULICA Nº. 249/2017, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI, Autorizado através do Processo nº 183/2017, Licitação n. 060/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: ( sede ): Avenida Mal. Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por : PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: DEON TERRAPLANAGENS E CONSTRUÇÕES EIRELI

CNPJ-MF n.º. 05.979.350/0001-65

Endereço: Rua Alberto Grando 1880, Bairro Oficina,

Videira/SC, CEP 89560-000

Representada por: Maria Roseli Tesk Deon

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 FORNECIMENTO DE 10 HORAS/MÁQUINAS A SEREM PRESTADAS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 14.000 KG, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DENTRE OUTROS COMPATÍVEIS COM O EQUIPAMENTO, de corte de "cascalho", terraplenagem, corte de terra, aberturas de ruas e estradas, de acordo com as necessidades do período contratual, serviços estes a serem prestados nas propriedades agrícolas e estradas e bens municipais.

§ 1º. Os serviços nas propriedades agrícolas são variados, bem como variável o nº de horas, não podendo a contratada se negar a realizá-los, sob qualquer hipótese.

§ 2º É de inteira responsabilidade da contratada os custos com deslocamento do equipamento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO LEGAL**

2.1 A prorrogação do contrato vem prevista no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

2.2 A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula segunda, pelo preço de R\$ 200,00 (duzentos reais) por hora/máquina.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

Este contrato vigorará até 31/12/2017.

**CLÁUSULA QUINTA – DISPOSIÇÃO FINAL**

As demais cláusulas do contrato prorrogado permanecem inalteradas.

E , por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 24 de agosto de 2017.

**CONTRATANTE**

PEDRO RABUSKE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

**CONTRATADA**

DEON TERRAPLANAGENS

**TESTEMUNHAS:**

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 006/2017

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 004/2017

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento a ratificação/homologação procedida pelo Presidente, faz publicar o presente extrato.

CONTRATANTE: Câmara De Vereadores De Pinheiro Preto.

EMPRESA CONTRATADA: COMERCIO E TRANSPORTES WILSEN LTDA

OBJETO DA LICITAÇÃO: Conjunto de 09 Mesas e 01 Oratório para Plenário da Câmara VALOR TOTAL: R\$ 3.800,00 (Três Mil e Oitocentos Reais)

DOTAÇÃO: 2.19 – 44.90.52.42 Mobiliário em Geral.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Pinheiro Preto, 28 de agosto de 2017.

Kelvin Brocardo

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

# Piratuba

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2017

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PLANO PLURIANUAL 2018-2021.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 48 § I da Lei Complementar 101/2000 ( LRF ) que estabelece as diretrizes, baixa o seguinte:

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Para AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada no dia 05 de SETEMBRO de 2017 no AUDITÓRIO DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, situado à Av. 18 de Fevereiro, 20 - Centro, na cidade de Piratuba-SC.

A audiência, realizada na forma de exposições e manifestações verbais e escritas por convidados e participantes, será conduzida pelo Poder Executivo Municipal.

Que terá a seguinte ordem do dia:

16h00min – Abertura.

17h15min – Encerramento.

PIRATUBA-SC 25 de Agosto de 2017

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

### DECRETO 832/2017

DECRETO Nº 832/2017, de 25 de agosto de 2017

Abre crédito suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior no valor de R\$ 50.000,00 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do artigo 34 da Lei 1.374/2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e do artigo 42, inciso I e II, § 1º do artigo 43 e artigo 45 da Lei 4.320/64.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão: 13.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 13.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.043 – Distribuição de Medicamentos – Farmácia Básica e Suplementares

Modalidade: 34 – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0031 – Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL: ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2016, referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recursos – 0.3.0031 - Superávit Financeiro – PAB - Programa de Atenção Básica.

Valor ..... R\$ 50.000,00

TOTAL: ..... R\$ 50.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Piratuba-SC, 25 de agosto de 2017.

OLMIR PAULINO BENJAMINI  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Oficial

Conforme Lei n. 226/93

Em 25 de agosto de 2017.

Giovani Gelson Meneghel

Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### TC038\_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
Termo de Compromisso: 038/2017
Contratante: Município de Planalto Alegre. Contratada: JULIANA PAULA VIVIAN CHIARELLO MEI. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E REPAROS. Valor do Contrato: 95.860,00 (noventa e cinco mil oitocentos e sessenta reais). Vigência: 12 meses Licitação: Registro de preço nº 039/2017
Planalto Alegre- SC em 25, de Agosto de 2017
JUARES BET
Prefeito

### TC039\_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
Termo de Compromisso: 039/2017
Contratante: Município de Planalto Alegre. Contratada: LEONIR SESTRON SCHERER - ME Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E REPAROS. Valor do Contrato: 24.490,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e noventa reais). Vigência: 12 meses Licitação: Registro de preço nº 039/2017
Planalto Alegre- SC em 25, de Agosto de 2017
JUARES BET
Prefeito

### TC040\_2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO CONTRATUAL
Termo de Compromisso: 040/2017
Contratante: Município de Planalto Alegre. Contratada: HL DISTRIBUIDORA DE FERRAMENTAS LTDA – ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E REPAROS. Valor do Contrato: 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta reais). Vigência: 12 meses Licitação: Registro de preço nº 039/2017
Planalto Alegre- SC em 25, de Agosto de 2017

JUARES BET

Prefeito

**TC041\_2017**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO CONTRATUAL

Termo de Compromisso: 041/2017

Contratante: Município de Planalto Alegre.

Contratada: CIMEC PRE – FABRICADOS DE CIMENTO EIRELI – ME.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E REPAROS.

Valor do Contrato: 5.490,00 (cinco mil quatrocentos e noventa reais).

Vigência: 12 meses

Licitação: Registro de preço nº 039/2017

Planalto Alegre- SC em 25, de Agosto de 2017

JUARES BET

Prefeito

**TC042\_2017**

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO CONTRATUAL

Termo de Compromisso: 042/2017

Contratante: Município de Planalto Alegre.

Contratada: THORZA EQUIPAMENTOS LTDA ME

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCHA REFORÇADA PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA JCB 160.

Valor do Contrato: 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Vigência: 12 meses

Licitação: Registro de preço nº 040/2017

Planalto Alegre – SC, 25 de Agosto de 2017.

JUARES BET

Prefeito

# Pomerode

## PREFEITURA

### EDITAL N° 008/2017

Edital 008/2017

Convocação da Eleição do Conselho Local de Saúde para o Biênio 2017/2019

Art. 1º - A Coordenadora da Unidade de Saúde da Família Carlos Ramthun, nos termos do Regimento Interno do Conselho Local de Saúde de Pomerode Fundos, no uso das atribuições que lhes foram conferidas, comunica a toda a comunidade, que será realizada a eleição para a escolha dos representantes dos usuários no Conselho Local de Saúde de Pomerode Fundos.

Da participação no pleito eleitoral

Art. 2º - Poderão votar e serem votados os moradores da área de abrangência da Unidade de Saúde da Família Carlos Ranthum, maiores de dezesseis anos de idade, alfabetizados, cadastrados na área de abrangência da equipe pelos Agentes Comunitários de Saúde ou mediante comprovante de residência.

Da publicação das inscrições

Art. 3º - A listagem dos candidatos, inscritos para o processo eleitoral, será afixado nas dependências da Unidade de Saúde da Família Carlos Ramthun a partir do dia 20 de Julho de 2015, às 07h00min.

Da homologação das inscrições

Art. 4º - Os recursos para a Coordenadora da Unidade de Saúde deverão ser interpostos no dia da eleição e analisados e julgados até o fim da eleição.

Parágrafo Único: Os votos de candidatos excluídos não serão computados.

Art. 5º - A eleição ocorrerá no dia 25 de Setembro de 2017, das 07 horas às 16 horas, na Unidade Saúde da Família Carlos Ramthun e o período de inscrição será do dia 24 de Agosto de 2017 a 22 de Setembro de 2017 no mesmo local, das 07 horas às 12 h e das 13 h às 16 h.

Do resultado

Art. 6º - Encerrada a votação, a Comissão Eleitoral fará a apuração dos votos e logo após, a Coordenadora da Unidade de Saúde proclamará os usuários eleitos e a posse ocorrerá dia 04 de Outubro de 2017 durante a reunião bimestral do Conselho Local de Saúde.

Art. 7º - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria de Saúde.

Enfermeira Luana Maria Amandio Pereira  
Coordenadora da Unidade de Saúde da Família Carlos Ramthun

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 99/2017 IMPRENSA

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

CONTRATO Nº 99/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: NATANIELE BARRETO ALVES 07112232970

CNPJ: 28.114.685/0001-16

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE IMPRENSA, A SEREM PRESTADOS DIRETAMENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, DE ACORDO COM O DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL. Valor: R\$ 1.390,00 (Um Mil Trezentos e Noventa Reais) mensais, por um período de 05 (cinco) meses, totalizando a importância de R\$ 6.950,00 (Seis Mil Novecientos e Cinquenta Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 18 de Agosto de 2017 até 31 de Dezembro de 2017. Ponte Serrada, 25 de Agosto de 2017. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.

### EXTRATO PUBLICAÇÃO DE AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS NA MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público autorização de fornecimento de PROCESSOS LICITATÓRIOS na MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme segue:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº		
PREGÃO Nº : 1/2016 - PR		
Nº AF	FORNECEDOR	VALOR
95/2017	IRMÃOS DE GREGORI LTDA.	R\$ 540,12
96/2017	ADAJU CARNES LTDA. ME	R\$ 625,00
97/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 620,27
98/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 425,74
99/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 139,60
100/2017	IRMÃOS DE GREGORI LTDA.	R\$ 1.204,60
101/2017	ADAJU CARNES LTDA. ME	R\$ 937,50
102/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 1.383,91
103/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 618,64
104/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 266,20
105/2017	IRMÃOS DE GREGORI LTDA.	R\$ 42,00
106/2017	IRMÃOS DE GREGORI LTDA.	R\$ 147,00
	TOTAIS	R\$ 6.950,58
PROCESSO LICITATÓRIO Nº		
PREGÃO Nº : 2/2016 - PR		
Nº AF	FORNECEDOR	VALOR
87/2017	DISK GÁS CASA LTDA	R\$ 1.014,00
	TOTAIS	R\$ 1.014,00
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14 /2017		

## PREGÃO Nº : 1/2016 - PR

Nº AF	FORNecedor	VALOR
260/2017	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELETRICAS LTDA EPP	R\$ 9.665,93
261/2017	OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELETRICAS LTDA EPP	R\$ 2.200,45
	TOTAIS	R\$ 11.866,38

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18 /2016

## PREGÃO Nº : 12/2016 - PR

Nº AF	FORNecedor	VALOR
001/2017	AUTO MECÂNICA BRANSALES LTDA EPP	R\$ 7.935,82
002/2017	R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME	R\$ 65.400,00
003/2017	PNEU BOM LTDA EPP	R\$ 11.480,00
007/2017	R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME	R\$ 800,00
082/2017	AUTO MECÂNICA BRANSALES LTDA EPP	R\$ 4.120,04
88/2017	R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME	R\$ 1.256,00
89/2017	AUTO MECÂNICA BRANSALES LTDA EPP	R\$ 1.488,04
90/2017	R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME	R\$ 628,00
91/2017	AUTO MECÂNICA BRANSALES LTDA EPP	R\$ 608,00
127/2017	AUTO MECÂNICA BRANSALES LTDA EPP	R\$ 1.216,00
128/2017	AUTO MECÂNICA BRANSALES LTDA EPP	R\$ 608,00
129/2017	AUTO MECÂNICA BRANSALES LTDA EPP	R\$ 362,00
176/2017	AUTO MECÂNICA BRANSALES LTDA EPP	R\$ 1.839,00
	TOTAIS	R\$ 97.740,90

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2016

## PREGÃO Nº : 29/2016 - PR

Nº AF	FORNecedor	VALOR
009/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 58,80
010/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 820,95
011/2017	ROBERTO MISTURA ME	R\$ 171,47
012/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 66,65
013/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 70,50
014/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 188,52
015/2017	ROBERTO MISTURA ME	R\$ 146,25
016/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 163,35
017/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 217,55
018/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 84,35
019/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 780,82
020/2017	ROBERTO MISTURA ME	R\$ 158,85
021/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 66,65
022/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 109,70
023/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 53,65
092/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 292,50
108/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 121,40
109/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 147,55
110/2017	ROBERTO MISTURA ME	R\$ 151,10
111/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 76,80
134/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 9.476,00
135/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 19.338,30

136/2017	ROBERTO MISTURA ME	R\$ 8.908,75
137/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 2.670,50
138/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 8.758,00
250/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 596,80
251/2017	ROBERTO MISTURA ME	R\$ 314,90
252/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 264,00
253/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 461,35
	TOTAIS	R\$ 54.736,01

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2016

## PREGÃO Nº : 21/2016 - PR

Nº AF	FORNECEDOR	VALOR
008/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 208,25
28/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 80,69
30/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 462,77
76/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 231,38
83/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 754,65
84/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 415,74
85/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 553,83
112/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 464,98
113/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 1.277,35
114/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 1.754,73
130/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 26.426,47
131/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 1.626,22
132/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 809,40
133/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 1.382,75
215/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 1.119,61
223/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 925,54
225/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 631,46
226/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 2.028,68
227/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 302,85
228/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 1.680,92
254/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 3.438,75
255/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 973,63
256/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 2.184,35
257/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 356,76
258/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 322,51
259/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 383,49
282/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 3.037,86
423/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 3.541,47
463/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 1.816,74
464/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 12.423,16
532/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 615,03
533/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 149,28
572/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 374,41
688/2017	PS PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 1.380,85
	TOTAIS	R\$ 74.136,56

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2016

## PREGÃO Nº : 24/2016 - PR

Nº AF	FORNCEADOR	VALOR
31/2017	F. VACHILESKI E CIA LTDA	R\$ 7.809,00
77/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 1.467,85
78/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 739,80
79/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 932,82
80/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 155,12
81/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 196,59
139/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 2.458,34
140/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 272,85
141/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 238,64
196/2017	F. VACHILESKI E CIA LTDA	R\$ 1.335,00
277/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 1.359,43
278/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 616,50
284/2017	F. VACHILESKI E CIA LTDA	R\$ 1.919,00
380/2017	F. VACHILESKI E CIA LTDA	R\$ 585,00
381/2017	F. VACHILESKI E CIA LTDA	R\$ 325,00
422/2017	F. VACHILESKI E CIA LTDA	R\$ 3.046,00
441/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 1.282,25
442/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 1.467,85
576/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 238,99
577/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 311,91
578/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 352,04
579/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 733,92
580/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 336,12
581/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 493,20
600/2017	F. VACHILESKI E CIA LTDA	R\$ 1.458,00
614/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 1.627,20
615/2017	MICHELON PNEUS LTDA.	R\$ 592,71
702/2017	F. VACHILESKI E CIA LTDA	R\$ 975,00
703/2017	F. VACHILESKI E CIA LTDA	R\$ 1.148,00
	TOTAIS	R\$ 34.474,13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2016

PREGÃO Nº : 26/2016 - PR

Nº AF	FORNCEADOR	VALOR
005/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 100,17
32/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 50,78
33/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 272,44
34/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 107,39
35/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 90,73
36/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 811,15
37/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 89,08
38/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 115,41
40/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 624,60
41/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 88,03
42/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 50,82
43/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 29,65
44/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 28,57
46/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 77,92
51/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 52,02

63/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 43,27
64/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 5,44
65/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 40,26
66/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 77,49
67/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 125,15
68/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 32,58
69/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 131,14
70/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 72,01
71/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 36,86
72/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 115,32
73/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 75,85
74/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 50,78
75/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 183,07
145/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 81,79
146/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 204,65
147/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 71,55
148/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 113,68
149/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 171,80
150/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 106,71
151/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 911,15
152/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 89,08
153/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 140,51
154/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 134,66
155/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 576,10
156/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 68,42
157/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 71,93
158/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 101,89
159/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 147,73
160/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 51,34
161/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 149,62
162/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 894,93
163/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 261,78
164/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 420,00
165/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 522,23
166/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 99,32
167/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 111,72
168/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 57,88
169/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 180,75
170/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 75,90
171/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 81,34
172/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 55,10
173/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 39,96
174/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 113,20
175/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 36,84
177/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 43,27
178/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 40,26
179/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 62,06
180/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 121,15
181/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 32,58
182/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 30,46

183/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 84,24
184/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 38,72
185/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 95,29
186/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 36,84
244/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 386,66
283/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 133,40
313/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 504,90
314/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 94,72
315/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 61,40
316/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 69,12
317/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 142,49
318/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 75,90
319/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 59,27
320/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 77,70
321/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 70,63
322/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 84,10
323/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 54,37
324/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 72,30
325/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 17,16
326/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 27,74
327/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 116,85
328/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 32,58
329/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 97,94
330/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 59,68
331/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 13,67
332/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 73,90
333/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 27,38
334/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 162,62
335/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 997,30
336/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 183,28
337/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 465,95
338/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 392,25
339/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 83,83
340/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 772,47
341/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 71,37
342/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 73,90
343/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 234,88
344/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 233,06
345/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 51,34
346/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 791,36
347/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 41,48
348/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 61,90
349/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 92,03
350/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 516,86
351/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 127,40
352/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 1.088,91
353/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 129,08
354/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 257,28
355/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 524,81
406/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 138,90

407/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 202,94
478/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 105,41
479/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 42,55
480/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 36,35
481/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 74,85
482/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 63,17
483/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 149,85
484/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 578,93
485/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 167,13
486/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 139,00
487/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 489,36
488/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 80,36
489/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 85,25
490/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 25,68
491/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 34,95
492/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 30,70
493/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 177,80
494/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 1.034,23
495/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 328,59
496/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 116,06
497/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 268,14
498/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 552,75
499/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 136,82
500/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 6,00
501/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 161,80
502/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 13,05
503/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 58,66
504/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 703,64
505/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 87,13
506/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 28,30
507/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 90,98
508/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 132,32
509/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 31,56
510/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 8,61
511/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 223,69
512/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 769,65
513/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 169,33
514/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 166,14
515/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 473,83
516/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 561,40
517/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 75,60
518/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 29,80
519/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 23,90
520/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 29,00
521/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 109,99
522/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 798,36
523/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 73,20
524/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 61,90
525/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 118,97
526/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 10,60

527/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 509,94
528/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 68,14
529/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 25,36
530/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 116,85
531/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 39,83
639/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 884,03
640/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 913,86
641/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 953,03
642/2017	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	R\$ 218,37
645/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 69,55
646/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 55,64
647/2017	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	R\$ 39,65
648/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 157,40
649/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 211,46
650/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 393,57
651/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 8,00
652/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 49,89
653/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 116,55
654/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 29,68
655/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 62,15
656/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 107,36
657/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 453,48
658/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 4,25
659/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 31,60
660/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 396,70
661/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 37,35
662/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 44,72
663/2017	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	R\$ 135,85
664/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 73,75
665/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 76,66
666/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 132,78
667/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 52,44
668/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 94,45
669/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 34,50
670/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 64,73
	TOTAIS	R\$ 36.754,38

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2016

PREGÃO Nº : 27/2016 - PR

Nº AF	FORNecedor	VALOR
004/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 643,90
58/2017	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	R\$ 45,00
59/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 436,20
60/2017	PEGASUS ATACADISTA LTDA ME	R\$ 1.083,85
61/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 670,90
62/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 391,00
94/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 520,60
238/2017	BARONESA LTDA	R\$ 722,15
239/2017	STAUDT & FRANCESQUETT LTDA	R\$ 755,60
240/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 660,60

241/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 73,45
246/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 137,00
247/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 109,60
248/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 82,20
405/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 2.753,70
	TOTAIS	R\$ 9.085,75

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2016

## PREGÃO Nº : 30/2016 - PR

Nº AF	FORNCEADOR	VALOR
311/2017	PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	R\$ 3.217,10
312/2017	PLANATERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO	R\$ 3.217,10
	TOTAIS	R\$ 6.434,20

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 51/2016

## PREGÃO Nº : 32/2016 - PR

Nº AF	FORNCEADOR	VALOR
27/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 345,52
	TOTAIS	R\$ 345,52

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº10/2017

## PREGÃO Nº :8/2017 - PR

Nº AF	FORNCEADOR	VALOR
279/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME.	R\$ 7.616,00
457/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME.	R\$ 1.743,52
704/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME.	R\$ 3.967,12
705/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME.	R\$ 4.082,55
706/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME.	R\$ 3.952,33
832/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME.	R\$ 4.010,73
900/2017	PAULO JUNIOR BARBOSA ME.	R\$ 5.235,49
	TOTAIS	R\$ 30.607,74

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº12/2017

## PREGÃO Nº 10/2017 - PR

Nº AF	FORNCEADOR	VALOR
357/2017	CHAPEAÇÃO E PINTURA PONTE SERRADA LTDA.	R\$ 15.100,00
358/2017	MECÂNICA AUTO PONTE LTDA	R\$ 18.400,00
359/2017	FORMIGHERI AUTO PECAS E SERVICOS LTDA.	R\$ 20.200,00
361/2017	CLAUDIO GHIGGI ME	R\$ 15.600,00
362/2017	AUTO ELETRICA PONTE SERRADA EIRELI - ME	R\$ 13.000,00
363/2017	TOBIAS SERVICOS EIRELI - ME	R\$ 16.800,00
755/2017	IVEPECAS COMERCIO DE PECAS EIRELI - ME	R\$ 2.520,00
931/2017	RUDIMAR TENUTI	R\$ 480,00
	TOTAIS	R\$ 102.100,00

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº11/2017

## PREGÃO Nº 11/2017 - PR

Nº AF	FORNCEADOR	VALOR
287/2017	SUPERMERCADO POLETTI LTDA.	R\$ 3.436,00

400/2017	SUPERMERCADO POLETTO LTDA.	R\$ 2.491,10
458/2017	SUPERMERCADO POLETTO LTDA.	R\$ 2.577,00
	TOTAIS	R\$ 8.504,10
PROCESSO LICITATÓRIO Nº26/2017		
PREGÃO Nº 17/2017 - PR		
Nº AF	FORNEDOR	VALOR
539/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 526,10
540/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 970,10
541/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 123,92
542/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 485,86
543/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 502,24
544/2017	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 1.027,00
545/2017	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 713,45
546/2017	TECIMAIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA - ME	R\$ 95,64
547/2017	TECIMAIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA - ME	R\$ 74,96
548/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 581,35
549/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 337,65
550/2017	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	R\$ 260,05
551/2017	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	R\$ 160,95
552/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 252,80
553/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 133,05
554/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 24.959,72
555/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 1.279,00
556/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 21.377,00
557/2017	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 4.049,40
558/2017	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	R\$ 5.353,90
559/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 3.414,30
573/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 4.879,35
618/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 2.729,20
709/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 523,58
710/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 816,20
711/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 131,00
712/2017	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	R\$ 122,80
713/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 79,31
714/2017	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 168,05
715/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 106,03
787/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 1.227,26
788/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 1.058,42
789/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 154,90
790/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 232,35
791/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 131,16
796/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 1.084,30
809/2017	MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME	R\$ 435,00
810/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 460,00
811/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 450,00
815/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 2.881,61
830/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 1.542,66
865/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 2.075,60
866/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 232,35

892/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 900,38
893/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 364,63
894/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 261,06
966/2017	MARCIO ANTONIO MORAS - ME	R\$ 8.244,90
967/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 7.532,00
968/2017	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA	R\$ 390,00
969/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 885,24
970/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 82,50
971/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 580,00
	TOTAIS	R\$ 107.440,28

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº24/2017

## PREGÃO Nº 18/2017 - PR

Nº AF	FORNecedor	VALOR
421/2017	JUCE MARA CAGLIARI	R\$ 98,00
424/2017	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	R\$ 175,99
534/2017	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PAO LTDA ME	R\$ 261,00
590/2017	JUCE MARA CAGLIARI	R\$ 110,80
599/2017	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	R\$ 27,74
617/2017	JUCE MARA CAGLIARI	R\$ 70,00
837/2017	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PAO LTDA ME	R\$ 50,00
972/2017	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PAO LTDA ME	R\$ 163,69
975/2017	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PAO LTDA ME	R\$ 49,66
	TOTAIS	R\$ 1.006,88

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº31/2017

## PREGÃO Nº 20/2017 - PR

Nº AF	FORNecedor	VALOR
674/2017	RÁDIO NAMBA LTDA.	R\$ 39.270,00
675/2017	RÁDIO BEBEDOURO FM LTDA.	R\$ 39.130,00
	TOTAIS	R\$ 78.400,00

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº35/2017

## PREGÃO Nº 21/2017 - PR

Nº AF	FORNecedor	VALOR
834/2017	ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DE PASSOS MAIA	R\$ 9.780,00
	TOTAIS	R\$ 9.780,00

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº35/2017

## PREGÃO Nº 21/2017 - PR

Nº AF	FORNecedor	VALOR
730/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 6.405,20
731/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 16,58
733/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 2.101,50
734/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 11,55
735/2017	TECIMAIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA - ME	R\$ 1.441,00
736/2017	TECIMAIS COMERCIO DE TECIDOS E AVIAMENTOS LTDA - M	R\$ 7,62
737/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 8.949,50
738/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 187,56

739/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 5.133,00
740/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 225,00
742/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 89,75
743/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 5.492,00
744/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 236,65
745/2017	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	R\$ 2.140,50
746/2017	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	R\$ 40,45
748/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 12.547,00
754/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 172,50
795/2017	SUPERMERCADO POLETTTO LTDA.	R\$ 7.543,50
814/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 1.404,47
858/2017	JANDIRA CAPPELLARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	R\$ 830,75
859/2017	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 57,75
860/2017	SCS COMERCIO LTDA ME	R\$ 914,85
861/2017	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	R\$ 574,50
862/2017	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME	R\$ 231,15
863/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 402,20
864/2017	ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	R\$ 200,90
965/2017	MERCADO KAEKA LTDA ME	R\$ 750,00
	TOTAIS	R\$ 58.107,43

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº35/2017

## PREGÃO Nº 21/2017 - PR

Nº AF	FORNecedor	VALOR
827/2017	FABIO JUNIOR RIBEIRO EIRELI	R\$ 2.205,00
829/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 1.552,40
835/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 3.656,43
836/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 3.128,80
925/2017	PAVELSKI PRÉ MOLDADOS LTDA ME	R\$ 5.827,62
926/2017	FABIO JUNIOR RIBEIRO EIRELI	R\$ 4.967,00
927/2017	FABIO JUNIOR RIBEIRO EIRELI	R\$ 650,00
934/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 2.058,58
935/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 1.882,16
936/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 3.759,25
937/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 246,11
938/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 516,04
939/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 745,64
940/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 119,49
941/2017	DIMASA DISTRIBUIDORA DE MAT. E SANITÁRIOS LTDA EPP	R\$ 824,09
974/2017	PAVELSKI PRÉ MOLDADOS LTDA ME	R\$ 1.724,68
	TOTAIS	R\$ 33.863,29

Ponte Serrada, 28 de agosto de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

**EXTRATO PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2017 TOMADA DE PREÇO Nº 09/2017 AMPLIAÇÃO CRAS**

AVISO DE PUBLICAÇÃO - REVOGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 67/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2017

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO E NOS TERMOS DO ART. 49 DA LEI Nº 8.666/93, FICA REVOGADO ESTE PROCESSO LICITATÓRIO. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO GLOBAL DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO EXECUTIVO ANEXO APROVADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, MANDATÁRIA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NO ÂMBITO DO CONVÊNIO Nº 841850/2016/FNAS/CAIXA, CONTRATO DE REPASSE Nº 1.037.283-70/2016.

Ponte Serrada, 28 de agosto de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

**RETIFICA PROCESSO LICITATÓRIO 72/2017 PREGÃO PRESENCIAL 39/2017**

AVISO DE PUBLICAÇÃO - RETIFICA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PELO PERÍODO DE 12 MESES PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. ONDE LÊ-SE: Abertura da Sessão às 08:30 horas (horário de Brasília) do dia 04/09/2017. LEIA-SE: Abertura da Sessão às 08:30 horas (horário de Brasília) do dia 11/09/2017. AS DEMAIS INFORMAÇÕES PERMANECEM SEM ALTERAÇÃO. Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 13h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com) ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 28 de agosto de 2017.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 016/2017 - AMASPU

Extrato de Contrato 016/2017 – AMASPU

Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e Rosangela Aparecida Silveira ME

Objeto: Prestação de serviços na área de saúde – laboratório clínico.

Valor Total: Conforme Tabela CBHPM 4ª edição

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Processo de licitação nº 015/2017 - Inexigibilidade nº 012/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 23 de agosto de 2017.

Margareth Flissak

Presidente AMASPU

Rosangela Aparecida Silveira ME

Contratada

### EXTRATO DE CONTRATO 017/2017 - AMASPU

Extrato de Contrato 017/2017 – AMASPU

Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e Melo e Garcia Clínica Médica SSP.

Objeto: Prestação de serviços na área de saúde.

Valor Total: Conforme tabela CBHPM 4ª edição

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Processo de licitação nº 017/2017 - Inexigibilidade nº 014/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 23 de agosto de 2017.

Margareth Flissak

Presidente AMASPU

Melo e Garcia Clínica Médica SSP

Contratada

### LEI Nº 4.476/2017

LEI Nº 4.476, de 23 de agosto de 2017.

Denomina o Terminal Urbano de Porto União de Prefeito Ilário Sander.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado o Terminal Urbano de Porto União de Prefeito Ilário Sander.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 23 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO

Secretário Municipal de Administração e Esporte

### ANEXO I

Ilário Sander nasceu em 09 de março de 1943, em Porto União, filho de Arnaldo Sander e Selma Sander, vindos do Estado do Rio Grande do Sul, da Cidade de Nova Petrópolis. Em São Pedro do Timbó, interior de Porto União, realizou seus estudos primários. Em 06 de julho de 1963, casou-se com Dona Olívia Rosenscheg, com a qual teve uma filha: Clarice Maria Sander Carneiro, nascida em 30 de junho de 1965. Clarice casou-se com Lauro José Carneiro.

Ilário Sander exerceu diversas atividades, foi agricultor, industrial e comerciante. Participou da Diretoria da APP – Associação de Pais e Professores da Escola Básica Estadual Clementino Brito, da Diretoria da Igreja e da Comissão de Festas do Clube 25 de Julho do Distrito de Santa Cruz do Timbó.

Ilário Sander sempre residiu no Distrito de Santa Cruz do Timbó, Município de Porto União.

Na vida política foi filiado a ARENA, ao PP (Partido Popular) e ao PMDB. Foi vereador de 1977 a 1983. Em 1983, foi empossado vice-prefeito, assumindo a chefia do Poder Executivo Municipal em 14 de junho de 1986, com a renúncia do titular Alexandre Passos Puzyna, que disputava uma vaga de Deputado Federal Constituinte, exercendo o cargo até 31 de dezembro de 1988. Em 01 de janeiro de 1993, foi empossado Prefeito do Município de Porto União, cargo que exerceu até 31 de dezembro de 1996. Ilário Sander também foi vereador de Porto União. Morreu às seis horas da manhã do dia dezesseis de janeiro de 2016, o ex-prefeito de Porto União Ilário Sander.

A presente Lei é uma singela homenagem a uma pessoa simples, admirada por todos, personalidade de respeito e dedicação ao próximo. O nome escolhido para denominar o Terminal Urbano do nosso Município é de um cidadão que prestou significativos serviços à população portouniense.

**PORTARIA Nº 830/2017 - RH**

PORTARIA Nº 830, de 01 de agosto de 2017.

Dispõe sobre Contratação por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 01 de agosto de 2017 a 31 de julho de 2018, ou até a realização do Processo Seletivo, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, Jacqueline Kseniuk, para o emprego público de Enfermeiro do PSF (Programa Saúde da Família), de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.949 de 30 de novembro de 2011, para atender a demanda junto a Estratégia Saúde da Família – ESF do Bairro Santa Rosa e em razão de não haver candidatos aprovados em concurso publico para o cargo.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto à Estratégia Saúde da Família – ESF do Bairro Santa Rosa, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 078/2017 DE 01/08/2017 DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina 47 3545-8700

DECRETO Nº 078/2017 de 01/08/2017

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 08 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 03- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

Funcional: 26.782.0039.1.007 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos

(86) 4.4.90.00.00.00.00.0016 - Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 01 de agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 079/2017 DE 03/08/2017 INSTITUI O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina [www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br)

DECRETO Nº 079/2017 de 03/08/2017

Institui o Sistema de Credenciamento de Serviços de Borracharia, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e Lei 8.666/93, de 21.06.1993.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Credenciamento de Serviços de Borracharia no Município de Pouso Redondo.

§ 1º —As empresas interessadas em se credenciar junto ao Poder Público Municipal, deverão prestar os serviços obedecendo a Tabela de Preço, Anexo I deste decreto.

§ 2º - Os documentos necessários para o credenciamento são:

Para fins de inscrição ao credenciamento, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação em original ou cópias devidamente autenticadas:

1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA e FISCAL:

- a) Cópia do documento de constituição da empresa e de suas alterações e comprovante de residência do sócio administrador;
- b) Inscrição de Pessoa Jurídica junto a Secretaria Municipal da Administração e Finanças – Domicílio Tributário;
- c) Declaração do proponente de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, que tenha sido expedida por órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo;
- d) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS–CRF (Cadastro da Receita Federal);

- f) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais quanto aos Tributos e Contribuições Federais e também quanto à Dívida Ativa da União;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- i) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;
- j) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;
- k) Certidão Negativa de Ações de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial;
- l) Solicitação de credenciamento, por ofício e/ou requerimento endereçado ao Município;
- M). Os documentos de regularidade fiscal, indicados nas letras d, e, f, h, i e k, poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral vigente, emitido pela Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, desde aqueles estejam dentro dos respectivos prazos de validade.
- m) Indicação do banco, agência e conta corrente da empresa a ser credenciada, para depósito dos valores referentes aos serviços objeto do credenciamento.

Obs. Os documentos indicados, dos quais poderão ser apresentadas cópias simples, desde que acompanhadas do documento original, para que a Comissão de Licitação dê a fé pública ao documento, ou autenticadas deverão ser autenticadas em cartório.

§ 3º - Após o Credenciamento a Administração poderá exigir a qualquer momento a apresentação dos documentos de habilitação.

Art. 2º - As empresas Credenciadas receberão o pagamento a cada trinta dias mediante prestação do serviço e apresentação de fatura.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo/SC, 03 de agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

#### ANEXO ÚNICO – TABELA DE PREÇOS

##### TABELA DE PREÇOS

##### ANEXO I

VALOR	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/MATERIAL
15,00	Conserto, montagem, ou troca de pneus de veículos leves até o aro 17"
25,00	Conserto, montagem, ou troca de pneus de veículos do aro 17,5" até o aro 22,5"
50,00	Conserto, montagem, ou troca de pneus de tratores, maquinas, e equipamentos da linha pesada.
5,00	Conserto R 03, R 04, E R 05
10,00	Conserto VD 01
10,00	Conserto VD 02
10,00	Conserto VD 03
10,00	Conserto VD 04
20,00	Conserto VD 05
35,00	Conserto VD 06
35,00	Conserto VD 07
35,00	Conserto VD 08
35,00	Conserto VD 09
35,00	Conserto VD 10
15,00	Conserto RAC 12
35,00	Serviços prestados fora do estabelecimento comercial com veículo próprio (Hora)

Pouso Redondo/SC, 03 de agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 080/2017 DE 03/08/2017. DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina 47 3545-8700

DECRETO Nº 080/2017 de 03/08/2017.

Dispõe sobre suplementação por Provável Excesso de Arrecadação e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município conforme Lei nº 2.653/16 de 14/12/16.

DECRETA:

Art. 1º — Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município, usando como recursos o Provável Excesso de Arrecadação, como segue:

06. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

02. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.365.0018.2.012 – Manutenção do Ensino Infantil

(46) 3.1.90.00.00.00.00.00 0152 - Aplicações Diretas ..... R\$ 350.000,00

TOTAL ..... R\$ 350.000,00

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 03 de agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

**LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2017 - SAMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE-AGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 08/2017 – REGISTRO DE PREÇOS - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E ACESSÓRIOS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ESGOTO NO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE-SC PARA O EXERCÍCIO DE 2017

ENTREGA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 14:00 HORAS DO DIA 20/09/2017.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:15 HORAS DO DIA 20/09/2017.

O EDITAL E ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER OBTIDOS NO SEGUINTE ENDEREÇO E HORÁRIO: RUA IRINEU BORNHAUSEN, 320, CENTRO, NOS DIAS ÚTEIS, DE SEGUNDA À SEXTA, DAS 13:00H ÀS 19:00H OU PELO TELEFONE 048 3532-0132.

PRAIA GRANDE-SC, 25 DE AGOSTO DE 2017.

JOÃO LUIZ CUSTODIO

DIRETOR-PRESIDENTE DO SAMAE

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2017

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017

#### EXTRATO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE do Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h15min (oito horas e quinze minutos), do dia 14 (quatorze) de setembro de 2017, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a escolha mais vantajosa para a contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviço de exames laboratoriais de análises clínicas e exames de imagem, para a manutenção das atividades na Unidade Básica de Saúde no ano de 2017. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 28 DE AGOSTO DE 2017.

Neiva Kleemann Toniolo  
Gestora do Fun. Mun. de Saúde

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR 53/2017



#### PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

### LEI COMPLEMENTAR Nº 53/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

**ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 03/2004, DE 01/12/2004 – CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS COMO ESPECIFICA.**

**ISAMAR DE MELO**, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

#### LEI COMPLEMENTAR:

**Art. 1º** Os itens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.05, 14.05, 16.01 e 25.02 da Lista de Serviços instituída pelo artigo 204 da Lei Complementar nº 03/2004, de 01 de dezembro de 2004, passam a ter as seguintes redações:

**1.03** – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

**1.04** – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

**7.16** – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

**11.02** – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

**13.05** – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

**14.05** – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

**16.01** – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

**25.02** – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

**Art. 2º** A Lista de Serviços instituída pelo artigo 204 da Lei Complementar nº 03/2004, de 01 de dezembro de 2004, fica acrescida dos itens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.25 e 25.05 e passam ter as seguintes redações:

**1.09** – Disponibilizações, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelos prestadores de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

**6.06** – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

**14.14** – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

**16.02** – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

**17.25** – Inserções de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

**25.05** – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

**Art. 3º** O artigo 199 da Lei Complementar nº 03/2004, de 01 de dezembro de 2004, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 199 - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I ao XXV, quando do imposto será devido no local:

[...]

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

[...]

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

**Art. 4º** Ficam revogados todos os dispositivos que criaram incentivos, isenções e benefícios fiscais, conforme determina o Art. 6º da Lei 157/2016.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

**Art. 5º** A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento).

**§ 1º** O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista de serviços.

**§ 2º** É nula a lei ou o ato que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.

**Art. 6º** Ficam revogadas as alíquotas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN instituídas pelos artigos 204 e 205 da Lei Complementar 03/2004, de 01 de dezembro de 2004 e alterações posteriores.

**Art. 7º** Fica revogada a Lista de Serviços instituída pelo artigo 206 da Lei Complementar 03/2004, de 01 de dezembro de 2004 e alterações posteriores.

**Art. 8º** Fica instituída a nova Lista de Serviços e alíquotas de cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, conforme anexo I e Anexo II da Presente Lei Complementar.

**Art. 9º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir do exercício financeiro de 2018.

Presidente Nereu, 25 de agosto de 2017.

**ISAMAR DE MELO**

**PREFEITO MUNICIPAL**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**  
 Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC  
 CNPJ - 83.102.699/0001-28  
 Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115  
[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

## **ANEXO I – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 10/2017**

### **LISTA DE SERVIÇOS E ALÍQUOTAS PARA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN**

<b>Item</b>	<b>Descrição dos Serviços</b>	<b>Alíquota %</b>
<b>1.</b>	<b>SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CONGÊNERES.</b>	<b>3.5</b>
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	3.5
1.02	Programação.	3.5
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	3.5
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	3.5
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3.5
1.06	Assessoria e consultoria em informática.	3.5
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3.5
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3.5
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 2 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS). (incluído através da Lei Complementar Federal nº 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).	3.5
<b>2</b>	<b>SERVIÇOS DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DE QUALQUER NATUREZA.</b>	
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5
<b>3</b>	<b>SERVIÇOS PRESTADOS MEDIANTE LOCAÇÃO, CESSÃO DE DIREITO DE USO E CONGÊNERES.</b>	
3.01	(VETADO).	
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, <i>stands</i> , quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5
<b>4</b>	<b>SERVIÇOS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA MÉDICA E CONGÊNERE.</b>	
4.01	Medicina e biomedicina.	3.5
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3.5
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de	3.5



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

	saúde, prontos-socorros, ambulatorios e congêneres.	
4.04	Instrumentação cirúrgica.	3.5
4.05	Acupuntura.	3,5
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3.5
4.07	Serviços farmacêuticos.	3.5
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3.5
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3.5
4.10	Nutrição.	3.5
4.11	Obstetrícia.	3.5
4.12	Odontologia.	3.5
4.13	Ortótica.	3.5
4.14	Próteses sob encomenda.	3.5
4.15	Psicanálise.	3.5
4.16	Psicologia.	3.5
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3.5
4.18	Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.	3.5
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3.5
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3.5
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3.5
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3.5
4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3.5
<b>5</b>	<b>SERVIÇOS DE MEDICINA E ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA E CONGÊNERE.</b>	
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	3.5
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatorios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	3.5
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	3.5
5.04	Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.	3.5
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3.5
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3.5
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3.5
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3.5
5.09	Planos de atendimento e assistência médica-veterinária.	3.5
<b>6</b>	<b>SERVIÇOS DE CUIDADOS PESSOAIS, ESTÉTICA, ATIVIDADES FÍSICAS E CONGÊNERES.</b>	
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5
6.05	Centros de emagrecimento, <i>spa</i> e congêneres.	5
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. (incluído através da Lei Complementar Federal nº 157/2016, de 29 de dezembro de 2016)	5
<b>7</b>	<b>SERVIÇOS RELATIVOS A ENGENHARIA, ARQUITETURA, GEOLOGIA, URBANISMO, CONSTRUÇÃO CIVIL, MANUTENÇÃO, LIMPEZA, MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E CONGÊNERES.</b>	
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo,	5



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

	paisagismo e congêneres.	
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5
7.04	Demolição.	5
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5
7.08	Calafetação.	5
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5
7.14	(VETADO).	5
7.15	(VETADO).	5
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	5
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5
8	<b>SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, ENSINO, ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E EDUCACIONAL, INSTRUÇÃO, TREINAMENTO E AVALIAÇÃO PESSOAL DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA.</b>	
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	2



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2
<b>9</b>	<b>SERVIÇOS RELATIVOS À HOSPEDAGEM, TURISMO, VIAGENS E CONGÊNERES.</b>	
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, <i>apart-service</i> condominiais, <i>flat</i> , apart-hotéis, hotéis residência, <i>residence-service</i> , <i>suíte service</i> , hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5
9.03	Guias de turismo.	5
<b>10</b>	<b>SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO E CONGÊNERES.</b>	
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ), de franquia ( <i>franchising</i> ) e de faturização ( <i>factoring</i> ).	5
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5
10.06	Agenciamento marítimo.	5
10.07	Agenciamento de notícias.	5
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	5
<b>11</b>	<b>SERVIÇOS DE GUARDA, ESTACIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, VIGILÂNCIA E CONGÊNERES.</b>	<b>5</b>
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5
<b>12</b>	<b>SERVIÇOS DE DIVERSÕES, LAZER, ENTRETENIMENTO E CONGÊNERES.</b>	
12.01	Espectáculos teatrais.	3.5
12.02	Exibições cinematográficas.	3.5
12.03	Espectáculos circenses.	3.5
12.04	Programas de auditório.	3.5
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	3.5
12.06	Boates, <i>taxi-dancing</i> e congêneres.	5
12.07	<i>Shows</i> , <i>ballet</i> , danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3.5
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3.5
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

12.10	Corridas e competições de animais.	5
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	3,5
12.12	Execução de música.	3.5
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, <i>shows</i> , <i>ballet</i> , danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3.5
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	3.5
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	3.5
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, <i>shows</i> , concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	3.5
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	3.5
<b>13</b>	<b>SERVIÇOS RELATIVOS À FONOGRAFIA, FOTOGRAFIA, CINEMATOGRAFIA E REPROGRAFIA.</b>	
13.01	(VETADO).	5
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichê, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarem sujeitos ao ICMS.	5
<b>14</b>	<b>SERVIÇOS RELATIVOS A BENS DE TERCEIROS.</b>	
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5
14.02	Assistência Técnica.	5
14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.	5
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	5
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5
14.10	Tinturaria e lavanderia.	5
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5
14.12	Funilaria e lanternagem.	5
14.13	Carpintaria e serralheria.	5



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. (incluído através da Lei Complementar Federal nº 157/2016, de 29 de dezembro de 2016)	5
<b>15</b>	<b>SERVIÇOS RELACIONADOS AO SETOR BANCÁRIO OU FINANCEIRO, INCLUSIVE AQUELES PRESTADOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELA UNIÃO OU POR QUEM DE DIREITO.</b>	
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5
15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5
15.09	Arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ).	5
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de	5



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

	viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos à carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5
15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5
<b>16</b>	<b>SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE NATUREZA MUNICIPAL.</b>	
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	3
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal. (incluído através da Lei Complementar Federal nº 157/2016, de 29 de dezembro de 2016).	3
<b>17</b>	<b>SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO, JURÍDICO, CONTÁBIL, COMERCIAL E CONGÊNERES.</b>	
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	5
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5
17.07	(VETADO).	
17.08	Franquia ( <i>franchising</i> ).	5
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5
17.13	Leilão e congêneres.	5
17.14	Advocacia.	5



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5
17.16	Auditoria.	5
17.17	Análise de Organização e Métodos.	5
17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5
17.21	Estatística.	5
17.22	Cobrança em geral.	5
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização ( <i>factoring</i> ).	5
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita. (incluído através da Lei Complementar Federal nº 157/2016, de 29 de dezembro de 2016)	5
18	<b>SERVIÇOS DE REGULAÇÃO DE SINISTROS VINCULADOS A CONTRATOS DE SEGUROS; INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS PARA COBERTURA DE CONTRATOS DE SEGUROS; PREVENÇÃO E GERÊNCIA DE RISCOS SEGURÁVEIS E CONGÊNERES.</b>	
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5
19	<b>SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO E VENDA DE BILHETES E DEMAIS PRODUTOS DE LOTERIA, BINGOS, CARTÕES, PULES OU CUPONS DE APOSTAS, SORTEIOS, PRÊMIOS, INCLUSIVE OS DECORRENTES DE TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO E CONGÊNERES.</b>	
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5
20	<b>SERVIÇOS PORTUÁRIOS, AEROPORTUÁRIOS, FERROPORTUÁRIOS, DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS.</b>	
20.1	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5
21	<b>SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS, CARTORÁRIOS E NOTARIAIS.</b>	
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5
22	<b>SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO DE RODOVIA.</b>	



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5
<b>23</b>	<b>SERVIÇOS DE PROGRAMAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL, DESENHO INDUSTRIAL E CONGÊNERES.</b>	
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5
<b>24</b>	<b>SERVIÇOS DE CHAVEIROS, CONFECÇÃO DE CARIMBOS, PLACAS, SINALIZAÇÃO VISUAL, BANNERS, ADESIVOS E CONGÊNERES.</b>	
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, <i>banners</i> , adesivos e congêneres.	5
<b>25</b>	<b>SERVIÇOS FUNERÁRIOS.</b>	
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5
25.03	Planos ou convênio funerários.	5
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. (incluído através da Lei Complementar Federal nº 157/2016, de 29 de dezembro de 2016)	5
<b>26</b>	<b>SERVIÇOS DE COLETA, REMESSA OU ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS, DOCUMENTOS, OBJETOS, BENS OU VALORES, INCLUSIVE PELOS CORREIOS E SUAS AGÊNCIAS FRANQUEADAS; COURRIER E CONGÊNERES.</b>	
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; <i>courrier</i> e congêneres.	5
<b>27</b>	<b>SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.</b>	
27.01	Serviços de assistência social.	2
<b>28</b>	<b>SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.</b>	
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5
<b>29</b>	<b>SERVIÇOS DE BIBLIOTECONOMIA.</b>	
29.01	Serviços de biblioteconomia.	5
<b>30</b>	<b>SERVIÇOS DE BIOLOGIA, BIOTECNOLOGIA E QUÍMICA.</b>	
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5
<b>31</b>	<b>SERVIÇOS TÉCNICOS EM EDIFICAÇÕES, ELETRÔNICA, ELETROTÉCNICA, MECÂNICA, TELECOMUNICAÇÕES E CONGÊNERES.</b>	
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5
<b>32</b>	<b>SERVIÇOS DE DESENHOS TÉCNICOS.</b>	
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	5
<b>33</b>	<b>SERVIÇOS DE DESEMPAÇO ADUANEIRO, COMISSÁRIOS, DESPACHANTES E CONGÊNERES.</b>	
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5
<b>34</b>	<b>SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÕES PARTICULARES, DETETIVES E</b>	



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

	<b>CONGÊNERES.</b>	
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5
<b>35</b>	<b>SERVIÇOS DE REPORTAGEM, ASSESSORIA DE IMPRENSA, JORNALISMO E RELAÇÕES PÚBLICAS.</b>	
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5
<b>36</b>	<b>SERVIÇOS DE METEOROLOGIA.</b>	
36.01	Serviços de meteorologia.	5
<b>37</b>	<b>SERVIÇOS DE ARTISTAS, ATLETAS, MODELOS E MANEQUINS.</b>	
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5
<b>38</b>	<b>SERVIÇOS DE MUSEOLOGIA.</b>	
38.01	Serviços de museologia.	5
<b>39</b>	<b>SERVIÇOS DE OURIVESARIA E LAPIDAÇÃO.</b>	
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5
<b>40</b>	<b>SERVIÇOS RELATIVOS A OBRAS DE ARTE SOB ENCOMENDA.</b>	
40.01	Obras de arte sob encomenda.	5



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

[www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br)

## **ANEXO II – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 10/2017**

### **ISSQN NA TRIBUTAÇÃO FIXA**

Profissionais Liberais das áreas de medicina, odontologia, advocacia, engenharia e arquitetura.	3,00 UFM/ANO
Demais Profissionais Liberais	2,00 UFM/ANO
Autônomos de Nível Técnico	1,50 UFM/ANO
Autônomos em Geral	1.50 UFM/ANO

# Princesa

## PREFEITURA

### CONTRATO 41/2017 - GRUPO DE PATINAÇÃO

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: GRUPO DE PATINAÇÃO "ROSAS DO SUL"

Contrato: 41/2017-PM

Processo Licitatório: 65/2017-PM

Dispensa de Licitação: 14/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

Objeto: "Contratação de GRUPO DE PATINAÇÃO, para realizar apresentação de Show Artístico sobre rodas, com duração de aproximadamente 01h30min, a ser realizada no dia 01 de setembro de 2017".

Data da Assinatura: 24/08/2017

Data da Publicação: 25/08/2017

Vigência: 90 dias

Valor Total: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)

Forma de Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço

### DECRETO LIMITAÇÃO DE EMPENHO Nº. 214 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO LIMITAÇÃO DE EMPENHO Nº. 214 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

Estabelece Limitação de empenho e movimentação financeira pelo Poder Executivo Municipal de Princesa - SC, em atendimento ao que estabelece o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

DECRETA:

Art. 1º- Fica pelo presente Decreto estabelecido os critérios para limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira a ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal quando da realização de despesas e desembolso financeiro até o restabelecimento total do déficit orçamentário no montante de R\$ 1.610.215,90 (Um milhão, seiscentos e dez mil, duzentos e quinze reais e noventa centavos) apurado no período de janeiro a julho de 2017.

Art. 2º- Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Lei Municipal nº 840, de 26 de outubro de 2016- Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam bloqueadas as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa descritas a seguir:

ÓRGÃO: 12- SECRETARIA DE SAÚDE

UNIDADE: 12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

PROJ./ATIV.: 17.512.0013.1.013 – Saneamento Básico Geral

MODALIDADE:	(135) 4.4.90.00.0.1.0013.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.574.350,00
FONTE DE RECURSO: 01.0013.0000- Recurso Saneamento Básico				
TOTAL			R\$	1.574.350,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0068.2.071 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica

MODALIDADE:	(34) 3.3.90.00.0.1.0076.0000-	Aplicações Diretas	R\$	32.240,78
FONTE DE RECURSO: 01.0076.0000 – Recurso Proteção Social Básica				
TOTAL			R\$	32.240,78

ÓRGÃO: 05- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.365.0062.2.062 - Manutenção do Transporte Escolar Infantil

MODALIDADE:	(89) 3.3.90.00.0.1.0025.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.234,66
FONTE DE RECURSO: 01.0025.0000- Recurso PNATE Infantil				
TOTAL			R\$	2.234,66

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROJ./ATIV.: 08.244.0071.2.074 - Bloco da gestão do SUAS

MODALIDADE:	(38) 3.3.90.00.0.1.0018.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.390,46
FONTE DE RECURSO: 01.0018.0000 – Recurso IGD/SUAS				
TOTAL			R\$	1.390,46
TOTAL GERAL			R\$	1.610.215,90

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Princesa SC, 25 de agosto de 2017.  
Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

## DECRETO LIMITAÇÃO DE EMPENHO Nº. 215 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO LIMITAÇÃO DE EMPENHO Nº. 215 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

Estabelece Limitação de empenho e movimentação financeira pelo Poder Executivo Municipal de Princesa - SC, Fundo Municipal de Saúde, em atendimento ao que estabelece o art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

DECRETA:

Art. 1º- Fica pelo presente Decreto estabelecido os critérios para limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira a ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal quando da realização de despesas e desembolso financeiro até o restabelecimento total do déficit orçamentário no montante de R\$ 2.982,20 (Dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte centavos) apurado no período de janeiro a julho de 2017.

Art. 2º- Em cumprimento ao que determina o art. 16 da Lei Municipal nº 840, de 26 de outubro de 2016- Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam bloqueadas as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Grupos de Natureza de Despesa descritas a seguir:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.0024.2.024 – Manutenção Bloco Atenção Básica

MODALIDADE:	(11) 3.1.90.00.0.1.0031.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.567,73
FONTE DE RECURSO: 01.0031.0000 – Recurso Nasf				
TOTAL			R\$	2.567,73

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.302.0026.2.026 – Manutenção Bloco MAC

MODALIDADE:	(27) 3.3.90.00.0.1.0036.0000-	Aplicações Diretas	R\$	414,47
FONTE DE RECURSO: 01.0036.0000 – Recurso MAC- Consultas e Exames				
TOTAL			R\$	414,47
TOTAL GERAL			R\$	2.982,20

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Princesa SC, 25 de agosto de 2017.  
Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº. 213 DE 25.08.2017

DECRETO Nº 213, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES (ANTES DOS RECURSOS) RELATIVAS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o deferimento e o indeferimento das inscrições dos candidatos abaixo relacionados, referente ao Processo Seletivo Edital nº 002/2017, da Prefeitura Municipal de Princesa – SC.

## MONITOR DE CRECHE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	213	Alessandra Carol Markus	DEFERIDA
2	221	Ana Paula Schroder	DEFERIDA
3	93	Ana Paula Webler Laueremann	DEFERIDA
4	19	Ana Regina Rodrigues	DEFERIDA
5	143	Andressa Graf	DEFERIDA
6	32	Andrieli Bonavigo Schmitz	DEFERIDA
7	196	Ângela Graf	DEFERIDA
8	151	Caciane Marcela Madalozzo Arend	DEFERIDA
9	229	Carina Bonfante	DEFERIDA
10	110	Cristiane Tschiedel	DEFERIDA
11	231	Daiane Froza Britz	DEFERIDA
12	64	Débora Da Rosa Dias	DEFERIDA
13	212	Deisi Gralow	DEFERIDA
14	210	Diana Schmitz Siqueira	DEFERIDA
15	237	Edeli Dittrich Bolgenhagen	DEFERIDA
16	226	Edimara Aline Kroetz	DEFERIDA
17	184	Eliane Márcia Dos Santos	DEFERIDA
18	119	Estefani Araceli Zanini	DEFERIDA
19	228	Estefani Doss	DEFERIDA
20	65	Ester Veronilda Nardes	DEFERIDA
21	169	Franciela Triches Blasi	DEFERIDA
22	190	Gabriel Wagner	DEFERIDA
23	135	Idiamara Ely	DEFERIDA
24	227	Isabel Cristina Signor	DEFERIDA
25	45	Istefani Cristina Barro	DEFERIDA
26	170	Jackeline Cembrani	DEFERIDA
27	201	Jessica Luiza Klaus	DEFERIDA
28	189	Jéssica Lusía Noé	DEFERIDA
29	142	Jocelia Aozani	DEFERIDA
30	23	Josiane Maiara Guth	DEFERIDA
31	202	Juliana Inês Kern	DEFERIDA
32	180	Karina Aparecida Kieling	DEFERIDA
33	166	Leila Perboni	DEFERIDA
34	230	Lidiane Siqueira Weppo	DEFERIDA
35	104	Maira Regina Toigo	DEFERIDA
36	25	Natália Adams	DEFERIDA
37	219	Rosane Dos Santos	DEFERIDA
38	17	Sandra Zanotelli Martinelli	DEFERIDA
39	2	Taisa Degasperi	DEFERIDA

## PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	87	Cristiane Ely	DEFERIDA
2	141	Marinês Philipsen	DEFERIDA
3	168	Rúbia Taisi Pinheiro	DEFERIDA
4	16	Silvana Ester Delevatti	DEFERIDA

PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	125	Fátima Priska Eberhardt	DEFERIDA
2	136	Iohana Eloise Weiss	DEFERIDA
3	191	Jaqueline Adriani Dumke	DEFERIDA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	54	Ana Paula Bogorni	DEFERIDA
2	41	Ana Paula Gonçalves	DEFERIDA
3	88	Caroline Markus	DEFERIDA
4	200	Elizandra Fontana	DEFERIDA
5	3	Giovani Macedo	DEFERIDA
6	31	Gustavo Andrioli	DEFERIDA
7	126	Jaqueline Lazzari	DEFERIDA
8	173	Jossiel Becker	DEFERIDA
9	183	Karen Zanetti Bizotto	DEFERIDA
10	222	Leandro Schein	DEFERIDA
11	108	Nicholas Rossini Rohenkohl	DEFERIDA
12	81	Paloma Schuerz	DEFERIDA
13	132	Sibeli Vettorazzi	DEFERIDA
14	109	Sirlei Rubin	DEFERIDA
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	175	Jéssica Carina Gonçalves Ott	DEFERIDA
2	188	Scheila Beatriz Loch	DEFERIDA
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	198	Adenice Maria Winter Noll	DEFERIDA
2	59	Aline Andréia Spironello	DEFERIDA
3	153	Aline Cristina Dittrich	DEFERIDA
4	56	Ana Maria Casagrande Conferri	DEFERIDA
5	89	Claudiane Pauli	DEFERIDA
6	72	Cleusa De Fátima Telles Fantinelli	DEFERIDA
7	85	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	DEFERIDA
8	147	Daiane Pavin	DEFERIDA
9	68	Daiani Foretti	DEFERIDA
10	138	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	DEFERIDA
11	121	Deise Michele Tiecher	DEFERIDA
12	14	Dionara Decarli	DEFERIDA
13	144	Eduarda Noro	DEFERIDA
14	51	Eliane Da Silva Sertório	DEFERIDA
15	97	Elisandra Dos Reis	DEFERIDA
16	83	Franciele Da Rosa	DEFERIDA
17	217	Géssica Fernandes	DEFERIDA

18	181	Helena Cristine Pacheco	DEFERIDA
19	69	Ivanete Da Silva	DEFERIDA
20	207	Janete Bernardy	DEFERIDA
21	130	Jovana Neinas	DEFERIDA
22	161	Juliana Seibel Freddi	DEFERIDA
23	165	Kátia Sirlene Kuhn Dallo	DEFERIDA
24	171	Leandra Valeria Schultz	DEFERIDA
25	162	Luciane Zanini	DEFERIDA
26	5	Mara De Ré	DEFERIDA
27	52	Maria Carolina Araújo Johner	DEFERIDA
28	208	Marta Elena Bernardy Apio	DEFERIDA
29	60	Rosamar Mazzoneto	DEFERIDA
30	94	Sabrina Bannhara	DEFERIDA
31	118	Silene Águeda Etges	DEFERIDA
32	225	Silvana Tonello Nós	DEFERIDA
33	34	Simone Lauermann	DEFERIDA
34	40	Tathiane Mary Garcias Stanguerlin	DEFERIDA
35	176	Yeligel Laris Delevatti	DEFERIDA

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	43	Caroline Mortari	DEFERIDA
2	98	Cristiane Knob	DEFERIDA
3	218	Cristiane Maria Bolgenhagen	DEFERIDA
4	112	Jéssica Julia Meazza	DEFERIDA

## PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	58	Aline Andréia Spironello	DEFERIDA
2	152	Aline Cristina Dittrich	DEFERIDA
3	26	Ângela Cristina Both	DEFERIDA
4	18	Beatriz Martini	DEFERIDA
5	74	Camila Regina Kummer Brum	DEFERIDA
6	158	Catiane Regina Lavall	DEFERIDA
7	90	Claudiane Pauli	DEFERIDA
8	11	Cleide Luzia Gabriel	DEFERIDA
9	71	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	DEFERIDA
10	86	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	DEFERIDA
11	148	Daiane Pavin	DEFERIDA
12	67	Daiani Foretti	DEFERIDA
13	139	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	DEFERIDA
14	42	Edinara Aparecida Spezia	DEFERIDA
15	50	Eliane Da Silva Sertório	DEFERIDA
16	79	Elisiane Alves	DEFERIDA
17	39	Evandra Barichello	DEFERIDA
18	216	Géssica Fernandes	DEFERIDA
19	182	Helena Cristine Pacheco	DEFERIDA
20	179	Irene Regina Parmegiani	DEFERIDA

21	70	Ivanete Da Silva	DEFERIDA
22	177	Ivanete Zimmer	DEFERIDA
23	206	Janete Bernardy	DEFERIDA
24	101	Josenara Tais Heck	DEFERIDA
25	46	Judite Muller	DEFERIDA
26	91	Juliana Both	DEFERIDA
27	49	Juliane Kafer	DEFERIDA
28	155	Karline Elizabete Back	DEFERIDA
29	164	Kátia Sirlene Kuhn Dallo	DEFERIDA
30	185	Keli Cristina Muller Meazza	DEFERIDA
31	194	Lisane Lúcia Warken	DEFERIDA
32	4	Mara De Ré	DEFERIDA
33	53	Maria Carolina Araújo Johner	DEFERIDA
34	63	Maristela Garlet Muller	DEFERIDA
35	209	Marta Elena Bernardy Apio	DEFERIDA
36	106	Neiva Maria Becker Bossa	DEFERIDA
37	137	Patrícia Bernardi	DEFERIDA
38	77	Patrícia Noll	DEFERIDA
39	114	Sandra Luiza Back	DEFERIDA
40	120	Silene Águeda Etges	DEFERIDA
41	35	Simone Lauermann	DEFERIDA
42	163	Sueli Conceição Da Silva	DEFERIDA
43	195	Tatiane Daniela Sprandel Caramori	DEFERIDA

## PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	48	Caroline Mortari	DEFERIDA
2	99	Cristiane Knob	DEFERIDA
3	113	Jéssica Julia Meazza	DEFERIDA

## PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	117	Graciela Neumann	DEFERIDA
2	205	Mariele Dreyer Schneider	DEFERIDA
3	220	Taísa Graciela Sprandel	DEFERIDA

## PROFESSOR DE ESPANHOL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	73	Vanderlisse Ribeiro Alves	DEFERIDA

## PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	22	Karine Maria Kuhn	DEFERIDA
2	47	Larissa Andreia Krohn	DEFERIDA
3	223	Tatiane Bedin	DEFERIDA

## SEGUNDO PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO INFANTIL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
----	-------	-----------	--------------------

1	55	Ana Maria Casagrande Conferri	DEFERIDA
2	27	Ângela Cristina Both	DEFERIDA
3	100	Beatriz Martini	DEFERIDA
4	75	Camila Regina Kummer Brum	DEFERIDA
5	159	Catiane Regina Lavall	DEFERIDA
6	122	Deise Michele Tiecher	DEFERIDA
7	13	Dionara Decarli	DEFERIDA
8	145	Eduarda Noro	DEFERIDA
9	96	Elisandra Dos Reis	DEFERIDA
10	80	Elisiane Alves	DEFERIDA
11	84	Franciele Da Rosa	DEFERIDA
12	102	Josenara Tais Heck	DEFERIDA
13	131	Jovana Neinas	DEFERIDA
14	92	Juliana Both	DEFERIDA
15	160	Juliana Seibel Freddi	DEFERIDA
16	186	Keli Cristina Muller Meazza	DEFERIDA
17	214	Leandra Valéria Schultz	DEFERIDA
18	107	Neiva Maria Becker Bossa	DEFERIDA
19	78	Patrícia Noll	DEFERIDA
20	61	Rosamar Mazzoneto	DEFERIDA
21	115	Sandra Luiza Back	DEFERIDA

Art. 2º. Por este Decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 002/2017 do Município de Princesa – SC, as seguintes inscrições:

MONITOR DE CRECHE - PRINCESA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	28	Ana Paula Webler Lauermann	Cancelada pelo candidato.
2	167	Andréia Tatiane Baldus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	224	Camila Paim Lisboa	Cancelada pelo candidato.
4	12	Danilo Da Cruz Pereira	Cancelada pelo candidato.
5	203	Diego Domingos Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	174	Eliane Márcia Dos Santos	Cancelada pelo candidato.
7	66	Gésica Dinamara Hoesel	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	197	Jessica Mayara Wolfart	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	7	Luana Florencio Linck	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
10	105	Maira Aline Dassoler	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	6	Nathália Labres Pompermayer	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	235	Raquel Lazzari	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	146	Rosemilda Pereira Da Luz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	178	Rozeli Pinheiro Wronski	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	157	Tainara Aprecida Nilsson Paulus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO - PRINCESA			

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	44	Andréa Paula Welter	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	215	Carolina Brustolin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	8	Elizandra Fontana	Cancelada pelo candidato.
4	103	Lorena Mazoti Vieira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	76	Luana Cristina Schmidt	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	82	Maicon Joel Conte	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	15	Mengalvio Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	172	Rosane Maria Kummer	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
9	154	Tiago Katschor	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO - PRINCESA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	187	Elizandra Fontana	Cancelada pelo candidato.
2	156	Miriam Miranda Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	33	Nathan Kerkhoven	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - HABILITADO - PRINCESA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	29	Ana Paula Pecin	Cancelada pelo candidato.
2	20	Benedita Pessoa Furtado	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	37	Cristiane Knob	Cancelada pelo candidato.
4	204	Diego Domingos Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	62	Judite Muller	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	10	Vanessa Inelva Previdi	Cancelada pelo candidato.
7	123	Vera Lúcia Schmitz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO - PRINCESA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	236	Edeli Dittrich Bolgenhagen	Cancelada pelo candidato.
2	116	Kelcy Marine Gonçalves De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	140	Rosália De Sousa Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

## PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL - HABILITADO - PRINCESA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	30	Ana Paula Pecin	Cancelada pelo candidato.
2	38	Cristiane Knob	Cancelada pelo candidato.
3	36	Dulcilene Rocha Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	233	Edeli Dittrich Bolgenhagen	Cancelada pelo candidato.
5	150	Gisele Rodrigues Cabrera Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

6	134	Sueli Zamboni	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	9	Vanessa Inelva Previdi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE ENSINO INFANTIL - NÃO HABILITADO - PRINCESA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	234	Edeli Dittrich Bolgenhagen	Cancelada pelo candidato.
2	232	Francieli Chinho Leite	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	24	Larissa Andreia Krohn	Cancelada pelo candidato.
4	199	Tais Cristina Da Silva Padilha	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO - PRINCESA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	211	Juvenal Bento Morão	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE ESPANHOL - NÃO HABILITADO - PRINCESA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	128	Evelyn Gnoatto Machado	Cancelada pelo candidato.
PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO - PRINCESA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	192	Sueli Mendonça Schassinski	Cancelada pelo candidato.
2	193	Sueli Mendonça Schassinski	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO - PRINCESA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	129	Evelyn Gnoatto Machado	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	111	Marina Ongaratto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
SEGUNDO PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO INFANTIL - HABILITADO - PRINCESA			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	57	Aline Andréia Spironello	Cancelada pelo candidato.
2	133	Carla Maria Schossler Bremm	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	21	Cleonice Emílio Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	149	Luciane Zanini	Cancelada pelo candidato.
5	95	Sabrina Banhara	Cancelada pelo candidato.
6	127	Sabrina Banhara	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	124	Vera Lúcia Schmitz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Art. 3º. Os candidatos com as inscrições indeferidas terão do dia 26 ao dia 29 de Agosto de 2017 para interpor recurso pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Princesa - SC, 25 de Agosto de 2017.  
 EDILSON MIGUEL WOLKWEIS  
 Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 210, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 210, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.302.0026.2.026 Manutenção Bloco Mac . Amb. Hosp. Limite Variável

MODALIDADE:	(26) 3.3.90.00.0.1.0035.0000-	Aplicações Diretas	R\$	16.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0035.0000 – Recurso TFD				
TOTAL			R\$	16.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o excesso de arrecadação na Fonte de Recurso acima descrita.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA – SC, 25 de agosto de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 211, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 211, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 203.994,00 (Duzentos e Três mil, novecentos e noventa e quatro reais), destinado a acrescentar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.02 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

PROJ./ATIV.: 26.782.0016.1.016 – Aquisição de Máquinas e Veículos

MODALIDADE:	(193) 4.4.90.00.0.1.0080.0000-	Aplicações Diretas	R\$	99.994,00
FONTE DE RECURSO: 01.0080 – Recurso Convênio Estado Trator Agrícola				
TOTAL			R\$	99.994,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

PROJ./ATIV.: 12.361.0038.2.038 – Manutenção do Ensino Infantil

MODALIDADE:	(83) 3.3.90.00.0.1.0020.0000-	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
MODALIDADE:	(80) 3.3.90.00.0.1.0009.0000-	Aplicações Diretas	R\$	90.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0020 – Recurso Salário Educação				
FONTE DE RECURSO: 01.0009 – Recurso Fundeb				
TOTAL			R\$	97.000,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

PROJ./ATIV.: 12.361.0035.2.035 – Manutenção do Ensino Fundamental

MODALIDADE:	(64) 3.3.90.00.0.1.0020.0000-	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0020 – Recurso Salário Educação				
TOTAL			R\$	7.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 99.994,00 (Noventa e Nove mil, novecentos e noventa e quatro reais) de que trata o artigo 1º, item 1 desta Lei, fica utilizado o provável excesso de arrecadação na Fonte de Recurso acima descrita, relativa ao Convênio nº 2017TR001213, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da ADR de Dionísio Cerqueira, cujo objeto é Aquisição de um Trator Agrícola.

Art. 3º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 104.000,00 (Cento e quatro mil reais) de que trata o artigo 1º, itens 2 e 3 desta Lei, fica utilizado o excesso de arrecadação nas Fontes de Recurso acima descritas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA – SC, 25 de agosto de 2017.  
Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 212, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº. 212 DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016 e Lei 876, de 17 e maio de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

UNIDADE: 03.01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJ./ATIV.: 04.122.0021.2.021 – Manutenção das Atividades Administrativas

MODALIDADE:	(188) 4.4.90.00.0.3.0000.0000-	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0000 – Recurso Próprio				
TOTAL			R\$	20.000,00
TOTAL GERAL			R\$	20.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2016 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 25 de agosto de 2017.  
Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2017 PM.**

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: PAGNUSSATTI CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA - EPP

Contrato: 42/2017-PM.

Processo Licitatório: 50/2017-PM.

Tomada de Preços: 05/2017-PM.

Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

Objeto: "Contratação de Pessoa Jurídica habilitada para executar projeto de PAVIMENTAÇÃO com PEDRAS IRREGULARES, na Estrada Geral VISTA ALEGRE, totalizando área de 9.387 m² (Trecho I- Estaca 00à 68), incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada, equipamentos, acessórios e estrutura necessária à execução dos trabalhos conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e quantitativas, cronograma físico financeiro e anotação de responsabilidade técnica - ART".

Data da Assinatura: 25/08/2017

Data da Publicação: 28/08/2017

Vigência: 90 dias

Valor Total: R\$ 281.693,70 (duzentos e oitenta e um mil seiscentos e noventa e três reais e setenta centavos).

Forma de Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço

**PORTARIA Nº. 169 DE 25.08.2017**

PORTARIA Nº. 169, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

TRANSFERE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE,

Art. 1º. TRANSFERIR, lotação do Servidor Público Municipal Sr. ALCIONI SEGAT, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, Grupo V, Nível TSA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 07 de Agosto de 2017 por tempo indeterminado.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, especificamente da secretaria onde o servidor será lotado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 07.08.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas na Portaria nº. 164 de 10 de Agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 25 de Agosto de 2017.  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 177 DE 25.08.2017**

PORTARIA Nº. 177, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

TRANSFERE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE,

Art. 1º. TRANSFERIR, lotação do Servidor Público Municipal Sr. ALBERTO ROQUE ROVEDDER, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, Grupo V, Nível TSA, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07 de Agosto de 2017 por tempo determinado.

Parágrafo Único: A transferência do Servidor Alberto Roque Rovedder estará vigente enquanto perdurar o afastamento legal dos servidores titulares da função correspondente.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, especificamente da secretaria onde o servidor será lotado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 07.08.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as contidas na Portaria nº. 164 de 10 de Agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 25 de Agosto de 2017.  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 178 DE 25.08.2017**

PORTARIA Nº. 178, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA COORDENADOR MUNICIPAL DE SAÚDE BUCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR como Coordenador Municipal de Saúde Bucal, o odontólogo Vítor Massoli Guarda, estável, portador do CPF sob o número 837.334.420-91e RG sob o número 1087079644.

Parágrafo Único: Essa Portaria se faz necessária por ser uma exigência do PMAQ/AB- Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica e por tal profissional já desempenhar a coordenação a frente dos demais profissionais de sua equipe de trabalho.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, não gerando nenhum ônus ao Município, por se tratar de relevante interesse público.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 25 de Agosto de 2017.  
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº. 179 DE 25.08.2017**

PORTARIA Nº. 179, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA COORDENADORA MUNICIPAL DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR como Coordenadora Municipal do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), a educadora física Ana Jucely de Souza, efetiva, portadora do CPF sob o número 006.413.009.64 e RG sob o número 4219740.

Parágrafo Único: Essa Portaria se faz necessária por ser uma exigência do PMAQ/AB- Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica e por tal profissional já desempenhar a coordenação a frente dos demais profissionais de sua equipe de trabalho.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, não gerando nenhum ônus ao Município, por se tratar de relevante interesse público.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 25 de Agosto de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº. 180 DE 25.08.2017**

PORTARIA Nº. 180, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA COORDENADORA MUNICIPAL DA ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR como Coordenadora Municipal de Estratégia da Saúde da Família, a enfermeira Irene Bottega, estável, portadora do CPF sob o número 982.725.949-00 e RG sob o número 53423337.

Parágrafo Único: Essa Portaria se faz necessária por ser uma exigência do PMAQ/AB- Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica e por tal profissional já desempenhar a coordenação a frente dos demais profissionais de sua equipe de trabalho.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal, não gerando nenhum ônus ao Município, por se tratar de relevante interesse público.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 25 de Agosto de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO/SC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2017 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – O Município de Rancho Queimado, torna público que até as 10:00 horas do dia 13 de setembro de 2017 estará recebendo propostas para fornecimento de areia grossa limpa. A íntegra do Edital está à disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura ou no site [www.ranchoqueimado.sc.gov.br](http://www.ranchoqueimado.sc.gov.br). Rancho Queimado, em 25 de agosto de 2017. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ANTÔNIA ARAÚJO DE LIMA - 5º TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 153/2017 firmado em 14/03/2017, com término previsto para 11/08/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência prevista no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTÔNIA ARAÚJO DE LIMA, portador(a) do CPF nº 897.169.906-00, na qualidade de Contratado(a), celebraram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 153/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – Do objeto

Altera as cláusulas primeira e terceira do Contrato Administrativo, que a partir de 14/08/2017, referente a cláusula primeira e, a partir de 11/08/2017 referente a cláusula terceira, passam a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Dr. Romão Trauczynski, em substituição a Eliane Citadini, afastada para o cargo de diretora de Unidade Escolar.

#### “CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 153/2017, iniciando-se a prorrogação em 12/08/2017 e encerrando-se em 11/10/2017”

Cláusula Segunda: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário de Administração e Fazenda

ANTÔNIA ARAÚJO DE LIMA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.  
CPF:.

Nome:.  
CPF:.

### DECRETO 6458

DECRETO N° 6458, de 25 de agosto de 2017.

“FIXA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído a partir do dia 28 de agosto de 2017, o seguinte horário de funcionamento da equipe de sinalização viária do município, lotada na Secretária de Gestão de Governo.

a) Turno único, das 6h às 12h.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
24 de agosto de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração

**DECRETO 6462**

DECRETO Nº 6462 de 24 de agosto de 2017.

“AUTORIZA A realização de grafite nas colunas de sustentação do elevado Deputado José Thomé”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, e artigo 86, ambos da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Decreta:

CONSIDERANDO: A realização do evento denominado “SOFÁ NA RUA”, que acontecerá no Parque Municipal Harry Hobus, nos dias 27/08/2017, 24/09/2017 e 29/10/2017.

CONSIDERNADO: o objetivo de valorizar o patrimônio público mediante manifestação pública.

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o artista Adriel Giovanella a realizar a pintura denominada “GRAFITE” nas colunas de sustentação do Elevado Municipal Deputado José Thome, localizado no Parque Municipal Harry Hobus;

Art. 2º. A autorização para pintura é somente para os dias 27/08/2017, 24/09/2017 e 29/10/2017;

Art. 3º. O tema das pinturas será obrigatoriamente de pessoas e animais, ficando vedado o uso de mensagens ou desenhos de cunho publicitário, teor pornográfico, racista ou de outra forma preconceituosa, bem como apologias ilegais e ofensas religiosas.

Art. 4º. Todo o custo para realização da pintura, será de responsabilidade do artista.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

24 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

PAULO JOSÉ FIAMONCINI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico.

**DECRETO Nº 6431, DE 17 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº 6431, de 17 de agosto de 2017.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 050/2017 DE 19.06.2017”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 5809, de 02 de janeiro de 2017, o resultado do Processo Licitatório representado pela Concorrência Pública nº 050/2017 de 19.06.2017, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. EPP - ME

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

17 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 6431/2017

Concorrência Pública: Nº 050/2017 de 19.06.2017.

Objeto da Concorrência Pública:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E COMPROVADAMENTE ESTABELECIDADA NO RAMO DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA REALIZAR A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, PRODUZIDOS PELO MUNICÍPIO. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.

Participantes:

SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. EPP - ME  
SERRANA ENGENHARIA LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço sob regime de execução global o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

### **DECRETO Nº 6442, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº 6442, de 22 de agosto de 2017.

“SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e artigo 4º da Lei nº 4.020 de 19/02/2004.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam substituídos os membros para compor o Conselho Municipal de Saúde, indicados por sua entidade:

I– Representante dos USUÁRIOS:

Centro dos Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí - CDHAVI

Titular: Djanna Zita Fontanive, substitui Luciana Barbosa

Suplente: Cleiton Roberto Baldo, substitui Djanna Zita Fontanive

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO

22 de agosto de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

### **DECRETO Nº 6452, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº 6452, de 23 agosto de 2017.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016.

DECRETA

Art. 1º – Ficam suplementadas até o limite de R\$ 657.480,97 (seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta reais e noventa e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.131	Manutenção do Fundo de Defesa Civil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01802400	Taxa de Proteção a Desastres	R\$	407.480,97
01345402	Transferências de Convênios – União – Gabinete do Prefeito	R\$	250.000,00
	TOTAL	R\$	657.480,97

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial até o limite de R\$ 657.480,97 (seiscentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta reais e noventa e sete centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.131	Manutenção do Fundo de Defesa Civil		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01802400	Taxa de Proteção a Desastres	R\$	407.480,97
01345402	Transferências de Convênios – União – Gabinete do Prefeito	R\$	250.000,00

	TOTAL	R\$	657.480,97
--	-------	-----	------------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

23 de agosto de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeitura do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 6454, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6454, de 23 de agosto de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016.

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 551.546,95 (quinhentos e cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos), por conta do excesso de arrecadação, as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul.

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.02	DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL		
2.131	Manutenção do Fundo de Defesa Civil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01802400	Taxa de Proteção a Desastres	R\$	143.546,95
01345402	Transferências de Convênios – União – Gabinete do Prefeito	R\$	408.000,00
	TOTAL	R\$	551.546,95

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

23 de agosto de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 6455, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6455, de 23 de agosto de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por conta da tendência de excesso de arrecadação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul.

02.00	GABINETE DO PREFEITO		
02.01	GABINETE DO PREFEITO		
2.012	Manutenção do Departamento de Trânsito		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01120000	Convênio de Trânsito - Prefeitura	R\$	50.000,00
		R\$	50.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

23 de agosto de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

### **DECRETO Nº 6457, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº 6457, de 24 de agosto de 2017.

“SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e artigo 4º da Lei nº 4.020 de 19/02/2004.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam substituídos os membros para compor o Conselho Municipal de Saúde, indicados por sua entidade:

I– Representante dos USUÁRIOS:

Associação das Senhoras de Rotarianos de Rio do Sul – Casa da Amizade

Titular: Ivete Maria Ferrari, substitui Sueli Aparecida Ribeiro Kummer.

Suplente: Edania Mara Rizzi (sem alteração).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO

24 de agosto de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

### **JULIANA JANUÁRIO ALVES HEINZ - 3º TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 9/2017 firmado em 07/02/2017, com término previsto para 01/09/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência prevista no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA JANUÁRIO ALVES HEINZ, portador(a) do CPF nº 070.327.789-84, na qualidade de Contratado(a), celebraram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 9/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que, com efeito retroativo, a partir de 15/08/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagoga, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Anibal de Barba, em substituição a Marilene Marafigo, afastada em tratamento de saúde.

Cláusula Terceira – Do Prazo de Vigência

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário de Administração e Fazenda

JULIANA JANUÁRIO ALVES HEINZ  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.  
CPF:.

Nome:..  
CPF:.

**JULIANA NASARIO SPINDOLA - 3º TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 237/2017 firmado em 18/05/2017, com término previsto para 01/08/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência prevista no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) JULIANA NASARIO SPINDOLA, portador(a) do CPF nº 007.577.519-03, na qualidade de Contratado(a), celebraram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 237/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira – Do objeto**

Altera as cláusulas primeira e terceira do Contrato Administrativo, que a partir de 08/08/2017, referente a cláusula primeira e, a partir de 01/08/2017 referente a cláusula terceira, passam a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Navegantes, em substituição a Juliana Moretti, afastada para exercer a função gratificada de Diretora de Unidade Educacional.

**“CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 237/2017, iniciando-se a prorrogação em 02/08/2017 e encerrando-se em 01/09/2017”

Cláusula Segunda: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário de Administração e Fazenda

JULIANA NASARIO SPINDOLA  
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..  
CPF:..

Nome:..  
CPF:..

**PORTARIA Nº 0949/DGP**

PORTARIA Nº.0949/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, DANIEL STREY, para exercer o cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de julho de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

**PORTARIA Nº 1034/DGP**

PORTARIA N. 1034/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora JANAINA FIDELIS ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2017 1 00115 102 0048577 16 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de FLÁVIO JOAQUIM MARTINS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de Agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

### **PORTARIA Nº 1035/DGP**

PORTARIA N. 1035/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-natalidade, de acordo com o Art. 254, da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, à servidora ELAINE CRISTINA BUDAG ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, conforme certidão de nascimento n.º 105262 01 55 2017 1 00114 025 0048204 35 do cartório de registro civil do município e comarca de Rio do Sul, onde encontra-se o assento de ANTONELA CRISTINA BUDAG SILVA.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de Agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

### **Portaria nº 1037/DGP**

PORTARIA Nº. 1037/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 151 e 152, parágrafo 1º, da Lei Complementar Nº 309/2015, Licença Prêmio em gozo, aos servidores:

NOME	PERÍODO GOZO
ROSEMILDA APARECIDA PERRARO NILSEN	02/10/2017 a 30/12/2017
VIVIANA DE OLIVEIRA BURIGO	25/09/2017 a 08/11/2017
MATEUS MARCO BRANDL	08/09/2017 a 06/12/2017
CLEIA SCHMOLLER CENZI	15/08/2017 a 12/11/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de Agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
TAS

### **PORTARIA Nº 1038/DGP**

PORTARIA N. 1038/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a partir de 31/07/2017, o servidor GUILHERME HUGO PAYERL, do cargo em comissão Chefe de Divisão de Patrimônio e Contabilidade e NOMEAR, a partir de 01/08/2017, para o cargo em comissão de Diretor de Unidade Educacional de Grande Porte – CE Sebastião Back, nos termos do Art. 39 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e Lei Complementar 075, de 20/11/2001.

Art. 2º Pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 60% do vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar n. 194/2009, que altera o art. 10, da Lei Complementar 075/2001.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Cfr

### **PORTARIA Nº 1039/DGP**

PORTARIA N. 1039/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor CRISTIANO NUNES FERREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo Educador Social para, a partir de 01/08/2017, atuar como Chefe de Divisão de Patrimônio e Contabilidade, na Secretaria Municipal de Educação, com opção pela remuneração do cargo comissionado, conforme Art. 13 da Lei Complementar n. 208 de 28/9/2010 e Art. 56, da lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Cfr

### **PORTARIA Nº 1040/DGP**

PORTARIA N. 1040/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora NILZA MINATTI ocupante do cargo de provimento efetivo Professor para, a partir de 09/08/2017, atuar como Diretora do Centro de Educação Infantil Dóres Janke Stupp da Rede Pública Municipal, identificada como de "Médio Porte". Pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 45% do vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar n. 194/2009, que altera o art. 10, da Lei Complementar 075/2001.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Cfr

### **PORTARIA Nº 1041/DGP**

PORTARIA Nº. 1041/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Designar, com base no Art. 46 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, a servidora Eliane Citadini, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, para, a partir 01 de agosto de 2017, substituir Angela Maria Weiss, Diretora do CEI Dr. Romão Trauczynski até

findar-se o período de afastamento da Licença à adotante.

Art. 2º. E pelo exercício da função, faz jus, além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal, nos moldes estabelecidos ao titular do cargo, um percentual de 30% do seu vencimento base.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Cfr

#### **PORTARIA Nº 1042/DGP**

PORTARIA Nº. 1042/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, com base no Art. 46 da Lei Complementar n.º 309 de 01/12/2015, a servidora Luciane Adelaide da Rocha Schneider, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, para, a partir 07 de agosto de 2017, substituir Marlise de Souza, Diretora do CEI Titio Karan até findar-se o período de afastamento da Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. E pelo exercício da função, faz jus, além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal, nos moldes estabelecidos ao titular do cargo, um percentual de 30% do seu vencimento base.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Cfr

#### **PORTARIA Nº 1046/DGP**

PORTARIA N. 1046/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 163, da Lei Complementar nº. 309, de 01 de dezembro de 2015, ao servidor público municipal CARLOS KLOHN, portador do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, no período de 25/08/2017 a 31/08/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

**PORTARIA Nº 1047/DGP**

PORTARIA Nº. 1047/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder regime suplementar de 10 (dez) horas semanais, a partir de 07/08/2017, com fundamento no Art. 20, da Lei Complementar N.º 075 de 20/11/2001, a servidora REGIANI MARIA DA ROCHA GRAH, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, em substituição temporária a professora JOSEANY RODRIGUES, afastada em Licença Especial para Atendimento ao Portador de Necessidades Especiais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

**PORTARIA Nº 1053/DGP**

PORTARIA Nº. 1053/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Redistribuir a vaga do cargo de Motorista de Caminhão, ocupada pelo servidor CACILDO JOÃO FURLANI, da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Gestão de Governo, com fundamento no Art. 42 da Lei Complementar nº 309 de 01 de dezembro de 2015 e Decreto Nº 6378, de 27 de julho de 2017.

Art. 2º Fica desta forma assegurado ao servidor Cacildo João Furlani a lotação na Secretaria Municipal de Gestão de Governo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

**PORTARIA Nº 1054/DGP**

PORTARIA Nº. 1054/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover à pedido, do CEI Favinho de Mel I para o CE Aníbal de Barba, a partir de 28/08/2017, a servidora IRENE DE FÁTIMA KOWALSKI DA CRUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo

Professor, em conformidade com o Art. 41, inciso I, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Cfr

**PORTARIA Nº 1055/DGP**

PORTARIA Nº. 1055/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover para o CE Willy Schleumer, a partir de 21/08/2017, a servidora ANA CLAUDIA DEMARCH FRANCESCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, conforme Parecer Jurídico protocolado sob o n. 165884/2017 e Art. 20-B, da lei Complementar n. 075 de 20/11/2001.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 23 de agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Cfr

**PORTARIA Nº 1056/DGP**

PORTARIA N. 1056/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor NILTON XAVIER ocupante do cargo de provimento efetivo CALCETEIRO para, a partir de 14/08/2017, atuar como Diretor do Departamento de Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com opção pela remuneração do cargo comissionado, fundamentado no Art. 13 da Lei Complementar n. 208 de 28/9/2010 e Art. 56, da lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

**PORTARIA Nº 1057/DGP**

PORTARIA Nº. 1057/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art.1º Remover para o CEI Professora Dores Janke Stupp, a partir de 12/05/2017, a servidora ANGELITA STEGEMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS FEMININO, lotada no CEI Favinho de Mel I, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

**PORTARIA Nº 1058/DGP**

PORTARIA Nº. 1058/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º – REMOVER, a partir de 09/02/2017, a servidora abaixo relacionada, pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, considerando o Resultado Final do Concurso Interno de Remoção por Concurso e por Permuta – Ano Letivo 2017, do Magistério Público Municipal e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Servidor	Disciplina	Carga Horária	Unidade Origem	Unidade Destino
Raquel Pitz	Educação Infantil/Anos Iniciais	40 horas	CEI Raio de Luz Educação Infantil	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli Anos Iniciais

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Rio do Sul, 24 de agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

**PORTARIA Nº 1059/DGP**

PORTARIA Nº. 1059/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º – REMOVER, a partir de 13/02/2017, os servidores abaixo relacionados, pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, considerando o Resultado Final do Concurso Interno de Remoção por Concurso e por Permuta – Ano Letivo 2017, do Magistério Público Municipal e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Servidor	Disciplina	Carga Horária	Unidade Origem	Unidade Destino
Cátia Kohl Hang	Educação Infantil	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	CE Guilherme Butzke
Francisca Erlete Martins Tomaz	Educação Infantil	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Navegantes
Cristiane Oderdenge	Educação Infantil	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Padre Ângelo Moser
Tasiani Arnold	Educação Infantil	40 horas	CEI Navegantes	CEI Titio Karan
Camila Schmöeller	Educação Infantil	40 horas	CE Ricardo Marchi	CEI Ruth Schroeder Ohf

Márcia Terezinha Dela Justina	Educação Infantil	40 horas	CE Guilherme Butzke	CEI Titio Karan
Juliana Moretti	Educação Infantil	40 horas	Secretaria Municipal de Educação	CEI Navegantes
Roseli Calbuch	Educação Infantil	40 horas	CEI Navegantes	CEI Raio de Luz
Patricia Soares	Educação Infantil	40 horas	CEI Titio Karan	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli
Ana Lucia Kammers dos Santos	Educação Infantil	40 horas	CEI Ruth Schroeder Ohf	CEI Aquarela

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Rio do Sul, 24 de agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

### **PORTARIA Nº 1060/DGP**

PORTARIA N. 1060/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 163, da Lei Complementar nº. 309, de 01 de dezembro de 2015, à servidora pública municipal CAROLINE DE LIZ RIBEIRO, portadora do cargo efetivo de ENFERMEIRA, no período de 08/09/2017 a 14/09/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de Agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

### **PORTARIA Nº 1061/DGP**

PORTARIA Nº 1061/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a ALMIR JOÃO LEDRA, (Protocolo 167581/2017), em virtude do falecimento ocorrido no dia 16/08/2017, do servidor público municipal inativo, ROMEU LEDRA, conforme Certidão de óbito nº 105262 01 55 2017 4 00051 178 0018509 11, de acordo com o Art. 275, da Lei Complementar nº. 309/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 24 de Agosto de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

### **PREGÃO PRESENCIAL 007/2017-FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017

OBJETO: Contratação de empresa para provimento do sistema de gestão de informação da política de Assistência Social e de instrumentos para efetivação do S.U.A.S.. Fundo Municipal de Assistência Social.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 08/09/2017, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 08/09/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios e no endereço eletrônico: [www.diamunicipal.sc.gov.br](http://www.diamunicipal.sc.gov.br).

riodosul.sc.gov.br/licitações.

Rio do Sul (SC), 23 de agosto de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito de Rio do Sul

DANIELLA CRISTINA ZANELLA RADKE  
Secretária de Assistência Social

MARCO AURÉLIO FERRARI  
Pregoeiro

## RESUMO DO ADITIVO Nº 082/2017

1ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 069/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2017

OBJETO: COMBUSTÍVEL PARA FROTA RODOVIÁRIA DA MUNICIPALIDADE.

Aos quinze (15) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO R4 LTDA., estabelecida na Av. Ivo Silveira, 47, Bairro Canta Galo, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.163-053 inscrita no CNPJ sob o nº 03.283.593/0001-39, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu representante, Sr. Romulo Vinicius de Barba, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 056/2017, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, passando a vigência dos seguintes valores:

ITEM 01					
Fornecedor: Posto R4 Ltda.					
Preço cotado para o Item: R\$ 2,99 (dois Reais e noventa e nove Centavos)					
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS			PREÇO UNITÁRIO		
Óleo Diesel Comum			2,99		

ITEM 03					
Fornecedor: Posto R4 Ltda.					
Preço cotado para o Item: R\$ 3,08 (três Reais e oito Centavos)					
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS			PREÇO UNITÁRIO		
Óleo Diesel S10			3,08		

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

RÔMULO VINICIUS DE BARBA  
Rede de Postos R4 Ltda.

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**RESUMO DO ADITIVO Nº 083/2017**

1ª ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 068/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2017

OBJETO: COMBUSTÍVEL PARA FROTA RODOVIÁRIA DA MUNICIPALIDADE.

Aos quinze (15) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO CENTRO LTDA., estabelecida na Alameda Aristiliano Ramos, 11, Bairro Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.163-053 inscrita no CNPJ sob o nº 03.071.326/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu representante, Sr. Dionísio Biliski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 056/2017, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, passando a vigência dos seguintes valores:

ITEM 02					
Fornecedor: Posto Centro Ltda.					
Preço cotado para o Item: R\$ 3,49 (três Reais e quarenta e nove Centavos)					
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS			PREÇO UNITÁRIO		
Gasolina Comum			3,49		

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

DIONÍSIO BILISKI  
Posto Centro Ltda.

Testemunhas:

Nome:  
CPF:

Nome:  
CPF:

**SIRLEI SCHULZ DOS SANTOS - 3º TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 128/2017 firmado em 28/02/2017, com término previsto para 01/09/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência prevista no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SIRLEI SCHULZ DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 494.166.180-04, na qualidade de Contratado(a), celebraram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 128/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que, com efeito retroativo, a partir de 09/08/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Pedagoga, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Willy Schleumer, em substituição a Tânia Baasch Bremer, em gozo de férias.

Cláusula Terceira – Do Prazo de Vigência

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA SIRLEI SCHULZ DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

## TERMO DE CONVOCAÇÃO DANIEL STREY

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DANIEL STREY, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de FARMACÊUTICO, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2015, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0949/DGP de 19/07/2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 28/08/2017. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUMNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 25 de agosto de 2017.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 915, DE 18 DE AGOSTO DE 2017 (REPUBLICADA)**

RESOLUÇÃO Nº 915, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

Instaura Comissão Temporária de Inquérito para investigar os procedimentos adotados no processo de captação dos recursos, para a realização dos eventos e a prestação de contas dos convênios 704810/2009 e 724749/2009, celebrados entre o município e o Ministério do Turismo.

CONSIDERANDO o dever constitucional fiscalizatório do Poder Legislativo que é reafirmado pela Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e ainda em seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO a competência descrita no art. 65, inciso II, c/c art. 67, § 5º, ambos da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul, segundo os quais cabe ao Presidente da Câmara a análise e a resposta através de Resolução a requerimentos solicitando instalação de Comissões Especiais de Inquérito;

CONSIDERANDO que chegou a esta Presidência o Requerimento nº 7/2017, datado de 14 de agosto de 2017, cujo conteúdo visa a solicitação de instauração de Comissão Legislativa Temporária de Inquérito com fins investigatórios e que este expediente está subscrito pelo número legal de vereadores, além de conter fato determinado;

CONSIDERANDO que, em conformidade com o art. 67, §4º, da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul, fato determinado é o acontecimento de relevante interesse público e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, o que se configurou com a necessidade de devolução pelo município dos valores recebidos por meio dos Convênios 704810/2009 e 724749/2009 junto ao Ministério do Turismo (Lei nº 5.847, de 10 de agosto de 2017);

CONSIDERANDO que em conformidade com o que preceitua o artigo 65, §1º, alínea "b", da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul, o requerimento faz menção a cinco membros para composição da referida Comissão;

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE MUNICIPAL DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, conforme preceitua o §5º, do art. 67, da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica criada no âmbito do Poder Legislativo de Rio do Sul a Comissão Legislativa Temporária de Inquérito com objetivo de apurar os seguintes focos investigatórios:

I – os procedimentos adotados para captação dos recursos advindos do Ministério do Turismo referente aos convênios 704810/2009 e 724749/2009, os quais foram celebrados com o município visando a recursos no valor total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo que R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para a realização da Kegelfest de 2009 e R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para a realização da Festa Sonho e Encanto (Natal) de 2009;

II – os procedimentos adotados para a realização dos eventos com as verbas adquiridas pelos convênios supramencionados;

III – os procedimentos adotados para a prestação de contas, com a análise da documentação encaminhada pelo município ao Ministério do Turismo, que culminou na reprovação e a necessidade de ressarcimento pelo município, com o parcelamento de débito

autorizado na Lei 5.847, de 10 de agosto de 2017.

Art. 2º Ficam nomeados para fazer parte desta Comissão Temporária de Inquérito, respeitando a proporcionalidade partidária dos membros da Câmara, por indicação expressa feita pelos líderes de partidos, bem como o que preceitua o §2º do art. 65 da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul, os seguintes Vereadores:

I - Fernando Cesar Souza, representando o PMDB, sendo o primeiro signatário;

II - Marcos Sávio Zanella, representando o PSDB;

III - Eroni Francisco da Silva, representando o PSD;

IV - Mário Sérgio Stramosk, representando o PR; e

V - Maicon Coelho, representando o PP.

§1º Caso um dos componentes da Comissão venha a licenciarse, por qualquer motivo legal, que necessite a convocação de suplente, este assumirá todos os direitos e obrigações atribuídas ao titular, conforme art. 236, §1º da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul.

§2º A Comissão deverá eleger dentre seus pares um Presidente e um Vice-Presidente, em conformidade com o §3º, do art. 61 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

§3º O Presidente deverá designar o Relator da Comissão, conforme atribuição definida pelo Inciso IX, do art. 71 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 3º A Comissão Legislativa Temporária de Inquérito terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para a conclusão de seus trabalhos, prorrogáveis até a metade, mediante deliberação do plenário, em conformidade com o §6º, do art. 67 da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 4º Para a realização de seus trabalhos, a Comissão instaurada por esta Resolução valer-se-á de todas as prerrogativas contidas no art. 68 da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul, sendo seu dever observar o princípio da economicidade sem descuidar-se de requerer todas as diligências e suportes necessários para que sua missão seja realizada com esmero, imparcialidade e eficiência.

§1º A Comissão contará com a estrutura disponível do Poder Legislativo para suas reuniões e atos oficiais que aconteçam em suas dependências ou em outros locais.

§2º A Comissão poderá requisitar deslocamentos, providências, diligências e suporte técnico sendo que para tanto o Presidente da Comissão deverá sempre motivar tais expedientes.

§3º Os requerimentos formalizados pela Comissão de Inquérito a Presidência deverão ser aprovados pela maioria simples de seus membros e por escrito.

Art. 5º As despesas decorrentes a fim de satisfazer as condições organizacionais e o assessoramento necessário ao bom desempenho desta Comissão Temporária de Inquérito ocorrerão por conta de recursos próprios da Câmara Municipal de Rio do Sul, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências solicitadas, em conformidade com o §9º do art. 67 da Resolução 597/2010 - Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2017.

FRANCISCO GOETTEN

# Romelândia

## PREFEITURA

### LEI 2.242/2017

LEI MUNICIPAL Nº 2.242/2017 CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica pela presente Lei criado, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Município de Romelândia, o Conselho Municipal de Saúde (CMS) nos termos da Lei Federal n.º 8.142 de 28 de setembro de 1990 e da Resolução Federal n.º 453 de 10 de maio de 2012 a qual aprova as diretrizes de criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Saúde, de caráter permanente, terá funções deliberativas, normativas e fiscalizadoras, assim como de formulação estratégica, atuando no acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

Art. 3º - São atribuições e competência do Conselho Municipal de Saúde - CMS:

Atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde no âmbito do Município;

I- Acompanhar, analisar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde no Município;

III- Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar o Plano Municipal de Saúde, bem como acompanhar e avaliar sua execução;

IV- Avaliar as unidades do setor privado prestador de serviços que serão contratados para atuarem de forma complementar no SUS, bem como acompanhar, controlar e fiscalizar a atuação das mesmas;

V- Acompanhar e controlar a movimentação e o destino dos recursos na execução orçamentária da Secretaria Municipal da Saúde;

VI- Acompanhar a celebração de contratos ou convênios entre a Secretaria Municipal da Saúde e as entidades privadas de saúde, no que tange à prestação de serviços;

VII- Apreciar e aprovar previamente convênios e termos aditivos a serem firmados pela Secretaria Municipal da Saúde;

VIII- Apreciar e aprovar a proposta do plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do orçamento anual da Secretaria Municipal da Saúde;

IX- Apreciar e aprovar o Plano de aplicação e prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como acompanhar e fiscalizar a sua movimentação;

X- Apreciar e aprovar os relatórios de Gestão do Sistema Único de Saúde apresentados pelo gestor Municipal;

XI- Aprovar o regulamento, a organização e as normas de funcionamento das Conferências Municipais de Saúde reunidas ordinariamente, e convocá-las extraordinariamente;

XII- Elaborar e aprovar o regimento interno;

XIII- Exercer outras atribuições definidas em normas complementares.

Art. 4º - O Conselho Municipal de Saúde - CMS tendo caráter deliberativo será integrado por representantes do governo e/ou prestadores de serviço, trabalhadores da saúde e usuários, aplicando sempre o princípio da paridade, com 25% representantes gestores e prestadores de serviço, 25% representantes dos trabalhadores em Saúde e 50% representantes dos usuários do SUS.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Saúde de Romelândia será constituído paritariamente por 12 (doze) Conselheiros Titulares e seus

respectivos Suplentes, com mandato de 02 (dois) anos, podendo os conselheiros serem reconduzidos a critério das respectivas representações. A composição do conselho será a seguinte:

I – Representantes dos Gestores e prestadores de serviço:

a) Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

b) Representante da Secretaria Municipal da Assistência social e Habitação

c) Representante da Associação de Pais Amigos dos Excepcionais

II- Representante dos Profissionais de Saúde:

a) Representante da Equipe Estratégia Saúde da Família;

b) Representante da Equipe Saúde Bucal;

c) Representante da Equipe Núcleo de Apoio à Saúde da Família;

III – Representantes dos Usuários:

a) Representante da Pastoral da Criança;

b) Representante do Grupo de Idosos;

c) Representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais;

d) Representante do Conselho das Igrejas;

e) Representante das Associações de Pais e Professores;

f) Representante do Clube de Mães;

§ 1º - A ampliação ou qualquer outra alteração na composição do Conselho Municipal de Saúde deverá ser previamente deliberada por seu plenário, para posterior regulamentação mediante Lei.

§ 2º - Será considerada apta para fins de participação do CMS a entidade regularmente constituída e organizada.

§ 3º - O Conselho Municipal de Saúde fica obrigado a encaminhar comunicado ao Poder Legislativo, informando o dia de realização das reuniões do Conselho, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, para que os mesmos possam participar; Salvo em situações extraordinárias.

Art. 6º - Os conselheiros titulares e suplentes do CMS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de Decreto, mediante indicação formal dos respectivos órgãos e entidades que representarem.

§ 1º - Os órgãos e entidades referidos neste artigo poderão propor a substituição de seus respectivos representantes, mediante comunicação oficial;

§ 2º - A função do conselheiro é de relevância pública e, portanto, garante sua dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro. Sua função caracteriza-se como sem remuneração.

Art. 7º - O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I- O plenário constitui-se em instância máxima de deliberação do Conselho Municipal de Saúde;

II- O primeiro Presidente do Conselho Municipal de Saúde será eleito entre seus membros, em reunião presidida pelo (a) Secretário (a) Municipal da Saúde.

III- Cada membro do CMS terá direito a um único voto na sessão plenária; IV- O Presidente do CMS terá além do voto comum, o de qualidade, após duas votações sucessivas com resultado empatado;

V- As decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções que serão publicadas e enviadas ao Executivo Municipal para homologação

VI- Os membros do CMS serão substituídos caso falem, sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis)

reuniões intercaladas no período de um ano;  
VII- As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada 30 (trinta) dias e extraordinariamente, quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros;  
VIII- Para realização das sessões e deliberações, será necessária a presença da metade mais um dos membros do CMS;  
IX- As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do CMS, deverão ter divulgação prévia e acesso assegurado ao público. As resoluções do Conselho Municipal de Saúde, bem como os temas tratados em plenário e comissões, deverão ser amplamente divulgadas e registradas em ata;

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMS poderá criar comissões internas constituídas por membros do Conselho Municipal de Saúde e por outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

Art. 9º - Aos conselheiros , quando em representação do Conselho Municipal de Saúde, será assegurado o direito e o pagamento de passagens e diárias equivalentes ao padrão usual do quadro geral de funcionários da Prefeitura Municipal, bem como ao pagamento da inscrição à cursos, congressos, seminários, encontros, conferências, palestras e outros eventos ligados aos objetivos do Conselho.

Art.10 - Caberá à Secretaria Municipal da Saúde a responsabilidade de convocar e instalar o Plenário do Conselho Municipal de Saúde - CMS, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias a contar da data de publicação desta Lei.

Art. 11 - O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, nos termos do art. 7º, terá prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação desta Lei, para elaborar seu regimento interno.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente da Lei Municipal nº 2.027/2013.

Prefeitura Municipal de Romelândia - SC, 25 de agosto de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Adriane T. Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N° 089/2017

DECRETO N° 089/2017 – DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.581/2016 de 29/09/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3390.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 42

Art. 2º. Ficam reduzidos o mesmo valor da Anulação da Seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.036 – MANUT. DAS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 3191.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1101.00000

RED: 40

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 28 de Agosto de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

# Santa Helena

## PREFEITURA

### **PROCESSO LICITATORIO N° 71/2017 - CREDENCIAMENTO N° 04/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PREFEITURA

#### EDITAL DE LICITAÇÃO N° 71/2017 – CREDENCIAMENTO N° 04/2017

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 71/2017, na Modalidade de Inexigibilidade/Credenciamento n° 04/2017, para credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviço de Maestro para Regência dos Corais do Município de Santa Helena. Recebimento dos envelopes a partir das 08h00min do dia 29 de agosto de 2017. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 25 de agosto de 2017.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 086/2017 PR**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 086/2017 – PR Nº 086/2017

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento de materiais para manutenção de bens imóveis, proteção e segurança e ferramentas para as secretarias do município. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 09h15min do dia 06 de Setembro de 2017. Início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 09h30min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

Santa Rosa do Sul, 25 de Agosto de 2017.

E-mail [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br)

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

### **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 087/2017 PR**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 087/2017 – PR Nº 087/2017

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de pedrisco (pó de brita) para base e assentamento de Calçada no Parque Municipal de Eventos. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h45min do dia 06 de Setembro de 2017. Início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h00min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

Santa Rosa do Sul, 25 de Agosto de 2017.

E-mail [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br)

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE Nº 03/2017

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº. 03/2017

#### CHAMAMENTO PÚBLICO

REFERENTE: A finalidade da presente inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com a APAE de Campo Erê - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.510.898/0001-35, com sede na rua Rui Barbosa, S/Nº, nesta cidade de Campo Erê – SC, por meio da formalização de termo de fomento/colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de Fomento com a APAE de Campo Erê - SC.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.”

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos. Nesta ótica a APAE de Campo Erê-SC, desenvolve há mais de 26 anos, atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a APAE de Campo Erê - SC, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Inexigibilidade do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 31 inciso II da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Inexigibilidade de Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 28 de agosto de 2017.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 230/2017 - DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 230/2017 - DE 18 DE AGOSTO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0692017 - TOMADA DE PREÇO 003/2017 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul Decisão de fls. 116/123 dos autos nº 0900037-04.2017.8.24.0053,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suspenso o Processo Licitatório 069/2017, Tomada de Preço nº 003/2017, que tem por objeto "Execução de obras de ampliação junto à Unidade de Processamento de Leite, com área de 218,51m², a ser executada no imóvel parte do lote rural nº 07, matrícula nº 7.458, na Linha Picolli, interior do Município de Santiago do Sul.", nos termos da Decisão de fls. 116/123 dos autos nº 0900037-04.2017.8.24.0053.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de agosto de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

### DECRETO Nº231/2017 – DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº231/2017 – DE 18 DE AGOSTO DE 2017.  
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.840/2016, de 08 de dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.840/2016 de 08/12/2016, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 5.100,00 (Cinco mil e cem reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Sub-Função: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE  
Ação: 2.032 – Manut. Atividades Saúde Bucal  
Atividade: 2.032 – Manut. Atividades Saúde Bucal  
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.38– Aplicações Diretas  
..... R\$ 5.100,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.38 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/ União – BLATB/PMAQ, disponíveis na Conta Corrente Nº.25.806-7 Ag.1393-5 junto ao Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de agosto de 2017.  
Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

### PREGÃO RP 70/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº.87/2017.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL RP Nº.70/2017.
Objeto: Aquisição de pranchas de madeira para utilização na construção e reforma de pontes e pontilhões no Município de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 11 de setembro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 11 de setembro de 2017.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 24 de agosto de 2017.
JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2017

MENOR PREÇO POR LOTE

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Obras e Serviços Urbanos, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 15 de Setembro de 2017, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GASES INDUSTRIAIS PARA USO NOS APARELHOS DE SOLDADA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 16h00min.

São Bento do Sul, 24 de Agosto de 2017.

MARCIO DREVECK

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

DEBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA

PREGOEIRA

### CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA DO LOTEAMENTO PARQUE SANTA FÉ

A Empresa Municipal de Habitação (EMHAB) convida interessados e moradores da vizinhança da área onde será implantado o loteamento Santa Fé, localizada na Estrada Alberto Torres, sn, bairro Centenário, Município de São Bento do Sul, Santa Catarina, nas proximidades do "Bosque dos Esquilos" para prestigiarem a apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança que ocorrerá na sede da Associação de Moradores da Rua Alberto Torres e Adjacências, antiga escola Emilio Ziemann, com endereço na Estrada Leonides Fischer, s/nº, São Bento do Sul, às 18:30 horas do dia 05 de setembro de 2017.

São Bento do Sul, 21/08/2017

Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul

Teodósio Kachuba

Diretor Presidente Interino

### EDITAL Nº 002/2017 - BOLSA UNIVERSITÁRIO

EDITAL Nº 002/2017

DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO PARA INSCRIÇÕES AO AUXÍLIO FINANCEIRO AOS ESTUDANTES MATRICULADOS EM CURSOS UNIVERSITÁRIOS DE GRADUAÇÃO OU TECNÓLOGO NÍVEL SUPERIOR PRESENCIAIS EM INSTITUIÇÕES ESTABELECIDAS FORA DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - SC

O Município de São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO a abertura de processo seletivo para concessão de auxílio financeiro para estudantes regularmente matriculados

em cursos universitário de graduação ou tecnólogo nível superior presenciais em instituições estabelecidas fora do município de São Bento do Sul, nos termos da Lei nº 3626, de 21 de dezembro de 2015.

1. Do Auxílio financeiro aos estudantes – Programa de Bolsas de Estudos para Estudantes Universitários, a ser concedido para estudantes que sejam cidadãos de São Bento do Sul/SC

1.1 Será concedido aos estudantes que preencherem os requisitos previstos no presente edital o benefício financeiro entre R\$ 50,00 (cinquenta reais) e R\$ 200,00 (duzentos reais) em 4 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

2. Da divulgação e da inscrição

2.1 Informações acerca do lançamento do edital deverá ser divulgado no órgão oficial de publicação do Município de São Bento do Sul – Diário Oficial dos Municípios - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e no site [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

2.2 A inscrição deverá ser feita no setor de protocolo na sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

2.3. O Período de Inscrição será de 28 de agosto de 2017 a 6 de setembro de 2017.

3. Do processo seletivo

3.1– Entrega dos documentos abaixo elencados, no setor de protocolo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, em envelope lacrado, identificado como nome completo, endereço e telefone:

(a) documentos comprobatórios da condição socioeconômica, conforme o Anexo I deste Edital, os quais deverão ser originais, no caso de declarações, e fotocópias dos demais documentos;

(b) termo de responsabilidade pela veracidade das informações prestadas e da autenticidade dos documentos e fotocópias entregues;

(c) Envelope contendo os itens previstos nas alíneas (a) e (b) deste Item 3.1, Primeira Etapa, acima, bem como:

- Declaração firmada pelo estudante de que não possui graduação em nenhum curso universitário ou tecnólogo de nível superior;

- Declaração de que a instituição está estabelecida fora do município de São Bento do Sul/SC firmada pelo estudante;

- Histórico escolar do curso em que frequenta;

- Comprovante de existência de conta bancária em nome do candidato;

- Título de eleitor expedido pelo Cartório Eleitoral do município de São Bento do Sul/SC;

- Declaração de que reside em imóvel próprio ou cedido, caso a moradia não seja financiada ou alugada;

- Declaração de matrícula em curso universitário ou tecnólogo de nível superior e que o curso em questão é presencial, expedida pela instituição de ensino;

- Declaração de que o estudante não é beneficiário de outros programas sociais do Município de São Bento do Sul ou de outras bolsas de estudo concedidas pelos Governos Federal e Estadual por entidades públicas ou privadas, firmada pelo estudante.

3.1.1. Não serão aceitos documentos fora do envelope ou sem identificação.

3.1.2. A não apresentação de documentos ou cópias solicitados, conforme o Anexo I deste Edital implicará na eliminação do estudante neste processo seletivo.

4. Do critério de seleção

4.1 O processo seletivo para recebimento de bolsa de estudo é realizado com base no índice de carência do acadêmico, mediante

a análise dos seguintes critérios:

- a) RF - Renda bruta mensal familiar (valor em reais);
- b) ME - Moradia do estudante (alugada ou financiada/própria ou cedida);
- c) DE - Possui despesa familiar mensal, com educação paga, para outro membro do grupo familiar (sim/não);
- d) TC - Possui despesa familiar mensal com transporte coletivo intra ou intermunicipal (sim/não);
- e) DDC - Possui despesa com tratamento de doença crônica (sim/não);
- f) GF - Número de pessoas do grupo familiar

4.2 Para o cálculo do IC – Índice de Carência do estudante cada item terá a seguinte pontuação:

Para as alíneas “c”, “d” e “e” a opção SIM terá peso “0,8” e a opção NÃO terá peso “1”;

Para a alínea “b” a opção Alugada ou Financiada terá peso “0,8” e a opção Própria ou cedida terá peso “1”;

4.3 A fórmula a ser utilizada para o cálculo do IC, considerando as opções e pesos constantes nos itens 4.1 e 4.2, será:

IC = RF. ME. DE. TC. DDC

F. 100

4.4 A comissão técnica que se resguarda no direito de desclassificar do processo os casos em que a renda familiar apresentada for significativamente inferior às despesas;

4.5 Em caso de empate, será dada preferência ao candidato, sucessivamente:

- a) que não seja beneficiário de outros programas sociais do Município de São Bento do Sul ou de outras bolsas de estudos concedidas pelos Governo Federal e Estadual ou por entidades públicas ou privadas.
- b) com filhos menores que vivam sob sua dependência financeira;
- c) casado ou em união estável;
- d) que viva sob dependência financeira de pais ou responsáveis.

5. Da divulgação dos contemplado

5.1 A relação preliminar dos candidatos contemplados será divulgada até o dia 18 de setembro de 2017, no site [www.saobentodo-sul.sc.gov.br](http://www.saobentodo-sul.sc.gov.br) e no órgão oficial de publicação do Município de São Bento do Sul – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

6. Dos recursos

6.1 Após a publicação da relação de acadêmicos beneficiados será aceito pedido de revisão junto ao Município de São Bento do Sul e direcionado a Comissão Técnica, até 2 (dois) dias da data da publicação da relação dos beneficiados.

6.2 Para recorrer do resultado do processo seletivo, o candidato deverá preencher o modelo de Requerimento de Recurso conforme Anexo II, sendo que não será aceito quando da interposição de recurso à juntada de documentos novos ou já apresentados.

6.3 O recurso deverá ser interposto junto ao Município de São Bento do Sul, no setor de protocolo, na sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

6.4 Após o prazo estabelecido no Item 6.1 não será aceita interposição de recurso.

6.5 O pedido será analisado pela comissão técnica que é responsável pelo processo de seleção e avaliação dos acadêmicos beneficiados.

7. Do cancelamento, suspensão e devolução das bolsas de estudo

7.1 A Bolsa de Estudo poderá ser cancelada e ou suspensa na ocorrência de qualquer uma das seguintes situações:

- a) Caso o beneficiário não realize a contrapartida social de 6 (seis) horas/mês de atividades voluntárias, conforme art 12 da Lei 3626/2015;

b) Quando comprovada a falsidade de informações;

c) Quando comprovada a adulteração e falsificação de documentos;

d) A não entrega de quaisquer documentos nas datas previstas;

e) A incoerência entre dados informados e documentos apresentados;

f) Entrega de documentação incompleta;

g) Apresentação de documentos ilegíveis;

h) Constatação de que o acadêmico possui curso superior;

i) Quando comprovada qualquer irregularidade nas declarações e/ou nos documentos apresentados por ocasião da inscrição e no decorrer do processo de avaliação documental;

j) Quando o aluno, a qualquer tempo, for chamado para entrevista e não comparecer e/ou não entregar qualquer documento na data determinada na entrevista pelo profissional da comissão técnica e/ou apresente documentos que comprovem irregularidades no recebimento da bolsa.

k) Possuir nota inferior a 5,0 em qualquer uma das matérias do curso que esteja matriculado.

8. Das disposições gerais

8.1. As informações socioeconômicas prestadas, bem como o encaminhamento da documentação comprobatória e o comparecimento à entrevista, com documentação original ou as cópias quando for o caso, conforme o item 3, acima, são de inteira responsabilidade do estudante, estando este ciente de que é crime previsto no Código Penal: “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”. (Código Penal Brasileiro. Lei 2.848/1940. Art. 299).

8.2. A inveracidade das informações pertinentes ao Processo Seletivo e às etapas posteriores implicará em exclusão do processo seletivo e do benefício previsto neste edital a qualquer tempo, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

8.3. É de inteira responsabilidade do estudante acompanhar todo o processo de seleção, bem como manter atualizados os seus dados de contatos (email, telefone e endereço).

8.4. O estudante que não cumprir os prazos estabelecidos neste Edital será considerado desistente do processo seletivo.

8.5. Os estudantes selecionados deverão assinar o Termo de Compromisso com o Poder Público Municipal concedendo o auxílio financeiro.

8.6 O acadêmico beneficiado poderá, a qualquer tempo, ser chamado para prestar esclarecimentos ou entregar documentos que se fizerem necessários.

8.7 A Comissão Técnica poderá promover, a qualquer tempo, visitas domiciliares aos beneficiados, para comprovar e/ou confirmar a continuidade das condições exigidas para a concessão da bolsa e/ou a veracidade das informações prestadas quando da inscrição.

9. Os casos omissos serão resolvidos pela comissão técnica.

São Bento do Sul, 25 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

I – Cópia da Carteira de Identidade própria e dos demais integrantes do grupo familiar, podendo ser apresentada certidão de nascimento no caso de menores de 18 anos (que não possuam carteira de identidade).

II – Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF, própria e dos demais integrantes do grupo familiar, se houver.

III – Cópia do Comprovante de Residência (atualizado), última fatura de energia elétrica ou telefone fixo ou telefone móvel ou água em nome do estudante ou responsável.

IV - Comprovante de rendimentos do estudante e dos integrantes de seu grupo familiar:

- a) Se assalariado: Folha de pagamento (recibo de salário) dos três últimos meses com identificação da empresa ou instituição e cópia da Carteira de Trabalho atualizada da folha de identificação, último contrato de trabalho e a próxima folha em branco;
- b) Se trabalhador autônomo ou profissional liberal: Declaração de renda de Autônomo;
- c) Se proprietário de empresa: DIRPJ - Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica do último exercício financeiro acompanhado do Recibo de entrega na Receita Federal; e Declaração Comprobatória de Rendimentos (original), dos três últimos meses; e, Contrato social com todas as alterações (cópia).
- d) Se aposentado ou pensionista: Comprovante de recebimento de aposentadoria ou pensão do último mês, retirado do site da previdência social, ou comprovante de rendimento que contenha o número do benefício recebido;
- e) Se agricultor: Declaração de renda emitida por sindicato rural do município onde os integrantes do grupo familiar possuem atividade, caso o produtor não seja associado, apresentar declaração de punho próprio para justificar a não entrega deste documento e apresentar as seis últimas notas emitidas e a subsequente em branco;
- f) Se estagiário: Cópia do termo de compromisso de estágio, em que conste o valor recebido pelo mesmo;
- g) Se recebe aluguel: apresentar declaração de recebimento de aluguel.
- h) Se estiver recebendo Seguro Desemprego: Comprovante de recebimento fornecido pela Caixa Econômica Federal (cópia), rescisão contratual (cópia);
- i) No caso de desempregado ou sem remuneração: Declaração assinada pelo integrante do grupo familiar atestando que não exerce qualquer tipo de atividade remuneratória;

V - Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF: Do último exercício financeiro (com todas as folhas e recibo de entrega do candidato e de todos os integrantes do grupo familiar declarados na ficha de inscrição) acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal; ou, para os não declarantes de imposto de renda, apresentar comprovante, disponível no link para consulta: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/Atrjo/ConsRest/Atual.app/paginas/index.asp>

VI – Declaração própria, datada, por um dos integrantes do grupo familiar maior de 18 anos, mencionando os bens do grupo familiar e os respectivos valores (valor de venda), acompanhado de Cópia do carnê de IPTU (apenas a parte onde discrimina as informações do patrimônio e o valor a ser pago) ou Certificado de Cadastro do Imóvel Rural – CCIR; cópia dos documentos de veículos;

VII – Se a moradia for alugada: No caso do grupo familiar residir em imóvel alugado, apresentar cópia de contrato de locação e do recibo de pagamento do último aluguel. Caso o aluguel seja dividido com outra(s) pessoa(s), anexar ao contrato de locação, declaração assinada por todos os inquilinos informando o valor pago por morador;

VIII – Se a moradia for financiada: No caso do grupo familiar residir em imóvel financiado, apresentar cópia do recibo da última parcela ou extrato bancário que comprove o financiamento;

IX – Se houver gastos mensais com doença: Cópia do laudo médico legível, atualizado dos últimos seis meses, em caso de existência de doença crônica (conforme definido no art. 2º da Portaria Nº 483, de 1º de abril de 2014) no grupo familiar onde o documento deverá conter: nome do paciente, código da doença (CID), tipo do tratamento, data, carimbo e assinatura do profissional que atesta;

• Comprovantes de gastos com medicamentos para tratamentos contínuos (cópias dos recibos, notas fiscais, etc.).

X – Se houver gasto com transporte coletivo: Comprovante (recibo ou nota fiscal) mensal de pagamento de transporte coletivo. O comprovante deve ser nominal ao aluno e possuir dados da empresa de transporte (carimbo, endereço e assinatura do responsável).

XI – Caso os pais ou o candidato forem separados/divorciados ou falecidos (pais ou cônjuge): Comprovante de separação ou divórcio dos pais, ou certidão de óbito, no caso de um deles não constar do grupo familiar do candidato por esta razão.

XII – No caso de o candidato possuir filhos/dependentes: Cópia de certidão de nascimento dos mesmos, ou Termo Judicial de dependência, ou cópia de declaração de imposto de renda.

XIII – Se houver, além do candidato, outro integrante do grupo familiar cursando graduação em Instituição de Ensino Particular: Comprovante de matrícula de integrantes do grupo familiar (exceto o candidato) que estudam em Instituições de Ensino Superior particulares.

## ANEXO II REQUERIMENTO DE RECURSO

NOME DO CANDIDATO:  
CURSO:  
CPF:

### RAZÕES DO RECURSO (FUNDAMENTAÇÃO)

Nestes termos, pede deferimento:  
Assinatura do Candidato:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2017 - FMS

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2017 - FMS

OBJETO: Fornecimento de passes (vale transporte) para os funcionários do Fundo Municipal de Saúde, pelo período de agosto a 17 de outubro de 2017.

CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 68.000,00.

São Bento do Sul, 16 de agosto de 2017.

Tiago Martinhuk – Diretor de Suprimentos e Patrimônio

Manuel Rodriguez Del Olmo – PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 52/2017 - FMS

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passes (vale transporte) para os funcionários do Fundo Municipal de Saúde, pelo período de agosto a 17 de outubro de 2017.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Nivaldo Stoeberl

& Cia Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, conforme Decreto nº 0428 de 19 de julho de 2017 e de acordo com o Termo Aditivo nº 138/2017, sendo portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 68.000,00 é compatível com os preços praticados no mercado. O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituída pelo Decreto Municipal nº 42 de 19 de janeiro de 2017, sendo portanto impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde.

### **LEI Nº 3806/2017**

LEI Nº 3806, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

DENOMINA DE LUIS HENRIQUE BERKENBROCK O GINÁSIO DE ESPORTES DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ARACY HANSEN

#### **O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado de GINÁSIO DE ESPORTES LUIS HENRIQUE BERKENBROCK, o Ginásio de Esportes da Escola Básica Municipal Aracy Hansen, localizada na Rua Theodoro Ziebarth, 90, Bairro Bela Aliança, no município de São Bento do Sul - SC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3807/2017**

LEI Nº 3807, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO

#### **O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 48.329,33 (quarenta e oito mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e três centavos) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Especial será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 4.002 – Departamento de Comunicação Social - DECS  
3.3.90.92.00.00.00.00.0100 – Despesas de Exercícios Anteriores  
..... R\$ 4.080,84

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 – Meio Ambiente

Atividade: 4.003 – Departamento de Meio Ambiente - DEMAM  
3.3.90.31.00.00.00.00.0100 – Premiações Culturais, Art. Cient.

Desp.e Out ..... R\$ 480,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 03 – SSP Trânsito - Polícia Militar

Atividade: 2.035 – Convênio SSP/Trânsito – Polícia Militar

3.3.30.81.00.00.00.00.0354 – Distribuição Constitucional ou Legal de Rec ..... R\$ 43.768,49

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na fonte de recursos 00.1.0054 – Convênio de Trânsito – Polícia Militar, no valor de R\$ 43.768,49 (quarenta e três mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos) e da anulação parcial das seguintes dotações orçamentar

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 4.002 – Departamento de Comunicação Social - DECS

(331)3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv.de Terceiros – PJ  
..... R\$ 4.080,84

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 02 – Meio Ambiente

Atividade: 4.003 – Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(492)3.3.90.32.00.00.00.00.0100 – Material de Distrib. Gratuita  
..... R\$ 480,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 3808/2017**

LEI Nº 3808, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

#### **O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade: 03 – Sistema de Esgoto Sanitário

Atividade: 1.003 – Construção de Unidades de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto

( ) 4.4.90.39.00.00.00.00.0200 – Outros Serviços de Terceiros – PJ..R\$ 550.000,00

(55) 4.4.90.51.00.00.00.00.0200 – Obras e Instalações  
..... R\$ 1.350.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 02 – Serviços da Dívida Pública

Atividade: 0.047 – Amortização e Juros da Dívida Pública  
(304) 3.2.90.21.00.00.00.00.0785 – Juros Sobre a Dívida por Contrato ..... R\$ 628.000,00  
(306) 3.2.90.22.00.00.00.00.0785 – Outros Enc. sobre a Dívida por Cont ..... R\$ 120.000,00  
(309) 4.6.90.71.00.00.00.00.0785 – Principal da Dívida Contratual Resg ..... R\$ 1.152.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 3809/2017

LEI Nº 3809, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

RATIFICA TERMO DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO Nº 005/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - IFC

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado, em conformidade com o art. 18, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, o Termo de Convênio de Estágio nº 005/2017 que entre si celebram o Município de São Bento do Sul e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 3810/2017

LEI Nº 3810, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1425, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2005.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso II, do art. 8º, da Lei nº 1425, de 04 de novembro de 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 8º .....  
.....

II – pagamento de preço público de regularização de Aviso de Irregularidade correspondente ao valor de 10 (dez) horas de estacionamento da vaga na qual cometera a infração, com devolução ao usuário de 05 (cinco) horas de créditos no botton ou cartões de estacionamento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 3811/2017

LEI Nº 3811, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul – EMHAB, a alienar imóveis.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a alienação de imóveis da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB, matriculados no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul, para os beneficiários descritos no anexo único.

Parágrafo único. O anexo mencionado no caput deste artigo contém a matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis, bem como os respectivos beneficiários.

Art. 2º Os custos de escrituração e registros referentes à transferência dos imóveis serão de responsabilidade de cada beneficiário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

### ANEXO ÚNICO

MATRÍCULA	BENEFICIÁRIOS	CPF
35684	SILVIO SCHROEDER ROSINA PEREIRA DE ALMEIDA	247.015.219-49 988.217.179-68
35731	ORTI MENDES DE SOUZA ROSENI MACHADO CAVALHEIRO	066.623.079-04 534.459.709-63
35733	JOSÉ APARECIDA DOS REIS CLAUDETE APARECIDA GROBER	891.310.029-00 022.142.179-32
35734	SOLANGE MARIA HEINECK	019.319.859-28
39432	JAIR SOARES BUENO ZILDA LEAL MARTIM	710.646.729-49 626.727.549-34
39644	CLEONICE APARECIDA DA SILVA	767.218.929-87
39651	VALERIA CLARICE WRUBLAK	855.540.739-72
39669	ELISANGELA NOEMI VEIGA	063.212.819-48
39681	JOSÉ CELESTINO CORDEIRO	820.542.239-72
39682	CLEIDE TEREZINHA IVANS	057.744.429-85
39690	CELIO FRANCISCO CINTIA ENGEL DE MELO	420.576.479-00 009.927.689-50
39695	AUGUSTO DA LUZ SUELY APARECIDA ALMEIDA	339.962.459-04 421.748.219-15
39709	ETELVINA MARINHO DOS SANTOS	020.124.979-00

### LEI Nº 3812/2017

LEI Nº 3812, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA ANEXO ÚNICO DA LEI N. 3645, DE 04 DE ABRIL DE 2016 QUE AUTORIZOU A EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO A ALIENAR IMÓVEIS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo Único da Lei n. 3645, de 04 de abril de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

### ANEXO ÚNICO

MATRÍCULA	BENEFICIÁRIO	CPF
39.628	EVERTON JONI MACHADO e ELAINE CRISTINA KOSTER	005.588.849-62 048.699.799-50
39.627	PALMIRIA DA SILVA RANK	721.499.149-72

35.735	BERTOLDO WILHEN TEICHMANN	293.036.219-72
35.732	CLEDERSON MENDES DE SOUZA e JOSANI BOSSI	004.499.479-63 044.243.719-64
35.677	GILBERTO LIEBL e SILVINEIA KUTACH	821.136.889-72 603.663.201-06
35.722	LUZIA GONÇALVES	791.406.619-20
39.676	FRANCISCO ROGEL DO PRADO	421.144.629-00
39.436	ADILSON LINZMEYER	180.189.049-87
39.688	SANDRA VEIGA e ADÃO FRANCISCO SZUCH	042.041.119-47 918.725.539-15

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### LEI Nº 3813/2017

LEI Nº 3813, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre o Município de São Bento do Sul e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n. 2855, de 02 de agosto de 2011.

Art. 2º O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição n.º 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: <[http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543\\_edicao\\_2218\\_assinado.pdf](http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf)>), parte integrante da presente lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### LEI Nº 3814/2017

LEI Nº 3814, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E

### URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano  
Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(100) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serviços de Terceiros – PJ ..... R\$ 270.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(15) 3.1.90.11.00.00.00.00.0100 - Vencimentos e Vantagens Fixas – PC ..... R\$ 140.000,00

(16) 3.1.90.13.00.00.00.00.0100 – Obrigações Patronais ..... R\$ 40.000,00

(27) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 – Outros Serv. de Terceiros - PJ ..... R\$ 90.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### LEI Nº 3815/2017

LEI Nº 3815, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais) no orçamento vigente do município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.013 – Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB

4.4.90.52.00.00.00.00.0183 – Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 2.250.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado o recurso proveniente da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 1.040 – Infra-estrutura Urbana

(81) 4.4.90.51.00.00.00.00.0183 – Obras e Instalações ..... R\$ 2.250.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 3816/2017**

LEI Nº 3816, DE 28 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI Nº 228, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE MODIFICA E ATUALIZA A LICENÇA-MATERNIDADE NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

**O PREFEITO MUNICIPAL**

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 213 da Lei nº 228, de 28 de janeiro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 213. Será concedida licença-maternidade à servidora pública, quando gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste, sem prejuízo do vencimento e vantagens pelo efetivo exercício do cargo.

§ 1º Em casos excepcionais, os períodos de repouso anterior e posterior ao parto podem ser aumentados em mais duas semanas, mediante inspeção médica.

§ 2º Em caso de aborto não criminoso, comprovado por atestado médico, a servidora terá direito a duas semanas de repouso remunerado.

§ 3º No período da licença a servidora não poderá exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar, sob pena de revogação do benefício, inclusive em caráter retroativo, ressalvado o período de 15 (quinze) dias que antecedem o termo final da licença, que se destinará à adaptação da criança a essa nova situação.

§ 4º Os benefícios previstos no caput deste artigo e nos demais parágrafos se estendem às empregadas públicas e às servidoras temporárias.□

Art. 2º Fica acrescido o artigo 213-A na Lei nº 228, de 28 de janeiro de 2001, com a seguinte redação:

□Art. 213-A. À servidora pública, que adotar, será concedido 180 (cento e oitenta) dias de licença remunerada, para adaptação do adotado ao novo lar.

§ 1º Idêntica licença conceder-se-á ao servidor do sexo masculino que conste como único adotante.

§ 2º Os benefícios previstos no caput deste artigo e nos demais parágrafos se estendem às empregadas e às servidoras temporárias.□

Art. 3º Os demais dispositivos da Lei nº 228, de 28 de janeiro de 2001, não abrangidos por esta Lei, permanecem inalterados.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 3817/2017**

LEI Nº 3817, DE 28 DE AGOSTO DE 2017

ALTERA O ART. 1º DA LEI Nº 983 DE 07 DE JULHO DE 2004

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei nº 983 de 07 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica denominada de DÉLIO LIEBL, a lateral da Rua Antônio Kaesemodel, localizada no Bairro Oxford com extensão de 142,33 m, com largura de 12 metros, sentido oeste, conforme croqui em anexo.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

# São João Batista

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 128/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 128/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Múltiplos Serviços e Obras LTDA ME – CNPJ nº 10.788.391/0001-04; Processo Licitatório 121/PMSJB/2017 – Tomada de Preços nº 008/PMSJB/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ANFILÓQUIO JOÃO ZUNINO, CENTRO, COM 540,00 METROS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL; Valor global: R\$ 584.326,03 (quinhentos e oitenta e quatro mil trezentos e vinte e seis reais e três centavos); Item orçamentário / Projeto: (85) 4.4.90.51.98.00.00.00.00; Data da assinatura: 24/08/2017; Execução e vigência: Até 21/04/2018.

### EXTRATO DE CONTRATO 129/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 129/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Múltiplos Serviços e Obras LTDA ME – CNPJ nº 10.788.391/0001-04; Processo Licitatório 121/PMSJB/2017 – Tomada de Preços nº 008/PMSJB/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AMÉLIA WEBER DA SILVA, RIBANCEIRA DO SUL, COM 200,00 METROS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL; Valor global: R\$ 236.996,84 (duzentos e trinta e seis mil novecentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos); Item orçamentário / Projeto: (85) 4.4.90.51.98.00.00.00.00; Data da assinatura: 24/08/2017; Execução e vigência: Até 22/12/2017.

### EXTRATO DE CONTRATO 130/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 130/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Múltiplos Serviços e Obras LTDA ME – CNPJ nº 10.788.391/0001-04; Processo Licitatório 121/PMSJB/2017 – Tomada de Preços nº 008/PMSJB/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA BATISTA MAFESSOLI, TAJUBA I, COM 430,00 METROS, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E ART, PARTE INTEGRANTE DO EDITAL; Valor global: R\$ 267.595,71 (duzentos e sessenta e sete mil quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e um centavos); Item orçamentário / Projeto: (85) 4.4.90.51.98.00.00.00.00; Data da assinatura: 24/08/2017; Execução e vigência: Até 22/11/2017.

### LEI COMPLEMENTAR 55, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

Lei Complementar 55, de 24 de agosto de 2017.

ALTERA A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP – Revoga a lei 2552/02 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João Batista, faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituída, nos termos do art. 149-A da Constituição Federal de 1988, a Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP - devida pelos consumidores residenciais e não residenciais de energia elétrica e proprietários de imóveis destinada ao custeio do serviço de iluminação pública.

§ 1º Considera-se serviço de iluminação pública aquele destinado a iluminar vias, praças, passarelas, jardins, abrigos de usuários de transporte coletivo e logradouros, bem como quaisquer outros bens públicos de uso comum e livre acesso, inclusive a iluminação de monumentos, fachadas, fontes luminosas e obras de arte de valor histórico, cultural ou ambiental, eventos e atividades que tenham caráter público, assim como das atividades acessórias de instalação, operação, manutenção, remodelação, modernização, efficientização e expansão da rede de iluminação pública, serviços correlatos e despesas havidas para consecução do objetivo.

§ 2º São contribuintes da Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP os proprietários, titulares do domínio ou possuidores, a qualquer título, da unidade imobiliária, na área urbana, edificada ou não, ligada ou não a rede de energia elétrica.

§ 3º São contribuintes da Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP - os proprietários de imóveis urbanos ou rurais, titulares do domínio ou possuidores, a qualquer título, que estejam ligados à rede de energia elétrica ou não, e que tenha em frente a sua propriedade iluminação pública.

§ 4º A contribuição incidirá sobre a prestação de serviços públicos de iluminação pública, efetuada pelo Município no âmbito de seu território.

Art. 2º - A contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP – de que trata o artigo anterior será obtida através do percentual a ser aplicado em conformidade com tabela classificada por consumo em KWh, para os consumidores de energia elétrica, constante no artigo terceiro desta lei e seus parágrafos, que será aplicada sobre o valor da Tarifa de Iluminação Pública fixada pela Agência de Energia Elétrica – ANEEL, (Grupo B4) tornando-se a base do cálculo a ser efetuado, obtendo-se valor cobrado da COSIP e será efetuado pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica.

CLASSE - CONSUMIDOR, RESIDENCIAL – INDUSTRIAL - SERVIÇOS

FAIXA DE CONSUMO DE ENERGIA	CONTRIBUINTES	
	Residenciais	Comerciais – Industriais ou Serviços
0 a 30 Kwh	isento	isento
30,01 a 50 kwh	0,6%	6%
50,01 a 100 kwh	1,6%	9%

100,01 a 200 kwh	2,6%	12%
200,01 a 500 kwh	5%	16%
500,01 a 1000 kwh	10%	22%
Acima de 1000 kwh	18%	30%

**CLASSE - CONSUMIDOR PRIMÁRIO**

Faixa de Consumo	Valor da Contribuição em %
Até 1.500 Kwh	51,00
De 1.501 a 3.000 kwh	72,00
De 3.001 a 5.000 kwh	118,00
De 5.001 a 10.000 kwh	156,00
De 10.001 a 20.000 kwh	236,00
Acima de 20.001 kwh	324,00

**CLASSE – CONSUMIDOR PODER PÚBLICO**

Faixa de Consumo	Valor da Contribuição em %
Até 1.500 Kwh	110,00
De 1.501 a 3.000 kwh	220,00
De 3.001 a 5.000 kwh	330,00
De 5.001 a 10.000 kwh	660,00
De 10.001 a 20.000 kwh	1.220,00
De 20.001 a 50.000 kwh	1.880,00
Acima de 50.001 kwh	3.760,00

§ 1º. A contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP – de que trata o artigo anterior e que não esteja ligada a rede de energia elétrica, será obtida através da metragem linear em classificação (tabela) a ser realizada, que será aplicada sobre o valor da tarifa vigente de iluminação pública no mês de dezembro de cada ano multiplicado pelo percentual estabelecido conforme a metragem linear da frente do imóvel.

§ 2º. Fica autorizado o poder executivo, por decreto criar novas classes e faixas de consumo, e/ou alterando os percentuais, necessário a fazer frente ao custeio do parque de iluminação pública, em conformidade com esta lei.

Art. 3º Para os imóveis ligados a rede de energia, as alíquotas de contribuição são diferenciadas conforme as classes e faixas de consumo mensal medido em kWh (quilowatt-hora) e aplicadas sobre classes especificadas no art. 2º. desta lei, e para os imóveis não edificadas através de percentual sobre a tarifa vigente de iluminação pública conforme a testada principal do imóvel à ser regularizado por decreto se houver necessidade da criação da nova classe.

§ 1º A tarifa referida é aquela publicada por meio de resoluções pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica para iluminação pública, por MWh (megawatt-hora) para a concessionária de serviço público de distribuição de energia que atua no Município e sem acréscimos de tributos (ICMS, PIS e COFINS).

§ 2º A cobrança incidirá sobre todas as classes/categorias de unidades consumidoras descritas em Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ou órgão regulador que vier a substituí-la.

§ 3º Os consumidores residenciais enquadrados pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, como beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica, Subclasse Residencial Baixa Renda receberão desconto de 100% em seu valor da Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP, para consumidores de até

100kWh (cem quilowatt-hora) mediante cadastro na secretária de assistência social deste município .

§ 4º Não estão isentos de pagamento da Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP as pessoas jurídicas de direito público.

§ 5º O valor de referência da taxa de iluminação pública utilizado para cobrar a COSIP dos consumidores de Imóveis não edificadas será a do mês de dezembro de cada ano.

Art. 4º - O Valor da Contribuição de que trata esta Lei Complementar será reajustado na mesma ocasião e percentual aplicado às tarifas de fornecimento de energia elétrica definido pelas Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A – CELESC, ou por outra companhia de distribuição que atue no município, ou por decreto do poder executivo municipal.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com Centrais Elétricas de Santa Catarina- S.A.- CELESC, ou por outra companhia de distribuição que atue no município, para operacionalizar a apuração e cobrança da contribuição de que trata esta Lei Complementar.

§ 1º - A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.- CELESC ou por outra companhia de distribuição que atue no município deverá contabilizar mensalmente, o produto de arrecadação da COSIP, em conta própria, e fornecerá, à Secretária de Administração e Finanças, até o dia 15 do mês subsequente ao do recolhimento, o demonstrativo de arrecadação.

§ 2º - O saldo verificado no balanço da contabilidade do Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP - deverá ser aplicado em serviços, de acordo com a programação e autorização da Prefeitura Municipal.

Art. 6º Fica atribuída responsabilidade tributária à empresa concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, para arrecadação da COSIP junto a seus consumidores que deverá ser lançada para pagamento juntamente na fatura mensal de energia elétrica, sendo o valor integral do tributo depositado na conta do Tesouro Municipal especialmente designada para tal fim, nos termos abaixo.

§ 1º Compete à Secretaria de Administração e Finanças a administração e fiscalização da contribuição que trata esta Lei.

§ 2º A forma e a periodicidade do lançamento da COSIP serão definidas em decreto.

§ 3º A falta de repasse ou o repasse a menor da Contribuição pelo responsável tributário, nos prazos previstos em regulamento, e desde que não iniciado o procedimento fiscal, implicará:

I - A incidência de multa moratória, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da Contribuição, até o limite de 20% (vinte por cento);

II - A atualização monetária do débito, na forma e pelo índice estabelecido pela legislação municipal aplicável.

§ 4º Os acréscimos a que se refere o § 3º deste artigo serão calculados a partir do primeiro dia subsequente ao do vencimento do prazo previsto para o repasse da Contribuição até o dia em que ocorrer o efetivo repasse.

Art. 7º - A Concessionária deverá manter cadastro atualizado dos contribuintes que deixaram de efetuar o recolhimento da contribuição, fornecendo os dados constantes naquele cadastro para a Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 8º - O Município fica autorizado a aplicar os recursos arrecadados pela Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP, em iluminação de eventos e atividades de caráter

Público.

Art. 9º - O valor da contribuição será ajustado, aumentando ou diminuindo, sempre que necessitar, por Decreto do Poder Executivo, de acordo com a evolução do custo do serviço de iluminação pública e corrigir, alterar, ajustar/reajustar, ou reduzir o percentual criando tabelas a fim de regulamentar esta lei, de acordo com a necessidade municipal e com a legislação vigente.

§ 1º. Em caso de excesso de arrecadação, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a reduzir proporcionalmente o custo da contribuição para adequar a finalidade do custeio.

§ 2º. Fica o Chefe do executivo autorizado a atualizar as classes e faixas, por decreto do poder executivo tomando por base os indicadores econômicos, Índice Nacional do Preço ao Consumidor - INPC, e/ou o índice de reajuste no preço da energia elétrica, e/ou aumento dos custos de manutenção na iluminação pública, e/ou alteração de bandeira tarifária. As alterações serão por decreto do executivo municipal com a devida publicação e na forma desta lei.

Art. 10º - Aplicam-se à Contribuição para Custeio de Serviço de Iluminação Pública – COSIP, no que couber as normas do Código Tributário Nacional e legislação tributária do Município, inclusive aquelas relativas às infrações e penalidades.

Art. 11º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei 2.552/02 e as disposições em contrário, produzindo efeitos, no que couber, no prazo previsto no art. 150, inciso III, alínea c, da Constituição Federal.

São João Batista, 24 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### 117/2017 - NOMEIA FABIANA SWAB WELCHEN - CHEFE DE SECRETARIA

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 117 DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal nº 885 de 02 de dezembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. FABIANA SCHWAB WELCHEN, brasileira, residente e domiciliada neste município, portadora da Cédula de Identidade nº 5.102.586, inscrita no CPF sob nº 069.201.389-05, nomeada para o exercício de cargo de provimento comissionado de CHEFE DE SECRETARIA, pelo Regime Jurídico Estatutário Próprio e Regime Geral de Previdência Social, com fulcro do Art. 5º da Lei Municipal Nº 1.155/08 de 23 de dezembro de 2008.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de 16 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 11 de agosto de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

### 118/2017 - AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, PELO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL - FABIANE WELCHEN

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº 118/2017 DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a condução de Veículos de propriedade do Município, pelo Servidor Público Municipal a seguir identificado:

NOME	CARGO
Fabiana Schwab Welchen	Chefe de Secretaria

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de 16 de agosto de 2017.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 11 de agosto de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

### 119/2017 - NOMEAR POR CONCURSO A SRA. MARIELI SPECHT

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 119 DE 11 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal Nº 881/2005, Lei Municipal Nº 885/2005 e Art. 37, Inciso II da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear por concurso a Sra. MARIELI SPECHT, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 5.902.868, inscrita no CPF sob nº 080.176.459-96, para o Cargo de Provimento Efetivo de Servente, conforme o Art. 3º da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo Regime Jurídico Estatutário Próprio e Regime Geral de Previdência Social, por imperativo de Concurso Público, conforme Edital de Concurso Público 001/2017 de 27 de março de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de 21 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 11 de agosto de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

### 120/2017 - EXONERAR O SR. JOÃO SCHAUREN DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE URBANISMO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 120 DE 15 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade da Lei Municipal nº 885/05 de 02 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o Sr. JOÃO SCHAUREN, brasileiro, residente e domiciliado neste município, portador da Cédula de Identidade nº 1.658.008, inscrito no CPF sob nº 531.778.000-49, da Função Gratificada de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE URBANISMO, tornando sem efeito a Portaria 054/2017 de 03 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 15 de agosto de 2017.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

### 121/2017 - DISPENSAR A SRA. VANESSA BOUFLEUR DA FUNÇÃO ACT DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA Nº. 121 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Dispensar a Sra. VANESSA BOUFLEUR, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 6.273.907, inscrita no CPF sob nº 103.481.179-73, da função ACT de Auxiliar de Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, pelo regime Jurídico Estatutário Próprio e Regime Geral de Previdência Social, tornando sem efeito a Portaria nº 087/2017 de 04 de maio de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de 29 de agosto de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 24 de agosto de 2017.

FERNANDO BISIGO
-----------------

Prefeito Municipal
--------------------

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Associação de Árbitros de Guaraciaba- Assag

ORIGEM: Pregão Presencial Nº 88/2017

OBJETO: "Prestação de serviços de arbitragem para jogos de futebol de campo do Campeonato Municipal das diversas categorias."

VALOR: 34.580,00

PRAZO: 23.08.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 23 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Adelar Weiss- Me

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 13/2013

OBJETO: "Prestação de serviços de até 10.000 horas de máquinas e caminhões, com pagamento de subsídio, nos termos da Lei Municipal nº 1.464/2013."

VALOR: ATÉ R\$ 20.000,00

PRAZO: 24.08.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 24 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2017**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Agro Comercial Pampa-Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 90/2017

OBJETO: "Aquisição de bainhas e luvas para o programa de melhoramento genético da Secretaria da Agricultura do Município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 15.952,00

PRAZO: 25.08.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 25 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 298/2017

DECRET O Nº 298/2017

“QUE ALTERA O ANEXO I DO DECRETO Nº 388/2013, DE 18/12/2013, NA PARTE EM QUE SE REFERE AO GINÁSIO DE ESPORTES E REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 126/2014, DE 03/06/2014”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo I do Decreto Nº 388/2013, de 18/12/2013, na parte em que se refere ao Ginásio de Esportes “Juraci Santos” e revoga os efeitos do Decreto Nº 126/2014 de 03/06/2014.

Parágrafo Único – Fica fazendo parte integrante do presente Decreto o ANEXO I.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 126/2014, de 03/06/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 24 de Agosto de 2017.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal.

### ANEXO I

Estabelecimento	Unidade de Aferição	Valor – UFRM´s
Casa do Turista;	Diária	98,71
Casa da Cultura;	Diária	85,83
Centro de Eventos Newton Stélio Fontanella;	Diária	430,00
Casa da Praça João Ribeiro;	Diária	42,91
Ginásio de Esportes Municipal Juraci Santos – Quadra – única locação – durante o dia	Hora	23,00
Ginásio de Esportes Municipal Juraci Santos – Quadra – única locação – Durante a Noite	Hora	20,00
Ginásio de Esportes Municipal Juraci Santos – Quadra – Locação de uma hora semanal, durante um mês.	Mês	20,00
Estádio José Leão Dutra;	Duas Horas	64,37
Casa de madeira nos fundos do Museu;	Diária	42,91
Pavilhão da Maçã para festas de pequeno porte	Diária	257,51
Pavilhão da Maçã: 12 horas	Meia Diária	128,75
Pavilhão da Maçã, para show de médio e grande porte e exposições;	Diária	644,00
Restaurante abaixo do Pavilhão da Maçã	Diária	128,75
Pavilhão I;	Diária	215,00
Pavilhão II;	Diária	215,00
Pavilhão III;	Diária	215,00
Bar Redondo;	Diária	154,50
Casa de Vidro ao lado da PUA;	Diária	85,83
Box para venda	Diária	34,33
Rancho Verde	Diária	215,00
Espaços Livres do Parque Nacional da Maçã	Diária	155,00

Ruas do entorno da Praça João Ribeiro;	Diária	30,00
Ruas do entorno da Praça João Ribeiro - Utilização de espaço para fins promocionais e de propaganda.	Diária	20,00
Ruas do entorno da Praça Cesário Amarante;	Diária	30,00
Ruas do entorno da Praça Cesário Amarante - Utilização de espaço para fins promocionais e de propaganda.	Diária	20,00
Ruas do entorno da Praça do Astréa;	Diária	30,00
Ruas do entorno da Praça do Astréa - Utilização de espaço para fins promocionais e de propaganda.	Diária	20,00
Espaços livres da Praça João Ribeiro;	Diária	30,00
Espaços livres da Praça João Ribeiro - Utilização de espaço para fins promocionais e de propaganda.	Diária	20,00
Espaços livres da Praça Cesário Amarante;	Diária	30,00
Espaços livres da Praça Cesário Amarante- Utilização de espaço para fins promocionais e de propaganda.	Diária	20,00
Espaços livres da Praça do Astréa.	Diária	30,00
Espaços livres da Praça do Astréa - Utilização de espaço para fins promocionais e de propaganda.	Diária	30,00
Calçadão	Diária	1,00
Portal em frente ao Banco do Brasil	Diária	2,00

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 24 de Agosto de 2017.

GIOVANI NUNES

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 299/2017

DECRET O Nº 299/2017

“QUE REMANEJA DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA ATIVIDADE NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.450/2016, ART. 4º, DE 18/11/2016”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Créditos para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – PODER EXECUTIVO

03.03 – SECRETARIA DA FAZENDA

(10)3.3.90.00.00.00.00.2.004-0160 Recursos Ordinários  
..... 88.000,00

(12)4.6.90.00.00.00.00.2.004-0160 Recursos Ordinários  
..... 4.000,00

TOTAL DO REMANEJAMENTO .....  
..... 92.000,00

Art. 2º - Para atendimento dos Créditos que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do remanejamento de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

03 – PODER EXECUTIVO

03.03 – SECRETARIA DA FAZENDA  
 (9) 3.2.90.00.00.00.00.2.004-0160 Recursos Ordinários  
 ..... 56.000,00  
 (11)4.4.90.00.00.00.00.2.004-0160 Recursos Ordinários  
 ..... 36.000,00  
 TOTAL DO REMANEJAMENTO .....  
 ..... 92.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
 São Joaquim, 24 de Agosto de 2017.  
 GIOVANI NUNES  
 Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 300/2017

DECRETO Nº 300/2017

“QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a Lei Municipal Nº 2.783/2007, de 29/06/2007, art. 9º, Ficam NOMEADAS as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

07 (sete) REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO:

a) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
 ELIELI PRISCILA DA SILVA .....  
 ..... TITULAR;  
 CLAUDIA ARRUDA DE SOUZA .....  
 ..... SUPLENTE.

b) – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE  
 HENRIQUE MORITZ .....  
 ..... TITULAR;  
 TEREZINHA G. GODOI VIEIRA .....  
 ..... SUPLENTE.

c) – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 DAIANE HUGEN TOMAZ .....  
 ..... TITULAR;  
 CLEO RODRIGO NEZI .....  
 ..... SUPLENTE.

d) – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
 MARISTELA DA SILVA LIMA .....  
 ..... TITULAR;  
 NAZARENO DE OLIVEIRA RODRIGUES .....  
 ..... SUPLENTE.

e) – SECRETARIA CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO  
 SILVIA HELENA SILVA LEMOS .....  
 ..... TITULAR;  
 JAMILE MARIA DE ANDRADE SANTOS .....  
 ..... SUPLENTE.

f) – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 JAISON COMIN LIMA .....  
 ..... TITULAR;

LUCAS DA SILVA .....  
 ..... SUPLENTE.

g) – SECRETARIA DO ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
 INGRID ARRUDA DA ROSA .....  
 ..... TITULAR;  
 CECILIA RAQUEL SOUZA SILVA .....  
 ..... SUPLENTE.

07 (sete) REPRESENTANTES DE ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA – NÃO GOVERNAMENTAIS:

01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
 CAROLINE LAMPE K. MACHADO .....  
 ..... TITULAR;  
 ANDREA LUIZA GRANDO .....  
 ..... SUPLENTE.

02 – ASSOCIAÇÃO FEMININA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 MAISA NUNES LUENENBERG .....  
 ..... TITULAR;  
 SIMONI ALI HUSSEIN .....  
 ..... SUPLENTE.

03 – ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB  
 SARITA NUNES .....  
 ..... TITULAR;  
 CRISTIANE NUNES NESI .....  
 ..... SUPLENTE.

04 – ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BENTO CAVALHEIRO  
 SILVIANE ITÁLIA BORGES MEDEIROS .....  
 ..... TITULAR  
 DANIELA FREITAS .....  
 ..... SUPLENTE;

05 – CDL – CÂMARA DE DIRIGENTES LOGISTA DE SÃO JOAQUIM  
 MOACIR SOUZA .....  
 ..... TITULAR;  
 FRANCISCO SOUZA .....  
 ..... SUPLENTE.

06 – APAE SÃO JOAQUIM  
 LUCIANE SANTOS VELHO .....  
 ..... TITULAR;  
 TATIANE NUNES DA ROSA .....  
 ..... SUPLENTE.

07 – PASTORAL DA CRIANÇA  
 CAMILA APARECIDA MEDEIROS NUNES .....  
 ..... TITULAR;  
 RITA DE FÁTIMA RIBEIRO .....  
 ..... SUPLENTE.

Parágrafo Único - A Coordenação é órgão constituído pelo Coordenador Geral, pelo Coordenador adjunto, pelos primeiro e segundo secretário, ficando assim constituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

LUCIANE DOS SANTOS VELHO ..... COORDENADORA GERAL.  
 MAISA NUNES LUENENBERG ..... COORDENADORA ADJUNTA.  
 DAIANE HUGEN TOMAZ .....  
 ..... 1º SECRETÁRIO.  
 SILVIANE ITÁLIA BORGES MEDEIROS .....  
 ..... 2º SECRETÁRIA.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

e os seus efeitos retroagem ao dia 12 de Junho de 2017, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 139/2015, de 27/04/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 25 de Agosto de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 480/2017**  
PORTARIANº 480/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida Licença de 05 (cinco) dias, por Falecimento de seu Filho, conforme apresentação de Certidão de óbito à funcionária: - TATIANA DA SILVA SOUZA, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo, a contar do dia 14/08/2017 até o dia 20/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 14 de Agosto de 2017, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Agosto de 2017.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 481/2017**  
PORTARIANº 481/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Nº 001/2016, realizado em data de 01/02/17; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora: - GRAZIELA RAIZER DA CRUZ, para exercer a função de Professora Substituta, no C.E.I. Filomena Martorano Viera Rodrigues, Bairro Jardim Bandeira, na área de Educação Infantil, Profª. Normalista, com 30 horas semanais, a contar do dia 23/08/2017, em substituição a professora Adriana da Rosa Quirino Padilha, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Agosto de 2017.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 482/2017**  
PORTARIANº 482/2017

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Emergencial Simplificado Nº 002/2017, realizado em data de 30/06/17; Fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora CELINA DE FIGUEREDO HASCKEL, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais, no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina, com 40 horas semanais, a contar do dia 23/08/2017, em substituição a agente Trindade de Matos Guedes que foi transferida.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 23 de Agosto de 2017.  
GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

# São José

## PREFEITURA

### CONCURSO DE RELOTAÇÃO E ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA EDITAL Nº 003/2017

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

Secretaria de Educação

ANEXO I

CONCURSO DE RELOTAÇÃO E ALTERAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

EDITAL Nº 003/2017

CARGO	Área de Ensino/Disciplina	Nº Vagas	Nº de Aulas / Horas
PROFESSOR	Anos Iniciais	10	20/40 horas
	Educação Infantil	113	40 horas
	Educação Física - Ens. Fundamental	03	21 aulas
	Educação Física - Educação Infantil	02	21 aulas
	Português	08	20 aulas
	Matemática	02	20 aulas
	Ciências	02	21 aulas
	História	02	20 aulas
	Geografia	01	20 aulas
	Artes	04	20 aulas
	Inglês	03	20 aulas
	Informática	03	20 aulas
	Filosofia	03	20 aulas
	Artes Aplicadas	03	20 horas
	Bordado à mão	01	20 horas
AUXILIAR DE SALA	Bordado à máquina	02	20 horas
	Corte e Costura	03	20 horas
	Corte e Costura Lingerie	03	20 horas
	Corte e Cabelo	02	20 horas
	Patchwork	01	20 horas
	Pintura em Madeira	02	20 horas
	Pintura em Tecido	03	20 horas
	Tricô e Crochê	02	20 horas
	Educação Infantil	92	40 horas
	Educação Infantil	25	40 horas
AUXILIAR DE ENSINO	Ensino Fundamental	08	20 horas
	Ensino Fundamental	08	20 horas
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL		01	20horas
ORIENTADOR EDUCACIONAL	Ensino Fundamental	05	20 horas
SUPERVISOR ESCOLAR	Ensino Fundamental	03	20 horas

São José (SC), 25 de agosto de 2017.

MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

São José - SC

### CONTRATO/CT: Nº 077/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 077/2017 – PR 094/2017 – Processo 494/2017 – Proc. Adm. 7002/2017 - Contratado: CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA. – EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM 03 (TRÊS) ELEVADORES DA MARCA OTIS, INSTALADOS NO CENTRO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, conforme previsto no art. 57, II da Lei 8.666/1993. Valor: R\$ 58.800,00 (cinquenta e oito mil e oitocentos reais). Data da Assinatura do Contrato: 22 de agosto de 2017.

**DECRETO Nº 8594/2017**

DECRETO Nº 8594/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

198 - 3.3.90.39.00.00.0081 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários – Educação .....

..... R\$ 350.000,00

Total desta Atividade .....

.... R\$ 350.000,00

Total do Órgão .....

.. R\$ 350.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar .....

R\$ 350.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

223 – 3.3.90.30.00.00.0081 – Material de Consumo,

Recursos Ordinários – Educação .....

..... R\$ 300.000,00

Total desta Atividade .....

... R\$ 300.000,00

08.01.12.361.0103.2.030 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação

193 – 3.3.90.30.00.00.0081 – Material de Consumo,

Recursos Ordinários – Educação .....

..... R\$ 50.000,00

Total desta Atividade .....

..... R\$ 50.000,00

Total do Órgão .....

.. R\$ 350.000,00

Total da Anulação .....

. R\$ 350.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de agosto de 2017

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

**DECRETO Nº 8595/2017**

DECRETO Nº 8595/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

## DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.243.0111.2.438 – Funcionamento e Manutenção dos Conselhos (CMDDCA,

Cons. Tutelar)

517 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Recursos Próprios .....

..... R\$ 18.000,00

Total desta Atividade .....

..... R\$ 18.000,00

Total do Órgão .....

.... R\$ 18.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar .....

. R\$ 18.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

530 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,

Recursos Próprios .....

..... R\$ 18.000,00

Total desta Atividade .....

..... R\$ 18.000,00

Total do Órgão .....

.... R\$ 18.000,00

Total da Anulação .....

... R\$ 18.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de agosto de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

### DECRETO Nº 8597/2017

DECRETO Nº 8597/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.340,00 (um mil e trezentos e quarenta reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.452.0106.2.020 – Manutenção do Serviço de Limpeza Pública

785 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos Próprios ..... R\$ 1.340,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 1.340,00  
Total do Órgão ..... R\$ 1.340,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar ... R\$ 1.340,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.340,00 (um mil e trezentos e quarenta reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.452.0106.2.020 – Manutenção do Serviço de Limpeza Pública

776 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 1.340,00  
Total deste Projeto ..... R\$ 1.340,00  
Total do Órgão ... R\$ 1.340,00  
Total da Anulação .. R\$ 1.340,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de agosto de 2017.  
NERI OSVALDO DO AMARAL  
Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

### DECRETO Nº 8598/2017

DECRETO Nº 8598/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 29 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 56.600,00 (cinquenta e seis mil e seiscentos reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Social  
429 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 56.600,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 56.600,00  
Total do Órgão .... R\$ 56.600,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar . R\$ 56.600,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 56.600,00 (cinquenta e seis mil e seiscentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.26.782.0112.1.099 – Viabilizar a Rodoviária Interestadual

487 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
492 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,  
Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
494 – 4.4.90.61.00.00.0080 – Aquisição de Imóveis,  
Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
Total deste Projeto ..... R\$ 3.000,00

09.01.15.451.0112.1.173 – Sinalização Horizontal e Vertical para o Município

459 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
Recursos Próprios ..... R\$ 5.400,00  
462 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa

Jurídica,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
 464 – 4.4.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
 Total deste Projeto ..... R\$ 7.400,00

09.01.06.183.0110.2.131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Social  
 428 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 29.000,00  
 425 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 10.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 39.000,00

09.01.18.541.0109.2.256 – Funcionamento e Manutenção de Fiscalização de Áreas Verdes  
 482 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 4.200,00  
 483 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
 484 – 4.4.90.51.00.00.0080 – Obras e Instalações,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
 485 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 1.000,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 7.200,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 56.600,00  
 Total da Anulação ..... R\$ 56.600,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de agosto de 2017.  
 NERI OSVALDO DO AMARAL  
 Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
 Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 8599/2017

DECRETO Nº 8599/2017  
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância

de R\$ 3.582,14 (três mil, quinhentos e oitenta e dois reais e catorze centavos), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
 18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.054 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ

1184 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 3.582,14  
 Total desta Atividade ..... R\$ 3.582,14  
 Total do Órgão ..... R\$ 3.582,14  
 Total do Crédito Adicional Suplementar ... R\$ 3.582,14

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 3.582,14 (três mil, quinhentos e oitenta e dois reais e catorze centavos), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER  
 18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.087 – Funcionamento e Manutenção de Ginásios e Unidades Esportivas – FUNESJ

1196 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,  
 Recursos Próprios ..... R\$ 3.582,14  
 Total desta Atividade ..... R\$ 3.582,14  
 Total do Órgão ..... R\$ 3.582,14  
 Total da Anulação ..... R\$ 3.582,14

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de agosto de 2017.  
 NERI OSVALDO DO AMARAL  
 Prefeito Municipal em exercício

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
 Secretário de Finanças

## DECRETO Nº 8603/2017

DECRETO Nº 8603/2017  
 ERRATA DO DECRETO Nº 8397 DE 30 DE JUNHO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que o Decreto Nº 8397 de 30 de junho de 2017 contém erro material e vislumbrando sua correção,

DECRETA:

Art. 1º - Altera o §1º e revoga os §§ 2º e 3º do artigo 2º do

Decreto 5659/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. ....

§1º – Nos casos em que o proprietário do animal apreendido não for identificado e/ou não solicitar sua liberação, via protocolo geral da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, no prazo de 15 (dias) a contar de sua apreensão, o animal será doado para entidades filantrópicas, científicas e outras.

§ 2º – [revogado]

§3º – [revogado].”

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de agosto de 2017.

NERI OSVALDO DO AMARAL

Prefeito Municipal em Exercício

## **EDITAL CMDCA Nº 001/2016**

Edital CMDCA nº 001/2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PARA COMPOR O FÓRUM MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Dispõe sobre o Credenciamento de Entidades para compor o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais previstas no Arts. 27, 31 e 34, §1º, da Lei Municipal nº 5.482/2015, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 16 de novembro e 07 de dezembro de 2016, considerando o Procedimento nº 01.2016.00015613-2, em trâmite na 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de São José. Abre as inscrições para o Credenciamento de Entidades para compor o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

### **1 DA FINALIDADE**

1.1 Instituir o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão independente e consultivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

1.2 O Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto de Entidades não governamentais, previamente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, nos termos do Art. 90, § 1º, da Lei 8.069/1990 c/c o Art. 31, inciso VI da Lei Municipal nº 5.482/2015.

### **2 DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS DO FÓRUM MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

2.1 Convocar e eleger entidades da sociedade civil que participarão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com apoio logístico da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria executiva dos conselhos;

2.2 Sugerir políticas a serem adotadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

2.3 Auxiliar na implementação das políticas desenvolvidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **3. DOS REQUISITOS PARA CREDENCIAMENTO**

3.1 Entidades não governamentais que mantenham serviços, programas e projetos de atendimento a crianças e adolescentes e/ou que possuam objetivo a defesa e a proteção dos direitos da criança e do adolescente, previamente registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, nos termos do Art. 90, § 1º, da Lei Federal nº 8.069/1990 c/c o Art. nº 31, inciso VI da Lei Municipal nº 5.482/2015;

3.2 Comprovar o trabalho direto com crianças e adolescentes;

3.3 Estar legalmente constituídas;

3.4 Não possuir fins lucrativos;

3.5 Atuar no Município de São José;

3.6 Ter seu quadro composto por pessoas de reconhecida idoneidade; e

3.7 Atender aos requisitos específicos de cada programa que desenvolvam.

### **4. DAS INSCRIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**

4.1 As inscrições para credenciamento ocorrerão do dia 28/08/2017 à 11/09/2017, no horário compreendido das 13h às 18h30min, em dias úteis, na Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada à Rua Coronel Américo, nº 25 (térreo), Barreiros, São José/SC.

4.2 Para a inscrição a entidades interessadas em credenciar-se remeterão requerimento, firmado por seu Dirigente, dirigido ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, instruído de:

4.2.1 Plano de Ação referente ao ano corrente;

4.2.2 Estatuto Social;

4.2.3 Comprovante de Inscrição no CNPJ;

4.2.4 Comprovante de residência da Entidade, através de Concessionárias de Serviços Públicos;

4.2.5 Ata da Atual Diretoria; e

4.2.6 Certidão de Antecedentes Criminais dos membros do corpo dirigente, provenientes do:

4.2.6.1 Fórum da Justiça Federal da Subseção Judiciária onde cada membro da Diretoria residiu nos últimos dois anos; e

4.2.6.2 Fórum da Justiça Estadual, onde cada membro da Diretoria residiu nos últimos dois anos.

§ 1º O requerimento a que se refere o item 4.2 firmado por pessoa que não seja Dirigente da Entidade, deverá ser instruído por Procuração com outorga de poderes específicos para o ato.

§ 2º Não serão aceitas inscrições ou documentação faltante, fora do prazo previsto no item 4.1.

### **5. DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO E DO RESULTADO FINAL**

5.1 Compete à Comissão de Políticas da Infância e Adolescência a análise e emissão de parecer dos requerimentos do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.2 Aplica-se as regras de suspeição e impedimento, prevista no CAPÍTULO VII da Lei Federal nº 9.784/1999, com relação aos membros da Comissão de Políticas da Infância e Adolescência responsáveis pela análise dos requerimentos de Credenciamento.

5.3 A Comissão de Políticas da Infância e Adolescência terá até o dia 15/09/2017 para publicar o resultado com as inscrições deferidas e indeferidas no Mural da Secretaria Executiva dos Conselhos de Direitos e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC).

5.4 Do Indeferimento, caberá Recurso a ser submetido ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a partir da data da publicação à 20/09/2017, em dias úteis.

5.5 o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá cinco dias úteis para se reunir e julgar Recursos possíveis indeferimentos de inscrições.

5.6 O Resultado final deverá ser publicado no Mural da Secretaria Executiva dos Conselhos de Direitos e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), até o dia 25/09/2017.

### **6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

6.1 Em até 30 (trinta) dias contados do Resultado Final do certame, o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá encaminhar seu Regimento Interno, para fins de cumprimento do Art. 33, Parágrafo único, da Lei Municipal nº 5.482/2015 e submetê-lo para conhecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

6.2 No mesmo prazo, caberá ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a Ata de Eleição de seu corpo Dirigente e o Endereço para correspondência.

6.3 A 4ª Promotoria de Justiça deverá ser cientificada do presente

Edital.

6.4 Fica eleito o Foro da Comarca de São José/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

6.5 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São José/SC, 24 de agosto de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA  
Conselheira Presidente CMDCA/SJ

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO 027/2017 CONCURSO PÚBLICO 003/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 027/2017  
CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.8 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar - situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
TIANE MARIA VIECCELLI	Médico Pediatra	14
MARCELO HANCKE	Médico da Família	55
TATIANA FRAGOMENI MORTENSEN	Médico da Família	56
CAROLINE PSCHIEDT	Farmacêutico	2
KARINE CACHOEIRA RODRIGUES	Farmacêutico	3
RAISSA ORTIZ PEREIRA	Farmacêutico	4

São José, 24 de agosto de 2017.

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 005, DE 22 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 005, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

Regulamenta a dosimetria das infrações ambientais por meio de multa simples aplicadas no âmbito da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José/SC.

A Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José/SC no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3.048/1997 que a instituiu, com atribuições alteradas pela Lei Complementar nº 14/2004, Lei Complementar nº 32/2009 e Decreto Municipal nº 30.431/2009, bem como nos moldes do Decreto Municipal nº 6.434/1997 que aprovou o seu Regimento Interno,

Resolve:

Art. 1º. Regulamentar a dosimetria das infrações ambientais por meio da aplicação de multa simples, de acordo com os precedimentos para apuração de infrações ambientais por condutas e

atividades lesivas ao meio ambiente no âmbito da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José/SC, previstos no Decreto Municipal nº 4054/2015 e demais normas ambientais aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 9605/1998 e Decreto Federal nº 6514/2008.

Art. 2º. As infrações administrativas ambientais terão grau de lesividade, de acordo com a gravidade dos fatos tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente, estabelecidos em:

- I – Leve I;
- II – Leve II;
- III – Médio I;
- IV – Médio II;
- V – Grave I;
- VI – Grave II;
- VII – Gravíssimo.

Art. 3º. A situação econômica do infrator será determinada pelos seguintes critérios:

I – Micro infrator: serão considerados como inseridos no presente critério as pessoas físicas, as microempresas (ME), o micro empreendedor individual (MEI), as empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI), as entidades religiosas, os partidos políticos, as associações, as fundações privadas, as sociedades sem fins lucrativos e as cooperativas.

II – Pequeno infrator: presume-se pequeno infrator a empresa que esteja na forma de Empresa de Pequeno Porte (EPP), e os condomínios residenciais e/ou industriais.

III – Médio infrator: presume-se médio infrator, a empresa limitada (Ltda.) que não se enquadra como micro ou pequeno infrator.

IV – Grande infrator I: presume-se grande infrator I, aquelas empresas enquadradas como Sociedade Anônima (S.A.).

V – Grande infrator II: presume-se grande infrator II as atividades ou empreendimentos que possuam como investimento total o valor acima de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), independente do porte da empresa estabelecido nos incisos I, II, III e IV.

Parágrafo Único. No caso do infrator ser órgão público, municipal, estadual ou federal, respondendo direta ou indiretamente à administração pública, a situação econômica será considerada como sendo médio infrator, salvo em casos em que o infrator justifique a sua condição econômica como sendo inferior ou superior ao estabelecido neste parágrafo.

Art. 4º. Na aplicação da sanção de multa simples, o agente ambiental atuante deverá observar os seguintes parâmetros para o estabelecimento da referida sanção pecuniária:

I – A gravidade da infração, considerando os motivos da infração e suas consequências para o meio ambiente e para a saúde pública, verificando o nível de gravidade da infração, conforme Anexo I da presente Portaria;

II – Antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III – Situação econômica do Infrator, conforme Art. 3º.

§ 1º. O valor da multa das infrações tipificadas no Decreto Federal nº 6514/2008 será estabelecido com dosimetria baseado no Anexo II desta Portaria.

§ 2º. Mediante decisão justificada pelo agente ambiental atuante, a valor da multa poderá ser definida com base em outros critérios, desde que respeitando os valores mínimos e máximos previstos no Decreto Federal nº 6514/2008.

Art. 5º. Não tendo o agente ambiental atuante documentos ou informações que no ato da fiscalização identifiquem a capacidade econômica do infrator, fará a classificação pela capacidade aparente verificada no ato da autuação, relatando os critérios adotados no relatório de fiscalização.

Parágrafo Único – O autuado poderá, por ocasião da defesa,

requerer a reclassificação da sua capacidade econômica, mediante comprovação por documentos.

Art. 6º. A decisão da autoridade julgadora não se vincula às sanções aplicadas pelo agente ambiental autuante, ou ao valor da multa, podendo, em decisão motivada, de ofício ou a requerimento do interessado, minorar, manter ou majorar o seu valor, respeitados os limites estabelecidos na legislação ambiental vigente.

Art. 7º. São circunstâncias agravantes e atenuantes de penalidade, praticados pelo infrator:

I – Agravantes:

- a) ter cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
- b) ter cometido a infração coagindo outrem para execução material da infração;
- c) ter cometido a infração, concorrendo para danos à propriedade alheia;
- d) ter ocorrido dano atingindo Unidade de Conservação e/ou zona de amortecimento e/ou Áreas de Preservação Permanente (APP);
- e) ter cometido a infração à noite, em domingos ou feriados;
- f) infração cometida através do emprego de métodos cruéis na morte, abate ou captura de animais ou através de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa;
- g) infração cometida em período de defesa da fauna e ou da flora;
- h) infração cometida em épocas de seca ou inundações;

II – Atenuantes:

- a) baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;
- b) arrependimento do infrator, manifestado pela adoção espontânea e imediata de medidas para a correção, reparação ou limitação dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos;
- c) comunicação prévia pelo autuado do perigo iminente de degradação ambiental, à autoridade competente.

Art. 8º. O agente ambiental autuante ou a autoridade ambiental julgadora, verificando a existência de circunstâncias agravantes, deverá readequar o valor da multa, majorando-a justificadamente, considerando os seguintes critérios:

I – em até 10% (dez por cento), para as hipóteses previstas das alíneas "b", "c", "e", do inciso I do art. 7º;

II – em até 20% (vinte por cento), para as hipóteses previstas da alínea "g" do inciso I do art. 7º;

III – em até 35% (trinta e cinco por cento), para as hipóteses previstas da alínea "h" do inciso I do art. 7º;

IV – em até 50% (cinquenta por cento), para as hipóteses previstas das alíneas "a", "d", "f", do inciso I do art. 7º.

§ 1º – O reconhecimento das agravantes não poderá implicar na aplicação da multa além do limite máximo cominado para a infração.

§ 2º – Constatada mais de uma circunstância agravante, a autoridade julgadora deverá aplicar aquela em que o percentual de majoração seja maior.

Art. 9º. O agente ambiental autuante ou a autoridade ambiental julgadora, verificando a existência de circunstâncias atenuantes, deverá readequar o valor da multa, minorando-a justificadamente, considerando os seguintes critérios:

I – em até 25% (vinte e cinco por cento), na hipótese das alíneas "a" do inciso II do art. 7º;

II – em até 50% (cinquenta por cento), na hipótese da alínea "b" do inciso II do art. 7º;

III – em até 10% (dez por cento), nas hipóteses da alínea "c" do inciso II do art. 7º.

§ 1º – O reconhecimento das atenuantes não poderá implicar na aplicação da multa abaixo do limite mínimo cominado para a infração.

§ 2º – Constatada mais de uma circunstância atenuante, a autoridade julgadora deverá aplicar aquela em que o percentual de minoração seja maior.

Art. 10. Para efeitos de reversibilidade sobre o meio ambiente, conforme Anexo I da presente Portaria, entende-se por:

I – Curto prazo: período de até 03 (três) meses para todas as atividades, exceto no caso de corte/supressão/desmatamento de vegetação quando considerado estágio inicial de regeneração natural;

II – Médio prazo: período entre 03 (três) meses a 12 (doze) meses para todas as atividades, exceto no caso de corte/supressão/desmatamento de vegetação quando considerado estágio médio de regeneração natural;

III – Longo prazo: período acima de 12 (doze) meses para todas as atividades, exceto no caso de corte/supressão/desmatamento de vegetação quando considerado estágio avançado de regeneração natural, bem como clímax ou vegetação primária.

Art. 11. Os demais ritos e procedimentos administrativos concernentes às infrações e sanções administrativas ao meio ambiente deverão estar de acordo com os previstos no Decreto Municipal nº 4054/2015 e demais normas ambientais aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 9605/1998 e Decreto Federal nº 6514/2008.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José/SC, 22 de agosto de 2017.

Fernanda Vieira Diniz Farias  
Superintendente da FMADS/SJ  
Decreto Municipal nº 6214/2016

#### ANEXO I

#### INDICADOR DE GRAVIDADE DA CONDUTA LESIVA AO MEIO AMBIENTE

1) Deve-se conferir ao autuado uma nota em cada um dos três indicadores de gravidade da conduta (motivação da conduta; efeitos para o meio ambiente; e efeitos para a saúde pública).

2) Somados os 3 valores encontrados no item acima, será classificada a infração conforme o nível de gravidade (leve I; leve II; médio I; médio II; grave I; grave II; gravíssimo)

3) Conforme o nível de gravidade encontrado acima, deve ser aplicada a tabela correspondente ao artigo infringido (conforme tabelas a seguir no Anexo II), tendo em conta ainda a situação econômica do infrator, nos termos do art. 3º da presente portaria.

4) O valor encontrado no campo da tabela do artigo infringido (Anexo II) serve de indicativo, sobre o qual incidirão ainda agravantes e atenuantes previstos nos art. 8º e 9º, com base nos critérios do art. 7º da presente Portaria.

#### ANEXO II

#### QUADRO DE VALORAÇÃO POR ARTIGO

A valoração da multa simples (dosimetria) aqui apresentado referem-se aos artigos correspondentes do Decreto Federal nº 6514/2008.

Art. 29.

Art. 31.

Art. 32.

Art. 33 e 34.

Art. 35 e 36.

Art. 37.

Art. 38.

Art. 39.

Art. 43.  
Art. 44.  
Art. 45.  
Art. 55.  
Art. 56.  
Art. 59.  
Art. 61 e 62.  
Art. 63.  
Art. 64.  
Art. 65.  
Art. 66.  
Art. 66 Inciso II.  
Art. 67.  
Art. 68.  
Art. 69.  
Art. 71.  
Art. 71-A.  
Art. 72.  
Art. 73.  
Art. 74.  
Art. 75.  
Art. 77.  
Art. 78.  
Art. 79.  
Art. 80.  
Art. 81.  
Art. 82.  
Art. 83.  
Art. 84.  
Art. 85.  
Art. 86.  
Art. 87.  
Art. 88.  
Art. 89.

Art. 90.  
Art. 91.  
Art. 92.

### **PREGÃO PRESENCIAL 070/2017 – RETIFICADO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 070/2017 – RETIFICADO - Processo nº 357/2017 – Proc. Adm. 5371/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA, CAPINAÇÃO E PODAS DE ÁRVORES COM A REMOÇÃO DOS RESÍDUOS ORIUNDOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS UNIDADES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 11/09/2017 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 11/09/2017 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

### **RESOLUÇÃO Nº 007/2017/CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 007/2017/CMDCA

APROVA A MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA GESTÃO 2017-2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Extraordinária de 05 de julho de 2017;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando deliberação da plenária Extraordinária de 05 de julho de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, para Biênio 2017-2019, composta pelos seguintes membros:

PRESIDENTE: ELIANE MAGALHÃES ROSA;  
VICE-PRESIDENTE: GREYCE ELAINE DA SILVA CORONETTI;  
PRIMEIRO SECRETÁRIO: DANUZIO BRANDELERO;  
SEGUNDO SECRETÁRIO : RUBENS FEIJÓ.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação;

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 05 de julho de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA  
Conselheira Presidente do CMDCA

**RESOLUÇÃO Nº 008/2017/CMDCA**  
RESOLUÇÃO Nº 008/2017/CMDCA

APROVA A INSCRIÇÃO Nº 59 DO PROJETO JOVEN APRENDIZ - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI, NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO JOSE – CMDCA/SJ

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando deliberação da plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a INSCRIÇÃO do PROJETO JOVEN APRENDIZ, da Fundação Universidade do Vale do Itajai – UNIVALI, unidade Kobrasol;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 09 de agosto de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA  
Conselheira Presidente do CMDCA/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 009/2017/CMDCA**  
RESOLUÇÃO Nº 009/2017/CMDCA

DISPÕE SOBRE OS REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA/SJ, PARA O CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS – COMAD/SJ

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando deliberação da plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar os representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para o Conselho Municipal Antidrogas – COMAD;

TITULAR: Janete Aparecida Pinho  
SUPLENTE: Antonio Martins dos Santos

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 09 de agosto de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA  
Conselheira Presidente do CMDCA/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 010/2017/CMDCA**  
RESOLUÇÃO Nº 010/2017/CMDCA

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando deliberação da plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a composição da Comissão de Políticas da Infância e Adolescência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA conforme segue:

Walter Correia de Fáveri  
Greyce Elaine da S. Coronetti  
Mariane Vicente de Azevedo  
Rosa Maria de J. da Silveira

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 09 de agosto de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA  
Conselheira Presidente do CMDCA/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 011/2017/CMDCA**  
RESOLUÇÃO Nº 011/2017/CMDCA

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

– CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando deliberação da plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a composição da Comissão de Avaliação, Acompanhamento e Fiscalização de Programas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA conforme segue:

Daiana Vera Souza  
Janete Aparecida Pinho  
Danuzio Brandelero  
Maria Clotildes Daniel Joaquim  
Anizilda Marques Filippi

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 09 de agosto de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA  
Conselheira Presidente do CMDCA/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 012/2017/CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 012/2017/CMDCA

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E COMUNICAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando deliberação da plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a composição da Comissão de Finanças e Comunicação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA conforme segue:

Anizilda Marques Filippi  
Tatiana Bonzini de Oliveira  
Rubéns Feijó  
Danielle Machado Moreira

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 09 de agosto de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA  
Conselheira Presidente do CMDCA/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 013/2017/CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 013/2017/CMDCA

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE INSCRIÇÃO, REGISTRO E NORMAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando deliberação da plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a composição da Comissão de Inscrição, Registro e Normas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA conforme segue:

Tamara Liana Dutra  
Eliane Magalhães Rosa  
Zamile Cristina da S. Schutz  
Rita de Cassia F. Furtado

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 09 de agosto de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA  
Conselheira Presidente do CMDCA/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 014/2017/CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 014/2017/CMDCA

APROVA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONSELHO TUTELAR E COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA DO C.T DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando deliberação da plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar a composição da Comissão Acompanhamento do Conselho Tutelar e Comissão Permanente de Ética do C.T, do

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA conforme segue:

Rosa Maria de J. da Silveira  
Janete Aparecida Pinho  
Tatiana Bonzini de Oliveira  
Silvana Andrea de Oliveira  
Carla Regina Galego

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 09 de agosto de 2017.,

ELIANE MAGALHÃES ROSA  
Conselheira Presidente do CMDCA/SJ

### **RESOLUÇÃO Nº 015/2017/CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 015/2017/CMDCA

**APROVA RECURSOS DO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCÊNCIA – FIA PARA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.069/90 e Lei Municipal nº 5.482/2015, e conforme deliberado em Reunião plenária Ordinária de 09 de agosto de 2017;

Considerando a Lei Municipal nº 5.482/2015, Art. 27- Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA/SJ, órgão normativo, deliberativo, e controlador da política de atendimento à criança e o adolescente vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social;

Considerando a Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010 – Art. 9º IIº Promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da Infância e da Adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar recursos no valor de até 500,000,00 (quinhentos mil reais) do Fundo da Infância e Adolescência – FIA para realização do Diagnóstico da Infância e Adolescência no Município de São José.

Parágrafo único - O custeio da contratação da Instituição para a execução do serviço será por meio de recursos diretamente arrecadados/outros (Fonte de Recursos 40) do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência de São José - FIA.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Art. 3º – Publique-se na forma da Lei.

São José, 09 de agosto de 2017.

ELIANE MAGALHÃES ROSA  
Conselheira Presidente do CMDCA/SJ

### **RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2017 - Processo nº 298/2017 – Proc. Adm. 4965/2017. Fornecedores: RACINE COMERCIAL LTDA EPP; N. T. LUIZE – EPP e KRIPTON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AOS CENTROS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 15.440,25 – quinze mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

### **RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2017 - Processo nº 308/2017 – Proc. Adm. 5330/2017. Fornecedores: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR; SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIP. LTDA – ME; SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e SERMEDICALL ARP EQUIP. HOSPITALARES LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES, SALVAMENTO E RESGATE, PROTEÇÃO INDIVIDUAL, BOLSAS PARA ACONDICIONAMENTO DE CAPACETES E MÁSCARAS FACIAIS E MATERIAIS DE INSTRUÇÃO CONTINUADA, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITARES DE SÃO JOSÉ/SC.. Valor Total: R\$ 60.421,00– sessenta mil, quatrocentos e vinte e um reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 005/2017**

Ata do Pregão Presencial nº PP 005/2017

Reuniram-se no dia 25/08/2017, às 14:00, na SEDE DA CMSJ, a PREGOEIRA e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Portaria n.º 17/2017, juntamente com o Controlador Interno, para realização de processos licitatórios na modalidade Pregão, para tratar do Edital de Pregão PP 005/2017 destinado à seleção de propostas visando o registro de preços. A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, INCLUINDO MATERIAIS DE LIMPEZA (LOTE I), MATERIAIS DE COPA E COZINHA (LOTE II), MATERIAIS DE EXPEDIENTE (LOTE III) E MATERIAIS ELÉTRICOS (LOTE IV) E DE INFRAESTRUTURA, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II).

Abaixo seguem os licitantes classificados e que participaram da licitação:

1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME 25.072.250/0001-68  
 218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME 04.195.853/0001-87  
 1352 - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME 05.937.672/0001-41  
 1262 - L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME 14.546.646/0001-83

Participaram deste item os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4º da Lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Grupo de itens: 1 - LOTE I - MATERIAL DE LIMPEZA

Propostas apresentadas

Classificada	Licitante	Valor (R\$)	Situação	Data
Sim	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	29.229,16	Menor preço	25/08/2017
Sim	1262 - L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME	29.670,55	1,51% maior	25/08/2017
Sim	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	29.789,75	1,92% maior	25/08/2017

Lances efetuados

Rodada	Licitante	Valor do lance (R\$)	Situação
1	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	29.200,00	29,78% maior
1	1262 - L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME	0,00	Declinou
1	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	29.150,00	29,56% maior
2	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	29.100,00	29,33% maior
2	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	29.050,00	29,11% maior
3	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	29.000,00	28,89% maior
3	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	28.900,00	28,44% maior
4	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	28.800,00	28,00% maior
4	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	28.700,00	27,56% maior
5	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	28.500,00	26,67% maior
5	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	28.300,00	25,78% maior
6	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	28.000,00	24,44% maior
6	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	27.900,00	24,00% maior
7	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	27.500,00	22,22% maior
7	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	27.400,00	21,78% maior
8	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	27.000,00	20,00% maior
8	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	26.900,00	19,56% maior
9	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	26.500,00	17,78% maior
9	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	26.400,00	17,33% maior
10	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	26.000,00	15,56% maior
10	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	25.500,00	13,33% maior
11	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	25.000,00	11,11% maior
11	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	24.900,00	10,67% maior
12	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	24.500,00	8,89% maior
12	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	24.000,00	6,67% maior
13	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	23.500,00	4,44% maior
13	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	23.000,00	2,22% maior
14	1404 - GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME	22.500,00	Menor preço
14	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	0,00	Declinou

Foi vencedor do lote a empresa GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME, com o valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

Convocada para a apresentação de amostras dos itens: 3, 12, 15, 16, 17, 25, 26 e 27, no prazo de dois dias úteis, conforme item 15.1 do

editais.

Concedida a palavra, nenhuma das licitantes manifestou interesse em recorrer.

Grupo de itens: 2 - LOTE II - MATERIAL DE COPA E COZINHA

Propostas apresentadas

Classificada	Licitante	Valor (R\$)	Situação	Data
Sim	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	24.110,55	Menor preço	25/08/2017
Sim	1262 - L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME	24.837,90	3,02% maior	25/08/2017

Lances efetuados

Rodada	Licitante	Valor do lance (R\$)	Situação
1	1262 - L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME	0,00	Declinou
1	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	24.000,00	Menor preço

Foi vencedor do lote a empresa CELIA REGINA WAMBOMMEL ME, com o valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

O Sr. JAIRO MELO JUNIOR representante da empresa L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME retirou-se antes da abertura da fase de lances.

Convocada para a apresentação de amostras dos itens: 2, 8, 9, 10, 11, 35, 41, 49, 50, 66, 67, no prazo de dois dias úteis, conforme item 15.1 do edital.

Concedida a palavra, a licitante não manifestou interesse em recorrer.

Grupo de itens: 3 - LOTE III - MATERIAL DE EXPEDIENTE

Propostas apresentadas

Classificada	Licitante	Valor (R\$)	Situação	Data
Sim	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	52.305,13	Menor preço	25/08/2017
Sim	1352 - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME	52.954,71	1,24% maior	25/08/2017

Lances efetuados

Rodada	Licitante	Valor do lance (R\$)	Situação
1	1352 - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME	0,00	Declinou
1	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	52.000,00	Menor preço

Foi vencedor do lote a empresa CELIA REGINA WAMBOMMEL ME, com o valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais).

Convocada para a apresentação de amostras dos itens: 3, 12, 15, 16, 17, 25, 26 e 27, no prazo de dois dias úteis, conforme item 15.1 do edital.

Concedida a palavra, nenhuma das licitantes manifestou interesse em recorrer.

Grupo de itens: 4 - LOTE IV - MATERIAL ELÉTRICO E DE INFRAESTRUTURA

Propostas apresentadas

Classificada	Licitante	Valor (R\$)	Situação	Data
Sim	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	22.060,65	Menor preço	25/08/2017

Lances efetuados

Rodada	Licitante	Valor do lance (R\$)	Situação
Negociação	218 - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME	22.000,00	0,27% maior

Foi vencedor do lote a empresa CELIA REGINA WAMBOMMEL ME, com o valor de R\$ 22.060,65 (vinte e dois mil e sessenta reais e sessenta e cinco centavos).

A empresa licitante apresentou atestado de capacidade técnica, para este lote, em desconformidade com as exigências previstas no item 10.4.1.1 do instrumento convocatório (sem papel timbrado, sem a qualificação e função do declarante); ato contínuo, foi procedida diligência para certificação do documento, sem êxito na certificação das informações, razões pelas quais a licitante foi desclassificada.

Concedida a palavra, a licitantes não manifestou interesse em recorrer.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pela Pregoeira Oficial e equipe de Apoio.

Publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Município de São José.

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
-----------------------------------	-------------------------------

GABRIEL NORBERTO FONTANELLA REDANTE  
GT LIMP SERVIÇOS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME

JONAS SCHUTZ  
CELIA REGINA WAMBOMMEL ME

EVANDRO MARCOS FERREIRA  
EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME

JAIRO MELO JUNIOR  
L & M COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME  
(RETIROU-SE ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO DO LOTE II)

Pregoeiro  
KAREN EDLEIA SIGOUNAS DE LIMA VIEIRA

ROMEU ERCKMANN  
Equipe de Apoio

ELENIR MARIA DE AGUIAR DE MELO  
Equipe de Apoio

João David Garcia  
Coordenador de Controle Interno

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 141/2017/SF

DECRETO Nº. 141/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"143"3.1.90.13.00.00.1.0001 Obrigações Patronais ..... R\$20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), Recursos Impostos e Transferências de Impostos - Educação, Fonte 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"149"3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 142/2017/SF

DECRETO Nº. 142/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 7º e Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"64"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

"62"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo ..... R\$40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 143/2017/SF**

DECRETO Nº. 143/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$2.264,00 (dois mil duzentos e sessenta e quatro reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"438"3.3.90.30.00.00.1.0251 Material de Consumo ..... R\$2.264,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Fonte 1.0251 no valor de R\$2.264,00 (dois mil duzentos e sessenta e quatro reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 144/2017/SF**

DECRETO Nº. 144/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso I do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

2.020 ENSINO FUNDAMENTAL – SALÁRIO EDUCAÇÃO

"131"3.3.90.39.00.00.1.0058 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$45.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Salário - Educação, Fonte 1.0058 no valor de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 145/2017/SF**

DECRETO Nº. 145/2017 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso III, Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.519/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 48.510,00 (quarenta e oito mil quinhentos e dez reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.118 BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

“459”3.3.90.39.00.00.3.0052 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$48.510,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos proteção social - União, Fonte 3.0052 no valor de R\$48.510,00 (quarenta e oito mil quinhentos e dez reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 24 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 6088/2017**

DECRETO Nº 6.088, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 002/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei Complementar nº 053/2016, Lei nº 3265/2006, LC nº 005/2003, Lei nº 1062/86, Lei nº 2020/93 e suas atualizações:

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o deferimento e indeferimento das inscrições relativas ao Edital de Processo Seletivo nº 002/2017 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

AUXILIAR DE ENSINO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	197	Daniela Ines Sasso	DEFERIDA
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	112	Ana Claudia De Oliveira	DEFERIDA
2	184	Enrique De Moura	DEFERIDA

3	186	Ivanir Ribeiro Alves	DEFERIDA
4	331	Luciane Maciel	DEFERIDA
5	229	Pedro Rodrigues Dos Santos	DEFERIDA
6	341	Sirlei De Farias	DEFERIDA

## MERENDEIRA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	109	Aidici Fatima Pecin	DEFERIDA
2	9	Elisete Camargo Elesbao Thalheimer	DEFERIDA
3	259	Marlice Terezinha Hendges	DEFERIDA
4	194	Noeli Gonçalves Guimarães	DEFERIDA

## MONITOR DE CRECHE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	89	Aline Lorenzon Brixner	DEFERIDA
2	310	Ana Paula Schroder	DEFERIDA
3	165	Ana Paula Webler Lauermann	DEFERIDA
4	25	Ana Regina Rodrigues	DEFERIDA
5	244	Andressa Graf	DEFERIDA
6	10	Andrieli Bonavigo Schmitz	DEFERIDA
7	339	Angela Graf	DEFERIDA
8	148	Bruna Machado Dos Santos Andrioli	DEFERIDA
9	256	Caciane Marcela Madalozzo Arend	DEFERIDA
10	379	Camila Paim Lisboa	DEFERIDA
11	389	Carina Bonfante	DEFERIDA
12	96	Carine Helena Mayer	DEFERIDA
13	348	Carisa Kunzler	DEFERIDA
14	386	Carla Maria Mayer	DEFERIDA
15	372	Cristiane Maria Bolgenhagen	DEFERIDA
16	196	Cristiane Tschiedel	DEFERIDA
17	392	Daiane Froza Britz	DEFERIDA
18	364	Deisi Gralow	DEFERIDA
19	136	Dilvane Koslowski	DEFERIDA
20	384	Edimara Aline Kroetz	DEFERIDA
21	270	Edineia Ribeiro	DEFERIDA
22	337	Edione Girardi	DEFERIDA
23	246	Eduarda Banhara Bortolotto	DEFERIDA
24	325	Eliane Márcia Dos Santos	DEFERIDA
25	393	Elidiane Maria Gass Arrial	DEFERIDA
26	93	Elisabete Fatima Klaus Geller	DEFERIDA
27	133	Elisandra De Vargas	DEFERIDA
28	210	Estefani Araceli Zanini	DEFERIDA
29	45	Evelyn Vanessa Pereira Gonçalves	DEFERIDA
30	198	Fernanda Bosa Hart	DEFERIDA
31	283	Franciela Triches Blasi	DEFERIDA
32	358	Gabriela Kelen De Ré	DEFERIDA
33	28	Janete De Farias Dallo	DEFERIDA
34	333	Jaqueline Adriani Dumke	DEFERIDA

35	272	Jéssica Daiane De Campos Stefan	DEFERIDA
36	345	Jessica Luiza Klaus	DEFERIDA
37	344	Jieza Carla Rauber Rosa	DEFERIDA
38	54	Juliana Sbardelotto	DEFERIDA
39	313	Karina Aparecida Kieling	DEFERIDA
40	271	Leila Perboni	DEFERIDA
41	257	Lindacir De Oliveira Ramos	DEFERIDA
42	185	Luana Bohnenberger Dickel	DEFERIDA
43	263	Luana Bruder	DEFERIDA
44	120	Maieli Nicole Kerkhoven	DEFERIDA
45	177	Maira Regina Toigo	DEFERIDA
46	327	Márcia De Oliveira	DEFERIDA
47	83	Michele Carine Finger	DEFERIDA
48	11	Monica Vargas	DEFERIDA
49	55	Natália Adams	DEFERIDA
50	282	Patricia Carolina Mantovani	DEFERIDA
51	253	Raquel Gonzatto	DEFERIDA
52	67	Roberta Braitenbach De Oliveira	DEFERIDA
53	373	Rogério Isotton	DEFERIDA
54	219	Rosilei Alves Siqueira	DEFERIDA
55	113	Rozeli Pinheiro Wronski	DEFERIDA
56	302	Sandra Alves De Siqueira	DEFERIDA
57	22	Sandra Zanotelli Martinelli	DEFERIDA
58	323	Simone Boff	DEFERIDA
59	79	Stefany Barichello Lucchetta	DEFERIDA
60	4	Stéfhani Lunkes Zanardi	DEFERIDA
61	47	Taila Avila Baladore	DEFERIDA
62	369	Tailini Fátima Eckert	DEFERIDA
63	1	Taisa Degasperri	DEFERIDA
64	285	Tânia Mara Eckert	DEFERIDA
65	394	Thaysa De Melo Assumpção Moreira	DEFERIDA
66	269	Veronice Fanton Pereira	DEFERIDA

## PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	242	Marinês Philipsen	DEFERIDA
2	280	Rúbia Taisi Pinheiro	DEFERIDA
3	21	Silvana Ester Delevatti	DEFERIDA

## PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	214	Fátima Priska Eberhardt	DEFERIDA
2	234	Iohana Eloise Weiss	DEFERIDA
3	400	Marinilze Juchen	DEFERIDA

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	27	Danielli Fernanda Picinin	DEFERIDA

2	176	Gelavir Picinin	DEFERIDA
3	111	Jéssica Pauletti	DEFERIDA
4	360	Karen Viviane Figueiró Ludwig	DEFERIDA
5	36	Marcos Alberto Ahlf	DEFERIDA
6	320	Simone Gonçalves Machado Erlo	DEFERIDA
7	254	Valdir Antonio Gessinger	DEFERIDA
8	262	Viviane Do Carmo Kinsel Juver	DEFERIDA

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	189	Ângela Vendramin Rauber	DEFERIDA
2	322	Maide Luiza Klein Anzolin	DEFERIDA
3	222	Sabrina Bannhara	DEFERIDA
4	319	Viviane Smaniotto	DEFERIDA

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - 2º PROFESSOR

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	134	Caroline Mortari	DEFERIDA

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	80	Ana Paula Goncalves	DEFERIDA
2	159	Caroline Markus	DEFERIDA
3	233	Diânatán Sissgler	DEFERIDA
4	12	Elizandra Fontana	DEFERIDA
5	3	Giovani Macedo	DEFERIDA
6	64	Gustavo Andrioli	DEFERIDA
7	217	Jaqueline Lazzari	DEFERIDA
8	295	Jossiel Becker	DEFERIDA
9	324	Karen Zanetti Bizotto	DEFERIDA
10	15	Karina Simoni	DEFERIDA
11	190	Nicholas Rossini Rohenkohl	DEFERIDA
12	146	Paloma Schuerz	DEFERIDA
13	292	Rosane Maria Kummer	DEFERIDA
14	351	Samara Borille	DEFERIDA
15	228	Sibeli Vettorazzi	DEFERIDA

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	334	Guilherme Smaniotto Toigo	DEFERIDA
2	288	Jeanryer Spezia Da Silva	DEFERIDA
3	231	Jéssica Carina Gonçalves Ott	DEFERIDA
4	401	Lucas Grendene Brum	DEFERIDA

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	307	Aline Andreia Spironello	DEFERIDA
2	105	Ana Maria Casagrande Conferri	DEFERIDA

3	61	Ana Paula Pecin	DEFERIDA
4	56	Angela Cristina Both	DEFERIDA
5	23	Beatriz Martini	DEFERIDA
6	277	Betânia Luiza Poli	DEFERIDA
7	127	Camila Regina Kummer Brum	DEFERIDA
8	115	Carla Ines Rosenbach	DEFERIDA
9	297	Catiane Regina Lavall	DEFERIDA
10	161	Claudiane Pauli	DEFERIDA
11	13	Cleide Luzia Gabriel	DEFERIDA
12	183	Cleonara De Lima Vieira	DEFERIDA
13	121	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	DEFERIDA
14	192	Cristiane Knob	DEFERIDA
15	153	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	DEFERIDA
16	250	Daiane Pavin	DEFERIDA
17	118	Daiani Foretti	DEFERIDA
18	346	Debora De Oliveira Perondi	DEFERIDA
19	240	Deise Cristina Da Silva Rockenbach	DEFERIDA
20	267	Denise Fátima Gubert	DEFERIDA
21	298	Dilvane Gaspar Da Silva	DEFERIDA
22	19	Dionara Decarli	DEFERIDA
23	50	Edilaine Girardi	DEFERIDA
24	308	Edina Seibel Backes	DEFERIDA
25	65	Edinara Aparecida Spezia	DEFERIDA
26	350	Eliane Ana Spironello Foppa	DEFERIDA
27	48	Eliane Da Silva Sertório	DEFERIDA
28	168	Elisandra Dos Reis	DEFERIDA
29	137	Elisiane Alves	DEFERIDA
30	77	Evandra Barichello	DEFERIDA
31	374	Fabiane Cristina Weppo	DEFERIDA
32	158	Franciele Da Rosa	DEFERIDA
33	30	Gabriela Postai	DEFERIDA
34	367	Gessica Fernandes	DEFERIDA
35	315	Helena Cristine Pacheco	DEFERIDA
36	97	Idiane Perosso Schmiddel	DEFERIDA
37	63	Ione Terezinha Rosembach	DEFERIDA
38	84	Irene Regina Parmegiani	DEFERIDA
39	117	Ivanete Da Silva	DEFERIDA
40	304	Ivanete Zimmer	DEFERIDA
41	179	Ivone Debertoli Caramori	DEFERIDA
42	354	Janete Bernardy	DEFERIDA
43	130	Janizes Ana Zanata	DEFERIDA
44	60	Joceli Zanetti	DEFERIDA
45	123	Josenara Tais Heck	DEFERIDA
46	163	Juliana Both	DEFERIDA
47	92	Juliane Kafer	DEFERIDA
48	202	Keli Cristina Muller Meazza	DEFERIDA
49	35	Leila Britsche	DEFERIDA
50	5	Mara De Ré	DEFERIDA

51	95	Maria Carolina Araujo Johner	DEFERIDA
52	278	Marinez Salete Justen	DEFERIDA
53	361	Marisane Aparecida Zimmer Antunes	DEFERIDA
54	357	Marta Elena Bernaedy Apio	DEFERIDA
55	187	Neiva Maria Becker Bossa	DEFERIDA
56	85	Patrícia Bernardi	DEFERIDA
57	251	Patricia Noll	DEFERIDA
58	207	Regí Dal Alba	DEFERIDA
59	227	Rosamar Mazzoneto	DEFERIDA
60	377	Rosicler Aparecida Lazzarotto	DEFERIDA
61	397	Salete Ana Wagner Junges	DEFERIDA
62	204	Sandra Luiza Back	DEFERIDA
63	211	Silene Águeda Etges	DEFERIDA
64	70	Simone Lauermann	DEFERIDA
65	108	Sueli Conceição Da Silva	DEFERIDA
66	230	Sueli Zamboni	DEFERIDA
67	301	Susana Camicia	DEFERIDA
68	172	Tainá Elesbão	DEFERIDA
69	332	Tatiane Maria Kummer	DEFERIDA
70	150	Vanusa Simone Muller	DEFERIDA
71	318	Viviane Smaniotto	DEFERIDA
72	303	Yeligel Laris Delevatti	DEFERIDA

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	218	Cleide De Fatima Netto Isoton	DEFERIDA
2	238	Gisele Regina Orzechoski	DEFERIDA
3	200	Jéssica Julia Meazza	DEFERIDA
4	46	Larissa Andreia Krohn	DEFERIDA
5	101	Nadir Salete Schultz	DEFERIDA
6	181	Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen	DEFERIDA
7	110	Thalia Thais Kraemer	DEFERIDA
8	368	Vanderleia Albano Broilo	DEFERIDA

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	306	Aline Andreia Spironello	DEFERIDA
2	106	Ana Maria Casagrande Conferri	DEFERIDA
3	62	Ana Paula Pecin	DEFERIDA
4	57	Angela Cristina Both	DEFERIDA
5	296	Auriane Dos Santos Rubin	DEFERIDA
6	24	Beatriz Martini	DEFERIDA
7	276	Betânia Luiza Poli	DEFERIDA
8	128	Camila Regina Kummer Brum	DEFERIDA
9	402	Caroline Linck	DEFERIDA
10	162	Claudiane Pauli	DEFERIDA
11	122	Cleusa De Fatima Telles Fantinelli	DEFERIDA
12	193	Cristiane Knob	DEFERIDA

13	154	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	DEFERIDA
14	249	Daiane Pavin	DEFERIDA
15	119	Daiani Foretti	DEFERIDA
16	255	Deise Daniela Dassoler	DEFERIDA
17	213	Deise Michele Tiecher	DEFERIDA
18	299	Dilvane Gaspar Da Silva	DEFERIDA
19	18	Dionara Decarli	DEFERIDA
20	51	Edilaine Girardi	DEFERIDA
21	66	Edinara Aparecida Spezia	DEFERIDA
22	349	Eliane Ana Spironello Foppa	DEFERIDA
23	49	Eliane Da Silva Sertório	DEFERIDA
24	169	Elisandra Dos Reis	DEFERIDA
25	138	Elisiane Alves	DEFERIDA
26	157	Franciele Da Rosa	DEFERIDA
27	31	Gabriela Postai	DEFERIDA
28	268	Geneci Klaus Justen	DEFERIDA
29	239	Gisele Regina Orzechoski	DEFERIDA
30	385	Greici Kely Muller	DEFERIDA
31	314	Helena Cristine Pacheco	DEFERIDA
32	116	Ivanete Da Silva	DEFERIDA
33	178	Ivonete Debortoli Caramori	DEFERIDA
34	352	Janete Bernardy	DEFERIDA
35	59	Joceli Zanetti	DEFERIDA
36	124	Josenara Tais Heck	DEFERIDA
37	226	Jovana Neinas	DEFERIDA
38	164	Juliana Both	DEFERIDA
39	347	Julita Lucia Kieling Camini	DEFERIDA
40	291	Leandra Valeria Schultz	DEFERIDA
41	266	Luciane Zanini	DEFERIDA
42	321	Maide Luiza Klein Anzolin	DEFERIDA
43	6	Mara De Ré	DEFERIDA
44	281	Marcia Inês Panzenhagen Pinheiro	DEFERIDA
45	94	Maria Carolina Araujo Johnner	DEFERIDA
46	279	Marinez Salete Justen	DEFERIDA
47	356	Marta Elena Bernaedy Apio	DEFERIDA
48	363	Neiva Maria Becker Bossa	DEFERIDA
49	208	Regí Dal Alba	DEFERIDA
50	225	Rosamar Mazzoneto	DEFERIDA
51	378	Rosicler Aparecida Lazzarotto	DEFERIDA
52	144	Rubia Cristina Kosmann	DEFERIDA
53	221	Sabrina Bannhara	DEFERIDA
54	205	Sandra Luiza Back	DEFERIDA
55	212	Silene Águeda Etges	DEFERIDA
56	71	Simone Lauermann	DEFERIDA
57	107	Sueli Conceição Da Silva	DEFERIDA
58	300	Susana Camicia	DEFERIDA
59	78	Tathiane Mary Garcias Stangerlin	DEFERIDA
60	340	Vanessa Caroline Kuhn	DEFERIDA

61	328	Vera Lourdes Fernandes Ducatti	DEFERIDA
62	305	Yeligel Laris Delevatti	DEFERIDA
PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	220	Cleide De Fatima Netto Isoton	DEFERIDA
2	201	Jéssica Julia Meazza	DEFERIDA
3	180	Neide Silvane Bencke Brandenburg Lermen	DEFERIDA
4	396	Rosane Prestes	DEFERIDA
5	98	Silvana Sewald	DEFERIDA
PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	209	Graciela Neumann	DEFERIDA
2	355	Marciele Dreyer Schneider	DEFERIDA
3	381	Raquelly Taube	DEFERIDA
4	289	Rosane Vichiatti Pinheiro	DEFERIDA
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	293	Eduarda Nicola	DEFERIDA
2	243	Fabiola Rakel Marinho	DEFERIDA
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	135	Caroline Mortari	DEFERIDA
2	335	Evandro Luis Krewer	DEFERIDA
3	376	Gisele Cristina Gretzler Trevisol	DEFERIDA
4	370	Liliane Meneghini	DEFERIDA
5	380	Maiara Patricia Burtulli Rizzi	DEFERIDA
6	317	Tauã Medino Gomes Da Silva Esá	DEFERIDA
PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	173	Debora Eliane Antunes Picinin	DEFERIDA
2	365	Dinorá Merigo	DEFERIDA
PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	155	Bruna Da Rocha Simch	DEFERIDA
2	34	Leandro Vitor Colombo	DEFERIDA
3	290	Micheli Sartori Taube	DEFERIDA
PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	195	Marina Ongaratto	DEFERIDA
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO			

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	294	Adriano Jose Mulinari	DEFERIDA
2	326	Bruna Laís Martins	DEFERIDA
3	175	Gelavir Picinin	DEFERIDA
4	383	Laercio Rauber	DEFERIDA
5	338	Rosangela De Fatima Stalter	DEFERIDA
6	141	Wellington Anarolino Da Silva	DEFERIDA

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	104	Andréia Da Silva	DEFERIDA
2	311	Eliate Cristine Schneider Balen	DEFERIDA
3	362	Kauanda Winter Rockenbach	DEFERIDA
4	329	Luana Maciel Padichello	DEFERIDA
5	388	Neuri Pereira Da Costa	DEFERIDA
6	330	Sheila Patricia Da Luz	DEFERIDA
7	261	Tainara Aprecida Nilsson Paulus	DEFERIDA

**PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	167	Ari Hart	DEFERIDA

**PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	81	Anaqueide Deliberal	DEFERIDA
2	142	Elaine Rodrigues Moreti Vogt	DEFERIDA
3	375	Isabel Cristina Signor	DEFERIDA

**PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTÉRIO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	103	Andréia Da Silva	DEFERIDA
2	353	Diana Marchese Cavalheiro	DEFERIDA
3	203	Keli Cristina Muller Meazza	DEFERIDA
4	390	Lidiane Siqueira Weppo	DEFERIDA
5	309	Marilei Ruhoff Lunkes	DEFERIDA
6	284	Michele Grazielle Garcias	DEFERIDA
7	100	Nadir Salete Schultz	DEFERIDA

Art. 2º. Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 002/2017 do Município de São José do Cedro – SC, as seguintes inscrições:

AUXILIAR DE ENSINO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	14	Antonio Jorge Silva Santos Junior	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	188	Neiva Maria Becker Bossa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição

1	91	Lucas Scapin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	265	Thaise Favero	Cancelada pelo candidato.

## MERENDEIRA

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	102	Cenair Teresinha Sartori	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	16	Danilo Da Cruz Pereira	Cancelada pelo candidato.
3	264	Thaise Favero	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

## MONITOR DE CRECHE

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	58	Ana Paula Webler Lauermann	Cancelada pelo candidato.
2	274	Andréia Tatiane Baldus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
3	236	Angela Da Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
4	39	Carla Grendene De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
5	99	Eduarda Weschenfelder	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
6	87	Irene Margarida Nardes Hofstaetter	Cancelada pelo candidato.
7	287	Jackeline Cembrani	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
8	17	Janete Terezinha Schoffen	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
9	312	Jaqueline Adriani Dumke	Cancelada pelo candidato.
10	260	Jaqueline Wagner	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
11	245	Jéssica Fátima Wartha	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
12	223	Joseane Alves De Siqueira Beber	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
13	206	Josiane Vasques Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
14	387	Laura Costa Curta	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
15	199	Maiara Bourscheidt	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
16	182	Maira Aline Dassoler	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
17	139	Pamela Scholl Duarte	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
18	399	Raquel Iazzari	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
19	129	Sandra Regina Heming	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
20	247	Tatiane Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

## PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	336	Brigida Rosa Poli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	149	Nadio Diogo Reoon	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO



Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	248	Bruna Laís Martins	Cancelada pelo candidato.
2	237	Daiane Cristina Toffoli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
3	44	Ivan De Marco	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	235	Anaquel Deliberal Debortoli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	37	Marcos Alberto Ahlf	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	359	Allisson Junior Pauletti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	86	Andrea Paula Welter	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
3	366	Carolina Brustolin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
4	131	Luana Cristina Schmidt	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
5	147	Maicon Joel Conte	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
6	20	Mengalvio Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
7	191	Sirlei Rubin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	40	Denise Da Silva Santos Backes	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	68	Francieli De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
3	316	Naionã Marciano Gomes Da Silva E Sá	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
4	69	Nathan Kerkhoven	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	114	Carla Ines Rosenbach	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	74	Cristiane Knob	Cancelada pelo candidato.
3	2	Cristieli Karla Lauxen	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
4	152	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	Cancelada pelo candidato.
5	286	Denise Colombo Lolato	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
6	72	Dulcilene Rocha Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
7	160	Ivonete Debortoli Caramori	Cancelada pelo candidato.
8	132	Jessica Isabela Rubin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
9	343	Juliana Seibel Freddi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

10	371	Marley Teresinha Klein Anzolin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
11	275	Micheli Rubin Delazeri	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
12	90	Vanice Fátima Turani Silvestre	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
13	216	Vera Lúcia Schmitz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	145	Ana Paula Szupka	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	170	Cristiane Knob	Cancelada pelo candidato.
3	7	Nathalia Labres Pompermayer	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
4	395	Rosane Prestes	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
5	75	Simone Assis Borba	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
6	156	Tatiane Piran	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	29	Benedita Pessoa Furtado	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	143	Claudia Melo Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
3	73	Cristiane Knob	Cancelada pelo candidato.
4	151	Daiane Mireli Gularte De Mattos Passarin	Cancelada pelo candidato.
5	215	Vera Lúcia Schmitz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	171	Cristiane Knob	Cancelada pelo candidato.
2	88	Eliane De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
3	398	Michele Nogueira Rodrigues	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
4	76	Simone Assis Borba	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

## PROFESSOR DE ESPANHOL - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	43	Meridiana Fatima Colle	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

## PROFESSOR DE ESPANHOL - NÃO HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	82	Anaqueide Deliberal	Cancelada pelo candidato.
2	42	Meridiana Fatima Colle	Cancelada pelo candidato.

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição

1	8	Marister Fontana	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
<b>PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO</b>			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	258	Cristiane Raquel Scheuermann Gomes	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	126	Erverson Coutinho	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
3	252	Raquel Gonzatto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2.6. e seus subitens.
<b>PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO</b>			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	391	Josiane Adams	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	41	Josiane Maiara Guth	Cancelada pelo candidato.
3	174	Salete Klaus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
4	140	Simone Graczk	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
<b>PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO</b>			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	33	Leandro Vitor Colombo	Cancelada pelo candidato.
<b>PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO</b>			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	224	Evelyn Gnoatto Machado	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	342	Karine Maria Kuhn	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
<b>PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO</b>			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	125	Claudiomir Zortea	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	382	Laercio Rauber	Cancelada pelo candidato.
<b>PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO</b>			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	38	Cleiton Leandro De Mattos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
<b>PROFESSOR DE PORTUGUÊS - HABILITADO</b>			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	232	Idiamara Ely	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	241	Iliete Martins	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
3	273	Naiane Cortezini Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
4	52	Patrícia Jaqueline Schneider	Cancelada pelo candidato.
5	53	Patrícia Jaqueline Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

PROFESSOR DE PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	166	Adriana Scheibler Bruder	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
2	26	Monnique Abreu Guardini	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".
PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTÉRIO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação Inscrição
1	32	Cleonice Emílio Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2., subitem 2.1.1.2. alínea "d".

Art. 3º. Os candidatos com as inscrições indeferidas terão do dia 26 ao dia 29.08.2017 para interpor recurso no site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 25 de agosto de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito Municipal

### **EXTRATO TOMADA DE PREÇO N.103/2017**

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO

MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº103/2017.

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 103/2017, Edital de Tomada de Preço Nº 103/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE PARA FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS DE PROPAGANDA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, CONFORME ESTABELECE A LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010. O recebimento dos envelopes de habilitação e propostas é até às 09:00 horas do dia 29/09/2017. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do mesmo dia, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail– [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2017 - SRP - PR Nº 100/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 11/09/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E AQUICULTURA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NAS CONSTRUÇÕES E MANUTENÇÕES DE PONTES E OUTRAS OBRAS PÚBLICAS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 28 de Agosto de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2017 - CC Nº 002/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/09/2017, às 08h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2017, MODALIDADE CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nº 002/2017. OBJETO: DOAÇÃO COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO DO IMÓVEL: LOTE INDUSTRIAL Nº 10 (DEZ), DA QUADRA "E", COM ÁREA DE 4.212,93M², SITUADO NO CONDOMÍNIO INDUSTRIAL EFAISLO, NA RODOVIA SC-468, A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 25 de agosto de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.712, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 5.712, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SECRETARIA DE PALNEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01 SECRETARIA DE PALNEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034.3.3.50.00.00.00.00.01.0000	82 Transf Inst Privadas	R\$ 8.000,00
--	-------------------------	--------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação total da seguinte dotação:

08.00 SECRETARIA DE PALNEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

08.01 SECRETARIA DE PALNEJAMENTO E DES. URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034.3.1.90.00.00.00.00.01.0000	81 Aplicação Direta	R\$ 8.000,00
--	---------------------	--------------

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 5.713, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº 5.713, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII, do art. 55, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 2.325, de 18 de maio de 2017,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os membros a seguir relacionados, para compor o Conselho Municipal de Saúde, do município de São Lourenço do Oeste, órgão permanente, deliberativo e normativo do Sistema Único de Saúde no âmbito municipal, que tem por competência formular estratégias e controlar a execução da Política de Saúde do Município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros:

#### **I - Representantes de entidades de usuários do Sistema Único de Saúde:**

##### **a) Sindicatos de Classes:**

1. Neuri José Garbin, portador do CPF nº 546.723.419-68 - titular;
2. Nereide Maria Curioletti, portadora do CPF nº 525.852.209-15 - suplente.

##### **b) Associações de Pais e Professores (APPs):**

1. Uíara Geovana Thibes Zeni, portadora do CPF nº 038.155.989-07 - titular;
2. Claudete Dal Bello Sutili, portadora do CPF nº 981.456.579-20 - suplente.

##### **c) Pastorais da Paróquia São Lourenço Mártir:**

1. Irma Dias do Prado Granzotto, portadora do CPF nº 838.581.309-82 - titular;
2. Ivanete Strappazon, portadora do CPF nº 039.381.209-08 - suplente.

##### **d) Clubes de Serviço:**

1. Tatiana Turmina, portadora do CPF nº 085.595.369-14 - titular;
2. Claudia Lago Garlet, portadora do CPF nº 062.134.769-89 - suplente.

##### **e) Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) São Lourenço do Oeste:**

1. Rodrigo Antônio Wittmann, portador do CPF nº 052.423.339-01 - titular;
2. Carine Oliveira dos Reis, portadora do CPF nº 065.871.689-14 - suplente.

##### **f) Associação Empresarial de São Lourenço do Oeste (ACISLO):**

1. Jivago Albuquerque, portador do CPF nº 040.245.689-06 - titular;
2. Francieli Paludo, portadora do CPF nº 009.614.409-29 - suplente.

##### **g) Associação de Aposentados e Pensionistas:**

1. Domingos Gava, portador do CPF nº 182.569.379-04 - titular.
2. Salete de Fátima Sotilles, portadora do CPF nº 595.881.959-34 - suplente.

##### **h) Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Lourenço do Oeste:**

1. Aline Nicola, portadora do CPF nº 087.543.889-02 - titular;
2. Sonia Ribeiro, portadora do CPF nº 928.576.639-00 - suplente.

#### **II - Representantes dos trabalhadores de Saúde:**

- a) Edevaldo Farias Prestes, enfermeiro, portador do CPF nº 032.561.799-67 - titular;
- b) Francielli Ligia Gracioli, enfermeiro, portadora do CPF nº 037.925.519-77 - suplente;
- c) Simone Strada Fiel, assistente social, portadora do CPF nº 032.067.099-62 - titular;
- d) Juliana Aurora Tumelero, assistente social, portadora do CPF nº 637.287.029-00 - suplente;
- e) Tiago Luiz Pereira, psicólogo, portador do CPF nº 059.323.639-40 - titular;
- f) Viviane do Nascimento Erbes da Maia, psicóloga, portadora do CPF nº 050.329.159-55 - suplente;
- g) Cristiane Samara de Bastiani, nutricionista, portadora do CPF nº 075.652.669-81 - titular;
- h) Kamila Tomazi Catani, farmacêutica bioquímica, portadora do CPF nº 077.915.989-65 - suplente.

#### **III - Representantes de prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde Municipal:**

##### **a) Fundação Hospitalar São Lourenço:**

1. Ailson Luiz da Cruz, portador do CPF nº 694.459.239-87 - titular;
2. Silvana Forcelini Sanajotto, portadora do CPF nº 753.167.069-00 - suplente.

##### **b) Laboratórios de Análises Clínicas:**

1. Juliano Cesar Gobbi, portador do CPF nº 777.831.159-34, em representação do Laboratório Biolabor - titular;

2. Ubirajara Martins Ribeiro, portador do CPF nº 374.701.839-49, em representação do Laboratório Pandini - suplente.

IV - Representantes do Poder Executivo:

- a) Vânia Antonia Garbin Baldissera, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Saúde, matrícula nº 172/02 - titular;
- b) Gisieli Carlos Cavalheiros, ocupante do cargo de Gerente de Controle Ambulatorial e Farmacológico, matrícula nº 3444/01 - suplente;
- c) Denise de Fatima Dambros, ocupante do cargo de Diretora de Relacionamento e Humanização da Saúde, matrícula nº 3429/01 - titular;
- d) Simone Mezzomo Giaretta, ocupante do cargo de Gerente de Apoio Operacional, matrícula nº 3378/02 - suplente.

Art. 2º O Conselho deverá cumprir com as disposições previstas na Lei Municipal nº 2.325, de 18 de maio de 2017 e demais normas vigentes.

Art. 3º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde terá duração de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação deste Decreto, admitindo-se a recondução dos membros para outros mandatos.

Art. 4º Por tratar-se de serviços de relevante interesse público, os membros do Conselho Municipal de Saúde, nomeados por este Decreto, não serão remunerados.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5.714, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

DECRETO Nº 5.714, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo que lhe confere o art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.660, de 08 de maio de 2007, com a alteração dada pela Lei nº 1.766, de 15 de outubro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os membros, a seguir relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB do Município de São Lourenço do Oeste/SC:

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

- a) Edisson Ari Piletti, servidor público municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1943/01 - titular;
- b) Anacleto Kronbauer Junior, ocupante do cargo de Diretor de Orçamento Participativo, matrícula nº 3436/01 - suplente;
- c) Solange Bauer da Rosa Cenci, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Gerente de Apoio Administrativo e Operacional, matrícula nº 346/02 - titular;
- d) Elizangela Calegari, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Gerente de Ensino Fundamental, matrícula nº 1929/01 - suplente.

II - representante dos professores das escolas públicas municipais:

- a) Alini Cristina Cadornim Bonetti, servidora pública municipal ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental, Anos Iniciais, matrícula nº 3127/03 - titular;
- b) Grasiela Meurer Spada, servidora pública municipal ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, matrícula nº 255/03 - suplente.

III - representante dos diretores das escolas públicas municipais:

- a) Emanuelle Favretto, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Diretora da EBM São Francisco, matrícula nº 266/02 - titular;
- b) Francieli Maria Varela, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Diretora da EBM Irmã Cecília, matrícula nº 3051/05 - suplente.

IV - representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais:

- a) Mariane Del Sant, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3279/01 - titular;
- b) Silvana Pastorello, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3059/01 - suplente.

V - representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais:

- a) Agostinho Amadori, inscrito no CPF sob o nº 023.906829-79 - titular;
- b) Deise Mara Bodanese, inscrita no CPF sob o nº 838.569.519-20 - suplente;
- c) Patricia Soligo Wesolovski, inscrita no CPF sob o nº 067.980.819.16 - titular;
- d) Maria Inês Pagani Simon, inscrita no CPF sob o nº 961.208.609-59 - suplente.

VI - representantes dos estudantes da educação básica pública:

- a) Andrieli Aparecida Schafaschek, inscrita no CPF sob o nº 097.832.669-50 - titular;
- b) Eduarda Poletti Furlanetto, inscrita no CPF sob o nº 105.279.889-60 - suplente;

- c) Alessandra Laís Tadiotto, inscrita no CPF sob o nº 091.369.989-66 - titular;  
d) Gabriel Luis de Cezaro, inscrito no CPF sob o nº 075.446.829-19 - suplente.

VII - representante do Conselho Municipal de Educação:

- a) Ivone Goretti Bonfin da Luz, servidora pública municipal ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, matrícula nº 2014/02 - titular;  
b) Sônia Pires Seither, servidora pública municipal ocupante do cargo de Professora de Português e Espanhol, matrícula nº 3019/01 - suplente.

VIII - representante do Conselho Tutelar:

- a) Selvina Wesolovski, inscrita no CPF sob o nº 694.449.199-00 - titular;  
b) Vanderleia Goulart Rambo, inscrita no CPF sob o nº 019.155.459-60 - suplente.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho ora designado, será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente.

Art. 3º Por se tratar de serviços de relevante interesse social, os membros do Conselho do FUNDEB, designados por este Decreto, não serão remunerados.

Art. 4º O Conselho deverá cumprir com as disposições previstas na Lei nº 1.660, de 08 de maio de 2007, alterada pela Lei nº 1.766, de 15 de outubro de 2008, e demais normas vigentes.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos nºs 5.154, de 20 de agosto de 2015, 5.160, de 31 de agosto de 2015, 5.212, de 26 de outubro de 2015, 5.261, de 04 de dezembro de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 201, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 201, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Altera a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 24 .....

IX - Secretaria Municipal de Agricultura - SMA;

XI - Secretaria Municipal do Trabalho, Renda, Desenvolvimento Econômico e Turismo - SDET.” (NR).

“SEÇÃO IX

Da Secretaria Municipal do Trabalho, Renda, Desenvolvimento Econômico e Turismo - SDET.” (NR).

“Art. 48. A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda é formada pelos seguintes órgãos:

I - Gabinete do Secretário;

a) Gerência de Manutenção de Equipamentos e Veículos;

b) Gerência de Tecnologia da Informação;

II - Diretoria de Orçamento Participativo;

III - Diretoria de Fazenda;

IV - Diretoria de Recursos Humanos e Capacitação;

V - Conselho Municipal de Contribuintes.” (NR).

“SUBSEÇÃO III

Da Diretoria de Recursos Humanos e Capacitação” (NR).

“Art. 51. Compete a Diretoria de Recursos Humanos e Capacitação:

.....” (NR).

“Art. 65 .....

VIII - informar a Diretoria de Recursos Humanos com relação a mudanças e alterações no quadro de servidores da Secretaria, bem como, escalas de trabalho, férias, controle frequência e horas extras;

..... " (NR).

#### "SEÇÃO VII

Da Secretaria Municipal de Agricultura" (NR)

"Art. 87. A Secretaria Municipal de Agricultura é formada pelos seguintes órgãos:

.....

....." (NR).

"Art. 98. A Secretaria Municipal do Trabalho, Renda, Desenvolvimento Econômico e Turismo é formada pelos seguintes órgãos:

I - .....

a) Gerência do Desenvolvimento Econômico e Turismo.

.....

....." (NR).

"Art. 99 .....

.....

.....

XVI - formular, coordenar a execução das políticas e planos voltados para atividades turísticas do Município;

XVII - promover a melhoria da infraestrutura turística do Município, através de investimentos em parceria com empresas e instituições públicas ou privadas.;

XVIII - o planejamento e organização do calendário turístico do Município, promovendo e apoiando as festividades, comemorações e eventos programados;

XIX - a formulação, administração e controle de convênios, acordos e contratos com a União, o Estado e outras entidades nacionais e internacionais para o desenvolvimento de projetos turísticos, na área de competência do Município." (NR).

#### "SUBSEÇÃO II

Da Gerência do Desenvolvimento Econômico e Turismo" (NR).

"Art. 100. Compete à Gerência do Desenvolvimento Econômico e Turismo:

.....

.....

XXI - promover, coordenar a execução de pesquisas, estudos e diagnósticos visando a subsidiar as políticas, os planos, os programas, os projetos e as ações da Secretaria no domínio turístico;

XXII - preservar, ampliar e melhorar a divulgação do turismo do Município;

XXIII - promover e o incentivo a exposições, cursos, seminários, palestras e eventos visando a elevar e enriquecer o padrão turístico da comunidade;

XXIV - promover a criação, desenvolvimento e administração de espaços e equipamentos voltados para a preservação de valores turísticos e para o fomento de atividades turísticas;

XXV - promover, coordenar e executar pesquisas, estudos e diagnósticos visando a subsidiar as políticas, os planos, os programas, os projetos e as ações da Secretaria, no domínio turismo;

XXVI - incentivar e apoiar os setores industriais, comerciais e de serviços relacionados ao turismo no Município, especialmente a hotelaria, recepção, culinária e transporte;

XXVII - captar a atração de eventos, seminários e feiras de negócio para o Município, visando fomentar o turismo no Município;

XXVIII - promover campanhas e ações para o desenvolvimento da mentalidade turística no Município e a participação da comunidade local no fomento ao turismo." (NR).

"Art. 117 .....

.....

X - Secretário Municipal de Trabalho, Renda, Desenvolvimento Econômico e Turismo." (NR).

Art. 2º Os Anexos I, III, IV e V, da Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005, passam a vigorar com as alterações constantes dos Anexos I, II, III e IV respectivamente, desta Lei Complementar.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei Complementar nº 201, de 25 de agosto de 2017)

"ANEXO I

## DESCRIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Órgão	Denominação do Cargo	Vagas	Nível de Vencimento
Gabinete do Prefeito	Assessor de Gabinete	1	AGA-1
	Assessor de Comunicação	1	AGA-1
	Chefe de Gabinete	1	AGA-1
	Coordenador Executivo do Procon	1	AGA-1 (Incluído pela LC 194/2017)
Procuradoria Geral do Município	Procurador Geral do Município	1	AGE-1
Controladoria Geral do Município	Controlador Geral do Município	1	AGE-1
Contadoria Geral do Município	Contador Geral do Município	1	AGE-1
	Gerente de Administração Financeira	1	AGA-1
	Gerente de Controle Patrimonial	1	AGA-1
Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	Secretário Municipal de Administração e Fazenda	1	AGS-1
	Diretor de Orçamento Participativo	1	AGD-1
	Diretor de Fazenda	1	AGD-1
	Diretor de Recursos Humanos	1	AGD-1
	Gerente de Licitações e Compras	1	AGA-1
	Gerente de Manutenção de Equipamentos e Veículos	1	AGA-1
	Gerente de Tecnologia da Informação	1	AGA-1
Secretaria Municipal de Educação	Secretário Municipal de Educação	1	AGS-1
	Diretor Geral de Educação	1	AGD-1
	Gerente de Apoio Administrativo e Operacional	1	AGA-1
	Gerente de Educação Infantil	1	AGA-1
	Gerente de Ensino Fundamental	1	AGA-1
Secretaria Municipal de Saúde	Secretário Municipal de Saúde	1	AGS-1
	Diretor de Administração	1	AGD-1
	Diretor de Relacionamento e Humanização da Saúde	1	AGD-1
	Gerente de Apoio Operacional	1	AGA-1
	Gerente de Vigilância Sanitária	1	AGA-1
	Gerente de Controle Ambulatorial e Farmacológico	1	AGA-1
	Gerente de Controle Epidemiológico e Serviços Conveniados	1	AGA-1
	Gerente de Acolhimento ao Cidadão	1	AGA-1
	Gerente de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	1	AGA-1
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	1	AGS-1
	Diretor de Planejamento Urbano	1	AGD-1
	Diretor de Serviços Urbanos	1	AGD-1
	Diretor de Trânsito	1	AGD-1
	Gerente de Planejamento Urbano e Obras Públicas	1	AGA-1
	Gerente de Apoio Técnico e Fiscalização	1	AGA-1
	Coordenador de Defesa Civil	1	AGA-1
	Gerente de Infraestrutura Urbana	1	AGA-1
	Gerente de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	1	AGA-1
Secretaria Municipal de Agricultura	Secretário Municipal de Agricultura	1	AGS-1
	Diretor de Estímulo às Atividades Econômicas Rurais	1	AGD-1
	Gerente de Inspeção Animal e Vegetal	1	AGA-1
	Gerente de Infraestrutura do Distrito de Frederico Wastner	1	AGA-1
	Gerente de Infraestrutura do Distrito de Presidente Juscelino	1	AGA-1
	Gerente de Infraestrutura do Distrito de São Roque	1	AGA-1

Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretário Municipal de Assistência Social	1	AGS-1
	Gerente de Proteção Social	1	AGA-1
	Gerente de Apoio a Programas Sociais	1	AGA-1
	Gerente de Habitação	1	AGA-1
	Gerente de Apoio e Proteção às Mulheres e Idosos	1	AGA-1
Secretaria Municipal do Trabalho, Renda, Desenvolvimento Econômico e Turismo	Secretário Municipal do Trabalho, Renda, Desenvolvimento Econômico e Turismo	1	AGS-1
	Gerente do Desenvolvimento Econômico e Turismo	1	AGA-1

.....”

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei Complementar nº 201, de 25 de agosto de 2017)

“ANEXO III

VALORES E QUANTIDADES DE ADICIONAIS DE RESPONSABILIDADE - AR

CÓDIGO/ NÍVEL	ADICIONAL ATUALIZADO - LC	QUANTIDADE
AR-1	R\$ 2.921,65	3
AR-2	R\$ 1.669,24	11
AR-3	R\$ 1.251,93	45
AR-4	R\$ 834,62	4
AR-5	R\$ 500,77	28

.....”

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO III

(Lei Complementar nº 201, de 25 de agosto de 2017)

ANEXO IV

DISTRIBUIÇÃO DOS ADICIONAIS DE RESPONSABILIDADE - AR

Órgão	Denominação do Cargo	AR-1	AR-2	AR-3	AR-4	AR-5
Gabinete do Prefeito	Assessoria de Gabinete			2	1	
	Assessoria de Comunicação			1		
	Chefia de Gabinete			1		
	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon (Incluído pela LC 194/2017)		1	1		
Procuradoria Geral do Município	Procuradoria Geral do Município	1				
Controladoria Geral do Município	Controladoria Geral do Município	1				
Contadoria Geral do Município	Contadoria Geral do Município	1				1
	Gerência de Administração Financeira			1		
	Gerência de Controle Patrimonial			1		

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda					
	Diretoria de Orçamento Participativo		1			
	Diretoria de Recursos Humanos		1			1
	Diretoria de Fazenda		1			
	Gerência de Licitações e Compras			1	2	2
	Gerência de Manutenção de Equipamentos e Veículos			1		3
	Gerência de Tecnologia da Informação			1		1
Secretaria Municipal de Educação	Secretaria Municipal de Educação					
	Diretoria Geral de Educação		1	12	1	5
	Gerência de Apoio Administrativo e Operacional			1		
	Gerência de Educação Infantil			1		
	Gerência de Ensino Infantil			1		
Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde					
	Diretoria de Administração		1			3
	Diretoria de Relacionamento e Humanização da Saúde		1			
	Gerência de Apoio Operacional			1		
	Gerência de Vigilância Sanitária			1		
	Gerência de Controle Epidemiológico e Serviços Conveniados			1		
	Gerência de Controle Ambulatorial e Farmacológico			1		
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Gerência de Acolhimento ao Cidadão			1		
	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano					
	Diretoria de Planejamento Urbano		1			
	Diretoria de Serviços Urbanos		1			
	Diretoria de Trânsito		1			
	Gerência de Planejamento Urbano e Obras Públicas			1		
	Gerência de Apoio Técnico e Fiscalização			2		
	Gerência de Infraestrutura Urbana			1		4
	Gerência de Serviços Urbanos e Meio Ambiente			1		2
Secretaria Municipal de Agricultura	Coordenadoria de Defesa Civil			1		
	Secretaria Municipal de Agricultura					
	Diretoria de Estímulo às Atividades Econômicas Rurais		1			1
	Gerência de Inspeção Animal e Vegetal			1		1
	Gerência de Infraestrutura do Distrito de Frederico Wastner			1		
	Gerência de Infraestrutura do Distrito de Presidente Juscelino			1		1
	Gerência de Infraestrutura do Distrito de São Roque			1		1
Secretaria Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social					1
	Gerência de Proteção Social			1		1
	Gerência de Habitação			1		
	Gerência de Apoio a Programas Sociais			1		
	Gerência de Apoio e Proteção às Mulheres e Idosos			1		
Secretaria Municipal do Trabalho, Renda, Desenvolvimento Econômico e Turismo	Secretaria Municipal do Trabalho, Renda, Desenvolvimento Econômico e Turismo					
	Gerência do Desenvolvimento Econômico e Turismo			1		

"

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

ANEXO IV

(Lei Complementar nº 201, de 25 de agosto de 2017)

ANEXO V

ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.336, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

LEI Nº 2.336, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF

06.01.06.122.4503.2.008.4.4.90.00.00.00.00.01.0000	30 Aplicação Direta	R\$ 50.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.307, de 19 de dezembro de 2016, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

01.00 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01.01.031.4501.2.001.3.1.90.00.00.00.00.01.0000	01 Aplicação Direta	R\$ 50.000,00
--	---------------------	---------------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.337, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

LEI Nº 2.337, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a custear despesas provenientes do cerimonial de formatura dos alunos da rede pública municipal de ensino abrangidos pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesas provenientes do cerimonial de formatura dos alunos da rede pública municipal de ensino abrangidos pelo Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD.

Parágrafo único. As despesas de que trata o caput deste artigo englobam decoração, alimentação, vestimenta dos alunos, além de demais custos relativos à realização da cerimônia de formatura, sendo limitadas ao valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) anuais.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos próprios previstos no orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 2.338, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

LEI Nº 2.338, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

Altera a Lei nº 2.144, de 27 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre a destinação dos honorários de sucumbência nos feitos judiciais em que figuram como parte o Município de São Lourenço do Oeste, o Fundo Municipal de Saúde e autarquias do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 2.144, de 27 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....

§ 4º Os honorários advocatícios, de que trata este artigo, serão depositados na conta corrente de titularidade do Município, destinada a este fim.” (NR).

“Art. 4º Fica instituída uma comissão constituída pelos Procuradores e Contador do Município, ambos detentores de cargo efetivo, para controle da movimentação, utilização e distribuição dos valores depositados na conta corrente do Município, de que trata o § 4º, do artigo 1º, desta Lei, cujos titulares serão nomeados mediante Portaria do Prefeito Municipal.  
..... ”. (NR).

“Art. 5º Até o décimo dia útil de cada mês, a Comissão deverá retirar extrato da conta corrente cujos honorários de sucumbência são depositados, fazer a análise dos percentuais previstos nesta Lei e encaminhar relatório com os valores devidos a cada Procurador à Gerência de Recursos Humanos para que seja incluído na folha de pagamento do mesmo mês sob a rubrica “honorários sucumbenciais”, cujo rateio se dará mediante a solicitação conjunta dos Procuradores do Município.” (NR).

Art. 2º Ficam revogados os artigos 2º e 3º da Lei nº 2.144, de 27 de fevereiro de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 950, DE 21 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 950, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem os Incisos V e IX, art. 55 da Lei Orgânica Municipal de acordo com o artigo 45, § 3º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR, a Servidora CINARA TISSINI DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, matrícula nº 1939/01, para responder pela Gerência de Administração Financeira, no período de 01 a 15 de setembro de 2017, em substituição a titular Simone Cristina de Marco Monteiro, que se encontra em gozo de férias, sendo-lhe assegurada a remuneração prevista no art. 45, § 3 da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de Agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 951, DE 21 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 951, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal SANILDE BESSEGATTO LIBARDONI, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL, matrícula nº 1688/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 31 de agosto a 15 de setembro de 2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Parágrafo Único: Férias que tinham sido interrompidas pela Port: 1.148 de 29 de Dezembro de 2016.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 952, DE 25 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 952, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora pública Municipal LEONDINA MARIA ALVES DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de PROFESSOR DE ARTES matrícula nº 3403/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 21 de agosto a 04 de setembro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de agosto de 2017.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 953, DE 25 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 953, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º Atribuir, a partir de 1º de setembro, o Adicional de Responsabilidade Nível 5 (AR-5), a servidora pública municipal CAROLINE GEREMIA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, matrícula nº 3284/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por exercer atividade com qualificação diferenciada, além das previstas para o exercício do cargo de que é titular.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA Nº 954, DE 25 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 954, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública JULIANE PERUZZO, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE APOIO OPERACIONAL, matrícula nº 185/02, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 25 de setembro à 09 de outubro de 2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 25 de agosto de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### **DISPENSA 50/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 50/2017.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24 inciso II, da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, relativo à Contratação de empresa para execução do DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL DE ACORDO COM PARECER TÉCNICO Nº 34/2014/GAM/CIP DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com um custo total de R\$ 7.910,50 da empresa, J.P.R. Ambiental – Assessoria e Consultoria LTDA - EPP. São Miguel da Boa Vista (SC), 25 de Agosto de 2017. VILMAR SCHMAEDECKE– Prefeito Municipal.

### **MINUTA 03/2017 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2017- FMAS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL-Registro de Preço

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna público, Licitação do tipo “MENOR PREÇO”, para Aquisição de cestas básicas para atendimento das famílias carentes cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência Social e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 08:30 horas do dia 12/09/2017. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações, Lei Geral nº123/2006, Lei Complementa 147/2014, e Decreto Municipal nº. 105/2014. São Miguel da Boa Vista (SC), 25 de Agosto de 2017. VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

### **MINUTA 12/2017 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017- FMS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo “Menor preço”, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA EM SAÚDE PÚBLICA, para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Miguel da Boa Vista/SC e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 13:45 horas do dia 12/09/2017. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações. São Miguel da Boa Vista (SC), 28 de Agosto de 2017. VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **LEI 7.429 CRIAÇÃO PROGRAMA VEREADOR MIRIM**

LEI N. 7.429/2017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, DO VEREADOR MIRIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, o "Programa Vereador Mirim", com o objetivo de estimular a participação política da juventude, propiciando aos estudantes momentos de reflexão e estudo sobre o papel do Poder Legislativo Municipal e a importância da política numa sociedade democrática.

Art. 2º O Programa Vereador Mirim será implementado nas modalidades Infanto-Juvenil e Jovem.

§ 1º. O Vereador Mirim – Infanto-Juvenil, será constituído por estudantes do ensino fundamental.

§ 2º. O Vereador Mirim – Jovem, será constituído por estudantes do ensino médio.

§ 3º. Em ambos os casos tratam-se de alunos oriundos de escolas da rede pública e privada.

Art. 3º A Câmara Mirim de São Miguel do Oeste será composta por um representante de cada escola pública e particular do Município de São Miguel do Oeste, sendo que haverá no mínimo 13 (treze) Vereadores Mirins.

Art. 4º Participarão do processo de escolha dos vereadores mirins, todas as escolas públicas e particulares do Município de São Miguel do Oeste, que possuírem turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio.

Art. 5º As escolas que possuírem Ensino Fundamental e Médio deverão ter, obrigatoriamente, pelo menos 01 (um) candidato de cada um dos níveis de Ensino com idade de 13(treze) anos a 15(quinze) anos e 11(onze) meses.

Art. 6º Os critérios para eleição, diplomação, posse e exercício do mandato do vereador mirim serão definidos em Regimento Interno, anexo a presente Lei.

Art. 7º O Vereador Mirim, no exercício do seu mandato, contará com a ajuda de um Vereador "Padrinho", definido por sorteio logo após a diplomação.

Art. 8º Os vereadores mirins exercerão o mandato em dois anos letivos, sem direito a reeleição, correspondendo cada período de dois anos uma legislatura.

Parágrafo único. A função de vereador mirim será considerada de interesse educativo e participativo e não será remunerada.

Art. 9º Na segunda quinzena do mês de novembro às 20h00min, em Sessão Solene de instalação, sob a Presidência da Mesa

Diretora da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, os Vereadores Mirins prestarão compromisso, tomarão posse e escolherão os componentes da Mesa diretora da Câmara Mirim, que ficarão automaticamente empossados.

Art. 10. A Câmara Mirim tem por objetivos:

- I – despertar nos educandos das escolas públicas e particulares do ensino de São Miguel do Oeste, que estejam cursando Ensino fundamental dos anos finais e/ou Ensino Médio, o senso crítico e entendimento sobre os direitos de cidadania e a responsabilidade para com os valores sociais, éticos e culturais da comunidade;
- II – buscar a integração desses jovens com o Poder Legislativo, mostrando-lhes o papel que desempenham os vereadores como representantes do povo;
- III – orientar a juventude sobre as funções atribuídas aos Poderes Públicos, em especial, ao Poder Legislativo;
- IV – mostrar aos jovens a possibilidade real de contribuírem como lideranças na solução dos problemas da comunidade;
- V – ouvir e relatar os anseios da comunidade, relativo a temas de relevância social, tais como: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e outras de interesse do Município;
- VI – possibilitar atividades de discussão e reflexão sobre os problemas da juventude de São Miguel do Oeste;
- VII – oportunizar palestras, pedágios, campanhas, nas quais os alunos apresentem sugestões para sensibilizar a população, sobre questões de interesse coletivo.

Art. 11. A Câmara Mirim funcionará no Plenário da Câmara Municipal, em horário diferente da estabelecida para reuniões ordinárias da Câmara Municipal e se regerá por normas decorrentes do seu próprio Regimento Interno, anexo a presente Lei.

§ 1º. A Câmara Mirim reunir-se-á uma vez por mês de 01 de março a 30 de novembro.

§ 2º. A Câmara Mirim será dirigida por uma Mesa Diretora, eleita pelos Vereadores Mirins, composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários.

Art. 12. Além das reuniões, que se farão no Plenário, segundo dispõe seu próprio Regimento Interno, poderá a Câmara Mirim reunir-se de forma itinerante, em locais públicos, fora do Plenário da Câmara Municipal, inclusive para auxiliar nas campanhas de outras entidades.

Art. 13. Serão constituídas Comissões Permanentes para assegurar o debate das proposições, as quais se reunirão sempre que houver necessidade.

Art. 14. A Câmara Municipal, por meio da sua assessoria de imprensa, dará apoio às atividades desenvolvidas e ampla divulgação dos trabalhos da Câmara Mirim.

Parágrafo único. A partir da aprovação da presente Lei, caberá à Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, através do Departamento de Informática e Imprensa, a criação de espaço destinado à Câmara Mirim no endereço eletrônico da Câmara de Vereadores.

Art. 15. Os vereadores mirins terão direito ao recebimento do material didático necessário ao cumprimento de suas atividades

previstas nas normas regimentais.

Art. 16. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações próprias do Poder Legislativo.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 24 de agosto de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

#### ANEXO I

#### REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MIRIM DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Os Vereadores Mirins componentes desta Câmara, no intuito de possibilitar a integração entre o Poder Legislativo Municipal e as Unidades Escolares, adotam o presente Regimento Interno, baseados na democracia, buscam oportunizar espaço para novas lideranças bem como debater questões pertinentes à juventude do município.

#### TÍTULO I

Disposições Preliminares

#### CAPÍTULO I

Do Programa Vereador Mirim

##### Seção I

Do Programa

Art.1º. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste poderá buscar parcerias com outras instituições de ensino ou afins para subsidiar o desenvolvimento das atividades durante todo o processo de execução do programa.

Art. 2º. O Programa Vereador Mirim compreende as seguintes etapas:

I- reunião com representantes da Secretaria Municipal de Educação, GERED e Escolas Particulares de SMO - SC

II – ampla divulgação em todas as Unidades Escolares do Município, sendo que cada direção de Escola receberá uma cópia da Lei.

III- a escola receberá as inscrições dos educandos interessados em candidatar-se a uma vaga no Projeto Vereador Mirim;

IV – implementação de um cronograma de atividades desenvolvidas no período compreendido entre março a novembro, que contemple: formação política e cidadã (palestras, debates, visitas e outros); acompanhamento das sessões da Câmara de Vereadores; participação de audiências públicas promovidas pelos Poderes do Município.

##### Seção II

Da Eleição

Art. 3º. O processo de eleição dos Vereadores Mirins será orientado e dirigido pela Comissão Coordenadora do Projeto Vereador Mirim da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, com a participação das escolas e do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, sempre que possível, e constará do seguinte:

I – No mês de agosto do ano da eleição a Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste remeterá às escolas públicas e privadas do Município Fichas de inscrição e informações para participarem do Processo Eleitoral da Câmara Mirim;

II – As escolas participantes entregarão para a Comissão Coordenadora do Projeto Vereador Mirim da Câmara Municipal de Vereadores, até a segunda quinzena do mês de setembro do ano da eleição, lista completa dos alunos que se enquadram como eleitores, dos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

III – As escolas que disponibilizarem de Ensino Fundamental e Médio, obrigatoriamente terão um representante de cada Nível de Ensino:

IV - Os alunos interessados em concorrer a uma vaga na Câmara Mirim, deverão:

- a) contar com autorização expressa dos pais ou responsável;
- b) estar regularmente matriculado nas escolas públicas ou privadas do ensino fundamental e/ou médio do município;
- c) inscrever-se nas próprias escolas, na primeira quinzena do mês de setembro do ano da eleição;
- d) contar com a homologação da inscrição pela própria escola do candidato;
- e) apresentar um plano de ação com possíveis propostas junto aos eleitores estudantes da respectiva escola,
- f) ter idade mínima de treze anos e máxima de quinze anos e onze meses, não perdendo o mandato ao completar dezesseis anos, durante a sua vereança;

V – A eleição ocorrerá por meio da utilização de urna, na última quarta-feira do mês de outubro de cada ano da eleição, contendo o nome dos candidatos inscritos na respectiva escola e rubricada por um dos membros da Comissão Coordenadora do Projeto Vereador Mirim da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste;

VI – Caberá a Comissão Coordenadora, a organização de cronograma e distribuição das urnas, para que sejam contempladas as Instituições de Ensino participantes do Programa Vereador Mirim;

VII – O horário da eleição será: Turno Matutino: 8h30min até 11h30min e Turno Vespertino: 14h até 17h.

VIII – A abertura das urnas e contagem dos votos ocorrerão em cada Instituição de Ensino, logo após o encerramento da votação.

IX – O candidato mais votado em cada escola estará automaticamente eleito para uma cadeira da Câmara Mirim. No caso de não haver 13 (treze) escolas participantes, as vagas restantes serão preenchidas por meio de sorteio público realizado na sexta-feira subsequente, às 19h, no Plenário da Câmara de Vereadores, onde participarão os primeiros suplentes de cada escola.

##### Seção III

Do Mandato

Art. 4º. O mandato do Vereador Mirim será de 02 (dois) anos, com início na primeira terça-feira do mês de março e seu término se dará no dia 30 (trinta) de novembro do segundo ano subsequente a eleição, vedada à reeleição, sendo que a sessão solene de

instalação da Câmara Mirim ocorrerá às 18h30min no dia da última sessão ordinária do mês de fevereiro.

§1º. Os Vereadores Mirins não serão remunerados, sendo sua atividade considerada de relevante interesse público.

§2º. Os Vereadores Mirins participarão de um estágio obrigatório inicial que se compõe de:

I – participar de 02 (duas) sessões ordinárias da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, que antecedem à sessão de instalação da Câmara Mirim;

II – após as 02 (duas) sessões, caberá à Comissão Coordenadora do Projeto da Câmara Mirim da Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, possibilitar momento de formação onde orientará os Vereadores Mirins sobre a estrutura organizacional do Poder Legislativo e seu funcionamento administrativo, bem como o processo e técnica legislativa;

III - participar de todas as sessões ordinárias da Câmara Mirim após a eleição.

§3º. A presença dos Vereadores Mirins nas Sessões a que aludem os incisos I e III do parágrafo anterior se fará registrar no livro de presenças.

## CAPÍTULO II

### Da Sede

Art. 5º. Os Vereadores Mirins reunir-se-ão, no Plenário da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste na 1ª (primeira) terça-feira de cada mês, às 18 horas e 30 minutos.

Parágrafo único. As Sessões Ordinárias da Câmara de Vereadores Mirins de São Miguel do Oeste poderão ser realizadas em dias, locais e horários distintos de acordo com necessidade.

## CAPÍTULO III

### SEÇÃO I

#### Da Diplomação

Art. 6º. Na segunda quinzena do mês de novembro, no ano da eleição, a Câmara de Vereadores, em Sessão Solene, homenageará os Vereadores Mirins Eleitos, titulares e suplentes, por meio da concessão de diplomas.

§1º. Logo após a diplomação dos titulares e dos suplentes dos Vereadores Mirins, na mesma sessão, haverá um sorteio para que cada Vereador com assento junto à Câmara Municipal de São Miguel do Oeste venha a ser “padrinho” de cada Vereador Mirim, com o objetivo de auxiliá-lo nos trabalhos desenvolvidos, inclusive colocando-se à disposição do Vereador Mirim.

§2º. No ato da diplomação os Vereadores Mirins receberão um exemplar do Regimento Interno da Câmara Mirim.

### SEÇÃO II

#### Do Compromisso de Posse dos Eleitos

Art. 7º. A Câmara Mirim será instalada em sessão solene às 18h30min no dia da última sessão ordinária do mês de fevereiro, onde os vereadores mirins prestarão compromisso, tomarão posse e escolherão os componentes da Mesa diretora da Câmara Mirim, que ficarão automaticamente empossados.

Art. 8º. O Vereador Mirim de mais idade, nesta solenidade, tomará o compromisso e empossará os eleitos, através da leitura do compromisso, de pé, acompanhado por todos os Vereadores Mirins.

Art. 9º. O compromisso se dará nos seguintes termos: “PROMETO

RESPEITAR O REGIMENTO INTERNO DOS VEREADORES MIRINS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, DESEMPENHANDO RESPONSABILMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO E, ASSIM, CONTRIBUIR PARA A FORMAÇÃO DA MINHA CIDADANIA E ENGRANDECIMENTO DESTA MUNICÍPIO”.

Art. 10. O Vereador Mirim, que estiver presidindo a sessão, fará a chamada nominal dos seus pares, os quais declararão pessoalmente: “ASSIM O PROMETO”, assinando em seguida o Termo de Compromisso de Posse.

### SEÇÃO III

#### Da Eleição da Mesa Diretora

Art. 11. No decorrer da Sessão Solene de instalação da Câmara Mirim, os Vereadores Mirins promoverão a eleição da Mesa Diretora que conduzirá os trabalhos durante o primeiro período da legislatura para o preenchimento dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Parágrafo único. A eleição da mesa diretora se dará mediante voto aberto e nominal, seguindo ordem alfabética dos Vereadores Mirins,

Art. 12. Realizada a eleição estabelecida no parágrafo único do Artigo 11º, os Vereadores Mirins ficarão automaticamente empossados na Mesa Diretora tão logo seja promulgado o resultado da eleição.

Art. 13. A eleição da Mesa Diretora obedecerá as seguintes formalidades:

I – o presidente iniciará o processo de votação, onde fará uma explanação sobre o processo de eleição, sendo que cada Vereador Mirim votará primeiramente para Presidente, segundo para Vice-Presidente, posteriormente 1º Secretário e 2º Secretário.

II – Serão considerados eleitos os Vereadores Mirins que atingirem a maior votação para cada cargo na Mesa Diretora;

III - Em caso de empate, será considerado eleito para o cargo, o Vereador Mirim de mais idade;

IV - a votação far-se-á mediante escrutínio aberto e nominal;

V – o Vereador Mirim de mais idade conduzirá o processo de eleição da Mesa Diretora.

Art. 14. O Mandato da Mesa Diretora será de um ano, compreendido de março à novembro, sendo vedada a recondução para qualquer cargo da Mesa Diretora na eleição imediatamente subsequente.

### SEÇÃO IV

#### Da Competência da Mesa Diretora

Art. 15. À Mesa Diretora, entre outras atribuições, compete:

I – declarar a perda do mandato do vereador mirim, de ofício, ou por provocação de qualquer de seus membros, nas hipóteses previstas na legislação, assegurada ampla defesa;

II – receber as proposições dos vereadores mirins ou recusá-las quando apresentadas sem a observância das disposições regimentais;

III – deliberar sobre a convocação de reuniões especiais e solenes da Câmara Mirim.

### SEÇÃO V

#### Do Presidente Mirim

Art. 16. Compete ao Presidente Mirim:

I – dirimir dúvidas e disciplinar os atos dos Vereadores Mirins;

II – apresentar ao término de cada mandato as conclusões dos trabalhos realizados pela Câmara dos Vereadores Mirins;

III – representar a Câmara dos Vereadores Mirins perante o

Presidente do Poder Legislativo Municipal e demais autoridades;  
IV – conceder ou negar a palavra aos oradores, não permitindo divagações ou apartes estranhos aos assuntos em discussão;  
V – votar somente nos casos em que ocorra empate;  
VI – abrir, presidir, encerrar e suspender as reuniões plenárias, observando e fazendo observar as normas deste Regimento Interno.

#### SEÇÃO VI

Do Vice-Presidente Mirim

Art. 17. Compete ao Vice-Presidente Mirim:

- I – substituir o Presidente Mirim em suas ausências e coordenar as atividades da Câmara Mirim;
- II – ler as matérias do expediente.

#### SEÇÃO VII

Do 1º e 2º Secretário Mirim

Art. 18. Compete ao 1º Secretário Mirim:

- I – fazer a chamada dos Vereadores Mirins nas reuniões;
- II – substituir o Presidente Mirim na ausência do Vice-Presidente Mirim;
- III – inscrever os oradores para uso da palavra; e
- IV – ler a ata da reunião anterior.

Art. 19. Compete ao 2º Secretário Mirim:

- I – substituir o 1º Secretário Mirim na sua ausência, licenças e impedimentos, assumindo nestes casos as suas atribuições.

### TÍTULO II

Vereadores Mirins

#### CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres dos Vereadores Mirins

Art. 20. Aos vereadores Mirins competem os seguintes direitos:

- I – participar de todas as discussões e deliberações do plenário;
- II – votar e ser votado na eleição da Mesa Diretora Mirim, na forma regimental;
- III – apresentar proposições que visem o interesse coletivo.

Art. 21. São deveres do Vereador Mirim:

- I – obedecer ao Regimento Interno da Câmara Mirim;
- II – comparecer às reuniões com o uniforme da escola e/ou da Câmara Mirim, assim como ao recinto da Câmara;
- III – respeitar e tratar com cordialidade os Vereadores da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, os funcionários e seus pares Vereadores Mirins;
- IV – comparecer pontualmente às reuniões plenárias, de comissões e aos compromissos aos quais for designado;
- V – estar em dia com suas obrigações escolares e residir no Município de São Miguel do Oeste;
- VI – justificar ausência por meio de aviso dos pais, ofício da escola ou atestado médico.

#### CAPÍTULO II

Da Perda de Mandato, Licença e Renúncia

Art. 22. Perderá o mandato o Vereador Mirim que:

- I – infringir qualquer das proibições estabelecidas neste Regimento Interno;
- II – seu procedimento for declarado incompatível com as normas disciplinares estabelecidas pela Coordenação do Projeto da Câmara Mirim e pela escola;
- III – deixar de comparecer a duas (2) reuniões consecutivas sem motivo justificado;
- IV – sofrer punição disciplinar em sua escola;
- V – deixar de tomar posse, sem motivo justificado; e
- VI – deixar de frequentar escola pública ou particular sediada no

Município de São Miguel do Oeste, exceto se o vereador mirim vier a concluir o Ensino Médio no decorrer do mandato

Art. 23. A extinção do mandato do Vereador Mirim verificar-se-á quando:

- I – ocorrer falecimento;
- II – ocorrer renúncia, por escrito, através de ofício dirigido ao Presidente Mirim.

§ 1º No caso de falecimento ou renúncia do vereador mirim, assumirá a vaga o vereador suplente da mesma Instituição de Ensino.

Art. 24. O Vereador Mirim pode licenciar-se:

- I – para tratamento de saúde, devidamente comprovado;
- II – para tratar de assuntos de interesse particular, pelo prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos.

Parágrafo Único. No caso em que o vereador estiver licenciado assumirá a vaga o vereador suplente da mesma Instituição de Ensino.

### CAPÍTULO III

Dos Suplentes

Art. 25. O suplente de Vereador Mirim será convocado pelo Presidente Mirim, no caso de vaga ou licença, devendo tomar posse na reunião subsequente.

Parágrafo único. Constatada a falta do Vereador Mirim à sessão, o suplente, que se encontrar na plateia, poderá ser convocado a substituí-lo imediatamente, porém apenas àquela sessão.

Art. 26. O suplente detém os poderes inerentes ao Vereador Mirim, exceto ser eleito Presidente da Mesa Diretora.

#### CAPÍTULO IV

Da Estrutura

Art. 27. A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste fornecerá a estrutura necessária para a realização das sessões da Câmara Mirim.

### TÍTULO III

Das Reuniões da Câmara Mirim

#### CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 28. As reuniões da Câmara Mirim serão públicas e terão a duração de uma (1) hora, iniciando-se às 18 horas e 30 minutos e encerrando-se às 19 horas e 30 minutos.

§ 1º Qualquer cidadão poderá assistir as sessões da Câmara, na parte do recinto reservada ao público, desde que:

- I – Apresente-se convenientemente trajado;
- II – Não porte arma;
- III – Conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
- IV – Não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no Plenário;
- V – Não use quaisquer símbolos, cartazes, faixas ou similares que prejudique o andamento das sessões;
- VI – Atenda às determinações do Presidente.

§ 2º O Presidente determinará a retirada do cidadão que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

Art. 29. No início da reunião os membros da mesa e os Vereadores Mirins, devidamente uniformizados, ocuparão os respectivos lugares no Plenário.

§ 1º. O Presidente Mirim verificará pelo livro de presença o número de Vereadores Mirins no Plenário.

§ 2º. Achando-se presente, no mínimo, um terço (1/3) do total dos Vereadores Mirins, será declarada aberta a reunião pelo Presidente, o qual proferirá as seguintes palavras: "POR HAVER QUORUM REGIMENTAL E SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, DAMOS POR ABERTA A PRESENTE REUNIÃO INICIANDO OS NOSSOS TRABALHOS", em seguida, convidará o 1º Secretário a proceder à leitura da ata da Sessão anterior.

Art. 30. As reuniões da Câmara Mirim serão:

I – ordinárias, as realizadas na primeira terça feira de cada mês, a partir do mês de março, das 18 horas e 30 minutos às 19 horas e 30 minutos;

II – solenes, as realizadas para a instalação da Legislatura e de Compromisso de Posse do Vereador Mirim;

III – especiais, em turnos alternados, a partir de março para visitação aos órgãos públicos e instituições privadas, em dias e horários previamente agendados pela Coordenação da Câmara Mirim.

## CAPÍTULO II

### Das Reuniões Ordinárias

#### SEÇÃO I

##### Da Estrutura Geral

Art. 31. As reuniões públicas ordinárias compõem-se de 3 (três) partes, a saber:

I – Expediente, com duração de 10 (dez) minutos, para leitura e votação da ata e leitura do expediente;

II – Ordem do dia, com duração de 35 (trinta e cinco) minutos para discussão e votação de matérias;

III – Palavra livre, com duração de 15 (quinze) minutos.

Parágrafo único. Os horários estabelecidos neste artigo deverão ser rigorosamente cumpridos pela Mesa Diretora, salvo deliberação do Plenário.

#### SEÇÃO II

##### Do Expediente

Art. 32. Abertos os trabalhos, quando considerar oportuno, o Presidente convida os Vereadores Mirins para cantarem o Hino de São Miguel do Oeste.

§1º. Lida a Ata da reunião anterior e aprovada pelo plenário, o secretário dará conhecimento sumário das correspondências recebidas.

§2º. Ao término da sessão, o Presidente convidará os Vereadores Mirins para a sessão seguinte ou sessão especial, declarando o dia e horário a ser realizada.

#### SEÇÃO III

##### Da Ordem do Dia

Art. 33. Findo o expediente, tratar-se-á da matéria da Ordem do dia.

Art. 34. O Presidente Mirim lerá ou anunciará, em síntese o que houver de se discutir e votar na reunião.

Art. 35. Para as votações, será necessária a presença da maioria absoluta dos componentes da Câmara Mirim.

Art. 36. As discussões e votações obedecerão à seguinte ordem:

I – matérias em discussão única e votação;

II – matérias em primeira discussão;

III – matérias em segunda discussão e votação.

Art. 37. Cada Vereador Mirim terá o tempo de 03 (três) minutos para debater qualquer matéria em discussão, obedecendo a seguinte escala preferencial:

I – autor;

II – relator;

III – demais Vereadores Mirins.

Art. 38. As proposições dos Vereadores Mirins, limitadas a uma por sessão, deverão ser protocoladas junto à Secretaria Executiva da Câmara Municipal, até às 11 (onze) horas do dia anterior.

#### SEÇÃO IV

##### Da Palavra Livre

Art. 39. O tempo destinado à Palavra Livre, será distribuído proporcionalmente entre os vereadores mirins inscritos.

§1º. Até 15 (quinze) minutos antes do início da sessão, o Vereador Mirim fará sua inscrição para uso da palavra livre, em livro próprio.

§2º. O orador, ao ocupar a tribuna, abordará assunto de sua escolha, e somente poderá ser apertado se consentir.

## CAPÍTULO III

### Da Organização das Comissões e suas Competências

#### Seção I

##### Das Comissões

Art. 40. As Comissões são as seguintes:

I – Educação, Cultura e Lazer;

II – Saneamento, Saúde e Meio Ambiente;

III – Cidadania e Defesa do Consumidor

IV – Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 41. Ressalvada a competência específica de cada uma, caberão às Comissões as seguintes atribuições:

I – promover estudos, pesquisas e investigações sobre temas de interesse público, relativos à sua competência;

II – tomar iniciativa na elaboração de proposições ligadas ao estudo de tais temas.

Art. 42. Os membros das Comissões serão escolhidos no início da legislatura, logo após a eleição da Mesa Diretora;

§1º. Na composição das Comissões será observada a proporcionalidade das escolas participantes.

§ 2º. Cada Vereador Mirim poderá ser eleito para integrar no máximo 01 (uma) Comissão Técnica.

§ 3º. O Presidente da Câmara Mirim não poderá participar das Comissões Temáticas.

Art. 43. No desempenho de suas funções, os Vereadores Mirins contarão com o auxílio e consultoria da Coordenação do Projeto da Câmara Mirim, composta por três Vereadores e três funcionários, bem como da assessoria jurídica, sendo que um destes auxiliará o 1º secretário na transcrição dos pareceres das Comissões Técnicas e das respectivas atas.

#### TÍTULO IV

##### Das Proposições

#### CAPÍTULO I

##### Disposições Preliminares

Art. 44. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário da Câmara Mirim, a saber:

- I – Emenda ao Regimento Interno da Câmara Mirim;
- II – Requerimentos e requerimentos de informação
- III – Moções;
- IV – Indicações;
- V – Projetos sociais, ambientais e de interesse público.

Art. 45. As proposições deverão ser redigidas em termos claros e sintéticos, obedecendo à boa técnica legislativa, em língua nacional e na ortografia oficial, assinadas pelo autor ou autores, não se admitindo as que:

- I – tratem sobre assunto alheio à competência da Câmara Mirim;
- II – deleguem a outro, atribuição privativa da Câmara Mirim;
- III – forem flagrantemente antirregimentais;
- IV – contenham expressões ofensivas a qualquer pessoa.

## CAPÍTULO II

### Das Espécies de Proposições

#### SEÇÃO I

##### Das Emendas ao Regimento Interno

Art. 46. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado ou reformulado mediante Ato da Mesa Diretora da Câmara Mirim ou por proposta encaminhada por 2/3 dos vereadores desde que haja concordância da Comissão Coordenadora do Projeto Vereador Mirim da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste, e aprovado pela maioria absoluta.

#### SEÇÃO II

##### Dos Requerimentos

Art. 47. Os requerimentos consistem todo pedido escrito do Vereador Mirim, destinado a qualquer autoridade.

#### SEÇÃO III

##### Das Moções

Art. 48. Moção é a proposição escrita e fundamentada em que é sugerida a manifestação da Câmara Mirim sobre assunto de interesse público extremamente relevante a todo Município apelando, aplaudindo, protestando, congratulando, de votos de pesar e de repúdio.

#### SEÇÃO IV

##### Das Indicações

Art. 49. Indicação é a proposição escrita, pela qual o Vereador Mirim sugere medidas de interesse público aos poderes e órgãos competentes.

#### SEÇÃO V

##### Do Trâmite das Proposições

Art. 50. Aprovadas as proposições, estas serão submetidas à homologação do Presidente da Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste e, após esse ato, despachadas às autoridades competentes.

## TÍTULO V

### Disposições Finais

Art. 51. Qualquer cidadão poderá assistir às reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes e itinerantes.

Art. 52. Omissões e dúvidas quanto à interpretação deste Regimento Interno, serão dirimidas e subsidiadas pela Comissão Coordenadora do Projeto Vereador Mirim de São Miguel do Oeste.

Art. 53. Este Regimento Interno entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em, 24 de agosto de 2017.

## LEI 7.430 AUTORIZA INCENTIVO ECONOMICO SEMATTER DO BRASIL LTDA

LEI N. 7.430/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA SEMATTER DO BRASIL LTDA ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O Prefeito Municipal de São Miguel do Oeste está autorizado, de acordo com a Lei 7.130/2015, a conceder a empresa SEMATTER DO BRASIL LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.928.920/0001-28, em nome do Município, o incentivo de R\$ 1.037,50 (mil, trinta e sete reais e cinquenta centavos) mensais de aluguel, pelo período de 12 (doze) meses.

Parágrafo único. O incentivo econômico destina-se ao pagamento de Aluguel do Galpão Industrial localizado na Rua Arno Erich Schwambach, bairro Progresso, neste Município para o estabelecimento da sede da Empresa.

Art. 2º A efetivação do incentivo está condicionada a disponibilidade financeira.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do incentivo econômico de que trata a presente Lei correrão a conta do orçamento geral do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 24 de agosto de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

## LEI 7.431 AUTORIZA BAIXA DE PATRIMONIO E ALIENAÇÃO DE BENS

LEI N. 7.431/2017

AUTORIZA A BAIXA DO PATRIMÔNIO E ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEL INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder em nome do Município de São Miguel do Oeste - SC, a baixa do Patrimônio e a alienação do bem imóvel Sala Comercial n. 203, com área total de 44,44m², localizada no 2º andar do Edifício Portella Center, sito na Rua XV de Novembro, n. 452, centro, neste Município, matriculado no CRISMO sob n. 26.549, sem uso/antieconômico à Administração Pública Municipal, no valor mínimo de R\$ 69.000,00 (sessenta e nove mil reais).

Parágrafo único. O valor do bem imóvel relacionado no artigo 1º foi definido pela Comissão de Avaliação nomeada por meio da Portaria n. 0019/2017 de 26 de janeiro de 2017 e pela empresa representante do mercado imobiliário, nomeada por meio da Portaria nº 0102/2017 de 07 de junho de 2017.

Art. 2º Fica ainda o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa do patrimônio do Município, e a promover a alienação dos veículos e máquinas, inservíveis/antieconômicos à Administração Pública Municipal, abaixo relacionados:

I - Veículo FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, placa MEB 1756, ano/mo-  
delo 2007/2008, chassi nº 9BD15802786009248, Patrimônio nº 173, no valor mínimo de R\$ 2.358,40 (dois mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos);

II – Veículo FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, placa MEB 1416, ano/  
modelo 2007/2008, chassi nº 9BD15802786009571, patrimônio nº 174, no valor mínimo de R\$ 2.358,40 (dois mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos);

III - Veículo FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, placa MEB 2036, ano/  
modelo 2007/2008, chassi nº 9BD15802786008777, patrimônio nº 175, no valor mínimo de R\$ 2.358,40 (dois mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos);

IV - Veículo FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX, placa MEB 2176, ano/  
modelo 2007/2008, chassi nº 9BD15802786005804, patrimônio nº 176, no valor mínimo de R\$ 2.358,40 (dois mil trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos);

V – Veículo ESP/MICROONIB/AMBULÂNCIA, placa MBS 8283, ano/  
modelo 2002/2002, chassi n. 93W23159121006460, patrimônio nº 1431, no valor mínimo de R\$ 6.141,80 (seis mil cento e quarenta e um reais e oitenta centavos);

VI – Veículo VW/GOL 16 V, placa MAF 4707, ano/modelo 1998/1999,  
chassi nº 9BWZZZ373WT135579, patrimônio nº 10884, no valor mínimo de R\$ 1.936,20 (mil novecentos e trintas e seis reais e vinte centavos);

VII - Veículo GM/CORSA MILENIUM, placa MCF 9942, ano/modelo  
2001/2002, chassi nº 9BGSC68Z02C133568, patrimônio nº 1413, no valor mínimo de R\$ 2.074,20 (dois mil e setenta e quatro reais e vinte centavos);

VIII – Veículo FORD/FIESTA STREET, placa MIG 9390, ano/modelo  
2004/2005, chassi nº 9BFBRZFHA5B446471, patrimônio nº 1414, no valor mínimo de R\$ 7.574,70 (sete mil quinhentos e setenta e quatro reais e setenta centavos);

IX – Veículo V/W/GOL, placa AIT 1982, ano/modelo 1999/2000,  
chassi nº 9BWZZZ373YT017667, patrimônio nº s/n, no valor mínimo de R\$ 1.897,40 (mil oitocentos e noventa e sete reais e quarenta centavos);

X – Veículo FIAT/DUCATO, placa MHV 8673, ano/modelo  
2010/2010, chassi nº 93W245L34A2051677, patrimônio nº 2000,

no valor mínimo de R\$ 11.448,40 (onze mil quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos);

XI – Máquina RETROESCAVADEIRA JCB 205, ano 2010, chassi nº 9b9214t04abdt4439, patrimônio nº 10881, no valor mínimo de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais);

XII – Máquina RETROESCAVADEIRA JCB 206, ano 2010, chassi nº 9b9214t04abdt4440, patrimônio nº 0056, no valor mínimo de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais);

Parágrafo único. Os valores dos bens móveis relacionados nos incisos I a XII do artigo 2º foram definidos pela Comissão de Avaliação, instituída pela Portaria nº 0091/2017 de 26 de maio de 2017.

Art. 3º Fica igualmente o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a baixa do Patrimônio do Município e a alienação dos bens móveis sem uso/inservíveis à Administração Pública Municipal, relação que segue anexa a presente Lei, devendo ter lance mínimo fixado em edital.

Art. 4º Fica inserido nas Leis Municipais nº 7.356, de 30 de dezembro de 2016 (PPA - Plano Plurianual), Lei nº 7.357, de 30 de dezembro de 2016 (LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 7.358, de 30 de dezembro de 2016 (LOA - Lei Orçamentária), para o exercício financeiro de 2017, a previsão e autorização da alienação dos bens patrimoniais objeto desta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 24 de agosto de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER

Secretário de Administração

Nédio Dariva Pires de Lima

Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais

órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Assessoria Especial

ANEXO I LEI N. 7.431/2017

#### LISTA DE BENS MÓVEIS MÓVEIS

QUANTIDADE	BENS MÓVEIS
28	MESA C/ GAVETA
06	BALCÃO EM MDF
02	SOFA
48	CADEIRA ESCOLAR
23	CADEIRA FIXA
82	CARTEIRA
01	MESINHA
02	CARRINHO AUXILIAR
06	QUADRO DE ESCREVER
03	CADEIRA UNIVERSITÁRIA
05	MESA PARA REFEITÓRIO

29	CADEIRA GIRATÓRIA
06	ESTANTE EM MDF
02	BANQUETA
04	PORTA CPU E ESTABILIZADOR
02	MESA EM L
01	TENDA GAZEBO DOBRÁVEL
04	BALCÃO PIA
26	MESA P/COMPUTADOR
08	ARMÁRIO
97	CADEIRA PRÉ-ESCOLAR
01	BANCO
51	CARRINHO P/BEBÊ
03	BERÇO EM MDF
01	SUCATAS DIVERSAS DE MÓVEIS
441	TOTAL DOS ITENS

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 24 de agosto de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

**LISTA DE BENS MÓVEIS  
ELETRODOMÉSTICOS/ELETRÔNICO**

QUANTIDADE	BENS MÓVEIS
08	VENTILADOR
10	VIDEO CASSETE
06	AQUECEDOR
05	LAVADOURA DE ROUPAS
02	DETECTOR FETAL
02	COMPRESSOR DE AR
01	DESUMIDIFICADOR DE PAPEL
20	TELEVISOR
02	AUTOCLAVE
01	JATO DE BICARBONATO
07	FORNO MICROONDAS
03	NEBULIZADOR
03	BEBEDOURO
08	REFRIGERADOR
08	AR CONDICIONADO
06	LIQUIDIFICADOR
06	CLIMATIZADOR
04	MÁQUINA PARA CALCULAR
05	MÁQUINA PARA ESCREVER
04	PISTOLA DE COLA QUENTE
22	APARELHO DE SOM/RÁDIO
20	APARELHO DE DVD
03	ENCERADEIRA
01	BATEDEIRA
02	FREZER
03	FOGÃO
03	FORNO ELÉTRICO
03	CIRCULADOR
01	ESPRESSO
02	PURIFICADOR DE ÁGUA
01	MULTIPROCESSADOR
01	SECADORA
01	SUCATAS DIVERSAS DE ELETRODOMÉSTICOS
174	TOTAL DOS BENS

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 24 de agosto de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

**LISTA DE BENS MÓVEIS  
INFORMÁTICA/APARELHO TELEFONICO**

QUANTIDADE	BENS MÓVEIS
20	IMPRESSORA
22	APARELHO TELEFONICO
27	ESTABILIZADOR
03	APARELHO DE FAX
30	MONITOR
30	MICROCOMPUTADOR
09	NOBREAK
02	NOTEBOOK
08	TELEFONE SEM FIO
02	FOTOCOPIADORA
02	SCANNER
01	TRANSFORMADOR
04	RETROPROJETOR
01	APARELHO RECEPTOR DE PARABÓLICA
01	ANTENA DE PARABÓLICA
02	CAMERA DIGITAL
01	SUCATAS DIVERSAS DE PEÇAS
165	TOTAL DOS ITENS

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 24 de agosto de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

**LISTA DE BENS MÓVEIS  
FERRO MISTO**

QUANTIDADE	BENS MÓVEIS
03	BANCO EM FERRO
02	ESTANTE DE FERRO
05	SUPORTE PARA SORO
15	SUPORTE EM FERRO PARA TV
03	BALANÇA FERRO
02	BERÇO EM FERRO
03	SUPORTE DE MESA DE PING PONG
01	DESCASCADOR INDUSTRIAL
34	TOTAL DOS ITENS

**LISTA DE BENS MÓVEIS  
LOUÇA DE BANHEIRO/PIA**

QUANTIDADE	BENS MÓVEIS
09	JOGOS DE PIA
01	VASO SANITÁRIO
03	CUBA MASCULINA
13	TOTAL DOS ITENS

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 24 de agosto de 2017.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

**LEI 7.432 AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO  
ADICIONAL ESPECIAL**

LEI N. 7.432/2017

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 141.633,33 (CENTO E QUARENTA E UM MIL, SEISCENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA

E TRÊS CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

## TÍTULO I

### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica autorizada a alteração da Lei nº. 7.356, de 30 de dezembro de 2016, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o disposto no presente ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Especial na ordem de R\$ 141.633,33 (Cento e quarenta e um mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), objetivando a aquisição de um veículo para a estruturação da rede de serviços de proteção social especial em conformidade com o disposto no Termo de Convênio nº. 827807/2016 celebrado com o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO e o Plano de Aplicação aprovado entre as partes.

### CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica autorizada a alteração da Lei nº. 7.357, de 30 de dezembro de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 141.633,33 (Cento e quarenta e um mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), com o intuito de promover a aquisição de um veículo para a estruturação da rede de serviços de proteção social especial em conformidade com o disposto no Termo de Convênio nº. 827807/2016 celebrado com o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO e o Plano de Aplicação aprovado entre as partes.

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica autorizada a alteração da Lei nº. 7.358, de 30 de dezembro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 141.633,33 (Cento e quarenta e um mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), objetivando a aquisição de um veículo para a estruturação da rede de serviços de proteção social especial em conformidade com o disposto no Termo de Convênio nº. 827807/2016 celebrado com o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO e o Plano de Aplicação aprovado entre as partes ajustadas.

### CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 141.633,33 (Cento e quarenta e um mil, seiscentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), na matéria orçamentária em execução em conformidade com o disposto a seguir:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
01 – GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO  
04.122.0021.1.976 – Aquisição de um veículo para estruturação da rede de serviços de proteção social especial.  
4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 41.633,33

4.4.90.00.00.00.00.1097 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
Total R\$ 141.633,33

Art. 5º Para o atendimento parcial do Crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a promover a redução parcial da seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada e constante da mesma matéria orçamentária em execução.

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
04.122.0043.1.002 - Aquisição de Equipam.e Material Perman.p/o Gabinete  
3 – 4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 41.633,33

Art. 6º Para o atendimento complementar do crédito determinado no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a utilização dos recursos do provável excesso de arrecadação oriundo de transferência de recurso financeiro proveniente do Termo de Convênio nº. 827807/2016 celebrado com o MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO, na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §§ 1º, II e 3º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em, 24 de agosto de 2017.  
WILSON TREVISAN  
Prefeito Municipal

ALFREDO SPIER  
Secretário de Administração  
Nélio Dariva Pires de Lima  
Advogado Assessor Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos demais órgãos oficiais do Município em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess  
Assessoria Especial

**PROCESSO Nº 189/2017 - PREFEITURA**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 189/2017  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 07/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Inexigibilidade de Licitação tendo como objeto: Contratação de empresa para cessão de uso de software tendo por objeto a implantação, consolidação e publicação on-line dos atos oficiais de efeito externo do Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA – EPP. Valor Total de R\$ 7.200,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006. São Miguel do Oeste – SC, 25 de agosto de 2017.  
ALFREDO SPIER  
Secretário Municipal de Administração

**PROCESSO Nº 72/2017 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 72/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 09/2017

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Gestor, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto aquisição de medicamentos necessários para atendimento de pacientes junto a Unidade de Pronto Atendimento Leonardo Weissheimer – UPA 24 hs, do Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA. Valor Total de R\$ 602,48. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 25 de agosto de 2017.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

**PROCESSO Nº 73/2017 - SAÚDE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 73/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 10/2017

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Gestor, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto aquisição de medicamentos necessários para atendimento de pacientes junto a Unidade de Pronto Atendimento Leonardo Weissheimer – UPA 24 hs, do Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Valor Total de R\$ 630,50. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 25 de agosto de 2017.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 061/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 - Fone: (48)3277-0122 www.pmspa.sc.gov.br administração@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 061/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado INTELVOICE TECNOLOGIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob N.º 09.286.986/0001-82, com sede a Rua Daniela, n.º. 16, Bela Vista – São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

Este contrato tem como objeto a contratação de mão de obra técnica para configuração dos ramais da prefeitura na central telefônica e instalação de uma linha telefônica na sala do prefeito.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor total de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

O preço contratado poderá ser reajustado de acordo entre ambas as partes.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 08/05/2017.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de maio de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

INTELVOICE TECNOLOGIA  
LTDA ME Contratado

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 064/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 - Fone: (48)3277-0122 www.pmspa.sc.gov.br administração@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 064/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LUIZ FERNANDO COSTA JUNIOR, portador do RG: 3.524.408, inscrito no CPF sob nº. 586.555.069-15, Pis 122.23931.45-8, residente a Rua Arnaldo Alfredo Stahelin, nº 507 – Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de pintura no para-choque dianteiro, para-choque traseiro, para-lama lado direito, porta traseira esquerda, porta dianteira esquerda, lateral traseiro esquerdo, caixa ar esquerda, maçaneta dianteira direita e polimento geral do veículo Ford Fiesta de placas MHG4487.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 18/05/2017 a 23/05/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2. As despesas com o deslocamento e ferramentas utilizadas

serão de responsabilidade do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de maio de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	LUIZ FERNANDO COSTA JUNIOR Contratado
---	---

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 068/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 068/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE - SENAT, inscrito no CNPJ sob nº. 73.471.963/0056-10, com sede a Avenida Max Schramm, nº 3635, Jardim Atlântico, Florianópolis/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para ministrar Curso de Especialização para condutores de veículos de transporte escolar, para os servidores listados:

- Jânio da Silva;
- Fernando Martins Medeiros;
- Djenier da Silva Rodrigues.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 17/06/2017 a 15/07/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas às exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na

Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de maio de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE - SENAT
Prefeito Municipal	Contratado

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 069/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 - Fone: (48)3277-0122 www.pmspa.sc.gov.br administração@pmspa.sc.gov.br
--

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 069/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado RODRIGO SCHEIDT DE CASTILHO, portador do RG: 4.979.849, inscrito no CPF sob nº. 011.276.179-82, Pis 131.34170.72-7, residente a Rua Irineu Manoel Albino, nº 114 – Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de limpeza e capinação do meio fio junto a Rua Geral Santa Teresa, da Gruta até Mercado Hames, bem como toda a Ciclovia no bairro Santa Teresa – São Pedro de Alcântara.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 30/05/2017 a 09/06/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2. As despesas com o deslocamento e ferramentas utilizadas serão de responsabilidade do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 30 de maio de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	RODRIGO SCHEIDT DE CASTILHO Contratado
---	---

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 070/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 070/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ACQUATEC DESENTUPIDORA, inscrito no CNPJ sob nº. 03.338.971/0001-34, com sede a Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 721, Jardim Atlântico - Florianópolis/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de limpeza e sucção de 13,8 m³ de fossa no CEI Professora Leonida Vieira Francener.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 3.008,40 (três mil e oito reais e quarenta centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 31/05/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer

momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 31 maio de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	ACQUATEC DESENTUPIDORA Contratado
---	--------------------------------------

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 072/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 072/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado MÁRIO NORBERTO HOFFMANN, portador do RG. 1.379.539, inscrito no CPF sob nº. 463.582.269-91, Pis/Pasep 108.64716.95-5, residente a Rua Geral da Vila Hoffmann, Vila Hoffmann, São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de conserto de um mini-poço artesiano junto a Escola Professor Augusto Schnitzler, localizada no bairro Santa Filomena neste município.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 188,00 (cento e oitenta e oito reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 05/06/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer

momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de junho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN MÁRIO NORBERTO HOFFMANN  
Prefeito Municipal Contratado

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 074/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 074/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. MOACIR JUNKES, residente a Rua José Matias Junckes, nº 1146, Vila Junckes, São Pedro de Alcântara/SC, portador do RG: 2.502.569, inscrito no CPF sob nº. 802.686.179-53, Paspel nº 121.47608.582, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de mão de obra para construção de um muro de arrimo com extensão de 12 x 1,00 metros em propriedade de Ana Paula Veber, residente na Servidão Eugênio Ferreira da Silva, nº 36, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 2.145,00 (dois mil cento e quarenta e cinco reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 20/06/2017 a

05/07/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de junho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN MOACIR JUNKES  
CONTRATANTE CONTRATADO

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 076/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 076/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado RICARDO ALEXANDRE GABRIEL E CIA LTDA – EPP, inscrito no CNPJ sob nº. 09.278.438/0002-91, com sede a Rua São Leopoldo, nº 32, Auriú – Palhoça/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a locação de 04 (quatro) cabines sanitárias portáteis masculinas, 05 (cinco) cabines sanitárias portáteis femininas e 01 (uma) cabine sanitária portátil modelo cadeirante, para o 7º Encontro de Trilheiros, que acontecerá no dia 18/06/2017, no centro de São Pedro de Alcântara.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de 990,00 (novecentos e noventa reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 18/06/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 12 de junho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	RICARDO ALEXANDRE GABRIEL E CIA LTDA – EPP Contratado
---	---

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 078/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 078/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a locação de equipamentos de som para a 2ª Etapa Catarinense de Karatê, que acontecerá no dia 17/06/2017 das 08:00h as 17:00h, nas dependências do Ginásio de Esportes de Santa Teresa – São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 17/06/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de junho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	NENEM SOM Contratado
---	-------------------------

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 079/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 079/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado SINERGIA SISTEMA DE ENSINO – INSTITUTO SINERGIA DE EXTENSÃO E PÓS GRADUAÇÃO, inscrito no CNPJ sob nº. 07.570.265/0001-74, com sede a Avenida Prefeito Cirino Adolfo Cabral, 199, São Pedro – Navegantes/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para capacitar através de formação, os profissionais da rede de ensino do Município, através de temáticas como:

- O Lúdico, o jogo, o brinquedo e a brincadeira na educação da infância; (Educação Infantil)
- Estratégias para trabalhar as disciplinas. Recuperação paralela. (Ensino Fundamental)

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 19/07/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia

expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de junho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	SINERGIA SISTEMA DE ENSINO Contratado
---	--

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 080/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 - Fone: (48)3277-0122 <a href="http://www.pmspa.sc.gov.br">www.pmspa.sc.gov.br</a> <a href="mailto:administracao@pmspa.sc.gov.br">administracao@pmspa.sc.gov.br</a>
---

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 080/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LUIZ FERNANDO COSTA JUNIOR, portador do RG: 3.524.408, inscrito no CPF sob nº. 586.555.069-15, Pis 122.23931.45-8, residente a Rua Arnaldo Alfredo Stahelin, nº 507 – Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de pintura no para-lama lateral esquerdo, retoque em volta do para-brisa direito do veículo Fiat Uno de placas MEF3805.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 1.021,00 (um mil e vinte e um reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 19/07/2017 a 23/07/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

5.2. As despesas com o deslocamento e ferramentas utilizadas serão de responsabilidade do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de junho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	LUIZ FERNANDO COSTA JUNIOR Contratado
---	---

## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 084/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122  
[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) – [gabinete@pmspa.sc.gov.br](mailto:gabinete@pmspa.sc.gov.br)

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 084/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. MO-ACIR JUNCQUES, residente a Rua José Matias Juncques, nº 1146, Vila Juncques, São Pedro de Alcântara/SC, portador do RG: 2.502.569, inscrito no CPF sob nº. 802.686.179-53, Pasp nº 121.47608.582, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO

1.1. Este contrato tem como objeto à contratação de mão de obra para reforma de 02 (dois) banheiros existentes no cemitério Municipal em São Pedro de Alcântara.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 17/07/2017 a 21/07/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 13 de julho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN MOACIR JUNCKES  
CONTRATANTE CONTRATADO

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 085/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 085/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ELISEU DE PAULA NERES, portador do RG. 2.406.142, inscrito no CPF sob nº. 714.401.609-10, Pis/Pasep 123.20590.99.6, residente a Rua Walter Becker, Colônia Santana, São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de sonorização para a Festa Julina dos grupos organizados do município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 372,00 (trezentos e setenta dois reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas 01 (um) dia, ou seja, 19/07/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de julho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN ELISEU DE PAULA NERES

Prefeito Municipal Contratado

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 087/2017

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 087/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ELTON HARRISSON ESTEFANSKI, inscrito no CNPJ sob nº. 21.173.852/0001-50, com sede a Rua Aristóteles, nº 135, Barreirinha – Curitiba/PR, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de cronometragem eletrônica para a Corrida 21Km Trilha das Bruxas, a ser realizada no dia 23/07/2017 em São Pedro de Alcântara.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 23/07/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO

assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 21 de julho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	ELTON HARRISSON ESTE- FANSKI Contratado
---	---

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 089/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 089/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado DIEGO FERNANDO DA SILVA, portador do RG: 3.771.051, inscrito no CPF sob nº 005.260.469-10, residente a Rua João Leopoldo Reitz, nº. 213, Centro – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de criação e arte do material de divulgação da Oktobertanz sendo, Cartaz, Flyer, Convite, Envelope, Ingressos e Tickets de bebidas.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 418,00 (quatrocentos e dezoito reais).

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 24/07/2017 a 26/07/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de julho 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN      DIEGO FERNANDO DA SILVA  
Prefeito Municipal      Contratado

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 090/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 090/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado DIEGO FERNANDO DA SILVA, portador do RG: 3.771.051, inscrito no CPF sob nº 005.260.469-10, residente a Rua João Leopoldo Reitz, nº. 213, Centro – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de criação e arte do material gráfico " Destinação final de embalagens vazias de agrotóxico, Flyer de 4 páginas, tamanho aberto A4".

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 187,00 (cento e oitenta sete reais).

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de apenas um dia, ou seja, 27/07/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de julho 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN      DIEGO FERNANDO DA SILVA  
Prefeito Municipal      Contratado

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 091/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 091/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante

denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado MARLI TEREZINHA COELHO STÄHELIN, residente no Município de São Pedro de Alcântara/SC, inscrita no CPF sob nº. 016.979.059-27, PIS 1.169.487.139.2, doravante denominado CONTRATADA, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de costureira para confeccionar 10 (dez) coletes masculinos e 01(um) blusa feminina, para o Grupo Juvenil de danças Folclóricas Germânicas de São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará a CONTRATADA pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.030,00 (um mil e trinta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 24/07/2017 a 04/08/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 julho de 2017.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 092/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 092/2017**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado SJR ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ: 12.730.429/0001-13, com sede a Rua Jardim Esperança, nº. 55 - Centro – Antônio Carlos/SC, doravante

denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de gerenciamento técnico, premiação do 1º ao 4º colocado, backdrop, cerimonial de premiação, premiações individuais, site e fan pages do evento CIRCUITO SERRAMAR FUTSAL onde haverá a participação da equipe de São Pedro de Alcântara nos meses de agosto e setembro de 2017, categoria adulto masculino.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais). Neste valor já estão inclusos despesas com transporte, despesas fiscais e outros.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 02/08/2017 a 30/09/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN SJR ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO Prefeito Municipal DE EVENTOS ESPORTIVOS LTDA

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 093/2017**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 093/2017**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado LUIZ JOSÉ DA SILVA, residente no Município de Aguas Mornas/SC, inscrito no CPF sob nº. 477.652.759-68, PIS 12052902890, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de pessoa

especializada para a confecção de um Engenho em miniatura conforme especificações abaixo:

· A Madeira usada para confecção da miniatura ou réplica do engenho será eucalipto tratado para a mesa e madeira do norte para a confecção das peças do engenho;

· O tamanho da mesa será de 2 metros de comprimento, por 1,5 metros de largura e por 90 cm de altura, sendo que as peças do engenho serão distribuídas uniformemente sobre a mesa.

1.2. O objeto deste contrato deverá ser entregue e montado na Casa da Cultura, localizada no centro de São Pedro de Alcântara.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará a CONTRATADA pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), em até 05 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal junto ao setor de Contabilidade.

2.2. Caso a PREFEITURA desista da compra, deverá pagar ao CONTRATADO 30% sobre o valor total do produto.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 07/08/2017 a 31/12/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de agosto de 2017.

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 096/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 096/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Maria Salum Silva, nº 78, Caveiras – Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a locação de equipamentos de som e palco, para apresentação do desfile cívico em homenagem ao dia da Pátria que será realizado no dia 03/09/2017, sendo 01

mesa de 12 canais, 02 microfones sem fio, 02 pedestais para microfones, 01 CD player para execução do Hino Nacional, 06 caixas de 500W, 06 pedestais para caixa, palco 5x4m, cabos e mão de obra técnica, transporte incluso dos equipamentos para o evento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), neste valor já está incluso a despesa com transporte dos equipamentos até o evento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 03/09/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	NENEM SOM Contratado
---	-------------------------

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 097/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 097/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 08.971.900/0001-98, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado DIEGO FERNANDO DA SILVA, portador do RG: 3.771.051, inscrito no CPF sob nº 005.260.469-10, residente a Rua João Leopoldo Reitz, nº. 213, Centro – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de Redesenho da Arte para camisetas da campanha: Setembro Amarelo – Mês de Prevenção ao Suicídio.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor total de R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de apenas um dia, ou seja, 15/08/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de agosto 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN DIEGO FERNANDO DA SILVA  
Prefeito Municipal Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 098/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 098/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ZAPTA LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº. 17.160.818/0001-74, com sede a Avenida Madre Benvenuta, nº 908, Santa Mônica – Florianópolis/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para filmagem e gravação da 1ª reunião pública sobre a nova rede metropolitana de transporte coletivo com duração de 03 horas e entrega de todo material em mídia.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 15/08/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	ZAPTA LTDA – ME Contratado
---	-------------------------------

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 099/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 099/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ARTS-TAMP COMERCIO DE CAMISETAS E SERVIÇOS DE SERIGRAFIA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. 06.745.668/0001-44, com sede a Rua Iano, nº 592, Barreiros – São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para estampar 60 flâmulas com águias para a 15ª Oktoberfest que acontecerá nos dias 23 e 24 de setembro de 2017 no município de São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 16/08/2017 a 15/09/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	ARTSTAMP COMERCIO DE CAMISETAS E SERVIÇOS DE SERIGRAFIA LTDA Contratado
---	--

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 100/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 100/2017

Contrato que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA e de outro lado a Sra. MARIA DE FÁTIMA SCHMITT SILVEIRA, inscrita no CPF sob nº. 818.431.359-49, Pis/Pasep nº. 111.23243.19-5, residente e domiciliada a Rua Iolanda Vieira da Silva, nº 90, Centro – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominada CONTRATADA sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO.

Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de mão de obra para lavar e passar as 51 flâmulas pertencentes ao município, para serem usadas na 15ª Oktobertanz que acontecerá nos dias 23 e 24 de setembro.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

O Contratante pagará a contratada pela prestação de serviço definido no objeto deste contrato, o valor total de R\$ 565,00 (quinhentos e sessenta e cinco reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O prazo de vigência deste contrato será de 17/08/2017 a 28/08/2017.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas

as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 17 de agosto de 2017.

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 101/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 101/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado VIGISOL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, inscrito no CNPJ sob nº. 79.929.774/0001-51, com sede a Rua Joaquim Souza Lobo, nº 547, Ponte Imaruim – Palhoça/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a Contratação de serviço de agentes de segurança a serem executados nos dias 23 e 24 de setembro de 2017, conforme segue: dia 23/09 – horário das 20:00 as 03:00 hs, 05 agentes – sendo 01 feminino (4 +1); dia 24/09 – horário 08:00 as 19:00 hs 10 agentes – sendo 02 femininos (8 + 2). No valor acima, está incluso, deslocamento dos agentes, alimentação, água e impostos.

1.2. Dia 23 – 02 agentes deverão prestar serviço de apoio no estacionamento no horário das 20:00 as 03:00 hs - Dia 24 – 02 agentes deverão prestar serviço de apoio no estacionamento no horário das 08:00 as 19:00 hs

1.3. Todos os agentes deverão estar devidamente uniformizados e treinados de acordo com a legislação vigente. Os materiais e equipamentos necessários a execução dos serviços, serão de responsabilidade do contratado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 2.667,00 (dois mil seiscentos e sessenta sete reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 23/09/2017 a 24/09/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 22 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	VIGISOL VIGILÂNCIA PATRI- MONIAL Contratado
---	---

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 102/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 102/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NOVA OPÇÃO SERRALHERIA ME LTDA, inscrito no CNPJ sob nº. 12.672.290/0001-07, com sede a Rua Antônio José Zimmermann, nº 21, Santa Teresa – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a Contratação de empresa especializada para recuperação do alambrado do ginásio de Boa Parada, solda e consertos em geral, e conserto da porta esteira de entrada do ginásio;

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 23/08/2017 a 25/08/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº 8.666/1993.

### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	NOVA OPÇÃO SERRALHERIA ME LTDA Contratado
---	---

## **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 103/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 103/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado INSTALADORA HAMES, inscrito no CNPJ sob nº. 24.143.846/0001-49, com sede a Rua Bertoldo Hames, nº 2852, Cubatão – São Pedro de Alcântara/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto a locação de um grupo gerador stemac, linha diesel, montado em contêiner, com potência de 83/75 kVa – 66 / 60 kEe (emergência / principal), trifásico, com fator de potência 0,8, na tensão de 380 / 220 Vca em 60 Hz, para funcionamento singelo e automático, composto de:

- MOTOR;
- GERADOR;
- BASE METÁLICA;
- COMANDO;
- FORÇA;
- ACESSÓRIOS;
- CONTAINER;
- DIVERSOS.

Conforme proposta em anexo, para a 15ª OKTOBERTANZ que acontecerá nos dias 23 e 24 de setembro de 2017.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais).

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 23/09/2017 a 24/09/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº 8.666/1993.

### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito

privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 25 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	INSTALADORA HAMES Contratado
---	---------------------------------

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 062/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 062/2017**

Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado SERRALHERIA TRIERVEILER, com sede em Boa Parada – São Pedro de Alcântara/SC, inscrita no CNPJ: 21.267.346/0001-20, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

##### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1- Este contrato tem como objeto à confecção e fixação de 03 mastros para hasteamento de bandeiras no prédio da Prefeitura.

##### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido na cláusula primeira, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais).

##### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

##### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 10/05/2017 a 19/05/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

##### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

##### **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 10 de maio de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN SERRALHERIA TRIERVEILER  
Prefeito Municipal Contratado

### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 065/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 065/2017**

Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado HCL REFRIGERAÇÃO LTDA - ME, com sede na Rua João Henrique Pauli, 385, Centro – Antônio Carlos/SC, inscrita no CNPJ: 27.244.952/0001-07, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

##### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1- Este contrato tem como objeto à contratação de empresa especializada para conserto de um freezer pertencente a Escola Básica Professor Augusto Schnitzler em Santa Filomena – São Pedro de Alcântara.

##### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido na cláusula primeira, o valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais).

##### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

##### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 18/05/2017 a 19/05/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

##### **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

##### **CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 18 de maio de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN HCL REFRIGERAÇÃO LTDA - ME  
Prefeito Municipal Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 073/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 073/2017**

Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado PRAXIS SERVIÇOS AUXILIARES A EDUCAÇÃO LTDA - ME, com sede Rua Criciúma, 167 – Centro – Itajaí/SC, inscrita no CNPJ: 18.749.746/0001-68, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1- Este contrato tem como objeto a contratação de 08 (oito) horas de Consultoria Técnica para desenvolvimento de Formação de Profissionais do Magistério junto à rede de ensino do município de São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido na cláusula primeira, o valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 18/07/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 06 de junho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

PRAXIS SERVIÇOS AUXILIARES A EDUCAÇÃO LTDA - ME  
Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 077/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 077/2017**

Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado SERRALHERIA TRIERVEILER, com sede em Boa Parada – São Pedro de Alcântara/SC, inscrita no CNPJ: 21.267.346/0001-20, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1- Este contrato tem como objeto a contratação de mão de obra especializada para serviços de solda na escavadeira hidráulica Caterpillar, pertencente a Secretaria de Obras.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido na cláusula primeira, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 14/06/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 13 de junho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

SERRALHERIA TRIERVEILER

Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 081/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 081/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. EVANDRO NANDI, inscrito no CPF nº. 055.093.649-12, residente a Rua Valdemar Rufino da Silva, 1545, Barreiros, São José/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1. Este contrato tem como objeto à prestação de serviço de conserto e aferição do placar eletrônico do ginásio de esportes Alfredo Stähelin em Boa Parada – São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 1.469,00 (um mil quatrocentos e sessenta e nove reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1. O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1. O prazo de vigência deste contrato será no período de 29/06/2017 a 01/07/2017.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº. 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de junho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	EVANDRO NANDI Contratado
---	-----------------------------

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 086/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 086/2017**

Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado SERRALHERIA TRIER-VEILER, com sede em Boa Parada – São Pedro de Alcântara/SC, inscrita no CNPJ: 21.267.346/0001-20, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1- Este contrato tem como objeto a contratação de mão de obra especializada para serviços de solda no Trator Agrícola, e na cadeira do Chefe de Gabinete.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido na cláusula primeira, o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 21/07/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 21 de julho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN      SERRALHERIA TRIERVEILER

Prefeito Municipal      Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 088/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 088/2017**

Contrato que entre si celebram O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado SERRALHERIA TRIERVEILER, com sede em Boa Parada – São Pedro de Alcântara/SC, inscrita no CNPJ: 21.267.346/0001-20, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1- Este contrato tem como objeto a contratação de mão de obra especializada para serviços de confecção de roldanas e solda de suporte para balanços existentes na Praça Pública no bairro de Santa Teresa – São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido na cláusula primeira, o valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 24/07/2017 a 28/07/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 24 de julho de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN      SERRALHERIA TRIERVEILER

Prefeito Municipal      Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 094/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 094/2017**

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Senhor RODRIGO BITTENCOURT, residente A Rua Manoel F de Melo, Forquilha – São José/SC, portador do CPF nº 019.853.679-80, do RG nº 3.758.467, PIS/Pasep nº 125.49152.044-01, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO:**

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de regência da Fanfarra Municipal FAMUSPA, a ser realizado junto a Escola Dr. Adalberto Tolentino de carvalho.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido na cláusula primeira, o valor de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de 07/08/2017 a 06/09/2017.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, 07 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN      RODRIGO BITTENCOURT  
CONTRATANTE              CONTRATADO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 095/2017****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 095/2017**

Contrato que entre si celebram o Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Sr. LUIZ ADGILSON FREITAS SOMBRA, portador do RG: 5.623.778, inscrito no CPF sob nº. 210.066.013.68, Pis/Pasep 10877053054, residente a Rua Joaquim Vieira Padilha, nº 315– São José/SC, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO**

Este contrato tem como objeto ensinar a arte marcial do Karatê, para os munícipes de São Pedro de Alcântara que tenham vontade de aprender.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) mensais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste contrato será de 08/08/2017 a 06/10/2017.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

O Contratado fica obrigado:

- A prestar os serviços definidos no objeto deste contrato;
- Ensinar e reger o Grupo de Karatê, por três dias por semana;
- Sempre comparecer nos eventos quando solicitado pela Prefeitura;
- E outras obrigações vinculadas ao presente objeto.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 08 de agosto de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

LUIZ ADGILSON FREITAS SOMBRA

Prefeito Municipal

Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 063/2017****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 063/2017**

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. EDSON GUILHERME EGER, residente a Rua Geral Barro Branco, s/nº – São Pedro de Alcântara/SC, inscrito no CPF sob nº. 088.683.659-01, Pis/Pasep 200.55322.35-7, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de instrutor para atuar com o Grupo Folclórico Infante Juvenil do Município de São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de R\$ 499,50 (quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) mensais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado será reajustado conforme acordo entre as partes.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste Contrato será de 10/05/2017 a 30/12/2017.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

O Contratado fica obrigado:

- A prestar os serviços definidos no objeto deste contrato;
- Ensinar e reger o Grupo Folclórico Infante Juvenil, um sábado por mês;
- Sempre comparecer nos eventos quando solicitado pela Prefeitura;
- E outras obrigações vinculadas ao presente objeto.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 10 de maio de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

EDSON GUILHERME EGER  
Contratado

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 066/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 066/2017

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. DIEGO FERNANDO EGER, residente a Rua Geral Barro Branco, nº 4 – São Pedro de Alcântara/SC, inscrito no CPF sob nº. 082.301.099-66, Pis/Pasep 200.55322.28-4, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto a prestação de serviços de instrutor para atuar com o Grupo Folclórico Infante Juvenil do Município de São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela realização dos serviços definidos no objeto deste contrato, o valor de R\$ 499,50 (quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) mensais.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado será reajustado conforme acordo entre as partes.

**CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste Contrato será de 18/05/2017 a 30/12/2017.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

O Contratado fica obrigado:

- A prestar os serviços definido no objeto deste contrato;
- Ensinar e reger o Grupo Folclórico Infante Juvenil, um sábado por mês;
- Sempre comparecer nos eventos quando solicitado pela Prefeitura;
- E outras obrigações vinculadas ao presente objeto.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 18 de maio de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	DIEGO FERNANDO EGER Contratado
---	-----------------------------------

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 052/2017, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA FABIANA ROSA OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM - ESF.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 052/2017, CELEBRANDO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA FABIANA ROSA OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM - ESF.

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FABIANA ROSA, brasileira, União Estável, inscrita no CPF sob nº 035.907.489-82, residente e domiciliada a Rua Mathias Leopoldo Hoffmann, s/nº. – Fojoca, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 052/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 052/2017 até 30/12/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 28 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO                      CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 053/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA GRACIANE MULLER DE CASTRO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 053/2017, CELEBRANDO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA GRACIANE MULLER DE CASTRO OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA II.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora GRACIANE MULLER DE CASTRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 044.599.559-97, residente a Rua Francisco Antônio da Silva, nº. 19067, Sertão do Maruim, São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2016, conforme as disposições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 053/2017, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 053/2017 até 18/12/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 28 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO                      CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

# Schroeder

## PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 91/2017-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 91/2017-PMS

PROCESSO Nº. 176/2017-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material para utilização no atendimento de projeto interagir ludicamente para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de setembro de 2017 às 08h45min.

Abertura do Processo: 26 de setembro de 2017 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 28 de agosto de 2017.

Adriano Kath

Prefeito Municipal em exercício

**DECRETO Nº 4.217/2017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 4.217/2017 de 24 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0064 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 10.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de agosto de 2017.

ADRIANO KATH

Prefeito Municipal e.e.

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**DECRETO Nº 4.218/2017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 4.218/2017 de 24 de agosto de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 70.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

06.02.25.752.3003.2.310 - Manutenção da Iluminação Pública

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0008 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 54.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.35.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Serviços de Consultoria R\$ 70.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de agosto de 2017.

ADRIANO KATH

Prefeito Municipal e.e.

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 009/2017 - PROCON**

DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER – PROCON

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 009/2017

PROCON-SCHROEDER, sito à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro, Schroeder; SC, através da Diretora, Nadiete Albino Marcilio, com fundamento no artigo 42, §2º do Decreto Federal 2.181/97, faz saber que perante esse órgão, tramita a reclamação nº 050/2016, tendo como Consumidor Denilson dos Santos, inscrito no CPF sob nº 060.083.679-79 e Fornecedor Antonio Marcos Bezerra, inscrito (a) no CPF sob o nº 004.270.229-16. Por este Edital fica INTIMADA a reclamada Antonio Marcos Bezerra para: tomar ciência do valor estimado a renda bruta mensal no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) com fundamentação legal no §2º do art.47, do Decreto Municipal 2.139/2010. Assim sendo, na conformidade do mesmo parágrafo do artigo 47, abre-se o prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação para a reclamação, querendo, impugnar o valor arbitrado, mediante comprovação documental idônea. E para que chegue ao conhecimento do interessado e não alegue ignorância, mandou passar o presente Edital que será afixado no mural do PROCON-SCHROEDER, disponibilizado no link do PROCON-Schroeder inserido dentro do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Schroeder e publicado uma vez no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Eu, Oclânia de Souza Todão, que fiz digitar e NADIETE ALBINO MARCILIO, Diretora do PROCON, assina o presente. Schroeder, 25 de agosto de 2017.

Nadiete Albino Marcilio

PROCON – Schroeder/SC

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 105/2017-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 105/2017-PMS

Tomada de Preços nº. 07/2017-PMS - Processo nº. 120/2017-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: AGROCAP CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.332.583/0001-00,

com sede na Rua Dom Pedro II, 987, Bairro São Sebastião, na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.900-00. Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de elaboração de projetos executivos para pavimentação asfáltica de ruas urbanas do Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de aproximadamente 6.773,00 metros lineares, conforme ANEXO VIII – TERMO REFERÊNCIA.

Valor do contrato: R\$ 71.116,50 (setenta e um mil cento e dezesseis reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 25/08/2017 – Vigência: 31/12/2017

Adriano Kath - Prefeito Municipal em Exercício

#### **PORTARIA Nº 7.187/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº. 7.187/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor, Sr. João Antonio Silveira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de agosto de 2017.

ADRIANO KATH

Prefeito Municipal e.e.

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº 7.188/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº. 7.188/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Flávia Roberta de Souza, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de agosto de 2017.

ADRIANO KATH

Prefeito Municipal e.e.

ORLANDO TECILLA

Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

#### **PORTARIA Nº 7.189/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.**

PORTARIA Nº7.189/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1o Nomear o Senhor Otoniel da Silva, Arquiteto Urbanista, inscrito no CPF sob o nº003.963.009-95, CAU nºA60922-6, como responsável pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução de construção de uma lavanderia na parte externa da Unidade Básica de Saúde Rio Hern (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 9,15m² de área, neste Município, de acordo com as especificações no Contrato nº. 21/2017 – FMS, Processo de Licitação nº.36/2017 – FMS, Tomada de Preços nº. 02/2017 – FMS – empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 25 de agosto de 2017.

ADRIANO KATH

Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

### **TERMO ADITIVO Nº. A32/2017 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A32/2017 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 67/2017-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal em exercício, o Senhor Adriano Kath, e,

CONTRATADA: FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 20.985.955/0001-52, estabelecida na Rua Nacar, nº 153, Guanabara, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.207-200, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Renan Sismer Maurício, inscrito no CPF sob o nº. 087.134.269-31.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 67/2017-PMS, celebrado em 29 de maio de 2017, proveniente Contrato nº. 67/2017-PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 03/2017-PMS, Processo nº. 40/2017-PMS, para contratação de empresa especializada para execução de reforma na estrutura do Jardim de Infância Abelhinha Feliz (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), sendo 147,04m² de área no Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, frente ao aditivo no valor de R\$ 15.946,23 (quinze mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos), conforme parecer do setor de engenharia em anexo.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 65, I, B da Lei Federal nº 8.666/93, c/c parecer do diretor de engenharia de nº 17/2017, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SC A60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo, conforme parecer em anexo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal em exercício de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 aditivado ao contrato o valor de R\$ 15.946,23 (quinze mil, novecentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 105.839,21 (cento e cinco mil, oitocentos e trintas e nove reais e vinte e um centavos).

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 67/2017-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 25 de agosto de 2017.

CONTRATADA:

FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. – ME

Renan Sismer Maurício

CPF nº. 087.134.269-31

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
Adriano Kath  
Prefeito Municipal em exercício  
**T E S T E M U N H A S:**

1ª

Nome: Ivandra de Souza  
CPF nº. 047.563.299-00

2ª

Nome: Daniela Samulescki  
CPF nº. 053.350.739-18

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2017-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2017-PMS

O Prefeito Municipal em Exercício, Adriano Kath, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 07/2017-PMS, PROCESSO Nº. 120/2017-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de elaboração de projetos executivos para pavimentação asfáltica de ruas urbanas do Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de aproximadamente 6.773,00 metros lineares, conforme ANEXO VIII – TERMO REFERÊNCIA.

Vencedor: AGROCAP CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.332.583/0001-00, com sede na Rua Dom Pedro II, 987, Bairro São Sebastião, na cidade de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.900-00.

Valor da proposta vencedora: R\$ 71.116,50 (setenta e um mil cento e dezesseis reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 25/08/2017 – Vigência: 31/12/2017

Adriano Kath - Prefeito Municipal em Exercício

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2017**

Página: 1/5

**2ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 72/2017-PMS**

**Número do Registro de Preços:** 67/2017      **Data do Registro:** 25/08/2017      **Válido até:** 25/08/2018  
**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus de caminhões e máquinas lotados na Secretarias de Obras e Serviços, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agri

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recapagem de pneu 1000 X 20 borrachudo radial.	UN	F.M. PNEUS LTDA (10362)		0	515,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)	VIPAL	0	518,0000	2
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	535,0000	3
			OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA (13678)	Vipal	0	543,0000	4
2	Recapagem de pneu 1400 X 24 garra normal (mdo niveladora),	UN	OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA (13678)	Vipal	0	1.268,0000	1
			F.M. PNEUS LTDA (10362)		0	1.270,0000	2
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)	VIPAL	0	1.280,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	1.288,0000	4
3	Recapagem de pneu 17,5 X 25 garra normal (carregadeira),	UN	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)	VIPAL	0	1.520,0000	1
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	1.523,0000	2
			OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA (13678)	Vipal	0	1.528,0000	3
			F.M. PNEUS LTDA (10362)		0	1.540,0000	4
4	Recapagem de pneu 12,5/60 X 24 (reto dianteiro),	UN	RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)	VIPAL	0	720,0000	1
			F.M. PNEUS LTDA (10362)		0	725,0000	2

Página: 2/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2017**

**Número do Registro de Preços: 67/2017      Data do Registro: 25/08/2017      Válido até: 25/08/2018**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus de caminhões e máquinas lotados na Secretarias de Obras e Serviços, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agri

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Recapagem de pneu 19,5 X 24 (retro traseiro)	UN	OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA (13678)	Vipal	0	777,0000	3
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	791,0000	4
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)	VIPAL	0	1.500,0000	1
			OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA (13678)	Vipal	0	1.505,0000	2
6	Recapagem de pneu 19,5 X 24 (arrozeteiro)	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	1.523,0000	3
			F.M. PNEUS LTDA (10362)		0	1.640,0000	4
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	1.360,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)	VIPAL	0	1.362,0000	2
7	Recapagem de pneu traseiro 23,1/26 (arrozeteiro),	UN	OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA (13678)	Vipal	0	1.375,0000	3
			F.M. PNEUS LTDA (10362)		0	1.395,0000	4
			RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	2.415,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)	VIPAL	0	2.418,0000	2
3			OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA (13678)	Vipal	0	2.435,0000	3
			F.M. PNEUS LTDA (10362)		0	2.490,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2017

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 67/2017		Data do Registro: 25/08/2017		Válido até: 25/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus de caminhões e máquinas lotados na Secretarias de Obras e Serviços, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agri					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Recapagem de pneu traseiro 18/4/30 (garra normal)	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	1.645,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)	VIPAL	0	1.650,0000	2
			OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA (13678)	Vipal	0	1.680,0000	3
			F.M. PNEUS LTDA (10362)		0	1.780,0000	4
9	Recapagem de pneu dianteiro 12,4 X 24 (garra normal)	UN	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA (10464)	Rubbernew	0	793,0000	1
			RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (11522)	VIPAL	0	795,0000	2
			OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA (13678)	Vipal	0	818,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2017

Número do Registro de Preços: 67/2017		Data do Registro: 25/08/2017		Válido até: 25/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus de caminhões e máquinas lotados na Secretarias de Obras e Serviços, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agri					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			F.M. PNEUS LTDA (10362)		0	890.0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 67/2017

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 67/2017		Data do Registro: 25/08/2017		Válido até: 25/08/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em serviço de recapagem de pneus de caminhões e máquinas lotados na Secretarias de Obras e Serviços, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agri							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2017

PROCESSO Nº 150/2017

- (10362) - F.M. PNEUS LTDA
- (10464) - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA
- (11522) - RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA
- (13678) - OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA

Schroeder, 25 de Agosto de 2017.

**ATA DA TOMADA DE PREÇOS 08 2017 PMS SEQUENCIA 2**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b>	
	<b>Nr.: 8/2017 - TP</b>	
	Processo Administrativo: 132/2017 Processo de Licitação: 13/07/2017 Data do Processo:	Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**  
**Número da ATA: 131/2017 (Sequência: 2)**

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de ampliação da Escola Municipal Professor Santos Tomaselli no Município de Schroeder/SC compreendendo uma área a construir de 470,87m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

A comissão reuniu-se após recebimento do recurso impetrado pela empresa OMVS CONTRUTORA LTDA-ME, devidamente protocolado no setor de licitações. Diante dos recursos impetrados, cancela-se a abertura das propostas comerciais marcada para o dia 28 de agosto de 2017, às 14h. Posteriormente, será enviada ata com nova data para continuação do certame. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata às empresas participantes, bem como recurso da empresa OMVS CONTRUTORA LTDA-ME.

Schroeder, 28 de Agosto de 2017

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- .....	- Presidente da Comissão de Licitação
Cezar Santos de Jesus	- .....	- Membro
Valderi Rocha de Camargo	- .....	- Membro
Walter Egidio Mukai	- .....	- Membro
Natália Kersten Brumuller	- .....	- Secretária
Diego Guilherme Lasta	- .....	- Membro Suplente
Ilmar José Pereira Borges Filho	- .....	- Membro Suplente

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 74/2017-PMS

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 66/2017**

**Número do Registro de Preços:** 66/2017      **Data do Registro:** 25/08/2017      **Válido até:** 25/08/2018

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em sonorização local e móvel para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	DESFILE CIVICO : 10 Caixas de som com 3 vias, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 2 Perfiteiros, 2 Amplificadores com Potências acima de 1000 RMS, 10 Suporte para caixa de som, 1 Mesa de som 12 Canais, 1 Caixa de som 3 vias monitor, 1 Microfone sem fio, 4 Microfone com fio, 2 Pedestal (Tribuna), Fiação Completa, 1 Técnico a disposição.	UN	EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	850,0000	1
2	SERVIÇO DE ÁUDIO FIXO E MÓVEL EM LOCAIS PRÉ DETERMINADOS: (1 Mesa de som 8 canais, 1 Pedestal Tribuna, 2 Caixas de som 3 vias com 500 RMS cada, 1 Amplificador de 1200 mms, 1 Equalizador, 2 Microfones com fio, 1 Microfone sem fio, 1 Processador de Efeitos, 1 Aparelho de Cd leitor MP3 e USB, 2 Pedestais para caixa de som, 2 Pedestais para microfone, Fiação Completa, Acompanhamento Técnico)	H	GERALITO ANTONIO DE ANDRADE 79497675968 (13414)		0	80,0000	1
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	81,0000	2
			L.J.V. EVENTOS LTDA - ME (13415)		0	129,0000	3
3	Serviço de sonorização móvel (Carro de som, com gravação de Spot)	H	GERALITO ANTONIO DE ANDRADE 79497675968 (13414)		0	17,8000	1
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	18,0000	2
5	PALCO COBERTO MEDINDO 10 m X 5 m x 0,70 cm COM ESCADA E GRADE DE PROTEÇÃO	UN	GERALITO ANTONIO DE ANDRADE 79497675968 (13414)		0	1.749,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 66/2017

Número do Registro de Preços: 66/2017		Data do Registro: 25/08/2017		Válido até: 25/08/2018			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em sonorização local e móvel para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EDSON LUIZ KAWER ME (10461)		0	1.750.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 66/2017

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 66/2017		Data do Registro: 25/08/2017		Válido até: 25/08/2018			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em sonorização local e móvel para a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2017

PROCESSO Nº 152/2017

- (10461) - EDSON LUIZ KAMER MIE
- (13414) - GERALITO ANTONIO DE ANDRADE 79497675968
- (13415) - L.J.V. EVENTOS LTDA - ME

Schroeder, 25 de Agosto de 2017.

**Seara****PREFEITURA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2017 - DISPENSA LICITAÇÃO Nº 030/2017**

Processo Licitatório nº 103/2017 - Dispensa de Licitação nº. 030/2017.

Objeto: Locação, instalação e desmontagem de sonorização.

Justificativa: Tradicionalmente é realizado o desfile cívico em comemoração ao dia da independência do Brasil, sendo necessária a presente locação para apresentações das entidades que estarão homenageando a pátria.

Fundamento Legal: lei n.º 8.666/93, art. 24, II.

Fornecedor: Embraeve – Empresa Brasileira de Promoções e Estruturas para Eventos – Eireli - ME

Valor: R\$ 5.500,00

Seara, SC, 23 de agosto de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 01 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 046/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 062/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 093/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2016

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº. 046/2016

Pregão Presencial nº. 062/2016

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Giaretta Pneus Ltda – ME, CNPJ n.º 82.708.660/0001-96, estabelecida na av. Paludo, n.º. 996, bairro São João, Seara, SC, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. Doraci Francisco Giaretta, brasileiro, casado, empresário, RG n.º. 1.874.728, CPF n.º. 592.394.259-34, residente e domiciliado na rua Pe. Anchieta, n.º. 265, centro, Seara, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis n.º. 8.666/93 e n.º. 10.520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pela Secretaria Municipal do Interior, fica acrescido a quantidade licitada do item abaixo:

- Item 3 – “recapagem de pneu 275/80 R 22,5”.

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 7.739,88 (sete mil, setecentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos) conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
3	75258	RECAPAGEM DE PNEU 275/80 R22,5, BORRACHUDO FRIO, COM NO MÍNIMO 20 MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO – MARCA TIPLER	UN	60	15	515,9923	7.739,88
TOTAL R\$							7.739,88

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 24/08/2017.

Edemilson Canale

Município de Seara

Contratante

Doraci Francisco Giaretta

Giaretta Pneus Ltda – ME

Contratada

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 167/2017

DECRETO Nº 167/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO, PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RONNY ROBERTO KUFNER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Municipal nº 498/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogada a licença sem remuneração, a pedido, do Servidor Público Municipal RONNY ROBERTO KUFNER, matriculado sob nº 707, ocupante do cargo efetivo de Fisioterapeuta, nível 50, do Grupo 5-TEC, 20 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Saúde, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. Esta licença fica prorrogada compreendendo o período de 01 de setembro de 2017 a 31 de agosto de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 25 de agosto de 2017.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI  
Secretário de Administração

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 0176/2017

DECRETO Nº 176, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE SUL BRASIL NO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2017.

ÉDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido PONTO FACULTATIVO, em todas as repartições públicas do Município de Sul Brasil, no dia 08 de setembro de 2017 em função feriado de Sete de Setembro.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,

25 de agosto de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento

### DECRETO 177/2017

DECRETO Nº 0177/2017 DE 28/08/2017

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.113/2016 de 22 de dezembro de 2016.

Artigo 1o – FICA o Setor de Contabilidade autorizado e efetuar o remanejamento de dotações orçamentárias nos (as) seguintes Projetos/ Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

#### DE:

05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00(21)	0.1.0.001064	Investimentos- Aplicações Diretas (1064)	R\$ 39.500,00

#### PARA:

05.01.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(14)	0.1.0.001064	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1064)	R\$ 39.500,00

Artigo 2o – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,

aos 28 de agosto de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER

CRC/SC 024848/O-0

# Tangará

## PREFEITURA

### **AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 130/2017 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 012/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Inexigibilidade de Licitação  
Processo Licitatório nº 130/2017  
Inexigibilidade de Licitação nº 012/2017  
TEXO Objeto SUBVENÇÃO SOCIAL À ORGANIZAÇÃO SOCIAL CIVIL (MORRO AGUDO MOTO CLUBE) CONFORME LEI MUNICIPAL 2.335/17.  
CONTRATANTE: Município de Tangará  
CONTRATADO: Morro Agudo Moto Clube  
CONTRATO (Termo de Fomento) Nº: 209/2017  
VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Tangará, 25 de agosto de 2017.  
Nadir Baú da Silva  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 074, DE 21 DE AGOSTO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

DECRETO Nº 074, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

#### **"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.298/16.

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 1.078,00 (Um mil e setenta e oito reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no presente exercício.

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E URBANISMO

Projeto 1021

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0149 Aplicações Diretas  
..... R\$ 1.078,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 21 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **DECRETO Nº 075, DE 22 DE AGOSTO DE 2017. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

DECRETO Nº 075, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

#### **"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com as Leis nºs 2.298 de 22/11/2016 e 2.337 de 22/08/2017.

#### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 520.000,00 (Quinhentos e vinte mil reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Projeto 1007

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0401 Aplicações Diretas  
..... R\$ 180.000,00

Projeto 1010

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0149 Aplicações Diretas  
..... R\$ 100.000,00

07-SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas  
..... R\$ 200.000,00

08-SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS

Atividade 2026

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas  
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 22 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº. 463, DE 25 DE AGOSTO DE 2017. "DECLARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA Nº. 463, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

#### **"DECLARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 31, inciso II, da Lei nº 13.019/14,

#### **RESOLVE:**

Art. 1.º Declara inexigível o chamamento público para a formalização de parceria entre o Município de Tangará e o Morro Agudo Moto Clube e autorizo a transferência de subvenção social no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme determina o inciso II, do

art. 31 da Lei Federal nº 13.019/14.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 25 DE AGOSTO DE 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **TP 003/2017 ABERTURA PROPOSTAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TANGARÁ

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017

A Comissão Permanente de Licitações torna pública a data de 04 de setembro de 2017 às 09h30min para a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados no processo licitatório conforme ata cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, DE CONSTRUÇÃO CIVIL A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE CONCLUSÃO DA UNIDADE BELA VISTA E READEQUAÇÃO DOS PADRÕES DO SAMU DO MUNICIPIO DE TANGARÁ, DE ACORDO COM O PROJETO BÁSICO.

Tangará, 25 de Setembro de 2017.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

# Tijucas

## PREFEITURA

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 002/FIA/2017**

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 002/FIA/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/FIA/2017 – DISPENSA Nº 002/FIA/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

CONTRATADA: ROGERIO VALTER DE SOUZA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR DE COMUNICAÇÃO, EXPRESSÃO E LINGUAGEM E SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO ATRAVÉS DO FIA – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE TIJUCAS - SC.

VALOR: R\$ 7.800,00 (SETE MIL OITOSCENTOS REAIS).

TIJUCAS/SC, 21 DE JULHO DE 2017.

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/FMDR/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/FMDR/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. Büchelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 011/FMDR/2017

Dispensa de Licitação nº 004/FMDR/2017

Objeto: Aquisição de materiais e insumos para utilização no viveiro de hortaliças e de mudas nativas, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, do Município de Tijucas/SC.

Contratado: COMERCIAL AGROMATIAS LTDA ME.

Valor: R\$. 5.450,00 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Amparo Legal: Art. 24, II e Art. 23, I, "a" e II, "a" da Lei 8.666/93, Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 257/2017/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### ATO CONVOCATÓRIO 10/2017 ; PROCESSO SELETIVO EDITAL 001/2017 CONVOCA

ATO CONVOCATÓRIO 10/2017

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2017, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2017.
2. Os candidatos que não se apresentarem no prazo de 30 dias serão considerados desistentes, sendo convocados os seguintes da lista de classificação.

Timbé do Sul, 24 de agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

#### ANEXO I – CONVOCAÇÃO 10/2017

Motorista - ônibus			
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
7	616453	05/10/1953	Celso Luiz Manenti

Roberto Biava

Prefeito Municipal

### DECRETO 204/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 204, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1816/2016;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 13.135,99 (treze mil e cento e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

11.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação

2013 – Manutenção do Departamento de Promoção Social

191-3.3.90.00.00.00.00.0380; Aplicações Diretas ..... R\$ 744,34

124-3.3.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas ..... R\$ 12.391,65

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes de anulação parcial das dotações abaixo especificadas:

11.01 – Secretaria de Assistência Social e Habitação

2013 – Manutenção do Departamento de Promoção Social

189-3.1.90.00.00.00.00.0380; Aplicações Diretas ..... R\$ 744,34

121-3.1.90.00.00.00.00.0080; Aplicações Diretas ..... R\$ 12.391,65

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 23 de Agosto de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA ANÁLISE DOCUMENTOS INEXIGIBILIDADE Nº 13 2017 - SAMAE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2017 – SAMAE

Às quinze horas, do vigésimo quinto dia do mês de Agosto de dois mil e dezessete(25/08/2017), na sala do setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 55, de 27 de janeiro de 2017, para análise dos documentos constantes do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 13/2017 SAMAE.

Aberta a sessão foram analisados os documentos (abaixo relacionados) integrantes deste processo de inexigibilidade apresentados pela Empresa SIDRASUL SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA. – CNPJ Nº. 82.992.686/0001-09:

Ato Constitutivo – Contrato Social - (25ª alteração contratual)	Lei 8.666/93 Art. 27 I c/c Art. 28
Procuração nomeando representante da Empresa identificado em documento com foto	
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC e do Município Sede da Empresa Proponente	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 Código Tributário Nacional e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Cartão CNPJ	Lei 8.666/93 Art. 29, I
Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS - emitida pela Caixa Econômica Federal)	Lei 8.666/93 Art. 29, IV e Lei 8.036/90 art. 27 "a"
Laudo Técnico Detalhado	
Atestado Técnico de Capacidade	
Carta de Exclusividade	
Certificado de Assistência Técnica Autorizada	
Declaração da empresa proponente, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezois anos trabalhando em qualquer tipo de função	Lei 8.666/93, art. 27, V

Da análise destes documentos observa-se que a Empresa SIDRASUL SISTEMAS HIDRAULICOS LTDA. está com a documentação regular. Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

LOURDES MOSER

Presidente

ANGELA PREUSS

Membro

MOACYR CRISTOFOLINI JR

Membro

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 28 2017 FCT - ESTRUTURAS E DEMAIS ITENS PARA FESTA DO IMIGRANTE

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 FCT

OBJETO: contratação de empresa(s) especializada(s) na prestação de serviços de sonorização e iluminação cenográfica, locação de grupo gerador de energia, telão de led, assoalho de madeira, galpão de lonas, tendas, fechamento e sanitários portáteis, incluindo montagem e desmontagem, com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida para 27ª Festa do Imigrante de Timbó 2017, que acontecerá nos dias 11 a 15 de outubro de 2017. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 11 de setembro de 2017. ABERTURA: dia 11 de setembro de 2017 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó, 25 de agosto de 2017

JORGE R. FERREIRA

Diretor Presidente Fundação Cultural de Timbó

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 44 2017 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2017 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante TRANSPORTE TURISTICO RO E SI TOUR LTDA, CNPJ nº 06.298.016/0001 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 04/09/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 25 de agosto de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 100.2017 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, GRUPO K TEATRO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CPF nº. 13.698.405/0001-97 a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 04/09/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 25 de agosto de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 101.2017 SAMAE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 101/2017 SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, CARRERA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA, CNPJ nº. 72.378.102/0001-56, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 04/09/2017.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 25 de agosto de 2017.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

### **DECRETO Nº 4537, DE 17 DE JULHO DE 2017**

DECRETO Nº 4537, DE 17 DE JULHO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 117.900,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 117.900,00 (cento e dezessete mil e novecentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.33864	TRANSF SUS UNIAO- ATENÇÃO BÁSICA SUPERÁVIT	20.000,00

0.33900	FUNDO ESPECIAL DE PETROLEO - SUPERAVIT	1.300,00
0.34100	ROYALTIES PETROL. SAUDE - SUPERAVIT	9.600,00
0.36764	SUS ESTADO – ATENÇÃO BÁSICA SUPERAVIT	6.000,00
	TOTAL	36.900,00
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.33869	TRANSF. SUS UNIÃO – MAC APAE	14.000,00
0.33871	TRANSF. SUS UNIÃO – MAC FISIOTERAPIA	1.700,00
	TOTAL	15.700,00
15.04.010.304.0074.2166.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.304.0074.2166.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.304.0074.2166.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.33866	TRANSF. SUS UNIAO – VIG EM SAUDE SUPERAVIT	30.000,00
	TOTAL	30.000,00
15.04.010.305.0074.2168.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.04.010.305.0074.2168.	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
15.04.010.305.0074.2168.	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.33866	TRANSF. SUS UNIAO – VIG EM SAUDE SUPERAVIT	15.000,00
	TOTAL	15.000,00
15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339300.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER	
0.3867	TRANSF. SUS UNIAO- FARMACIA BASICA – SUPERAVIT	19.500,00
0.36767	SUS ESTADO – FARMACIA - SUPERAVIT	800,00
	TOTAL	20.300,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	117.900,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 4538, DE 17 DE JULHO DE 2017

DECRETO Nº 4538, DE 17 DE JULHO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 60.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	

15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13865	TRANSF - SUS/UNIÃO - MAC	50.000,00
	TOTAL	50.000,00
15.05.010.122.0078.2176.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.05.010.122.0078.2176.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.122.0078.2176.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.13872	TRANSF. SUS UNIAO- ALIMENTAÇÃO	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	60.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## DECRETO Nº 4539, DE 17 DE JULHO DE 2017

DECRETO Nº 4539, DE 17 DE JULHO DE 2017

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 220.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, à conta de anulação no valor total de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 120.000,00, a seguinte dotação:

### a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	120.000,00
	TOTAL	120.000,00

### b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	120.000,00
	TOTAL	120.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 100.000,00, a seguinte dotação:

### a) ANULAÇÃO

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

## b) SUPLEMENTAÇÃO

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	100.000,00
	TOTAL	100.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 4540, DE 19 DE JULHO DE 2017**

DECRETO Nº 4540, DE 19 DE JULHO DE 2017

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 27.600,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016,

## DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2017:

22.01.013.392.0094.2246.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2246.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2246.	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
333500.00	TRANSFER. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	27.600,00
	TOTAL	27.600,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 27.600,00 (vinte e sete mil e seiscentos reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

22.01.013.392.0094.2246.	FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT	
22.01.013.392.0094.2246.	MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	
22.01.013.392.0094.2246.	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
344500.00	TRANSFER. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	
0.10000	RECURSOS ORDINARIOS	27.600,00
	TOTAL	27.600,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 4544, DE 27 DE JULHO DE 2017

DECRETO Nº 4544, DE 27 DE JULHO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 20.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

08.02.026.451.0052.1065.	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
08.02.026.451.0052.1065.	OBRAS MUNICIPAIS	
08.02.026.451.0052.1065.	PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.300000	LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 4547, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 4547, DE 03 DE AGOSTO DE 2017

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 70.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, à conta de anulação no valor total de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 62.000,00, a seguinte dotação:

#### a) ANULAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	62.000,00
	TOTAL	62.000,00

#### b) SUPLEMENTAÇÃO

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	

15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	50.000,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	12.000,00
	TOTAL	62.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 8.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

15.05.010.122.0078.2176.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.05.010.122.0078.2176.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.122.0078.2176.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	8.000,00
	TOTAL	8.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

15.05.010.122.0078.2176.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.05.010.122.0078.2176.	GESTÃO DO SUS	
15.05.010.122.0078.2176.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS – SAÚDE	8.000,00
	TOTAL	8.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**DECRETO Nº 4549, DE 08 DE AGOSTO DE 2017**

DECRETO Nº 4549, DE 08 DE AGOSTO DE 2017

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 200.000,00.
--

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09/12/2016 e Lei nº 2899, de 04/08/2017,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento -Programa 2017:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	200.000,00
	TOTAL ANULAÇÃO FMS	200.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), autorizado pela Lei nº

2899, de 04 de agosto de 2017, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2160.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2160.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2160.	PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10200	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	200.000,00
	TOTAL	200.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### DECRETO Nº 4553, DE 08 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 4553, DE 08 DE AGOSTO DE 2017

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 360.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2852, de 09 de dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2017, no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	20.000,00
	total	20.000,00
25.01.017.512.0100.2304.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2304.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2304.	MANUTENCAO DOS SERVIÇOS DE AGUA	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	30.000,00
	TOTAL	30.000,00
25.03.017.512.0104.2312	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2312	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2312	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO DO ATERRO	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	10.000,00
	total	10.000,00
25.03.017.512.0104.2314	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2314	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2314	MAN. DOS SERVIÇOS DE ATERRO	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	150.000,00

	total	150.000,00
25.03.017.512.0104.2316	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.03.017.512.0104.2316	TRATAMENTO DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
25.03.017.512.0104.2316	MAN. DOS SERVIÇOS DE RECICLAGEM	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
3339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	150.000,00
	total	150.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	360.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 15 2017 FMS - MANUTENÇÃO EQUIPAMENTOS SAÚDE**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 15/2017 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa(s) especializada(s), para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos odontológicos, médicos e de enfermagem, com fornecimento de peças e/ou componentes necessários.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Odonto Blu Comercio e Assistência Técnica Ltda e Medicalblu Equipamentos Medicos e Hospitalares Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 43.950,00 (quarenta e três mil novecentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 27/08/2018.

Timbó, 25/08/2017

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES  
Secretária de Saúde e Assistência Social

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 43 2017 PMT - AQUISIÇÃO DE CAIXAS ARQUIVO**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de caixas arquivo para armazenar documentos, processos e projetos, em atendimento às necessidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundos e Fundações) do Município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: Blunac Distribuidora Eireli - Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 14.952,60 (quatorze mil novecentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 27/08/2018

Timbó, 25/08/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretário da Fazenda e Administração

### **EXTRATO CONTRATO 87.2017 FCT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 87/2017

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Cervejaria Bierland Ltda.

OBJETO: Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para o fornecimento de bebidas (chope artesanal – pilsen, especial; cerveja sem álcool; refrigerante e água) durante a 27ª Festa do Imigrante, no período de 11 a 15 de outubro de 2017, de acordo com as condições previstas nos

anexos do Edital de Pregão Presencial nº 15/2017.  
VALOR PERCENTUAL DE COMISSÃO: 15,00% (quinze por cento).  
DATA DA ASSINATURA: 01/08/2017.  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**PORTARIA NO 387, DE 31 DE JULHO DE 2017**

PORTARIA No 387, DE 31 DE JULHO DE 2017

Dispensa da Função Gratificada Servidor lotado na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR da Função Gratificada o Servidor abaixo relacionado, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA	
NOME	PORTARIA QUE DESIGNOU
Carlos Piazza	Nº 07, de 02/01/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 390, DE 01 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA No 390, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

Exonera Servidor Público Municipal ocupante de cargo em comissão, lotado na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.50, inciso I da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a contar de 01 de agosto do corrente, o Servidor Público Municipal Wiegold Starke, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos/ CC-2, nomeado pela Portaria nº 13, de 02/01/2017 e do cargo em comissão de Coordenador de Defesa Civil / CC-2, nomeado cumulativamente pela Portaria nº 23, de 02/01/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**PORTARIA NO 407, DE 09 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA No 407, DE 09 DE AGOSTO DE 2017

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal ocupante de cargo em comissão na Administração Direta, a contar de 10 de agosto do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso I, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º Conceder exoneração à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar de 10 de agosto do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Giovana Quaiato	Assessor da Divisão de Urbanismo / CC-4	Nº 03, de 02/01/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 391, DE 01 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 391, DE 01 DE AGOSTO DE 2017

Nomeia Servidores para exercer cargo em Comissão na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93 e art. 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO, MEIO AMBIENTE, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS			
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL	A CONTAR DE
Wiegold Starke	Coordenador de Defesa Civil / CC-2	76	02/08/2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA			
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL	A CONTAR DE
Carlos Piazza	Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos/ CC-2	76	01/08/2017

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER  
Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 408, DE 10 DE AGOSTO DE 2017**

PORTARIA Nº 408, DE 10 DE AGOSTO DE 2017

Designa em substituição a Servidora Pública Municipal Bruna de Andrade, para exercer a função de membro na Comissão Permanente de Licitações, na data de 17/08/2017.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

RESOLVE:

Art.1º Designar para a data de 17/08/2017, a Servidora Pública Municipal BRUNA DE ANDRADE, para exercer a função de membro na Comissão Permanente de Licitações, em substituição aos Servidores Moacyr Cristofolini Junior e Felipe Ramos dos Santos, designados pela Portaria nº 55, de 27/01/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 88 2016 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 88/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de lubrificantes, aditivos e combustível (gasolina comum), destinados à manutenção e abastecimento dos equipamentos (veículos e máquinas) da Administração Direta e Indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Dyspef Com. e Repres. Ltda; Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda; Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda; Auto Posto das Nacoes Ltda e L Serrano &amp; Cia Ltda - Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 207.374,74 (duzentos e sete mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 24/11/2017

Timbó, 25/11/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Portaria nº 29/2017**

Portaria Nº 029/2017

Concede licença para tratamento de saúde à servidora Giani Zaira Seidel.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 38, III, "b", do Regimento Interno, com fundamento no artigo 170, Parágrafo único, do Estatuto do Servidor Público Municipal,

Considerando o atestado médico que determina o afastamento das atividades e repouso por 60 dias, indicando ser portadora da doença CID M47-2, Resolve:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora Giani Zaira Seidel, pelo prazo de 15 dias, na forma estabelecida pelo art. 170, Parágrafo único, do Estatuto do Servidor.

Art. 2º A concessão da licença para tratamento de saúde para além dos 15 dias concedidos por este ato deve ser precedida de exame por médico assistente ou junta médica oficial, conforme preconizam o art. 16 de Lei Complementar nº 411/2011 e art. 170, do Estatuto do Servidor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23/08/2017, data da apresentação do atestado.

Timbó, 25 de agosto de 2017.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

# Três Barras

## PREFEITURA

### PREGÃO 39/2017

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 45/2017.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2017.

Interessados: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos 21 dias do mês de agosto do ano de 2017, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa GERALDO CESAR COLIN, CNPJ nº 23.112.690/0001-76, com sede e foro na Cidade de Canoinhas - SC, cito a RUA HILDA OSTROSKI, nº 134, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seu respectivo preço unitário:

Item	Descrição	Unidade	Qtde. Item	Valor Unitário
1	CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE, UTILIZANDO-SE DE VEÍCULO AMBULÂNCIA, TIPO UTI MÓVEL, PARA TRANSFERÊNCIA DE PACIENTES PARA HOSPITAIS FORA DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERENCIA CONTIDO NA CLAUSULA 1.1 DESTE EDITAL.	KM	25.000	R\$3,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 39/2017 – Procedimento Administrativo nº. 45/2017 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irreajustáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 21 de agosto de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI Prefeito Municipal		GERALDO CESAR COLIN CONTRATADA
Testemunhas		
1 Nilton Avanir Humrus	2	Jacy de Fatima Abuda

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PP 86/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 86/2017 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza para Secretária de Educação, Administração, Transportes e Obras, Cultura, Turismo e Departamento de Esportes do Município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 15/09/2017, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

### **DECRETO 2313**

DECRETO Nº 2.313/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

DECRETA PONTO FACULTATIVO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado PONTO FACULTATIVO, nos dias 07 e 08 de setembro de 2017 em todas as Repartições Públicas do Município de Treze Tílias, em virtude do Feriado Nacional da Declaração da Independência, no dia 07 de setembro de 2017.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias em 25 de agosto de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M/SC.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 66/2017 1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 46/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ACADEMIA REMPEL LTDA –ME.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 66/2017

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO Nº 46/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA ACADEMIA REMPEL LTDA –ME.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado a Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa ACADEMIA REMPEL LTDA -ME pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Evaldo Schneider, nº 40, Centro, no Município de Tunápolis/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 11.504.881/0001-02, neste ato credenciado o Procurador o Senhor Fernando Rempel resolvem aditar o contrato nº 46/2017 decorrente do Processo Licitatório nº 66/2017 e Pregão Presencial nº 50/2017 que tem por objeto a execução de serviços visando o desenvolvimento do programa "Exemplo no Esporte, Exemplo na Vida", conforme Lei Municipal nº 1299/2017, através de práticas esportivas para crianças e adolescentes do Município de Tunápolis, da faixa etária entre 04 (quatro) a 16 (dezesesseis) anos, através de escolinhas esportivas nas modalidades de futebol de campo, futsal e voleibol.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto promover valores previstos clausula primeira do contrato nº 46/2017, em decorrência de acréscimo no valor inicialmente pactuado.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

Pelas disposições contidas no objeto deste instrumento fica acrescido o valor de R\$ 3.125,00(três mil cento vinte cinco reais), o equivalente a um acréscimo de 25%(vinte cinco por cento) na modalidade de futsal, no seu valor inicial contratado.

02	25	Vagas	Aquisição de vaga para prática esportiva de futsal para crianças e adolescentes entre 04 (quatro) a 16 (dezesesseis) anos, devendo comprovar no mínimo 8 (oito) horas mensais de treinamento por vaga, através de relatório mensal, juntamente com a comprovação da frequência mínima de 75% da criança ou adolescente.	25,00	3.125,00
----	----	-------	---	-------	----------

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo Aditivo decorre da solicitação da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes exarado nas justificativas apresentadas pela ACADEMIA REMPEL LTDA –ME denominado como contratado e, encontra amparo no Inciso I alínea "b" do artigo 65, da Lei 8.666/93.

#### **CLÁUSULA QUARTA –DA DOTACAO ORCAMENTARIA**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (136,137,138) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2017.

**CLÁUSULA QUINTA DA RATIFICAÇÃO** Fica ratificadas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis – SC, 23 de agosto de 2017.

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

Academia Rempel Ltda –ME  
CONTRATADO

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:  
Karine Epping  
CPF:009.815.549-03

Sheila Inês Bieger  
CPF:020.226.259-60

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2017 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 01/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.**

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2017

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 01/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado por seu gestor do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68, resolvem entre si e na melhor forma de direito, alterar o valor do contrato de nº 01/2017.

Considerando o contrato administrativo nº 01/2017-FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, celebrado em 02 de janeiro 2017, proveniente do processo licitatório nº 154/2016, e pregão presencial nº 121/2016 em que consta como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, do Fundo Municipal da Saúde para o exercício de 2017.

**Cláusula Primeira- REDUÇÃO DE VALOR**

Ao presente contrato nº 01/2017 fica reduzido o valor de R\$ 0,08 (oito centavos) no litro óleo diesel comum, conforme previsto no contrato na cláusula segunda, item 2.3 "O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato" Considerando que o fornecedor comprovou e anexou documentos fiscais, passando o valor a ser praticado conforme tabela abaixo:

Descrição valor R\$  
Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor a ser praticado R\$
ÓLEO DIESEL COMUM	3.08	3,00

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 18 de agosto de 2017

Clarice Weis Staub  
Gestora do Fundo

Auto Posto Canarinho Ltda  
Contratada

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

**DECRETO Nº 1915/2017**

Decreto nº 1.915/2017, de 24 de agosto de 2017.

Homologação do Resultado Preliminar (Antes dos recursos) referente ao Edital de Processo Seletivo nº. 001/2017 e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos) do Processo Seletivo nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Tunápolis – SC, conforme segue:

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 01

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
5	Roger Cherobin Massing	17/12/1993	4,80	1,40	0,35	6,55	1º
11	Ivete Preis Da Silva	05/02/1979	4,80	0,70	1,05	6,55	2º
16	Cleusa Maria Giordani	18/07/1976	5,40	0,35	0,70	6,45	3º
1	Teresinha Haas Bourscheid	02/01/1973	4,80	1,40	0,00	6,20	4º
4	Maritanya Pietro Biasi	12/01/1993	5,40	0,35	0,35	6,10	5º
2	Patrícia Schwab	06/07/1991	4,80	0,70	0,35	5,85	6º
7	Monalise Dos Santos	28/06/1998	4,80	0,70	0,35	5,85	7º
15	Julita Ana Stulp Rossa	20/05/1975	4,20	1,05	0,00	5,25	8º
6	Carlise Back Baumgratz	07/10/1983	3,60	1,05	0,35	5,00	9º
8	Maria Teresa Hochscheidt Junges	05/09/1970	4,20	0,70	0,00	4,90	10º
21	Glaci Weis Engroff	20/02/1970	4,80	0,00	0,00	4,80	11º
3	Rosane Solange Kessler	19/12/1980	3,60	1,05	0,00	4,65	12º
22	Pâmela Teloecken Wagner	24/06/1999	3,60	0,70	0,35	4,65	13º
9	Mônica Hochscheidt	28/07/1992	3,60	0,70	0,00	4,30	14º
14	Juliane Klein	19/06/1998	3,60	0,00	0,70	4,30	15º
19	Elaine Inês Schaab	29/03/1970	0,60	0,00	0,35	0,95	Desc.

## TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
17	Marcilei Wagner	09/03/1981	2,40	0,70	0,00	3,10	Desc.
20	Michele Schwertz	19/04/1999	2,40	0,70	0,00	3,10	Desc.
12	Janete Soethe Brixner	22/05/1965	Faltante				Desc.

Art. 2º. São considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 4,00 (quatro) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º. Os candidatos terão do dia 25 ao dia 28 de agosto de 2017 para interposição de recurso em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 4º. Os desempates estão de acordo com o item "7", do Edital de Processo Seletivo nº 001/2017.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis – SC, 24 de Agosto de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

EGON BIEGER

Secretário da Administração, Finanças e Planejamento

**PORTARIA Nº 4602/2017**

PORTARIA N.º 4.602/2017 de 25 de Agosto de 2017.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerando o Inquérito Administrativo nº 006/2017 e seu relatório final e com base no Art. 111 da Lei Complementar nº. 13/2006 de 17 de maio de 2006, cria a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº. 002/2017, e designa os servidores: Franciele de Lurdes Sarzi, Viviane Steffen Juchem e Leila Both, todos servidores público municipais, efetivos, como membros da Comissão.

Art. 2º No processo de apuração serão observados os procedimentos constantes na Lei Complementar nº. 13/2006, nos artigos 111 ao 126.  
Art. 3º A Comissão terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a apresentação de relatório conclusivo sobre a responsabilidade ou não do Servidor, relativamente aos fatos investigados, podendo, a requerimento, ser prorrogado, conforme Art. 115.  
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
aos 25 de Agosto de 2017.  
RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER  
Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2017.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2017.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 25/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS -ME.

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Albino Frantz, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representada pela Gestora Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS, com sede na Rua Albino Frantz, n.148, centro desta cidade de Tunápolis inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.428.508/0001-12, neste ato representado por seu presidente Sr. Alcides Luis Hofer, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade e Município de Tunápolis, inscrito no CPF/MF sob nº 833.426.649-91, RG nº 2.946.802- SSP-SC, e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO decorrente do credenciamento de Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Sobreaviso Médico para os Municípios de Tunápolis, e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei Municipal nº 1245/2015 e Decreto 1.741/2015 de 23 de dezembro de 2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório Edital de Credenciamento 30/2017.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRORROGAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO NAS QUANTIDADES:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por intenção retificar objeto do contrato conforme segue: Onde se Lê:

O presente Contrato tem por objeto credenciar Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Sobre Aviso Médico para os municípios de Tunápolis.

Leia-se: O presente Contrato tem por objeto credenciar Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Sobre Aviso Médico para os municípios de Tunápolis em conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada,

Lei Municipal nº 1245/2015 e Decreto 1.741/2015 de 23 de dezembro de 2015 e Código do CNES 2378140.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 25 Agosto de 2017.

CLARICE WEIS STAUB  
GESTORA DO FUNDO

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS.  
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

**PROCESSO DE COMPRA Nº.: 37/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 23/2017**

Processo de Compra Nº.: 37/2017

Pregão Presencial nº: 23/2017

Data Emissão: 25/08/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por item

O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE TUNÁPOLIS – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item de conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 14h do dia 08 de setembro de 2017 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente Licitação tem por objeto a aquisição de MATERIAL LUDICO e EXPEDIENTE QUE SERÁ UTILIZADO NO DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DO NASF do Município de Tunápolis, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 14h do dia 08 de setembro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis, SC., 25 de junho de 2017.

RENATO PAULATA

PREFEITO MUNICIPAL

**QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2017 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.**

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2017

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 03/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA AUTO POSTO CANARINHO LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Auto Posto Canarinho Ltda, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 83.523.407/0001-20, estabelecida na Rua Caaro, 110 – Centro, no Município de Tunápolis - SC, considerada doravante CONTRATADA, neste ato devidamente representado pelo sócio administrador Sr. Canisio Thomas, inscrito no CPF nº 347.592.209-68, resolvem entre si e na melhor forma de direito, alterar o valor do contrato de nº 03/2017.

Considerando o contrato administrativo nº 03/2017-MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, celebrado em 02 de janeiro 2017, proveniente do processo licitatório nº 154/2016, e pregão presencial nº 121/2016 em que consta como objeto o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício de 2017.

**Cláusula Primeira- REDUÇÃO DE VALOR**

Ao presente contrato nº 03/2017 fica reduzido o valor de R\$ 0,08 (oito centavos) no litro óleo diesel comum, conforme previsto no contrato na cláusula segunda, item 2.3 "O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato"Considerando que o fornecedor comprovou e anexou documentos fiscais, passando o valor a ser praticado conforme tabela abaixo:

Descrição valor R\$

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor a ser praticado R\$
ÓLEO DIESEL COMUM	3.08	3,00

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se

as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 18 de agosto de 2017.

Renato Paulata  
Prefeito Municipal

Auto Posto Canarinho Ltda  
Contratada

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017, 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 02/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA ABASTECEDORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME**

## TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 02/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA ABASTECE-  
DORA DE COMBUSTÍVEIS TUNÁPOLIS LTDA ME

Pelo presente Termo, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora do Fundo Municipal da Saúde o Sr. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Abastecedora de Combustíveis Tunápolis Ltda ME, inscrito sob o CNPJ n.º 08.473.148/0001-55, com sede na Rua Santa Maria, 157, Bairro: Progresso, no Município de Tunápolis, telefone: (49)3.6321222, neste ato representado pelo Sr. Ivo Engler- sócio administrador, resolvem entre si e na melhor forma de direito, alterar o valor do contrato de nº 02/2017.

Considerando o contrato administrativo nº 02/2017- FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, celebrado em 02 de janeiro 2017, proveniente do processo licitatório nº 154/2016, e pregão presencial nº 121/2016 em que consta como objeto o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício de 2017.

### Cláusula Primeira- ACRÉSCIMO DE VALOR

Ao presente contrato nº 04/2017 fica acrescido o valor de R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos) na gasolina comum, conforme documentos fiscais anexos comprovando o aumento, amparado no contrato na cláusula segunda "2.3 O valor do preço unitário do objeto do presente CONTRATO sofrerá reajuste pelo mesmo índice de majoração aplicado pelos Distribuidores ao proponente vencedor do presente certame, devendo este apresentar as notas fiscais da compra dos combustíveis toda vez que haja alteração nos preços dos combustíveis mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora. Na hipótese de o Governo Federal promover diminuição no preço dos combustíveis, o mesmo desconto será aplicado aos preços do objeto do presente contrato".passando o valor a ser praticado conforme tabela abaixo:

Descrição	valor R\$
1.000	1.000,00
2.000	2.000,00
3.000	3.000,00
4.000	4.000,00
5.000	5.000,00
6.000	6.000,00
7.000	7.000,00
8.000	8.000,00
9.000	9.000,00
10.000	10.000,00
11.000	11.000,00
12.000	12.000,00
13.000	13.000,00
14.000	14.000,00
15.000	15.000,00
16.000	16.000,00
17.000	17.000,00
18.000	18.000,00
19.000	19.000,00
20.000	20.000,00
21.000	21.000,00
22.000	22.000,00
23.000	23.000,00
24.000	24.000,00
25.000	25.000,00
26.000	26.000,00
27.000	27.000,00
28.000	28.000,00
29.000	29.000,00
30.000	30.000,00
31.000	31.000,00
32.000	32.000,00
33.000	33.000,00
34.000	34.000,00
35.000	35.000,00
36.000	36.000,00
37.000	37.000,00
38.000	38.000,00
39.000	39.000,00
40.000	40.000,00
41.000	41.000,00
42.000	42.000,00
43.000	43.000,00
44.000	44.000,00
45.000	45.000,00
46.000	46.000,00
47.000	47.000,00
48.000	48.000,00
49.000	49.000,00
50.000	50.000,00
51.000	51.000,00
52.000	52.000,00
53.000	53.000,00
54.000	54.000,00
55.000	55.000,00
56.000	56.000,00
57.000	57.000,00
58.000	58.000,00
59.000	59.000,00
60.000	60.000,00
61.000	61.000,00
62.000	62.000,00
63.000	63.000,00
64.000	64.000,00
65.000	65.000,00
66.000	66.000,00
67.000	67.000,00
68.000	68.000,00
69.000	69.000,00
70.000	70.000,00
71.000	71.000,00
72.000	72.000,00
73.000	73.000,00
74.000	74.000,00
75.000	75.000,00
76.000	76.000,00
77.000	77.000,00
78.000	78.000,00
79.000	79.000,00
80.000	80.000,00
81.000	81.000,00
82.000	82.000,00
83.000	83.000,00
84.000	84.000,00
85.000	85.000,00
86.000	86.000,00
87.000	87.000,00
88.000	88.000,00
89.000	89.000,00
90.000	90.000,00
91.000	91.000,00
92.000	92.000,00
93.000	93.000,00
94.000	94.000,00
95.000	95.000,00
96.000	96.000,00
97.000	97.000,00
98.000	98.000,00
99.000	99.000,00
100.000	100.000,00

Atual Valor R\$

Especificação do objeto	Valor Atual R\$	Valor reduzido R\$
Gasolina comum	3,75	4,09

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas e assinatura dos responsáveis abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 04 agosto de 2017.

CLARICE WEIS STAUB  
Gestora do Fundo

ABASTECEDORA DE COMBU. TUNÁP. LTDA  
Contratada

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259-60

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO Nº 05.2017**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2017

APROVA AS CONTAS DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, RELATIVO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral:

Faz Saber a todos os habitantes do Município, que o Plenário da Câmara Municipal aprovou, e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas do Executivo Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, relativo ao exercício financeiro de 2015, em conformidade com o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, exarado no Processo @PCP-16/00142203.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis,

Em 24 de agosto de 2017.

ARNO MÜLLER

Presidente

# Turvo

## PREFEITURA

**PORTARIA 210/2017**

PORTARIA Nº 210/17, de 25 de Agosto de 2017.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 009/11, de 24 de Agosto de 2011,

**RESOLVE**

Art. 1º - Exonerar a Servidora Adaiane Daros, CPF nº 999.518.609-82, matrícula nº 3734, ocupante do Cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 25 de agosto de 2017.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Nestor Reco – Secretário de Adm. e Finanças.

# Urussanga

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 2, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Urussanga, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina o artigo 35, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, faz saber que a Câmara aprovou e ela promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

APROVA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Art. 1º Fica aprovada a proposta orçamentária da Câmara Municipal de Urussanga, para o exercício de 2018, estimada a receita em R\$ 2.544.000,00 (dois milhões quinhentos e quarenta e quatro mil reais), e fixada a despesa em igual valor, assim distribuídos:

Órgão: 01 CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA R\$ 2.544.000,00

Unidade: 01 CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA R\$ 2.544.000,00

Projeto/Atividade: 1.001 EQUIPAR, REEQUIPAR E AMPLIAR A CÂMARA

1 01.031.001-4.4.90.00.00.00.00.0000.000000/Aplicações Diretas R\$ 313.200,00

Total do Projeto/Atividade R\$ 313.200,00

Projeto/Atividade: 2.001 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

2 01.031.0001-3.1.90.00.00.00.00.0000/Aplicações Diretas R\$ 1.780.800,00

3 01.031.0001-3.3.90.00.00.00.00.0000/Aplicações Diretas R\$ 450.000,00

Total Projeto/Atividade: R\$ 2.230.800,00

Total da Unidade: R\$ 2.544.000,00

Total do Órgão: R\$ 2.544.000,00

Total Entidade: R\$ 2.544.000,00

Total Geral: R\$ 2.544.000,00

Art. 2º Esta Resolução, após inclusão na Proposta Orçamentária do Município de Urussanga, entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Câmara Municipal de Urussanga, 22 de agosto de 2017.

Vereador Marcos Roberto Silveira

Presidente

Vereador Gilson Casagrande

Vice-Presidente

Vereador Elson Roberto Ramos

Primeiro Secretário

Vereador João Batista Bom

Segundo Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução no mural da Câmara Municipal e no site [www.camaraurussanga.sc.gov.br](http://www.camaraurussanga.sc.gov.br), aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

Vereador Elson Roberto Ramos

Primeiro Secretário

# Videira

## PREFEITURA

### 99/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2017 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 99/2017 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELA- DOS, DE EMPRESAS PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTA- GEM DE TENDAS PARA EVENTOS DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PRO- TOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00:00h do dia 11/09/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. IN- FORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 25 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 14.113/17

DECRETO N.º 14.113/17, DE 1º DE AGOSTO DE 2017.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras pro- vidências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 10890/16, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado pela Agropecuária Silvana LTDA;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o re- ferido processo administrativo, preenche as exigências legais;

Considerando que o Desmembramento aprovado pelo Decreto nº 13.064/2016, resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invali- dade;

Considerando a Comunicação Interna nº 087/17, da Secretaria Mu- nicipal de Planejamento, solicitando a renovação do respectivo des- membramento, conforme Processo Administrativo nº 4036/2017;

Considerando o Parecer Jurídico nº 141/2017;

### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 06 (seis) áreas dis- tintas, sendo o lote nº 01 com 307,04 m2 (trezentos e sete me- tros e quatro decímetros quadrados), o lote nº 02 com 304,50 m2 (trezentos e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), o lote nº 03 com 304,50 m2 (trezentos e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), lote nº 04 com 304,50 m2 (trezentos e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), o lote nº 05 com 304,50 m2 (trezentos e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), o lote nº 06 com 304,50 m2 (trezentos e quatro me- tros e cinquenta decímetros quadrados), de propriedade da Agro- pecuária Silvana LTDA, constante da matrícula 26.693, registrado

no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, e re- manescente na referida matrícula a área de 38.219,96 m2 (trinta e oito mil, duzentos e dezenove metros e noventa e seis quadrados), conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo nº 10890/16.

### DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Pú- blico 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 182,95 m² (cento e oitenta e dois metros e noventa e cinco decímetros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 26.693, a ser desmembrada, é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e alterações, a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Adminis- trativo nº 10890/16.

Parágrafo único – O proprietário do imóvel, através do Processo Administrativo nº 10890/16, se compromete a doar ao Município, a área de 182,95 m² (cento e oitenta e dois metros e noventa e cinco decímetros quadrados).

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oi- tenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as dispo- sições em contrário, em especial o Decreto nº 13.848/17.

Videira, 1º de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

### DECRETO Nº 14.144/17

DECRETO Nº 14.144/17, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

Torna sem efeito o Decreto nº 14.093/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 15230/2017,

### RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 14.093/17, que nomeou QUÉREN SARAIVA GOMES, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Sesi, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de agosto de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 16/2017 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2017 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2017 - FMS  
HOMOLOGAÇÃO: 25/08/2017

OBJETO: COMPRA DO MEDICAMENTO ORGANIC EXTRA VIRGEM OLIVE OIL CBC 500 - 5000/100ML, PARA USO DO PACIENTE K.C, CONFORME DETERMINAÇÃO DO MANDADO JUDICIAL DO PROCESSO Nº 0300997-28.2017.8.24.0079.

FORNECEDOR: RÁJA FARMA ASSESSORIA EM IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS.

VALOR TOTAL DA DESPESA: 8.700,00 (oito mil e setecentos reais).  
FUNDAMENTO: Artigos 24, inciso IV e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 25 de agosto de 2017.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 087/17**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 087/17

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeado em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 002/2014:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. PEDRO HENRIQUE DA SILVA ROMERO PIVA	AGENTE ADMINISTRATIVO II	14.140/17, DE 15/08/2017

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou

- Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 22 de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 088/17**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 088/17

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o emprego público para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público - Edital nº 002/2015, conforme previsto na Lei Municipal nº 1942/07 e alterações e na Lei Federal nº 11.350/2006:

CONVOCADO	EMPREGO PÚBLICO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. CIONE ALMEIDA DE CARVALHO	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE NO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	14.145/17, DE 16/08/2017

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante que reside na área em que irá atuar, desde da data da publicação do edital do processo seletivo e outro atual.
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou

Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;  
g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);  
h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);  
i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso);  
j) Certificado de conclusão, com aproveitamento, do curso introdutório de formação inicial e continuada.

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 22 de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### **INEXIGIBILIDADE Nº 04/2017 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2017 - FMS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

PROCESSO Nº 37/2017

HOMOLOGAÇÃO: 25/08/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA M.G. REFRIGERAÇÃO LTDA ME, PARA EFETUAR A MANUTENÇÃO PREVENTIVA, LIMPEZA E LUBRIFICAÇÃO DOS BORNES COMPRESSOR E TROCA DE VENTILADOR NA CÂMARA DE VACINA, QUE ESTÃO INSTALADAS NO PAM, FARMÁCIA BÁSICA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

CONTRATADO: M.G. REFRIGERAÇÃO LTDA ME.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.630,00 (três mil seiscentos).

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 25 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 005/2017 FMS

Processo de Licitação 005/2017 FMS

Modalidade: Tomada de Preço 001/2017 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Tomada de Preço

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço, objetivando REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UBS BARRA DA PRATA COM ÁREA TOTAL DE: 135,20M², SENDO ÁREA DA REFORMA=87,92M² E ÁREA AMPLIAÇÃO=47,28M², e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 12 de setembro de 2017 em sessão pública, no mesmo dirigido pela comissão permanente de licitações, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 28 de agosto de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

### LEI Nº 0981

LEI N. 0981, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER ALIENAÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, através de processo licitatório, pelo preço mínimo de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), o veículo abaixo especificado:

I – Automóvel RENAULT/LOGAN EXP 1.0 16V, Placa MKE 0026, ano modelo 2012/2013, Renavam n. 485931338, cor branca.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 25 de agosto de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

### LEI Nº 0982

LEI N. 0982, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROCEDER ALIENAÇÃO DE VEÍCULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, através de processo licitatório, pelo preço mínimo de R\$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais), o veículo abaixo especificado:

I – Caminhão, I/FORD TRANSIT 350L TA, Placa MLH 4490, ano/modelo 2013/2013, RENAVAM n. 600419622, cor branca.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 25 de agosto de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### **AVISO DE CONVOCAÇÃO CP Nº 0002/2017**

#### **AVISO DE CONVOCAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0081/2017 - CONCORRÊNCIA Nº 0002/17

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para execução de Serviços de Cobertura Aerofotogramétrica e seu Processamento, Levantamento Cadastral, Elaboração de Planta de Valores Genéricos, Atualização da Legislação Tributária, Diagnóstico Tributário, Fornecimento de Sistema de Informações Geográficas (SIG) e Capacitação da Equipe Municipal nos produtos resultantes. Conforme Ata de Abertura das Propostas Técnicas e Julgamento dos Recursos apresentados, convocamos o proponente classificado CONSORCIO GEOXANXERE, formado pelas empresas GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA (empresa líder), MÉTRICA GEOENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA e EMMEL, SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS para fazer a demonstração dos produtos e serviços conforme item 9.2.6 do Edital e cumprindo com os requisitos será efetuada a abertura do envelope contendo a proposta financeira da empresa, que se dará as 10:00 horas do dia 29 de Agosto de 2017, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal. Xanxerê, 25 de Agosto de 2017. Jucimar Bortoncello – Presidente da Comissão.

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0073/2017**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO Nº 0120/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0073/2017

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0073/2017, tendo como objeto o Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços Futuros e Parcelados de Recolhimento de Animais Mortos (Suínos e Bovinos) na Zona Rural do Município de Xanxerê, na quantidade estimada constante do ANEXO I do Edital. O recebimento das propostas será até às 09:00h, do dia 13 de Setembro de 2017, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:15h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 25 de Agosto de 2017. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0046/2017**

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0046/2017

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: PAULO ERCEGO - ME

Objeto: Tem por objeto a Prestação de Serviços Terceirizados, de natureza contínua, de Limpeza, Conservação Predial e Higienização, na Unidade Básica de Saúde Hélio dos Anjos Ortiz, UBS do Bairro Bortolon, UBS do Bairro Nossa Senhora de Lourdes e no Centro de Especialidades Médicas (CEO).

Fica acrescido ao objeto do contrato originário, a Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação Predial e Higienização na Unidade de Saúde do Bairro Castelo Branco, com aproximadamente 303,43 m², no valor mensal de R\$ 2.875,00 (dois mil e oitocentos e setenta e cinco mil reais) contados a partir do dia 01 de setembro de 2017, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Saúde, Parecer do Controle Interno e Parecer Jurídico em anexo.

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato originário.

Xanxerê-SC, 25 de agosto de 2017. Jader Adriel Danielli - Secretário Interino da Secretária Municipal de Saúde.

### **EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO 0136/2014**

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0136/2014

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: DENTAL PAN EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Objeto: Tem por objeto a Prestação de Serviços de Manutenção preventiva e/ou corretiva em equipamentos odontológicos e autoclaves da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 meses, instalados nos locais conforme anexo II do Edital.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário e aditivo por mais 12 meses, contados a partir de 09 de Setembro de 2017, vigorando até dia 08 de Setembro de 2018.

Ficam inalteradas as demais cláusulas do contrato originário.

Xanxerê-SC, 25 de Agosto de 2017. Jader Adriel Danielli- Secretário Interino da Secretária Municipal de Saúde.

**PORTARIA Nº RH-AM 388/2017**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 388/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 11.09.2017 a 20.09.2017 à Servidora Pública Municipal, a Sra. MARISA LÚCIA LUNARDI DOS SANTOS, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 698.136 e CPF n.º 433.160.340-72, nomeada conforme Decreto n.º AM 252/07 no cargo de ENFERMEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003584/2017 datado de 23.08.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.06.2009 a 08.06.2012 = 10 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 11.09.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 23 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

**PP 044/2017 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2017 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios, para as máquinas e equipamentos pesados da Frota Municipal de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial Oferecido para Peças e Serviços hora/homem por Lote.

Tipo: Maior percentual de desconto.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 12/09/2017.

Abertura: dia 12/09/2017, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 25 de agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO,

Prefeito Municipal.

**TP 004/2017 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 004/2017 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra de Muro de Contenção de Gabião, conforme projeto básico constante no Anexo "E" deste Edital.

Forma de Julgamento: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 14/09/2017.

Abertura: dia 14/09/2017, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 25 de agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

# Xaxim

## PREFEITURA

### Decreto 327

DECRETO Nº. 3272017.

Exonera servidor municipal comissionado e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonera, a partir de 30 de agosto de 2017, a servidora municipal THAINA KATHLEEN DA SILVA VEGA, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR DE DIREÇÃO DE UNIDADE EDUCACIONAL, portadora da matrícula 7914, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de agosto de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

### Decreto 328

DECRETO Nº. 328/2017.

Dispõe sobre aquisição de Estabilidade de Servidor Público em razão da nomeação decorrente de Concurso Público e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso IV do Art. 66 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 41 da Constituição Federal, combinado com a Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações, Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ESTÁVEL o (a) servidor (a) público (a) municipal LUANDA BOSCHETTI, no cargo PSICOLOGA, portadora da matrícula 6874, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir 25 de agosto de 2017, em decorrência de investidura em cargo de provimento efetivo pelo período de 03 (três) anos e aprovação em Estágio Probatório, percebendo remuneração constante em quadro próprio.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de agosto de 2017.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.0067/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO DO CONTRATO

Contrato nº 0067/2017

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: PARANÁ EQUIPAMENTOS S/A

Objeto: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Recuperação de Escavadeira Hidráulica CAT 312C, incluindo Peças e Mão de Obra, para manutenção das atividades desenvolvidas junto a Secretaria de Infraestrutura.

Valor: R\$ 16.344,00 (dezesseis mil e trezentos e quarenta e quatro reais) de aditivo.

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo, de quantitativo de 40,26 %, com fundamentação legal em inciso I, "b" do art. 65 e §1º, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato.

Dotações: 3.3.90.39.17.00.00.00 (55/2017)

Licitação: Processo de Licitação nº 061/2017, Pregão Presencial Nº. 033/2017

Xaxim/SC, 25 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2017 DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 18/2005, DE 06 DE ABRIL DE 2005 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 190/2017

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 18/2005, DE 06 DE ABRIL DE 2005 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica revogada integralmente a Lei Complementar Municipal nº 18/2005, de 06 de abril de 2005, preservando-se o seu anexo único, o qual será parte integrante da Lei Complementar nº 96, de 31 de julho de 2012.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,  
em 24 de agosto de 2017.

LÍRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Silas David Parisotto.  
Procurador Geral do Município.

**LEI Nº 4283/2017, DE 17 DE AGOSTO DE 2017.  
RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA  
O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE XAXIM NO  
CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO CONSÓRCIO  
INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Lei nº 4283/2017, de 17 de agosto de 2017.

Ratifica o protocolo de intenções e autoriza o ingresso do município de Xaxim no consórcio público denominado consórcio intermunicipal catarinense – CIMCATARINA, e dá outras providências.

LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, em anexo.

Art. 2º - Fica autorizado o ingresso do Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei ocorrerão por conta dos recursos constante no orçamento do exercício em vigência.

Art. 4º - Os valores a serem repassados e a data de vigência constarão no Termo de Convênio a ser firmado entre as partes.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de agosto de 2017.

LÍRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Silas David Parisotto  
Procurador Geral do Município

# Consórcios

## CIMVI

### **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2017 - CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO A REFORMA E ADAPTAÇÕES DA CASA DE ACOLHIMENTO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA Nº012/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2017

CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO REFORMA E ADAPTAÇÕES PARA CASA DE ACOLHIMENTO EM CONFORMIDADE COM ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0900359-95.2016.8.24.0073, conforme Termo de Referência e demais documentos

#### REQUISIÇÃO

Excelentíssimo Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí,  
Md. Sr. Paulo Roberto Weiss

Considerando que o Ministério Público ajuizou ação civil pública que tramita perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Timbó sob nº 0900359-95.2016.8.24.0073 em desfavor dos Municípios de Timbó, Benedito Novo, Doutor Pedrinho e Rio dos Cedros (cópia do acordo entabulado em anexo);

Considerando que naqueles autos fora celebrado acordo que restou devidamente homologado pelo juízo de direito, no qual os municípios anteriormente citados assumiram o dever de providenciar local e sede com mobília, infraestrutura adequada e espaços mínimos definidos pela legislação e orientações técnicas vigentes, principalmente do CONANDA e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em área residencial e central dos municípios, a fim de acolher as crianças e os adolescentes residentes nos Municípios de Timbó, Rio dos Cedros, Doutor Pedrinho e Benedito Novo que receberem medidas de proteção de acolhimento, atendendo-se às exigências pactuadas no acordo, sem prejuízo de outras e do cumprimento dos requisitos legais para a adequada prestação desses serviços, conforme as normas vigentes na época e durante a execução dos serviços;

Considerando que a execução de tais serviços, foi pactuada pelos municípios que foram demandados naquela ação, no âmbito das multifinalitárias atribuições do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI;

Considerando que o acordo fez previsão de prazos para execução de etapas das obras, prazos estes que foram solicitados pelo órgão do Ministério Público atuante na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Timbó;

Considerando que, em resposta aos prazos pactuados no acordo, foi confeccionado cronograma o qual foi remetido com os demais documentos aos respectivos Gestores Municipais a fim de que promovessem suas respostas à requisição ministerial, bem como informassem nos autos da ação civil pública acima mencionada o cumprimento dos termos acordados;

Considerando que o cronograma de execução das obras (documentos anexos) previu o início de execução das mesmas de forma fracionada nos períodos de 15 de julho a 30 de outubro do corrente ano;

Considerando a urgência decorrente da necessidade de se atender à ordem judicial, tudo atrelado aos exíguos prazos que foram estabelecidos e repassados aos cumprimentos e execução por parte deste Consórcio;

Considerando que não havia qualquer imóvel passível de locação que atendesse as exigências contidas no acordo, em especial as derivadas do CONANDA e normativas SUAS;

Considerando a locação pelo CIMVI de imóvel na cidade de Rio dos Cedros, que, pela sua localização, condição física e tamanho seria possível de acomodar a demanda proposta, em especial a prevista no acordo judicial entabulado pelas partes;

Considerando que, mesmo no referido imóvel locado, se faz necessária a realização de obras e serviços para fins de adaptação do local e tendo em vista o prazo do acordo, bem como a pactuação de data fixa para início das atividades;

Considerando a inexistência de tempo hábil para realização de licitação e, por se tratar de ordem judicial, inclusive com a fixação de multa diária para o caso de descumprimento;

Considerando que a eventual ocorrência de intempéries climáticas poderá inviabilizar a execução imediata dos serviços destinados à reforma do imóvel, não havendo possibilidade (a priori) de prorrogação de prazos sem que haja imposição de sanções às municipalidades pactuantes;

Considerando os orçamentos que seguem em anexo;

Considerando o prejuízo à Administração bem como o interesse público;

Resta evidenciada a necessidade URGENTE e EMERGENTE de que se promova a contratação IMEDIATA de empresas para a realização dos serviços de reforma e adaptação, bem como fornecimento de materiais, dentro do cronograma de execução de obras, e em conformidade com o contido no acordo judicial celebrado, na forma dos anexos documentos e termo de referência.

Quanto ao valor para a realização da contratação, informa-se que entramos em contato com empresas especializadas na prestação dos serviços necessários, conforme documentação que segue em anexo, os quais encontram-se dentro da realidade de mercado.

Assim, evidenciada a URGÊNCIA e EMERGÊNCIA que a situação em tela demonstra é que dirijo a presente REQUISIÇÃO a fim de que se providencie a IMEDIATA contratação direta mediante dispensa de licitação, de empresas PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO REFORMA E ADAPTAÇÕES PARA CASA DE ACOLHIMENTO EM CONFORMIDADE COM ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0900359-95.2016.8.24.0073, conforme termo de referência em anexo, observando-se o menor dos valores quotados nas propostas encaminhadas que seguem anexas ao presente, e que, repita-se, encontram-se dentro da realidade de mercado.

Tendo em vista os motivos acima levantados, requisita-se a tomada de providências em caráter de URGÊNCIA.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

Timbó, 23 de Agosto de 2017.  
Fernando Tomaselli  
Diretor Executivo do CIMVI

**PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2017 - CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO A REFORMA E ADAPTAÇÕES DA CASA DE ACOLHIMENTO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA Nº012/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2017

CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO REFORMA E ADAPTAÇÕES PARA CASA DE ACOLHIMENTO EM CONFORMIDADE COM ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0900359-95.2016.8.24.0073, conforme Termo de Referência e demais documentos

REQUISITANTE: DIRETOR EXECUTIVO CIMVI

**PARECER**

O Ilmo. Sr. Fernando Tomaselli, Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, formulou requisição ao Presidente do CIMVI pleiteando, contratação direta de pessoas jurídicas PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO REFORMA E ADAPTAÇÕES PARA CASA DE ACOLHIMENTO EM CONFORMIDADE COM ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0900359-95.2016.8.24.0073, conforme Termo de Referência e demais documentos, sob a seguinte justificativa:

“Considerando que o Ministério Público ajuizou ação civil pública que tramita perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Timbó sob nº 0900359-95.2016.8.24.0073 em desfavor dos Municípios de Timbó, Benedito Novo, Doutor Pedrinho e Rio dos Cedros (cópia do acordo entabulado em anexo);

Considerando que naqueles autos fora celebrado acordo que restou devidamente homologado pelo juízo de direito, no qual os municípios anteriormente citados assumiram o dever de providenciar local e sede com mobília, infraestrutura adequada e espaços mínimos definidos pela legislação e orientações técnicas vigentes, principalmente do CONANDA e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em área residencial e central dos municípios, a fim de acolher as crianças e os adolescentes residentes nos Municípios de Timbó, Rio dos Cedros, Doutor Pedrinho e Benedito Novo que receberem medidas de proteção de acolhimento, atendendo-se às exigências pactuadas no acordo, sem prejuízo de outras e do cumprimento dos requisitos legais para a adequada prestação desses serviços, conforme as normas vigentes na época e durante a execução dos serviços;

Considerando que a execução de tais serviços, foi pactuada pelos municípios que foram demandados naquela ação, no âmbito das multifinalitárias atribuições do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI;

Considerando que o acordo fez previsão de prazos para execução de etapas das obras, prazos estes que foram solicitados pelo órgão do Ministério Público atuante na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Timbó;

Considerando que, em resposta aos prazos pactuados no acordo, foi confeccionado cronograma o qual foi remetido com os demais documentos aos respectivos Gestores Municipais a fim de que promovessem suas respostas à requisição ministerial, bem como informassem nos autos da ação civil pública acima mencionada o cumprimento dos termos acordados;

Considerando que o cronograma de execução das obras (documentos anexos) previu o início de execução das mesmas de forma fracionada nos períodos de 15 de julho a 30 de outubro do corrente ano;

Considerando a urgência decorrente da necessidade de se atender à ordem judicial, tudo atrelado aos exíguos prazos que foram estabelecidos e repassados aos cumprimento e execução por parte deste Consórcio;

Considerando que não havia qualquer imóvel passível de locação que atendesse as exigências contidas no acordo, em especial as derivadas do CONANDA e normativas SUAS;

Considerando a locação pelo CIMVI de imóvel na cidade de Rio dos Cedros, que, pela sua localização, condição física e tamanho seria possível de acomodar a demanda proposta, em especial a prevista no acordo judicial entabulado pelas partes;

Considerando que, mesmo no referido imóvel locado, se faz necessária a realização de obras e serviços para fins de adaptação do local e tendo em vista o prazo do acordo, bem como a pactuação de data fixa para início das atividades;

Considerando a inexistência de tempo hábil para realização de licitação e, por se tratar de ordem judicial, inclusive com a fixação de multa diária para o caso de descumprimento;

Considerando que a eventual ocorrência de intempéries climáticas poderá inviabilizar a execução imediata dos serviços destinados à reforma do imóvel, não havendo possibilidade (a priori) de prorrogação de prazos sem que haja imposição de sanções as municipalidades pactuantes;

Considerando os orçamentos que seguem em anexo;

Considerando o prejuízo à Administração bem como o interesse público;

Resta evidenciada a necessidade URGENTE e EMERGENTE de que se promova a contratação IMEDIATA de empresas para a realização dos serviços de reforma e adaptação, bem como fornecimento de materiais, dentro do cronograma de execução de obras, e em conformidade com o contido no acordo judicial celebrado, na forma dos anexos documentos e termo de referência.

Quanto ao valor para a realização da contratação, informa-se que entramos em contato com empresas especializadas na prestação dos serviços necessários, conforme documentação que segue em anexo, os quais encontram-se dentro da realidade de mercado.

Assim, evidenciada a URGÊNCIA e EMERGÊNCIA que a situação em tela demonstra é que dirijo a presente REQUISIÇÃO a fim de que se providencie a IMEDIATA contratação direta mediante dispensa de licitação, de empresas PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO REFORMA E ADAPTAÇÕES PARA CASA DE ACOLHIMENTO EM CONFORMIDADE COM ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0900359-95.2016.8.24.0073, conforme termo de referência em anexo, observando-se o menor dos valores quotados nas propostas encaminhadas que seguem anexas ao presente, e que, repita-se, encontram-se dentro da realidade de mercado.

Tendo em vista os motivos acima levantados, requisita-se a tomada de providências em caráter de URGÊNCIA.”

Juntou documentos comprobatórios.

Vierem os autos para parecer.

Justifica-se a dispensa de licitação para fornecimento de materiais e prestação de serviços objetivando reforma e adaptações para casa de acolhimento em conformidade com acordo celebrado nos autos da ação civil pública nº 0900359-95.2016.8.24.0073, conforme Termo de Referência e demais documentos, nos termos do art.24, IV, da Lei 8.666/93, que passo a transcrever:

“Art.24 – É dispensável a licitação (...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

Inicialmente cabe asseverar que a situação em tela decorrente de

emergência surgida devidamente evidenciada pelo acordo judicial homologado e pelos prazos para cumprimento de execução das obras e início de operação da casa de acolhimento, corroborada, inclusive, pelos documentos expedidos pelo departamento de engenharia do CIMVI, evidenciam, segundo análise técnica realizada pelo Diretor Executivo, que haverá prejuízo para a Administração, não havendo tempo hábil para lançamento de licitação (visto que o prazo de execução das obras conforme cronograma físico temporal já encontra-se fluindo) tendo o acordo pactuado entre os Municípios Consorciados para tal finalidade (Casa de Acolhimento) e o Ministério Público previsto uma série de sanções para o caso de descumprimento.

Outrossim, também dá conta da inexistência de outro local que preenchesse todos os requisitos do acordo entabulado, sendo que a casa locada pelo CIMVI, mesmo cumprindo uma série de requisitos, ainda necessita das reformas e adaptações necessárias a sua perfeita operação como Casa de Acolhimento.

Além da premente necessidade da contratação releva-se ainda, a possibilidade de risco às crianças e adolescentes, visto que os Municípios, diante da expectativa de operação da Casa de Acolhimento na data acordada possivelmente irão romper os contratos que atualmente mantém com instituições de acolhimento.

Neste compasso, cabe transcrever algumas linhas da petição inicial da ação civil pública, referenciada na requisição de contratação direta efetivada pelo Diretor Executivo do CIMVI:

"A situação, portanto, é gravíssima. Perpassa pelo um perigo concreto de que as crianças e os adolescentes acolhidos estejam desamparados, sem o atendimento necessário e prioritário que merecem, a fim de se promover o seu retorno à família de origem ou sua colocação, em tempo, em família substituta. É um cenário desolador, de desrespeito aos seus interesses de pessoas em desenvolvimento, tudo sob a batuta do próprio Estado, agente que deveria zelar por esses direitos, inclusive contra a vontade dos pais. Esse quadro de manutenção em entidade distante do seu município de origem é demasiadamente nefasto para as crianças e os adolescentes, com efetivos prejuízos para o seu retorno ao lar, notórios e conhecidos cientifica e faticamente. A exigência do art. 101, §7º, não é letra morta e feita de forma desproporcional ou divorciada da realidade admitindo que os municípios escudem se em dificuldades aparentes, ausência de vagas nas entidades de municípios limítrofes, preços etc, para impor acolhimentos em longínquas praças em desrespeito aos direitos dos acolhidos."

(Grifo e subscrito são do original)

A Constituição da República Federativa de 1988 estabelece em seu art. 227, caput, que:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Nessa esteira, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou

outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Acerca disso, VÁLTER KENJI ISHIDA leciona:

Pode-se falar conforme acima aludido na existência da doutrina da proteção integral. Para assegurar a mesma, formularam-se princípios menoristas, destacando-se o da prioridade absoluta, e o do melhor interesse e o da municipalização [...] o princípio da prioridade absoluta possui o status constitucional, com a previsão no art. 227 da Carta Magna. A prioridade absoluta significa primazia, destaque em todas as esferas de interesse, incluindo a esfera judicial, extrajudicial ou administrativa.

(Estatuto da Criança e do Adolescente. 12. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. págs. 6-7).

Às razões de ordem técnica apontadas pelo requisitante, bem como ao possível dano que poderá ser causado, devem ser ainda atrelado o fato apontado no requerimento proemial de que eventual alteração climática, como a ocorrência de chuvas do período poderão inviabilizar a execução dos serviços necessários às reformas e adaptações.

É patente o prejuízo para a Administração sendo também patente o prejuízo direto à população, que, também é acautelada pela contratação dos serviços em questão.

A Constituição Federal de 1998, no capítulo que trata das disposições gerais acerca da Administração Pública, estabelece no Art. 37, inciso XXI que as obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos específicos em lei, serão contratados mediante prévio processo de licitação pública, em que seja assegurado o atendimento ao princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, prevendo cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos expressos em lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia de cumprimento das obrigações.

Ocorre que, como toda regra não pode possuir um caráter absoluto, também não é diferente no caso das licitações, cuja lei 8.666/93 em seus artigos 24 e 25 fixam algumas situações que viabilizariam a contratação direta, haja vista razões de relevante interesse público e/ou outras circunstâncias expressamente contempladas pela lei como ensejadoras de dispensa ou de inexigibilidade.

Esta é a lição de Vera Lúcia Machado D'Ávila sobre o tema:

"O enfoque, portanto, delimitador da definição de emergência e urgência, parece convergir ao aspecto 'tempo', ou seja, à verificação de que a via normal de decurso de um procedimento licitatório, sem que medidas efetivas sejam imediatamente adotadas pelo administrador, pode transforma-se em resultado danoso às coisas e pessoas, comprometendo a segurança das mesmas."(DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. D'ÁVILA, Vera Lucia Machado. Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos. 3 ed. 1998. São Paulo. Malheiros, p. 91).

A dispensa de licitação por emergência somente será admissível se

a contratação direta for meio hábil e suficiente para debelar o risco de dano. Nesse sentido, nasce a obrigação de a Administração compor o nexo de causalidade entre a contratação pretendida e a supressão do risco de prejuízos a bens e pessoas. Assim aduz Marçal Justen Filho com clareza de verbo:

“Em última análise, aplica-se o princípio da proporcionalidade. A contratação deverá ser o instrumento satisfatório de eliminação do risco de sacrifício dos interesses envolvidos. Mas não haverá cabimento em promover contratações que ultrapassem a dimensão e os limites da preservação e realização dos valores em risco.” (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11ª ed., São Paulo: Dialética, 2005, p. 239).

Como dito acima, a contratação nestes casos necessita de prévia e ampla justificativa, não apenas sobre a emergência, mas também acerca da plena viabilidade do meio pretendido para atendimento da necessidade pública. A Administração deve proceder à solução compatível com a real necessidade que conduz à contratação.

Com maior rigor, mas na mesma linha de entendimento acerca dos pressupostos necessários à contratação direta por emergência, o Tribunal de Contas da União mantém o entendimento exarado conforme decisão do Plenário nº 347/94, de relatoria do Ministro Carlos Átila, abaixo transcrito:

“Calamidade pública. Emergência. Dispensa de licitação. Lei nº 8.666/93, art. 24, IV. Pressupostos para aplicação. 1 – que a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída a culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação; 2 – que exista urgência concreta e efetiva do atendimento a situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando afastar risco de danos a bens ou à saúde ou vida de pessoas; 3 – que o risco, além de concreto e efetivamente provável, se mostre iminente e especialmente gravoso; 4 – que a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, seja o meio adequado, efetivo e eficiente de afastar o risco iminente detectado.”

Isto posto, os argumentos e teses ora esposados conduzem a conclusão de que a contratação direta com base na dispensa de licitação por emergência terá assegurada sua legalidade e licitude, uma vez cabalmente demonstradas a potencialidade do dano o qual pretende combater, bem como a comprovação técnica de que o objeto a ser adquirido por meio da dispensa é essencial para a diminuição ou inoccorrência do prejuízo.

Por oportuno cabe ressaltar que o subscritor desta peça não detém habilitação técnica capaz de aferir quais são os meios mais adequados para o enfrentamento do problema, com o consequente afastamento do risco causado, mas que os fatos narrados pelos agentes públicos, em especial pelo Diretor Executivo, embasado em documentos do Departamento de Engenharia do CIMVI, que subscreve a requisição, gozam de fé pública no que afirmam, já que denotam a gravidade da situação.

Assim, sendo o requisitante Diretor Executivo do CIMVI e estribando sua requisição em informações oriundas de documentos advindos do Departamento de Engenharia, ou seja, de profissional técnico habilitado a confirmar a decisão do agente político, não compete a este órgão de assessoramento jurídico a análise de tais misteres. Ademais, os valores para contratação já foram cotados com empresas do ramo, declarando o requisitante que tais montantes encontram-se dentro do valor de mercado.

Desta forma, feitas as observações acima, mostra-se viável a contratação direta nos moldes em que solicitado, devendo ser observado, no que tange ao prazo máximo da contratação direta, o período

de 180 (cento e oitenta) dias, contados da ocorrência do fato gerador, em caráter precário, - OBSERVADO O PRAZO CONTIDO NO CRONOGRAMA FÍSICO TEMPORAL ELABORADO PELO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E OS PRAZOS PACTUADOS NO ACORDO JUICIAL (PREVALECENDO SEMPRE O MENOR PRAZO) - viabilizando-se a contratação de empresas PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO REFORMA E ADAPTAÇÕES PARA CASA DE ACOLHIMENTO EM CONFORMIDADE COM ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0900359-95.2016.8.24.0073, conforme Termo de Referência e demais documentos.

Outrossim, deverá a Administração atentar-se para os valores praticados no mercado, vedando-se a contratação por valores exorbitantes.

No mais, tendo em vista que na situação vertente acodem todos os requisitos mencionados acima, verifico que encontra-se perfeitamente adequada a hipótese em tela ao dispositivo da lei de licitação autorizador da dispensa de licitação, desde que, é claro, observado o acima mencionado.

Ante o exposto, é o PARECER, s.m.j, pela contratação direta de empresas PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO REFORMA E ADAPTAÇÕES PARA CASA DE ACOLHIMENTO EM CONFORMIDADE COM ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0900359-95.2016.8.24.0073, conforme Termo de Referência e demais documentos, na forma do anexo termo de referência constante do pedido prefacial, nos moldes preconizados acima.

Ao Exmo. Sr. Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí para que, querendo, ratifique as razões da justificativa, e proceda a contratação direta mediante dispensa de licitação.

Timbó, 23 de Agosto de 2017.

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo  
Advogado  
OAB/SC 17.721

## **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2017 - CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO A REFORMA E ADAPTAÇÕES DA CASA DE ACOLHIMENTO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA Nº012/2017

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2017  
CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO REFORMA E ADAPTAÇÕES PARA CASA DE ACOLHIMENTO EM CONFORMIDADE COM ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0900359-95.2016.8.24.0073, conforme Termo de Referência e demais documentos

REQUISITANTE: DIRETOR EXECUTIVO CIMVI

### **RATIFICAÇÃO**

Analisando os documentos constantes do processo administrativo licitatório nº012/2017 – Justificativa constatei a presença de interesse público na contratação direta DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETIVANDO REFORMA E ADAPTAÇÕES PARA CASA DE ACOLHIMENTO EM CONFORMIDADE COM ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0900359-95.2016.8.24.0073, conforme Termo de Referência e demais documentos pelo Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, conforme apontado pelo Sr. Fernando Tomaselli, Dd. Diretor Executivo do CIMVI.

O parecer jurídico acostado aos autos dá conta da legalidade e

viabilidade do procedimento, mediante dispensa de licitação (art.24, IV, da Lei 8.666/93), razão pela qual convalido suas razões utilizando das mesmas como fundamento desta ratificação.

Destarte, promova-se a contratação direta, nos termos legais espostos no parecer jurídico, considerando-se ratificado o processo a partir da data de publicação da minuta do contrato (art.26 da Lei 8.666/93) a qual deverá fazer expressa menção a esta justificativa

e seu fundamento legal.  
P.R.I.A.-se.

Timbó, 23 de Agosto de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale  
CIMVI

## CIS-AMAVI

### RESOLUÇÃO 066/2017 CIS

RESOLUÇÃO Nº 066 de 25 de agosto de 2017.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021.

HUMBERTO PESSATTI, Presidente do Conselho de Administração do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS -AMAVI, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no Contrato de Consórcio Público.

#### CAPÍTULO I

##### DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1º Esta Resolução institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

I - Anexo I – Estimativa de Receita para o quadriênio 2018-2021;

II - Anexo II – Programas de Governo e o detalhamento sistemático dos Objetivos e Metas e Justificativas, discriminados através das respectivas Ações.

III - Anexo III – Compatibilidade das Fontes de Recurso.

Art. 2º O Plano Plurianual 2018-2021 organiza a atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Art. 3º Os Programas e ações deste Plano serão observados nas Resoluções de Diretrizes Orçamentárias, nas Resoluções Orçamentárias Anuais e nas Resoluções que as modifiquem.

Art. 4º Para efeito desta Resolução entende-se por:

I – Programa: instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido.

II – Ação: instrumento de Programação que contribui para atender ao objetivo de um Programa, podendo ser orçamentária ou não-orçamentária, sendo a orçamentária classificada, conforme a sua natureza, em:

a) Projeto: instrumento de Programação para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

b) Atividade: instrumento de Programação para alcançar o objetivo de um Programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo federal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 5º Os valores financeiros estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à Programação das despesas expressas nas Resoluções orçamentárias e em seus créditos adicionais.

#### CAPÍTULO II

##### DA GESTÃO DO PLANO

###### Seção I

###### Aspectos Gerais

Art. 6º A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de Programas.

Art. 7º Os Poderes Executivos dos municípios Consorciados manterão sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano, com característica de sistema estruturador de governo.

Art. 8º Caberá aos Poderes Executivos dos municípios Consorciados estabelecerem normas complementares para a gestão do Plano Plurianual 2018-2021.

###### Seção II

###### Das Revisões e Alterações do Plano

Art. 9º A exclusão ou a alteração de Programas constantes desta Resolução ou a inclusão de novo Programa serão propostas pelo Conselho de Administração, por meio de projeto de Resolução de revisão anual ou específico de alteração da Resolução do Plano Plurianual.

§ 1º Os projetos de Resolução de revisão anual serão encaminhados à Assembleia Geral, até 31 de agosto de 2018, 2019 e 2020.

§ 2º Os projetos de Resolução de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I – inclusão de Programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o Programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o Programa proposto;

II – alteração ou exclusão de Programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de Programa:

I – modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do Programa;

II – inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III – alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3º poderão ocorrer por intermédio da proposta orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de Resolução de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

Art. 10 A Diretoria Executiva fica autorizado a:

I – alterar o órgão responsável por Programas e ações;

II – alterar os indicadores dos Programas e seus respectivos índices;

III – adequar a meta física de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas Resoluções orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por Resoluções que alterem o Plano Plurianual.

Seção III

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 11 A Diretoria Executiva instituirá o Sistema de Monitoramento

e Avaliação do Plano Plurianual 2018-2021.

Art. 12 A Diretoria Executiva enviará à Assembleia Geral, até o dia 15 de setembro de cada exercício, a partir de 2019, o relatório de avaliação do Plano executado no exercício anterior, que conterá:

I – avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II – demonstrativo, na forma dos Anexos II desta Resolução, contendo, para cada Programa a execução física e orçamentária das ações orçamentárias nos exercícios de vigência deste Plano;

III – avaliação, por Programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias;

### CAPÍTULO III

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. A Diretoria Executiva divulgará, pela Internet, pelo menos uma vez em cada um dos anos subsequentes à aprovação do Plano, em função de alterações ocorridas:

I – texto atualizado da Resolução do Plano Plurianual;

II – anexos atualizados incluindo a discriminação das ações em cada um dos Programas, em função dos valores das ações aprovadas pelo Conselho de Administração.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de agosto de 2017.

HUMBERTO PESSATTI

Presidente do Conselho de Administração

## CIS/AMMVI

### DECISÃO - PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 01-2017 - CISAMVI

DECISÃO DO PRESIDENTE DO CISAMVI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2017

REFERÊNCIA: – EDITAL DE PREGÃO Nº 002/2016; 004/2015; 005/2016 E 007/2016.

OBJETO: INADIMPLÊNCIA CONTRATUAL – ATRASO E FALTA DE ENTREGA DE MEDICAMENTOS

RECORRENTE: DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

RECORRIDO: DIRETOR EXECUTIVO

01. O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso de sua competência e tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93 e após análise detalhada do processo em epígrafe, especialmente da Defesa/justificativa apresentada pela empresa recorrente, adoto como razões de relatar, fundamentar e decidir, o que consta do Parecer Jurídico nº 030/2017, cujo teor aprovo nos termos seguintes:

“III FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Sendo público e notório que o pregão se caracteriza pela inversão

das fases, com a habilitação ocorrendo após o julgamento das propostas, pois, se fosse nos termos da Lei de Licitações, poderiam ocorrer lances irresponsáveis, bem como, o licitante depois de conhecer os preços dos demais competidores, poderia solicitar a sua desistência, certamente esse foi o entendimento do legislador para disciplinar esta inversão.

Por outro lado, a lei 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, não cogita qualquer hipótese de desistência de proposta, concluindo-se que a norma impõe ao licitante o “dever” de honrar a proposta formulada, rejeitando qualquer atuação do particular em descumprir o acordo firmado com o Estado.

O artigo 21, § 4º do Decreto nº 5.450/2005, que disciplina o pregão eletrônico assim dispõe:

Art. 21. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

...

§ 4º Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Ao analisar o referido artigo, leciona Marçal Justen Filho que: "Ali está previsto que o sujeito pode retirar (ou substituir) a sua proposta até a abertura da sessão de pregão. Ou seja, iniciada as atividades licitatórias, em sentido próprio, não cabe a desistência" (in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14ª Ed. São Paulo: Dialética, 2010, p, p.610).

Segundo a doutrina a celeridade que o pregão proporciona nas contratações é um de seus diferenciais, vejamos:

"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que lhe confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução as proposta" (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 484).

O doutrinador Jessé Torres Pereira Junior alerta que a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração "frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração".

Ressalta ainda Jessé que "ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração."

No caso em tela, não há fundamento plausível para considerar as justificativas da empresa DIMACI, bem como não foi demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa, vencedora não atender sob o argumento de problema com os fornecedores, pois todos os Editais que a empresa se habilitou assim prevê:

"Caso o Laboratório fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado a empresa vencedora deverá substituir o produto a ser fornecido por outro com a mesma composição e concentração, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação deste para o produto substituto proposto."

Portanto, o argumento utilizado pela requerente, demonstra que suas participações nos certames se deram de forma temerária, pois se o objetivo maior dos procedimentos licitatórios é selecionar o melhor preço, espera-se em contrapartida que os participantes apresentem valores condizentes a realidades e que possam praticar, bem como ofertem produtos que tenham disponibilidade para entrega.

Constatado o descumprimento da obrigação, a tomada de providências constitui em um "poder-dever" da Administração Pública, em função do princípio da indisponibilidade do interesse público. Desta forma, a contratualização entre as partes garante ao órgão gerenciador e aos órgãos participantes, de forma subsidiária, a aplicação de sanções administrativas no caso de inexecução do objeto.

Atrasos, a não de entrega e pedidos de cancelamentos de medicamentos, são condutas injustificáveis e reprováveis, pois quem sofre as consequências direta e imediata pela não entrega dos medicamentos é o usuário do SUS, ou seja, a população mais carente, que depende exclusivamente desses medicamentos para manter ou remediar sua saúde.

Neste sentido a jurisprudência já consolidou entendimento que constatado o não cumprimento do acordo firmado, nasce o "dever" da atuação do agente administrativo, por tratar-se de ato vinculado, conforme segue:

ADMINISTRATIVO - APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - ATRASO NA ENTREGA DO MATERIAL LICITADO - DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO - APLICAÇÃO DE

PENALIDADES - SUSPENSÃO - POSSIBILIDADE - ARTS. 86 E 87 DA LEI Nº 8.666/93 - REGULAR PROCESSO ADMINISTRATIVO - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. 1- Dos documentos constantes dos autos, extrai-se que não obstante ter ocorrido a inexecução parcial do contrato em virtude do atraso na entrega de diversos pedidos, houve ainda a inexecução total do contrato, uma vez que alguns pedidos sequer foram entregues, o que por si só já seria suficiente para a aplicação do art. 87, da Lei nº 8.666/93. 2- Tanto o processo de suspensão como o de advertência seguiram por seu rito normal com amplo direito de defesa e contraditório à impetrante, como se pode ser constatado nos documentos constantes dos autos. 3- Uma vez averiguada a inexecução parcial ou total, bem como o atraso injustificado do contrato, condutas previstas nos arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, nasce para o agente administrativo o dever de tomar as providências cabíveis, instaurando o devido processo administrativo, a fim de aplicar as sanções preceituadas. Trata-se a toda vista, de ato vinculado. 4 - O regular processo administrativo, com direito a ampla defesa foi devidamente instaurado pela Administração tanto no tocante a aplicação de advertência quanto no tocante a aplicação de suspensão. 5 - A impetrante tinha conhecimento da abertura dos processos, mormente o de suspensão como a própria declara em uma de suas defesas, até porque dele participou desde a sua efetiva abertura até a data da aplicação da sanção de suspensão, portanto não há fundamento a amparar a alegação de cerceamento de defesa. 6 - Apelação e remessa necessária providas. Sentença reformada. (grifo nosso) (TRF-2 - AMS: 200551010068401 RJ 2005.51.01.006840-1, Relator: Juiz Federal Convocado LEOPOLDO MUYLAERT, Data de Julgamento: 22/11/2010, SEXTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: E-DJF2R - Data: 06/12/2010 - Página: 299).

#### IV – REVISÃO DO VALOR DA MULTA

Considerando que a Diretoria Executiva acompanhou o entendimento do Parecer Jurídico nº 026/2017, em indeferir a conversão da multa pecuniária em advertência, como também, acatou o entendimento de rever o valor desta, para que incida sobre o valor já pago à empresa nos contratos em questão, juntamente com os valores de medicamentos não entregues, ou seja, o total já faturado para a empresa.

Desta feita, diante da inadimplência, inclusive reconhecida pela própria empresa DIMACI/SC, bem como com a compilação das informações contidas neste Processo Administrativo, com os parâmetros de penalidade definidos nos instrumentos convocatórios nºs 002/2016; 004/2015; 005/2016 e 007/2016, e com a planilha anexa as folhas 706, exemplificada no Memorando nº 24/2017 – CISAMVI (FLS. 707), tendo o cálculo da penalidade pecuniária apurada sobre o total já faturado para a Empresa totalizando o valor total da multa em R\$105.307,18 (cento e cinco mil trezentos e sete reais e dezoito centavos), correspondendo a 10% (dez por cento) do valor total faturado de R\$1.053.071,80 (um milhão cinquenta e três mil setenta e um reais e oitenta centavos).

Ante o exposto, não tendo à empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega dos itens registrados em ata, tendo assim a Administração o "dever" de aplicar as sanções necessárias a fim de coibir esse tipo de ação, bem como prevenir a população dos maléficos provocados por esse tipo de fornecedor.

Segundo o doutrinador Marçal Justen Filho, em seu introito sobre o sancionamento na esfera administrativa, assim orienta: "Trata-se de impor ao infrator um sofrimento compatível com a culpabilidade demonstrada e com os danos provocados por sua conduta."

Neste norte, visualizando o rol de penalidades possíveis, não se vislumbra alternativa da não aplicação da pena pecuniária, sendo

cabível ainda a aplicação da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, contudo devido ao princípio da continuidade da prestação do serviço público e do interesse público em restabelecer o fornecimento aos municípios, usuários do SUS, por hora a aplicação da multa pecuniária se dá como efeito punitivo e educativo.

Registra-se que os medicamentos objeto das respectivas licitações visam atender a população dos órgãos participantes, sendo indispensáveis à manutenção e a prevenção da saúde, por ser dever do Estado, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, punir terceiros que se comprometem ao fornecimento de medicamentos e não executam, prejudicando tanto a Administração Pública quanto a população.

Neste sentido o Tribunal Regional Federal da 4ª Região já se manifestou:

**MANDADO DE SEGURANÇA. APLICAÇÃO DE PENALIDADES EM VIRTUDE DE ATRASO NA ENTREGA DE MEDICAMENTOS. DESCREDENCIAMENTO DO SICAF. POSSIBILIDADE.** 1. A atuação da imetrante no campo da saúde pública é de extrema importância e responsabilidade, não devendo a administração poupar esforços para evitar que reiteradas condutas de descaso e falta de compromisso, como as demonstradas no procedimento administrativo, continuem a afetar o já sensível e insuficiente sistema de saúde pública. 2. Não se reveste de desproporcionalidade ou ilegalidade a imposição da sanção de descredenciamento do SICAF por nove meses, a qual está respaldada pelo art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

(TRF-4 - AC: 50143729120134047200 SC 5014372-91.2013.404.7200, Relator: MARGA INGE BARTH TESSLER, Data de Julgamento: 11/12/2013, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 12/12/2013) (grifo nosso)

#### V- CONCLUSÃO

Ante o Exposto e, com fulcro nas considerações e fundamentações apresentadas, esta Assessoria Jurídica recomenda:

I – Conforme fundamentação supra e considerando o Parecer 026/2017, devidamente acatado pelo Diretor Executivo, seja revisto o valor da multa referente ao Auto de Infração nº 001/017, aplicando a pena pecuniária à Empresa DIMACI/SC no valor de R\$105.307,18 (cento e cinco mil trezentos e sete reais e dezoito centavos), correspondendo a 10% (dez por cento) do valor total faturado de R\$1.053.071,80 (um milhão cinquenta e três mil setenta e um reais e oitenta centavos), referente aos contratos inadimplidos, conforme planilha anexa;

II – O valor total da penalidade pecuniária – multa especificada, deverá ser depositada na conta corrente nº. 148-3, mantida pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, junto a agência 0852, da Caixa Econômica Federal, operação nº. 006, no prazo de 10 (dez), sob pena de retenção dos valores, nos termos dos editais e respectivos contratos em discussão;

III – Seja encaminhado o presente Parecer a Diretoria Executiva para manifestação do Presidente a cerca deste Parecer,

IV – Caso seja adotado as razões e fundamentos aqui apresentados, seja Notificada a Empresa DIMACI/SC, agora SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, em prestígio ao contraditório e a ampla defesa, previstos no Art.5º, inciso LV, da CF/88, configurando a Decisão de Segunda Instância;

V – Cientificando a Empresa ainda, que o presente processo ficará suspenso pelo prazo de 90 (noventa) dias, e em caso de reincidência de quaisquer inadimplências elencadas neste processo, os respectivos contratos serão resididos unilateralmente, aplicando-se a penalidade suspensão pelo prazo de 12 (doze) meses de participar em quaisquer licitações e impedimento de contratar com o CISAMVI;”

#### DECIDO

02. Reformar a decisão proferida em 10/05/2017, pelo Diretor Executivo, APLICANDO A PENALIDADE PECUNIÁRIA à empresa DIMACI/SC no valor de R\$105.307,18 (cento e cinco mil trezentos e sete reais e dezoito centavos), correspondendo a 10% (dez por cento) do valor total faturado de R\$1.053.071,80 (um milhão cinquenta e três mil setenta e um reais e oitenta centavos), referente aos contratos inadimplidos, conforme planilha acostada as folhas 706 e com fulcro no artigo 86 e inciso II do Artigo 87, ambos da Lei nº 8.666/86, bem como o disposto no item 10.2, constantes nos Contratos inadimplidos e nos respectivos atos convocatório;

03. Intime-se a Empresa DIMACI/SC, agora SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA:

a) Que o valor total da penalidade pecuniária – multa especificada, deverá ser depositada depositada na conta corrente nº. 148-3, mantida pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, junto a agência 0852, da Caixa Econômica Federal, operação nº. 006, no prazo de 10 (dez), sob pena de retenção dos valores, nos termos dos editais e respectivos contratos em discussão;

b) Que o presente processo ficará suspenso pelo prazo de 90 (noventa) dias, e em caso de reincidência de quaisquer inadimplências elencadas neste processo, os respectivos contratos serão resididos unilateralmente, aplicando-se a penalidade suspensão pelo prazo de 12 (doze) meses de participar em quaisquer licitações, bem como ficando a Empresa impedida de contratar com o CISAMVI;

c) Em caso da constatação do não recolhimento da penalidade pecuniária – Multa, deve ser encaminhado à contabilidade, cópia dos autos para que se efetive a retenção, de valores, até o limite da penalidade imposta, conforme termos previstos nos editais convocatórios e respectivos contratos em discussão. Que assim, o valor se converta em receita orçamentária do CISAMVI.

d) Em respeito ao disposto ao no Inciso LV do artigo 5º da CF/88, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prestigiando o princípio do contraditório e da ampla defesa, para que apresente manifestação.

e) Constatada a quitação da penalidade imposta, não havendo manifestação e transcorrido o prazo previsto na alínea “b”, archive-se os autos com determinação de apensação ao processo principal, cientificando-a, que as obrigações contratuais permanecem vigentes até o término dos respectivos Contratos.

Blumenau (SC) 27 de julho de 2017.

Matias Kohler

Presidente CISAMVI

**CIS/AMUREL****EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 56/2017 - HOSPITAL SÃO CAMILO****EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Credenciamento nº. 56/2017.

Contratante: CISAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL

Contratado: HOSPITAL SÃO CAMILO – Imbituba SC

Objeto: O Credenciado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, Consultas Especializadas de cabeça/pescoço, ortopedia, urologia e clínico geral.

Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 01/2012).

Data da Assinatura: 17/08/2017.

Assinantes: Clésio Bardini De Biasi pelo Contratante e Célia Volpato – Irmã, pelo Contratado.

**CIS/AMURES****DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS JULHO 2017 - CIS/AMURES**

Betha Sistema

**SANTA CATARINA - CONSORCIO**

Exercício de 2017

**CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Julh

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>Recurso</b>	<b>597.239,07</b>	<b>3.297.417,9</b>
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	597.239,07	3.297.417,9
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	4.210,87	29.200,4
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	4.210,87	29.200,4
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	4.210,87	29.200,4
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc Rec Não Vinculados	4.210,87	29.200,4
1.3.2.5.02.03.00.00.00	Aplicação Financeira Rec Não Vinculados	0080 4.210,87	29.200,4
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	441.251,12	2.047.987,6
1.6.0.0.05.00.00.00.00	Serviços de Saúde	441.251,12	2.047.987,6
1.6.0.0.05.99.00.00.00	Outros Serviços de Saúde	441.251,12	2.047.987,6
1.6.0.0.05.99.01.00.00	SERVIÇOS - ANITA GARIBALDI	0080 29.461,05	128.973,9
1.6.0.0.05.99.02.00.00	SERVIÇOS - BOCAINA DO SUL	0080 12.099,74	49.671,9
1.6.0.0.05.99.03.00.00	SERVIÇOS - BOM JARDIM DA SERRA	0080 18.493,26	106.996,7
1.6.0.0.05.99.04.00.00	SERVIÇOS - BOM RETIRO	0080 26.725,91	105.711,9
1.6.0.0.05.99.05.00.00	SERVIÇOS - CAMPO BELO DO SUL	0080 20.470,27	76.767,5
1.6.0.0.05.99.06.00.00	SERVIÇOS - CAPÃO ALTO	0080 5.580,92	71.573,8
1.6.0.0.05.99.07.00.00	SERVIÇOS - CELSO RAMOS	0080 11.031,41	63.889,6
1.6.0.0.05.99.08.00.00	SERVIÇOS - CERRO NEGRO	0080 9.966,78	61.728,2
1.6.0.0.05.99.09.00.00	SERVIÇOS - CORREIA PINTO	0080 19.605,54	89.763,8
1.6.0.0.05.99.10.00.00	SERVIÇOS - LAGES	0080 30.713,79	129.738,7
1.6.0.0.05.99.11.00.00	SERVIÇOS - OTACILIO COSTA	0080 30.245,79	142.632,1
1.6.0.0.05.99.12.00.00	SERVIÇOS - PAINEL	0080 13.159,46	93.180,8
1.6.0.0.05.99.13.00.00	SERVIÇOS - PALMEIRA	0080 11.820,28	82.628,6
1.6.0.0.05.99.14.00.00	SERVIÇOS - PONTE ALTA	0080 31.695,73	107.748,9
1.6.0.0.05.99.15.00.00	SERVIÇOS - PONTE ALTA DO NORTE	0080 28.429,86	81.195,3
1.6.0.0.05.99.16.00.00	SERVIÇOS - RIO RUFINO	0080 12.166,22	60.626,4
1.6.0.0.05.99.17.00.00	SERVIÇOS - SÃO JOAQUIM	0080 50.954,49	229.064,3
1.6.0.0.05.99.18.00.00	SERVIÇOS - SÃO JOSÉ DO CERRITO	0080 17.506,29	83.504,2
1.6.0.0.05.99.19.00.00	SERVIÇOS - SANTA CECILIA	0080 7.667,64	32.534,0
1.6.0.0.05.99.20.00.00	SERVIÇOS - SÃO CRISTOVÃO DO SUL	0080 16.650,38	81.464,5
1.6.0.0.05.99.21.00.00	SERVIÇOS - URUBICI	0080 11.146,27	53.997,1
1.6.0.0.05.99.22.00.00	SERVIÇOS - URUPEMA	0080 12.765,96	65.262,7
1.6.0.0.05.99.23.00.00	SERVIÇOS - FREI ROGERIO	0080 7.010,27	32.215,6
1.6.0.0.05.99.24.00.00	SERVIÇOS - MONTE CARLO	0080 5.813,81	17.013,8
1.6.0.0.05.99.25.00.00	SERVIÇOS - VARGEM	0080 70,00	102,2
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	151.777,08	1.219.961,4
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	151.777,08	1.219.961,4
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	151.777,08	1.219.961,4
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	151.777,08	1.219.961,4
1.7.2.3.37.01.00.00.00	ANITA GARIBALDI	6.077,68	36.466,0
1.7.2.3.37.01.01.00.00	ANITA GARIBALDI - PESSOAL	0081 3.779,10	22.674,6
1.7.2.3.37.01.02.00.00	ANITA GARIBALDI - CONSUMO	0082 2.290,68	13.744,0
1.7.2.3.37.01.03.00.00	ANITA GARIBALDI - INVESTIMENTO	0083 7,90	47,4
1.7.2.3.37.02.00.00.00	BOCAINA DO SUL	4.181,44	25.088,6
1.7.2.3.37.02.01.00.00	BOCAINA DO SUL - PESSOAL	0081 2.600,02	15.600,1
1.7.2.3.37.02.02.00.00	BOCAINA DO SUL - CONSUMO	0082 1.575,98	9.455,8
1.7.2.3.37.02.03.00.00	BOCAINA DO SUL - INVESTIMENTO	0083 5,44	32,6
1.7.2.3.37.03.00.00.00	BOM JARDIM DA SERRA	6.661,14	44.863,6
1.7.2.3.37.03.01.00.00	BOM JARDIM DA SERRA - PESSOAL	0081 4.141,90	27.896,2
1.7.2.3.37.03.02.00.00	BOM JARDIM DA SERRA - CONSUMO	0082 2.510,58	16.909,1
1.7.2.3.37.03.03.00.00	BOM JARDIM DA SERRA - INVESTIMENTO	0083 8,66	58,3
1.7.2.3.37.04.00.00.00	BOM RETIRO	6.588,21	46.336,2
1.7.2.3.37.04.01.00.00	BOM RETIRO - PESSOAL	0081 4.096,55	28.811,8
1.7.2.3.37.04.02.00.00	BOM RETIRO - CONSUMO	0082 2.483,10	17.464,1
1.7.2.3.37.04.03.00.00	BOM RETIRO - INVESTIMENTO	0083 8,56	60,2
1.7.2.3.37.05.00.00.00	CAMPO BELO DO SUL	6.746,23	40.477,3
1.7.2.3.37.05.01.00.00	CAMPO BELO DO SUL - PESSOAL	0081 4.194,81	25.168,8
1.7.2.3.37.05.02.00.00	CAMPO BELO DO SUL - CONSUMO	0082 2.542,65	15.255,9
1.7.2.3.37.05.03.00.00	CAMPO BELO DO SUL - INVESTIMENTO	0083 8,77	52,6
1.7.2.3.37.06.00.00.00	CAPÃO ALTO	13.200,72	90.063,1
1.7.2.3.37.06.01.00.00	CAPÃO ALTO - PESSOAL	0081 8.208,21	56.001,2
1.7.2.3.37.06.02.00.00	CAPÃO ALTO - CONSUMO	0082 4.975,35	33.944,7
1.7.2.3.37.06.03.00.00	CAPÃO ALTO - INVESTIMENTO	0083 17,16	117,0
1.7.2.3.37.07.00.00.00	CELSO RAMOS	3.646,61	24.090,7
1.7.2.3.37.07.01.00.00	CELSO RAMOS - PESSOAL	0081 2.267,46	14.979,6
1.7.2.3.37.07.02.00.00	CELSO RAMOS - CONSUMO	0082 1.374,41	9.079,8

Betha Sistemas

Exercício de 2017

**SANTA CATARINA - CONSORCIO****CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Julho

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>Recurso</b>	<b>597.239,07</b>	<b>3.297.417,90</b>
1.7.2.3.37.07.03.00.00 CELSO RAMOS - INVESTIMENTO	0083	4,74	31,31
1.7.2.3.37.08.00.00.00 CERRO NEGRO		2.941,60	20.636,35
1.7.2.3.37.08.01.00.00 CERRO NEGRO - PESSOAL	0081	1.829,09	12.831,70
1.7.2.3.37.08.02.00.00 CERRO NEGRO - CONSUMO	0082	1.108,69	7.777,85
1.7.2.3.37.08.03.00.00 CERRO NEGRO - INVESTIMENTO	0083	3,82	26,80
1.7.2.3.37.09.00.00.00 CORREIA PINTO		5.202,49	31.214,94
1.7.2.3.37.09.01.00.00 CORREIA PINTO - PESSOAL	0081	3.234,91	19.409,46
1.7.2.3.37.09.02.00.00 CORREIA PINTO - CONSUMO	0082	1.960,82	11.764,92
1.7.2.3.37.09.03.00.00 CORREIA PINTO - INVESTIMENTO	0083	6,76	40,56
1.7.2.3.37.11.00.00.00 OTACILIO COSTA		10.526,54	70.834,48
1.7.2.3.37.11.01.00.00 OTACILIO COSTA - PESSOAL	0081	6.545,41	44.044,92
1.7.2.3.37.11.02.00.00 OTACILIO COSTA - CONSUMO	0082	3.967,45	26.697,50
1.7.2.3.37.11.03.00.00 OTACILIO COSTA - INVESTIMENTO	0083	13,68	92,06
1.7.2.3.37.12.00.00.00 PAINEL		6.345,10	41.381,49
1.7.2.3.37.12.01.00.00 PAINEL - PESSOAL	0081	3.945,38	25.731,00
1.7.2.3.37.12.02.00.00 PAINEL - CONSUMO	0082	2.391,47	15.596,69
1.7.2.3.37.12.03.00.00 PAINEL - INVESTIMENTO	0083	8,25	53,80
1.7.2.3.37.13.00.00.00 PALMEIRA		4.935,08	33.430,74
1.7.2.3.37.13.01.00.00 PALMEIRA - PESSOAL	0081	3.068,63	20.787,21
1.7.2.3.37.13.02.00.00 PALMEIRA - CONSUMO	0082	1.860,03	12.600,04
1.7.2.3.37.13.03.00.00 PALMEIRA - INVESTIMENTO	0083	6,42	43,49
1.7.2.3.37.14.00.00.00 PONTE ALTA		4.339,46	28.249,04
1.7.2.3.37.14.01.00.00 PONTE ALTA - PESSOAL	0081	2.698,28	17.565,27
1.7.2.3.37.14.02.00.00 PONTE ALTA - CONSUMO	0082	1.635,54	10.647,05
1.7.2.3.37.14.03.00.00 PONTE ALTA - INVESTIMENTO	0083	5,64	36,72
1.7.2.3.37.15.00.00.00 PONTE ALTA DO NORTE		2.212,28	11.061,40
1.7.2.3.37.15.01.00.00 PONTE ALTA DO NORTE - PESSOAL	0081	1.375,59	6.877,95
1.7.2.3.37.15.02.00.00 PONTE ALTA DO NORTE - CONSUMO	0082	833,81	4.169,05
1.7.2.3.37.15.03.00.00 PONTE ALTA DO NORTE - INVESTIMENTO	0083	2,88	14,40
1.7.2.3.37.16.00.00.00 RIO RUFINO		2.187,97	15.894,62
1.7.2.3.37.16.01.00.00 RIO RUFINO - PESSOAL	0081	1.360,48	9.883,28
1.7.2.3.37.16.02.00.00 RIO RUFINO - CONSUMO	0082	824,65	5.990,70
1.7.2.3.37.16.03.00.00 RIO RUFINO - INVESTIMENTO	0083	2,84	20,64
1.7.2.3.37.17.00.00.00 SÃO JOAQUIM		12.400,00	74.400,00
1.7.2.3.37.17.01.00.00 SÃO JOAQUIM - PESSOAL	0081	7.710,32	46.261,92
1.7.2.3.37.17.02.00.00 SÃO JOAQUIM - CONSUMO	0082	4.673,56	28.041,36
1.7.2.3.37.17.03.00.00 SÃO JOAQUIM - INVESTIMENTO	0083	16,12	96,72
1.7.2.3.37.18.00.00.00 SÃO JOSÉ DO CERRITO		6.223,55	37.341,30
1.7.2.3.37.18.01.00.00 SÃO JOSÉ DO CERRITO - PESSOAL	0081	3.869,80	23.218,80
1.7.2.3.37.18.02.00.00 SÃO JOSÉ DO CERRITO - CONSUMO	0082	2.345,66	14.073,96
1.7.2.3.37.18.03.00.00 SÃO JOSÉ DO CERRITO - INVESTIMENTO	0083	8,09	48,54
1.7.2.3.37.19.00.00.00 SANTA CECILIA		2.200,12	14.844,59
1.7.2.3.37.19.01.00.00 SANTA CECILIA - PESSOAL	0081	1.368,03	9.230,34
1.7.2.3.37.19.02.00.00 SANTA CECILIA - CONSUMO	0082	829,23	5.594,95
1.7.2.3.37.19.03.00.00 SANTA CECILIA - INVESTIMENTO	0083	2,86	19,30
1.7.2.3.37.20.00.00.00 SÃO CRISTOVÃO DO SUL		4.461,02	28.456,29
1.7.2.3.37.20.01.00.00 SÃO CRISTOVÃO DO SUL - PESSOAL	0081	2.773,86	17.694,10
1.7.2.3.37.20.02.00.00 SÃO CRISTOVÃO DO SUL - CONSUMO	0082	1.681,36	10.725,19
1.7.2.3.37.20.03.00.00 SÃO CRISTOVÃO DO SUL - INVESTIMENTO	0083	5,80	37,00
1.7.2.3.37.21.00.00.00 URUBICI		401,13	6.261,77
1.7.2.3.37.21.01.00.00 URUBICI - PESSOAL	0081	249,42	3.893,55
1.7.2.3.37.21.02.00.00 URUBICI - CONSUMO	0082	151,19	2.360,09
1.7.2.3.37.21.03.00.00 URUBICI - INVESTIMENTO	0083	0,52	8,13
1.7.2.3.37.22.00.00.00 URUPEMA		4.886,46	31.819,29
1.7.2.3.37.22.01.00.00 URUPEMA - PESSOAL	0081	3.038,40	19.785,23
1.7.2.3.37.22.02.00.00 URUPEMA - CONSUMO	0082	1.841,71	11.992,71
1.7.2.3.37.22.03.00.00 URUPEMA - INVESTIMENTO	0083	6,35	41,35
1.7.2.3.37.23.00.00.00 FREI ROGERIO		1.555,89	10.574,03
1.7.2.3.37.23.01.00.00 FREI ROGERIO - PESSOAL	0081	967,46	6.574,98
1.7.2.3.37.23.02.00.00 FREI ROGERIO - CONSUMO	0082	586,41	3.985,32
1.7.2.3.37.23.03.00.00 FREI ROGERIO - INVESTIMENTO	0083	2,02	13,73
1.7.2.3.37.24.00.00.00 MONTE CARLO		1.045,36	11.898,36
1.7.2.3.37.24.01.00.00 MONTE CARLO - PESSOAL	0081	650,00	7.398,39
1.7.2.3.37.24.02.00.00 MONTE CARLO - CONSUMO	0082	394,00	4.484,50
1.7.2.3.37.24.03.00.00 MONTE CARLO - INVESTIMENTO	0083	1,36	15,47

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Julho

**SANTA CATARINA - CONSORCIO****CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONS. INTERM. SAUDE DA MICRO REGIAO DA AMURES

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>Recurso</b>	<b>597.239,07</b>	<b>3.297.417,90</b>
1.7.2.3.37.25.00.00.00 VARGEM		401,13	848,57
1.7.2.3.37.25.01.00.00 VARGEM - PESSOAL	0081	249,42	527,64
1.7.2.3.37.25.02.00.00 VARGEM - CONSUMO	0082	151,19	319,83
1.7.2.3.37.25.03.00.00 VARGEM - INVESTIMENTO	0083	0,52	1,10
1.7.2.3.37.99.00.00.00 OUTRAS TRANF. DO SUS		32.409,87	443.428,22
1.7.2.3.37.99.01.00.00 SUS - ANITA GARIBALDI	0080	1.533,98	21.985,45
1.7.2.3.37.99.02.00.00 SUS - BOCAINA DO SUL	0080	986,88	11.872,22
1.7.2.3.37.99.03.00.00 SUS - BOM JARDIM DA SERRA	0080	1.653,75	22.123,29
1.7.2.3.37.99.04.00.00 SUS - BOM RETIRO	0080	2.046,11	25.781,06
1.7.2.3.37.99.05.00.00 SUS - CAMPO BELO DO SUL	0080	1.925,23	25.231,46
1.7.2.3.37.99.06.00.00 SUS - CAPÃO ALTO	0080	1.906,95	27.833,38
1.7.2.3.37.99.07.00.00 SUS - CELSO RAMOS	0080	1.062,10	12.597,60
1.7.2.3.37.99.08.00.00 SUS - CERRO NEGRO	0080	889,75	13.500,36
1.7.2.3.37.99.09.00.00 SUS - CORREIA PINTO	0080	1.177,33	23.985,30
1.7.2.3.37.99.11.00.00 SUS - OTACILIO COSTA	0080	2.333,25	33.917,89
1.7.2.3.37.99.12.00.00 SUS - PAINEL	0080	1.366,25	17.998,95
1.7.2.3.37.99.13.00.00 SUS - PALMEIRA	0080	1.337,66	18.357,70
1.7.2.3.37.99.14.00.00 SUS - PONTE ALTA	0080	1.885,53	22.748,02
1.7.2.3.37.99.15.00.00 SUS - PONTE ALTA DO NORTE	0080	1.168,27	10.812,62
1.7.2.3.37.99.16.00.00 SUS - RIO RUFINO	0080	712,72	11.914,59
1.7.2.3.37.99.17.00.00 SUS - SÃO JOAQUIM	0080	3.999,73	51.467,00
1.7.2.3.37.99.18.00.00 SUS - SÃO JOSÉ DO CERRITO	0080	1.628,89	26.631,56
1.7.2.3.37.99.19.00.00 SUS - SANTA CECILIA	0080	622,99	6.516,42
1.7.2.3.37.99.20.00.00 SUS - SÃO CRISTOVÃO DO SUL	0080	1.373,42	12.965,34
1.7.2.3.37.99.21.00.00 SUS - URUBICI	0080	829,24	12.479,60
1.7.2.3.37.99.22.00.00 SUS - URUPEMA	0080	1.011,32	20.569,87
1.7.2.3.37.99.23.00.00 SUS - FREI ROGERIO	0080	524,49	6.542,93
1.7.2.3.37.99.24.00.00 SUS - MONTE CARLO	0080	418,53	5.306,02
1.7.2.3.37.99.25.00.00 SUS - VARGEM	0080	15,50	289,59
1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	268,43
1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS		0,00	268,43
1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	0080	0,00	268,43
<b>Receita Extra Orçamentária</b>	<b>Recurso</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral :</b>		<b>597.239,07</b>	<b>3.297.417,90</b>

**CIS/AMERIOS****ATA DA ASSEMBLEIA GERAL N. 059/2017 DO CIS/AMERIOS**

ATA Nº. 059/2017

Ata da quinquagésima nona Assembleia Geral de Prefeitos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS – CIS/AMERIOS, com sede na Avenida Euclides da Cunha, 160, Centro, CEP 89874-000, na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina. Aos vinte e cinco dias do mês agosto de dois mil e dezessete, às onze horas, no auditório da AMERIOS, em Maravilha/SC, reuniram-se os Prefeitos e a Prefeita para a Assembleia Geral, em atendimento ao Edital de Convocação nº 06/2017, do dia 07/08/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM dia 10/08/2017, tendo como ordem do dia: CIS/AMERIOS: Aditivos - Contrato de Rateio, Credenciamentos e encaminhamentos; Prestação de contas referente os meses de junho e julho de 2017; Inicialmente o Presidente do CIS/AMERIOS, Sr. Jairo Rivelino Ebeling - Prefeito de Cunha Porã fez a abertura da Assembleia Geral, agradecendo a presença de todos, onde cumprimentou os presentes, falando de sua alegria em recebê-los. O primeiro assunto foi com relação aos pedidos de aditamento aos contratos de rateio dos municípios de Bom Jesus do Oeste, Cunhataí, Riqueza e São Miguel da Boa Vista. Iniciando a pauta, o Presidente Jairo apresentou o pedido do Município de Bom Jesus do Oeste, que solicita promover o primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Rateio nº 05/2017 do Município de Bom Jesus do Oeste. Dado a palavra ao Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Sr. Ronaldo Luiz Senger, apresentou como justificativa, que os valores inicialmente pactuados não são suficientes para o custeio dos serviços de saúde do município através do Consórcio CIS/AMERIOS, para todo o exercício financeiro de 2017, pois, o orçamento previsto, bem como os recursos disponibilizados para os serviços de saúde através do CIS/AMERIOS, não são provenientes de sua gestão. Argumentou ainda, que conseguiu um recurso extraordinário, que pretende usar na saúde pública básica da população, motivo pela qual necessita do apoio da Assembleia Geral do Consórcio para aditar e elevar as quantidades dos serviços de saúde para o seu município, pois entende o Prefeito, que a saúde é um bem essencial, prioritário e necessário estar disponível para a população, principalmente a mais carente, para tanto, solicitou ao Presidente, autorização para aditamento do Contrato de Rateio nº 05/2017 de Bom Jesus do Oeste, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), bem como a ratificação em plenário da Assembleia Geral, devolvendo em seguida a palavra ao Presidente. Ato contínuo, o Presidente apresentou o mesmo pedido do Município de Riqueza, onde solicita aditivo para o Contrato de Rateio nº 01/2017. Fazendo uso da palavra, o Prefeito de Riqueza, Sr. Renaldo Muller disse que faz das palavras do Prefeito de Bom Jesus do Oeste as mesmas dele e conclui solicitando ao Presidente, autorização para aditamento do Contrato de Rateio nº 01/2017 do Município de Riqueza, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), bem como a ratificação em plenário da Assembleia Geral, devolvendo em seguida a palavra ao Presidente. Ainda na sequência o Presidente apresentou também o pedido do Município de Cunhataí, onde solicita aditivo para o Contrato de Rateio nº 01/2017. Fazendo uso da palavra, o Prefeito de Cunhataí, Sr. Luciano Franz disse que também faz uso das palavras dos Prefeitos de Bom Jesus do Oeste e Riqueza e conclui solicitando ao Presidente, autorização para aditamento do Contrato de Rateio nº 01/2017 do Município Cunhataí, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), bem como a ratificação em plenário da Assembleia Geral, devolvendo em seguida a palavra ao Presidente. E para encerrar, o Presidente apresentou o pedido do Município de São Miguel da Boa Vista, onde solicita aditivo para o Contrato de Rateio nº 02/2017. O Prefeito de São Miguel da Boa Vista, Sr. Vilmar Schmaedecke solicita também ao Presidente, autorização para aditamento do Contrato de Rateio nº 02/2017 do Município de São Miguel da Boa Vista, no valor de R\$15.000,00 (Quinze mil reais) do

excedente previsto no contrato original, bem como a ratificação em plenário da Assembleia Geral, devolvendo em seguida a palavra ao Presidente. Aberta a discussão, nada foi acrescentado pelos presentes, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade dos Prefeitos, ficando o Presidente do CIS/AMERIOS autorizado a promover o primeiro Termo Aditivo aos respectivos contratos de Rateio dos Municípios de Bom Jesus do Oeste, Cunhataí, Riqueza e São Miguel da Boa Vista, com força ratificadora da Assembleia Geral. Passando para o próximo assunto, o presidente passou a palavra à Secretária do CIS/AMERIOS, Senhora Fabiane Galera, que apresentou a planilha orçamentária, relacionada ao pedido do Colegiado de Saúde, referente a formalização de um termo aditivo ao chamamento público de credenciamento de cirurgias nº 03/2016, relatando que ficaram bastante acima do valor máximo pretendido pagar, conforme deliberado em reuniões do colegiado. O Presidente colocou a pauta em discussão, que após ampla discussão em plenário, decidiram por unanimidade que: 1º) devido ao orçamento médio praticado no mercado ter restado muito acima do pretendido pagar pelo Consórcio CIS/AMERIOS, adote-se preço único no valor máximo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) para todos os procedimentos cirúrgicos e preço único no valor máximo de R\$ 300,00 (trezentos reais) para anestesia, conforme relacionados no pedido do colegiado de saúde; 2º) Autorizaram o Presidente do Consórcio CIS/AMERIOS e CIGAMERIOS promover o termo aditivo ao Edital de Chamamento público n. 03/2016, vinculado ao Processo Administrativo n. 09/2016, Inexigibilidade n. 03/2016, conforme planilha apresentada pelo Colegiado da Saúde, qual sejam: Lote 2 (procedimento em cirurgia geral): item 2 - Tratamento Cirurgico de Varizes (Unilateral) (R\$ 500,00); Item 3 - Serviços Profissionais em Anestesia para as Cirurgias (R\$ 300,00); Item 4 - Tratamento Cirurgico de Varizes (Bilateral) (R\$ 500,00); Item 5 - Hemorroidectomia (R\$ 500,00); Item 6 - Colecistectomia Videolaparoscopica (R\$ 500,00); Item 7 - Colecistectomia (R\$ 500,00); Item 8 - Hernioplastia Umbilical (R\$ 500,00); Item 9 - Hernioplastia Recidivante (R\$ 500,00); Item 10 - Hernioplastia Inguinal / Crural (Unilateral) (R\$ 500,00); Item 11 - Hernioplastia Inguinal (Bilateral) (R\$ 500,00); Item 12 - Hernioplastia Incisional (R\$ 500,00); Item 13 - Hernioplastia Epigástrica (R\$ 500,00); Item 14 - Exerese de Cisto Sacro-Coccigeo (R\$ 500,00); Item 15 - Extirpacao e Supressao De Lesao de Pele e de Tecido Celular Subcutaneo (R\$ 500,00); Item 16 - Fistulectomia / Fistulotomia Anal (R\$ 500,00). Lote 06 (Procedimento Em Ginecologia): Item 1 - Colpoperineoplastia Anterior e Posterior C/ Amputacao de Colo (R\$ 500,00); Item 2 - Curetagem Semiotica c/ ou s/ Dilatacao do Colo do Utero (R\$ 500,00); Item 3 - Conizacao (R\$ 500,00); Item 4 - Histerectomia c/ Anexectomia (Uni / Bilateral) (R\$ 500,00); Item 5 - Histerectomia (Por Via Vaginal) (R\$ 500,00); Item 6 - Histerectomia Total (R\$ 500,00); Item 7 - Histerectomia Subtotal (R\$ 500,00); Item 8 - Ooforectomia / Ooforoplastia (R\$ 500,00); Item 9 - Laqueadura Tubaria (R\$ 500,00); Item 10 - Colpoperineoplastia Anterior e Posterior (R\$ 500,00); Item 11 - Exerese de Glandula de Bartholin / Skene (R\$ 500,00); Item 12 - Tratamento Cirurgico de Incontinencia Urinaria por Via Vaginal (R\$ 500,00). Lote 07 (Procedimentos em Otorrinolaringologia): Item 1 - Adenoidectomia (R\$ 500,00); Item 2 - Amigdalectomia (R\$ 500,00); Item 3 - Amigdalectomia c/ Adenoidectomia (R\$ 500,00); Item 4 - Turbinectomia (R\$ 500,00); Item 5 - Microcirurgia Otológica (R\$ 500,00); Item 6 - Septoplastia para Correção de desvio (R\$ 500,00); Item 7 - Timpanoplastia (Uni/Bilateral) - (R\$ 500,00). Sob o argumento final de que, embora as cirurgias para a população, principalmente as mais carentes e acometidas, que sofrem anos e anos na fila de espera do SUS e do Estado, seja uma realidade, não se pode simplesmente pagar os valores que os profissionais apresentaram em seus orçamentos, bem como, com preço único estipulado, pode-se obter uma padronização para os mesmos procedimentos. Na sequência, o Presidente apresentou outra

reivindicação do Colegiado de Saúde relacionado a Cirurgias na área de ORTOPEDIA, onde solicitam autorização para encaminhamentos e providências necessárias para supressão dos itens 2, 3, 4 e 5 do lote 01 do Edital de Chamamento Público para credenciamento n.º 03/2016 promovido pelo CIGAMERIOS e executado pelo CIS/AMERIOS, por não obterem adesão pelos profissionais, clínicas e hospitais habilitados com centros cirúrgicos, solicitaram portanto, em substituição dessas cirurgias a inclusão de outras cirurgias ortopédicas mais requisitados pelas pessoas acometidas carentes dos municípios consorciados, que para atender a finalidade precípua de disponibilizar a saúde pública, precisam oferecer as seguintes cirurgias e serviços de saúde pública: Tratamento das Lesões Osteocondrais por Fixação ou Mosaicoplastia Joelho/Tornozelo, Exploração Articular c/ ou s/ Sinovectomia de Médias / Grandes Articulações, Tratamento Cirúrgico de Síndrome Compressiva em Túnel Osteo-Fibroso ao Nível Do Carpo, Tratamento Cirúrgico de Dedo em Gatilho, Tenosinovectomia em Membro Superior, Tratamento Cirúrgico de Pseudartrose / Retardo De Consolidação / Perda Óssea Do Antebraço, Artroplastia Total Primária do Quadril Cimentada, Reconstrução Ligamentar Intra-Articular do Joelho (Cruzado Posterior c/ ou s/ Anterior), Reconstrução Ligamentar Intra-Articular do Joelho (Cruzado Anterior), Tratamento Cirúrgico de Halux Valgus c/ Osteotomia do Primeiro Osso Metatarsiano, Ressecção de Cisto Sinovial, Osteotomia de Ossos Longos Exceto da Mão e do Pé, Osteotomia de Ossos da Mão e/ou do Pé, Manipulação Articular, Fasciectomia, Tratamento Cirúrgico de Rotura do Menisco com Meniscectomia Parcial / Total, Tratamento Cirúrgico de Rotura de Menisco com Sutura Meniscal Uni / Bicompatimental, Tenólise, Retirada de Placa e/ou Parafusos, Retirada de Fio ou Pino Intra-Ósseo, Ressecção Simples de Tumor Ósseo / de Partes Moles, Reparo de Rotura do Manguito Rotador (Inclui Procedimentos Descompressivos), Artroplastia Total Primária do Joelho e Lamina de Shaver, Finalizada a apresentação a pedido do Colegiado de Saúde, os Prefeitos e a Prefeita que aprovem esse pleito, manifestaram-se positivamente, aprovando por unanimidade o pedido do Colegiado de Saúde e autorizaram o Presidente a dar início aos procedimentos legais para encaminhar um Termo Aditivo junto ao Consórcio CIGAMERIOS. Logo após, a Sra. Fabiane mencionou a preocupação da Sra. Miriane Sartori - Secretária de Saúde de Maravilha na reunião do Colegiado de Saúde, a qual relatou o funcionamento do Projeto ESPUMA VITA - Clínica Médica Longevittá Ltda, Dr. Alex Lazzari Dornelles - Médico Vascular. A secretária Miriane relatou que no início do projeto, o doutor solicitou apoio ao município de Maravilha quanto a disponibilização de uma sala para iniciar os procedimentos para Maravilha e região, haja vista a necessidade de iniciar os trabalhos até que o projeto fosse reconhecido e tivesse demanda. O acordo com o Secretário de Saúde de Maravilha da época, era a cedência de uma sala/ambulatório temporariamente e auxiliar/técnica em enfermagem. Como o projeto está consolidado e há o interesse na manutenção a Secretária Miriane quer formalizar isso, para evitar imbróglis futuros. Diante disso foi sugerido fazer uma pactuação regional com os municípios para formalizar o uso da sala, e ser elaborado um documento, o qual o Consultor em Saúde, Sr. Eloi Trevisan, responsabilizou-se pela elaboração e que esse documento seja repassado aos municípios e aprovado nos respectivos Conselhos Municipais de Saúde. Foi acordado e aprovado pelos presentes, que o custo da auxiliar/técnica em enfermagem, será rateado per capita entre os municípios, de acordo com o número de procedimentos/pacientes realizados por cada município e o valor será descontado da Programação Pactuada Integrada (PPI) ambulatorial, quando do encontro de contas. Os Prefeitos e a Prefeita se manifestaram positivamente, o qual aprovaram por unanimidade a deliberação do Colegiado de Saúde em Assembleia Geral, tendo em vista a importância desses procedimentos aos pacientes. Logo após, o Presidente passou a palavra ao Tesoureiro, que fez a apresentação da prestação de contas referente os meses de junho e julho de 2017, que colocado em votação, foram aprovadas por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente encerrou a Assembleia Geral e mandou lavrar a presente ata, foi lida e

aprovada por unanimidade dos prefeitos presentes, conforme segue assinada pelos presentes. Maravilha/SC, 25 de agosto de 2017.